

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**ELDA ALVARENGA**

**A INSERÇÃO DAS MULHERES NO MAGISTÉRIO CAPIXABA:  
DESDOBRAMENTOS POSSÍVEIS NO TRABALHO DOCENTE NO ESTADO DO  
ESPÍRITO SANTO (1845-1920)**

**VITÓRIA**

**2018**

**ELDA ALVARENGA**

**A INSERÇÃO DAS MULHERES NO MAGISTÉRIO CAPIXABA:  
DESDOBRAMENTOS POSSÍVEIS NO TRABALHO DOCENTE NO ESTADO DO  
ESPÍRITO SANTO (1845-1920)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (Linha de Pesquisa: Docência, Currículo e Processos Culturais), como requisito para obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Regina Helena Silva Simões

**VITÓRIA**

**2018**



Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)  
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)  
Bibliotecário: Clóvis José Ribeiro Junior – CRB-6 ES-000383/O

---

Alvarenga, Elda, 1970-  
A473i      A inserção das mulheres no magistério capixaba :  
desdobramento possíveis no trabalho docente no Estado do  
Espírito Santo (1845-1920) / Elda Alvarenga. – 2018.  
358 f. : il.

Orientador: Regina Helena Silva Simoes.  
Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do  
Espírito Santo, Centro de Educação.

1. Ensino normal. 2. Ensino primário. 3. Mulheres. 4.  
Mulheres na educação – Espírito Santo (Estado). 5. Professoras.  
I. Simões, Regina Helena Silva, 1952-. II. Universidade Federal  
do Espírito Santo. Centro de Educação. III. Título.

CDU: 37

---

**ELDA ALVARENGA**

**A INSERÇÃO DAS MULHERES NO MAGISTÉRIO CAPIXABA:  
DESDOBRAMENTOS POSSÍVEIS NO TRABALHO DOCENTE NO ESTADO DO  
ESPÍRITO SANTO (1845-1920)**

Tese apresentada ao Doutorado em Educação do  
Centro de Educação da Universidade Federal do  
Espírito Santo como requisito parcial para a obtenção  
do grau de Doutora em Educação.

Vitória, 31 de janeiro de 2018.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Dr<sup>a</sup>. Regina Helena Silva Simões  
Universidade Federal do Espírito Santo  
Orientadora

---

Dr<sup>a</sup>. Janete Magalhães Carvalho  
Universidade Federal do Espírito Santo

---

Dr. Sebastião Pimentel Franco  
Universidade Federal do Espírito Santo

---

Dr<sup>a</sup>. Alessandra Frota Martinez de Schueler  
Universidade Federal Fluminense

---

Dr<sup>a</sup>. Fernanda Zanetti Becalli  
Instituto Federal do Espírito Santo

Dedico esta tese à primeira professora primária do Espírito Santo, Maria Carolina Ibrence Brasileira (*in memoriam*). Pioneira, por abrir caminhos para muitas outras mulheres que constituem, dia a dia, o magistério capixaba

A Jane Soares de Almeida (*in memoriam*), que dedicou a vida acadêmica aos estudos sobre gênero, educação e história das mulheres no Brasil.

Dedico também a Helder Gomes, minha prova cotidiana de que é possível a construção de relações afetivas pautadas em outros princípios que não os do capitalismo patriarcal ou seria do patriarcado capitalista?

## **AGRADECIMENTOS**

Apesar de a escrita da tese ser, em grande medida, uma operação solitária, quase individual (digo quase, porque a Regina escreveu muito comigo!), o processo que envolve a sua produção é coletivo, por vezes até social. São inúmeras as pessoas que contribuíram direta e indiretamente para que este texto se apresentasse. Apesar de as limitações do trabalho serem de minha inteira responsabilidade, ele é uma materialização possível de um processo que não se traduz, na sua completude e complexidade, em palavras. Então o que me resta é deixar registrado os meus agradecimentos. Eles são de múltiplas dimensões. Vou tentar expressar a partir delas, em que pese muitas dessas pessoas estarem presentes em variadas dimensões da minha vida.

Agradeço a Regina, minha paciente e cuidadosa orientadora, por me propor o desafio não somente de fazer uma pesquisa historiográfica, mas também por me apresentar ao método indiciário e ao Ginzburg; pela condução solidária e fraterna do Nucaphe, grupo de pesquisa tão importante para a nossa constituição como pesquisadoras e pesquisadores da História da Educação do Espírito Santo; pelas inúmeras leituras, indicações, correções; pelo respeito à minha produção; e pela compreensão dos limites que a vida me impôs nos meses finais do doutorado.

Aos membros da Banca: professora Janete Magalhães Carvalho, sempre solícita e presente não somente nas bancas de qualificação e defesa, como também em todo o nosso percurso formativo no PPGE; professor Sebastião Pimentel Franco que, desde o início, propôs leituras, disponibilizou material e fez excelentes contribuições à pesquisa e ao texto; professora Alessandra Frota Martinez de Schueler, pela disponibilidade, atenção e cuidado com que participou da Banca de Qualificação II e também por todas as indicações de leitura; pelos textos encaminhados, pelas inúmeras e valiosas contribuições à pesquisa, por me apresentar historiadoras, feministas, professoras que foram fundamentais para a escrita da tese. A querida Fernanda Zanetti Becalli pelas importantes e solidárias contribuições. Leitura cuidadosa e carinhosa. A todos/as pela leitura final em tão pouco tempo.

Sou grata ao professor Joaquim Pintassilgo que me recebeu em Portugal como orientador no Programa Doutorado Sanduíche no Exterior, pelas diversas conversas

sobre o fazer historiográfico, os seminários e as aulas na Universidade de Lisboa e por me apresentar não somente os espaços acadêmicos mas toda a beleza e diversidade que Lisboa tem a oferecer. Pelo respeito com que fui tratada durante todo o estágio. Estendo os agradecimentos à professora Maria João Mogarro, pela acolhida, presença amiga em nossas idas e vindas em Lisboa.

Aos meus “assistentes de pesquisa”: Crislayne Zeferino, Fátima Cristina Garcia; João Paulo S. França; Rosângela Oliveira e Joksoelia de Souza. Elas e ele foram fundamentais para a realização da pesquisa. Bolsistas e voluntários, aprendemos, todos/as juntos e misturados/as, a buscar, identificar, selecionar e digitalizar as fontes. Muito obrigada por se prontificarem a aprender junto comigo!

À família: a minha mãe e meu pai, pelo esforço que sempre fizeram para que as sete filhas e os dois filhos estudassem. Acho que deu certo! Às minhas irmãs que são também amigas: Elizabeth e Dorcas, por estarem junto o tempo todo, sempre torcendo, ajudando, compreendendo as ausências inevitáveis nesse processo. Agradeço a Adriana pelo trabalho de melhoramento das fotografias. A Creusa por me ajudar a cuidar da casa, ainda mais em tempos de tese. Aos meus sobrinhos e sobrinhas por renovarem as forças, os encontros, a multiplicidade dessa família que não para de crescer!

Aos amigos e amigas: a Erineusa Silva, parceira que só me traz alegria. Agradeço as trocas, leituras, indicações e a contribuição na coleta de dados. Amiga para quem as palavras “Se precisar de alguma coisa me fale” não é retórica, é fato. Presente em todas as etapas. Sua contribuição foi fundamental nos momentos finais da escrita da tese. A Wellingthon Lucena, colega de trabalho que virou amigo nas lutas diárias de professores/as trabalhadores/as estudantes! Pela confiança! A Fábio Amorim pelas trocas acadêmicas e profissionais intermináveis. A Igor Vitorino pelas orientações solidárias. A Everaldo Simões pela contribuição na organização do acervo da Escola Maria Ortiz. A Ingrid Alencar pela amizade nascida no Nucaphe mas que se expandiu para a vida, importante suporte na coleta de dados e na digitalização de obras enquanto eu estava em Portugal. Agradeço imensamente a Gelson Daldegam, amigo e companheiro, parceiro nas lutas travadas no cotidiano da Estácio e na vida.

Aos companheiros e companheiras do Nucaphe pelas aprendizagens, saberes e fazeres que nos fortalecem mesmo nas horas mais complicadas. Agradecimento especial à Miriã, Rosieny e Sandro, pela acolhida e carinho com que me receberam no grupo, e à Rafaelle pelas inúmeras trocas durante o doutorado e por me mostrar os primeiros passos para “sobreviver” em Lisboa.

Aos afetos brasileiros constituídos em Portugal: Adriana Aparecida Pereira, Antônio Schuartz, Cecília Motta, Edivaldo Nascimento, Roberto Franco, Rodrigo Rodrigues e Tânia Serra, por serem minha família no além-mar. Muito bom contar com vocês. Como são os/as irmãos/ãs, cada um foi muito importante em algum momento e, de alguma forma, na minha temporada em Portugal.

Às Instituições: à Faculdade Estácio de Sá por me possibilitar o afastamento temporário para o Doutorado Sanduíche no Exterior; à Capes pela bolsa do mesmo Programa; aos professores e professoras do PPGE e aos funcionários sempre dispostos a atender às demandas acadêmicas; ao Arquivo Público Estadual, nas pessoas de Tiago de Matos Alves, Heitor de Almeida Couto e Paulo Roberto Santos que tanto me ajudaram nesses quatro anos de coleta de dados; às diretoras escolares: Michelle Holtz (EEEM Maria Ortiz) e Fátima Santos (*in memoriam*), (E.M.E.F. São Vicente de Paula) por terem aberto as portas das escolas e dos seus arquivos para a pesquisa no acervo.

À Alina Bonella pela revisão cuidadosa e profissional do texto.

A Helder Gomes. Nenhuma palavra é suficiente para agradecer tudo que tem feito por mim. Desde o mestrado, tem sido o maior incentivador da minha formação acadêmica. Nesta etapa do doutorado, em tudo me apoiou, desacelerou-me quando eu sentia que não poderia parar, mas precisava. Foi, também, um parceiro de pesquisa. Foi ao arquivo, coletou e tabulou dados, organizou tabelas, digitalizou imagens, leu e releu cada capítulo (mesmo quando convalescendo e os óculos insistiam em não ficar sobre os olhos) e a cada um deu sua contribuição. Suas críticas enriqueceram o conteúdo e a forma. Se as palavras não são suficientes, sigo demonstrando no nosso dia a dia a reciprocidade da vida em conjunto, na solidariedade e companheirismo. Obrigada!

Que nada nos limite.  
Que nada nos defina.  
Que nada nos sujeite.  
Que a liberdade seja nossa  
Própria substância.  
Já que viver é ser livre.  
(SIMONE DE BEAUVOIR)

## RESUMO

Investiga o processo histórico de inserção das mulheres no magistério primário público e seus desdobramentos para o trabalho docente no Estado do Espírito Santo (1845-1920). Focaliza elementos que permearam a passagem de uma profissão inicialmente exercida exclusivamente por homens, para uma atividade profissional feminizada, utilizando, como eixos de análise, a expansão do acesso à escolarização, as reformas na instrução pública e a atuação da Escola Normal no processo de ocupação feminina do magistério público e da sua posterior feminização. A tese argumenta que o ingresso das mulheres no magistério se vincula, de modo indissociável, à expansão da instrução básica para ambos os sexos, na medida em que, para atender aos padrões sociais do período estudado, as mulheres foram chamadas para exercer a docência das meninas, ao mesmo tempo em que, devido à carência geral de professores normalistas, a sua presença se fez necessária também em classes mistas. Esta pesquisa baseia-se nas seguintes hipóteses: a ampliação do acesso das meninas à escolarização abriu a porta para a presença crescente das mulheres no magistério, impulsionando a atuação feminina no Curso Normal, o principal instrumento de formação e habilitação para os professores e professoras no entresséculo. A investigação teve como referência o início do trabalho das professoras nas escolas oficiais do ensino público no Espírito Santo, em 1845, e a sua generalização, ou feminização em 1920. Orienta-se na prática historiográfica de base indiciária, tendo como principal referência os estudos de Carlo Ginzburg (1989, 1990, 1991, 2002, 2006, 2007, 2013). Situa-se no campo da História da Educação, mais especificamente na História da Educação no Estado do Espírito Santo. O *corpus* documental constitui-se de: regulamentações legislativas do período em tela; portarias e resoluções da Secretaria de Instrução relativas às professoras; inquéritos administrativos de inspetores e diretores escolares e certificados da Escola Normal; livros de matrículas e movimentação docentes; relatórios e mensagens dos presidentes; vice-presidentes, e governadores do Espírito Santo; artigos publicados na imprensa periódica local (noticiosa, oficial e pedagógica); relatórios de inspeção; fontes bibliográficas e imagéticas. Considera-se que o início da atuação das mulheres no magistério primário no Espírito Santo ocorreu em 1845, com a contratação da professora Maria Carolina Ibrence que ocupou a primeira cadeira feminina da Capital



da província. Do ingresso da primeira professora até o final do século, o crescimento do número de matrículas de meninas foi irrisório, ao passo que as classes e escolas mistas contribuíram relevantemente para a ampliação da participação das mulheres como professoras. No entresséculo, as reformas do ensino empreendidas por Moniz Freire (1892) e Gomes Cardim (1908) promoveram alterações na instrução primária no Espírito Santo ao aprimorarem a institucionalização do ensino público, expandirem as matrículas em escolas públicas para ambos os sexos, reformularem a Escola Normal e estabelecerem parâmetros para a profissionalização do magistério exercido, tendo a Escola Normal como *locus* privilegiado para a formação de mulheres professoras. Em 1920, já é possível observar a presença majoritária das mulheres tanto na docência nas escolas primárias do Estado como na Escola Normal. Conclui-se, portanto, que o processo de feminização do magistério começou a se desenhar nas duas últimas décadas do século XIX e se consolidou na segunda década do século XX. Compuseram esse processo: a criação e proliferação das escolas mistas, a expansão da obrigatoriedade da instrução primária para o sexo feminino, a consolidação da Escola Normal e o afastamento dos homens da docência primária. Esses elementos, em seu conjunto, impulsionaram a feminização do magistério capixaba no período investigado.

Palavras-chave: Mulheres. Professoras. Magistério primário. Escola Normal. Feminização do magistério.

## **ABSTRACT**

Investigates the historical process of insertion of women in the public primary teaching and its consequences for the teaching work in the State of Espírito Santo (1845-1920). Focuses on elements that permeated the transition from a profession initially exclusively performed by men, to a feminized professional activity, using as axes of analysis the expansion of access to schooling and the performance of the “Normal School” in the process of female occupation of the public teaching profession and its later feminization. The thesis argues that women's entry into teaching is inextricably linked to the expansion of basic education for both sexes, since, in order to meet the social standards of the studied period, women were called to teach girls, at the same time that, due to the general lack of normalistas, their presence was also necessary in mixed classrooms. This research is based on the following hypotheses: the expansion of girls' access to schooling opened the door to the increasing presence of women in teaching, boosting female participation in the “Normal Course” the main training and habilitation tool for teachers in the interstitial. The research had as reference the beginning of the work of the teachers in the public schools of Espírito Santo in 1845, and its generalization, or feminization in 1920. It is oriented in the historiographic practice of index base, having as main reference the studies by Carlo Ginzburg (1989, 1990, 1991, 2002, 2006, 2007, 2013). It is located in the field of History of Education, more specifically in the History of Education in the State of Espírito Santo. The documentary corpus consists of: legislative regulations of the period in question; ordinances and resolutions of the Secretariat of Instruction concerning teachers; administrative investigations of inspectors and school directors and certificates of the “Normal School”; tuition and teaching books; reports and messages from presidents; vice presidents and governors of Espírito Santo; articles published in the local periodical press (news, official and pedagogical); inspection reports; bibliographic and imagery sources. It is considered that the beginning of the work of women in primary teaching in Espírito Santo occurred in 1845, with the hiring of the teacher Maria Carolina Ibrence who occupied the first female teaching chair of the province's capital. From the entry of the first teacher to the end of the century, the growth in the number of girls' enrollments was negligible, while the mixed classes and schools contributed significantly to the increase in the participation of women as teachers. In the meantime, the reforms of education undertaken by Moniz Freire

(1892) and Gomes Cardim (1908) promoted changes in primary education in Espírito Santo by improving the institutionalization of public education, expanding enrollments in public schools for both sexes, reformulating the “Normal School” and establish parameters for the professionalization of the teaching profession, with the “Normal School” as a privileged locus for the training of female teachers. In 1920, it is already possible to observe the majority presence of women both in teaching in primary schools of the State and in the “Normal School”. It is concluded, therefore, that the process of feminization of teaching began to be drawn in the last two decades of the nineteenth century and was consolidated in the second decade of the twentieth century. They established this process: the creation and proliferation of mixed schools, the expansion of compulsory primary education for females, the consolidation of the “Normal School” and the removal of men from primary teaching. These elements, as a whole, drove the feminization of the Capixaba teaching in the period under investigation.

Keywords: Women. Teachers. Primary teaching. Normal School. Feminization of teaching

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APEES – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

Anped – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

GDE – Gênero e Diversidade na Escola

HISTEDBR – Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Ibict – Instituto Brasileiro da Informação em Ciência e Tecnologia

Porbase – Base de Dados Bibliográficos Nacionais - Portugal

PPGE – Programa de Pós-Graduação em Educação

PPGHIS – Programa de Pós-Graduação em História

NDE – Núcleo Docente Estruturante

Nucaphe – Núcleo Capixaba de Pesquisa em História da Educação do Espírito Santo

RBE – *Revista Brasileira de Educação*

RBHE – *Revista Brasileira de História da Educação*

Sindiupes – Sindicato dos/as Trabalhadores/as em Educação do Estado do Espírito Santo

Ufes – Universidade Federal do Espírito Santo

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 –	Depósito da escola em que eram “guardados” os arquivos.....	57
Fotografia 2 –	Processo de seleção dos documentos e separação por ano e tipo.....	57
Fotografia 3 –	Processo de seleção dos documentos e separação por ano e tipo.....	58
Fotografia 4 –	Equipe Nucaphe trabalhando na organização do arquivo.....	58
Fotografia 5 –	Aparência do arquivo no final do projeto.....	59
Fotografia 6 –	Aparência do arquivo no final do projeto.....	59
Fotografia 7 –	Saudação das alunas para a professora D. Victoria Antunes da Penha.....	90
Fotografia 8 –	Matrículas, segundo o sexo – Província do Espírito Santo – 1886.....	96
Fotografia 9 –	Chamada pública para professoras de meninas.....	109
Fotografia 10 –	A Liberdade guiando o povo – <i>Eugène Delacroix</i> , Louvre.....	125
Fotografia 11 –	A República Honoré – <i>Honoré Daumier</i> .....	126
Fotografia 12 –	<i>Sem título</i> , O Malho, 26-11-1904.....	127
Fotografia 13 –	<i>Alegoria da República</i> , Frederico Antônio Steckel, 1898. MMGV.....	127
Fotografia 14 –	Monumento a Floriano Peixoto.....	128
Fotografia 15 –	A instrução pública na Lei nº 1, de 4 de junho de 1892.	139
Fotografia 16 –	Regime do Ensino Escolar da Educação Primária no Espírito Santo – Reforma Muniz Freire – 1892.....	141
Fotografia 17 –	Requisitos para matrícula na Escolas Normal do Espírito Santo – Reforma Muniz Freire – 1892.....	146
Fotografia 18 –	Escolas do sexo feminino na imprensa – 1892.....	151
Fotografia 19 –	As mulheres na imprensa – 1882.....	152

Fotografia 20 –	Conteúdos programáticos da Escolas Normal da Capital do Espírito Santo – Reforma Gomes Cardim – 1908. ....	159
Fotografia 21 –	Professores classificados por merecimento de acordo com a Lei nº 545/1908.....	163
Fotografia 22 –	Lyceu e Biblioteca pública na cidade de Vitória.....	191
Fotografia 23 –	A Escola Normal na imprensa no final do século XIX..	192
Fotografia 24 –	Lei n.º 29, de 4 de dezembro de 1869 - criou o Instituto Feminino Secundário.....	194
Fotografia 25 –	Escola Normal do Estado do Espírito Santo – 1905:...	197
Fotografia 26 –	Escola Modelo em Vitória no ano de 1908.....	202
Fotografia 27 –	Alunas da Escola Normal em atividades físicas - 1912	204
Fotografia 28 –	Interior do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora - 1907	210
Fotografia 29 –	Colégio do Carmo 1916.....	212
Fotografia 30 –	Colégio do Carmo 1916.....	212

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Quadro demonstrativo das aulas maiores e menores da Província do Espírito Santo – 1842.....	79
Quadro 2 –	Mapa de aulas maiores e menores da Província do Espírito Santo.....	81
Quadro 3 –	Mapa das aulas menores da Província do Espírito Santo – 1954.....	89
Quadro 4 –	Escolas de Primeira Classe do sexo feminino – Província do Espírito Santo – 1864.....	92
Quadro 5 –	Escolas de primeira classe do sexo masculino – Província do Espírito Santo – 1864.....	93
Quadro 6 –	Mapa das escolas da Província do Espírito Santo – 1886.....	98
Quadro 7 –	Quadro de escolas da Província do Espírito Santo – 1874.....	117
Quadro 8 –	Quadro de escolas da Província do Espírito Santo – 1874.....	134
Quadro 9 –	Estabelecimentos e frequência de alunos da instrução secundária na Província do Espírito Santo – 1878.....	135
Quadro 10 –	Conteúdos da Escola Normal por sexo.....	143
Quadro 11 –	Matrícula geral das escolas isoladas – 1918.....	171
Quadro 12 –	Comparativo de matrículas da Instrução Pública – Espírito Santo – 1918 e 1919.....	173
Quadro 13 –	Componentes curriculares prescritos para a Escola Normal do Espírito Santo e os respectivos dispositivos legais (1892-1909) .....	201
Quadro 14 –	Lentes e professores/as da Escola Normal em 1910.....	203
Quadro 15 –	Comparativo da frequência na Escola Normal, na Complementar e na Escola Modelo nos anos de 1918 e 1919.....	206

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Levantamento de produções acadêmicas relacionadas com a temática.....	31
Tabela 2 –	População livre na Província do Espírito Santo segundo as profissões e por sexo.....	112
Tabela 3 –	Matrículas nas escolas de primeiras letras do Espírito Santo no período de 1908 a 1912.....	170
Tabela 4 –	Crescimento geral das matrículas de 1908 a 1911 – Espírito Santo.....	170
Tabela 5 –	Decretos expedidos pelo Poder Executivo no 1º semestre de 1914. ....	172
Tabela 6 –	Matrículas nas escolas de instrução primária no Espírito Santo – 1920.....	174
Tabela 7 –	Profissionais do Magistério no Estado do Espírito Santo segundo a nacionalidade e o sexo – 1920.....	175
Tabela 8 –	População do Estado Espírito Santo segundo as profissões por sexo	176
Tabela 9 –	Frequência Escola Normal no período de 1916 a 1919.....	205
Tabela 10 –	Quadro do magistério primário do Espírito Santo – 1918...	207
Tabela 11 –	Evolução das matrículas na Escola Normal e no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora no período de 1874 a 1920....	221



## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>20</b>
<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>1 CAMINHOS DA INVESTIGAÇÃO HISTORIOGRÁFICA.....</b>	<b>27</b>
1.1 CAMPO DE PROBLEMATIZAÇÃO E CONSTITUIÇÃO DO TEMA.....	27
1.2 A TRAJETÓRIA FEMININA NA HISTÓRIA COMO CAMPO DE PROBLEMATIZAÇÃO.....	37
1.3 ESCOLHAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS.....	42
1.4 SOBRE AS FONTES.....	50
1.4.1 Arquivo Público Estadual do Espírito Santo.....	52
1.4.2 Arquivo da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo.....	53
1.4.3 Hemeroteca da Biblioteca Nacional.....	53
1.4.4 Escola Estadual de Ensino Médio Maria Ortiz.....	55
1.4.5 Escola Municipal de Ensino Fundamental São Vicente de Paulo.....	60
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>2 INSTRUÇÃO PÚBLICA E MAGISTÉRIO: PERCURSOS DA DOCÊNCIA NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO.....</b>	<b>62</b>
2.1 EDUCAÇÃO FEMININA E MULHERES PROFESSORAS NO ESPÍRITO SANTO.....	62
<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>3 A EDUCAÇÃO E A ESCOLARIZAÇÃO REPUBLICANAS: REFORMAS DO ENSINO E A INSERÇÃO DAS MULHERES NO MAGISTÉRIO PRIMÁRIO NO ESPÍRITO SANTO.....</b>	<b>120</b>
3.1 O ENTRESSÉCULO E A INSTRUÇÃO PÚBLICA: ECONOMIA, SOCIEDADE E CULTURA.....	120
3.2 REFORMAS DO ENSINO NO ENTRESSÉCULO: A EDUCAÇÃO E A ESCOLARIZAÇÃO SOB AS LUZES DO SÉCULO XX.....	135
3.2.1 Reforma Moniz Freire (1892).....	138

<b>3.2.2 Reforma Gomes Cardim (1908).....</b>	<b>153</b>
<b>CAPÍTULO IV</b>	
<b>4 ESCOLA NORMAL, PROFISSIONALIZAÇÃO E FEMINIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO PRIMÁRIO NO ESPÍRITO SANTO.....</b>	<b>179</b>
4.1 AS ESCOLAS NORMAIS E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES/AS NO BRASIL: ALGUNS APONTAMENTOS.....	179
4.2 A ESCOLA NORMAL DO ESPÍRITO SANTO.....	186
4.3 COLÉGIO NOSSA SENHORA AUXILIADORA (O CARMO).....	209
4.4 O CURSO NORMAL, A PROFISSIONALIZAÇÃO DAS MULHERES PROFESSORAS E A FEMINIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO.....	213
<b>À GUIA DE CONCLUSÃO: PALAVRAS SEM FIM.....</b>	<b>223</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>231</b>
<b>FONTES.....</b>	<b>246</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>256</b>
APÊNDICE A – SISTEMATIZAÇÃO DAS FONTES CONSULTADOS NAS CAIXAS DO FUNDO EDUCAÇÃO.....	257
APÊNDICE B – LIVROS CONSULTADOS NO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.....	259
APÊNDICE C – PROFESSORAS PRIMÁRIAS CONTRATADAS NO ESPÍRITO SANTO – 1853 A 1897.....	260
<b>ANEXOS</b>	<b>264</b>
ANEXO A – LEI Nº 29, DE 4 DE DEZEMBRO DE 1869.....	265
ANEXO B – REGULAMENTO DAS ESCOLAS DE PRIMEIRAS LETRAS – 1848.....	267
ANEXO C – REGULAMENTO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DE 1862.....	274
ANEXO D – REGULAMENTO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DE 1873.....	284
ANEXO E – REGULAMENTO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DE 1877.....	316
ANEXO F – DECRETO ESTADUAL Nº 2, DE 4 DE JUNHO DE 1892.....	338
ANEXO G – DISCURSO PRONUNCIADO POR MONIZ FREIRE NA SESSÃO DE 12 DE JANEIRO DE 1891.....	341

ANEXO H – DECRETO Nº 109, DE 4 DE JULHO DE 1908.....	<b>344</b>
ANEXO I – DECRETO Nº 114, DE 11 DE JULHO DE 1908.....	<b>349</b>
ANEXO J – LEI Nº 545, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1908.....	<b>356</b>

## APRESENTAÇÃO

Esta tese trata da produção de uma narrativa no campo da História da Educação. Tem como objeto o processo da inserção das mulheres no magistério primário público e seus desdobramentos para o trabalho docente no Estado do Espírito Santo (1845-1920).

Há algum tempo, os estudos de gênero e a história das mulheres são, para mim,<sup>1</sup> objetos de pesquisa e essa aproximação tem interferido de forma decisiva na minha trajetória profissional e acadêmica. Esse interesse se intensificou a partir da militância no movimento sindical, no final da década de 1990, quando ingressei no Sindicato dos/as Trabalhadores/as em Educação do Estado do Espírito Santo (Sindiupes), como representante dos/as professores/as da Prefeitura Municipal de Viana e, logo de início, identifiquei-me de maneira especial com a Secretaria de Gênero. Nesse período, frequentei diversos cursos sobre a história das mulheres com foco na opressão sexista, buscando familiarizar-me com a luta das mulheres por saúde, segurança e, em especial, por educação. Na ocasião, impressionava-me o fato de que, durante a graduação e a pós-graduação *lato sensu*, não tivesse sido ofertada qualquer disciplina ou apresentado qualquer conteúdo que dialogasse sobre a transversalidade de gênero, particularmente na constituição das mulheres como professoras e dos desdobramentos dessa relação no trabalho docente.

Esse estranhamento me impulsionou a buscar aproximações com o tema, o que, dentre outros fatores, culminou com a minha opção de pesquisa no mestrado. Fascinada com os diversos estudos sobre o assunto e com o “apagamento” das relações de gênero na educação, em especial na educação básica, minha dissertação de mestrado analisou em que medida os processos educativos contribuem para a manutenção e/ou transformação da opressão sexista. A pesquisa – uma experiência bastante relevante, que interferiu na minha produção acadêmica nos últimos anos – preocupou-se em estudar como o gênero se faz presente no cotidiano escolar.

Apesar de responder a muitas de minhas indagações iniciais, a investigação também serviu para que novas problematizações fossem se constituindo, tanto no

---

<sup>1</sup> Usei a primeira pessoa do singular no início desta apresentação por me referir a minha própria experiência.

seu desenvolvimento quanto nos anos que se seguiram à conclusão do mestrado. Algumas dessas questões foram respondidas na medida em que continuei a estudar, pesquisar e me envolver com movimentos de resistência das mulheres, principalmente nas questões relacionadas com a educação e a violência doméstica. Dentre as experiências que marcaram a última década, aponto a docência no Ensino Superior,<sup>2</sup> como professora conteudista<sup>3</sup> e docente da disciplina Educação, Sexualidade e Gênero, que me possibilitou incluir, na trajetória formativa de graduandos/as de Pedagogia, o debate sobre gênero, feminização, organização do trabalho docente e diversidade sexual.

Nos últimos anos, também participei do Núcleo de Extensão, Pesquisa e Ensino de Educação em Direitos Humanos da Universidade Federal do Espírito Santo,<sup>4</sup> especialmente como coordenadora de tutoria do curso Gênero e Diversidade na Escola, o que me possibilitou, mais uma vez, o envolvimento com professores e professoras da educação pública básica, vivenciando com eles e elas desafios de dar visibilidade na escola a temáticas geralmente silenciadas nos cotidianos escolares.

O retorno à academia, dez anos depois do final do mestrado, trouxe-me um novo desafio: a realização de uma pesquisa historiográfica, a partir dos pressupostos da micro-história italiana, desta vez com foco na inserção das mulheres no magistério primário capixaba. Essa tarefa me pareceu enorme, mas, à medida que me aproximei do Núcleo Capixaba de Pesquisa em História da Educação (Nucaphe-Ufes) e dos estudos sobre a escrita a contrapelo da história, a tarefa foi se

---

<sup>2</sup> Faculdade Estácio de Vila Velha. A instituição tem um modelo nacionalizado de ensino, mas possibilita ao Núcleo Docente Estruturante (NDE) dos cursos a seleção de duas disciplinas regionalizadas. Apresentei a proposta de plano de ensino ao NDE que a aprovou. A partir de então, a disciplina foi incorporada àquelas que são obrigatórias do curso ministrado na unidade de Vila Velha, em 2010, o que também ocorreu na unidade de Vitória, quando da abertura do curso em 2014.

<sup>3</sup> Termo usualmente utilizado nos processos educacionais desenvolvidos a distância. A Resolução nº 8, de 30 de abril de 2010, do Ministério da Educação, caracteriza o conteudista como o professor ou pesquisador que atua nas atividades de elaboração de material didático, de desenvolvimento de projetos e de pesquisa. Na Estácio, cabe a esse profissional a elaboração do Plano de Curso, planos de aula e material didático pedagógico de disciplinas específicas da matriz curricular nacional, em especial aquelas que são desenvolvidas localmente pelos cursos em cada Estado. No caso, a disciplina em questão, apesar de compor a Matriz Curricular Nacionalizada do Curso de Pedagogia da Estácio, foi elaborada por demanda do NDE da unidade de Vila Velha/ES.

<sup>4</sup> Esse núcleo atende às exigências estabelecidas no Edital nº 01 de Chamada Pública de março de 2010, da Presidência da República/Secretaria Especial dos Direitos Humanos/Subsecretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, particularmente na Ação 2 do Programa 1402 (Educação em Direitos Humanos).

desenhando de uma forma cada vez mais prazerosa e possível. Do mesmo modo, o contato com o Arquivo Público Estadual (APE) me possibilitou acesso a relevantes testemunhos de sujeitos, processos e instituições referentes ao objeto desta pesquisa. Outras importantes fontes têm sido os estudos sobre a temática, realizados em diferentes espaços de pesquisa que, apesar de escassos, têm contribuído para a minha aproximação ao tema. Essa escassez, inclusive, foi outro elemento que me impulsionou a pesquisar a inserção das mulheres no magistério primário capixaba.

A participação no Programa de Doutorado Sanduiche no Exterior, desenvolvido na Universidade de Lisboa, no período de agosto a dezembro de 2017, possibilitou-me o aprofundamento teórico e maior aproximação das fontes. A oportunidade também me proporcionou a troca de saberes/fazeres entre pesquisadores/as da História da Educação e mais especificamente da história da profissão docente.

Em minhas buscas por pesquisas relacionadas com o tema, encontrei estudos desenvolvidos em outros estados brasileiros, o que me motivou a investigar esse processo e seus possíveis desdobramentos no Espírito Santo. Juntamente com as fontes documentais, analisei produções locais e de outras unidades da federação, o que me permitiu refinar, cada vez mais, o olhar e compreender como se deu o processo de profissionalização das professoras e o contexto em que ocorreu.

Nessa operação historiográfica, levamos em consideração a diversidade de sujeitos, as práticas educativas e as variadas formas de coexistirem entre os vários grupos sociais e étnicos presentes no Brasil na virada do século XIX para o XX, bem como as inúmeras tensões entre esses sujeitos (GONDRA; SCHUELER, 2008). Procuramos ficar atentos ao fato de que, antes de as mulheres se inserirem no magistério público e primário, elas já se configuravam como “agentes do aprender e do ensinar” (p.158) ou, dito de outra forma, “praticantes da ação educativa” (p. 159), como mães, escravas, criadas, professoras particulares ou preceptoras.

Da mesma forma que, quando nos referimos à escolarização das meninas no período em foco, não desconsideramos as muitas outras experiências educativas das quais meninos e meninas participavam até então, importa considerar, também, a observação de Limeira (2010), quando explicita que, não podemos esquecer que

entre os séculos XVIII e XIX, coexistiram diversas (e dispersas) formas de ensino e aprendizagem, mas foi somente no início dos Oitocentos que, progressivamente, se fortaleceu o controle do Estado<sup>5</sup> sobre os processos de escolarização bem como as medidas de organização da instrução primária.

Nesse sentido, a delimitação da pesquisa nos serve como referência para análise, mas compreendemos que inúmeros são os fatores que se articularam ao longo dos anos da constituição do magistério como profissão feminilizada. Essa premissa nos ajuda a compreender as transformações vivenciadas pelo trabalho docente no Brasil, à luz das alterações que foram se desenvolvendo no magistério a partir da demanda da secularização do ensino.

De acordo com Nascimento (2011), é preciso superar a parcialidade muitas vezes presente nos estudos de gênero. Para minimizar essa “tendência”, a autora sugere o aprofundamento das análises relativas aos modos como homens e mulheres se relacionam historicamente. Nesse sentido, propõe maior estreitamento com a história das mulheres para além da sua intercessão com o magistério. Louro (1994) aponta que permanece um desafio nas pesquisas em educação as investigações que dão visibilidade às inúmeras contradições (classe, gênero, raça, idade, religião) presentes no “todo social” e apresenta duas vias para a leitura da história sob a perspectiva do gênero: a primeira seria privilegiar as pesquisas e o ensino da História da Educação, realizados sob o recorte de gênero; a segunda seria a leitura pelo viés de gênero das pesquisas da História e da História da Educação. Essas dimensões não são excludentes, podendo ser entrelaçadas na operação historiográfica.

Para efeitos de delimitação deste estudo, optamos por olhar mais profunda e cuidadosamente o processo de profissionalização das mulheres professoras no magistério público primário no Estado do Espírito Santo, no período de 1845-1920. O estudo teve como referência o início da atuação das professoras nas escolas oficiais do ensino público no Espírito Santo, no século XIX, e a sua generalização, ou feminização, a partir do início do século XX.

---

<sup>5</sup> A autora identifica algumas dessas medidas: redefinição de novos métodos e conteúdos, regulamentação sobre os livros a serem utilizados, estabelecimento de normas de funcionamento, recrutamento e formação dos/as profissionais, fiscalização.

A tese argumenta que o ingresso das mulheres no magistério vincula-se de modo indissociável à expansão da instrução básica para ambos os sexos, na medida em que, para atender aos padrões sociais do período estudado, as mulheres foram chamadas para exercer a docência para as meninas, ao mesmo tempo em que, devido à carência geral de professores normalistas, a sua presença se fez necessária também em classes mistas. Dessa maneira, a tese baseia-se nas seguintes hipóteses: a ampliação do acesso das meninas à escolarização abriu a porta para a presença crescente das mulheres no magistério, impulsionando a atuação feminina no Curso Normal, o principal instrumento de formação e habilitação para os professores e professoras no entresséculo.

A estrutura da tese está delineada em quatro capítulos, nos quais estão distribuídas as questões que compõem o estudo. O primeiro capítulo apresenta os caminhos metodológicos da investigação historiográfica, o campo de problematização, a constituição do tema, os acervos e as fontes utilizadas no estudo.

O segundo capítulo analisa a escolarização feminina à medida que relaciona o acesso das meninas às escolas com a crescente inserção de mulheres no magistério primário no Espírito Santo no período investigado (1845-1920). Buscamos também estabelecer nexos entre o ingresso das mulheres no magistério e o afastamento paralelo dos homens dessa profissão.

Dando continuidade aos objetivos da pesquisa, o terceiro capítulo buscou compreender em que medida as alterações operadas nas perspectivas de construção de um projeto nacional, no conjunto de mudanças políticas, sociais, econômicas e culturais ocorridas no Brasil, na virada do século XIX para o século XX, dentre elas, a instituição da República, modularam o acesso feminino à escolarização, de acordo com o ideário de cidadania a ser exercida pelas mulheres. No curso dessas modulações, observamos a crescente inserção das mulheres na profissão docente. Desse modo, procuramos compreender também como as reformas de ensino ocorridas nas décadas finais do século XIX e nas primeiras décadas do século XX resignificaram a presença das mulheres no magistério e interferiram na constituição da profissão docente no Espírito Santo.



No quarto capítulo, retratamos os principais elementos que compõem o debate em torno das Escolas Normais no Brasil. Também intentamos proceder à “reconstituição” do processo de criação, funcionamento e expansão do Curso e da Escola Normal no Espírito Santo. Interrogamos, nessa parte do texto, em que medida as escolas normais interferiram na profissionalização e na feminização do magistério primário no Espírito Santo.

A operação historiográfica mostrou que o início da atuação das mulheres no magistério primário no Espírito Santo ocorreu em 1845, com a contratação de Maria Carolina Ibrence. A professora foi contratada para ocupar a primeira cadeira feminina da Capital da província. Vimos que, no período de 1845 até a instituição das escolas mistas, decorrentes da Reforma Leôncio Carvalho (1879), o crescimento do número de matrículas de meninas foi irrisório. A principal razão apontada pelos presidentes da província para justificar a falta de professoras, habilitadas. No entanto, a leitura a contrapelo nos indica que, além da falta de professoras, também existia uma contenção de recursos por parte dos governantes na criação de classes de meninas, uma vez que a definição de sua abertura ficava por conta dos governos locais. As classes e escolas mistas foram consideradas uma alternativa econômica para a ampliação da oferta da escolarização e, como as mulheres tiveram preferência para ocupar essas classes, a ampliação delas acarretou o aumento da presença feminina na docência primária do Espírito Santo.

Também observamos que o ideário republicano interferiu na expansão da escolarização e profissionalização das mulheres professoras. As inúmeras transformações políticas, econômicas e sociais que marcaram o entresséculo, a correlação de forças entre positivistas liberais e conservadores, a Igreja católica e os movimentos populares foram elementos importantes para a “modelagem” dada à educação feminina. Esperava-se formar mulheres que ajudassem na construção e consolidação da nascente República dentro dos parâmetros socialmente aceitáveis para as mulheres da época. O que se viu, no entanto, foi uma variedade de experiências e as mulheres perceberam na educação, como professoras e alunas, uma importante possibilidade de emancipação social.

A Reforma Moniz Freire (1892) e a Gomes Cardim (1908) estabeleceram relevantes alterações na instrução primária no Espírito Santo. Tiveram o objetivo de aprimorar a

institucionalização do ensino público, reformar a Escola Normal e estabelecer parâmetros para a profissionalização do magistério. Podemos citar, como desdobramentos dessas reformas, a instituição da obrigatoriedade da instrução primária para todas as crianças em idade escolar, independente do sexo, e a extensão do controle do Estado sobre o ensino e, por consequência, sobre a atividade docente.

Nesse sentido, a frequência à Escola Normal revelou-se fundamental para a formação de mulheres que almejaram ocupar as vagas no magistério primário. As Escolas Normais, inicialmente instáveis e pouco frequentadas, tornaram-se espaços privilegiados para a transformação de meninas/mulheres em professoras (LOURO, 2001). Apesar de o Curso Normal ser facultado a homens e mulheres, observamos que a expansão das escolas foi acompanhada por sua feminização, movimento que reverberou na profissão docente. Para além do currículo do Curso Normal, que pretendia formar mulheres para serem boas professoras, esposas e mães, vimos que elas, ao adentrarem na profissão, também alteraram o seu estatuto social.

Assim, as docentes não foram simplesmente levadas a ocupar as classes criadas, nem as desprovidas, com o afastamento paralelo dos homens do magistério; elas forjaram a constituição dessa profissão. Nesse contexto, as fontes apontam que não foi a entrada das mulheres que rebaixou o salário dos educadores, visto que, muito antes do ingresso delas, já existiam inúmeras manifestações dos presidentes da província que denunciavam a desvalorização salarial dos professores no Espírito Santo.

Os primeiros anos da docência feminina não foram fáceis. Já não era fácil para os homens, diga-se de passagem. As fontes apontam, para além dos baixos salários, a precariedade de materiais, a dificuldade de acesso às escolas, em especial as do interior, e a interferência da política local nas atividades docentes. De lá para cá, o magistério passou por inúmeras transformações. Compreender como as mulheres, professoras e alunas, participaram desses processos, permanece um desafio para os/as historiadores/as da História da Educação. Esperamos que a operação realizada nesta tese, com todos os seus limites, contribua para a compreensão do processo de ingresso e feminização do magistério primário no Espírito Santo.

## CAPÍTULO I

### CAMINHOS DA INVESTIGAÇÃO HISTORIOGRÁFICA

Penso que não se deve ter medo de ser ignorante, e sim procurar multiplicar esses momentos de ignorância, porque o que interessa é justamente a passagem da ignorância absoluta para a descoberta de algo novo. Considero que o verdadeiro perigo está em nos tomarmos competentes (GINZBURG, 1990).

#### 1.1 CAMPO DE PROBLEMATIZAÇÃO E CONSTITUIÇÃO DO TEMA

Os estudos historiográficos sobre a história da profissão docente no Brasil indicam as décadas finais do século XIX e as décadas iniciais do século XX como um ponto de inflexão a partir do qual tem sido investigada a crescente presença feminina no exercício do trabalho docente.

Desse modo, quanto ao recorte temporal, a historiografia preliminarmente consultada indicava a concentração inicial do nosso esforço investigativo nas décadas anteriormente indicadas. À medida que o processo de interrogação e análise das fontes levantadas localmente avançou, delimitamos, como período relevante a ser estudado, os anos de 1845 – ano em que foi contratada a primeira professora primária do Espírito Santo – a 1920, quando os dados apresentados pelo recenseamento<sup>6</sup> indicam que o magistério primário já se encontrava parcialmente feminilizado.

Procuramos, dessa maneira, escapar da utilização de delimitações temporais tradicionais/lineares, marcadas pela cronologia da história política brasileira porque, segundo Bencostta (2011), via de regra, a demarcação política da passagem do Império para a República não corresponde, necessariamente, ao movimento desigual e combinado da memória histórico-educativa. Além disso, tais delimitações não permitem trabalhar as particularidades daquele processo no Estado do Espírito Santo.

---

<sup>6</sup> BRAZIL, Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio - Directoria Geral de Estatística Recenseamento do Brazil. **População do Brazil, por Estados e municípios, segundo o sexo, a nacionalidade, a idade e as profissões**. Rio de Janeiro, 1920 (t. I).

Considerando, assim, a singularidade das “circunstâncias histórico-educacionais” que caracterizam as questões e ambiguidades que permearam o ingresso de mulheres no magistério público primário capixaba e os desdobramentos localmente produzidos na constituição da profissão docente, elegemos dois momentos distintos na duração histórica do objeto de investigação. O primeiro momento (1845 a 1889) demarca o início da atuação das mulheres no ensino primário público e o lento processo de escolarização das meninas. Nesse interregno, criou-se no Espírito Santo, em 1869, o Instituto Secundário<sup>7</sup> de formação para o magistério, exclusivamente para a formação das mulheres professoras e, em 1879, a reforma Leôncio de Carvalho instituiu as Escolas Mistas. O segundo momento (1889 a 1920) refere-se às primeiras reformulações republicanas quanto à instrução pública: a Constituição de 1891 e as Reformas Moniz Freire (1892) e Gomes Cardim (1908).

Nos dois casos, buscamos perceber tanto o movimento da política nacional como a forma com que essa política era implantada em âmbito local. Além disso, a análise se estendeu até aproximadamente dez anos depois, para que pudéssemos inferir os desdobramentos dessas reformas no objeto de estudo. Em nossas análises, acompanhando Bencostta (2011, p.399), compreendemos esses momentos “[...] como possuidores de temporalidades múltiplas, desvinculadas de tempos pautados pela cronologia linear e factual, que rejeita o acontecimento puro e simples como instrumento de uma análise mecanicista da causalidade [...]”. Em outras palavras, ao longo da operação historiográfica efetuada, levamos em conta a complexidade das relações de força (GINZBURG, 2002) evidenciadas nas singularidades do fenômeno estudado no Espírito Santo.

Dentro desse recorte, pretendemos investigar questões e ambiguidades que permearam o ingresso de mulheres no magistério público primário capixaba e os desdobramentos localmente produzidos na constituição da profissão docente. Por exemplo, observamos que pesquisas realizadas por Almeida (1998), Carvalho (1998), Catani *et al.* (2000), Louro (1986, 1997, 2001), Silva (2002), Yannoulas (2013) e Alvarenga (2007) remetem à análise da feminização do magistério como um desdobramento do processo de inserção das mulheres nesse campo.

---

<sup>7</sup> Lei nº 29, de 4 de dezembro de 1869 (ANEXO A).

Outros estudos (ALMEIDA, 2004, 1998; FRANCO, 2001; NOVAES, 1984) apontam que a profissão docente regulada pelo Estado foi sendo constituída e foi constituindo os processos formativos dos professores e professoras. Daí a relevância de lançarmos um olhar atento aos cursos de formação para o magistério primário (Curso Normal) existentes no período estudado. Desse modo, identificamos três principais eixos articuladores da pesquisa: o processo de inserção e profissionalização das mulheres no magistério público e primário capixaba, a crescente feminização<sup>8</sup> da profissão e os percursos formativos para o magistério primário no período em tela. Consideramos esses eixos os fios condutores da operação historiográfica, à medida que estão intimamente relacionados e se constituem de forma articulada no processo histórico. Buscamos, assim, identificar e compreender tensões, permanências e discontinuidades na constituição do trabalho docente.

O primeiro momento da nossa trajetória de pesquisa tratou do diálogo com a literatura produzida sobre a inserção das mulheres no magistério primário e seus desdobramentos para o trabalho docente no Estado do Espírito Santo. Para isso, visitamos periódicos e bancos de dados, no sentido de levantar estudos e pesquisas sobre o tema. Nessa fase da investigação, a tarefa foi a leitura sistemática e o fichamento desses trabalhos com vistas a “garimpar”, relacionar e selecionar as produções que de alguma forma dialogassem com a pesquisa em curso.

Assim, realizamos um levantamento acerca do tema no campo de pesquisas em História da Educação. Priorizamos produções acadêmicas que estabelecessem alguma relação entre a história das mulheres, magistério e/ou educação. Essa operação perdurou até o final da pesquisa e da produção da tese ora apresentada,<sup>9</sup> considerando que, no diálogo com as fontes e com os escritos sobre o tema, é comum que surjam novas e outras produções. Dessa forma, consultamos bancos de

---

<sup>8</sup> Ao longo deste texto, assumiremos o conceito de feminização formulado por Hirata e Zarifian (2009) e apropriado por Yannoulas (2013). Essas autoras diferenciam os termos feminização e feminilização do trabalho e das ocupações: a feminização está relacionada com o significado qualitativo, refere-se às transformações num determinado tipo de ocupação ou profissão, ocasiona mudanças no significado da profissão ou ocupação; já a feminilização refere-se, e limita-se, ao aspecto quantitativo do fenômeno, ou seja, no caso da feminilização do magistério, diz respeito ao aumento significativo do número de mulheres dessa profissão. O debate será aprofundado no terceiro capítulo.

<sup>9</sup> Uma vez que nossa busca não acaba com o fim da tese, consideramos o final deste trabalho uma etapa concluída de muitas outras pesquisas a serem desenvolvidas sobre o tema.

teses e dissertações, periódicos e anais de eventos na área de História da Educação a partir dos seguintes descritores:<sup>10</sup> mulheres, Curso Normal, trabalho docente, feminização e professoras.

A busca por teses e dissertações foi realizada mediante consulta aos bancos do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE-Ufes), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) do Instituto Brasileiro da Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) e do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS/Ufes). Para a identificação e a localização de teses e dissertações indisponíveis nos bancos supracitados, utilizamos os acervos da biblioteca da Ufes e de outras universidades, à medida que as leituras nos indicavam publicações que dialogam com o foco da investigação. Esse levantamento revelou a existência de poucas produções sobre o processo de inserção das mulheres no magistério primário.

Quanto aos artigos publicados em periódicos, selecionamos os veiculados na *Revista Brasileira de Educação* (RBE),<sup>11</sup> na *Revista Brasileira de História da Educação* (RBHE)<sup>12</sup> e produções do Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR/Unicamp), totalizando 52 artigos. Seguindo a mesma metodologia utilizada quanto às teses e dissertações, os trabalhos foram igualmente divididos por temas e por abrangência.

Com o objetivo de incluir na análise investigações que não apareceram nos periódicos selecionados, ampliamos o observatório de análise de estudos e pesquisas, o que contribuiu para alargar o campo de produção. Dessa feita, elegemos como prioritários os anais de trabalhos apresentados no Congresso Brasileiro de História da Educação, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped) e em periódicos diversos e anais de encontros que trataram do tema. A seleção considerou a aproximação com o campo e com os eixos articuladores da pesquisa.

---

<sup>10</sup> Para selecionar os artigos a serem utilizados, foram consultados os seus respectivos resumos. Esse procedimento nos ajudou a “garimpar” as produções que, em nossa avaliação inicial, poderiam colaborar com a investigação.

<sup>11</sup> Mantida pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), de periodicidade trimestral e avaliação Qualis A1 pela Capes.

<sup>12</sup> Mantida pela Sociedade Brasileira de História da Educação, de periodicidade quadrimestral e avaliação Qualis A2 – Capes.

Feito o reconhecimento inicial do conteúdo dos trabalhos, procedemos ao seu agrupamento por temas e abrangência geográfica. Quanto aos temas, subdividimos em 12 grupos,<sup>13</sup> a saber: alfabetização/instrução primária, curso/escola normal, educação e religiosidade, educação feminina, educação na Primeira República, forma/cultura escolar gênero/feminização, História da Educação, História do Espírito Santo, inserção das mulheres no magistério, reformas educacionais e trabalho docente (Tabela 1).

Tabela 1 – Levantamento de produções acadêmicas relacionadas com a temática

Tema	Teses e Dissertação		Revistas		Anais	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Alfabetização/Instrução Primária	5	5,88	10	19,23	1	5,00
Curso/Escola Normal	10	11,76	9	17,31	5	25,00
Educação e Religiosidade	-	-	3	5,77	1	5,00
Educação Feminina	10	11,76	5	9,62	1	5,00
Educação na Primeira República	13	15,29	-	-	-	-
Forma/Cultura Escolar	-	-	5	9,62	1	5,00
Gênero/Feminização	20	23,54	5	9,62	9	45,00
História da Educação	-	-	1	1,91	-	-
História do Espírito Santo	13	15,29	-	-	-	-
Inserção no Magistério	6	7,06	-	-	-	-
Reformas Educacionais	-	-	3	5,77	1	5,00
Trabalho Docente	8	9,42	11	21,15	1	5,00
<b>Total</b>	<b>85</b>	<b>100,00</b>	<b>52</b>	<b>100,00</b>	<b>20</b>	<b>100,00</b>
Abrangência	Teses e Dissertação		Revistas		Anais	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Brasil	5	5,88	19	36,54	7	35,00
Espírito Santo	33	38,82	2	3,85	9	45,00
Outros Estados	47	55,30	20	38,46	-	-
Não identificados	-	-	11	21,15	4	20,00
<b>Total</b>	<b>85</b>	<b>100,00</b>	<b>52</b>	<b>100,00</b>	<b>20</b>	<b>100,00</b>

Fonte: [www.educacao.ufes.br/pos-graduacao/PPGE](http://www.educacao.ufes.br/pos-graduacao/PPGE); [www.capes.gov.br/](http://www.capes.gov.br/); [w.w.w.ibict.br/](http://w.w.w.ibict.br/); [www.historia.ufes.br/](http://www.historia.ufes.br/); [www.scielo.br/rbedu/rbhe](http://www.scielo.br/rbedu/rbhe); [www.sbhe.org.br/](http://www.sbhe.org.br/); [http://www.histed.br.fe.unicamp.br/](http://http://www.histed.br.fe.unicamp.br/); [www.anped.org.br/](http://www.anped.org.br/); [www.sbhe.org.br/](http://www.sbhe.org.br/).

Em relação às teses e dissertações, o levantamento nos possibilitou o diálogo com trabalhos de pesquisa cujas temáticas se aproximam dos objetivos da tese, além de indicar o seu ineditismo, uma vez que não encontramos produções sobre os processos de inserção das mulheres no magistério no contexto do Espírito Santo. Entre os 33 trabalhos cujo *locus* de análise é o Espírito Santo, 13 relacionam-se com

<sup>13</sup> A busca foi feita em todos os bancos com os mesmos descritores. O fato de alguns grupos não aparecerem em algumas colunas indica que, no referido banco, não foram encontrados trabalhos sobre a temática com os descritores utilizados.

a história do Espírito Santo. Essas produções têm contribuído para a nossa aproximação com o campo em que a escrita historiográfica está situada.

Quanto aos artigos publicados em periódicos, a busca nos revelou um número menor de estudos com *locus* no Espírito Santo, ao passo que acrescentou produções que apresentam o tema em diferentes contextos. Foi necessário incluir novas temáticas, pois, apesar de os descritores serem os mesmos apresentados, a leitura inicial dos artigos foi nos conduzindo a outras investigações que muito contribuíram para a tessitura teórica da tese.

No que se refere aos textos publicados em anais de eventos, o exercício nos possibilitou observar que são escassos os estudos que focalizam o processo de inserção das mulheres no magistério. Já as investigações que se dedicam a cursos e às Escolas Normais estão presentes com incidência significativa nos três levantamentos realizados, o que nos indica que essa pode ser uma importante “janela” nos registros historiográficos para a compreensão do tema pesquisado. A operação realizada também aponta que a inserção das mulheres no magistério no Brasil já ocorria na primeira metade do século XIX, tendo experimentado expressivo crescimento nas primeiras décadas do século XX.

Nesse processo, atentamos para o fato de que, em grande parte dos Oitocentos, ser professor público não significava atuar em uma escola pública, uma vez que, nesse período, aulas públicas eram ministradas nas casas dos professores e professoras (LIMEIRA, 2010). É possível afirmar que as imbricações (para usar as palavras da autora) entre o público e o privado também tenham provocado desdobramentos favoráveis à inserção das mulheres no magistério, dada a valorização da atuação delas em ambientes mais privados.

Nossa intenção, ao estabelecer o diálogo com as produções e as fontes encontradas, foi buscar vestígios e pistas de quando e como esse processo de inserção feminina no magistério primário público se desenvolveu no Espírito Santo. Vale ressaltar que os trabalhos selecionados dialogam, de alguma forma, com um ou mais eixos articuladores da pesquisa e nos ajudaram a compreender o período estudado. Com exceção das investigações relacionadas com gênero e a



feminização do magistério,<sup>14</sup> as demais análises estão localizadas na demarcação temporal estabelecida para este estudo.

Franco (2001), Almeida (2004), Louro (2001), Yannoulas (2013) e outros/as autores/as que investigam a inserção das mulheres no magistério e o processo de feminização do trabalho docente nos estimulam a aprofundar análises de questões ainda pouco tratadas referentes a esse fenômeno. Dialogando com essas e com outras pesquisas sobre o tema, esta investigação foi desenvolvida com base nas seguintes interrogações: quando e como aconteceu a inserção das mulheres no magistério capixaba? Que fatores contribuíram para a configuração da presença das mulheres no magistério local? Como a Escola e o Curso Normal contribuíram para o ingresso das mulheres no magistério primário capixaba e para a sua feminização?

As respostas iniciais a essas questões nos indicavam que o processo de escolarização das meninas no Espírito Santo constituiu o primeiro passo para o ingresso das mulheres no magistério primário. Partimos do pressuposto de que o Curso Normal exerceu relevante influência tanto para a formação das primeiras professoras primárias capixabas como para o posterior processo de feminização do magistério, importante desdobramento do processo de inserção das mulheres. Acreditamos também que a precarização do magistério e os baixos salários com que eram remunerados os professores contribuíram para que muitos homens abandonassem a profissão. Nesse movimento, as mulheres foram ocupando os postos já desinteressantes para os homens.

Nesta pesquisa, procuramos compreender quando e como ocorreu o ingresso das mulheres no magistério primário capixaba e também caracterizar o processo de transformação de uma profissão que, por muito tempo exercida exclusivamente por homens, “possibilitou” a inserção das mulheres e, anos depois, tornou-se uma profissão feminizada. Pretendemos também analisar em que medida o Curso Normal teve influência sobre esses processos intrinsecamente relacionados.

Yannoulas (2013) chama a atenção para o fato de que as pesquisas sobre trabalho docente raramente utilizam o referencial analítico dos estudos de gênero.

---

<sup>14</sup> Considerando a atualidade do gênero como categoria de análise e a feminização como um processo recente, quando comparados com a inserção das mulheres no magistério. Sobre isso, Yannoulas (2013) afirma que, no Brasil, as pesquisas que relacionam gênero com educação são recentes e datam da virada do século XX para o XXI.

Normalmente localizam-se apenas na leitura dos estudos do trabalho ou nos estudos pedagógicos. Na mesma linha de pensamento, Louro (1997, p. 478) afirma:

Não parece ser possível compreender a história de como as mulheres ocuparam as salas de aulas sem notar que esta foi uma história que se deu também no terreno das relações de gênero: as representações do masculino e do feminino, os lugares sociais previstos para cada um deles são integrantes do processo histórico. Gênero, entendido como construção social e, articulado à classe, etnia, religião, idade determinou, algumas posições de sujeito que as mulheres professoras ocuparam [...].

Apesar de as manifestações feministas, em relação às possibilidades sociais das mulheres, terem ganhado destaque a partir do século XIX, somente na segunda metade do século XX o gênero aparece “[...] como um novo tema, um novo campo de pesquisa histórica, ou seja, particularmente, a história das mulheres, em suas múltiplas funções, ocupações e sentidos [...]” (VASCONCELOS, 2011, p. 21).

Tedeschi (2012) alerta para o fato de que a marginalização da mulher na historiografia tradicional não significa que as mulheres foram excluídas nos processos históricos e propõe a abordagem de gênero nos estudos relativos à história das mulheres. Para ele, “[...] é possível pensar a relação entre gênero e memória complexibilizando-a mais, possibilitando a compreensão da multiplicidade de configurações de gênero que marcam a memória e nela se expressam [...]” (TEDESCHI, 2014, p.22). Nesse sentido, o gênero efetuará uma ação não apenas no plano de categorias e de agentes, mas também sobre o que está sendo dito pelo próprio gênero. Nessa direção, Gondra e Schueller (2008, p.205), ao se reportarem à educação das mulheres no século XIX, chamam a atenção para o fato que “[...] a experiência histórica das mulheres não pode ser tomadas no singular [...]” e,

[...] a despeito da hegemonia dos discursos que visavam construir o feminino sob o paradigma abstrato da domesticidade e da restrição das mulheres aos espaços privados e familiares, as representações sobre as mulheres e os modos de educá-las, bem como sobre suas práticas sociais e funções naquela sociedade, eram múltiplas e contraditórias (GONDRA; SCHUELLER, 2008, p.206).

Desse modo, este estudo soma-se ao que Tedeschi (2012) aponta como uma das dificuldades nos registros históricos sobre as mulheres: a falta de historiadores (homens e mulheres) que se dediquem a interpretar a história das mulheres. Para ele,

Em razão da falta de um maior número de pesquisas regionais e sínteses, que nos permitam resgatá-las de regiões onde o tema não despertou vocações. Faltam debates sobre a história das mulheres, e poderíamos perguntar: para que serve a história das mulheres? E a resposta viria, simples, para fazê-las existir, viver e ser (TEDESCHI, 2012, p. 126).

Huhner (1981), ao se referir às práticas historiográficas relativas às mulheres, chama a atenção para os equívocos a serem evitados nesse processo. Um desses equívocos diz respeito a comparações entre grupos distintos, como os negros/as, as minorias raciais ou étnicas oprimidas ou os grupos economicamente carentes. Ao contestar essas comparações, a autora se vale do seguinte argumento: apesar de as mulheres (negras e brancas) não terem igualdade de direitos em relação aos homens no período escravista, não era negada liberdade física a todas as mulheres. Por outro lado, “[...] os escravos poderiam eventualmente fugir ou comprar sua alforria, enquanto a feminilidade era inelutável para as que nela nasceram [...]” (HUHNER, 1981, p.17). Outra distinção estabelecida entre a diferenciação social das mulheres e dos/as negros e negras escravizados, identificada pela autora, diz respeito ao fato que esta última se configurou como uma experiência coletiva, “[...] mas mulheres não escravizadas frequentemente sofreram em isolamento e por fim, mesmo sob a escravidão, a opressão a que as escravas eram submetidas era, em alguns aspectos, diferentemente da experiência dos escravos” (HUHNER, 1981, p.18).

Da mesma forma, a comparação com os grupos minoritários se mostra insatisfatória à medida que, via de regra, os membros de um grupo minoritário sofrem discriminação e geralmente compartilham o *status* inferior de todo o grupo, mas “[...] as mulheres podem ser esposas de presidentes e irmãs de banqueiros, e podem até casar-se com membros desse *status*, ao contrário da maioria dos membros dos grupos minoritários [...]” (HUHNER, 1981, p. 18). Desvela-se, assim, outra especificidade a ser considerada nas investigações históricas sobre as mulheres:

[...] nunca é possível excluir as mulheres da mesma forma como é possível excluir outros grupos marginais, devido à importância vital das mulheres em satisfazer as necessidades masculinas de prazer e procriação. As mulheres são uma categoria por si próprias. Analogias com minorias ou outros grupos sociais podem aproximar-se da posição das mulheres, mas essas analogias não conseguem defini-la adequadamente [...]. Diferentemente de grupos verdadeiramente marginais, as mulheres estão distribuídas por todos os grupos e

classes sociais e têm operado com os machos de seu grupo e classe (HUHNER, 1981, p. 18).

A partir dessas premissas, questiona a autora: “Como devem, então, ser tratadas e discutidas as mulheres na história? Quais são as abordagens para a história das mulheres?” (HUHNER, 1981, p.19). Sobre isso, a autora nos instiga a ir além das predominantes pesquisas históricas sobre as mulheres<sup>15</sup> e propõe uma prática historiográfica que seja capaz de reconstruir a complexa realidade das mulheres e investigue “[...] a gama total de experiências de vida das mulheres, suas atividades, funções, problemas, percepções e valores [...]” (p. 20). A autora ainda chama a atenção para o fato de que “[...] não é fácil reconstruir o passado do ponto de vista feminino, ponto de vista, lembremos, de mulheres de diferentes classes e camadas sociais” (p. 17).

Concordamos com Dias (1994), quando diz que a documentação da experiência vivida possibilita abrir outros caminhos no que diz respeito à história das mulheres. A autora acredita que cabe à historiografia produzir novas e outras interpretações historiográficas que expressem não apenas a dominação masculina, mas também as improvisações e as resistências das mulheres. Dessa forma, cabe à historiografia feminista evidenciar as diferenças e explorar a diversidade dos papéis informais femininos. É nesse sentido que a pesquisa buscou trilhar os caminhos da historiografia, tendo como pano de fundo os estudos de gênero e do trabalho docente para contribuir com a escrita da história das mulheres professoras pioneiras no exercício do magistério no Espírito Santo.

Pesquisadores/as da História da Educação Brasileira (GONDRA; SCHUELER, 2008; FARIA FILHO *et al.* 2005; NASCIMENTO, 2011, por exemplo) indicam que ainda existe uma lacuna nas investigações sobre o trabalho docente, as organizações associativas, o processo de transformação do ofício, a estratificação social em que viviam a maior parte das mulheres no século XIX, em especial no âmbito local de algumas províncias. Acreditamos que esta pesquisa pode contribuir para a composição do conhecimento em História da Educação para a escrita da história

---

<sup>15</sup> A autora identifica duas principais abordagens que têm sido utilizadas no Brasil para o estudo das mulheres: a que retrata a vida de mulheres excepcionais e os estudos que descrevem as contribuições e o *status* das mulheres na sociedade. Nesta última, a autora inclui as pesquisas que investigam as lutas pelos direitos das mulheres. Para ela essas pesquisas são válidas, mas não suficientes para caracterizar a multiplicidade das experiências das mulheres.

das mulheres no Estado do Espírito Santo. Esse é, certamente, um dos elementos que justifica a sua realização e é nisso que se encerra o ineditismo desta proposta.

## 1.2 A TRAJETÓRIA FEMININA NA HISTÓRIA COMO CAMPO DE PROBLEMATIZAÇÃO

A análise de Scott (1992) sobre o tema aponta que a história das mulheres já se configurou como uma prática em muitas partes do mundo e identifica as décadas de 1960 e 1970 como referência para a definição desse campo de estudo. Os anos de 1960 são marcados pela política feminista que reivindicava uma prática historiográfica que, além de dar visibilidade à ação das mulheres, também oferecesse explicações sobre a opressão e a luta feminina. Varikas (1994, p.72) concorda com Scott quando argumenta que

Não se trataria simplesmente de ‘torná-las visíveis’ na história, ainda que este fosse o resultado principal, embora não negligenciável, das primeiras contribuições; mas, sobretudo de reafirmar, a propósito delas, que a história não é o resultado de leis impessoais agindo pelas costas dos seres humanos, mas o resultado, sem dúvida enviesado e freqüentemente incontrolável, de ações humanas providas de sentido. Esta vontade política de conceder às mulheres o estatuto de sujeitos da história contribuiu amplamente para o encontro das historiadoras feministas com as experiências históricas das mulheres.

Nos anos de 1970, salienta a autora, houve certo afastamento da política. Nessa década, ocorre uma gradativa expansão do campo de questionamento. O movimento buscava documentar os variados aspectos da vida das mulheres. Esse período marca, ainda, o crescimento de produção científica sobre a temática, as controvérsias internas do campo de estudo, o avanço dos diálogos interpretativos e a emergência de autoridades intelectuais reconhecidas, o que justificaria o distanciamento da política.

A autora, no entanto, reconhece as diferenças relevantes quanto aos recursos, à representação e ao lugar que a produção científica<sup>16</sup> sobre a história das mulheres ocupa no currículo escolar. Talvez, por isso, Scott (1992) defenda que a história das

---

<sup>16</sup> Tedeschi (2012, p.114) afirma que “[...] a história e as demais ciências refletem e expressam basicamente o ponto de vista e a experiência masculina nos seus currículos e disciplinas [...]”. Da mesma forma, Varikas (1994), referindo-se ao contexto francês, aponta que, no que se refere ao ensino da história naquele país, apesar dos avanços visivelmente alcançados nos últimos anos, a problemática do gênero ou das relações sociais de sexo ainda não é um objeto de ensino integrado ao currículo.

mulheres ultrapasse a escrita linear da história. Propõe uma historiografia que considere a complexidade do fenômeno, a posição vertical das mulheres na História e o movimento feminista, além de ressaltar a inclusão do recorte de gênero nos processos educativos próprios da disciplina História. Dessa forma:

[...] reivindicar a importância das mulheres na história significa necessariamente ir contra as definições de história e seus agentes já estabelecidos como 'verdadeiros', ou pelo menos como reflexos acurados sobre o que aconteceu (ou teve importância no passado). E isso é lutar contra padrões consolidados por comparações nunca estabelecidas, por pontos de vista jamais expressos como tais (SCOTT, 1992, p. 77-78).

Varikas (1994, p.64) considera que, no plano institucional, a trajetória da história das mulheres “[...] constitui invariavelmente um campo de pesquisa secundário, desprovido de legitimidade [...]”. Soihet e Pedro (2007), no entanto, ao mesmo tempo em que debitam essas lacunas da historiografia à tradição iluminista herdada nas abordagens históricas praticadas, defendem formas mais eficientes para a legitimação, o que se tem produzido no âmbito da história das mulheres e das relações de gênero. Apesar da inclusão tardia do gênero e das mulheres como categorias analíticas por parte da História, consideram inegável o avanço nas produções historiográficas que abordam a história das mulheres nos últimos anos.<sup>17</sup>

Opondo-se ao “[...] caráter universal comumente atribuído ao sujeito da história, representado pela categoria homem” (SOIHET; PEDRO, 2007, p. 284),<sup>18</sup> característico do pensamento iluminista, Dias (1994) afirma que a opção teórica das estudiosas feministas deve questionar as totalidades e os estereótipos universais. Segundo a autora,

A história traça uma ponte entre o presente e o futuro de modo que aos poucos, na medida da produção deste conhecimento novo, poder-se-á prever o escrutínio do vir a ser de mulheres diferentes daquelas que foram ideologicamente determinadas pela cultura. O conhecimento histórico dessas identidades femininas até hoje desconhecidas seria um passo na construção de subjetividades plurais, liberadas do jugo da categoria epistemológica dos séculos XVII e XVIII de um Sujeito Abstrato Universal (DIAS, 1994, p. 374-375).

<sup>17</sup> As autoras focalizam sua análise a partir da década de 1980.

<sup>18</sup> Soihet e Pedro (2007) sinalizam que nem todos os homens eram representados nessa categoria, no geral, o homem branco ocidental.

Também Hahner (1981) critica a desatenção às mulheres nos registros históricos tradicionais. Aponta como uma das principais causas para essa característica a natureza da história tradicional e o fato de a história ter sido escrita por muito tempo majoritariamente pelos homens que,

[...] enquanto transmissores tradicionais da cultura na sociedade, incluindo o registro histórico, veicularam aquilo que consideravam e julgavam importantes. Na medida em que as atividades das mulheres se diferenciam consideravelmente das suas, elas foram consideradas sem significação e até indignas de menção. Por isso as mulheres permaneceram à margem das principais relações do desenvolvimento histórico (HAHNER, 1981, p. 14).

Se, por um lado, Tedeschi (2014) ressalta que a história tradicional demonstrava maior interesse pelos aspectos da vida social relacionados principalmente com a política e a economia, o que contribuiu para a generalização do devir histórico e a imposição sobre o passado de uma “[...] cultura histórica etnocêntrica e patriarcal” (p.17), Hahner (1981) defende que, além de as mulheres serem negligenciadas como sujeitos históricos, são submetidas a estereótipos e distorções históricas.

Soihet e Pedro (2007) identificam a emergência dos *Annales em 1929*<sup>19</sup> como uma relevante contraposição à abordagem até então predominante na historiografia. Argumentam que, ao propor a ampliação do leque dos sujeitos e das fontes e a atenção à vida cotidiana na escrita da história, a tradição dos *Annales* contribuiu para que as mulheres fossem incluídas como categoria analítica nas práticas historiográficas. Hahner (1981) reforça esse argumento quando identifica dois fenômenos que contribuíram para a historiografia com enfoque nas mulheres: a ascensão da história social e o crescente interesse pelos acontecimentos locais, familiares e pelo cotidiano das pessoas. E a autora alerta:

Embora venha a acontecer uma fecundação cruzada muito rica entre a história da mulher e a história social, as relações entre as duas permanecem complexas, intrincadas e de difícil análise. As duas não são idênticas e a história da mulher não é apenas um ramo da história social [...]. Partilha com a história social a recusa de uma conceituação de história como área de eventos políticos ou de indivíduos heróicos. Também lida com a dicotomia entre o comportamento ideal e o real (HAHNER, 1981, p. 15).

---

<sup>19</sup> As autoras destacam as contribuições de Marc Bloch e Lucien Febvre nesse processo.

Nas palavras de Tedeschi (2014, p.7) “[...] as mudanças ocorridas nas abordagens historiográficas a partir da escola dos *Annales* fizeram nascer ‘novos sujeitos’ a partir do cotidiano da história popular, dos oprimidos, dos silenciados etc [...]”. Soihet e Pedro (2007) também identificam a importância da emergência da história cultural para a incorporação das mulheres nas análises históricas.<sup>20</sup> Dessa forma,

[...] as transformações na historiografia, articuladas à explosão do feminismo, a partir dos fins da década de 1960, tiveram papel decisivo no processo em que as mulheres foram alçadas à condição de objeto e sujeito da História, marcando a emergência da história das mulheres [...] (SOIHET; PEDRO, 2007, p. 285).

Para Perrot (2005), a história das mulheres é marcada pelo silêncio, imposto pela família, pela Igreja e, também, pelo próprio Estado. Com isso, a mulher tem sido, às vezes, excluída da História. Essa exclusão se manifesta tanto no âmbito do relato (produção das fontes), geralmente limitado ao espaço privado, como na forma como as fontes existentes são (ou não!) utilizadas pelos historiadores/as. Fontes essas, via de regra,

[...] produzidas por homens que têm o monopólio do texto e da coisa pública [...]. O ofício do historiador é um ofício de homens que escrevem a história no masculino [...]. Econômica, a história ignora a mulher improdutiva. Social ela privilegia as classes e negligencia os sexos. Cultural ou ‘mental’, ela fala do Homem em geral, tão assexuado quanto a Humanidade. Célebres – piedosas ou escandalosas – as mulheres alimentam as crônicas da ‘pequena história’, meras coadjuvantes da História (PERROT, 2005, p. 185).

A autora reconhece que, a partir do século XIX, muitas foram as conquistas das mulheres, mas ainda persistem “[...] zonas mudas e, no que se refere ao passado, um oceano de silêncio, ligado à partilha desigual dos traços, da memória e, ainda mais, da História” (PERROT, 2005, p. 9). Acrescenta a autora: “[...] como se, por serem destinadas à obscuridade da reprodução, inenarrável, elas estivessem fora do tempo, ou ao menos fora do acontecimento” (p.9).

Tedeschi (2012) contribui para esse debate quando afirma que a excepcionalidade<sup>21</sup> com que as mulheres geralmente aparecem na historiografia indica que o estatuto

<sup>20</sup> Para maior aproximação desse debate, bastante frutífero e diversificado entre os/as estudiosos/as do gênero, das relações sociais entre os sexos e da história das mulheres, ler VARIKAS, Eleni. Gênero, experiência e subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott. **Cadernos Pagu**, n. 3, p. 63-84, 1994.

<sup>21</sup> Na historiografia predominante até o século XIX, a inserção das mulheres nos relatos históricos se dava quando estas se mostravam excepcionais de alguma forma “[...] beleza, virtude, heroísmo ou,



vigente das mulheres é o do silêncio que consente com a ordem. Hahner (1981, p. 15) é categórica quando aponta a permanência de “[...] conceitos sobre a realidade que são meras representações ou percepções de um grupo masculino dominante, grupo esse que elabora um constructo parcial como se fosse a complexa totalidade social”. Nessa linha, Dias (1994, p.374) ressalta que “[...] uma história engajada jamais se restringiria aos discursos normativos sobre as mulheres [...]”.

Referindo-se à história das mulheres no Brasil, Del Priore (2001) visualiza um repertório de pesquisas sérias e bem documentadas. Lembra que a história das mulheres, como é relacional, encontra-se presente em tudo que envolve o ser humano. Percebe-se, assim, uma contradição: se, por um lado, é preciso que se dê visibilidade à história das mulheres, revelando singularidades de sua constituição como sujeito histórico; por outro, a compreensão do caráter relacional da história humana, no que se refere ao gênero, indica que é possível, na medida em que se tem registrado a história dos homens, a produção de uma historiografia sobre as mulheres. Esse esforço deve estar aliado aos indícios e rastros deixados por homens e mulheres. É nessa perspectiva que Almeida (2011, p.73) afirma:

A escassez de fontes documentais acerca da situação das mulheres em todos os âmbitos sociais, nos vários períodos históricos, deriva de uma desigualdade de gênero que sempre manteve o sexo feminino alijado das esferas decisórias. Atualmente isso é questionado pelos pesquisadores e pesquisadoras de gênero, preocupados/as com a falaciosa invisibilidade histórica das mulheres. Se esta se deu nos planos dos registros oficiais, tal não aconteceu na realidade cotidiana, e desvelar seu papel se reveste de um duplo esforço investigativo e um investimento na análise histórica na perspectiva de gênero.

Para Soihet e Pedro (2007), o cenário atual no campo da historiografia é marcado por uma diversidade de correntes e abordagens teóricas. Vemos concepções que defendem a teoria como uma indispensável ferramenta para a construção do conhecimento histórico sobre as mulheres. Outras teorias relativizam a presença feminina diante da controversa concepção das mulheres como seres sociais. Dessa diversidade emergem uma variedade de estudos que têm contribuído para o fortalecimento tanto do gênero como da história das mulheres como categorias analíticas.

---

pelo contrário, por suas intervenções tenebrosas e nocivas, suas vidas escandalosas [...]” (TEDESCHI, 2012, p. 108).

É nessa linha de raciocínio que a pesquisa propõe uma narrativa histórica, crítica às formas tradicionais de apresentar as mulheres na História. Buscamos relacionar as narrativas históricas sobre as mulheres, os estudos de gênero e a História da Educação para reconstituir um fragmento importante para a constituição do magistério primário capixaba. Esse cenário nos levou às opções metodológicas que apresentamos abaixo.

### 1.3 ESCOLHAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Neste estudo, dialogamos com teorizações e práticas historiográficas associadas à micro-história italiana, em contraposição ao modelo macroscópico e quantitativo que predominou na historiografia internacional, entre os fins de 1950 e a metade dos anos 1970 (GINZBURG, 2007). Dada a complexidade e a especificidade do tema, consideramos a abordagem teórico-metodológica sustentada pela micro-história italiana uma opção pertinente para a operação historiográfica, uma vez que esta privilegia a redução de escala para a análise e parte de fragmentos deixados ao longo do tempo para narrar um fato histórico. Diante da costumeira invisibilidade conferida às mulheres no período em tela, rastros, indícios e sinais é o que temos em relação às primeiras professoras capixabas. Elegemos como principal referência os estudos de Carlo Ginzburg, por considerar que o tipo de pesquisa por ele desenvolvida possibilita a aproximação com o objeto de estudo.

Valemo-nos de alguns dos conceitos centrais desenvolvidos por Carlo Ginzburg em todas as fases da investigação. Nosso ponto de partida foi a ênfase dada pelo autor à desnaturalização dos processos sociais, elemento fundamental para os estudos de gênero e, conseqüentemente, para a história das mulheres. Ao selecionar e dialogar com as fontes, buscamos considerar o contexto de sua produção e identificar a correlação de forças que permitiram que essas fontes fornecessem (ou não) determinadas informações. Disso decorre a necessidade da “desnaturalização” que questiona, inclusive, o que está aparente, ou seja, é preciso que o/a historiador “estranhe” o que observa à primeira vista – estranhamento.

Em *Olhos de madeira* (2001), Ginzburg introduz o debate sobre o tema, afirmando que, via de regra, atos habituais, repetidos, cotidianamente, tendem a se tornar automáticos, ou seja, acostumamo-nos a fazer, ver e sentir. Fazendo alusão a

Chklovski,<sup>22</sup> Ginzburg introduz o tema com os seguintes questionamentos: “[...] deve o ‘estranhamento’ ser considerado sinônimo de arte em geral [...] ou como um procedimento relacionado a uma tradição literária específica?” (p.19). A resposta imediatamente após as questões e o decurso do seu texto nos leva a acreditar que Ginzburg se utiliza do conceito de estranhamento “[...] numa perspectiva diferente e mais complicada [...]” (p.19).

Possíveis respostas a essas questões podem ser encontradas nas teorizações de Ginzburg (2001) sobre o caráter cognoscitivo da história como conhecimento humano produzido. É nesse sentido que o estranhamento pode se constituir como um artefato de pesquisa, à medida que o/a historiador/a se propõe uma prática historiográfica que desafie o aparente, familiar e habitual em busca de indícios e sinais para a escrita da história.

Nessa perspectiva, nosso olhar esteve atento aos rastros, indícios e sinais deixados pelo tempo, uma vez que “[...] o olhar estupefato do estranho destrói a aura gerada pelo costume ou pela reverência” (GINZBURG, 2007, p. 119). Acreditamos que esse olhar seja fundamental no processo de escrita da micro-história. Nas palavras de Ginzburg (2001, p. 41):

[...] o estranhamento é um antídoto eficaz contra um risco a que todos nós estamos expostos: o de banalizar a realidade (inclusive nós mesmos). As implicações antipositivistas dessa observação são óbvias. Mas, ao salientar as implicações cognitivas do estranhamento, eu gostaria também de me opor com a máxima clareza possível às teorias da moda que tendem a esfumar, até torná-los indistintos, os limites entre história e ficção.

Diante disso, o estranhamento pode ser utilizado como um procedimento (SIMÕES; FARIA FILHO, 2012) relevante para driblar a naturalização da realidade (GINZBURG, 1989). Importante artefato metodológico nas pesquisas que se dedicam à história das mulheres, considerando as imbricações dessas investigações com o gênero como princípio analítico.

A partir do pressuposto de que as mulheres não são passivas ou submissas e que, por mais que a dominação e a opressão masculina sejam reais, não são suficientes

<sup>22</sup> Considerado um formalista russo. Segundo Eagleton (2003), os formalistas russos, como um grupo de críticos literários que se opunham às doutrinas simbolistas que predominam nas primeiras décadas do século XX. Esses formalistas, “[...] imbuídos de um espírito prático e científico, transferiram a atenção [da crítica literária] para a realidade material do texto literário em si” (p.3).

para contar a história das mulheres, Perrot (2005, p. 212) sugere que os estudos historiográficos reencontrem as mulheres em ação, nas produções de suas vidas e no movimento da história por elas criado, uma vez que “[...] elas traçam um caminho que é preciso reencontrar. Uma história outra. Uma outra história”. É nesse intuito que nos valem dos estudos da micro-história italiana para a pesquisa sobre as mulheres professoras no Espírito Santo. Identificamos, nessa prática historiográfica, um caminho possível e instigante na escrita da história das mulheres. Sobre essa relação, afirmam Ginzburg, Castelnovo e Poni (1989, p. 172):

Não é de se estranhar que os inquêritos micro-históricos tenham, em muitos casos, como objeto de análise os temas do privado, do pessoal e do vivido, propostos com tanta veemência pelos movimentos feministas, isso não é uma coincidência – visto que as mulheres foram indubitavelmente o grupo que tem pago os custos mais elevados pelo desenvolvimento da história humana.

Em entrevista concedida a Palhares-Burke (2000), Ginzburg afirma que somente aos poucos foi se conscientizando de que o que considerava uma abordagem neutra da história era, na verdade, uma abordagem masculina. Em *Os rastros e os fios*, o autor (2007, p. 137) esclarece:

Na sociedade tolerante delineada no fim de *Il faut prendre un parti*,<sup>23</sup> as mulheres nem chegam a ser mencionadas. Pode ser que essa atitude, assim como a atitude para com os escravos, deva ser posta nos limites históricos do Iluminismo e, como tal, deva ser distinguida da sua herança ideal. Podemos nos indagar se essa herança é realizável. Podemos nos indagar se a sua realização é desejável [...].

De acordo Ilana Löwy (2014, p.12), apesar da afinidade da abordagem historiográfica defendida por Ginzburg com a história das mulheres, considerando-as como “[...] um grupo que se situa à margem da história oficial [...]”, a problemática de gênero não se manifesta como um interesse particular do autor. Como observa a autora, Ginzburg não considera o sexo<sup>24</sup> como um elemento especial, particular na sua prática historiográfica. Para ele, o sexo, assim como outras dimensões da vida

<sup>23</sup> Identificada como uma das principais obras de Voltaire. Nela o autor se propõe responder à questão sobre a existência de um Deus a partir do pressuposto de que esse tema é de interesse de todos (MOTA, 2014).

<sup>24</sup> Löwy (2015) identifica a sua compreensão do gênero como relações sociais entre os sexos. Para ela, o gênero “[...] se construiu como diferenças escolhidas para construir uma dominação” (p. 492). Nesse sentido, entendemos que, ao se referir a sexo, supunha a relação social imbricada nas relações entre os sexos. Vale, nesse sentido, lembrar o que aponta Varikas (1984), “[...] o tratamento da ‘diferença dos sexos’ é, com efeito, muito diversificado entre as feministas que se aliam ao pós-estruturalismo e a desconstrução [...]” (VARIKAS, 1984, p. 65), apesar de esse não ser o caso de Löwy.

humana, compõe o indivíduo. Para exemplificar essa afirmação, Löwy cita o fato de que, nos estudos sobre a feitiçaria, Ginzburg enfatiza que a perseguição às bruxas teve como principais alvos as mulheres, mas não analisa a caça às bruxas como um exemplo da dominação masculina (LÖWY, 2014). Por fim, conclui a autora:

Parece-nos mais verossímil que a ausência de gênero na obra de C. Ginzburg seja associada as suas escolhas metodológicas [...]. Apesar da ausência de um interesse explícito pelo gênero, a abordagem de C. Ginzburg pode abrir novas perspectivas para a história das mulheres e das relações entre os sexos [...]. Ele interessa-se pelas questões historiográficas diretamente ligadas aos esforços para construir uma história das mulheres, como o lugar da experiência singular e do fato isolado na produção dos conhecimentos sobre o passado [...] (LÖWY, 2014, p. 201-202).

A história das mulheres é um bom exemplo da necessidade de considerarmos o alerta de Ginzburg, que considera que é preciso que o/a pesquisador/a tenha “[...] a consciência de que, na história das sociedades humanas, as vontades de mudança defrontam-se com poderosíssimas inércias materiais e ainda mais mentais” (GINZBURG, 1989, p.189).

Assim, cabe enfatizar que esta pesquisa se caracteriza como uma prática historiográfica com base no método indiciário, tendo como principal referência os estudos de Carlo Ginzburg (1989, 1990, 1991, 2002, 2006, 2007, 2013). Situa-se no campo da História da Educação, mais especificamente na História da Educação no Estado do Espírito Santo. Durante toda a operação historiográfica, buscamos identificar, nos rastros e nos fios,<sup>25</sup> as pistas que poderiam nos abrir uma janela para a compreensão do tempo e do objeto investigado. Nesse sentido, a micro-história italiana nos ajudou a perceber as anomalias uma vez que,

As pesquisas micro-históricas italianas enfrentaram a questão da comparação de uma forma diferente e, em certo sentido, oposta: através da anomalia, e não através da analogia. Antes de tudo, supondo como potencialmente mais rica a documentação mais improvável. Em segundo lugar, mostrando [...] que toda configuração social é o resultado da interação de incontáveis estratégias individuais: um emaranhado que somente a observação próxima possibilita reconstituir [...]. Esta heterogeneidade, de que apenas

<sup>25</sup> Esses documentos se constituíram nas principais fontes utilizadas para a composição da tese. Temos ciência de que, produzidos por um dos segmentos que compunha a “teia social” em análise, em determinados contextos sociais, políticos e econômicos, são permeados por diversas relações de força e por isso precisam ser vistos com um olhar atento ao que não foi dito, aos apagamentos. Disso decorre a relevância dos rastros e das pistas deixados pelas professoras no sentido de nos ajudar na reconstituição dessa realidade.

começamos a perceber as implicações, constitui, ao mesmo tempo, a maior dificuldade e a maior riqueza potencial da micro-história (GINZBURG, 2007, p. 277).

Em outra ocasião, Ginzburg<sup>26</sup> afirmou que a anomalia contém a norma, por isso tende a ser mais rica do ponto de vista do conhecimento, uma vez que ela (a anomalia) subentende a norma. Contrapondo-se ao paradigma galiliano,<sup>27</sup> o qual classifica como quantitativo e generalizante, Ginzburg (1991) propõe uma prática historiográfica que considera o particular e os indícios como imprescindíveis à investigação histórica, uma vez que, por meio deles, torna-se possível estabelecer uma análise de perto de tipo microscópico. Na mesma direção, Revel (2000) destaca que um dos méritos da proposta micro-histórica é reafirmar que o social não é um objeto definido, mas que deve ser construído a partir de interrogações cruzadas.

Outra especificidade da micro-história italiana, da qual nos valem durante a prática historiográfica diz respeito ao caráter cognoscitivo das narrativas históricas. Ginzburg (2010, s/n) diferencia as narrativas em geral das narrativas historiográficas, da mesma forma que distingue a ficção da história, “[...] a ideia é usar a técnica narrativa para revelar elementos que são da realidade [...]”. É nesse sentido que as compreensões produzidas por meio da micro-história italiana buscam outras formas de conhecer,

Trata-se de formas de saber tendencialmente mudas [...] suas regras não se prestam a ser formalizadas nem ditas, ninguém aprende o ofício do conhecedor ou de diagnosticador **limitando-se a pôr em prática regras preexistentes**. Nesse tipo de conhecimento entram em jogo [...] **elementos imponderáveis: faro, golpe de vista, intuição** (GINZBURG, 1989, p. 177).

Assim, Ginzburg (2007, p. 263) ressalta a relevância da postura do pesquisador em frente às anomalias que podem surgir da documentação, uma vez que “[...] todo o documento, inclusive o mais anômalo, pode ser inserido numa série. Não é só isso: pode servir, se analisado adequadamente, para lançar luz sobre uma série documental mais ampla [...]”. Em relação às possibilidades de utilização da análise da micro-história, Ginzburg, Castelnovo e Poni (1989) afirmam que ela se utiliza de dados seriais, uma vez que, por meio deles, é possível reconstruir o entrelaçamento

<sup>26</sup>GINZBURG, Carlo. Sou obcecado pela prova. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2010, 28 nov. 2010. Entrevista concedida a Bernardo Carvalho.

<sup>27</sup>Para Ginzburg (1989), a influência desse paradigma, nas primeiras décadas do século XVII, tinha a tendência de subordinar os estudos dos fenômenos anormais à pesquisa sobre a norma, a adivinhação, o conhecimento generalizante da natureza.

de diversas conjunturas. Para os autores citados, a análise micro-histórica possibilita a composição “[...] de uma espécie de teia de malha fina que dá ao observador a imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido” (p.174).

O método indiciário considera as particularidades dos processos analisados. Propõe uma prática historiográfica delineada a partir de indícios e “pistas” deixados no tempo. O método entende a realidade como “[...] fundamentalmente descontínua e heterogênea” (GINZBURG, 2007, p. 269).

Nessa perspectiva, a pesquisa histórica compreende a realidade como algo ainda a ser explorado, considerando o pressuposto de que “[...] quando a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la” (GINZBURG, 1989, p. 177). Nesse sentido, a tarefa do/a historiador/a é perceber os indícios, valer-se deles para compreender e reconstituir um contexto histórico, ciente de que a ignorância do passado prejudica o conhecimento que temos do/no presente. Assim, torna o olhar (de pesquisador e de sujeito social) opaco para interrogar e compreender ocorrências no presente. Bloch (2001, p. 63), para quem “[...] a ignorância do passado [...] compromete, no presente, a própria ação” ressalta que,

[...] para formular corretamente os problemas, para até mesmo fazer uma ideia deles, uma primeira condição teve de ser cumprida: observar, analisar a paisagem de hoje, pois apenas ela nos dá as perspectivas de conjunto de que era indispensável partir (BLOCH, 2001, p. 67).

Buscamos, na prática historiográfica que realizamos, “mergulhar” profundamente nas produções que discutem o tema e a interrogação constante e cuidadosa dos rastros deixados ao longo do tempo. Desejamos, assim, tornar visíveis “[...] coisas novas; verdades desagradáveis sobre as quais vale a pena refletir” (GINZBURG, 2007, p.14), sobre a história das mulheres, mais especificamente a história das mulheres professoras no Estado do Espírito Santo.

Na busca por fontes sobre o assunto, o que mais encontramos foram os apagamentos. Então nos questionamos: que “verdades desagradáveis”, rastros e indícios deixados ao longo dos anos podem nos ajudar a conhecer a história das mulheres no Espírito Santo? Pergunta fundamental, já que a historiografia associada

à temática de gênero nos indica que esses apagamentos estão diretamente relacionados com o papel social historicamente atribuído à mulher.

Outra contribuição do pensamento de Ginzburg para a operação historiográfica desenvolvida foi a leitura a contrapelo.<sup>28</sup> Para Benjamin (2008, p. 245), o historiador deve “[...] escovar a história a contrapelo”. Dessa forma, propõe ao historiador/a a tarefa de revelar o que a história não conta, mas que, de alguma forma, esteve presente na composição da trama tecida nas relações de forças que interferiram para que a configuração de um determinado fato se desse de uma forma e não de outra.

Ginzburg (2007) observa que ler a história a contrapelo demanda o esforço do/a pesquisador/a no sentido de levar em consideração as intenções de quem produz os testemunhos históricos e supor que esses testemunhos estão permeados por elementos incontroláveis. Desse modo, associa-se ao entendimento de Bloch (2001), ao afirmar que, quando a historiografia incorporou, de forma mais frequente, a utilização dos testemunhos involuntários, precisou encarar não apenas o desafio de ponderar as afirmações explícitas nos documentos, mas tornou-se necessário também garimpar informações que as fontes não tinham o objetivo ou a intenção de fornecer.

Dessa forma, nosso diálogo com as fontes levou em consideração esses apontamentos em especial no que se refere à leitura de relatórios e mensagens de governo, uma vez que, como encontramos muito apagamentos e espaços em branco, por contingenciamento das fontes, precisamos tomá-los como fontes possíveis para o indiciamento da inserção das mulheres no magistério público primário,

Diante do desafio da leitura dos documentos oficiais, valemo-nos da leitura a contrapelo para buscar, especialmente nos silenciamentos e nas ausências, pistas

---

<sup>28</sup> Proposição de Walter Benjamin nas *Teses sobre o conceito de história*. Löwy (2011) afirma que “escovar a história a contrapelo”, para Benjamin, significa conceber a História sob o ponto de vista dos vencidos, ou seja, trata-se de uma oposição à História oficial do “progresso”, cuja identificação com as classes dominantes oculta o excedente utópico inscrito nas lutas dos oprimidos do passado e do presente. Löwy (2002, p. 201) ainda chama a atenção para o vencedor ao qual Benjamin assim se refere: “[...] é evidente que a palavra ‘vencedor’ não faz referência a batalhas ou guerras habituais, mas à ‘guerra de classes’, na qual um dos campos, a classe dirigente, ‘não cessou de vencer’ (Tese VII) os oprimidos [...]”.



capazes de indiciar, na história, a presença de professoras primárias da Província Espírito Santo, no período estudado. No tratamento das fontes, procuramos relacionar/confrontar/problematizar cada informação (tratada como tesouro) em busca de reconstituir, por meio dela, um relato historiográfico pautado na verossimilhança. Nesse sentido, a leitura de fontes às avessas, contra a intenção de quem as produziu, com atenção às entrelinhas, atenta às fendas do texto (SIMÕES; FARIA FILHO, 2010), ajudou-nos a buscar uma compreensão da história, matizada por diferentes olhares.

Outra consideração que nos manteve alerta durante a pesquisa foi a ideia de que o pesquisador, ao mesmo tempo em que deve ter profundo desrespeito pela mentira, precisa respeitar as crenças e sentimentos dos seus investigados (GINZBURG, 2006). Sobre a possibilidade de essa postura ser considerada uma contradição, aponta que a própria realidade é contraditória. Ressalta que “[...] os historiadores nunca se aproximam diretamente da realidade, seu trabalho é necessariamente inferencial [...]” (GINZBURG, 2011, p. 348). Nessa perspectiva, “[...] verdadeiro e verossímil, provas e possibilidades se misturam, permanecendo embora rigorosamente distintos” (GINZBURG, 2007, p. 316). Esse movimento, ainda que de forma iniciante, esteve presente no tratamento dado às fontes.

Fomos, assim, alertados sobre o fato de que “[...] nem todos os relatos são verídicos e os vestígios materiais, eles também, podem ser falsificados” (BLOCH, 2001, p. 89), e, ainda, que “[...] nenhum texto pode ser entendido sem nenhuma referência extratextual [...]” (p. 349). Tentamos, assim, operar de forma a possibilitar a tecitura dos fios que contribuam para imprimir, em alguma medida, os testemunhos de pessoas que geralmente não têm visibilidade nas práticas historiográficas universalizantes, em no nosso caso, as professoras primárias. Tecemos esses fios em busca de particularidades para a construção da narrativa histórica sobre o ingresso das mulheres no magistério público e primário no Espírito Santo, levando em conta tanto a distinção como o emaranhado entre realidade e ficção (GINZBURG, 2007).

Dada a complexidade da tarefa, é preciso que se considere que todo conhecimento produzido é localizado, pois o historiador/a fala de um determinado lugar (GINZBURG, 2000). Desse modo, propomos que a leitura deste texto considere as premissas da mulher feminista, professora, investigadora de quem o produz. Diante

do exposto, e tendo como referência os pressupostos metodológicos acima apresentados, identificamos as fontes utilizadas neste estudo.

#### 1.4 SOBRE AS FONTES

No percurso da pesquisa, mobilizamos uma variedade de fontes. O tratamento dado a elas considerou o rigor flexível do método proposto por Ginzburg (2006). Da mesma forma, aliada aos pressupostos do método indiciário, intentamos rastrear caminhos percorridos pelas meninas escolarizadas e pelas suas professoras em busca de indícios e sinais que pudessem nos ajudar na elaboração de uma interpretação possível, verossímil, do momento histórico investigado.

Concordamos com Ginzburg (2007, p.109-110), quando afirma que “[...] conhecer ou reconhecer são operações complicadas. Percepções e esquemas culturais se entrelaçam, condicionando-se mutuamente [...]”. A partir dessa perspectiva, interrogamos as fontes com vistas a investigar as múltiplas faces do ingresso e da profissionalização das mulheres professoras primárias públicas no Espírito Santo.

Aprendemos também com Ginzburg (2007) que a busca pelas fontes pode nos levar a um percurso de descontinuidades. Nesse sentido, trilhamos, por meio das fontes, caminhos percorridos por mulheres nos processos de escolarização e formação docente em busca de rastros, indícios e sinais que nos ajudassem a conhecer os modos como foram se constituindo professoras em um contexto de expansão do acesso à escola, mas, ao mesmo tempo, em momentos históricos marcados por intensas correlações de força, inclusive no campo das relações de gênero. Interessava-nos compreender como essas relações de força tensionaram a profissionalização das mulheres nos Oitocentos e os desdobramentos desse processo nos Novecentos.

No processo de seleção, sistematização e entrecruzamentos dos documentos, levamos em consideração que “[...] as fontes históricas não falam sozinhas, mas só se interrogadas de maneira apropriada” (GINZBURG, 2002, p.44). Dessa forma, a análise histórica das fontes exige que elas sejam concebidas,

[...] não como janelas escancaradas, como acreditam os positivistas, nem como muros que obstruem a visão, como pensam os céticos, mas como espelhos deformantes que exigem interdições e

possibilidades com vistas à construção histórica [...] (GINZBURG, 2002, p.44).

Lembramos ainda o autor, quando escreveu as deformações pelas quais passaram “[...] os pensamentos, crenças, esperanças dos camponeses artesãos do passado” (GINZBURG, 2006, p.13).

Ao se referir à análise histórica, Bloch (2001, p.128) assinala que esse é um processo que começa com a compreensão, “[...] uma palavra, em suma, domina e ilumina os nossos estudos: compreender [...]”. A intenção é, então, buscar a compreensão e não o julgamento no processo de análise das fontes. Dessa forma,

Trata-se de compreender os argumentos produzidos e a sua ‘legitimidade’, pela via da combinação de movimentos entrecruzados das fontes, dos contextos de produção e de leituras possíveis que permitem ‘rebobinar’ os fios e farejar os rastros de construções, desconstruções e apagamentos das marcas humanas no tempo (GINZBURG, 2006, p. 33).

Ao investigarmos o processo de inserção das mulheres no magistério público primário no Espírito Santo, acessamos as fontes disponíveis no Arquivo Público Estadual do Espírito Santo, nas Coleções Especiais da Biblioteca Central da Ufes, no Arquivo da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, na Biblioteca Nacional; na Hemeroteca da Biblioteca Nacional, no Arquivo Nacional Torre do Tombo (Lisboa/PT)<sup>29</sup> e nos arquivos da Escola Estadual de Ensino Médio Maria Ortiz<sup>30</sup> e da Escola Municipal de Ensino Fundamental São Vicente de Paula. Nosso propósito foi estabelecer nexos entre as diversas fontes documentais para, de alguma forma, apresentar uma interpretação do fenômeno estudado. Nessa operação consideramos que “[...] as fontes de natureza oficial, produzidas no âmbito do Estado, em seus diferentes níveis, permitem leituras para além do ordenamento jurídico e administrativo e abrem possibilidades analíticas para uma história social da educação [...]” (FONSECA, 2014, p.21).

Indicamos a seguir os acervos consultados e o *corpus* documental.

<sup>29</sup> “O Arquivo Nacional da Torre do Tombo custodia um universo diversificado de património arquivístico, incluindo documentos originais desde o séc. IX até aos dias de hoje, nos mais variados tipos de suporte, cumprindo a sua principal missão de salvaguarda, valorização e divulgação desse património [...]” (Disponível em: <<http://antt.dglab.gov.pt/>>. Acesso em: 20 nov. 2017).

<sup>30</sup> O prédio desta escola abrigou a o Colégio Nossa Senhora da Penha, a Escola Normal e o Colégio Pedro II.

### **1.4.1 Arquivo Público Estadual do Espírito Santo**

De modo geral, podemos afirmar que a maior parte das fontes contendo indícios do ingresso das mulheres no magistério primário, bem como do processo de feminização do magistério e do Curso Normal foram encontradas no acervo do Arquivo Público Estadual do Espírito Santo.

Nas Caixas do Fundo Educação, consultamos todos os documentos com conteúdos referentes à demarcação temporal da pesquisa. Esse material nos proporcionou informações relacionadas com o histórico funcional<sup>31</sup> das professoras; comunicações internas e externas, portarias e resoluções da Secretaria de Instrução relativas às professoras e certificados da Escola Normal (APÊNDICE A).

Foram analisadas 51 mensagens (período imperial) e 29 relatórios (período republicano) dos presidentes, vice-presidentes e governadores do Espírito Santo. Esses documentos foram muito importantes para percebermos o movimento de inserção das mulheres no magistério, das meninas na escola primária e para acompanharmos as estatísticas educacionais. Também forneceram informações importantes sobre a política educacional, incluindo regulamentação legal e dificuldades de implementação de reformas do ensino. Contribuíram de forma significativa para a compreensão do debate em torno da formação do magistério, das condições de trabalho, dos processos de inspeção escolar e do processo de feminização do magistério público primário capixaba.

Mobilizamos essas informações considerando o contexto de sua produção e levando em conta o lugar de quem as produziu. Encontramos rastros e indícios nos espaços em branco e nas brechas deixadas pelos documentos. Observamos também a existência de informações contraditórias de um relatório para outro, em especial, quando se trata de mudança de governo.

Acessamos 35 livros disponíveis no acervo do Arquivo Público que ofereceram uma variedade de informações referentes às professoras do período em tela, em especial as matrículas e movimentação docentes (APÊNDICE B e C).

As fontes disponíveis no Arquivo Público Estadual foram muito importantes para identificarmos a atuação das mulheres no magistério público estadual no que se

---

<sup>31</sup> Ingresso, movimentações, remoção, afastamentos temporários e aposentadoria.

refere às movimentações e regulamentações da profissão docente no período estudado. Também nos ajudaram a caracterizar os processos seletivos para ingresso ao magistério bem como a interseção entre o ingresso das mulheres na docência com o Curso e a Escola Normal.

#### **1.4.2 Arquivo da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo**

A consulta à Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo se deu de forma breve porque a instituição não dispunha de profissionais disponíveis no momento para monitorar as consultas, e os documentos ali arquivados só podem ser manuseados mediante a orientação de um profissional. A consulta resultou nas seguintes fontes:

- a) relatórios emitidos pela Diretoria da Instrução Pública da Província do Espírito Santo;
- b) mapa das aulas menores de 1ª e 2ª classes da Província do Espírito Santo – 1854;
- c) quadro demonstrativo dos professores e professoras de instrução pública primária e secundária, com as datas de suas nomeações, números de alunos que frequentaram as respectivas aulas no trimestre de janeiro a março de 1865 e leis da criação dessas aulas.

As informações oriundas dessas fontes foram utilizadas de modo a complementar dados não encontrados nos relatórios e mensagens de governo e referem-se a documentos encaminhados por presidentes e vice-presidentes da Província à Assembleia, que não se encontram no acervo do Arquivo Público Estadual.

#### **1.4.3 Hemeroteca da Biblioteca Nacional**

Na Hemeroteca da Biblioteca Nacional realizamos dois levantamentos diferentes, mas relacionados. Foram consultados 84 periódicos entre o período de 1820 e 1920. O primeiro ocorreu a partir dos descritores (mulheres, professoras, Escola Normal). Nele encontramos 61 matérias, 37 relacionadas com o descritor mulheres, 14 com professores e 10 com o descritor Escola Normal.

Dos descritores mulheres, a maior parte está associada a medicamentos para mulheres, no geral, para enfermidades consideradas femininas ou processos

jurídicos em que se identifica a propriedade do homem “e de sua mulher”. Somente consideramos digna de nota uma matéria que nos indica um pouco da percepção que se tinha das mulheres.<sup>32</sup> Nesse contexto, observamos que, em outras províncias, como a Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, para citar as da atual Região Sudeste, já era possível perceber uma variedade de publicações de mulheres em revistas e jornais na virada do século XIX para o XX. Produções que se intensificaram no início do século XX. No caso do Espírito Santo, acreditamos que as matérias jornalísticas escritas por mulheres se iniciam a partir da década de 1920<sup>33</sup> na Revista Vida Capixaba.<sup>34</sup> Podemos inferir que a dificuldade de encontrar mulheres e professoras publicando nos impressos do período em tela também diz respeito, no âmbito mais geral, aos apagamentos produzidos nos processos de colonização<sup>35</sup> e, no âmbito local, à postura conservadora e por vezes diferenciada dos/as capixabas em relação a outras províncias.<sup>36</sup>

Das matérias referentes a professoras, encontramos anúncios de aulas particulares e comunicados de aprovação em concursos, nomeações, remoções e aposentadoria. Em relação à Escola Normal, localizamos matérias sobre festas de encerramentos do ano letivo, divulgação de datas e horários para exames e informação de alunos/as formandos/as.

A outra busca ocorreu a partir de uma lista de nomes de professoras que atuaram dentro do recorte temporal e foram identificadas em cada conjunto de fontes. Foram encontradas duas professoras: Maria de Freitas Calazans aparece em oito matérias de três jornais. As matérias referem-se à sua formatura com distinção no magistério,<sup>37</sup> à sua nomeação para a cadeira feminina<sup>38</sup> e para um cargo público e à

<sup>32</sup> A Província do Espírito Santo, 23 de março de 1882, p. 4.

<sup>33</sup> Tese também defendida por Novaes (1999).

<sup>34</sup> De acordo com o Arquivo Público do Espírito Santo (2017), “A revista ‘Vida Capixaba’ – publicação de maior expressividade e circulação da imprensa do Espírito Santo no período de 1923 a 1954 – foi pioneira no Estado na divulgação de textos escritos por mulheres [...]”. Sobre os discursos feministas das capixabas na imprensa, ver RANGEL, Lívia de Azevedo S. **‘Feminismo ideal e sadio’**: os discursos feministas nas vozes das mulheres intelectuais capixabas – Vitória/ES (1924 a 1934). 2011. 268 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.

<sup>35</sup> E a tradição portuguesa em relação ao papel social atribuído às mulheres.

<sup>36</sup> Sobre isso, ver NOVAES, Maria Estela de. A história da mulher no Espírito Santo: história e folclore. Vitória: Edufes, 1999. (Coleção José Costa, v.4).

<sup>37</sup> Commercio do Espírito Santo, 27-11-1908, e O Estado do Espírito Santo, 27-11-1908.

<sup>38</sup> Commercio do Espírito Santo, 10-02-1910 e Diário da Manhã, 10-02-1910.

autorização<sup>39</sup> para afastamento por 30 dias das atividades docentes,<sup>40</sup> bem como à indicação da sua substituta, Celina Azevedo e, também, um anúncio oferecendo-se para atuar como professora particular.<sup>41</sup> Como as matérias foram publicadas em jornais diferentes, algumas reportam-se ao mesmo assunto. A outra professora identificada nos jornais foi Victoria Antunes da Penha. Referentes a ela encontramos três matérias: uma que anuncia a sua nomeação para a segunda cadeira feminina de Vitória, uma em que é nomeada para compor uma banca de seleção para professoras primárias<sup>42</sup> e uma homenagem realizada pelas suas alunas quando do encerramento do ano letivo de 1867.

Nos periódicos consultados, as informações relacionadas com as mulheres referem-se a atividades sociais da Escola Normal, casamentos, batizados e aniversários que, de alguma forma, contavam com a presença de normalistas e professoras de famílias influentes na vida social capixaba da época. No entanto, as convocações e os resultados de provas de concurso nos ajudam a identificar o acentuado crescimento da participação das mulheres tanto na Escola Normal como nos processos seletivos para professoras primárias. Dessa forma, objetivamos entrecruzar as informações oriundas dessas fontes de modo a associar e/ou confrontar os dados.

#### **1.4.4 Escola Estadual de Ensino Médio Maria Ortiz**

O processo de aproximação com a Escola Maria Ortiz revelou-se fundamental para avaliarmos a falta de uma política pública de preservação da memória local. Fomos muito bem recebidos pela direção da Escola e pelos funcionários da Secretaria que são responsáveis pela manutenção do arquivo da escola, mas nosso primeiro contato causou muito espanto quando nos deparamos com um espaço em precárias condições tanto para abrigar a documentação da escola (de uso contínuo), como para preservar a sua memória e a do patrimônio histórico que ela abriga. Da mesma forma, a estrutura não era adequada à consulta de informações que remontam a períodos anteriores a 1970. O espaço fechado (apesar das grandes janelas), escuro,

<sup>39</sup> Diário da Manhã, 17-02-1910. Nomeada pelo Decreto nº 22, de 17 de fevereiro de 1910.

<sup>40</sup> Diário da Manhã, 17-04-1910.

<sup>41</sup> Diário da Manhã, 10-10-1912, e Diário da Manhã, 11-10-1912.

<sup>42</sup> Correio da Vitória, 30 de outubro de 1867.

com muitas infiltrações contribuiu para o aspecto insalubre tanto para a pesquisa como para o trabalho cotidiano dos/as funcionários da escola.

Os documentos estavam amontoados em uma sala grande que abrigava uma série de materiais, como livros, revistas, cartazes e materiais didáticos diversos, bem como carteiras, mesas e outros equipamentos quebrados em desuso. Uma dificuldade encontrada era que, pela insalubridade, alguns funcionários não suportavam permanecer no local, mesmo que, vez por outra, precisassem recorrer a alguma documentação mais antiga. Esse contexto nos levou a estabelecer um diálogo com a escola que teve como fruto a proposta da realização de um projeto de extensão,<sup>43</sup> que contribuísse para separar minimamente os arquivos de uso contínuo daqueles mais antigos, com vistas a facilitar tanto o trabalho dos/as funcionários/as da escola como o dos/as pesquisadores/as interessados/as nos registros ali abrigados.

Finalizados os trâmites formais, iniciaram-se as atividades do projeto de extensão. Contamos com a participação do pessoal da secretaria da escola, da sua direção e de uma monitora responsável por separar o material e “inventariar” os documentos encontrados no local. Também tivemos a colaboração voluntária de membros do Núcleo Capixaba de Pesquisas em História da Educação (Nucaphe) que, em mutirões realizados, muito contribuíram na tarefa de conferir um aspecto mais adequado para a consulta dos documentos e, com isso, o espaço foi sendo alterado. Ainda longe do que um arquivo deve ser, o que se conseguiu com o processo foi o necessário para retirar da sala o que era lixo, garantir minimamente a identificação do vasto material disponível e, ainda, melhorar as condições gerais do local. Além do trabalho realizado pela equipe do projeto e do Nucaphe, a direção da escola não mediu esforços para garantir as condições estruturais para as atividades (oferta de luvas, caixas, máscaras etc.) e a reestruturação do espaço. As fotografias a seguir ilustram um pouco do que foi esse processo.

---

<sup>43</sup> O projeto Acervos Escolares: desvelando memórias/produzindo conhecimento, coordenado pelo professor historiador e arquivista, Everaldo Simões, tinha como objetivos organizar o arquivo da escola, separando os documentos mais recentes de consulta frequente do material anteriores a 1950 e elaborar um banco de dados com os documentos encontrados para facilitar a consulta de outros pesquisadores/as interessados da História da Educação do Espírito Santo. Teve a duração de um semestre letivo e contatava com uma bolsista de iniciação científica alocada no Curso de Pedagogia da faculdade Estácio de Sá de Vitória, coordenado, na ocasião, pela autora desta tese.



Fotografia 1 – Depósito da escola em que eram “guardados” os arquivos



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Fotografia 2 – Processo de seleção dos documentos e separação por ano e tipo



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Fotografia 3 – Processo de seleção dos documentos e separação por ano e tipo



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Fotografia 4 – Equipe Nucaphe trabalhando na organização do arquivo



Fonte: Acervo pessoal da autora.



Fotografia 5 – Aparência do arquivo no final do projeto



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Fotografia 6 – Aparência do arquivo no final do projeto



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Esse esforço nos possibilitou localizar alguma documentação sobre o período estudado: livro de ponto de professores da Escola Modelo Jerônimo Monteiro (1915), ata de concurso para o exercício do magistério e ata de exames finais Escola Normal Pedro II.

Nesse processo, observamos que grande parte da documentação disponível refere-se ao período de 1930 em diante, com maior concentração a partir da década de 60 dos Novecentos. Existem fortes indícios de que muitos dos documentos que remontam às décadas iniciais do século XX e finais do XIX foram transferidos para a sede da Secretaria de Educação (que, consultada, nos informou que não dispõe dessa documentação). Também vimos muitos documentos que estragaram pela ação do tempo, do mofo e das traças, devido às condições aqui já apresentadas.

#### **1.4.5 Escola Municipal de Ensino Fundamental São Vicente de Paulo**

Como o prédio que abriga a atual escola São Vicente de Paulo foi também local de funcionamento do Colégio do Carmo, importante escola que oferecia o Curso Normal nas primeiras décadas do século XX, realizamos um levantamento em seus arquivos em busca de informações sobre o funcionamento da referida Escola Normal. Dessa forma, foram consultados os seguintes documentos:

- a) Regimento Interno do Gymnasio São Vicente de Paula;
- b) ofício do diretor do Colégio São Vicente de Paulo, Aristóbulo Barbosa Leão, dirigido ao Prefeito de Vitória (Crisógono Teixeira da Cruz);
- c) documento produzido na ocasião do Centenário do Colégio São Vicente de Paulo;
- d) resumo do histórico do Colégio São Vicente de Paulo (sem identificação de data).

Aproveitamos nossa estada em Lisboa, durante o Estágio Doutorado Sanduíche no Exterior, e fomos em busca de fontes. Concentramos nossos esforços na Torre do Tombo e na Biblioteca Nacional. Realizamos uma visita de reconhecimento do espaço e fomos informada sobre o seu funcionamento e as restrições para acesso a algumas documentações. Voltamos em outro momento e fomos direcionada à

Referência.<sup>44</sup> Lá fomos orientada a procurar na Base de Dados Bibliográficos nacionais (Porbase) para identificar a existência ou não de documentos necessários à pesquisa. Estivemos lá por mais duas visitas para finalizar o levantamento, que nos mostrou que a documentação disponível para consulta que se refere ao Espírito Santo e que trata do período e da temática da pesquisa está disponível no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo e na Biblioteca Nacional do Brasil. A maioria já foi consultada no decorrer desta pesquisa.

Apesar de o intervalo temporal da pesquisa estar delimitado às décadas finais do século XIX e às primeiras décadas do século XX, algumas vezes, para melhor compreensão de um período histórico, a busca das fontes, dos vestígios, indícios e sinais levou-nos a recuos ou avanços temporais, por isso nos debruçamos sobre fontes que datam de um período maior do que o estudado. Colocamo-nos aberta a essas possibilidades, ao considerar que “[...] as fases que marcam a pesquisa são construídas, e não dadas [...]” (GINZBURG, 2007, p. 275). À luz da advertência de Ginzburg (2007, p. 98-99),

[...] A evasão temporária (parcial ou total) da história é um ingrediente que não pode ser eliminado da história humana. Mas o grau de controle que cada cultura – e, naturalmente, dos indivíduos que dela fazem parte – exerce diante dessas substâncias é variado. E só em parte explicável por uma análise farmacológica de seus efeitos.

Ademais, vale ressaltar que, além das fontes documentais, também seguimos os rastros de narrativas historiográficas produzidas no Espírito Santo e em outros contextos. O entrecruzamento dessas fontes contribuiu não apenas para a interpretação do momento histórico pesquisado, mas também suscitou outras interrogações que ainda estão por serem respondidas, no que se refere à história das mulheres e à História da Educação no Espírito Santo.

---

<sup>44</sup> Biblioteca do arquivo que é aberta ao público. Aos demais espaços somente se pode ter acesso mediante consulta e autorização prévia.

## **CAPÍTULO II**

### **INSTRUÇÃO PÚBLICA E MAGISTÉRIO: PERCURSOS DA DOCÊNCIA NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO**

[...] Enquanto pelo velho e novo mundo vai ressoando o brado – emancipação da mulher –, nossa débil voz se levanta: na capital do Império de Santa Cruz, clamando: educai as mulheres! Povos do Brasil, que vos dizeis civilizados! [...] (NÍSIA FLORESTA, 1853).

Neste capítulo, buscaremos analisar a escolarização feminina à medida que relaciona o acesso das meninas às escolas com a crescente inserção de mulheres no magistério primário no Espírito Santo no período investigado (1845-1920). Intentamos também estabelecer nexos entre o ingresso das mulheres no magistério e o paralelo afastamento dos homens dessa profissão.

Desse modo, tomando, como ponto central de interesse, a inserção de mulheres no magistério capixaba, objeto desta pesquisa, interrogamos inicialmente: em que medida a expansão da escolarização primária para as meninas impactou o ingresso das mulheres no magistério primário? Que nexos podem ser estabelecidos entre a inserção das mulheres no magistério e o afastamento paralelo dos homens dessa profissão?

#### **2.1 EDUCAÇÃO FEMININA E MULHERES PROFESSORAS NO ESPÍRITO SANTO**

Os discursos predominantes sobre a instrução pública no final do século XIX e início do XX concebiam a educação escolar como a grande responsável por trazer as luzes do conhecimento para o progresso da nação. Portanto, esperava-se dos processos de instrução que contribuíssem para o desenvolvimento social, político e econômico do país. Mas, à medida que crescia o discurso que valorizava a educação como uma arma a serviço do progresso, também se reforçavam os mecanismos de controle sobre a instrução pública e sobre os seus principais agentes, os professores e as professoras.

Neste estudo, investigamos o acesso das meninas à instrução pública e das mulheres no magistério primário a partir dos rastros que atravessam o século XIX e

o XX, o que torna inescapável a nossa atenção aos contextos da ordem imperial e da ordem republicana instauradas no Brasil. A nossa intenção, no entanto, foi tomar esses contextos não como marcos de periodização, mas como pano de fundo para a reconstituição da inserção das mulheres no trabalho docente. Nessa reconstituição, acompanhamos a circulação de ideais de educação e do magistério feminino e a formação de mulheres professoras para atuar no ensino público agora ministrado às meninas.

Em *Mulheres preceptoras no Brasil oitocentista: gênero, sistema social e educação feminina*<sup>45</sup>, Vasconcelos (2011) assinala que, nos Oitocentos, a educação das meninas tinha caráter doméstico, ficando sob a responsabilidade das mães, que não estavam, porém, livres das críticas. Nesse sentido, as professoras particulares, preceptoras e, inclusive, os colégios, eram considerados uma alternativa à falta de educação materna. A autora aponta que predominava nesse período a interseção mulher/mãe/professora e, com isso, “[...] a perspectiva de que a mulher era mais adequada como educadora dos filhos em especial às filhas mulheres [...]” (VASCONCELOS, 2011, p. 34). Dessa forma, a concepção da educação realizada pela mãe e pela professora era plenamente reconhecida na sociedade oitocentista e

[...] vai sendo progressivamente ampliada, incorporada a visão de que a mulher é o ser mais indicado a dar educação às crianças, principalmente na infância. O pensamento da mulher como educadora de crianças começa assim a ser defendido, inicialmente, com argumentos voltados para a incapacidade de algumas mães de educar os filhos [...] esse pensamento ganha adeptos e, apesar das discussões provocadas, passa a haver para as mulheres uma alternativa que, consolidando-se no século seguinte, permitira romper, relativamente, os padrões da educação oferecida: o exercício do magistério [...] (VASCONCELOS, 2011, p. 34).

Portanto, a historiografia pesquisada nos indica que as primeiras professoras brasileiras foram aquelas incorporadas ao sistema de educação doméstica, já que essas mulheres<sup>46</sup> eram contratadas por famílias para atender aos/às aprendizes em casa (VASCONCELOS, 2011). Prática largamente utilizada nos anos oitocentos, a

<sup>45</sup> A autora aponta que utilizou uma infinidade de fontes entre eles periódicos da época. Salienta que, apesar de os referidos periódicos terem sido publicados na Corte Imperial, ou seja, no Rio de Janeiro, “[...] estes eram tomados como referência para a publicação de anúncios de várias províncias [...]” (VASCONCELOS, 2011, p.9).

<sup>46</sup> Os homens também exerciam essa função, mas, como era entendida como uma extensão da educação familiar, logo, doméstica, privada, as mulheres predominavam no exercício dessa atividade.

educação realizada no âmbito doméstico tinha como principal objetivo contribuir com a educação familiar na formação dos filhos e filhas de modo que eles se adequassem aos papéis sociais aceitáveis para homens e mulheres da época. Essa forma de ensino variava de acordo com as condições e interesses dos seus usuários e sujeitos.<sup>47</sup>

Devemos, no entanto, observar que, apesar de Vasconcelos (2011) ter utilizado uma variedade de fontes relativas à educação doméstica no Brasil oitocentista, devemos considerar que ainda são muitas escassas as pesquisas sobre outras províncias, para além da Corte Imperial. Nesse sentido, deve-se considerar, nos estudos regionais, o que as fontes têm a dizer sobre esse processo, evitando, assim, generalizações que não representem a história local.

Limeira (2010), ao analisar a instrução no século XIX no Rio de Janeiro, aponta que, no Regulamento da Instrução Primária e Secundária de 1854,<sup>48</sup> o Poder Público reconhecia essas formas de educação doméstica e não se privou de manter certo controle sobre esses procedimentos, regulamentando-os e fiscalizando-os. A autora destaca que esse controle colocava os professores e as professoras em constante visibilidade “Suas funções e os resultados de seu trabalho estavam sendo observados, já que a instrução, naquele momento, era o instrumento mais eficaz na luta contra o suposto atraso cultural, político e econômico da sociedade [...]” (p.132).

Vasconcelos (2011) identifica dois agentes de atuação na educação doméstica nos anos Oitocentos no Brasil. Os/as professores/as particulares<sup>49</sup> ministravam aulas a meninos e meninas da família ou agregados, recebiam por essas aulas, mas não moravam com as famílias. A outra categoria, a dos/as preceptores/as, ao contrário, eram pessoas que moravam com as famílias, contratados/as para a realização de uma educação constante, que incluía acompanhamento em todas as atividades sociais, religiosas e morais.

---

<sup>47</sup> Entendido aqui usuários os/as estudantes e os sujeitos os professores/as.

<sup>48</sup> Decreto nº 1.331- a, de 17 de fevereiro de 1854 (Aprova o Regulamento para a reforma do ensino primário e secundário do Município da Corte).

<sup>49</sup> Também designados de mestres particulares (VASCONCELOS, 2011).



A dedicação exigida dos/as preceptores/as<sup>50</sup> fazia com que os custos para a sua manutenção fossem mais elevados, por isso somente as famílias mais abastadas tinham esse privilégio. Em ambas as categorias, a preferência era por pessoas estrangeiras do sexo feminino, mas, enquanto entre os/as professores/as particulares podia ser observado um número significativo de homens, no caso das/os preceptores/as, a função era exercida, desde as primeiras experiências, majoritariamente, por mulheres. Nesse sentido, as professoras particulares e as preceptoras,

[...] colaboraram significativamente para as primeiras e tímidas manifestações de ruptura da ordem estabelecida. Foram elas que, entrando nas casas, mostraram às suas discípulas possibilidades de trabalho, sustento e independência, ainda que não fosse essa a aspiração das jovens brasileiras do século XIX. Contudo, seu pioneirismo exerceu forte influência na formação das elites e, partindo dessas elites, começa a ocorrer, senão a revisão, ao menos o questionamento dos limites e possibilidades femininas no Brasil, durante os Oitocentos (VASCONCELOS, 2011, p. 39).

Não identificamos, nas fontes encontradas, referências à atuação de preceptoras e de professoras na educação doméstica no Espírito Santo. Para Faria Filho (2011, p. 145-146), a educação escolar, durante o século XIX, foi progressivamente se caracterizando “[...] a partir da luta do governo do estado contra o governo da casa [...]”. Nesse sentido, [...] afastar a escola do recinto doméstico significava afastá-la também das tradições culturais e políticas a partir das quais o espaço doméstico organiza-se e dava a ver [...]” (p.146).

Podemos considerar o trabalho realizado pelas preceptoras e professores particulares como um ponto de partida para a profissionalização do magistério, entretanto é preciso assinalar que, dessas primeiras experiências até a inserção do magistério como profissão, as mulheres percorreram um longo caminho.

Ao investigarmos esse percurso de inserção das mulheres no magistério capixaba e os desdobramentos desse processo para a formação e profissionalização das/os professoras/es no Estado do Espírito Santo, há que se levar em conta que, além de

---

<sup>50</sup> Sobre as preceptoras no Brasil oitocentista, consultar: BINZER, Ina Von. **Os meus romanos: alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994 e RITZKAT, Marly Gonçalves Bicalho. **Preceptoras alemãs no Brasil**. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 269-290.

as mulheres terem o direito ao acesso<sup>51</sup> à escolarização mais de três séculos depois dos homens, esses processos, assim como os domésticos em curso, eram (e ainda são em alguma medida) baseados na diferenciação a partir do sexo. Inegavelmente, a integração das meninas ao processo de escolarização, mesmo que permeada por tensões e hierarquias sociais, potencializou a demanda em favor da ampliação da instrução feminina e da formação de professoras. Esse processo revelou-se fundamental para que muitas mulheres aderissem ao magistério e fossem pouco a pouco se tornando, juntamente com os homens, também responsáveis pela educação tanto de meninas como de meninos (GONDRA; SCHUELER, 2008).

Um recuo temporal no nosso foco de pesquisa mostra que, no Brasil, de 1500 a 1582, início do período colonial,<sup>52</sup> acreditava-se que as mulheres não necessitavam ler e escrever, por isso a educação a elas ofertada limitava-se “[...] aos cuidados da casa, marido e filhos” (RIBEIRO, 2011, p.79). A autora salienta que essa percepção estava alinhada à tradição ibérica transportada de Portugal para a Colônia. Essa tradição “[...] considerava a mulher um ser inferior. O sexo feminino fazia parte do *imbecilitus sexus*, ou sexo imbecil” (RIBEIRO, 2011, p.79).

Essa pesquisadora, ao analisar a educação das mulheres na Colônia, identifica a primeira reivindicação por instrução feminina na solicitação endereçada ao padre Manoel da Nóbrega pelos indígenas, para que a leitura e a escrita fossem ensinadas também às meninas índias. Os indígenas questionavam por que as meninas, que tinham maior frequência nos cursos de catecismo, não podiam, como os meninos, aprender a ler e escrever. Conta a autora que, sensibilizado pela solicitação, Nóbrega encaminhou carta à Rainha de Portugal, Dona Catarina, requerendo educação para as índias. A solicitação deixou de ser atendida, sob o argumento de ser “[...] ousada devido às ‘consequências nefastas’ que o acesso das mulheres indígenas à cultura dos livros da época pudesse representar [...]” (RIBEIRO, 2011, p. 81).

Para Almeida (2004, p. 66), se a educação popular praticamente não existia no Brasil Colônia, ainda mais complicada era a escolarização das meninas, por isso, “[...] quando pais mais esclarecidos entendiam que suas filhas deveriam aprender a

<sup>51</sup> Com todas as suas contradições.

<sup>52</sup> Na escrita deste texto, baseamo-nos, para efeito de classificação das fases, na História do Brasil, naquela elaborada por Fausto (1996).

ler e escrever isso acontecia em casa e aquilo que lhes ensinavam era muito diferente do que era oferecido aos meninos [...]”. Interessava aos jesuítas que as mulheres, especialmente as brancas, consideradas essenciais para a formação das famílias brasileiras, fossem educadas na Colônia. Apesar de a Igreja conceber que a educação deveria estar a serviço do casamento e da manutenção da família (RIBEIRO, 2011), de alguma forma, esse interesse pela educação feminina também foi se constituindo como uma das forças que impulsionaram mudanças lentas, mas significativas, ao longo da História da Educação no Brasil.

Fonseca (2014) salienta que, apesar de os registros referentes à educação feminina terem menor visibilidade na documentação produzida até o início do século XIX, é possível vislumbrar referências a essa questão, a partir de documentos de natureza notarial e processual. Para a autora,

[...] as mulheres se moviam naquele universo e deixavam suas marcas, atuando como mães tutoras de seus próprios filhos, aprendendo a ler e a escrever quando possível e também enfrentando as dificuldades da orfandade e do abandono em situação de pobreza. Nestes casos, as práticas assistencialistas associadas às ações dos poderes locais em relação às crianças órfãs pobres e às expostas enviavam as mulheres para o aprendizado de ofícios mecânicos adequados, como a costura, o bordado e a tecelagem, meios considerados eficazes para afastar as meninas das tentações do mundo e do pecado [...] (p.35).

Referindo-se à pedagogia sexual da Colônia, Ribeiro (2011) ressalta que, apesar de todo o processo de submissão imposto às mulheres, algumas ultrapassaram a esfera doméstica e se destacaram na esfera pública. Na ausência dos homens, eram “chamadas” para exercer os supostos papéis dos maridos, pais e irmãos. De fato, “[...] na viuvez, ficavam suspensas algumas restrições legais impostas sobre as mulheres casadas, e as viúvas passavam ser consideradas ‘chefes de família’ [...]” (HAHNER, 2013, p. 47). No Espírito Santo, podemos citar o caso de D. Luísa Grimaldi. Ela aparece como a terceira donatária da capitania na relação de donatários e capitães-mores do Espírito Santo inclusa no *Catálogo de documentos manuscritos avulsos da Capitania do Espírito Santo (1585-1822)*.<sup>53</sup> Com a morte do marido, Vasco Fernandes Coutinho Filho, D. Luíza assumiu o governo da capitania

<sup>53</sup> Essa publicação faz parte do acervo bibliográfico do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Ver LEAL, João Eurípides F. (Org.). **Catálogo de documentos manuscritos avulsos da Capitania do Espírito Santo (1585-1822)**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2000. (Coleção Canaã).

no período de 1589 a 1593, tornando-se a primeira mulher a ocupar o mais alto cargo da administração (bem-sucedida) no Espírito Santo (GHIO, 2017; NOVAES, 1999).

Daquele contexto até a inserção das mulheres na escola primária e, posteriormente, na formação para o magistério e para o exercício profissional, foram longos anos de muita disputa em torno da educação feminina no Brasil.

O diálogo com Novaes (1984) sobre a educação das mulheres no Brasil Colônia mostra que não havia escolas femininas e a educação das mulheres, fora do espaço doméstico, somente poderia ser oferecida nos conventos<sup>54</sup> e recolhimentos (NOVAES, 1984). Via de regra, o ensino neles ministrado aliava a aprendizagem da à leitura “[...] à musica, do cantochão, do órgão e dos trabalhos domésticos, principalmente o preparo de doces e de flores artesanais [...]” (RIBEIRO, 2011, p.87).

A bibliografia consultada (NOVAES, 1984; ALGRANTI, 2004; ALGRANTI, 1992; PASCHE, 2014; RIBEIRO, 2011) aponta que ainda existem lacunas na historiografia sobre os conventos e recolhimentos no Brasil. Observamos informações divergentes na produção das autoras supracitadas. Como exemplo, citamos o fato de Novaes (1984, p.19) afirmar que, “[...] até 1811, existiam cinco conventos no Brasil, localizados, um na Bahia, dois no Rio de Janeiro e dois em São Paulo”, ao passo que, para Algranti (1992; 2004), entre os séculos XVII e XIX, havia quatro conventos, três em Salvador e um no Rio de Janeiro, e 19 recolhimentos. Outra divergência observada diz respeito ao ano em que se inicia o funcionamento do primeiro convento no Brasil. Para Novaes (1984), foi em 1676, para Algranti (1992, 2004) em 1677,<sup>55</sup> ao passo que para Ribeiro foi em 1868. Não nos foi possível identificar, até o momento, quais elementos, no processo historiográfico desenvolvido pelas autoras, justificam a divergência de informações.

Notamos, no entanto, que Algranti (1992, 2004) estabelece diferenciações entre os conventos e os recolhimentos, o que não é tratado por Novaes (1984). De acordo com Algranti (2004), os recolhimentos surgem como alternativas dos colonos para

<sup>54</sup> Em *Memória estatística da Província do Espírito Santo* – 1828, Vasconcellos (1978) identifica que, na ocasião, o Espírito Santo contava com três conventos: o da Penha (1558), o de São Francisco (1589) e o do Carmo (1682).

<sup>55</sup> Convento denominado Santa Clara do Desterro (BA).

compensar a falta de conventos que tinham sua aprovação de funcionamento limitada pela Coroa Portuguesa que, devido à falta de mulheres brancas e “[...] preocupada com o povoamento do novo território, dificultou sempre que possível a fundação de conventos femininos” (ALGRANTI, 2004, p. 27). Pasche (2014, p. 108) lembra que essa restrição se explicava devido ao projeto da Coroa de “[...] embranquecimento da população e a formação de uma classe lusitana no Brasil [...]”.

Dentre as principais diferenças entre essas duas formas de educação (e reclusão) das mulheres, destacamos o fato de que,

[...] embora fundados sob o princípio da clausura estrita, conventos e recolhimentos eram instituições distintas, já que os conventos abrigavam mulheres que buscavam a vida religiosa e faziam os votos perpétuos da religião – obediências, castidade e pobreza –, ao passo que os recolhimentos eram instituições leigas que acolhiam mulheres enclausuradas por motivos diversos (abrigo, caridade, punição, educação), provisoriamente ou não, nas quais era comum se fazerem votos simples. Na prática, porém, tanto em Portugal como na sua colônia americana, a relação entre esses dois tipos de estabelecimentos era intensa, pois vários elementos os aproximam, como por exemplo a arquitetura monástica de alguns recolhimentos, que incluía a presença de claustros, capelas, coros, confessionários e até grades nas janelas (ALGRANTI, 2004, p.29-30).

Embora se reconheça que conventos e recolhimentos exerceram importante papel na formação religiosa e secular das mulheres, uma vez que possibilitavam o acesso à leitura e à escrita, também foram fundamentais para o controle e a manutenção dos papéis sociais a elas atribuídos.

[...] Conventos e recolhimentos eram portanto na Época Moderna, espaços de sociabilidade e de expressão de uma cultura religiosa essencialmente feminina, neles conviviam viúvas com as filhas, irmãs, primas, parentes e criadas. Numa sociedade escravista a que se desenvolveu na América portuguesa, não faltou ainda, mesmo nas casas mais austeras, a presença de escravos particulares e as que deveriam servir a toda comunidade (ALGRANTI, 2004, p. 43).

Nesse sentido, a reclusão a que muitas foram submetidas no período em tela constituiu-se como uma das alternativas para a manutenção da ordem social instituída. Ganha destaque nesse cenário o fato de os conventos e recolhimentos serem frequentados por uma diversidade de mulheres (ALGRANTI, 2004). Essa variedade pode ter contribuído de alguma forma para trocas de saberes e traços culturais entre mulheres de origens diversas. Podemos supor que esse também seja

um elemento importante para que a educação destinada às mulheres “escapasse”, em alguma medida, do severo controle da família, da Igreja e do Estado. Não se quer com isso afirmar que as diferenças de classe não se faziam presentes nesses estabelecimentos, mas evidenciar que o convívio, muitas vezes forçado, favorecia as relações que o espaço doméstico e a vida social não permitiam.

Nesse sentido, é possível afirmar que esses estabelecimentos, dentre outros objetivos, também intentaram salvaguardar o ideário de mulher daquele tempo e contribuíram para que essas mulheres vivenciassem experiências diferenciadas. Reforça a autora:

[...] reunidas por motivos diferentes, as mulheres que viveram nessas instituições de reclusão acabaram moldando seu cotidiano muitas vezes de forma bem distante dos estatutos que deveriam seguir. Algumas encontraram nos claustros mais independência e sociabilidade do que se vivessem com seus parentes (ALGRANTI, 2004, p. 48)

Outro aspecto digno de destaque diz respeito à instrução feminina desenvolvida nos claustros. Algranti (2004) salienta que se, para além das muralhas dos conventos e recolhimentos, a instrução religiosa se desenvolvia principalmente pela oralidade, neles existia a necessidade de acompanhar os serviços religiosos com a leitura e, ainda, a possibilidade de utilização das bibliotecas das instituições para as leituras individuais. Semelhante ao que ocorreu nos mosteiros masculinos, “[...] os conventos e recolhimentos femininos tornam-se espaços privilegiados de leitura e de escrita das mulheres, bem como de expressão de uma cultura religiosa feminina letrada [...]” (p. 51).

Descobertas, via literatura sacra, as possibilidades advindas da leitura e da escrita, não se pode deixar de imaginar como essas mulheres se apropriaram desses instrumentos.

O que chama a atenção nos escritos de Jacinta<sup>56</sup> e de outras místicas é a habilidade com que souberam transformar o aparente conformismo e negação do político, a que a vida religiosa induzia, em armas poderosas para realizar seus projetos e lutar por seus objetivos [...]. Usavam, assim, o poder da fala e da escrita para construir sua auto-imagem (ALGRANTI, 2004, p. 117-118).

---

<sup>56</sup> Madre Jacinta de São José, considerada a fundadora do setor feminino da Ordem do Carmelo no Brasil (ALGRANTI, 2004, p. 76), foi objeto de estudo na tese de doutorado de Leila Mezan Algranti (1992).

Ribeiro (2011), assim como Algranti (2004) relatam que essas instituições eram vistas como prisões místicas. A clausura desempenhava um papel importante, tornando-se alternativa para diversas situações. Mulheres acabavam enclausuradas por motivo de honra e devoção, por vontade própria, ou por decisão de suas famílias. Algranti (1992) chama a atenção para o fato de que, “[...] além de mulheres impelidas por questões de honra ou devoção, meninas [eram] colocadas em depósito, com o objetivo específico de serem educadas [...]”.<sup>57</sup>

Gondra e Schueler (2008) defendem que, apesar do importante papel desempenhado pelos jesuítas na colonização portuguesa, eles não foram os únicos missionários e mestres do período. A historiografia capixaba nos ajuda a entender como esse cenário se delineava no Espírito Santo. Para Oliveira (2008), a falta de referências a professores particulares até a expulsão dos jesuítas indica que somente esses religiosos cuidavam do ensino até a sua expulsão.<sup>58</sup> Ao se referir ao ensino na Capitania do Espírito Santo nos Setecentos, esse mesmo autor aponta a sua precariedade, manifesta, dentre outros motivos, pela falta de professores: “[...] em toda a capitania não havia mais de dois professores públicos: um de gramática latina, outro de ler e escrever – ambos residentes na vila da Vitória. Entretanto, o número de estudantes era suficiente para compor uma companhia [...]” (OLIVEIRA, 2008, p. 252).

Ferreira e Schwartz (2013), no intuito de discutir estratégias e materiais pedagógicos ligados à religiosidade que eram utilizados na escolarização pública da Província do Espírito Santo no século XIX, analisam como a religiosidade católica se apresenta no Regimento da Instrução Pública de 1871. Questionam estratégias da religiosidade católica inseridas na educação capixaba a partir do referido Regimento e os objetivos pedagógicos da Religião Católica no Estado.

As autoras apontam que, no contexto da colonização brasileira, a religião deve ser entendida tanto como um ingrediente de desenvolvimento geopolítico quanto uma força constante na construção da educação brasileira. Assinalam que a estreita relação estabelecida entre o Estado e a Igreja Católica interferiu na conformidade

---

<sup>57</sup> A autora aponta, como exemplo, as nove filhas de João Fernandes de Oliveira e Chica da Silva (ALGRANTI, 1994).

<sup>58</sup> Gondra e Schueler (2008) lembram que, apesar do importante papel desempenhado pelos jesuítas na colonização portuguesa, eles não foram os missionários e mestres do período.

dada à educação, pois “[...] a escola era também meio fecundo para transmitir valores e padrões de comportamentos requeridos visando construir o caráter do ‘homem bom’” (FERREIRA; SCHWARTZ, 2013, p. 28).

Em análise da influência do catolicismo na educação capixaba dos jesuítas até 1871, as autoras identificam a presença dos jesuítas na Província do Espírito Santo desde 1549, tendo como principais representantes os padres Leonardo Nunes e Diogo Jácome. Devido à grande influência que exerciam sobre os processos educativos, a expulsão<sup>59</sup> da Ordem em 1759 e a posterior saída do Espírito Santo em 1760 deixaram um vazio na educação na capitania. Um dos desdobramentos negativos identificados pelas autoras foi a redução drástica de recursos para a instrução.

Para Ribeiro (2011), até 1808, não ocorreram mudanças significativas na educação de maneira geral. Ela assinala que as mudanças culturais provocadas pela vinda de D. Joao VI para o Brasil não atingiram de imediato as mulheres. Da mesma forma, Oliveira (2008, p. 368) salienta que “[...] as grandes realizações que modificam a fâcies [sic] do país no decorrer do governo de Pedro II só mui remotamente ecoam no Espírito Santo [...]”. Para Vilella (2011), a transferência da família real para a Corte acelerou um processo em curso em especial em relação à educação superior. Esse interesse pela formação nesse nível de ensino justificava-se pela necessidade de formação de quadros que dessem suporte às mudanças que se sucederam à instalação da corte portuguesa no Brasil. Infelizmente, isso não ocorreu com a instrução elementar que se manteve por algum tempo restrita à esfera privada.

Hahner (2013) salienta que, no século XIX, tanto nos costumes como nas leis, a supremacia masculina sobre as mulheres prevalecia e as brasileiras abastadas eram, em geral, menos letradas do que suas contemporâneas europeias ou norte-americanas. Aponta que a chegada da Corte Portuguesa no Rio de Janeiro impulsionou uma série de mudanças políticas, econômicas e sociais<sup>60</sup> que afetaram a “evolução” dos costumes sociais, as instituições e a vida das mulheres, especialmente as mulheres ricas que habitavam cidades costeiras e algumas

<sup>59</sup> Gondra e Schueler (2008) enfatizam que a expulsão dos jesuítas não significou o afastamento imediato e definitivo dos religiosos das atividades educativas, pois eles continuaram a exercer a docência nas igrejas e capelas e em atividades de âmbito doméstico. Dessa forma, é possível perceber a presença da Ordem tanto no magistério público como no privado durante o século XIX.

<sup>60</sup> Como a abertura de portos, por exemplo.



idades do sul do país. Em outra obra Hahner (1981) salienta que as mulheres ricas começaram a seguir mais os modos de comportamento europeu. Esse contexto não sofreu muitas alterações no caso das mulheres, mesmo as afortunadas do Nordeste, por exemplo.

Se, no âmbito geral, concordamos com Ribeiro (2011), Oliveira (2008) e Vilella (2011), ao focalizarmos as condições mais específicas, nas manifestações mais sutis que permeiam as relações de gênero e os apontamentos de Hahner, consideramos pertinente a afirmação de Franco (2001, p.160), quando informa que, apesar de lentas, as mudanças ocorreram, pois “[...] a sociedade tornou-se mais aberta, os costumes – influência da nobreza portuguesa aqui instalada – começaram a se modificar [...], a mulher começou a tirar vantagem dessa nova situação [...]”. Como Gazzoni (2012), estranhamos o silêncio que caracteriza a bibliografia dos anos iniciais da República em relação aos debates políticos em torno da situação da mulher na sociedade.

Costa (2007), ao se referir às sociabilidades políticas e às relações entre os sexos no século XIX no Rio de Janeiro, afirma que, já nos anos 20 do século XIX,<sup>61</sup> é possível perceber indícios de transformações das obrigações femininas a partir, principalmente, da circulação de novas mercadorias importadas que impactaram o ritmo do trabalho doméstico, a regulação do tempo feminino e o próprio cotidiano da cidade. Esses fatores contribuíram para alterações significativas nas relações entre as esferas pública e privada. Dentre as mudanças ocorridas nesse período, destaca a autora, “[...] a transferência da maternidade de poucas mulheres que saem para o serviço público, para muitas outras pessoas (escravos/as, criados/as, empregados/as, vizinhos e familiares) que as assumem em seu nome [...]” (COSTA, 2007, p.54). A autora chama a atenção para as muitas tensões que permearam esse processo, tensões que dificultaram a inserção das mulheres no espaço público, mas também provocaram desdobramentos na organização social no período, por exemplo, a expansão dos sistemas secundários de proteção social.

Uma dessas tensões diz respeito à importância da educação para o desenvolvimento moral do país. A Igreja Católica preocupou-se em estabelecer

---

<sup>61</sup> Sobre o assunto, ver: COSTA, S. G. **Metáforas do tempo e do espaço doméstico**. Rio de Janeiro, século XIX. 1996. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, UFF, Niterói, 1996.

novas articulações internas com vistas a formar cidadãos católicos, mais enfaticamente, mulheres católicas, compreendidas como “sinônimo de mulher brasileira ideal” (CAVALCANTI, 2007). Para atender a essa demanda emergente (alcançar as mulheres na reestruturação interna a que se submetia a Igreja Católica nesse período), foram tomadas medidas, como alteração dos horários das missas, que passaram a ser mais cedo, incentivo à criação de associações de mulheres católicas e a ampliação de escolas católicas e jardins de infância para meninas, cujo objetivo era atrair mais mulheres para a Igreja (NASCIMENTO, 2011).

Nessa esteira de pensamento, Cardoso (2007) identifica diferenças na sociabilidade das mulheres pobres e ricas, brancas e negras. Para ela, apesar de o casamento se constituir em um importante valor para o período analisado, muitas mulheres pobres viviam relações consensuais, poucas negras eram casadas, enquanto, para as mulheres de famílias ricas, o casamento se configurava, na maioria das vezes, em contratos familiares que pouco se relacionavam com a atração afetiva ou sexual. A análise relacional entre gênero, raça e etnia e classes sociais indica que

[...] a intensificação das saídas das mulheres de classes médias e altas do espaço doméstico para as atividades da esfera pública, diante de conquistas de direitos sociais, sobretudo no que tange a acessos à educação, é sustentada por mulheres pobres na condição de cuidadoras – escravas e depois empregadas domésticas, sem remuneração ou precariamente remuneradas – às quais idênticos direitos são negados. Isso sem dúvida abre conflitos, só equacionados ao longo do século XX no campo dos direitos sociais (COSTA, 2007, p. 54-55).

Hahner (1981) concorda com essa posição e ressalta que o estereótipo da fêmea pura que necessitava de proteção não era universal. Os comportamentos variavam de acordo com a classe social a que as mulheres pertenciam. As pobres gozavam, de maior liberdade pessoal, mas eram as que exerciam trabalho físico mais árduo. Também era possível observar diferenças, mesmo no interior de um grupo social, entre as mulheres da elite, por exemplo, “[...] nem todas as mulheres eram confinadas à esfera privada do lar e excluídas da esfera pública, entregue aos homens, como no caso de viúvas ativas que dirigiam fazendas (HAHNER, 1981, p. 28).

No que se refere à formação feminina a partir da classe social à qual pertenciam, para as mulheres e meninas ricas, enfatizava-se a formação para os cuidados

familiares e para a vida em sociedade (por exemplo, normas de conduta, civilidade e sociabilidade). Para as meninas pobres, a prioridade era a aprendizagem das tarefas domésticas, na agricultura ou em outros ofícios urbanos, como professoras ou preceptoras, por exemplo (GONDRA; SCHUELER, 2008).

Nesse sentido, cabe à historiografia considerar a multiplicidade de experiências das mulheres, com vistas a superar não somente a tendência da produção historiográfica baseada na história geral masculina, como também considerar diferenças e desigualdades presentes entre as mulheres (TEDESCHI, 2012).

Nessa linha de raciocínio, Faria Filho (2011) aponta que a historiografia consagrada concebe a educação primária do século XIX como confinada entre a política pombalina e o surgimento do projeto educacional republicano. Lembra que, apesar de ser percebido por muitos como um período de passagem, o Império foi marcado por intensa discussão sobre a democratização do acesso à escolarização. Villela (1992) propõe um olhar aprofundado sobre esse período, tendo como pressuposto que as iniciativas educacionais fazem parte de um projeto político mais amplo. Dessa forma, a autora chama a atenção para a forma como a classe dirigente utiliza o Estado para atender aos seus interesses.<sup>62</sup> Para ela

[...] o processo de crescimento da oferta do ensino público tem demonstrado a capacidade que possui esse sistema de se renovar no seu elitismo [...] trata-se de uma renovação essencialmente conservadora [...] a difusão do ensino só é pensada na medida que não ameace (e até colabore) para a conservação dos privilégios de uma classe [...] (VILLELA, 1992, p. 44-45).

Faria Filho (2011) identifica três principais elementos que marcam esse período: a) desenvolvimento de serviços de instrução tão diversos quanto eram as províncias do Império; b) precariedade de recursos destinados à instrução; e c) multiplicidade de atos legais e descontinuidade das políticas. Assim como eram foco de debate a pertinência da instrução dos negros e dos índios, o Império foi um período em que se intensificaram as reivindicações em torno do direito à instrução feminina (FARIA FILHO, 2011). Nos relatórios oficiais dos presidentes da Província do Espírito Santo desse período, identificamos, em escala local, essas três marcas apontadas por Faria Filho.

---

<sup>62</sup> Para Villela (1992), essa é uma permanência nos processos de expansão da educação pública no Brasil.

Entendemos, também, que a Carta Imperial de 1824,<sup>63</sup> ao estabelecer, em seu art. 129, a instrução primária e gratuita a todos os cidadãos, constitui uma marca importante na conquista das mulheres do direito à educação (VILELLA, 2011). Dois anos depois, o próprio Imperador D. Pedro I, ao dirigir-se à Assembleia Nacional, alerta:

Deve merecer-vos summo cuidado a educação da mocidade de ambos os sexos, a Fazenda Publica, todos os mais estabelecimentos publicos, e primeiramente a factura de leis regulamentares, assim como a abolição de outras directamente oppostas à Constituição, para por esta nos podermos guiar, e regular exatamente (BRASIL, 1826, p. 5-6).

Vilella (2011) destaca mudanças ocorridas no século XIX, quando, sob o reinado de D. João VI, o Estado passa a exercer maior controle sobre a educação formal e iniciam-se os primeiros movimentos em direção à organização de um sistema de instrução primária. Da mesma forma, Nagle (1976, p. 280) argumenta que interessava ao governo monárquico (postura mantida também pelo governo republicano), o controle rigoroso sobre os processos de escolarização, compreendendo-os como fundamentais “[...] para a manutenção da ordem social e a permanência dos quadros intelectuais existentes [...]”.

Pode-se inferir, ainda, que a passagem formal da Monarquia para a República, impulsionou outro movimento: o da profissionalização docente (VILELLA, 2011). Gondra e Schueler (2008) registram que, nas primeiras décadas do século XIX, ainda não se tinha muita rigidez quanto à exigência de especialização para o exercício da docência. Mas, naquele contexto, começou-se a questionar o magistério como profissão não especializada e de ocupação secundária. Esse movimento culminaria no Ato Adicional de 12 de agosto de 1834.

Castanha (2006) apresenta uma interessante interpretação dos impactos do Ato Adicional de 1834 sobre a instrução pública no Período Imperial. O ensaio parte do pressuposto de que o Ato Adicional foi “[...] um marco fundamental e determinante na organização da educação brasileira [...]” (p. 174), mas identifica, na historiografia sobre o tema, autores/as que discordam dessa posição. Por fim, analisa os

---

<sup>63</sup> Lima (2006) lembra que, apesar de regulamentar o acesso à escolarização primária para as meninas, o ato não explicita como deverá ser a formação das professoras das classes femininas. Contexto que dificultou de forma marcante a operacionalização do dispositivo legal.

desdobramentos do Ato sobre o contexto educacional do século XIX. Em linhas gerais, esse dispositivo legal criou as assembleias legislativas provinciais. Estas passaram a legislar e organizar os diversos setores da Administração Pública, incluindo a instrução primária e secundária. À medida que a responsabilidade pela instrução pública era transferida para as províncias, era preciso que os governos provinciais assumissem, também, os processos formativos dos/as professores/as do ensino elementar.

Para Gondra e Schueler (2008, p. 170),

A diferenciação dos cursos e as diferenças dos objetivos da educação primária, secundária e superior, reforçavam as hierarquias internas da profissão docente do século XIX, as quais indicavam a existência de lugares diversificados entre os profissionais de ensino. No topo da hierarquia profissional, estava a minoria de docentes que gozava de maior nível de remuneração, e de prestígio social, posto que eles pertenciam às instituições destinadas à formação de elites intelectuais e políticas, as faculdades do império e as instituições oficiais de ensino secundário [...].

É consenso, entre as narrativas históricas sobre a educação no Brasil, que o Decreto-Lei de 15 de novembro de 1827 foi a primeira lei sobre a instrução pública nacional. É essa Lei que, ao regulamentar a instrução pública, insere a questão da educação feminina, já presente na Carta Imperial de 1824. Grassi (2003) menciona que, ao regular a abertura das escolas para as meninas, a Lei “solicitou” a presença das mestras, já que não era aceitável que homens fossem mestres das meninas, especialmente devido às ideias difundidas pela Igreja Católica naquele tempo.

A Lei de 15 de novembro de 1827, entre outras determinações, estabelece:

Art 6º - Os Professores ensinarão a ler, escrever as quatro operações de arithmetica, pratica de quebrados, decimaes e proporções, as noções mais geraes de geometria pratica, a grammatica da lingua nacional, e os principios de moral christã e da doutrina da religião catholica e apostolica romana, proporcionando a comprehensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Imperio e a Historia do Brazil[...]

Art 11 - Haverão escolas de meninas nas cidades e villas mais populosas, em que os Presidentes em Conselho, julgarem necessário este estabelecimento.

Art 12 - As mestras, além do declarado no art 6º, com exclusão das noções de geometria e limitando a instrucção da arithmetica só as suas quatro operações, ensinarão tambem as prendas que servem a economia domestica; e serão nomeadas pelos Presidentes em Conselho, aquellas mulheres, que sendo brasileiras e de reconhecida

honestidade, se mostrarem com mais conhecimentos nos exames feitos na forma do art. 7º.

Art 13 - As mestras vencerão os mesmos ordenados e gratificações concedidas aos Mestres [...].

Notamos que, além de limitar as escolas das meninas a cidades e vilas mais populosas e condicionar a oferta de vagas ao julgamento dos presidentes de província, também estabelece diferença no currículo dos meninos e das meninas. Destacamos, como ponto positivo, o fato de o decreto equiparar os ordenados das mestras ao dos mestres. No entanto Silva (2002), alerta que a diferença no currículo acabava por gerar, também, uma diferença salarial.

Cunha e Silva (2010) salientam que, de modo geral, os inúmeros debates ocorridos no período (a partir de 1827) acerca daquela nova legislação educacional não garantiram a construção de Escolas de Primeiras Letras em quantidade suficiente para atender à demanda da educação feminina.

Merece destaque nessa análise a forma como eram providas as cadeiras (masculinas e femininas). Regulava a Lei:

Art. 7º - Os que pretenderem ser providos nas cadeiras serão examinados publicamente perante os Presidentes, em Conselho; e estes proverão o que fôr julgado mais digno e darão parte ao Governo para sua legal nomeação.

Art. 8º - Só serão admittidos á opposição e examinados os cidadãos brasileiros que estiverem no gozo de seus direitos civis e políticos, sem nota na regularidade de sua conducta.

Art. 9º - Os Professores actuaes não serão providos nas cadeiras que novamente crearem, sem exame e approvação, na fôrma do art. 7 (BRASIL, 1827, p. 72).

No caso do Espírito Santo, a primeira escola primária pública feminina foi oficialmente criada pela Lei Provincial nº 4, de 18 de marco de 1835, mas o seu efetivo funcionamento somente ocorreu em 1845, ou seja, 21 anos após o dispositivo constitucional supracitado, decorridos 18 anos da Lei que estabelece a obrigatoriedade de oferta de vagas para meninas e dez longos anos após a criação formal da primeira escola na província. Tendo consultado os relatórios disponíveis, de 1836 até 1845, vimos que os presidentes e vice-presidentes da província, quando se referiram ao fato de a escola feminina, apesar de criada, encontrar-se desprovida, alegavam a falta de professoras habilitadas para exercer a função. João Lopes da

Silva Couto, por exemplo, em mensagem dirigida à Assembleia, identifica o quadro geral de escolas de educação primária na província (Quadro 1).

Quadro 1 – Quadro demonstrativo das aulas maiores e menores da Província do Espírito Santo, 1842

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS AULAS MAIORES E MENORES DA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, QUE SE ACHÃO PROVIDAS.						
NATUREZA DAS AULAS.	LUGARES.	N.º DAS AULAS.	NOMES DOS PROFESSORES.	ALUNOS.	ORDENADOS.	LEIS QUE OS ESTABELECERÃO.
GRAMMÁTICA LATINA.	Cidade da Victoria . . . .	1	Ignacio Felix d'Alvarenga Salles . . .	18	500\$000	Res.º do Cons.º de 24 de Fevereiro de 1832, e Lei de 7 de Junho de 1841 n.º 13.
	Villa de S. Matheus . . . .	1	Manoel Gomes Montenegro . . . .	7	500\$000	Lei Provincial n.º 3 de 18 de Março de 1835, e de 7 de Junho de 1841 n.º 13.
PRIMEIRAS LETRAS.	Villa de S. Matheus. . . .	1	Francisco das Chagas Araujo . . . .	21	250\$000	Lei de 7 de Maio de 1839 n.º 3.
	Villa de Linhares . . . .	1	José Maria Nogueira da Gama . . . .	22	250\$000	Idem.
	Aldêa Velha . . . .	1	José Barbosa Ribeiro Pereira . . . .	14	250\$000	Idem.
	Villa de Nova Almeida . . . .	1	Manoel Soares Leite Vidigal . . . .	17	250\$000	Idem.
	Villa da Serra . . . .	1	Antonio Ferreira Maya . . . .	41	250\$000	Idem.
	Cidade da Victoria . . . .	2	Ignacio dos Santos Pinto . . . .	130	450\$000	Lei de 15 de Maio de 1839. n.º .
	» . . . .		Manoel Ferreira das Neves . . . .	41	400\$000	Lei n.º 8 de 2 de Junho de 1841.
	Cariacica . . . .	1	Antonio Pereira de Barros . . . .	26	250\$000	Lei de 7 de Maio de 1839 n.º 3.
	Vianna . . . .	1	João Baptista Pires . . . .	19	250\$000	Idem.
	Villa do Espírito Santo . . . .	1	Luciano Antunes das Neves . . . .	21	250\$000	Idem.
	Villa de Guarapary . . . .	1	João Tolentino Pinheiro . . . .	31	250\$000	Idem.
	Villa de Benevente. . . .	1	Manoel André dos Santos . . . .	19	250\$000	Idem.
	Villa de Itapemerim . . . .	1	Joaquim José Gomes da Silva Netto . . .	45	250\$000	Idem.

N. B. A Aula de meninas da Cidade da Victoria, e a de meninos da Villa da Barra de São Matheus achão-se vagas por falta de oppositores idóneos.

Dionysio Alvaro Rezendo.

Fonte: Coito (1842, p.13).

Além de apresentar um reduzido número de escolas, também evidencia o fato de a escola feminina estar desprovida por falta de “opositores idóneos”. Ao que parece, também no Espírito Santo, a carência de professoras para atuar nas classes de meninas foi fundamental para a precária oferta da instrução feminina. Os relatórios de governo mostram uma constante descontinuidade no funcionamento das escolas

femininas,<sup>64</sup> frequentemente fechadas devido à falta de professoras, associando-se à elevada rotatividade docente característica do século XIX. Os indícios apontam que essa rotatividade se dava, principalmente, devido às dificuldades de acesso às escolas, o que motivava os/as professores a buscar escolas de acesso mais facilitado e a intervenção política na indicação dos/as docentes.

É reveladora a preocupação quanto à vacância da classe feminina, expressa, por exemplo, no discurso com que o presidente da província, Wenceslau de Oliveira Bello, abriu a Assembleia Legislativa Provincial no dia 25 de maio de 1843:

Por falta de uma senhora com habilitações precisas, não foi ainda provida a Escola de Meninas [...]. É de tanta utilidade e tão preciso este estabelecimento para educar as Meninas, de quem sua progênie recebe os primeiros elementos da moral, que praticareis um acerto, se elevásseis o ordenado da primeira Professora a 600\$000 réis, e habilitásseis o Governo para fazer com a que de fora quizer aqui vir exercer o magistério, as despesas do seu transporte, e do aluguel da casa própria mister (BELLO, 1843, p. 6-7).

As fontes indicam que a Assembleia concordou com a proposta do presidente, considerando que a primeira professora a exercer a docência primária no Espírito Santo tenha sido trazida de Minas Gerais, para ocupar a cadeira feminina da escola criada em Vitória. Franco (2001) sustenta essa informação a partir da mensagem do vice-presidente da província, Joaquim Marcelino da Silva Lima, no ano de 1845. Valendo-nos de nossas incursões às fontes, citamos um trecho dessa mensagem:

Deplorável é o estado da instrucção publica nesta província. Esta fonte primária dos bens da vida social precisa de muitos melhoramentos: uma unica escola de grammatica latina na capital, e uma de primeiras letras, e destas uma em cada villa, ou em alguma freguesia da província, e a isto unido a deficiência de alguns professores, não e bastante, como sabeis, para preparar a mocidade; contudo dos males o menor, todas as cadeiras creadas estão providas, e acaba de o ser por D. Maria Carolina Ibrence a de meninas nesta capital (LIMA, 1845, p. 4-5).

No final do relatório, o vice-presidente apresenta o mapa a seguir:

---

<sup>64</sup> As fontes indicam que esse período é marcado por interrupções no funcionamento das escolas por falta de professor. Essa descontinuidade era mais agravada nas escolas femininas por falta de professoras.



QUADRO 2 – Mapa de aulas maiores e menores da Província do Espírito Santo

LUGARES.		NOMES.	ALUNNOS.
LATIM.	<i>Cidade da Victoria.....</i>	Ignacio Felix de Alvarenga Sales .....	16
PRIMEIRAS LETRAS.	<i>Idem idem.....</i>	Manoel Ferreira das Neves.....	151
	<i>Idem idem.....</i>	D. Maria Carolina Ibrence.....	39
	<i>Villa da Serra.....</i>	Ernesto Pereira Gustavo.....	12
	<i>Dita de Nova-Almeida.....</i>	Manoel Soares Vidigal.....	11
	<i>Aldea Felha.....</i>	José Barbosa Ribeiro Pereira.....	
	<i>Villa de Linhares.....</i>	José Maria Nogueira da Gama.....	
	<i>Dita da Barra de S. Matheus..</i>	João Pereira dos Santos.....	27
	<i>Dita de S. Matheus.....</i>	Francisco das Chagas Araujo.....	34
	<i>Vlanna.....</i>	João Baptista Pires.....	29
	<i>Cariaclca.....</i>	Antonio Pereira de Barros.....	
	<i>Villa do Espírito Santo.....</i>	Luciano Antunes das Neves.....	28
	<i>Dita de Guaraparim.....</i>	João Tolentino Pinheiro.....	31
	<i>Dita de Benevente.....</i>	Manoel André dos Santos.....	
	<i>Dita de Itapemerim.....</i>	Joaquim dos Santos Braga.....	

Fonte: Lima (1845, appenso, sn).

Investigado como fonte, o mapa indica um quadro quase incipiente, no que se refere ao número de classes maiores e menores, na Província do Espírito Santo em 1845. Mostra também que, dos 15 docentes, 14 eram homens e somente uma era mulher, o que está de acordo com os estudos anteriormente apresentados. Esta, conforme relato acima, ocupa uma das três cadeiras da Capital. As fontes indicam 1845 como o ano que marca o início da atuação das mulheres no magistério público na Província do Espírito Santo.<sup>65</sup> Registram que Maria Carolina Ibrence<sup>66</sup> foi a primeira mulher professora em uma escola pública provincial. No entanto, as fontes disponíveis deixam ver pouco sobre o processo de seleção ao qual foi submetida a professora, bem como as condições em que funcionava a classe em que era regente e, mais ainda, sobre as alunas que frequentavam essa primeira classe feminina. Não sabemos, por exemplo, se os subsídios propostos pelo presidente da província bem como o salário foram de fato ofertados para atrair a referida professora.

<sup>65</sup> No contexto brasileiro, Lima (2006) é enfática ao afirmar o pioneirismo da Província da Bahia no processo de inserção das mulheres no trabalho docente. A autora defende a tese de que a Bahia foi a primeira experiência, no Brasil e na América Latina, de ingresso das mulheres no magistério. Ao criticar a historiografia corrente, que não considera o pioneirismo, a autora acaba cometendo o mesmo erro, quando afirma que as primeiras experiências em outras províncias somente ocorreram na segunda metade do século XIX. Esse fato revela não somente os limites de se estudar um país de proporções continentais como o Brasil, como também o risco de o/a historiador/a não considerar as particularidades em que os fatos históricos se desenvolvem em diferentes contextos.

<sup>66</sup> No primeiro Relatório de Governo (1845), quando é anunciada a sua contratação, a professora não apresentava o sobrenome “Brasileira”. No entanto, em relatórios posteriores, tem esse sobrenome acrescido. Pode-se inferir que a professora tenha contraído matrimônio ou que tenha alterado o sobrenome, considerando que esse tipo de alterações, independente do casamento, eram comuns no período.

Existe um “espaço em branco” em relação à vida pessoal e profissional de Maria Carolina Ibrense. No entanto, Schwartz (2001), em *O início da escolarização formal da mulher capixaba (1845-1850)*, apresenta indícios<sup>67</sup> de que a professora atendia “[...] ao universo cultural escolar da época, no que tange à educação feminina [...]” (2001, p. 4). Utilizando-se ainda dos poemas que as alunas produziram, Schwartz (2001) afirma que esses poemas podem ser considerados como as primeiras produções literárias das mulheres capixabas.

Do que conseguimos apurar nas fontes consultadas, notamos que Maria Carolina Ibrense Brasileira teve uma carreira curta no magistério público capixaba, aproximadamente por oito anos (1845 a 1853). O então presidente da Província, Evaristo Ladislau e Silva, assim se manifesta sobre a solicitação de demissão da professora:

Percebi que havia na execução da providencia repugnância em alguns professores, mas estou que esta repugnância há de ceder de todo, e estou contente porque os paes em geral reconhecem a necessidade do que determinei.

A professora de meninas pretendeu persistir na pratica que recusei, recalcitrou sobre as ordens dadas, fez disto questão de seu capricho e acabou por pedir demissão e até checou á despedir as discípulas antes de ter sido deferido o seu requerimento [...].

Não quero esquecer que a dita professora pelos acanhados conhecimentos que possuía não tinha as habilitações necessárias para reger hoje a eschola; tinha com tudo por si um proverbial conceito de honestidade (SILVA, 1853, p.26 - 27).

Maria da Conceição Barata, capixaba,<sup>68</sup> assume a vaga deixada pela professora anterior. Sabemos, pelo breve relato do presidente, que ela era jovem, já que esse argumento foi utilizado em defesa da contratação da professora. Observamos que essa professora aparece nos mapas das classes femininas até o ano de 1856. Mas, no Livro nº 157, do Fundo Educação do Arquivo Público, consta a sua nomeação em 1853 e a sua demissão em 1859.<sup>69</sup> Sabe-se também que o salário da professora substituta equivaleria a dois terços do que era pago à sua antecessora. Não foi possível identificar que motivos levaram ao pedido de demissão de Maria Carolina Ibrense, bem como à contratação de Maria da Conceição Barata.

<sup>67</sup> A autora teve acesso a uma lista de material solicitado pela professora.

<sup>68</sup> Na ocasião em que apresenta o nome da professora para a Assembleia, ele se refere a ela como “natural desta cidade”.

<sup>69</sup> As fontes não nos deixam ver se a demissão foi a pedido da professora.

É importante considerar que o período entre a nomeação e o afastamento da primeira professora coincide com relevantes alterações no cenário das disputas políticas entre conservadores e liberais no Segundo Reinado. Em 1844, ocorreu o retorno dos liberais ao poder imperial e, em 1847, instalou-se o parlamentarismo no Brasil. Em maio de 1852, os conservadores retomam o poder, mantendo-o até 1862. Derivam daquele contexto mais geral as disputas e os arranjos políticos presentes nos grupos que se revezavam na administração da Província Capixaba (DERENZI, 1965; ROCHA, 1853; TSCHUDI, 2004). É, portanto, possível imaginar que o afastamento da professora se relacione com essas articulações e mudanças de posição política no governo provincial, mas isso é apenas uma conjectura.

Referindo-se à experiência de Curitiba, Grossi (2003) salienta que tanto professores como professoras não tinham formação docente específica e, apesar do disposto na lei, a maioria entrava no magistério por indicação política e apadrinhamento. As fontes consultadas nos permitem afirmar que, no Espírito Santo, esse processo não foi muito diferente.

Da mesma forma, Lima (2006, p.117-118), referindo-se ao contexto da inserção das mulheres no magistério público da Bahia, evidencia que “[...] o magistério já nasce mal remunerado e ligado a ideia de desprendimento, amor e doação [...]”. Para a autora, essas ideias são difundidas no Brasil a partir da implementação da educação jesuítica e “[...] vão alimentar a mentalidade brasileira de que o trabalho docente não precisa de remuneração, só de abnegação e de entrega [...]”. Podemos, no entanto, inferir que os Poderes Públicos foram aliando esses ideais à inserção das mulheres ao magistério como forma de justificar seus baixos salários à medida que a inserção coincide com o processo de ampliação da oferta por parte das administrações locais, o que tornava conveniente a desvalorização do trabalho docente.

Uma particularidade da Província do Espírito Santo merece menção, em relação ao movimento mais geral de inserção das mulheres no magistério, de acordo com os dados apresentados por Lima (1845). Diferentemente do que aconteceu na maioria das demais províncias, especialmente nas da atual Região Sudeste, no Espírito Santo, o acesso à educação primária e secundária (no caso das mulheres, ao Curso Normal), não ocorreu de forma paralela. Existem evidências de que a formação secundária das mulheres na província capixaba somente teve início na segunda

metade dos Novecentos, portanto muitos anos após a inserção das meninas na escola primária e das mulheres na docência.

Outro limite que a educação feminina daquele tempo enfrentava era o foco dado à formação das meninas: “[...] a tônica permanecia na agulha, não na caneta [...]” (HUHNER, 1981, p. 33). Já os estudos de Gondra e Schuller (2008, p. 203) apontam que a “[...] a instrução pública no Brasil oitocentista foi permeada por diversas tensões [...]. Uma delas era a diferença entre os saberes escolares destinados aos meninos e às meninas [...]”. Cunha e Silva (2010, p. 98) ressaltam ainda que,

No decorrer do século XIX havia um número pequeno de escolas, sem contar que, em algumas províncias, quase não havia escolas suficientes para o atendimento desta clientela. Ao mesmo tempo, estas escolas também tinham pouca procura, uma vez que parte da população mais pobre não acreditava e não via grande interesse pelo aprendizado da leitura e da escrita, enquanto nas mais abastadas este tipo de ensino era suprido pela prática de contratação de preceptores.

As desigualdades sociais é outra característica que marca os Oitocentos no Brasil. Predominava o que Villela (1992, p. 30-35) chama de conceito de cidadania reduzida. Nesse contexto,

[...] a intenção dos dirigentes era muito mais a de ordenar, controlar e disciplinar do que propriamente instruir [...] o saber se distribuía em porções que variavam de acordo com a parcela da população à qual se destinava [...]. A maior preocupação não era com a formação intelectual, os alunos deveriam passar pelas escolas apenas o tempo suficiente para ter incutido certos padrões morais e religiosos de acordo com as conveniências do Estado.

Cunha e Silva (2010) afirmam ainda que a situação da educação feminina era mais grave devido à carência de professoras para atuar nas classes femininas, pressuposto da legislação. As mulheres tinham dificuldade<sup>70</sup> na aprovação nos concursos aos quais eram submetidas, ainda que “[...] o nível de exigência para o professorado primário fosse somente o domínio da escrita e das quatro operações de aritmética [...]” (CUNHA; SILVA, 2010, p. 99). Para Huhner (1981, p.33):

Criaram-se relativamente poucas escolas públicas para meninas, e os baixos salários<sup>71</sup> oferecidos aos professores não se mostravam

<sup>70</sup> Em decorrência, principalmente, da dificuldade que tinham de ter a formação exigida.

<sup>71</sup> Vale lembrar que, de acordo com Mendonça e Cardoso (2006), citados por Gondra e Schueler (2008, p. 164), a diferenciação dos salários não era estabelecida a partir do sexo dos alunos ou do sexo dos professores, mas “[...] pela importância atribuída às cadeiras ou aulas régias [...]”. No

atraentes. As mulheres que ensinavam meninas eram ainda menos treinadas e bem menos pagas do que os homens que instruíam os meninos.

Além da precariedade com que as classes de instrução feminina funcionavam, devemos considerar o tipo de saberes exigido às alunas: prendas domésticas e ensinamentos de civilidade e moral que objetivavam a formação do modelo ideal de mulher prezada e moralmente adequada aos princípios do catolicismo. Nesse sentido, a educação das meninas e das mulheres caía bem ao caráter civilizador que a atividade pedagógica assumia naquele contexto.

Também no Espírito Santo a defesa do acesso das mulheres à escolarização atrelava-se à crença da capacidade civilizatória<sup>72</sup> da instrução:

A educação feminina tem sido menos cuidada 'muito lucraria a moralidade pública com a boa educação da mulher, é ella quem deve inocular com o leite no espírito do futuro cidadão os principios de moral e de releião, e quem, por sua influência reconhecida sobre o homem, pode suste-lo, quando se desvie da senda do dever (LIMA, 1857, p. 7).

Ao se dirigir à Assembleia Legislativa da Província do Espírito Santo na abertura da sessão ordinária do ano de 1846, o vice-presidente Joaquim Marcellino da Silva Lima deixa explícita a responsabilidade atribuída à instrução para o desenvolvimento econômico e social do país, além de sua relevância para a formação moral e cívica:

Grande necessidade há em promover por todos os meios a ilustração do povo; é de seu seio que tem que sair os juizes, dele que tem de formar as camaras administrativas e politicas, o tanto mais são os cidadãos chamados a tomar parte nos negócios públicos quanto mais necessário se faz que eles sejam convenientemente habilitados para que bem preencham tão importantes deveres. [...] só assim o levaremos a aceitar os melhoramentos, que tem as nações cultas introduzido nos diversos ramos da indústria, para tornar os trabalhos mais fáceis e mais perfeitos, só assim poderemos apressar as civilizações e preparar o futuro material e moral do paiz (LIMA, 1846, p.6).

Nessa mesma mensagem, Joaquim Marcellino da Silva Lima (1846) lamenta-se das condições da instrução pública e, ao fazê-lo, aponta que se achavam em funcionamento 28 escolas masculinas contando com 142 alunos. Afirma que três escolas estavam desprovidas por falta de professores, uma vez que "[...] com tão

---

Esprito Santo, os dados indicam que a localização da escola também era uma referência para a diferenciação salarial dos/as docentes.

<sup>72</sup> Da forma "A instrução pública é a mais poderosa alavanca da civilização" (VELLOSO, 1859, p. 48).

exíguos ordenados não é possível encontrar bons professores de primeiras letras [...]” (LIMA, 1846, p.7). Destaca ainda que as escolas femininas eram menos “cuidadas” do que as do sexo masculino. Afirmar que, na ocasião, a província contava com três escolas para meninas: uma na Capital com 22 alunas matriculadas, uma em São Mateus com dez alunas e a de Cachoeiro de Itapemirim que se encontrava desprovida.

Como se vê, um ano depois da criação da primeira escola feminina e 13 anos depois do dispositivo legal que possibilitou o acesso das meninas à educação primária, a província contava com mais duas escolas para meninas, logo, mais uma professora exercia a profissão. A vacância da escola de Cachoeiro de Itapemirim parece indicar que o ingresso das mulheres na docência, apesar de constante, foi lento no Espírito Santo e se deu a partir da Capital da província. Fato associado, em grande parte, à falta de professoras formadas. Vemos que o crescimento do número de meninos matriculados é relevante para o curto prazo de um ano. Quanto ao das meninas, não é possível inferir porque a informação não aparece na mensagem.

Em relação aos docentes, observamos que, do total de 30, duas eram mulheres e 28 eram homens. Quando aliamos a quantidade de docentes por sexo e abertura de salas também por sexo, vimos que a questão não residia no acesso às mulheres à docência, mas sim na ampliação de oferta para as alunas mulheres que ainda era muito incipiente em relação a dos alunos do sexo masculino. Esse contexto seria alterado nos anos vindouros.

Em 1848, foi instituído, na Província do Espírito Santo, o Regulamento das Escolas de Primeira Letras (ANEXO B). No que se refere à instrução feminina, o Regulamento de 1848 segue na mesma direção do dispositivo legal nacional. No art. 5º, estabelece: “[...] a instrução primária para o sexo feminino compreende o mesmo objeto do ensino mencionado no artigo 3º; e mais a costura, bordados e outras prendas que servem a economia doméstica [...]” (COUTO FERRAZ, 1848, p. 1). Estava posta a urgência na criação de escolas nas cidades e vilas que fossem cabeças de comarca,<sup>73</sup> além daquelas já existentes na Capital.

Em relatório de governo, Luiz Pedreira do Couto Ferraz (1848, p.17) assim se

<sup>73</sup> De acordo com o *Dicionário Jurídico*, as cabeças de comarca são localidades onde as autoridades de uma jurisdição têm cadeira.

manifesta sobre a educação dirigida às meninas:

Agradarão-me também os exames, que tiveram lugar na aula de meninas, muitas das quaes se mostrarão sufficientemente habilitadas em leitura, calligraphia, nos principios de contabilidade, e de verdadeira moral religiosa, além da perfeição de bordados, e outras d'essas prendas, que distinguem a educação de uma menina.

Quando relacionamos as mensagens, os relatórios de governo e a análise do Regulamento da Instrução Pública de 1862 (ANEXO C), percebemos que o período decorrido da criação da primeira escola para as meninas até as décadas finais dos Oitocentos não configurou mudanças significativas quanto à instrução primária para o sexo feminino. O novo regulamento manteve a distinção do currículo a partir do sexo como preconiza o regulamento anterior. No entanto, quando se refere às condições para o magistério, estabelece:

Art. 31 - O ensino primário ao sexo feminino será dado por senhoras, que, além dos requisitos do artigo 29 deverão exhibir certidão de seu casamento, ou de obito dos maridos, e se forem desquitadas judicialmente, publica forma de sentença que julgou a separação para se conhecer o motivo que a determinou.  
As senhoras maiores de 18 annos poderão ser admitidas ao magistério se forem cazadas ou residirem em companhia de seus pais, recomendando-se que são estes de incontestável moralidade.

Os primeiros dispositivos legais que regulamentam a inserção das mulheres no magistério capixaba o fazem alinhados ao contexto da época, no qual os preceitos morais tinham grande influência nos processos seletivos para professoras. De acordo com as reflexões de Gondra e Schueler (2008), além de ter grande influência nos processos seletivos, a moralidade dos/as professore/as da instrução primária também foi objeto de controle por parte das comunidades onde os/as docentes atuavam. De modo geral, os regulamentos em vigência, na segunda metade dos Oitocentos,

[...] impunham uma série de obrigação aos mestres e mestras. Além da função de educação e instruir as crianças matriculadas, os professores eram responsáveis pela limpeza e higiene, pela administração física e administrativa da escola, na medida que deviam produzir toda a escrituração escolar [...] (GONDRA; SCHUELER, 2008, p.179).

Se, de um lado, às mulheres era possibilitado o ingresso mais jovem<sup>74</sup> na carreira (o art. 29 do Regimento estabelece a idade mínima de 21 anos), em contrapartida exigia-se que as candidatas maiores de 18 anos fossem casadas ou residissem com os pais, desde que fosse reconhecida a “incontestável moralidade” dos mesmos, ou seja, impõe limites não impostos aos homens,<sup>75</sup> o que nos leva a questionar em que medida preceitos de ordem moral (presentes tanto na vida cotidiana como nos dispositivos legais) provocaram desdobramentos na constituição o magistério capixaba. Notamos a ênfase na ideia da educação como possibilidade de civilização no Brasil. Mas esse processo não seria desprovido dos interesses dos que concentravam as decisões políticas e econômicas. De acordo com Villela (1992, p. 14),

Os ideais da Ilustração, de origem europeia, são utilizados aqui para iluminar e justificar as diferenças, valorizando os ilustrados que, do centro do Império e do alto do poder, traçam os rumos para esta sociedade. A centralização é a marca fundamental da estrutura montada para instruir o ‘povo’, alicerçada numa rígida hierarquia. Duas forças se destacam como colaboradoras do Estado na concretização desse projeto: a Igreja e a força policial.

No Espírito Santo, chama a atenção o fato de as primeiras professoras inseridas no magistério ingressarem com um salário maior do que os dos homens, tamanha era a escassez desse agente educativo. Os inúmeros relatos dos presidentes da província indicam que esse foi um dispositivo usado não somente por ocasião da contratação da primeira professora, mas perdurou por todo o final do século XIX, tendo a prática se alterado quando a profissão passou por modificações significativas, como a formação das escolas normais e a seleção por concurso público, além do aumento gradativo de ingresso de mulheres na profissão.

A professora que assumiu a segunda cadeira feminina da Capital foi Victoria Antunes da Penha. Ela foi nomeada em 10 de março de 1855 para a cadeira da escola feminina que havia sido criada recentemente. Sabe-se, ainda, que foi concedida à professora (e a outro professor) uma gratificação no valor de 200\$000 réis, que correspondia a um quinto do salário por reconhecimento ao serviço

<sup>74</sup> Provavelmente devido à carência de professoras habilitadas.

<sup>75</sup> Às professoras era exigida a apresentação da certidão de casamento ou de óbito dos maridos e, se fossem desquitadas judicialmente, a sentença pública que julgara a separação. Além disso, as docentes deveriam demonstrar conhecimento das prendas domésticas.



prestado e dedicação ao ensino.<sup>76</sup> O Quadro 3 apresenta a professora e a respectiva cadeira:

Quadro 3 – Mapa das aulas menores da Província do Espírito Santo – 1954

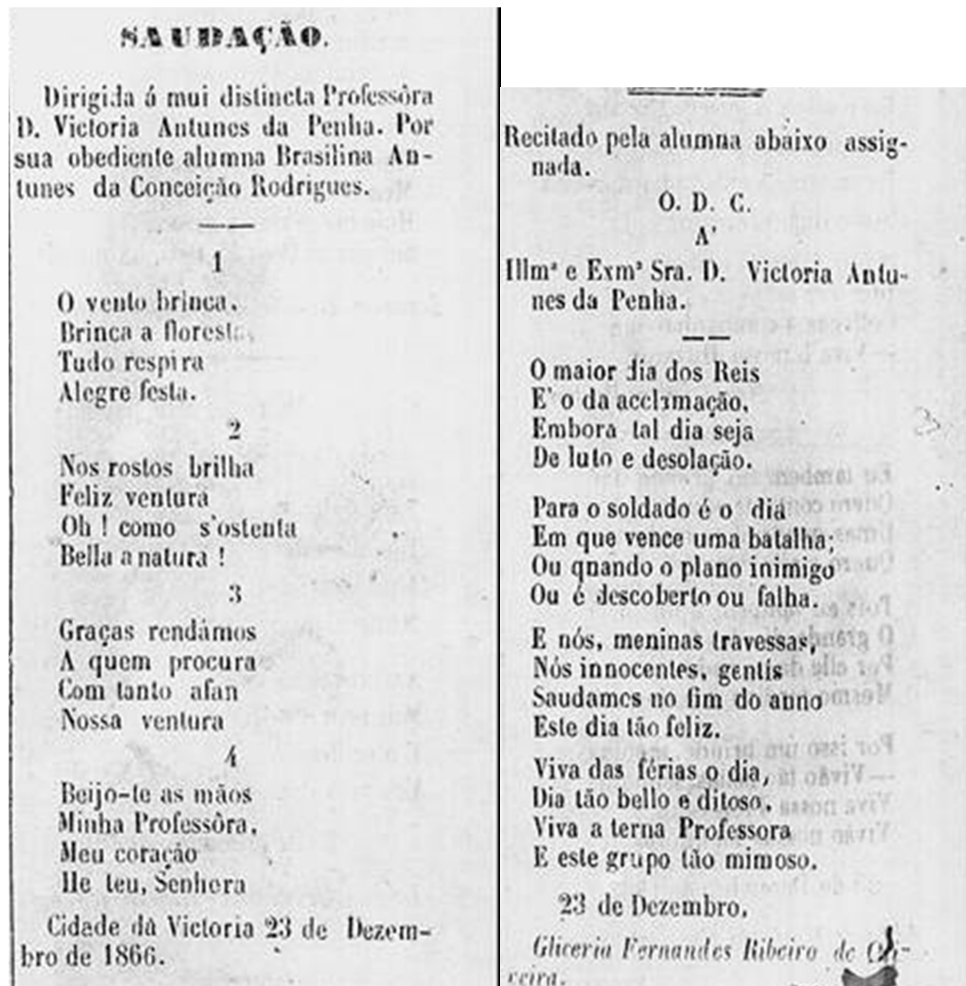
MAPPA das aulas menores de 1 <sup>as</sup> e 2 <sup>as</sup> classes da Província do Espírito Santo no anno de 1854					
QUALIDADE DA INSTRUCCAO	LUGARES DAS AULAS	NOMES DOS PROFESSORES	NUMERO DOS ALUNOS.	ORDERADO POR ANNO.	OBSERVAÇÕES
PRIMARIA.	Capital	Maria da Conceição Barata	26	500\$000	Sexo feminino
	Cidade de S Mathews	Victoria Antunes da Penha		400\$000	»
	Villa de Itapemerim			400\$000	Não está provida por falta de oppositora
	Capital	Manoel das Neves Xavier	99	600\$000	Não está provida por falta de oppositor
	»	Manoel Ferreira das Neves	83	600\$000	
	Cidade de S Mathews	José Antonio Aguiar.	43	350\$000	
	Villa da Barra	Manoel Joaquim Pereira	35	350\$000	
	» de Linhares	José Maria Nogueira da Gama	31	350\$000	
	» de Santa Cruz	José Barboza Ribeiro Pereira	16	350\$000	
	» de Nova Almeida	Manoel Soares Leite Vidigal	16	350\$000	
	» da Serra	Ernesto Pereira Gustavo	83	350\$000	
	» do Espírito Santo	Firmino d Almeida Silva	20	350\$000	
	» de Guarapary	Francisco de Paula Maia Oliveira	41	350\$000	
	» de Benevente	Antonio Carneiro Lisboa Junior	48	350\$000	
	» de Itapemerim			350\$000	
	Freguezia de Vianna	João Baptista Pires	63	350\$000	
	» de Cariacica	Antonio Pereira de Barros	48	350\$000	
	» de Carapina	Joaquim Ribeiro Lima	16	350\$000	
	» do Queimado	Zeferino José Molulo	24	350\$000	
	Colônia de Santa Izabel	Manoel Baptista Pires	36	350\$000	
	Povoação de S Miguel	Manoel Pinto d Alvarenga Roza	48	350\$000	
SEGUNDA CLASSE.	Districto de Itapoca	Ricardo Pinto da Silva Queiroz	35	150\$000	Não está provida por falta de oppositor
	» de Mangaraty	José do Patrocínio Grijó	43	150\$000	
	» de Miahipe	José Pinto Homem de Azevedo	22	150\$000	
	» de Itapapoana			150\$000	
	Povoação de Itaúnas			150\$000	
	» de Peraqueassu			150\$000	Idem
	» de Jacaratype	Silvestre de Freitas Paranhos		150\$000	Idem
	» do Porto do Engenho	Sergio Manoel Pinto Ribeiro	16	150\$000	
	» de Piuma	João Pinto da Silva Penha	29	150\$000	
Não se menciona o numero de alumnos das escolas de Jacaratype e de meninas da cidade de São Mathews por que não foram providas no corrente anno					
Secretaria do governo na cidade da Victoria 25 de maio de 1855					
O secretario interino — Venesiano da Costa Vidigal					

Fonte: Nunes (1855, Appenso, 1, p. 4).

<sup>76</sup> A gratificação estava prevista no Regulamento da Instrução Pública de 20 de fevereiro de 1873, (art. 119).

Em 1866, o Jornal da Victória publicou, como era de costume, os poemas recitados pelas alunas, quando do encerramento do ano letivo, em homenagem à professora Victoria (Fotografia 7).

Fotografia 7 – Saudação das alunas para a professora D. Victoria Antunes da Penha



Fonte: Jornal da Victória (26 de dezembro de 1886, p. 3).

Os poemas deixam indícios da relação estabelecida entre professora e alunas. Vemos que a qualidade de “obediente” atribuída à autora do poema, demonstra o valor da hierarquia nessas relações. Também se pode perceber o apreço da aluna pela professora nas expressões: “meu coração, he teu senhora” e “viva a terna professora”.

Em outra situação, encontramos publicado, também no Jornal da Victória, o aviso que a professora comporia a banca de examinadores de candidatas à cadeira de primeiras Letras da Vila da Serra, Rita da Silva Marins, juntamente com os professores Inácio dos Santos Pinto, Manoel Feliciano Moniz Freire e José Francisco

de Lellis Horta. Victoria Antunes da Penha aposentou-se em maio desse ano de 1881. A consulta aos livros de matrículas relevou que, dentre as professoras contratadas no período de 1853 a 1897,<sup>77</sup> Victoria Antunes da Penha aparece como a terceira professora aposentada. Antes dela jubilaram-se Anna Maria da Conceição Rodrigues (1872)<sup>78</sup> e Adelaide Antunes de Siqueira (1878)<sup>79</sup>.

Umas das alternativas propostas para atrair os professores de ambos os sexos para o magistério primário foi a adoção de gratificações para os/as docentes que apresentassem melhor rendimento, em especial no que se refere à frequência dos/as alunos/as. Essa foi uma alternativa utilizada por diversos presidentes e primeiros vice-presidentes,<sup>80</sup> com o objetivo de driblar a constante falta de professores para ocupar as classes desprovidas. Há ainda os<sup>81</sup> que atribuem as condições da educação primária (incluindo a baixa frequência dos alunos) à falta de zelo e compromisso dos professores e, nesse caso, defendem veementemente o controle da profissão mediante a fiscalização do Estado.

A análise dos relatórios de governo indica que, até 1859, além da escola da Capital (pública), foram criadas outras duas instituições privadas no interior da província: uma em São Mateus e a outra em Itapemirim, que estavam fechadas por falta de professoras.<sup>82</sup> O presidente da província, Pedro Leão Velloso (1859), faz referência ao relatório apresentado pelo primeiro diretor da Instrução Pública, João dos Santos Neves.<sup>83</sup> Esse diretor questiona o tratamento dado à educação feminina, uma vez que, em quase “[...] a totalidade da província a mulher é ainda considerada coisa, sem direitos como o homem; é ainda a escrava, que não se poderia sentar à mesa da inteligência com o seu senhor [...]” (VELLOSO, 1859, p. 8-9).

<sup>77</sup> Dados pesquisados a partir da disponibilidade no Arquivo Público Estadual dos livros de matrícula das professoras primárias.

<sup>78</sup> Iniciou as atividades em 06/07/1869, lotada em Nova Almeida.

<sup>79</sup> Iniciou as atividades em 24/12/1865, lotada em Aracruz.

<sup>80</sup> Luiz Pedreira do Couto Ferraz, Manoel da Silva Mafra (1878), José Fernandes da Costa Pereira Júnior (1861), Sebastião Machado Nunes (1856), Alexandre Rodrigues da Silva Chaves (1866), Antônio Gabriel de Paula Fonseca (1872), Francisco Ferreira Correia (1871), Domingos Monteiro Peixoto (1876), Antônio Joaquim Rodrigues (1886), Antônio Leite Ribeiro de Almeida (1888).

<sup>81</sup> José Bonifácio Nascente de Azambuja (1852), Barão de Itapemirim (1857), Pedro Leão Velloso (1859), por exemplo.

<sup>82</sup> É comum, na historiografia corrente sobre o período, a resistência das professoras às precárias condições de trabalho nas escolas rurais (GONDRA; SCHUELLE, 2008). Essa se configura como uma provável justificativa para a vacância das classes femininas.

<sup>83</sup> APPENSO do Relatório.

Não é difícil reconhecer, com base no *corpus* documental utilizado, que, no Espírito Santo, como aconteceu em outras províncias brasileiras, a inserção de mulheres no magistério se deu a partir da abertura da escola primária para as meninas. No entanto, observamos que o acesso das meninas à escola efetivou-se de forma lenta e gradual, se comparado com o dos meninos no mesmo período.

O relatório do presidente da província André Augusto de Padua Fleury (1864), por exemplo, informa que, no ano corrente, existiam no Espírito Santo 47 escolas para meninos e três para meninas (número mantido desde 1859, quando há menção à criação de duas escolas). Quanto ao número de estudantes matriculados, Fleury identifica 69 meninas no ano em curso e 53 no ano anterior. Com referência aos meninos, registra 1.140 matrículas no ano de 1863 e 1.246 em 1864. Em tese, essa desigualdade numérica poderia funcionar como elemento propulsor do acesso das mulheres à docência, na medida em que a ampliação do ingresso de meninas nas escolas demandaria a presença feminina no magistério capixaba.

Na prática, como indica o quadro abaixo, constatamos um aumento do número de escolas femininas na capital da província, Vitória, acompanhado do decréscimo do quantitativo geral desses estabelecimentos em todo o Espírito Santo. Em contrapartida, como já observamos, a inexistência de professoras era justificativa comum para o seu eventual desprovimento.

Quadro 4 – Escolas de Primeira Classe do sexo feminino  
Província do Espírito Santo – 1864

<b>ESCHOLA DE 1ª CLASSE DO SEXO FEMININO.</b>					
FREGUEZIAS.	DATA DA CRIAÇÃO.	NOMES DAS PROFESSORAS.	Nº DE ALUMNAS QU' FREQUENTÃO.		OBSERVAÇÕES.
			ANNO DE 1863.	1º SEM <sup>re</sup> . DE 1864.	
Victoria	Lei n.4 de 18 de Março de 1835.	Victoria Antunes da Penha.	32	44	
S. Matheus	Lei n.4 de 18 de Março de 1854.	Romana Maria Ferreira	13	10	
Itapemirim	« «	Anna Maria da Conceição Rodrigues.	24		
Santa Cruz	Lei n. 1 de 16 de Novembro de 1863.	Adelaide Antunes de Siqueira Pires.		8	
Serra	Lei n.8 de 18 de Março de 1864.				Vaga.
			69	62	

Fonte: Fleury (1864, p. 58).

De fato, no Espírito Santo, a precariedade escolar e a carência de professores estendiam-se também às escolas masculinas (Quadro 5).

Quadro 5– Escolas de Primeira Classe do sexo masculino  
Província do Espírito Santo – 1864

ESCOLAS DE 1ª CLASSE DO SEXO MASCULINO.					
FREGUEZIAS	DATA DA CREAÇÃO	NOMES DOS PROFESSORES	Nº DE ALUNOS QUE FREQUENTARÃO		OBSERVAÇÕES
			ANNO DE 1863	1º SEMESTRE DE 1863.	
Victoria	Anterior ao Acto Adicional	Virissimo Manoel de Aguiar.	77	93	
Idem	Lei n. 8 de 1841.	Fr. João Nepomuceno Valadares.	70	68	
Vianna	Lei de 4 de Outubro de 1838.	Julio Cezar de Paula Moraes	23		
Cariacica	Lei n. 13 de 7 de Junho de 1841.	Antonio Pereira de Barros.	25	27	
Batinga	Lei n. 6 de 7 de Junho de 1852.	Manoel Pinto de Alvarenga Roza.	24		
Carapina	Lei n. 13 de 29 de Julho de 1847.	Francisco de Paula Ramos.	20		Tendo sido removido pela Resolução de 16 de Novembro, ainda não entrou em exercicio.
Serra	Anterior ao Acto Adicional.	Manoel Francisco Duarte do Nascimento.	50		
Queimado	Res. do conc. de 12 de Abril de 1828.		77		Acha-se vaga, por ter sido aposentado o professor.
Linhares	Res. n. 9 de 29 de Março de 1840.	Ayres Loureiro de Albuquerque Tovar.	20		Tendo sido removido pela Resolução de 16 de Novembro, ainda não entrou em exercicio.
Barra de S. Mathews	Anterior ao Acto Adicional.	Manoel Joaquim Pereira.	31	35	
Cidade de S. Mathews	Idem idem	Miguel Teixeira da Silva Sarmiento.	90	71	
Espirito Santo	Idem idem	Firmino d' Almeida e Silva	11	11	
Guarapary	Idem idem	Francisco de Paula Maia Oiticica.	33	36	
Benevente		Antonio Camillo Lisboa Junior.	24		
Itapemirim	Anterior ao Acto Adicional.		36		Acha-se vaga, por ter pedido demissão o respectivo professor.
Santa Cruz	Lei n. 9 de 22 de Março de 1840.	Antonio Joaquim Calmon Nogueira da Gama.	4		
Lama Preta	Lei n. 32 de 29 de Julho de 1858.	Bernardo Pinto de Alvarenga.	12		Serve interinamente.
			627	341	

Fonte: Fleury (1864, p. 59).



Apesar de o número de meninos ser muito superior ao das meninas e o crescimento da presença feminina na educação primária ser reduzido também aparecem classes não providas, uma por pedido de demissão e outra por aposentadoria.

É comum, nos relatórios de governo, os presidentes e vice-presidentes da província associarem o não provimento de classes à falta de professores/as. O Barão de Itapemirim relacionava a falta de professores com os baixos salários que eles recebiam. O vice-governador avaliava que a carreira do magistério público não era chamativa para os homens. Em suas próprias palavras:

Uma das causas, e por ventura a primeira, porque a instrução pública não tem tido aqui melhoramento algum, é a falta de pessoas idôneas que se queirão consagrar à vida laboriosa e desconhecida do professorado, e nem é possível que um mancebo que tem talento e alguns princípios dê de não à esperança de uma carreira mais lucrosa para sujeitar-se a ensinar meninos por 150 ou 350\$ reis annuaes (LIMA, 1857, p. 6).

Em 1866, o presidente da província, Alexandre Rodrigues da Silva Chaves, publicou editais para concurso, objetivando preencher as cadeiras vagas<sup>84</sup> e “[...] nenhum candidato se apresentou [...]” (CHAVES, 1866, p. 37). Da mesma forma, Pedro Leão Velloso estabeleceu essa relação ao se referir às condições salariais dos professores “[...] ora como se encontrarão homens idoneos, que se queirão prestes a tarefa tão ardua, e tão mal paga? Os que nenhuma habilitação tenham, que as vezes para mais nada sirvão, se queirão à isto prestar ” (VELLOSO, p. 1859, p. 2). Na mesma direção:

Como já algum dia tive ocasião de dizer-vos; em três circunstâncias se abraçara o magistério: quem não tenha habilitações para outro emprego ou ocupação mais lucrativa ou aquella a quem tem interesses de família ou a posse de algum pecúlio chamem para determinado lugar ou acumule com o ordenado do cargo os rendimentos da terra que cultive ou os de qualquer outra indústria. Serão professores somente esses, e mais do que tolos [...] quem o poderio da vocação, arraste ao sacrificio e às privações, e ânimo no meio do soffrimento e da miséria com a sublime coragem da vocação anima o marinheiro nas tormentas do oceano. E ainda a aquellos de pouco servirá a Escola Normal, porque o magistério é para elles apenas o meio de reunir o minguido ordenado aos lucros da agricultura ou da indústria que profissão (COSTA, 1861, p. 31).

Evidenciamos, desse modo, a prevalência do discurso sobre a necessidade de

<sup>84</sup> Essa reclamação era uma constante entre os presidentes da província. Para citar alguns: Chaves (1886), Fonseca (1872), Correa (1871) e Coutinho (1876).

remunerar melhor os homens professores, tendo em vista a responsabilidade masculina no que se refere às obrigações financeiras da família.

[...] Dividida em duas categorias, recebem os professores da primeira, o ordenado de 400 mil réis e os de categoria inferior muito menos. Não será de certo com estes ordenados que o homem inteligente e ilustrado abrace a carreira do magistério e com paciência e dedicação se consagre ao ensino da infância e da mocidade.

Quando a lavoura, quando o commercio, as artes e officios, offerecem vantagens superiores sem as mortificações e os ordenados do ensino. Como esperar que a intelligencia a quem estas carreiras estão abertas com as mais lizongueiras esperanças, com promessas as vezes as mais animadoras, lhes prefirão os sacrificios do magistério - a choupana - as privações - as necessidades no prezente e a miséria no porvir? Só a vocação poderia vencer esses obstáculos, mas a vocação para o magistério não é commum e demais, antes de tudo, está a necessidade do viver (PEREIRA JÚNIOR, 1861, p. 40).

Há, ainda, os que, muito críticos à atuação docente, associam o que chamam de desleixo à profissão aos baixos salários: “[...] os professores, não podendo subsistir com os vencimentos que lhes dá a lei, procuram outros recursos, que os distraem e fazem desleixar-se do cumprimento de seu dever [...]” (CHAVES, 1866, p. 37-38).

A preocupação com os baixos salários dos docentes, entretanto, não incluía as mulheres professoras. Apesar de, nesse período, as mulheres já atuarem no magistério, ainda que numericamente de forma insignificante em relação aos homens, os discursos que associavam a “necessidade” de melhores salários para o sustento de suas famílias eram direcionados exclusivamente aos professores homens. Talvez o fato de ainda se conceber que a responsabilidade de prover economicamente o núcleo familiar coubesse aos homens tenha contribuído para o crescimento do número de mulheres no magistério nos anos posteriores. A inserção das mulheres na profissão poderia resolver o problema de oferta de trabalho docente, mesmo com os obstáculos da restrição orçamentária, à medida que não se viu colocados em prática um processo de valorização salarial dos/as docentes durante todo o período estudado, apesar do discurso em defesa desses/as professores/as.

Chama-nos a atenção também a vinculação do magistério como vocação que, posteriormente, será incorporada à atuação das mulheres. Nessa lógica, ou se paga bem, ou se convocam pessoas com vocação. Por sacerdócio e doação se “aceitam”

condições precárias de trabalho e baixos salários. Ao que parece, tornam-se visíveis alguns elementos do processo de feminização do magistério, debate em tela no próximo capítulo.

Outra justificativa que aparecia, vez por outra, no discurso dos presidentes e vice-presidentes da província, quando se evidenciava a necessidade de melhores salários para o magistério, refere-se à relação estabelecida entre salários e qualificação profissional.

As precárias condições das escolas também chamavam a atenção. Sobre isso, Tostes (1881) afirma que quase todas as escolas se encontravam desprovidas de mobílias e que a maior parte das escolas públicas funciona em casas alugadas. Por sua vez, Alpheo Adelpho Monjardim de Andrade e Almeida ressalta que, em quase todas as escolas, faltavam utensílios de necessidade que o estado financeiro da província não permitia adquirir.

É possível perceber, na Fotografia 8, um pequeno crescimento no número de matrículas.

Fotografia 8 – Matrículas, segundo o sexo – Província do Espírito Santo – 1886

Existem na provincia, para ambos os sexos, 103 escolas, sendo :	
Na comarca da capital. . . . .	37
» » de Itapemirim . . . . .	20
» » de Iriritiba . . . . .	16
» » da Serra . . . . .	9
» » de Santa Cruz . . . . .	10
» » de S. Mathias . . . . .	6
Vagas. . . . .	5
	<hr/>
	103
Achão-se matriculados nas escolas de ensino primario :	
Sexo masculino. . . . .	2,160
» feminino . . . . .	625
	<hr/>
	2,785
Na escola annexa ao Collegio N. S. da Penha. . . . .	32
Nos Collegios e escolas particulares de que ha noticia. . . . .	313
	<hr/>
	3,130

Fonte: Almeida (1886, p.4).

Em relação aos docentes, os mapas apresentados pelo presidente mostram que, do total de docentes, 71 são homens e 19 são mulheres. As mulheres, ao que parece, concentram-se mais em algumas regiões da província, como a Capital. Em nenhuma das localidades deixa de aparecer a figura do professor homem, enquanto, em



algumas delas, não há registro de professoras mulheres. Quanto às escolas vagas, foram encontradas duas. Considerando que o desprovimento de escolas era um desafio apontado pelos presidentes anteriores, podemos pensar que o ingresso de mulheres no magistério (apesar de restrito) tenha contribuído para aumentar o índice de provimento das escolas. Notamos também maior controle sobre a formação e a profissão docente a partir dos registros que começam a aparecer nos mapas.<sup>85</sup> As imagens a seguir ilustram a questão:

---

<sup>85</sup> Mais especificamente na coluna “Observações”.

Quadro 6 – Mapa das escolas da Província do Espírito Santo – 1886 (continua)

NUMEROS.	CLASSES.	SEXO.	LOCALIDADE.	NOME DOS PROFESSORES.	NATUREZA DO PROVIMENTO.	MATRÍCULA.	DATA DA CREAÇÃO DA CADEIRA.	OBSERVAÇÕES.
1	1.ª	M.	Capital	Joaquim Barbosa Quitinha	Effectivo	65	Reg. de 15 de Setembro de 1882	Annexa ao curso Normal. Normalista. Idem. Idem.
2	»	»	»	José Francisco de Lellis Horta	»	87	Lei n.º 8 de 2 de Junho de 1841	
3	»	F.	»	Candida Marques Pessanha Póvoa	»	36	Lei n.º 4 de 18 de Março de 1835	
4	»	»	»	Elisa Elsira de Araripe Paiva	»	38	Lei n.º 10 de 16 de Setb.º de 1877	
5	»	»	»	Adelina Lyrio do Castro	»	39	Reg. de 15 de Setembro de 1882	
DELEGACIA DA PAROCHIA DE S. JOÃO DE CARAPINA.								
6	3.ª	M.	Carapina	Fernando Pinto Ribeiro	Effectivo	24	Lei n.º 13 de 29 de Junho de 1849	Normalista.
7	»	F.	»	Rosa Maria Pinto da Victoria	»	13	Resolução de 4 de Agosto de 1873	
8	4.ª	M.	Pitanga	Theodorico Ferreira das Neves	»	14	Lei n.º 42 de 8 de Maio de 1884	
DELEGACIA DA PAROCHIA DE SANTA LEOPOLDINA DO PORTO DO CACHOEIRO								
9	3.ª	M.	Porto do Cachoeiro	Porciano Fialho de Menezes	Effectivo	63	Lei n.º 21 de 13 de Novb.º de 1875	Normalista.
10	»	F.	»	Aurea de Abreu Peixoto e Silva	»	22	Mai n.º 23 de 9 de Maio de 1879	
11	4.ª	M.	Ribeirão dos Pardos	Francisco Rodrigues dos Passos	»	21	Lei n.º 18 de 4 de Maio de 1877	Não tem exame.
12	»	»	Santa Thereza	João Pedro Simões	»	35	Lei n.º 42 de 8 de Maio de 1884	
13	»	»	Queimado	Francisco Pereira Pinto Coutinho	Interino	24	Res. do C. G. de 12 de Abril de 1828	
14	»	»	Itaiobaya	José Pereira Duarte do N. Neves	Effectivo	35	Lei n.º 31 de 14 de Novb.º de 1874	
DELEGACIA DE SANTA LEOPOLDINA DE MANGARAHY.								
15	3.ª	M.	Mangarahy	Tertuliano Pinto de Andrade	Effectivo	31	Lei n.º 4 de 19 de Julho de 1853	Não tem exame.
16	»	F.	»	Cercilia Lauriano do Bomfim Rosa	Interina	21	Lei n.º 42 de 8 de Maio de 1884	
17	4.ª	M.	Rio do Meio	Manoel L. do Bomfim Junior	Effectivo	46	Lei n.º 2 de 30 de Outubro de 1872	Não tem exame.
18	»	»	Hollanda	Francisco Augusto de Araujo	»	25	Reg. de 15 de Setembro de 1882	
19	»	»	União Santa Maria	Domingos Rodrigues Batalha	»	15	Lei n.º 3 de 3 de Julho de 1861	

36

Quadro 6 – Mapa das escolas da Província do Espírito Santo – 1886 (continua)

NUMEROS.	CLASSES.	SEXO.	LOCALIDADE.	NOME DOS PROFESSORES.	NATUREZA DO PROVIMENTO.	MATRÍCULA.	DATA DA CREAÇÃO DA CADÉIRA.	OBSERVAÇÕES.
38	2.ª	M.	Serra	Manoel Corrêa do Nascimento	Effectivo	37	Anterior ao Acto Adicional	Não tem exame » » »
39	»	F.	»	Therêza de Aguiar Freitas	Interina	26	Lei n.º 8 de 18 de Maio de 1834	
40	4.ª	M.	Campinho	Manoel Rodrigues C. de Almeida	Interino	33	Lei n.º 13 de 21 de Dez.º de 1870	
41	»	»	Tatú-assú	Sizenando Corrêa de Lemos	Effectivo	34	Lei n.º 11 de 13 de Junho de 1860	
42	»	»	Jacarahype	Demetrio Pinto do Nascimento	Interino	48	Lei n.º 4 de 19 de Julho de 1853	
MUNICIPIO DA VILLA DE NOVA-ALMEIDA								
DELEGACIA DA PAROCHIA DOS SANTOS REIS MAGOS.								
43	2.ª	M.	Nova Almeida	Manoel da Cunha Silveira	Interino	20	Anterior ao Acto Adicional	Não tem exame
44	»	F.	»	Maria Pereira Rodrigues	Effectiva	47	Lei n.º 2 de 17 de Novb.º de 1864	Não tem exame. » » »
45	4.ª	M.	Biriricas	Aureliano Vicente Pereira	Interino	46	Lei n.º 21 de 7 de Dez.º de 1868	
46	»	»	Passanunga	Antonio Lopes Gonçalves	»	22	Lei n.º 42 de 8 de Maio de 1884	
COMARCA DE SANTA CRUZ.								
MUNICIPIO DE SANTA CRUZ								
DELEGACIA DA PAROCHIA DE NOSSA SENHORA DA PENHA.								
47	2.ª	M.	Santa Cruz	Ernesto Mendo de A. e O. Junior	Interino	22	Lei n.º 9 de 22 de Março de 1840	Não tem exame
48	»	F.	»	Justina da Conceição Feijó	Effectiva	15	Lei n.º 1 de 16 de Novb.º de 1863	Normalista.
49	4.ª	M.	Sau-assú	Militão Alves da Cunha Bastos	Interino	16	Lei n.º 13 de 21 de Novb.º de 1870	Não tem exame
50	»	»	Conde d'Eu	Francisco Antonio Ribeiro	Effectivo	73	Lei n.º 42 de 8 de Maio de 1884	» » »
51	»	»	Santa Rosa	Eduardo José de Almeida	Interino	40	Lei n.º 23 de 18 de Maio de 1881	» » »
DELEGACIA DA PAROCHIA DE S. BENEDICTO DO RIACHO.								
52	3.ª	M.	Riacho	Antonio da Rocha Lobo	Effectivo	35	Lei n.º 4 de 3 de Junho de 1858	Não tem exame.
53	»	F.	»	Manoella dos Passos Motta Faria	»	20	Res. de 4 de 4 de Agosto de 1873	» » »



Quadro 6 – Mapa das escolas da Província do Espírito Santo – 1886 (continua)

NUMEROS.	CLASSES.	SEXO.	LOCALIDADE.	NOME DOS PROFESSORES.	NATUREZA DO PROVEDIMENTO	MATRÍCULA.	DATA DA CRIAÇÃO DA CADENNA.	OBSERVAÇÕES.
DELEGACIA DE S. JOÃO DE CARIACICA.								
20	3. <sup>a</sup>	M.	Cariacica	Antonio Ezequiel Pereira de Barros	Effectivo	63	Lei n.º 13 de 7 de Junho de 1841	Não tem exame
21	»	F.	»	Ana dos Anjos Aguiar	»	26	Resolução de 4 de Agosto de 1873	
22	4. <sup>a</sup>	M.	Cachoeiro do Fôra	José Pereira de Barros Costa	»	36	Resolução de 17 de Abril de 1873	Não tem exame
23	»	»	Duas Bocas	Joaquim de Almeida Gaeles	Interino	23	» de 3 de Dezembro de 1857	
24	»	»	Itanguá	Augusto Luciano do Nascimento.	Effectivo	32	Lei n.º 21 de 18 de Novembro de 1875	
25	»	»	Tauque	João da Victoria Coutinho	»	35	Lei n.º 42 de 27 de Novembro de 1872	
26	»	»	Itapóca	João Victor da Silva	»	20	Lei n.º 4 de 19 de Junho de 1855	
MUNICIPIO DE VIANNA.								
DELEGACIA DA PAROCHIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO.								
27	2. <sup>a</sup>	M.	Vianaa	Antonio José Ribeiro dos Santos Junior.	Interino	33	Lei n.º 4 de 10 de Outubro de 1838	Não tem exame ; Normalista Idem.
28	»	F.	»	Ana Maria da Lyrio Lopes	Effectivo	23	Lei n.º 2 de 17 de Novembro de 1864	
29	4. <sup>a</sup>	M.	Itaquary	Manoel Brandão da Almeida	»	21	Lei n.º 3 de 3 de Julho de 1881	
30	»	»	Lama Preta	Manoel Carlos d'Oliveira Guimarães	»	54	Lei n.º 26 de 21 de Julho de 1859	
DELEGACIA DA PAROCHIA DE SANTA IZABEL.								
31	3. <sup>a</sup>	M.	Santa Izabel	Antonio Gomes Pereira	Effectivo	14	Lei n.º 6 de 26 de Julho de 1847	Não tem exame Idem
32	»	F.	»	Maria de Paula Moraes	»	26	Lei n.º 42 de 8 de Maio de 1884	
33	4. <sup>a</sup>	M.	Campinho	Henrique Thimmes	Interino	»	Lei n.º 20 de 9 de Maio de 1883	
MUNICIPIO DA VILLA DO ESPIRITO-SANTO.								
DELEGACIA DA PAROCHIA DE NOSSA SENHORA DO ROZARIO.								
34	2. <sup>a</sup>	M.	Espirito-Santo	Miguel Ribeiro Pinto Brandão	Effectivo	21	Anterior ao Acto Adicional	Não tem exame
35	»	F.	»	Carolina Adolante Garcez	»	19	Lei n.º 2 de 17 de Novembro de 1864	
36	4. <sup>a</sup>	M.	Barra do Jacú	José Gonçalves Rodrigues Junior	»	10	Lei n.º 11 de 20 de Setembro de 1850	
37	»	»	Camboapina	Antonio Barbosa dos Santos Ramos	»	22	Lei n.º 13 de 21 de Novembro de 1870	

Quadro 6 – Mapa das escolas da Província do Espírito Santo – 1886 (continua)

NÚMEROS.	CLASSES.	SEXO.	LOCALIDADE.	NOME DOS PROFESSORES.	NATUREZA DO PROVIMENTO.	MATRÍCULA.	DATA DA CRIAÇÃO DA CADENA.	OBSERVAÇÕES.	
70	2.	M.	Benevente	Amancio Pinto Pereira	Effectivo	58	Anterior ao Acto Adicional	Não tem exame	
71	»	F.	»	Maria Alves d'Oliveira e Silva	»	22	Lei n.º 2 de 17 de Nov.º de 1834	»	
72	3.	M.	Piúma	Galdino José do Nascimento	Interino	15	Lei n.º 4 de 19 de Julho de 1853	Não tem exame	
73	»	F.	»	Libania Pereira do Nascimento	»	12	Lei n.º 42 de 8 de Maio de 1884	» » »	
74	4.	M.	Icoinha	Theodorico de Jesus Miranda	Effectivo	45	Lei n.º 18 de 4 de Maio de 1877	»	
75	»	»	Imbitiba	José Francisco Gomes	»	26	Lei n.º 2 de 30 de Outubro de 1872	»	
76	»	»	Pição	Alexandrina José R. Brandão	»	20	Lei n.º 20 de 28 de Julho de 1862	»	
77	»	»	Ubú	Francisco Gomes Vasco	»	11	Lei n.º 26 de 24 de Julho de 1855	Falleceu no dia 4 de Outubro de 1886	
78	»	»	Sacy	Justino Xavier Nunes	»	21	Lei n.º 42 de 8 de Maio de 1884	Não tem exame.	
79	»	»	Sibaya	Antonio Carneiro Lisboa	Interino	»	Lei n.º 30 de 26 de Dez.º de 1878	» » »	
<b>COMARCA DE ITAPEMIRIM.</b>									
<b>MUNICIPIO DE ITAPEMIRIM</b>									
<b>DELEGACIA DA PAROCHIA DE NOSSA SENHORA DO AMPARO.</b>									
80	2.	M.	Itapemirim.	Quintiliano Fernandes d'Azevedo	Effectivo	50	Anterior ao Acto Adicional	Não tem exame » » »	
81	»	F.	»	Josephina Vasconcellos Fanzeres	»	32	Lei n.º 4 de 10 de Julho de 1854		
82	3.	M.	S. Antonio do R. N.	Antonio H. da Silva Machado	»	84	Lei n.º 42 de 8 de Maio de 1884		
83	»	F.	» » »	Margarida Beris de Oliveira Costa	»	15	Idem idem		
84	4.	M.	R. de Itapemirim	João da Cruz Pereira da Fraga	Interino	20	Lei n.º 8 de 18 de Março de 1864		
85	»	F.	» » »	Amelia de Almeida Coelho	Effectiva	45	Lei n.º 42 de 8 de Maio de 1884		
86	»	M.	Rio Maqui	Josquim Pinto Rangel	»	29	Lei n.º 7 de 15 de Set.º de 1876		
87	»	M.	Capim d'Angola	João Pedro de Salles	Interino	46	Lei n.º 42 de 8 de Maio de 1884		
<b>MUNICIPIO DO CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM</b>									
<b>DELEGACIA DA PAROCHIA DE S. PEDRO DE ALCANTARA.</b>									
88	2.	M.	C. de Itapemirim	Joaquim Pereira Duarte Carneiro	Effectivo	57	Lei n.º 14 de 27 de Junho de 1857		
89	»	F.	» » »	Severiana N. Duarte Carneiro	»	39	Lei n.º 14 de 27 de Junho de 1857		

Quadro 6 – Mapa das escolas da Província do Espírito Santo – 1886 (conclusão)

NUMEROS.	CLASSE.	SEXO.	LOCALIDADE.	NOME DOS PROFESSORES.	NATUREZA DE PROYECTO	MATRICULA.	DATA DA CRIAÇÃO DA CADENHA.	OBSERVAÇÕES.
DELEGACIA DA PAROCHIA DE S. PEDRO DE ALCANTARA DE ITABAPOANA.								
90	3.ª	M.	S. P. de Itabapoana	João Lopes da Siqueira	Interino		Lei n.º 9 de 24 de Julho de 1854	Não tem exame
91	3.ª	F.	"	Myseliades Teixeira	"		Resolução de 7 de Agosto de 1873	" " "
92	4.ª	M.	Santo Eduardo	Candido Ferreira de Sant'Anna	Efectivo	33	Lei n.º 42 de 8 de Maio de 1884	" " "
DELEGACIA DA PAROCHIA DE S. JOSÉ DO CALÇADO.								
93	3.ª	M.	Calçado	Alfredo d'Oliveira Mello	Efectivo	49	Lei n.º 2 de 3 de Outubro de 1873	Não tem exame
94	"	F.	"	Georgina Carolina Medina	"	23	Resolução de 7 de Agosto de 1873	" " "
DELEGACIA DA PAROCHIA DE N. S. DA PENHA DO ALEGRE.								
95	3.ª	M.	Alegre	Julio Gomes da Fonseca	Interino	19	Lei n.º 11 de 13 de Julho de 1860	Não tem exame
96	"	F.	"	Denaria da Carvalho Brandão do Valle	Efectiva		Resolução de 7 de Agosto de 1873	" " "
DELEGACIA DA PAROCHIA DE S. MIGUEL DO VEADO.								
97	3.ª	M.	Veado	Vaga			Lei n.º 2 de 30 de Outubro de 1872	
98	"	F.	"	"			Res. de 7 de Agosto de 1873	
DELEGACIA DA PAROCHIA DE S. PEDRO DE ALCANTARA DO RIO PARDO.								
99	3.ª	M.	Rio Pardo	Antonio Serapião da Trindade	Efectivo		Lei n.º 8 de 13 de Março de 1864	Não tem exame
100	"	F.	"	Vaga			Resolução de 7 de Agosto de 1873	
101	4.ª	M.	E. Santo do R. Pardo	Cassiano Alves Duarte	Efectivo	41	Lei n.º 42 de 8 de Maio de 1884	Não tem exames
DELEGACIA DA PAROCHIA DE N. S. DA CONCEIÇÃO DO ALDEAMENTO IMPERIAL AFFONSINO								
102	3.ª	M.	Imperial Affonsino	Thadeu Esquetim Guimarães	Interino		Lei n.º 6 de 26 de Julho de 1847	Não tem exame
103	"	F.	"	Vaga			Lei n.º 42 de 8 de Maio de 1884	

Fonte: Rodrigues (1886, apenso, sn).

A historiografia capixaba e as fontes consultadas apontam que o acesso das meninas à educação primária se deu de forma bastante lenta até a década de 60 dos Oitocentos. A partir desse período foi se ampliando de forma mais significativa, até se igualar às matrículas dos meninos.<sup>86</sup>

Paralelamente a esse modesto crescimento da inserção das meninas na instrução primária e das mulheres no magistério, amplia-se também a dificuldade de se encontrar homens que ocupassem as cadeiras vagas seja por aposentadoria, seja por demissões. Observamos que, no Espírito Santo, a procura por professores homens se acentua a partir da década de 1870 e vai perdurar até o início do século XX. Ainda sobre a carência de homens professores, assim se posiciona um presidente da província:

Outro ponto atinente a liberdade do ensino de que se tem colhido grande vantagem nos Estados Unidos e outros paízes, é a permissão que ali tem a mulher de poder abrir escolas para o ensino das crianças do sexo oposto e com mais razão de ambos os sexos em commum. Os bons costumes nada perdem senão ganhão com semelhante promiscuidade (FONSECA, 1872, p. 12).

Nesse sentido, a Reforma Leôncio de Carvalho (1879), ao possibilitar a criação de escolas mistas, introduz outro elemento ao debate: a possibilidade de as mulheres ocuparem os “espaços” deixados pelos homens. Percebemos, ainda, que, somente a partir da segunda década dos Novecentos, os relatórios param de sinalizar a existência de classes não providas na região urbana do Espírito Santo, mantendo-se a queixa em relação a algumas escolas do interior de difícil acesso. Marcondes Alves de Souza relaciona esse contexto com o fato de a maioria das professoras serem jovens e solteiras, o que dificultava o seu deslocamento. Nesse sentido, podemos inferir que o contexto socioeconômico de crise da virada do século XIX para o século XX contribuiu para o ingresso feminino no magistério, à medida que as mulheres saíram em busca de melhores condições de vida.

Cabe mencionar os efeitos socioculturais da proximidade do Espírito Santo de

---

<sup>86</sup> Observamos, no entanto, que, algumas vezes, obtivemos dados quantitativos sobre a escolarização primária que divergem de uma fonte para outra. Por essa razão optamos por não apresentar um quadro demonstrativo da evolução das matrículas considerando as diferentes fontes consultadas. Ressaltamos, porém, que, apesar das divergências dos dados entre as fontes, é possível afirmar, a partir delas, que somente nas últimas décadas do século XIX é que podemos observar crescimento significativo do número de matrículas de meninas na instrução primária.



províncias/Estados que passavam por alterações significativas sob o impacto de importantes movimentos observados mundialmente. A depressão econômica varreu o mundo ocidental no final dos Novecentos, cuja solução apontava para a aceleração da produção industrial de insumos básicos com origem nas ex-colônias, com desdobramentos na fabricação de alimentos, têxteis, entre outros meios de consumo, a partir da cidade de São Paulo, mas, também, envolvendo o Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

Dava-se início, assim, ao deslocamento da produção cafeeira, em crise, do topo econômico em que se encontrava até então no Brasil. Naquele momento, o processo de urbanização colocado em marcha aproximava esses que seriam mais tarde os grandes centros da economia nacional de um movimento cultural de grande importância que, na Europa, ficou conhecido como *Belle Époque*. A difusão de novos horizontes ocorria pela cultura do divertimento urbano, pela *art nouveau*, pelo cinema e outras inovações fundamentais do período. Mesmo que um tanto distante, ou defasada no tempo, a região capixaba não ficaria imune a esses movimentos, que não se restringiam aos aspectos físicos, ou infraestruturais, urbanos, mas, também, incluíam a abertura de novas oportunidades de trabalho e relevantes modificações comportamentais em relação ao papel da mulher na sociedade moderna (CAMPOS JÚNIOR, 2004).

Cunha e Silva (2010) apontam que a educação secundária feminina começa a se organizar no Brasil na década de 1850 e foi pouco a pouco se estabelecendo especialmente na Corte e nas Capitais das Províncias. Numericamente inferiores às masculinas, essas escolas foram se tornando espaços de sociabilidade. As autoras criticam o fato de essa sociabilidade ser marcada, no geral, pelas reuniões da elite local que muitas vezes se dedicavam mais à organização de festas do que ao ensino.

No Espírito Santo, data de 1869 (Lei nº 29, de 4 de dezembro de 1869) a fundação do Instituto Feminino Secundário, mas a escola só iniciaria suas atividades em setembro do ano seguinte, quando da contratação da professora Mariana Leopoldina de Freitas Carvalho (NOVAES, 1999). Mais uma vez, as políticas de expansão da instrução para as mulheres esbarravam na insuficiência de professoras. Em 1871, o instituto passa a ser chamado de Colégio Nossa Senhora

da Penha que, em 1878, passou a diplomar professoras (NOVAES, 1999), o que será foco de nossa análise em capítulo posterior.

O Regulamento da Instrução Primária da Província de 1873 (ANEXO D) desmembra a educação primária em elementar (denominada de primeiro grau) e superior (segundo grau). A primária seria obrigatória para todas as pessoas livres, maiores de seis anos e menores que quinze, e a superior era facultativa. O Regimento, diferentemente dos anteriores, estabelecia regras mais rígidas em relação às famílias “[...] que não derem o ensino elementar aos seus filhos, tutelados, ou curadores [...]”. Avançava também na regulamentação da oferta, ao estabelecer que, em cada paróquia, deveria haver pelo menos uma escola de instrução primária elementar para cada um dos sexos. Essa medida ampliou a demanda, já crescente no período, por professoras primárias para meninas.

Em relação à diferenciação a partir do sexo dos/as professores/as, interessante observar os dois artigos abaixo:

Art. 49 - As escolas funcionarão em edifícios próprios, especialmente construídos para esse fim.

Na falta, alugar-se, provisoriamente, cazas particulares, que tenham as precisas acomodações.

§ Unico: As professoras publicas terão residencia na mesma caza em que funcionar a escola.

Art. 50 - os professores que forem casados podem, com licença do Inspetor Geral, não havendo na localidade escola pública do sexo feminino, receber em suas cazas algumas alumnas pobres mediante a subvenção mensal de dois mil reis, por cada uma, que tiverem de frequencia regular, incumbindo-se suas mulheres do ensino de costura e outros trabalhos de agulha.

A análise do Regimento indica que o Estado Provincial institucionalizava condicionantes diferenciados para o exercício do magistério do professor e da professora. Tais condições influenciavam, inclusive, as relações da vida privada dos/as docentes. Os artigos do Regimento supracitados ilustram essa interferência, na medida em que exigiam que as professoras residissem no mesmo espaço físico em que funcionava a escola, ao passo que aos professores homens era facultativo usar suas próprias casas para ministrar aulas.

Apesar de o Regimento não se referir aos maridos das professoras (considerando que a residência deveria se estabelecer na mesma casa em que funcionava a

escola, o que possivelmente deveria impactar a vida privada da família), no caso dos professores, o trabalho das esposas era condição para o exercício da profissão do marido na instrução feminina, uma vez que elas deveriam ensinar prendas domésticas às alunas. Nesse contexto, evidencia-se a forma como alunas e alunos, professores e professoras recebiam tratamento diferenciado a partir dos pressupostos culturais vigentes naquela época.

O Regimento é omissivo quanto à possibilidade de as professoras ministrarem aulas para os meninos,<sup>87</sup> diferentemente dos professores, pois não lhes eram impostos limites quanto à docência para o sexo oposto. Essa diferenciação indicia outro elemento favorável à ampliação da docência feminina no Espírito Santo. Esse dado, aliado à falta de professores habilitados, favorecia ações governamentais no sentido de incentivar tanto a educação das mulheres como o seu ingresso no magistério. Ilustra bem essa particularidade a posição de Domingos Monteiro Peixoto (1876, p. 20):

A educação das mulheres deve merecer o mais importante cuidado dos governos, porque é dellas que nascem a felicidade do lar domestico e o bem das nações. Ellas sabem inspirar as nobres acções de que temos exemplos tanto na historia antiga, como moderna, em que se lêem lances heróicos, de amôr da pátria, de amôr filial e de amôr conjugal, cuja citação ficaria deslocada em escritos d'esta ordem. Se a província quer ter nas mulheres professores para as escólas de Instrucção primaria do sexo masculino, como é o pensamento philosophico do ilustrado auctor do Regulamento de 20 de Fevereiro de 1873, que faculta-lhes no Art. 75 a incripção aos concursos para provimento de taes cadeiras, sem outra distincção para a nomeação, que não o mérito e respectivas habilitações entre os candidatos, é forçoso dar-lhes mais abundantes alimentos intellectuaes nas lições da moral, que santifica os corações.

Com tudo isso, porém, um concurso realizado em 1881 revela os desafios postos ao professorado em geral e especialmente ao magistério feminino. Somente uma candidata concorreu ao cargo, Cândida Tertuliana de Oliveira Marques. Aprovada, assumiu a cadeira da Capital. Segundo Antonio Leite Ribeiro de Almeida, feito semelhante ocorreu em 1888, quando várias cadeiras continuaram desprovidas por falta de candidatos/as. Diante da falta de professores, uma alternativa bastante utilizada era a publicação de anúncios na imprensa local. Também eram comuns as manifestações desfavoráveis a tal situação, geralmente dos grupos políticos

<sup>87</sup> Em consonância com os pressupostos que limitam a docência masculina às meninas.

contrários ao governo local, conforme exemplificamos abaixo:

Fotografia 9 – Chamada pública para professoras de meninas

## INSTRUÇÃO PUBLICA

Permanecem vagas n'esta Cidade a primeira cadeira do sexo masculino e a do sexo feminino; esta deixou de funcionar desde a retirada da Professora D. Candida Calmon e aquella com a do Sñr. Alexandre Calmon. De modo que, levando em linha de conta a substituição que, para ambas as cadeiras, durou apenas o espaço de dois meses, depois da retirada d'aquelles professoras, estão ellas abandonadas pelo longo tempo de cinco ou seis mezes.

A administração do Estado não cuida d'essas faltas, o que de certo modo se justifica pela indiferença dos mais interessados na remoção de taes prejuizos; parece inverosimil que semelhante abuso não tenha feito nascer protestos e reclamações da parte dos nossos conterraneos. E no entanto é uma verdade desoladora.

Acostumamo-nos por tal forma ao silencio de tutelados, de tal modo entranhou-se no espirito da nossa população o sentimento da passividade em face do desleixo com que os governos tratam dos nossos mais caros interesses, que não nos movemos, não nos unimos para reclamar dos poderes competentes o funcionamento das instituições que nos são devidas.

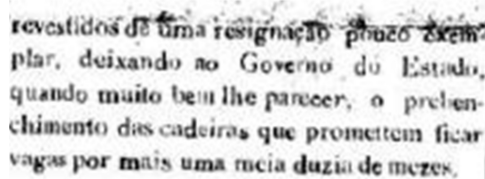
Sempre os mesmíssimos meios platonicos de exprimir o nosso descontentamento!

Dir-se-lia que não temos o direito de levantar protestos contra as más administrações, tão confusos e tão baixos são os nossos clamores, proprios para desabafos individuais, restrictos ao meio domestico, do que feitos para chegar aos ouvidos do governo.

E os membros do Congresso, aquelles que, segundo dizem, representam o nosso torrão, sabe-se acaso se algum d'elles pensa na falta que todos sentimos?

Parece que não.

Quanto a nós ficaremos sem as escolas.



revestidos de uma resignação pouco exem-  
plar, deixando ao Governo do Estado,  
quando muito bem lhe parecer, o preen-  
chimento das cadeiras que promettem ficar  
vagas por mais uma meia dúzia de meses.

Fonte: O Norte do Espírito Santo, 20 de setembro de 1889, anno 1, n 6, p. 1.

O anúncio demonstra que, na cidade de São Mateus (local da publicação do jornal), tanto a cadeira de meninas como a de meninos se encontravam fechadas. A matéria responsabiliza “a Administração do Estado” pela falta de professores, acusando-a de não cuidar de tal carência que já durava seis meses. O impresso também chama a atenção para a “indiferença dos mais interessados na remoção de tais prejuízos”. Critica a forma “passiva” com que a população se submete a tal situação “[...] deixando [para] o Governo do Estado, quando muito bem lhe parecer, o preenchimento das cadeiras”(1889).

Observamos que o cenário sociopolítico no Espírito Santo no entresséculo apresentava um conjunto de elementos que, articulados, contribuíram para o ingresso das mulheres no magistério. Destacam-se, nesse contexto, a constante dificuldade de suprir as escolas diante da crescente demanda por professores/as habilitados/as, a criação das escolas mistas, a luta pela emancipação feminina e a ampliação da oferta de empregos para os homens em áreas melhor remuneradas.

É interessante notar que se tratava de um período de lenta transição entre o trabalho escravo e o trabalho livre. O Censo de 1872 nos fornece um panorama desse cenário, ao indicar que, ao lado de uma população livre, de aproximadamente 59,5 mil habitantes, ainda conviviam, no Espírito Santo, cerca de 22,7 mil pessoas escravizadas, trabalhando no campo e nos aglomerados urbanos. Com base no referido Censo, a Tabela 2 procura mostrar a distribuição dos homens e das mulheres, livres, segundo sua declaração quanto às respectivas profissões. Do total da população livre, um contingente de 21,5 mil pessoas foi considerado sem profissão. Dentre as que declararam sua profissão, aproximadamente 49,92% aparecem em atividades do setor primário e 47,2% dos setores secundário e terciário e os demais foram enquadradas em outras profissões.<sup>88</sup> O Censo aponta 94

<sup>88</sup> Ressalta-se que foram considerados aqui homens e mulheres livres, brasileiros/as e estrangeiros/as.

pessoas declaradas na categoria “professores e homens de letras”. Desses 72 (76,60 %) eram homens e 22 (23,40%) eram mulheres. Observamos que a maioria das profissões declaradas ao Censo é exclusivamente masculina. As mulheres aparecem, além do magistério, como costureiras (100%), na atividade fabril de tecidos (98,10%), serviços domésticos (96,11%); criadas jornaleiras (18,20%) e artistas (2,45%). Nesse sentido, o magistério ocupa a terceira profissão mais declarada por mulheres e a única no serviço público declarada por mulheres naquele período.

Tabela 2 – População Livre na Província do Espírito Santo segundo as profissões e por sexo

Setor	Profissões	Brasileiros e Estrangeiros Livres				
		Homens	%	Mulheres	%	Total
Primário	Lavradores	13.781	73,48%	4.973	26,52%	18.754
	Criação	45	54,88%	37	45,12%	82
	Pescadores	128	100,00%	0	0,00%	128
	Canteiros, calceteiros, mineiros, cavouqueiros	6	100,00%	0	0,00%	6
<b>Subtotal</b>		<b>13.960</b>	<b>73,59%</b>	<b>5.010</b>	<b>26,41%</b>	<b>18.970</b>
Secundário e Terciário	Em tecidos	19	1,90%	983	98,10%	1.002
	Couros, peles etc.	37	100,00%	0	0,00%	37
	Em madeiras	527	100,00%	0	0,00%	527
	Em metais	150	100,00%	0	0,00%	150
	Chapéus	1	100,00%	0	0,00%	1
	Vestuários	168	100,00%	0	0,00%	168
	Costureiras	0	0,00%	5.538	100,00%	5.538
	Edificação	169	100,00%	0	0,00%	169
	Calçados	77	100,00%	0	0,00%	77
	Criados e Jornaleiros	1.339	81,80%	298	18,20%	1.637
	Marítimos	310	100,00%	0	0,00%	310
	Administração Pública	182	100,00%	0	0,00%	182
	Artistas	239	97,55%	6	2,45%	245
	Militares	160	100,00%	0	0,00%	160
	Religiosos	22	100,00%	0	0,00%	22
	Advogados e outros vinculados à Justiça	50	100,00%	0	0,00%	50
	Médicos	11	100,00%	0	0,00%	11
	Cirurgiões	6	100,00%	0	0,00%	6
	Farmacêuticos	6	100,00%	0	0,00%	6
	Parteiras	14	100,00%	0	0,00%	14
	Professores e homens de letras	72	76,60%	22	23,40%	94
	Serviço Doméstico	293	3,89%	7.239	96,11%	7.532
<b>Subtotal</b>		<b>3.852</b>	<b>21,47%</b>	<b>14.086</b>	<b>78,53%</b>	<b>17.938</b>
Outras	Capitalistas e proprietários	74	44,58%	92	55,42%	166
	Manufatureiros e fabricantes	64	82,05%	14	17,95%	78
	Comerciantes, guarda livros, caixeiros	792	93,18%	58	6,82%	850
<b>Subtotal</b>		<b>930</b>	<b>85,01%</b>	<b>164</b>	<b>14,99%</b>	<b>1.094</b>
<b>Total com Profissão Declarada</b>		<b>18.742</b>	<b>49,32%</b>	<b>19.260</b>	<b>50,68%</b>	<b>38.002</b>
<b>Total Geral</b>	Sem profissão	10.881	50,66%	10.597	49,34%	21.478
		<b>29.623</b>	<b>49,80%</b>	<b>29.857</b>	<b>50,20%</b>	<b>59.480</b>

Fonte: Brasil (1872, p. 81).

Das informações apresentadas pelo Censo também chama à atenção a categoria capitalistas e proprietários. Nela as mulheres aparecem com 55,42%. O documento

não explicita se essas mulheres que aparecem como proprietárias e capitalistas são casadas e se os bens do casal são considerados conjuntamente. Essa parece ser uma hipótese plausível a ser considerada. Também se deve considerar mulheres viúvas e filhas herdeiras dos bens familiares. Outro dado relevante refere-se aos declarados sem profissão, homens 50,66% e mulheres 49,34%, pois nos permite dizer que, já no final do século XIX, as mulheres já se declararam como profissionais em quantidade semelhante aos homens. Salientamos que, além dos Censos consultados, a única fonte movimentada que nos deu alguma informação sobre as ocupações por sexo no período foi o *Dicionário histórico, geográfico e estatístico da Província do Espírito Santo*, afirma Marques (1876.). Nele, o autor diz: “Aplicam-se os homens à pesca, à lavoura dos gêneros de primeira necessidade, ao corte de madeiras e fabrico de louças de barro, e as mulheres à plantação e a fiação de algodão” (p. 9).

No que se refere ao magistério, não é difícil reconhecer, com base no *corpus* documental, que esses primeiros processos de inserção das mulheres no magistério, além de atender às expectativas sociais para cada sexo, forjavam também a constituição de uma profissão feminilizada.

Para o exercício do magistério, exigia-se a todos (homens e mulheres), dentre outros itens, que professassem a religião do Estado com comprovação por meio de atestado da paróquia. Portanto, como o catolicismo era essa religião, a Igreja Católica exercia grande influência na instrução pública. O Regulamento de 1873 manteve as exigências específicas para as mulheres nos mesmos moldes do anterior. Nos processos seletivos das professoras, cobravam-se, além das exigências comuns aos dois sexos, a demonstração de habilidade com os chamados trabalhos de agulha. Essa habilidade era averiguada por “[...] uma professora ou qualquer outra senhora, por nomeação do Presidente da Província [...]”, segundo o Regimento da Instrução Pública da Província do Espírito Santo (1873). O elemento moral se fazia presente também nos processos seletivos, pois cabia ao inspetor-geral apresentar ao presidente da província os/as candidatos/as aprovados/as para a sua apreciação. Dentre os critérios de preferência, estão os casados, ou viúvos com filhos.

O Regulamento de 1877 (ANEXO E) reduziu a obrigatoriedade do ensino para todos



os indivíduos livres maiores de 7 anos e menores que 14. O art. 59 desse Regulamento propunha uma alteração relevante para os fins do nosso estudo, já que permitia às professoras públicas lecionar para alunos do sexo masculino com seis a nove anos de idade. Essa é a primeira menção normativa da docência feminina para meninos, mais um degrau na escalada da profissionalização das mulheres no magistério.

Mas a conquista pelo direito ao Ensino Superior ainda duraria alguns anos. Esse nível de ensino era considerado privilégio masculino.<sup>89</sup> Na linha das conquistas pela educação formal, em 1879, o Governo Imperial brasileiro formalizou o direito de as mulheres estudarem em instituições de ensino superior. De acordo com as reflexões de Cunha e Silva (2010), o dispositivo legal não foi suficiente para garantir o acesso das mulheres aos cursos superiores. A possibilidade de ingresso no ensino superior, formação superior, abria novas portas para a colocação de mulheres no mundo do trabalho, mas também ocasionava críticas de setores mais conservadores da sociedade.

Nessa conjuntura, observamos que mesmo as mulheres mais ricas tinham dificuldade de operacionalizar esse direito, uma vez que, para o ingresso nos cursos superiores, necessitavam de autorização familiar. Exigia-se que apresentassem inúmeros documentos, além de atestado de boa conduta. Ilustra bem essa questão o fato de a primeira brasileira graduada, a médica Maria Augusta Generosa Estrela, ter obtido o título nos Estados Unidos em 1882. Sobre a resistência dos homens ricos à educação das mulheres de sua classe social, assinala Huhner (1981, p. 73):

Muitos membros masculinos da elite esperavam que as mulheres da classe inferior entrassem para a força de trabalho, mas não suas próprias parentes [...]. Para as mulheres da classe inferior, esse 'trabalho honesto' seria executado em 'casas de família', isto é, nas casas dos brasileiros mais ricos. As mulheres da classe superior deveriam permanecer em suas próprias casas, supervisionando o trabalho das mulheres mais pobres, e não tentar entrar nas profissões seguidas pelos homens de sua própria classe.

Dessa forma, não é de se estranhar que a primeira graduação feminina em instituição brasileira tenha ocorrido 79 anos após a fundação da primeira instituição de ensino superior no Brasil. Também de família abastada, branca, Maria Rita

---

<sup>89</sup> No Espírito Santo, somente em 1929/1930 é que teve a abertura do primeiro curso superior.

Lobato graduou-se na Faculdade de Medicina da Bahia em 1887 (ROSEMBERG, 2013).<sup>90</sup>

Faria Filho (2011, p. 135), ao se referir à instrução elementar no século XIX, afirma que “[...] muitos foram os limites enfrentados por aqueles que defendiam que a educação deveria ser estendida à maioria da população”. As mulheres, assim como os indígenas e os negros (livres, libertos ou escravizados) formavam o contingente de excluídos da escola. O autor ressalta que “[...] a escola não surge do vazio deixado por outras instituições [...] ela [...] teve que se reinventar, de produzir o seu lugar próprio, e o fez, também, em íntimo diálogo com outras esferas e instituições da vida social” (FARIA FILHO, 2011, p. 136). Da mesma forma, afirma Machado (2012, p.19):

A retomada do debate para a escola primária para o povo, no Brasil, revela que sua criação não se deu num passe de mágica, de um dia para o outro, nem foi resultado de uma evolução natural. Ela foi uma construção histórica que se definiu a partir de lutas travadas em meio às contradições da sociedade.

Por outro lado, Gondra e Schueler (2008) sinalizam que, a partir da metade da década de 1830, pode-se observar, nos relatórios do Ministério do Império dos presidentes de Província e outras autoridades responsáveis pela fiscalização da instrução primária e secundária, a constante reiteração da centralidade da docência para o Estado. Esses documentos apresentam uma representação da missão social do magistério: “[...] civilizar o povo e construir a nação” (p.173). Em que se constituiria essa missão? Respondem os autores:

As representações das mulheres como responsáveis pela formação dos homens, na qualidade de mães e educadoras, iam ao encontro das teorias civilizatórias que pretendiam afirmar a necessidade de construir uma nação direcionada ao progresso material e cultural, um Brasil onde o ‘povo’ fosse elevado intelectualmente para figurar no rol das ‘grandes nações cultas’ (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 209).

Apesar de a Igreja Católica ter se posicionado inicialmente contra a educação escolar das meninas, houve todo um movimento dessa instituição para influenciar os processos educativos destinados às meninas da instrução primária e às normalistas. Durães (2002) destaca a influência da Igreja Católica na associação, muito presente

<sup>90</sup> A primeira mulher negra a graduar-se, Maria Rita de Andrade, em 1926, isto é, 29 anos depois da primeira mulher branca (ROSEMBERG, 2013), também ilustra as interseções de classe e raça/etnia presentes nas relações de gênero.

na virada dos Oitocentos para os Novecentos, entre a função docente e a abnegação, missão e vocação. Vale lembrar, nesse contexto, o que nos indica Nascimento (2011, p. 99):

[...] a despeito do caráter eminentemente conservador da Igreja Católica, em relação às mulheres, certamente, suas ações contribuíram para o alargamento do campo de atividade delas. Algumas mulheres souberam usufruir dessa influência e continuaram vivendo, correspondendo ou não aos padrões preconizados para o seu sexo.

Nesse sentido, complementa Villela (1992, p. 30), quando argumenta que, além do aspecto moral, a posição ideológica dos/as futuros/as professores/as também era preocupação constante nos processos formativos aos quais eles eram submetidos na Escola Normal. A autora destaca ainda a predominância da ideia de formação de professores na prática o que, via de regra, levava ao descuido com a formação teórica. Essa predominância se mostra presente nos documentos oficiais que compuseram as fontes da pesquisa. Paralelamente a esse movimento, registra-se o fortalecimento do sistema de inspeção escolar, que intentava garantir a submissão dos/as professores/as por meio de controle rígido sobre suas atividades. Assim:

Os professores poderiam até ser malformados mas, certamente, seriam bem vigiados. Isso confirma a hipótese de que o professor nesse Estado que se organizava deveria funcionar muito mais como um agente disseminador de uma mentalidade moralizante do que um difusor de conhecimentos (VILLELA, 1992, p. 36).

Huhner (1981) identifica um duplo obstáculo ao acesso à formação superior para as mulheres brasileiras nos anos finais do século XIX: a pressão e desaprovação social e a dificuldade financeira para arcarem com os custos da educação secundária. Nessa mesma esteira de raciocínio,

[...] é possível apreender que as mudanças de regime – Colônia, Império, Primeira República, pouco afetaram a paisagem. A efígie feminina da República – inspirada na *liberdade guiando o povo*, de Delacroix – serviu mais a cunhar moedas que a guiar a nação para promover a educação das mulheres: nos 122 anos de vida republicana e nos 74 anos do Ministério da Educação, tivemos apenas uma ministra da educação, Esther de Figueiredo Ferraz (1915-2008), no governo de João Batista Figueiredo, entre agosto de 1982 e março de 1985), isto é, durante a ditadura militar (ROSEMBERG, 2013, p. 338).

Vasconcelos (2011) sinaliza que a influência das conquistas das mulheres do século

XIX<sup>91</sup> se revelou fundamental para que, na sociedade novecentista, os conceitos de feminilidade e masculinidade compusessem o modelo de sociedade imposto pela industrialização. Para Huhner (1981, p.31- 32):

Embora as oportunidades educacionais para moças permanecessem limitadas mesmo nas cidades, alguns progressos ocorreram durante a segunda metade do século XIX. Mas apenas uma pequena parte da população do Brasil tornou-se alfabetizada. A educação era em grande parte uma prerrogativa daqueles a quem se outorgavam seus benefícios por nascimento ou posição. De acordo com o censo de 1872, o Brasil tinha uma população total de 10.112.061 habitantes. Mas apenas 1.012.097 homens livres, 550.981 mulheres livres e 958 escravos e 445 escravas sabiam ler e escrever. Em 1873, o império possuía apenas 5.077 escolas primárias, públicas e particulares. Essas escolas tinham um total de 114.014 alunos e 46.246 alunas. Nas famílias mais ricas, as crianças muitas vezes não eram educadas nas escolas (frequentemente mal dirigidas), senão em casa.

O Quadro 7 ilustra como a instrução pública caminhava em terras capixabas:

Quadro 7 – Quadro de escolas da Província do Espírito Santo – 1874

**Quadro resumido das escolas publicas,  
suas entrancias e numero de alumnos.**

COMARCAS.	NUMERO DAS ESCOLAS.	SEXO MASCULINO.	SEXO FEMININO.	ALUMNOS.	ALUMNAS.	ENTRANCIAS.		
						1.º	2.º	3.º
Capital. . . . .	38	29	9	687	123	28	4	6
Irititiba . . . . .	13	11	2	243	27	9	4	..
Itapemirim . . . . .	19	12	7	67	18	14	3	2
S. Matheus . . . . .	8	5	3	86	59	4	2	2
Santa Cruz . . . . .	10	7	3	68	9	6	4	..
Serra . . . . .	11	9	2	83	25	7	4	..
Total . . . . .	99	73	26	1.234	261	68	21	10

Fonte: Mascarenhas, 1874, p. 14<sup>92</sup>.

<sup>91</sup> Em especial, quando “[...] as operárias ingressantes no mundo masculino do trabalho passaram a reivindicar melhores condições de trabalho e salários equiparados aos dos homens [...]” (VASCONCELOS, 2011, p. 21).

<sup>92</sup> Irititiba ou Reritigba trata-se da aldeia de índios catequizada pelos padres jesuítas, que mais tarde compôs o atual município de Anchieta (IBGE, 2018).

Até aqui se mantém uma considerável diferença entre o número de meninos e meninas matriculados e ainda se estabelecia relação entre a quantidade de escolas criadas por sexo e o exercício da docência masculina ou feminina.

Em estudo sobre as representações das mulheres no *entresséculo* a partir de matérias publicadas no *Jornal Correio da Manhã*,<sup>93</sup> do Rio de Janeiro, Garzoni (2012) mostra que, desde 1870, o debate em torno da educação feminina se fazia presente em diversos setores da sociedade carioca. Sem consenso, os registros identificam tanto os que consideram a necessidade da emancipação das mulheres quanto os que acreditavam que a instrução feminina deveria instruir as mulheres a serem boas esposas e mães. Esse debate se estendeu para a possibilidade e viabilidade do exercício do trabalho das mulheres em espaços não domésticos.

Nascimento (2011, p. 75) questiona a tese que defende a inserção no magistério como “[...] a salvação da vida de muitas mulheres”. Considera esse processo como significativo para o acesso das mulheres ao trabalho remunerado mas não coincide com a inserção das mulheres no mundo trabalho. Ao fazer tal afirmação, a autora demonstra, pelas fontes, que, em Minas Gerais, quando as primeiras mulheres ingressaram no magistério, muitas outras já exerciam atividades laborais dentro e fora de casa. Nesse diálogo com Nascimento, percebemos igualmente, que se, por um lado, a autora reitera que, em Minas Gerais, o magistério não era a única ocupação funcional das mulheres nos Oitocentos, por outro, as fontes por ela consultadas indicam que o cargo de professora elementar foi um dos primeiros ocupados por mulheres, além de ser um dos poucos. Parece que a possibilidade de se ter acesso a um cargo público trouxe certo atrativo à função docente. Ademais [...] à medida em que a sociedade ia se tornando mais complexa, alterando demandas e necessidades, as mulheres foram acompanhando esse movimento” (NASCIMENTO, 2011, p. 75).

Pelo exposto, como salienta Vasconcelos (2011, p. 22), para entendermos a trajetória das mulheres no processo de luta para alterar a ordem social vigente, faz-se necessário compreender os primeiros movimentos de ruptura com os padrões estabelecidos, pois as transformações sociais “[...] são fruto de conquistas

---

<sup>93</sup> A autora mostra trechos do periódico em que os seus editores o identificam como um defensor das causas dos oprimidos.

setorizadas, nas quais as mulheres estão derrubando barreiras pontuais e, muitas vezes, utilizando-se de lacunas deixadas pelos homens [...]”.

A partir da tese de que a abertura das classes femininas foi também a “brecha” para o ingresso das mulheres no trabalho docente, interessa-nos, no próximo capítulo, analisar como as reformas educacionais empreendidas no entresséculo provocaram desdobramentos sobre a profissão docentes, em especial, na expansão da atuação das mulheres no magistério primário.

### **CAPÍTULO III**

#### **A EDUCAÇÃO E A ESCOLARIZAÇÃO REPUBLICANAS: REFORMAS DO ENSINO E A INSERÇÃO DAS MULHERES NO MAGISTÉRIO PRIMÁRIO NO ESPÍRITO SANTO**

Recusar à mulher a igualdade de direitos em virtude do sexo é negar justiça à metade da população [...] (BERTHA LUTZ)

Como mencionado no capítulo anterior, as fontes consultadas nos indicam que a escolarização das meninas, além de tardia em relação a dos meninos, caminhou em passos lentos durante a primeira metade do século XIX. Observamos, da mesma forma, que o ingresso das mulheres na escola primária foi permeado por inúmeros desafios. Um deles, talvez o mais significativo, foi a escassez de professoras para exercer a docência nas classes femininas.

Esse cenário começa a se alterar de forma mais significativa no entresséculo. Nesta parte do texto, buscamos compreender em que medida as alterações operadas nas perspectivas de construção de um projeto nacional, no conjunto de mudanças políticas, sociais, econômicas e culturais ocorridas no Brasil, na virada do século XIX para o século XX, dentre elas, a instituição da República, modularam o acesso feminino à escolarização, de acordo com o ideário de cidadania a ser exercida pelas mulheres. Nesse sentido, importa-nos analisar como as reformas de ensino ocorridas nesse período ressignificaram não somente a presença das mulheres no magistério, mas, também, a própria reformulação e constituição da profissão docente.

#### **3.1 O ENTRESSÉCULO E A INSTRUÇÃO PÚBLICA: ECONOMIA, SOCIEDADE E CULTURA**

A historiografia descreve o período que compreende os anos finais do século XIX e as décadas iniciais do século XX no Brasil como um momento de efervescência sociopolítica, econômica e cultural. Dentre as inúmeras transformações que ocorreram (ou desdobraram-se a partir desse tempo histórico), a mudança do regime monárquico para o republicano impactou especialmente a instrução pública.

A reflexão sobre o contexto em que se instituiu a Primeira República no Brasil requer um esforço no sentido de se explicar não apenas os desdobramentos da mudança do regime, mas também os interesses e as correlações de forças internas e externas que impulsionaram esse processo. Ao analisar os movimentos que marcaram o que se chama de “A criação da escola para o povo no Brasil do século XIX”, Machado (2012) relaciona as mudanças ocorridas internamente, na segunda metade do século XIX, com o desenvolvimento da indústria na Europa e as repercussões causadas por esse processo no mundo inteiro, em especial a crise da sociedade capitalista.

Segundo a autora, o Brasil e os demais países do Novo Mundo, alinhados à ordem capitalista, procuraram adequar-se às transformações do capital, que caminhava em direção ao imperialismo e aos monopólios. Desse modo, além das formas de trabalho, tornava-se necessário “adequar” outros aspectos da sociedade, dentre eles, a passagem do regime monárquico para o republicano, a separação entre a Igreja e o Estado e a institucionalização do casamento civil (MACHADO, 2012).

Esse movimento teria que, além de atender às pressões internas, acomodar os interesses majoritariamente representados pelos proprietários do latifúndio e da agropecuária. Nesse sentido, o projeto republicano idealizado e vivenciado<sup>94</sup> no Brasil tem particularidades que devem ser consideradas em termos de análise histórica. Estudos como o de José Murilo de Carvalho (1987, 1990), Marta Maria Chagas de Carvalho (1989, 1998, 2000), José Gondra e Alessandra Schueler (2008), Maria C. Gomes Machado (2012) e Jorge Nagle (1976) nos auxiliam nesse exercício.

Como bem se expressou Carvalho (1990), o projeto republicano pautou-se em modelos experimentados nos Estados Unidos e na Europa, particularmente no projeto republicano francês. O modelo norte-americano defendia que os interesses individuais deveriam ser a base do novo pacto político, o francês<sup>95</sup> preconizava a República dos ideais coletivos (liberdade, igualdade e direitos humanos). Os traços herdados pelo processo de colonização no Brasil e particularidades dele decorrentes tornariam ainda mais complexa a tarefa de substituir o regime monárquico pelo

---

<sup>94</sup> Considerando as contradições presentes entre o que se idealizou e o que foi realizado.

<sup>95</sup> Carvalho (1990, p. 19) salienta que “[...] dizer modelo francês é incorreto: havia mais que um modelo francês, em decorrência das vicissitudes por que passara a república naquele país [...]”.



regime republicano e construir uma nação com alguma soberania (CARVALHO, 1990).

Também compunha esse cenário a engenhosa combinação de elementos importados pelo Império brasileiro: organização política com base no constitucionalismo inglês de Benjamin Constant, princípios administrativos centralizadores, inspirados em Portugal e França e o aparato judicial fundamentado no modelo francês. Para o autor,

[...] o fenômeno de buscar modelos externos é universal. Isso não significa, no entanto, que ele não possa ser útil para entender uma sociedade particular. Que idéias adotar, como adotá-las, que adaptações fazer, tudo isso pode ser revelador das forças políticas e dos valores que predominam na sociedade importadora [...] (CARVALHO, 1990, p. 22).

As diferentes formas de se entender a República entre proprietários rurais, jacobinos e positivistas foram fundamentais para criar um clima de intensa disputa pelo poder. Os proprietários rurais, especialmente os paulistas, alinhavam-se ao modelo americano. Mais conservadores, apregoavam a defesa individual do pacto social e dos interesses pessoais e evitavam o apelo à ampla participação popular na implementação da República e no governo republicano. Partiam da compreensão do público como a soma dos interesses pessoais, justificando, desse modo, a defesa dos próprios interesses e a ênfase na organização do poder (CARVALHO, 1990). No Brasil, essa perspectiva teria se materializado no século XIX sob a ótica do darwinismo social, tendo como principal expoente o paulista Alberto Salles que, por sua vez, se inspirava em Spencer. Outro elemento digno de nota é que o modelo americano defendido por republicanos brasileiros tinha sentidos bastante diferentes da experiência original pois,

No Brasil, não houvera a revolução prévia. Apesar da abolição da escravidão, a sociedade caracterizava-se por desigualdades profundas e pela concentração de poder. Nessas circunstâncias, o liberalismo adquiria um caráter de consagração de desigualdade, de sanção da lei do mais forte. Acoplado ao presidencialismo, o darwinismo social republicano tinha em mãos os instrumentos ideológicos e políticos para estabelecer um regime profundamente autoritário (CARVALHO, 1990, p. 25).

Essa não era a República almejada pelos jacobinos, corrente formada majoritariamente por profissionais liberais, jornalistas, professores e estudantes, os

quais acreditavam que o Governo Imperial limitava as oportunidades de trabalho. Eles levantavam bandeiras em favor da liberdade, da igualdade e da participação popular, tendo esta última como principal fundamento do novo regime. Essas pessoas não consideravam a solução liberal ortodoxa atraente, pois eles “[...] não controlavam recursos de poder econômico e social capazes de colocá-las em vantagem num sistema de competição livre [...]” (CARVALHO, 1990, p. 26). Os jacobinos aliavam-se à defesa da liberdade, da igualdade e da participação, em que pese o fato de que as propostas apresentadas nem sempre explicitavam as formas de operacionalização dessas ideias. Constituíam um grupo aguerrido, mas pequeno. Silva Jardim pode ser considerado uma referência na defesa dos ideais jacobinos (CARVALHO, 1990).

Um terceiro grupo reunia os positivistas. Com algumas variações, esse grupo defendia a ideia da ditadura republicana com um Estado forte e intervencionista em nome do progresso. Uma das principais bandeiras dos positivistas era a defesa da separação da Igreja do Estado. Acreditavam na possibilidade da incorporação do proletariado à sociedade moderna. Esse grupo atraiu os militares, provavelmente pela ênfase que os positivistas davam à ciência e ao desenvolvimento industrial (CARVALHO, 1990).

Também sobre o universo analisado, Marta Maria C. Carvalho, em *A escola e a República* (1989), observa que, no imaginário republicano, a escola, concebida como uma das principais armas para o progresso,<sup>96</sup> aparece como ícone da instauração da nova ordem. Como tal, ela deveria “fazer ver” e, para tanto, “[...] devia se dar a ver. Daí os edifícios necessariamente majestosos, amplos e iluminados, em que tudo se dispunha em exposição permanente [...]” (CARVALHO, 1989, p. 25). Contraditoriamente (ou não),<sup>97</sup> na sociedade brasileira que se configurou na virada do século XIX para o século XX, o acesso à escola não foi possibilitado à maioria da população. Esse contexto evidencia a tensão entre o discurso republicano (República idealizada) e as práticas pouco republicanas (a República real) que se materializou nas políticas públicas implantadas, incluindo aquelas voltadas para a escolarização.

<sup>96</sup> Argumento bastante enfatizado por Nagle (1976).

<sup>97</sup> Como a escola também era considerada arma poderosa, excluir a maioria da população, seria uma forma calculada de manter o controle social.

A autora questiona quem era o cidadão que a República teria o dever de educar: personagens como o “Velho Lima”, do conto de Arthur de Azevedo,<sup>98</sup> “bestializados”, pois eram, afinal, “bilontras” (CARVALHO, 1987), testemunhas incrédulas ou desconfiadas do advento da República brasileira? De forma crítica e irônica, os escritos, tanto do cronista como do historiador, remetem-nos à passagem de um regime para o outro, sem a participação da maioria da população, o que pode prenunciar a ideia de cidadania defendida pela República recém-instaurada no Brasil.

Como observa Carvalho (1987), a passagem do Império para a República contribuiu para uma intensa movimentação no mundo das ideias. Apesar de a República não ter produzido novas correntes ideológicas próprias, houve, nesse período, “[...] um abrir de janelas, por onde circulavam mais livremente idéias que antes se continham no recatado mundo imperial [e, mais importante que isso,] talvez tenha sido uma nova atitude dos intelectuais brasileiros em relação à política [...]” (CARVALHO, 1987, p. 24-25). Para o autor, na maioria das vezes, essas ideias eram importadas da Europa, geralmente mal absorvidas ou absorvidas de forma parcial, o que contribuía para a produção de combinações ideológicas esdrúxulas.

Como argumentou Nagle (1976), no processo de instauração da República, foram ignorados importantes aspectos extrapolíticos da complexa realidade social brasileira. Se olharmos mais atentamente, veremos que as camadas mais empobrecidas da população não se furtavam em exigir mais participação política e melhores condições de vida e também se fizeram presentes, se não na correção de forças majoritárias que impulsionavam as mudanças, na resistência e denúncias sobre as condições de vida a que eram submetidas.

Dessa forma, ideais republicanos em disputa deixavam de fora da sociedade política a representação da maioria da população. O entendimento, por exemplo, sobre o direito do voto, manteve, a princípio, as restrições herdadas do Império, ou seja, só podiam se expressar pelo voto homens, adultos, que soubessem ler e escrever. Além das mulheres, eram alijados desse processo “[...] os mendigos, soldados, praças e sargentos e os integrantes de ordens religiosas [...]” (SCHWARCZ;

---

<sup>98</sup> Revista da USP, Dossiê Memória, na edição de setembro, outubro e novembro de 1989. Siciliano (2014) nos informa que o conto foi publicado pela primeira vez em 1906, na coluna diária *A Palestra*, do jornal *O Século*.

STARLING, 2015, p. 320), tese também defendida por Nagle (1976) e Carvalho (1976).

Nessa maioria negligenciada pela República instaurada no Brasil, incluem-se as mulheres. Mas, na “batalha de símbolos”<sup>99</sup> que visava a reafirmar o novo regime, as imagens das mulheres que circularam não fugiam a essa lógica. Muito pertinentes a respeito são as informações de Carvalho (1990, 1987). O autor apresenta as contradições desse processo, ao afirmar que, apesar de a recém-criada República não ter, a princípio, alterado o estatuto de cidadania imposto às mulheres do período imperial, a alegoria feminina foi utilizada como ícone da vitória republicana e do ideário de liberdade por ela apregoado, como ocorreu também em outros países. Na experiência francesa, por exemplo, inicialmente se utilizou a figura da mulher para representar o arcabouço teórico e ideológico (a revolução, a liberdade, a pátria).

Fotografia 10 — A Liberdade guiando o povo – *Eugène Delacroix*, Louvre



Fonte: <https://www.google.com.br>

No quadro de Delacroix (Fotografia 10), a liberdade é representada por uma mulher de traços populares. Ela carrega o barrete frígio, a Bandeira tricolor e um fuzil com baioneta calada. Os seios desnudos representam o gesto de comando em frente ao cenário de guerra. Na Segunda República francesa, a representação feminina já não é mais a mesma. Sobre as contradições presentes nesse processo, Soihet (1997, p.

<sup>99</sup> Expressão utilizada por Schwarcz e Starling (2015).

300) afirma que, na Revolução Francesa, “[...] as mulheres se vêem despojadas da cidadania por uma ordem que ajudaram a fundar [...]”, um indício das motivações que levaram à alteração pela qual passou a imagem representativa da República francesa. Após essas alterações, a figura da mulher aparece amamentando duas crianças. Uma mulher maternal, protetora, segura e sólida, que expressava uma nova e crescente concepção sobre as mulheres (CARVALHO, 1990), conforme retrata a Fotografia 11:

Fotografia 11 – A República Honoré – *Honoré Daumier*



Fonte: <https://www.google.com.br>

No caso da República brasileira, a experiência assemelha-se à da França no que se refere ao uso da imagem da mulher e às alterações dessa imagem, à medida que o regime foi se consolidando. Mas, se, na França, a figura da mulher guerreira, jovem e de seios à mostra se popularizou, no Brasil, mesmo a sua versão positivista fracassou (SCHWARCZ; STARLING, 2015). As autoras identificam que duas figuras femininas convergem na representação do novo regime “[...] a República, toucada o barrete frígio da Revolução Francesa, e a Liberdade, vestida à moda romana [...]” (s.p.), conforme ilustram as imagens a seguir:



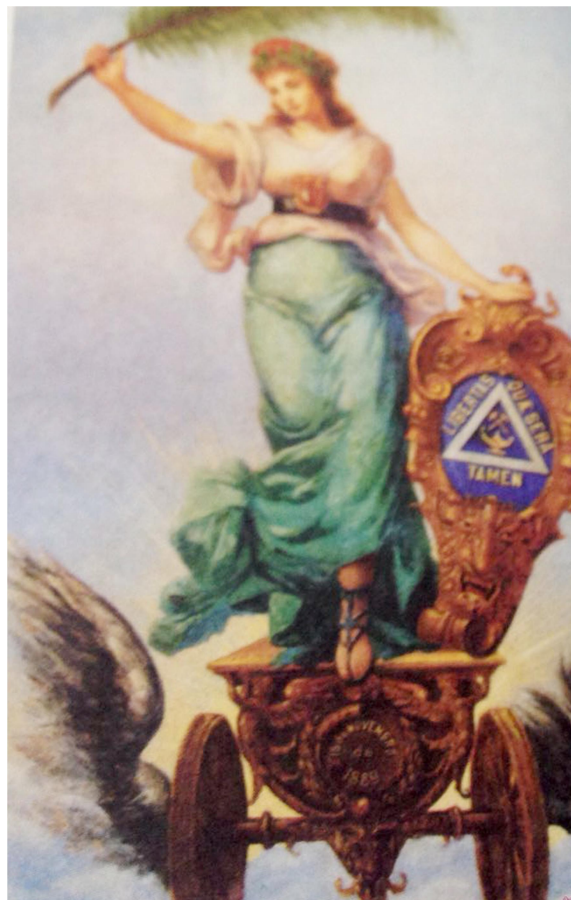
Fotografia 12 – *Sem título*, O Malho, 26-11-1904



VIII. *Sem título*, O Malho, 26/11/1904

Fonte: <https://www.google.com.br>

Fotografia 13 – *Alegoria da República*, Frederico Antônio Steckel, 1898. MMGV



Fonte: Schwarcz e Starling (2015, s.n.).

Referindo-se à Fotografia 12, Carvalho (1990) afirma que a mulher guerreira também aparece como alegoria nas primeiras imagens representativas da República brasileira. Mas, a exemplo do que ocorreu na França, essa representação foi se alterando. Os pintores brasileiros praticamente excluíram a representação feminina no novo regime e, além disso, a representação ganhou novos contornos. O monumento a Floriano Peixoto (Fotografia 14) é uma mostra dessa nova (e mais comportada!) forma de representação de República e da mulher:

Fotografia 14 – Monumento a Floriano Peixoto



Fonte: Carvalho (1990, p. 88).

No monumento, a baioneta é substituída pela flor. Apesar de vestida, a exuberância da forma física é enfatizada. De modo geral, as alegorias femininas utilizadas para representar a República brasileira e seus ideais se afastavam de modelos brasileiros: “[...] quando se tratava de representar a humanidade ou a república, não apareciam as índias, nem negras, nem mulatas, nem proletárias [...]” (CARVALHO, 1990, p. 84). Teria essa opção de representação da República relação com o processo em curso no Brasil? Carvalho (1990, p. 92) problematiza:

[...] se o povo masculino esteve ausente da proclamação, que dizer do povo feminino? Se não havia povo político masculino, como pensar em povo político feminino? Havia uma elite política de homens, que eram chamados públicos. A mulher, se pública, era prostituta. Mesmo na fase jacobina da República, durante o governo de Floriano, a participação era exclusivamente masculina. Não só as mulheres não participavam, como não era considerado próprio que elas participassem. Política era coisa de homem [...].

Porém, ainda que não fossem chamadas à participação política direta, não haveria como ignorar a presença (ainda que cerceada) das mulheres na sociedade brasileira

sacudida por transformações no âmbito da economia, da política e das relações sociais e familiares. Desse modo, podemos indagar: seria por acaso que a alegoria feminina usada para representar a República brasileira tenha sido significativamente alterada em relação às utilizadas nas experiências que serviram de modelo para os republicanos brasileiros? E o que essa representação feminina pode revelar sobre a situação das mulheres no contexto republicano inaugurado no Brasil?

A educação constituía-se importante elemento de disputa nas duas décadas que antecederam à República. Crescia a cada dia o debate sobre a necessidade da institucionalização da escola estatal para as classes populares (MACHADO, 2012).

É nesse sentido que, para Nagle (1976), as transformações de ordem econômica e política acabaram por provocar alterações no campo social<sup>100</sup> e foram se constituindo como novas forças que também pressionaram o ritmo da aceleração. Nesse processo, “[...] vai se destacando o novo sistema de valores da civilização urbano-industrial [...]” (p. 23). Essa efervescência teria aberto brechas para que as mulheres buscassem novas formas de participação na vida social e rompessem barreiras que dificultavam a sua atuação na vida pública, em especial, nos postos públicos de trabalho.

Para Schwarcz e Starling (2015, p. 350), a Primeira República pode ser entendida como um período polêmico e ambíguo, mas foi “[...] igualmente afirmativo na batalha por direitos, pela construção da distinção entre as esferas públicas e privada, pela luta em busca de reconhecimento da cidadania [...]”. Dito de outra forma, a difusão de novos valores urbanos e as mudanças socioculturais decorrentes desse processo provocam outras formas de pensar o Brasil. Com todas as suas contradições, a República se investe da marca da pretendida “modernidade” republicana. Interessamos perceber como as mulheres se inserem nesse processo.

No âmbito mais geral, o processo de correlação de forças que sustentavam o novo regime exigia medidas urgentes e estratégicas com vistas a firmar o governo republicano, provocando mudanças em nomes de escolas, praças e vilas (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

---

<sup>100</sup> Compreendido em seu sentido restrito (NAGLE, 1976).



Como observa Scott (2013), as transformações ocorridas nos anos finais dos Oitocentos e início dos Novecentos (a abolição da escravidão, a constituição da República, a expansão dos processos migratórios, o início da produção industrial e da urbanização<sup>101</sup>) mexeram com o país, e o apelo à modernização exigia um novo modelo de família. No que se refere ao processo migratório, Nagle (1976) salienta que um dos desdobramentos foi o efeito antipatriarcalista por ele provocado. Para o autor, a imigração teria contribuído para a transformação de diversos valores da sociedade patriarcal, vigentes mesmo depois da implantação do regime republicano, à medida que as cidades se configuraram como “oficinas de civilização”. Importa, para o objeto deste estudo, a visibilidade dada por Nagle (1976) a esses processos e os seus desdobramentos para a formulação de orientações ideológicas que marcaram as décadas iniciais da Primeira República.

Campo de mudanças e permanências, o novo modelo de família ainda em construção permitia mais sociabilidade entre o grupo familiar e questionava em alguma medida o autoritarismo do “senhor colonial”, apesar de manter as relações hierárquicas entre homens e mulheres. De qualquer forma, ressalta a autora: “[...] ele exigia uma nova mulher [...]” (SCOTT, 2013, p. 17), de quem se requeria que assumisse de forma mais direta a atenção e os cuidados com a educação dos filhos.<sup>102</sup>

Para Huhner (1981), não resta dúvida de que a proclamação da República possibilitou que se vislumbresse uma estrutura política mais fluida e aberta no Brasil e a sua implantação também abriu caminho para a emancipação política das mulheres. Cardoso (2007) relaciona o declínio do dote<sup>103</sup> na formalização do casamento com o processo de urbanização, da produção industrial e da configuração do mercado de trabalho. Esse processo foi, aos poucos, reconfigurando as relações conjugais. Essa nova estrutura familiar foi aumentando o

<sup>101</sup> A urbanização deve ser considerada na análise desse período devido aos efeitos sociais por ela provocados (NAGLE, 1976).

<sup>102</sup> Scott (2013) chama a atenção para o fato de esse modelo de família, originário das classes dominantes, não ter sido abraçado com a mesma intensidade por todos os grupos sociais, mas tornou-se um novo parâmetro.

<sup>103</sup> Nascimento (2011, p.91), citando Muriel (2001), caracteriza o dote como uma “[...] instituição europeia trazida pelos portugueses no século XVI [...]”. Registra ainda que, na segunda metade do século XIX já era perceptível o declínio da tradição do dote até a sua extinção no mesmo século. Por outro lado, Garzoni (2012, p. 177) aponta que o fim do dote “[...] não significou o fim de arranjos velados, com vistas a vantagens pecuniárias ou políticas [...]”.

poder do noivo em relação à noiva e à sua família (visto que cabia a ele o sustento dela e dos filhos) e, conseqüentemente, ampliou o controle dos maridos sobre as esposas e também fortaleceu o lugar ocupado pelas mulheres no contexto, pois as mães passam a ser enaltecidas em detrimento dos pais.<sup>104</sup> “No mesmo movimento, procura-se limitar o feminino aos papéis de mãe, esposa e dona-de-casa e reforça-se o papel do homem como chefe de família e provedor familiar [...]” (CARDOSO, 2017, p. 86-87).

No que se refere ao projeto republicano para a instrução pública, cabe salientar as reflexões realizadas por Schueler e Magaldi (2009). As autoras discutem os projetos e iniciativas que promoviam a educação primária na Primeira República (1889 a 1930) e problematizam as produções historiográficas que se preocupam com a educação republicana. Nesse exercício, criticam a representação negativa dos processos educativos que antecederam a República. Para as autoras, essa tradição historiográfica reforça a concepção amplamente difundida nos primeiros anos da República, contribuindo para criar o apagamento de diversas experiências educativas tanto do Brasil Colônia como do Império.

Como as autoras supracitadas, concordamos que a escola primária não foi uma invenção republicana. No entanto, mais que o advento da República como passagem de regime político, interessam-nos os movimentos e as tensões presentes no período estudado que interferiram tanto na inserção das mulheres no magistério (primário, público e oficial) como na sua feminização como um desdobramento desses processos.

Apesar de predominar na historiografia a sustentação da percepção negativa dos processos que antecederam à proclamação da República brasileira, é possível observar estudos – Schueler; Magaldi (2009),<sup>105</sup> Nagle (1929), Carvalho (1989) e Schwarcz e Starling (2015) – que problematizam essas narrativas e afirmam que muitos dos desafios educacionais atribuídos ao período imperial persistiram durante toda a Primeira República. Não se pode negar que as décadas finais do século XIX

---

<sup>104</sup> Devido às mudanças do Estatuto da Infância, concebida, então, como uma idade específica da vida.

<sup>105</sup> Para Schueler e Magaldi (2009, p. 46), “[...] apesar da preocupação com a escolarização e com sua extensão a camadas mais ampliadas da população se tornasse crescente, a democratização efetiva do ensino ainda se mostrava como uma realidade bastante limitada, nas primeiras décadas do século XX [...]”.

e as primeiras do século XX foram marcadas por uma intensa correlação de forças e, apesar de muitas mudanças não terem se materializado nesse período, é possível afirmar que nele se colocam em discussão muitas questões sociais, entre elas, a cidadania, em grande medida negada às mulheres.

Como esse cenário se manifestava na Província do Espírito Santo? Que particularidades caracterizavam a província capixaba naquele período? Em que medida o Estado se aproximava e/ou se distanciava do contexto social e político nacionalmente desenhado no *entresséculo*?

A partir de suas pesquisas, Bouguignon (2012) identifica pelo menos três fatores a serem levados em conta relativamente ao Espírito Santo oitocentista: a) a localização geográfica da província, considerada estratégica para proteger o ouro recém-descoberto em Minas Gerais, especialmente, de investidas estrangeiras;<sup>106</sup> b) a “rebeldia”<sup>107</sup> dos índios, em oposição ao projeto colonizador português; c) as constantes investidas de piratas holandeses, franceses e ingleses que tinham interesse em explorar terras capixabas. Priorizou-se, assim, “[...] a remodelação das fortificações de Vitória e a ampliação do destacamento militar [...]” (BOUGUIGNON, 2012, p.155).

Gaudio, Nascimento e Santos (2017) evidenciam que a Província do Espírito Santo era limitada quanto às poucas posses, o que não favorecia o desenvolvimento de um projeto educativo. Economicamente, investia-se na pesca e na agricultura e o comércio se limitava a atender às necessidades locais. Além dessas características, Oliveira (2008) identifica outros elementos que ajudaram a configurar a Província do Espírito Santo: o fracasso do cultivo da cana-de-açúcar, bastante diferenciado em relação à maioria das províncias, bem como as precárias condições das estradas de acesso ao interior, dificuldade que seria amenizada somente a partir da segunda metade do século XIX.

Desse modo, segundo Bouguignon (2012), a Proclamação da Independência teria significado um duplo desafio: construir um Estado independente depois de três séculos de domínio português e estimular no Espírito Santo um sentimento de

<sup>106</sup> Sobre isso, afirma Derenzi (1965, p. 87): “[...] a Capitania do Espírito Santo foi usada como sentinela avançada à provável evasão do ouro. Pior destino e mais cruel não podia presidir a formação sócio-econômica do Estado Capixaba”.

<sup>107</sup> Diferente do autor, usáramos o termo resistência.

pertencimento nacional, em frente a uma população heterogênea, somada à dificuldade de mobilidade pelo território capixaba. Se, durante a Monarquia, a posição de proteção era estratégica, no Império, o Espírito Santo localizava-se entre a Capital (Rio de Janeiro) e o maior foco de resistência portuguesa, a Bahia (BOUGUIGNON, 2012).

Era preciso que o Estado se organizasse criando instituições e leis de modo a reforçar os ideais nacionalistas. Como ocorreu em outras regiões do país, foi um período de intensas articulações entre as elites locais na disputa pelo “comando” da província. Símbolos e representações fortaleceram-se em torno de um outro contexto, no qual se inseriu o projeto de expansão da instrução primária. Esse era, certamente, um desafio para diferentes regiões do Brasil, mas com acentuada dificuldade para algumas províncias com recuado desenvolvimento econômico, como era o caso da província capixaba. Notamos, por exemplo, que, no final do Império, a instrução pública era marcada por um reduzido número de escolas que funcionavam em precárias condições, com baixos salários de professores e professoras e classes vagas por falta de docentes. Percebemos ainda, como elemento importante de análise nesta tese, uma considerável diferença entre o número de alunas e alunos matriculados/as nas escolas primárias do Espírito Santo (Quadro 8).

Quadro 8 – Quadro de escolas da Província do Espírito Santo – 1874

## INSTRUÇÃO PRIMARIA

<i>Escolas</i>	<i>Sexo masculino</i>	<i>Sexo feminino</i>	<i>Total</i>
Publicas	77	27	104
Particulares	25	2	27
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
	102	29	131

No numero das escolas publicas estão comprehendidas a aula do collegio de Nossa Senhora da Penha, para o sexo feminino, duas escolas subvencionadas e as duas aulas nocturnas da capital e cidade de S. Matheus.

## FREQUENCIA

<i>Escolas</i>	<i>Alumnos</i>	<i>Alumnas</i>	<i>Total</i>
Publicas	1.402	311	1.713
Particulares	113	27	140
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
	1.515	338	1.853

Na frequencia das primeiras estão incluidas a do collegio de Nossa Senhora da Penha, com 39 alumnas, a das escolas subvencionadas, com 56 alumnos, e a das nocturnas com 38.

Fonte: Marques (1878, p. 150).

Quanto aos dados da educação secundária, temos o que se apresenta no Quadro 9 a seguir:

Quadro 9 – Estabelecimentos e frequência de alunos da instrução secundária na Província do Espírito Santo – 1878

INSTRUÇÃO SECUNDARIA				FREQUENCIA			
<i>Estabelecimentos</i>	<i>Sexo masculino</i>	<i>Sexo feminino</i>	<i>Total</i>	<i>Estabelecimentos</i>	<i>Alumnos</i>	<i>Alumnas</i>	<i>Total</i>
Publicos	2	1	3	Publicos	310	30	340
Particulares	1	1	2	Particulares	15	8	23
	<hr/>	<hr/>	<hr/>		<hr/>	<hr/>	<hr/>
	3	2	5		325	38	363

Fonte: Marques (1878, p. 150).

Diante do contexto descrito e do desafio de organizar um sistema educacional que desse conta de impulsionar o desenvolvimento do país e, ao mesmo tempo, exercer o controle civilizatório sobre esse suposto desenvolvimento, implantaram-se as reformas educacionais no entresséculo.

### 3.2 REFORMAS DO ENSINO NO ENTRESSÉCULO: A EDUCAÇÃO E A ESCOLARIZAÇÃO SOB AS LUZES DO SÉCULO XX

Como apontado, consideramos que a efervescência política e social, que marcou a virada do século XIX para o século XX, trouxe à baila o debate em torno da escolarização das mulheres. Ao analisarem os dados do censo realizado logo após a Proclamação da República, Gondra e Schueler (2008) consideram que, comparado com o censo anterior, não houve alteração significativa quando ao percentual de homens alfabetizados. Já no caso das mulheres, observou-se um relativo crescimento. Esse dado reforça a tese de que os ideários republicanos, em relação à instrução feminina, bem como a reivindicação e a luta das próprias mulheres pela ampliação pelo direito à escolarização já apresentavam desdobramentos na primeira década do século XX. Ao que parece, “[...] o incremento da importância atribuída à educação escolar contribuiu para a consolidação das mulheres no mundo letrado e na profissão docente”. Nascimento (2011, p. 68) contribui para esse debate, ao afirmar:

O ineditismo com que se lida com o magistério nas décadas finais do século XIX talvez encubra outras formas de trabalho exercido por mulheres no decorrer dos tempos. O maior questionamento sobre quais necessidades motivavam as mulheres ao trabalho poderia

esclarecer melhor o próprio trabalho. Circunstâncias diversas ao longo do XIX ligadas às necessidades cotidianas, da cidade e da população vão mudando a configuração e o tipo de trabalho exercido por algumas mulheres. Nesse quadro social e estrutural, a novidade pode estar no magistério público, e não no trabalho em si.

Destaca-se o fato de o projeto de instrução republicana ter, também, a intenção de exercer controle sobre a população, em especial, sobre a população pobre. Naquele momento, o analfabetismo foi se constituindo como um dilema nacional, cuja resolução demandaria um novo projeto educacional (CARVALHO, 1989). Crescia o interesse pela difusão da escola primária devido à dimensão alfabetizadora a ela atribuída (NAGLE, 1976).

Outro objetivo do ideário republicano<sup>108</sup> para a educação no Brasil era ampliar a oferta no interior dos Estados, com vistas a inibir o êxodo rural. Novaes (1984) reforça essa ideia afirmando que, sob a justificativa de corrigir distorções herdadas do Império, optou-se pelo controle da autonomia daqueles que atuavam no campo educativo. A autora enfatiza ainda que, por isso, “[...] as reformas educacionais se fazem sempre acompanhar de reformas no curso de formação dos professores, onde eles próprios aprendem a desconhecer a verdade objetiva do trabalho [...]” (NOVAES, 1984, p.109).

Dessa maneira, a Primeira República foi palco de diversas reformas<sup>109</sup> que tinham como objetivo a construção de um projeto de sociedade no qual a educação atuaria como importante instrumento para a conformação dos indivíduos à ordem estabelecida (CARVALHO, 1998). Na mesma linha de pensamento, Montalvão (2011) afirma que tão grande era a preocupação em restaurar o Estado de Direito, ainda nos primeiros dias do novo regime, que os republicanos baixaram uma série de decretos<sup>110</sup> que objetivavam a reconstitucionalização do Brasil. Muitos desses

<sup>108</sup> Nagle (1976) nos lembra que esse ideário não se expressa da mesma forma em todos os Estados da Federação.

<sup>109</sup> Quadro sistematizado por Schueler e Magaldi (2009), Carneiro Leão (1922-1926), Fernando de Azevedo (1927-1930) e Anísio Teixeira (1931-1935) no Rio de Janeiro; Sampaio Dória (1920), Lourenço Filho (1930-1931), Fernando de Azevedo (1933) e Almeida Jr. (1935-1936) em São Paulo; Francisco Campos (1927-1930) em Minas Gerais; Lourenço Filho (1922-1923) no Ceará; Anísio Teixeira (1925-1927) na Bahia; e Carneiro Leão (1928-1930) em Pernambuco.

<sup>110</sup> O Decreto nº 1, de 15 de novembro de 1889, estabelece a República como forma de governo e as normas que devem reger os Estados Federados; o Decreto nº 29, de 3 de dezembro de 1889, nomeia comissão especial de cinco membros para elaborar o anteprojeto de Constituição; o Decreto nº 78-b, de 21 de dezembro de 1889, designa o dia 15 de setembro de 1890 para a eleição geral da Assembleia Constituinte e convoca a sua reunião para dois meses depois, na Capital da República Federal; o Decreto Presidencial nº 346, de 19 de março de 1890, institui o

decretos foram consolidados na Constituição de 1890. O autor enfatiza, ainda, que aquela Constituição tratou pouco dos processos educativos e que “[...] federalismo e secularismo dariam os contornos das políticas de educação na Primeira República” (MONTALVÃO, 2011, p. 223).

Também contribuem para esse debate os argumentos apresentados por Nagle (1976) relativamente à questão educacional na Constituição de 1891. Para o autor, na passagem do regime: as normas gerais de atuação do Estado, com referência à educação, foram mantidas; o setor educacional foi o menos contemplado com novas normas em relação aos demais; os dispositivos da constituição pública do Império foram mantidos; conservou-se a mesma lógica de distribuição de competências entre o Estado Federal e os Estados-membros, ou seja, aos Estados cabia a responsabilidade pela educação primária enquanto a União deveria criar e administrar as instituições de ensino secundário e superior. Depreende-se, desse modo, que

Na montagem de suas instituições educacionais, a República incorporou a tradição federalista do Império, cujo marco legal foi o Ato Adicional de 1834, promulgado no Período Regencial. Ficava de fora, mais uma vez, a hipótese da unificação do sistema educativo, desejada por muitos membros da elite política/intelectual no final do Segundo Reinado (MONTALVÃO, 2011, p. 223-224).

Outra característica desses governos no entresséculo, segundo Nagle (1976), foi o uso de excessivos dispositivos legais. Para ele:

As normas constitucionais em todo o período da Primeira República transformaram-se em obstáculos intransponíveis – uma verdadeira prisão legal – para todos os que se preocupavam em colocar a educação brasileira ao nível das exigências históricas do mundo moderno; os dispositivos constitucionais de 1891 transformaram-se no pesadelo em todo o debate nacional do período republicano, mais ainda porque nesse regime foram mantidas, na prática, as normas existentes no regime anterior (NAGLE, 1976, p. 278-279).

A historiografia capixaba indica que no Espírito Santo o movimento republicano apresentava semelhante perspectiva em relação à educação, ou seja, ela era concebida como um importante instrumento de conformação social, uma vez que seria a principal responsável pela formação do cidadão capaz de adequar-se à nova ordem social (SALIM, 2011).

---

Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos; o Decreto nº 119-A, de 07 de janeiro de 1890, estabelece a separação entre a Igreja e o Estado.



### 3.2.1 Reforma Moniz Freire (1892)<sup>111</sup>

Novaes (2009) caracteriza Moniz Freire como um republicano, positivista, formado com as elites intelectuais de São Paulo, entre bacharéis da geração de 1880.<sup>112</sup> Apesar de ter sido um aguerrido defensor do ideário republicano, que percebia a instrução como elemento fundamental para a formação do povo, a reforma que implementou se mostrou tímida e não logrou grandes transformações no final dos Oitocentos. Assim:

Apesar de ter demonstrado interesse pela instrução pública não foi ela o objeto principal de sua gestão. Mas a educação manteve-se na pauta de todos os governantes que se sucediam. Como uma cristaleira não podia faltar nas salas das ricas famílias, uma reforma de educação não poderia faltar em um novo mandato de presidente. Assim, mesmo que estivesse fechando escolas, como estava acontecendo no Estado falido do início do século,<sup>113</sup> outro projeto de reforma educacional viria fazer parte da sua história (MORAES, 2009, p. 261).

Mais uma vez, ficava nítida a tensão entre a República idealizada e aquela colocada em prática. Ribeiro (2008) salienta que Moniz Freire se utilizou das prerrogativas da Constituição de 1891, que possibilitava a parceria entre os Estados, o setor privado e a União, para prover a Escola Normal no Espírito Santo. Intentava, assim, desenvolver a carreira do magistério primário, considerando a carência de professores habilitados, preocupação latente de seus antecessores.

Salim e Manso (2016, p. 24) identificam os anos iniciais do regime republicano como

[...] um momento de grande movimentação no campo da educação pública. Nesse período, foram realizadas as reformas Moniz Freire (1892), Gomes Cardim (1908) e Atílio Vivacqua (1928), que envolveram políticos e educadores no debate sobre os rumos da educação no estado.

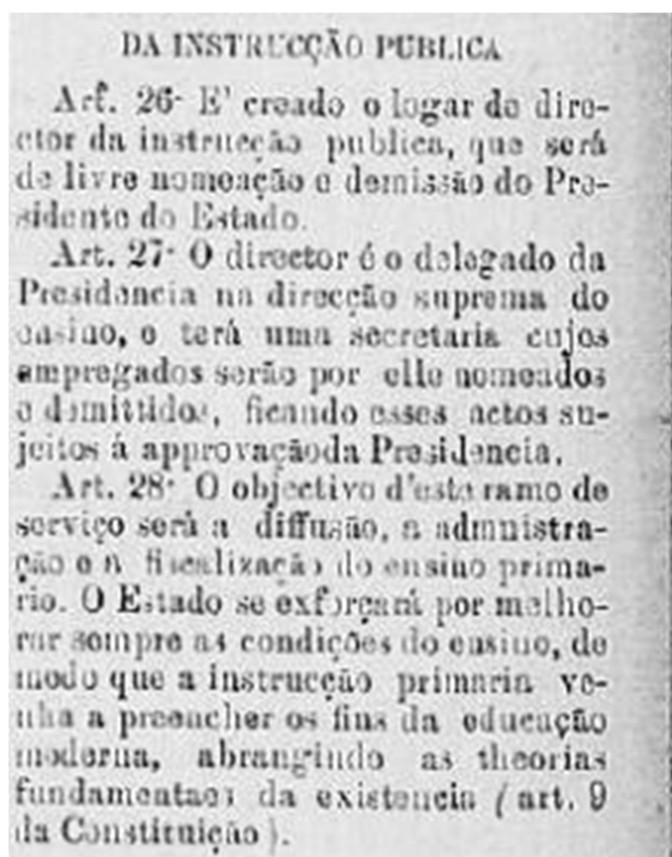
<sup>111</sup> Observamos a pluralidade de escrita nos nomes de alguns presidentes, vice-presidentes e governadores do Espírito Santo, prática comum no período investigado. Moniz Freire é um exemplo de dupla grafia. Em algumas fontes, aparece como Muniz Freire, e em outras, Moniz Freire. Neste texto assumimos “Moniz Freire”. O mesmo ocorre com Manoel Ribeiro Coitinho Mascarenhas, que em muitos documentos aparece como “Coutinho”, forma que assumimos ao longo do texto apesar de, nas indicações das fontes, respeitarmos a forma de escrita presente no documento.

<sup>112</sup> Para maiores informações sobre Moniz Freire, ver: NOVAES, Isabel Cristina. A educação nos primeiros momentos da República no Estado do Espírito Santo: o projeto de uma geração. In: SIMÕES, Regina H. S.; FRANCO, Sebastião P.; SALIM, Maria A. A. (Org.). **História da educação no Espírito Santo: vestígios de uma construção**. Vitória, ES: Edufes, 2009. p. 219-265.

<sup>113</sup> Sobre isso, Novaes (2009) afirma que a crise era tão séria, que o Estado declarou moratória aos credores estrangeiros e passou a realizar uma economia de guerra com as finanças.

Schwartz (2006) cita dois dispositivos legais que formalizaram a reforma Reforma Moniz Freire (1892), primeira intervenção legal na política educacional após a proclamação da República: a Lei nº 1, de 4 de junho 1892, e o Decreto nº 2 (ANEXO F) do mesmo dia. A reforma é forjada a partir do esforço dos governantes da época “[...] para aproximar a escola primária no Espírito Santo dos ideais pedagógicos veiculados no Brasil, no cerne do projeto republicano de modernização do ensino primário [...]” (SCHWARTZ, 2006, p. 3985). A Lei supracitada dedica três artigos à instrução pública (Fotografia 15).

Fotografia 15 – A instrução pública na Lei nº 1, de 4 de junho de 1892



Fonte: O Estado do Espírito Santo, 8 de junho de 1892.

A Lei cria o cargo de direção da instrução pública e deixa explícito o pressuposto do novo governo de adequar a instrução pública capixaba aos movimentos predominantes em voga naquele tempo. A análise do Decreto<sup>114</sup> que regulamentou a Reforma Moniz Freire (de 1892) revela que as alterações mais significativas se referem à organização das Escolas Normais e dos seus respectivos currículos, mas também o Decreto buscou adequar a instrução pública primária ao movimento que

<sup>114</sup> Decreto Estadual nº 2, de 4 de junho de 1892.

ocorria em outras regiões do país, ou seja, a incorporação do método intuitivo. À medida que regulamentava a instrução primária, também pretendia conferir outra roupagem ao magistério primário.

No que se refere à educação primária, focamos nosso olhar no caso específico desta tese, isto é, nos processos de escolarização feminina e na sua interferência no ingresso das mulheres na atividade docente e na feminização do magistério. Observamos<sup>115</sup> que Moniz Freire valeu-se do art. 9º da Constituição de 1891 ao estabelecer como seriam distribuídas as escolas femininas. O regulamento determinava que, enquanto a renda do Estado não excedesse a 2.000:000\$000 anuais, as escolas femininas seriam restritas às cidades e vilas e às principais povoações onde houvesse delegacia municipal. Assim, manteve o ensino primário obrigatório somente para os meninos de 7 a 12 anos, ainda que de forma limitada, uma vez que o controle, além de ser precário, abrangia somente crianças residentes no raio de dois quilômetros de distância da escola. Além disso, eram liberadas dessa obrigatoriedade as crianças que comprovassem instrução doméstica, que sofressem moléstia ou “[...] defeito physico que o inibe de comparecer a aula [...]”.<sup>116</sup> Mesmo as escolas dos meninos somente poderiam funcionar com o mínimo de 20 alunos frequentando.

Quanto aos métodos de ensino, apesar de o Regulamento não se dedicar muito ao seu detalhamento, fica explícita a adesão ao ensino intuitivo. O objetivo era padronizar o método em todas as escolas estaduais.

---

<sup>115</sup> Da organização do ensino, Título I – Ensino Primário, Capítulo I – Distribuição das escolas.

<sup>116</sup> Da organização do ensino, Título I – Ensino Primário, Capítulo II – Regime do Ensino Escolar, art. 21.

Fotografia 16 – Regime do Ensino Escolar da Educação Primária no Espírito Santo  
Reforma Muniz Freire – 1892

Ar. 26. O professor deverá tornar o ensino tão pratico quanto possível, procurando sempre fazer conhecido o objecto e suas qualidades, antes de formular qualquer noção abstracta, prescindindo de perturbar com as regras o processo da apreciação natural dos phenomenos, usando de linguagem clara, precisa e despretenciosa, e preferindo sempre a sua prelecção oral aos compendios.

Paragrapho unico. Para a leitura nas escolas serão adoptados os trabalhos instructivos que se accommodarem ao espirito d'esta reforma, como subsidio ao ensino intuitivo; e as obras poeticas e litterarias como instrumento do cultivo esthetico.

Art. 27. As escolas do sexo feminino professarão o mesmo ensino das do outro sexo, consultadas apenas as aptidões especiaes da mulher e o seu destino social. São applicaveis a essas escolas todas as disposições do decreto que não estiverem em desharmonia com outras que lhes são particularmente consagradas.

Fonte: Regulamento da Instrução Primária e Normal do Estado do Espírito Santo – 1892.

O governador deixa visível que estava de acordo com a percepção da época em relação às diferenças entre os sexos,<sup>117</sup> consideradas como “destino social” a ser mantido pela via da instrução pública. Essa concepção também aparece no Regulamento quando se refere à formação dos/as normalistas. Portanto, quando fala de “destino social” e, ao mesmo tempo, de habilidades “particularmente consagradas”, Moniz Freire toma como naturais os processos socialmente construídos.

O Regulamento divide as aulas do ensino primário em duas sessões, uma para alunos maiores e outra para os menores. Nos dois casos, a carga horária diária totalizava duas horas, cinco dias por semana e um dia seria exclusivamente dedicado aos exercícios práticos do método intuitivo. Essas atividades deveriam

<sup>117</sup> Da organização do ensino, Título I – Ensino Primário, Capítulo II – Regime do Ensino Escolar, art. 27.

priorizar conversação e entretenimento e, sempre que o professor julgasse necessário, ele deveria promover passeios campestres e suburbanos.<sup>118</sup>

O controle disciplinar também era uma marca da Reforma Muniz Freire. A norma proibía todo tipo de castigo físico nas escolas e estabelecia uma metodologia de prêmios e punições. O professor/a era aconselhado a evitar “[...] a vaidade dos prêmios e a humilhação das punições [...]”.<sup>119</sup> As penas variavam entre isolamento na classe, trabalhos extraordinários, comunicação da infração aos pais, retenção dos alunos após o horário de aula e a expulsão que somente poderia ser aplicada com a anuência do diretor da instrução e em caso de falta grave. O mesmo rigor disciplinar aplicava-se aos professores primários e aos das Escolas Normais.<sup>120</sup>

No que se refere à avaliação, o Regulamento se limitava a definir que todos os anos haveria exames finais e preparatórios. Dispunha ainda que os exames seriam individuais e, além do professor da classe, deveria estar presente “[...] outra pessoa idônea nomeada pelo delegado [...]”.<sup>121</sup>

Como forma de incentivar o aumento das matrículas no ensino primário, a reforma permite que, além de qualificar para o ingresso no Curso Normal, o diplomado na escola primária teria preferência no preenchimento de vagas em cargo público que não exigisse habilidades maiores.<sup>122</sup> Também poderia exercer a docência em escolas de primeira entrância<sup>123</sup> vagas, em caso de impedimentos ou falta de pessoal. Essa parece ser uma prerrogativa contraditória, quando comparada com o que determina o artigo que estabelece que todos os professores/as deveriam ter, no mínimo, formação na Escola Normal, inclusive presumindo a demissão dos que não se qualificassem, conforme poderá ser visto mais adiante.

<sup>118</sup> Parte II- Da organização do ensino, Título I – Ensino Primário, Capítulo II – Regime do Ensino Escolar, arts. 32 e 33.

<sup>119</sup> Da organização do ensino, Título I – Ensino Primário, Capítulo III – Da Disciplina Escolar, art. 46

<sup>120</sup> Parte III – Vantagens do magistério, Capítulo III: Das penas, art. 127.

<sup>121</sup> Da organização do ensino, Título I – Ensino Primário, Capítulo II – Regime do Ensino Escolar, art. 39.

<sup>122</sup> Da organização do ensino, Título I – Ensino Primário, Capítulo II – Regime do Ensino Escolar, art. 42.

<sup>123</sup> A Parte II- Da organização do ensino, Título I – Ensino Primário, Capítulo I – Distribuição das escolas, art. 19 do Regulamento assim caracteriza as entrâncias: primeira – escolas rurais e povoações; segunda – vilas; terceira – cidades; quarta – capital.

No que se refere à regulamentação relacionada com a Escola Normal, destacamos o enunciado do Decreto:<sup>124</sup> “Logo que permitirem-n’o as finanças do Estado, e o cultivo feminino desenvolvido por esta reforma, o programa da escola normal masculino será extensivo para a de outro sexo [...]”. Podemos observar que, apesar de, no âmbito geral, o texto do Decreto se referir as duas escolas, masculina e feminina, em algumas situações específicas, em que se julgou necessário, a especificidade da escola feminina foi destacada. Como consideramos que essa diferenciação na regulação da escola feminina nos oferece elementos para a compreensão do objeto investigado, optamos por especificá-los.

Na análise do quadro de conteúdos<sup>125</sup> da formação da Escola Normal, podemos observar uma diferença tanto no currículo como na quantidade de anos de estudos, se compararmos a escola masculina com a feminina, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Quadro 10 – Conteúdos da Escola Normal por sexo

Anos/Disciplinas/Anexo	ESCOLA NORMAL MASCULINA	ESCOLA NORMAL FEMININA
1º ano	Portuguesa e Francês Língua, Geografia e História	Língua Portuguesa e Francês
2º ano	Língua Portuguesa e Francês e Matemáticas Fundamentais	Língua Portuguesa, Francês e Geografia
3º ano	Geografia, História, História Natural e Matemáticas Fundamentais	Aritmética e História
4º ano	Química, Física e Biologia e Pedagogia e Metodologia	Geometria e Pedagogia
5º ano	Química, Física e Biologia, Curso Sistemático de Ciências e Biologia e Pedagogia e Metodologia	-
Anexos	Gabinete experimental como subsidiário do ensino de História Natural e o Curso Analítico de Ciências	Música, piano e canto; desenho

Fonte: Regulamento da Instrução Primária e Normal do Estado do Espírito Santo – 1982.

<sup>124</sup> Parte I - Da organização do ensino, Título I – Ensino Primário, Capítulo II – Regime do Ensino Escolar, art. 50.

<sup>125</sup> Parte II - Da organização do ensino, Título II – Do Ensino Normal, Capítulo I – Organização das Escolas Normas, arts. 51a 58.

Essa diferença no currículo era uma tendência nas Escolas Normais no Brasil, em que a formação das mulheres normalistas era diferenciada. Ao que parece, a Reforma Moniz Freire alinhava-se às expectativas para a educação das mulheres no entresséculo: habilitar as meninas para o exercício do magistério ao mesmo tempo em que também preparava mulheres para cumprir o papel social de boas mães e esposas. Essa tendência se revela, por exemplo, nas aulas de trabalhos com agulha, corte, moldes e bordados. Apesar de não aparecer como uma cadeira para o curso, o Regimento é explícito ao instituí-las na formação das normalistas. Essas aulas seriam ministradas pela professora regente que acumularia essa função com as demais estabelecidas no Regimento para os docentes das Escolas Normais.

Outra diferença apontada pelo Quadro 10 é o tempo de estudo das mulheres em relação ao dos homens: cinco<sup>126</sup> anos na escola masculina e quatro<sup>127</sup> na feminina. Como o Regimento não indica os motivos dessa diferenciação, podemos deduzir, ao comparar os conteúdos e relacioná-los com as concepções que o governador demonstrava em relação às mulheres, que o currículo tenha sido pensado considerando que algumas disciplinas não seriam necessárias para as “aptidões naturais” das mulheres, assim como outras seriam importantes para a formação das mulheres a partir do que se esperava delas naquele tempo.

Segundo o Regulamento, cada escola deveria ter os seus lentes privativos, “[...] preferindo-se para a escola feminina senhoras normalistas, logo que houver [...]”.<sup>128</sup> Podemos deduzir que a preferência por mulheres para exercer a função de lentes nas escolas femininas, mesmo que na ocasião não se dispusesse de professoras habilitadas, atendia ao pressuposto da defesa da moral das meninas ou ainda à crença na capacidade “natural” das mulheres para a tarefa de educar e cuidar, ideias que circulavam cada vez mais no entresséculo. Concepções também sustentadas por Muniz Freire (1891, p. 2), quando questionado sobre o voto das mulheres:

Não devemos emprestar às mulheres aptidões que elas não têm; a mulher revelou-se sempre balda de qualidades práticas, ao passo que brilhou sempre pelos atributos morais. Querer dar-lhe funções,

<sup>126</sup> Parte II – Da organização do ensino, Título II – Do Ensino Normal, Capítulo I – Organização das Escolas Normas, art. 53.

<sup>127</sup> Parte II – Da organização do ensino, Título II – Do Ensino Normal, Capítulo I – Organização das Escolas Normas, art. 57.

<sup>128</sup> Parte II – Da organização do ensino, Título II – Do Ensino Normal, Capítulo I – Organização das Escolas Normas, art. 63.

das quais sua natureza ela sempre esteve afastada, é pretender corrigir a obra da natureza humana.

Apesar do indicativo no dispositivo legal, sabemos que, “[...] durante toda a existência da Escola Normal em Vitória, acabou prevalecendo maior número de homens como professores [...]” (FRANCO, 2001, p. 207). Em sua tese de doutoramento, Franco também evidencia que, ao questionar ex-alunas da escola Normal<sup>129</sup> sobre as razões de a maioria dos professores serem homens, elas consideraram que os docentes homens “[...] eram mais preparados e capacitados e falavam exaustivamente da capacidade intelectual da maioria deles [...]”. Registra-se ainda que, quando o Regimento<sup>130</sup> se refere aos diretores das escolas, ele o faz no masculino. Como o texto sempre faz alusão às professoras no feminino, é possível afirmar que ainda não era possibilitado às mulheres professoras o exercício do cargo de direção escolar.

Outros indicadores sobre a concepção do trabalho docente implícita no documento são as diversas atividades que devem ser desenvolvidas pelos professores/as da congregação.<sup>131</sup> No geral, as responsabilidades envolvem: seleção de docentes; organização de programas de ensino, horários, ponto docente; imposição de penas regulamentares e repasse de informações relevantes ao chefe do Executivo sobre as necessidades do ensino. Chamou a nossa atenção o parágrafo sétimo: “[...] Todas as demais atribuições embora não compreendidas n’este regulamento, que forem consequência natural da missão que são imbuídos [...]”. Notamos, assim, que as tarefas profissionais são concebidas como missão.

Simões e Salim (2008, p. 23), valendo-se do relatório de governo de Moniz Freire em que o governador afirma que o principal objetivo da Escola Normal era “[...] a formação do sacerdócio destinado a educar as massas da população, das quaes depende a grandeza, o bem estar e o futuro do estado” (ESPÍRITO SANTO, 1893, p. 23), salientam que “[...] a função atribuída à Escola Normal nessa reforma traduz muito bem a concepção de educação que predominava naquele momento [...]”.

<sup>129</sup> Franco (2001) afirma que as entrevistas foram realizadas com 13 ex-alunas de idade entre 76 e 92 anos. Destas, sete estudaram na Escola Normal de Vitória. Apesar de serem de um período posterior do analisado neste ponto do texto, os depoimentos dessas ex-alunas nos ajudam a compreender esse tempo histórico.

<sup>130</sup> Título I – Ensino Primário, Capítulo II – Regime do Ensino Escolar, art. 61: “[...] o diretor das Escolas Normaes, poderá ser professor de alguma das cadeiras do curso [...]”.

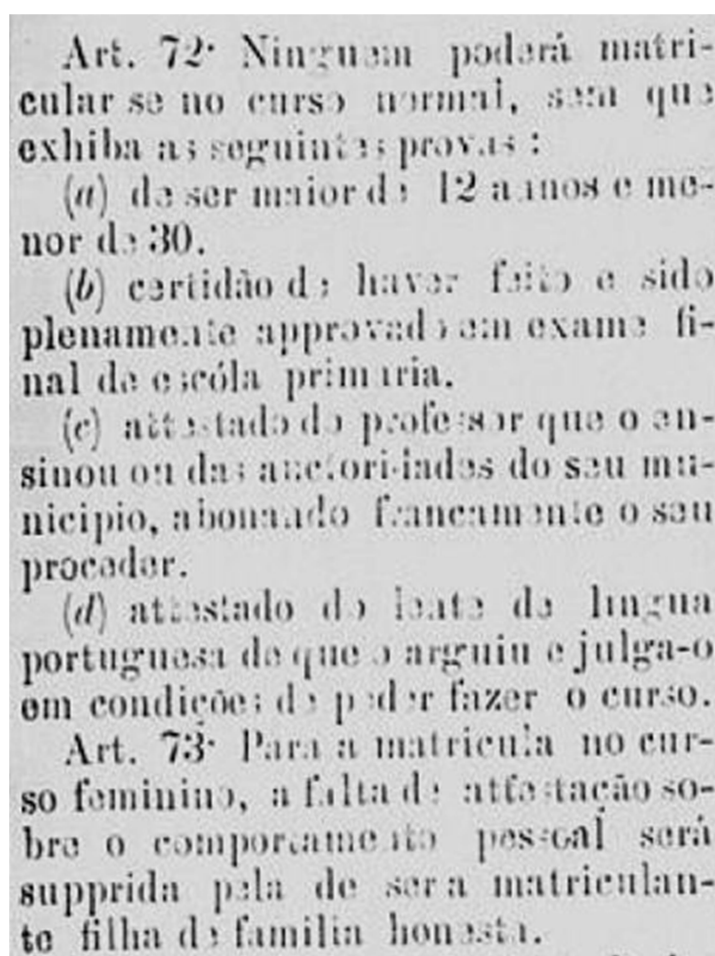
<sup>131</sup> Título II – Do Ensino Normal, Capítulo I – Organização das Escolas Normaes, art. 66.



Essa concepção também pode ser facilmente observada em relação aos professores primários, quando define que “[...] em dias de festa o professor acompanhará os alunos em qualquer festa que tiver no lugar e no dia 02 de novembro deverá leva-los ao cemitério [...]”<sup>132</sup>. Essa perspectiva quanto ao trabalho docente é uma marca dos documentos legais do entresséculo e permanece no imaginário em torno do magistério por muito tempo após a chamada Primeira República. Questionamos como essa concepção sobre a profissão, incorporada nas regulamentações legais, provocou desdobramentos no processo de constituição do magistério primário no Espírito Santo.

Em relação aos atributos necessários para concorrer às vagas na Escola Normal, regulamenta o Decreto:

Fotografia 17– Requisitos para matrícula na Escola Normal do Espírito Santo – Reforma Muniz Freire – 1892



Fonte: Regulamento da Instrução Primária e Normal do Estado do Espírito Santo - 1892

<sup>132</sup> Título I – Ensino Primário, Capítulo II – Regime do Ensino Escolar, art. 38.

Observamos que, apesar de o discurso em defesa da profissionalização do magistério, para se tornar professor, eram necessários nove anos para os homens e oito para as mulheres (quatro da escola primária,<sup>133</sup> mais cinco<sup>134</sup> para os homens e quatro<sup>135</sup> para as mulheres) na Escola Normal. Devemos considerar a escassez de pessoas qualificadas para assumir as classes vagas, mas questionamos: em que medida esse dispositivo legal contradiz discursos republicanos, aos quais Moniz Freire aderiu, que defendiam a instrução como importante arma para o desenvolvimento da nação?

O documento deixa indícios de que os atributos morais eram considerados relevantes para os/as postulantes ao magistério. Referindo-se às vantagens do professorado, dispunha:

[...] são instituídas em favor dos profissionais habilitados nas escolas normaes [...] garantias especiais e extraordinárias para o fim de acercar o magistério da responsabilidade característica de suas altas funções, e dar incentivo a formação de um quadro de pessoal que reúna os atributos moraes e intellectuaes exigidos n'este decreto (ESPÍRITO SANTO, 1907, p. 31).

Novamente observamos um tratamento diferenciado às alunas da escola feminina, que poderiam ser matriculadas, na falta de um atestado de conduta, se fossem filhas de “família honesta”.<sup>136</sup> O que diferenciava as alunas, em relação aos alunos, no que se refere a tal atestado? Qual seria o critério, e quem avaliaria se uma família poderia ser considerada honesta ou não? As fontes não nos deixam responder, mas essas indagações nos fazem pensar que, desde a formação dos/as primeiros/as professores/as no Estado do Espírito Santo, a marca do feminino já se fazia presente, impactando a profissão que se constituía.

Como ocorrido na educação primária, a disciplina é elemento de regulamentação<sup>137</sup> da Reforma também na Escola Normal. Os/as estudantes estavam sujeitos a uma escala de punições de 1 a 6 – a primeira era a repreensão oral em particular e a

<sup>133</sup> Parte II – Da organização do ensino, Título I – Ensino Primário, Capítulo II – Regime do Ensino Escolar, art. 36

<sup>134</sup> Parte II – Da organização do ensino, Título II – Do Ensino Normal, Capítulo I – Organização das Escolas Normaes, art. 53.

<sup>135</sup> Parte II – Da organização do ensino, Título II – Do Ensino Normal, Capítulo I – Organização das Escolas Normaes, art. 57.

<sup>136</sup> Parte II – Da organização do ensino, Título II – Do Ensino Normal, Capítulo I – Organização das Escolas Normaes, art. 73.

<sup>137</sup> Parte II – Da organização do ensino, Título II – Do Ensino Normal, Capítulo I – Organização das Escolas Normaes, arts. 83 e 84.

última a expulsão da escola. Esses procedimentos não diferem muito do regime disciplinar aplicado na maioria das escolas públicas naquele período. Causa estranhamento, porém, o estabelecimento da impossibilidade de o aluno ou aluna expulso/a exercer o magistério público no Espírito Santo em qualquer tempo, assim como a privação do exercício de qualquer cargo público por dois anos. Mais do que qualquer funcionário público, portanto, o professor do ensino público permanecia sob a mira do controle de Estado desde a sua formação.

Outro dado importante, presente no Regulamento, refere-se à docência nas escolas mistas. O documento orienta<sup>138</sup> que “[...] quando a cifra escolar de uma população não bastar para determinar a criação e ou conservação para cada um dos sexos, poder-se-á estabelecer escolas mistas sob a regência de professora”.<sup>139</sup> Não foi possibilitado às professoras, naquele momento, o exercício da direção escolar, mas elas eram preferidas para a docência nas escolas mistas. Essa possibilidade, construída obviamente para minimizar as críticas sofridas pela escola mista, motivada pela escassez cada vez maior de homens que se candidatassem à docência primária, constitui-se um importante fator para a ampliação do ingresso das mulheres no magistério primário.

Ribeiro (2011) identifica outro elemento da reforma que também teria impactado a paulatina profissionalização do magistério: a criação do piso salarial específico para os/as normalistas. Parte dessa medida também dispensava os professores primários sem formação na Escola Normal, na proporção em que se elevasse o número de profissionais diplomados. Foram poupados pela reforma aqueles docentes que contassem com mais de 20 anos de exercício da profissão até a instituição da reforma. O Regulamento<sup>140</sup> também concedia aos professores graduados com dez anos de exercício no magistério, em caso de invalidez, o direito de receber uma pensão vitalícia correspondente à metade dos vencimentos da categoria inferior à sua, podendo chegar aos vencimentos totais depois de 30 anos de exercício no magistério. Outra vantagem que aparece no Regimento é a concessão do título de vitaliciedade,<sup>141</sup> título de benemerência.<sup>142</sup> Concedeu-se também aos docentes que

<sup>138</sup> Parte II – Da organização do ensino, Título II – Do Ensino Normal, Capítulo IV – Das disposições gerais, art. 99.

<sup>139</sup> Respeitando os critérios de distribuição das escolas anteriormente apresentados.

<sup>140</sup> Parte III – Vantagens do magistério, Capítulo I – Do professorado primário, art. 112.

<sup>141</sup> Parte III – Vantagens do magistério, Capítulo I – Do professorado primário, art. 117.

não tinham o Curso Normal licença para se habilitarem, com direito a dois terços dos seus vencimentos<sup>143</sup>.

O Regulamento estabelecia que a seleção dos/as professores/as para as Escolas Normais se daria mediante concurso por meio do qual seriam selecionados preferencialmente professores/as normalistas mediante prova escrita e arguição oral.<sup>144</sup>

Para Salim e Manso (2016), os resultados da Reforma Moniz Freire para a educação no Espírito Santo foram insignificantes tanto para a educação primária como para a Escola Normal. Em relação à educação primária, as autoras assinalam que, apesar de terem sido criadas novas cadeiras, estas não foram preenchidas por falta de professores/as. Não se conseguindo docentes para ocupar as recém-criadas cadeiras, também não foi possível ampliar o volume de matrículas.

Em relação à Escola Normal, a principal crítica refere-se ao fato de que “[...] a falta de uma estrutura física adequada e de profissionais aptos a atuar no ensino secundário inviabilizou a implantação da reforma curricular [...]” (SALIM, 2011, p.1). Schwartz (2006, p. 3987) também partilha dessa opinião, tendo como base o discurso de Moniz Freire dirigido ao Congresso Legislativo em 1896. O governador responsabilizou as duas últimas Reformas da Instrução (a de 1873<sup>145</sup> e a de 1877<sup>146</sup>) pelas condições precárias em que se encontrava a educação primária no Estado. A crítica do governador aos seus antecessores referia-se ao fato “[...] de não terem se concentrado para melhorar a instrução primária e terem se preocupado apenas em organizar o ensino secundário [...]”, o que Schwartz (2006, p. 3.987)<sup>147</sup> evidencia na análise que faz dos discursos dos governadores responsáveis pelas ditas reformas. Ela observa, nesses discursos, que “[...] a esperança de se elevar o ensino público no Espírito Santo se depositava em aumentar a consignação destinada às Escolas Normais [...]”. Na mesma direção, Simões e Salim (2008, p. 4-5) se manifestam:

O fato é que, por desconsiderar, na elaboração de seu texto, a realidade educacional do Estado, as determinações estabelecidas no

<sup>142</sup> Parte III – Vantagens do magistério, Capítulo I – Do professorado primário, art. 118.

<sup>143</sup> Parte Transitória: Do Regimen provisório actual, Título II: Do professorado actual, art. 9º.

<sup>144</sup> Parte III – Vantagens do magistério, Capítulo I – Do professorado primário, art. 119.

<sup>145</sup> Gestão do Presidente João Tomé da Silva

<sup>146</sup> Gestão do Presidente Affonso Peixoto de Abreu Lima.

<sup>147</sup> Anais.

Decreto nº. 2 para a organização da Escola Normal dificilmente poderiam ser colocadas efetivamente em prática. Em primeiro lugar, durante toda a Primeira República, um dos principais problemas da educação no Estado, e mesmo na cidade de Vitória, consistia na carência de professores tanto para o ensino primário como para o ensino secundário [...]. Dessa forma, devido à precariedade das condições estruturais, a duração do curso normal masculino e também do feminino ficou reduzida a três anos. Entretanto, nem mesmo a contenção dos gastos impediu que a Escola Normal fosse temporariamente suspensa de 1898 até 1900.

Concordamos com as limitações apontadas pelas autoras, no entanto não podemos negar que, no caso específico do objeto de estudo desta investigação, essa reforma abre brechas para a feminização do magistério, uma vez que possibilita, ainda que tardiamente, a formação de novas professoras e ocorre em um período em que os discursos que circulavam exaltavam a figura da mulher como a grande responsável pela educação das novas gerações. Apesar de esses discursos se pautarem sobre a égide da mulher como a rainha do lar, responsável pela educação dos filhos e pelos cuidados com a casa e com o marido, essas percepções contribuíram para que paulatinamente se fosse aceitando o exercício da docência feminina e mais mulheres aderissem ao magistério. Foi assim, pouco a pouco, aproveitando-se de pequenas conquistas e inúmeras “brechas”, que as mulheres foram ocupando o magistério primário.

No caso do Espírito Santo, matérias publicadas em periódicos (Fotografia 18) indicam que o provimento da escola feminina da Capital, que vez por outra se achava desprovida por falta de professoras habilitadas, se fazia presente nas disputas políticas que marcaram o período.

Fotografia 18 – Escolas do sexo feminino na imprensa – 1892

Sonho : informados de que o vice-presidente nomeou adjuntas para as escolas do sexo feminino desta capital, cargos sua missão pela reforma do sr. Moniz Freire, que, no prurido de tudo innovar, não olhou as conveniências do serviço publico, conveniências demonstradas pela pratica.

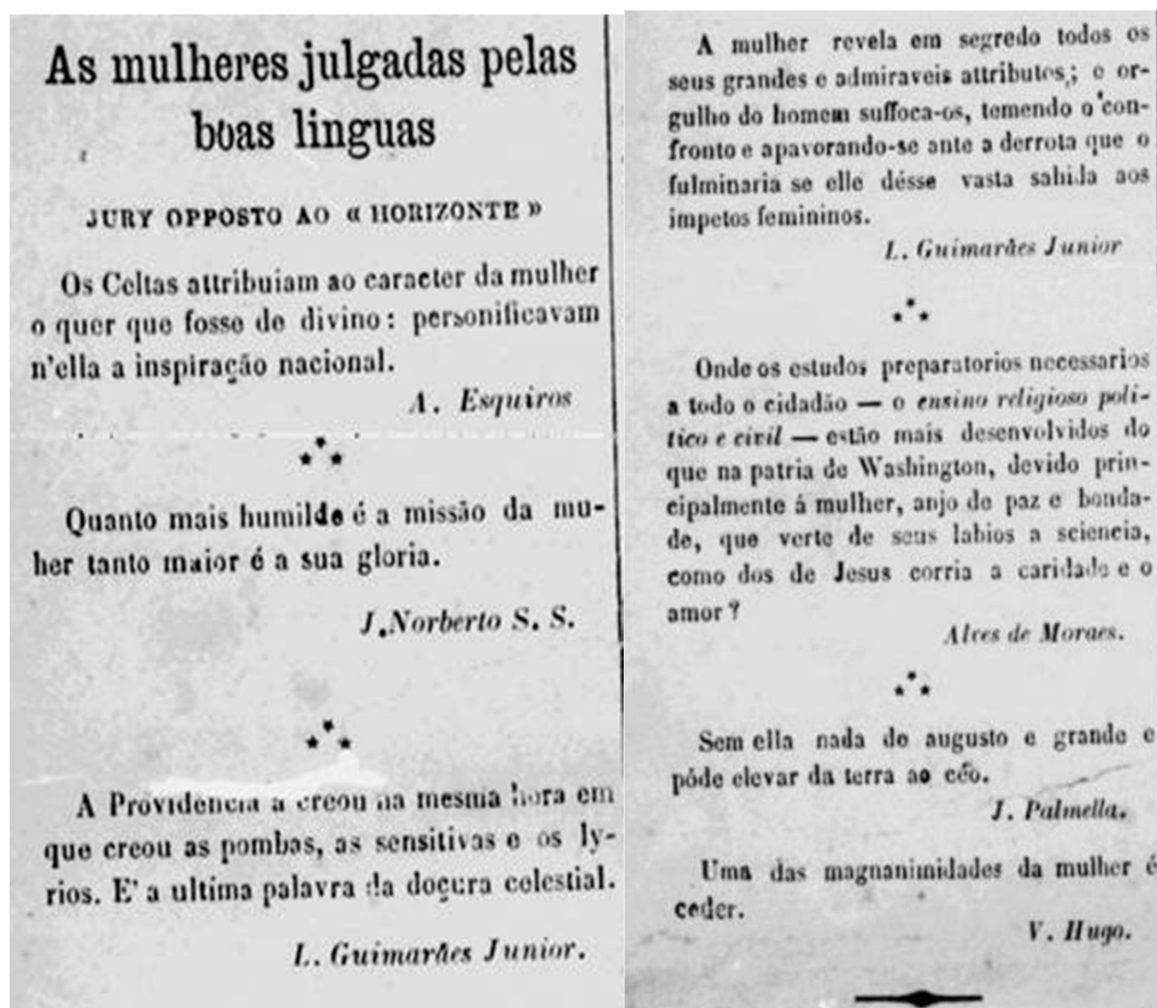
As adjuntas, que estavam nomeadas, preenchiam satisfactoriamente as suas obrigações e foram escolhidas dentre conterraneas nossas que demonstravam verdadeira vocação para o magisterio.

Existem escolas do sexo feminino na capital, em que, pelo numero avultado de alumnos, é materialmente impossivel as professoras satisfazerem o serviço das aulas ; e talvez, deante dessas difficuldades, resolvesse o poder publico fazer essa pequena alteração na tão decantada reforma da instrucção publica, que o sr. Moniz, em seu discurso de inauguração das escolas normaes, pintou como um terrivel dragão ao qual tirou a vida empunhando a sua clava *de energia, de despreendimento da popularidade* e de tudo mais quanto se acha referido no novo methodo de fazer-se homens de Estado á custa de muitos *folles* e muito vituperio.

Fonte: Comércio do Espírito Santo, 17 de agosto de 1892.

Não podemos afirmar em que medida o artigo representa desejos e expectativas dos capixabas, mas indicia um debate em torno da educação feminina. Podemos inferir que o que se esperava da escolarização das meninas e mulheres atendia, de modo geral, às concepções sobre o papel da mulher que circulavam na sociedade da época, como ilustrado na Fotografia 19:

Fotografia 19 – As mulheres na imprensa – 1882



Fonte: Mulheres julgadas pelas boas línguas – A Província do Espírito Santo, 23 de março de 1882, p. 4.

Se concebermos a escola como instituição que produz, reproduz, mas também transforma as relações sociais (ALVARENGA, 2004), é compreensível que de alguma forma essa concepção de mulher interfira nas políticas públicas, em especial nas que se referem à escolarização. A Reforma Moniz Freire é um indício de que a reivindicação por direitos permeava a correlação de forças dos governantes do Espírito Santo no entresséculo mas, naquele período, tiveram pouco impacto sobre as políticas educacionais para o público feminino. Os discursos e mensagens, os

impressos da época, apresentados anteriormente, apontam que o governador e seus correligionários compunham um setor mais conservador do movimento político-republicano. As críticas<sup>148</sup> direcionadas ao governador nos possibilitam fazer tal inferência.

### **3.2.2 Reforma Gomes Cardim (1908)**

Segundo Nagle (1976), as décadas iniciais do século XX compuseram um período de mudança necessária para a consolidação de uma nova forma de capitalismo. Dentre esse quadro de transformações (que obviamente já se desenhava desde muitos anos antes), reforça-se o debate em torno o papel da cultura, da educação e da escolarização. Nesse sentido, a escolarização deve ser entendida como um dos elementos da cultura brasileira no processo civilizatório em curso naquele período. Daí a importância de se “[...] conhecer o sentido da contribuição desse processo civilizatório, tanto sob a forma de padrões de pensamento quanto sob a forma de padrões de realização escolar [...]” (NAGLE, 1976, p. 99).

Ao referir-se aos governos capixabas no início do século XX, Franco (2001, p. 42) descreve a equação do Governo Republicano recém-instaurado assim representada:

[...] o poder estava centrado nas mãos dos chefes regionais, que controlavam o processo eleitoral, manipulando o resultado das eleições sempre em favor das elites rurais. O fato do voto não ser secreto permitia que os poderes locais, chamados de coronéis, fraudassem as eleições com o voto de cabresto.

Para Oliveira (2008), além das tentativas de atender aos direitos sociais, agora previstos na Constituição, nos anos iniciais da República, no Espírito Santo, observaram-se também conquistas materiais:

Rasgaram-se estradas, construíram-se pontes, abriram-se escolas. A saúde do povo merecia cuidados especiais da administração. Os índios eram assistidos oficialmente. Se nem sempre as soluções eram as melhores e se muitas cousas não apresentavam a perfeição desejada, nem por isso é dado condenar os homens que as executavam. Nunca é demais repetir quão restritos eram os meios materiais disponíveis. Sem contar a falta do elemento humano habilitado para levar a efeito os planos administrativos da elite que empunhava as rédeas do governo (OLIVEIRA, 2008, p. 334).

---

<sup>148</sup> Discurso pronunciado na sessão de 12 de janeiro de 1891 (ANEXO G).



Como registra Oliveira (2008), no período de instauração da República, cresceu o número de estabelecimentos comerciais que se distribuíam por todo o Estado. Outra característica da economia do Espírito Santo, nos anos iniciais da República, foi a nova impulsão ao desenvolvimento do cultivo de café.<sup>149</sup> Para o autor, esse processo deve ser interpretado paralelamente à decadente produção canavieira local. Bittencourt (1987) identifica essa relação ao afirmar que, à medida que o café monopolizava a economia, a cana foi cedendo o seu espaço.

Ainda sobre a relevância da produção do café para o cenário desenhado nesse período, Oliveira (2008) ressalta que:

Circunstâncias várias favoreceram o excepcional desenvolvimento material e social do Estado. Entre elas, é justo salientar a ação exercida por uma elite saída dos próprios quadros locais e que, desde as primeiras horas do novo regime, assumiu o controle dos negócios públicos (p. 429).

[...]

A exportação de café, em 1893, subira a 21.763.169 quilos – a maior até então. A arrecadação crescera extraordinariamente, permitindo ao presidente estas palavras animadoras: ‘O Estado, que até os últimos dias que antecederam à Constituição republicana, era arrolado nas estatísticas oficiais como um fardo da Nação, revelando rapidamente o seu cabedal de riqueza e de vida própria, sopesando sem constrangimento algum os grandes ônus da nova situação política, apresenta um orçamento cinco vezes maior que o da antiga Província (p. 436).

Vale destacar, a partir da análise de Bittencourt (1987, p.61), que “[...] as contradições do capitalismo mundial, que geraram modificações estruturais no processo histórico ocidental, estão implícitas na formação econômica do Espírito Santo”. O desequilíbrio regional que caracteriza o Estado desde a colonização pode ser considerado como uma marca dessas contradições. Para esse autor, a forma diferenciada como o Espírito Santo vivenciou o processo de colonização e a ocupação do seu território impossibilitou, em alguma medida, a formação de uma estrutura urbana, como aconteceu, por exemplo, no Rio de Janeiro e em São Paulo nas primeiras décadas do século XX. Esse processo ocorreria somente a partir da década de 1960. Apesar da dinâmica do café, “[...] não havia condições infra-estruturais para um desenvolvimento manufatureiro expressivo: capitalização, mão-de-obra especializada e densidade adequada de população” (BITTENCOURT, 1987, p. 18).

<sup>149</sup> Em consonância com o que vinha ocorrendo em outras regiões do Brasil (NAGLE, 1976).

Bouguignon (2012) chama a atenção para outra questão que não podemos perder de vista nesse processo: a violenta disputa de terra, acirrada com o desenvolvimento do café. A forma predatória com que se fazia o cultivo provocava o desgaste da terra e impulsionava a sua expansão, mesmo que para isso pequenos agricultores e meeiros fossem expulsos de suas terras. Outra alternativa utilizada era a apropriação de terras públicas, sobre as quais o governo imperial não tinha muito controle. Também eram tratados com violência os levantes dos negros escravizados e os conflitos com os indígenas.

Importante se faz a compreensão do processo diferenciado, em relação às demais regiões do país, experimentado no Espírito Santo com a chamada crise do trabalho compulsório. Esse fenômeno seria responsável, na concepção de Campos Júnior (2004), pela transferência do núcleo central da acumulação da produção para o comércio. O autor afirma também que a superação da crise foi conduzida pela elite paulista e generalizada para todo o território nacional, o que impactou negativamente no Espírito Santo, uma vez que “[...] a elite capixaba, formada por fazendeiros, não conduziu (nem se preparou para) a transição do trabalho compulsório para o trabalho livre [...]” (CAMPOS JUNIOR, 2004, p.11).

Um desdobramento desse processo foi a falência de grandes propriedades e a expansão do comércio como forma de acumulação, inclusive por fazendeiros que não contavam mais com o trabalho dos/as negros/as escravizados/as e nem dos/as imigrantes, já que a política migratória favorecia muito mais a posse da terra do que o assalariamento. A alternativa encontrada contribuiu também para o crescimento da pequena propriedade no Estado. Esta, além de nascer subordinada ao comércio, também impulsionou a sua proliferação (CAMPOS JUNIOR, 2004).

A inauguração do primeiro trecho da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo também deve ser destacada como elemento importante para o desenvolvimento do Espírito Santo. Essa estrada se estendia do Porto das Argolas, no continente, até a vila de Viana. Também é possível observar o crescimento do comércio de exportação e de importação especialmente com os Estados Unidos da América, Europa e Argentina (OLIVEIRA, 2008).

É nessa perspectiva que se podem entender os limites das elites econômicas

regionais na realização dos projetos republicanos. Novaes (2009, p. 232) afirma que “[...] o movimento republicano em terras capixabas nasceu por iniciativa de uma elite de intelectuais residentes na Província [e que] eram, na maioria, profissionais liberais que exerciam suas atividades profissionais”. Segundo a autora,

Havia, na visão desses defensores republicanos, a necessidade de reestruturação da organização e dos métodos de ensino para viabilizar uma nova ordem social. Nem a república seria possível sem uma modificação profunda na instrução, nem a modificação da instrução seria possível sem as mudanças necessárias à instalação do novo regime (NOVAES, 2009, p. 232).

Assim como a instrução era identificada como um importante componente para a afirmação do novo regime, existem também inúmeras lamentações registradas nos relatórios dos presidentes da Província Espírito Santo. Novaes (2009), por exemplo, afirma que esses relatórios, a partir da segunda metade do século XIX, encontram-se repletos de lamentações sobre a precariedade local. Destaca que a falta de instrução pública pode ser identificada como uma das maiores dificuldades a serem superadas, “[...] tanto no que diz respeito à sua qualidade quanto às possibilidades concretas de sua expansão [...]” (NOVAES, 2009, p. 223). Em relação aos ideais republicanos divulgados na época e à movimentação observada naquele período, a autora salienta que esse processo não se deu de igual modo em todas as regiões do país e enfatiza a importância de se compreender singularidades que um quadro regional pode indicar.

Nesse sentido, interessa-nos, nesta parte do texto, refletir sobre como, ao mesmo tempo em que novas ideias foram se configurando e constituindo uma nova concepção de cidadania, também foi se alterando a percepção sobre o papel das mulheres nessa sociedade em construção. Utilizando uma escala de análise reduzida (REVEL, 1998), buscamos compreender como esse processo ocorreu no Espírito Santo, impactando o acesso das mulheres no magistério primário.

Para Novaes (1984), é pertinente a relação entre o ingresso da mulher no magistério e o advento da escolarização feminina patrocinada pelo Estado. Hahner (1981) afirma que existem indícios de que esse foi um “movimento” que se deu, inicialmente, de forma excepcional, entre algumas feministas, como Nísia Floresta

Brasileira Augusta,<sup>150</sup> e outras mulheres durante a primeira metade do século XIX. Já na segunda metade do mesmo século, pode-se identificar a atuação de Leolinda Daltro e Elisa Scheid (GARZONI, 2012).

Foi naquele contexto que a luta das mulheres pela conquista do espaço público ganhou novos contornos. O crescimento da presença das mulheres no magistério, por exemplo, pode ser compreendido como um desdobramento, de um lado, das conquistas advindas do século XIX e, de outro, das possibilidades renovadoras incorporadas no ideário republicano. Nesse sentido, vale lembrar Franco (2001, p. 88-89):

[...] Independentemente de a mulher vir ou não a se profissionalizar, no caso do Espírito Santo, o que interessava, sobretudo com o desenvolvimento industrial no início do século XX e com o crescimento da economia decorrente da exportação do café, era que substanciais modificações ocorressem na instrução oferecida ao gênero feminino, pois começava a se abrir para a mulher a possibilidade de ingressar no mercado do trabalho.

[...] Apesar de ainda existirem grupos que idealizavam a mulher como esposa, [...] a própria necessidade de a mulher se inserir, mesmo que lentamente, no mercado de trabalho pôs por terra esse ideal. Isso principalmente nas camadas menos favorecidas economicamente, que tinham de ir à luta para garantir a própria sobrevivência e muitas vezes a de toda a família.

Apesar da Reforma Moniz Freire (1892), ainda se mantinha um grande número de escolas desprovidas por falta de professores. Essa carência de docentes, no entanto, não impediu que dois governadores (José Marcellino P. Vasconcellos em 1898 e José de Mello Carvalho Moniz Freire em 1900) demitissem professores que supostamente “[...] não eram solícitos no cumprimento dos seus deveres, conservando vagas as respectivas cadeiras” (VASCONCELLOS, 1898, p. 9).

Henrique da Silva Coutinho (1904, p. 18), referindo-se às diversas tarefas atribuídas aos professores, por exemplo, afirmava:

Devo confessar que desconfio que muito dinheiro sahe dos cofres públicos improficuamente pela verba da Instrucção Publica; pois estou informado de que há innumeras escolas onde o professor

<sup>150</sup> Para Huhner (1981, p. 30), provavelmente Nísia Floresta tenha sido “[...] a mais destacada intelectual brasileira do período e uma das primeiras feministas do país, mostrou ser a exceção [...]”. Viveu no período de 1810 a 1835 e publicou dois textos em defesa do protagonismo das mulheres na luta por direitos: *Direitos das mulheres e injustiças dos homens* e *Opúsculo humanitário* (GONDRA; SCHUELER, 2008).

público de tudo se ocupa, menos de ensinar meninos, e isto acontece até em villas e cidades.

A Reforma Gomes Cardim<sup>151</sup> (1908), operacionalizada no governo Jerônimo Monteiro (1908-1912), objetivava adequar a educação capixaba aos processos de modernização pelos quais passavam outros Estados brasileiros e implantar uma política centralizadora para instrução pública. Como na reforma anterior, as principais alterações intervieram na formação de professores para o exercício do magistério, desta vez alcançando também os/as professores/as que não eram habilitados.

Quatro dispositivos legais institucionalizaram a chamada Reforma Gomes Cardim: o Decreto nº 109, de 4 de julho de 1908 (regulamenta as Escolas Normais e Modelo – ANEXO H); o Decreto nº 114, de 11 de julho de 1908 (aprova o Programa de Ensino para a Escola Modelo e os Grupos Escolares<sup>152</sup> - ANEXO I); a Lei nº 545, de 16 de novembro de 1908 (reorganizou a instrução pública primária e secundária - ANEXO J); e o Decreto nº 230, de 2 de fevereiro de 1909), que também regulamentou a instrução pública primária e secundária do Estado (SCHWARTZ, 2006).

Para Simões e Salim (2008, p.1), a Reforma Gomes Cardim “[...] remete aos movimentos de modernização do Brasil pela via da expansão e qualificação da instrução pública que, nos discursos oficiais, figurava como eixo sustentador do desenvolvimento socioeconômico, político e cultural [...]” e tem como uma importante característica o caráter regulatório sobre o exercício do magistério. Mostra disso foi a criação do Departamento de Ensino, que passou a controlar todos os processos relacionados com a instrução pública.

Como já dissemos, o Decreto nº 109 teve por objetivo regulamentar as Escolas Normais e a Escola Modelo criada no mesmo dia por meio do Decreto nº 108. Logo na sua apresentação, o decreto identifica, como objetivo da escola Normal da Capital, a educação profissional, intelectual, moral e prática dos/as candidatos/as à carreira do magistério. Além de estabelecer o currículo da Escola Normal, o decreto altera a duração do curso para três anos. Nesse sentido, iguala o tempo de formação para os dois sexos, portanto reduz em um ano para as mulheres e em dois

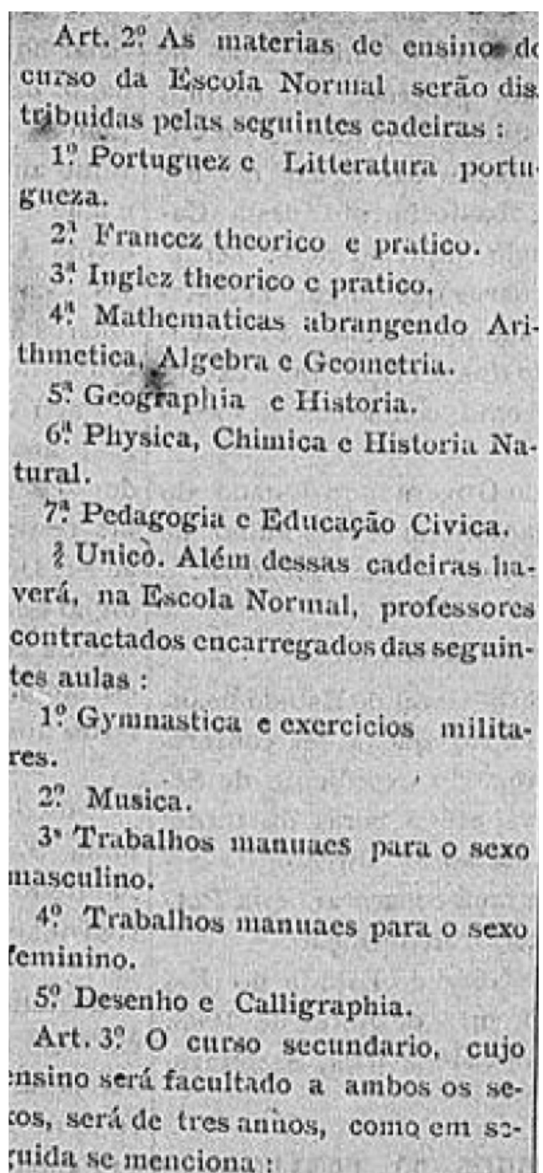
<sup>151</sup> Responsável pela Diretoria da Instrução de junho de 1908 a julho de 1909.

<sup>152</sup> Para Simões e Salim (2008), o grupo escolar se constituiu como “a pedra de toque” da reforma da educação primária.

para os homens o tempo da formação. A escola passa a ter duas sessões, a masculina e a feminina.

Podemos notar que, em relação aos conteúdos curriculares do Regulamento anterior, o novo currículo unifica a formação entre os sexos, com exceção dos trabalhos manuais, que continuaram diferentes, conforme ilustra a Fotografia 20:

Fotografia 20 – Conteúdos programáticos da Escolas Normal da Capital do Espírito Santo  
Reforma Gomes Cardim – 1908



Fonte: Decreto nº 109, de 4 de junho de 1908.

As cadeiras de Música, Piano, Canto e Desenho foram divididas em duas disciplinas, o que significou a inclusão dos referidos conteúdos para os homens. Foram acrescentados: as cadeiras de Inglês; os trabalhos manuais masculinos e

femininos; a ginástica e os exercícios militares; caligrafia e, acrescida na cadeira de Pedagogia, a educação cívica. Questionamos em que medida a redução do tempo de escolarização no curso e formação do magistério caminhava em direção oposta aos discursos que o entendiam como um dos desafios da instrução primária no Espírito Santo. O Decreto nº 118 é, na verdade, o detalhamento dos conteúdos programáticos de cada cadeira e a sua distribuição ao longo dos três anos de duração do curso.

Não sofreram muitas alterações as questões relacionadas com a avaliação da aprendizagem e as normas disciplinares. Quanto ao método de ensino, manteve-se o intuitivo como referência. Em relação à Escola Modelo, observamos que são designados quatro professores para cada sessão. No caso da sessão masculina, indica-se que sejam duas professoras e dois professores e, na sessão feminina, quatro professoras. As fontes não nos deixam ver os motivos para essa diferenciação, a qual, em si, se apresentava como um novo elemento a contribuir para a ampliação do quantitativo de mulheres no magistério.

A Lei nº 545, de 16 de novembro de 1908, buscou reorganizar a instrução primária e secundária. Afirma que o ensino público estadual compreendia o ensino primário, o secundário e o secundário profissional. A lei estabelecia três categorias de escolas: isoladas, reunidas, grupos escolares e Escola Modelo, anexa à Escola Normal. Essas escolas foram classificadas por entrâncias caracterizadas a partir da localização geográfica e a população da região.<sup>153</sup>

Um avanço considerável para a escolarização das mulheres foi a ampliação da obrigatoriedade do ensino para todas as crianças de sete a quatorze anos. A Lei também responsabilizava inspetores e delegados de ensino pela fiscalização do cumprimento dessa obrigatoriedade. Manteve-se o número mínimo de 20 alunos para a criação e manutenção de escolas. Ao se referir aos docentes da educação primária, a Lei fazia uma distinção ao afirmar que, nas escolas isoladas, o ensino seria ministrado por um professor, ao passo que nas escolas mistas, por uma professora. Não podemos precisar os motivos de tal separação, mas acreditamos,

---

<sup>153</sup> Primeira – as escolas urbanas do município da Capital; segunda – as escolas situadas num raio de seis quilômetros do centro da Capital, as das cidades de Cachoeiro de Itapemirim, Porto do Cachoeiro, S. Matheus e Espírito Santo; terceira – as escolas das sedes dos outros municípios e das povoações que tiverem sido sedes de município; quarta – as demais escolas.

pelos indícios das fontes, que, para além das questões morais que permeavam a docência, a medida também considerava a escassez dos professores homens nas classes e buscava atrair mais mulheres para o magistério, priorizando a docência feminina que, a cada ano, se tornava mais comum do que as separadas por sexo.

Notamos que a Lei ampliou a obrigatoriedade do ensino e aumentou as formas de controle. Naquele contexto, os delegados literários compunham, com os inspetores escolares e o inspetor geral da educação pública, uma hierarquia de controle e fiscalização. Da mesma forma, a educação cívica foi reforçada e os/as professores/as orientados/as a realizar atividades cívicas no dia anterior aos feriados nacionais, com vistas a ajudar os estudantes a “[...] tomar conhecimento dos feitos que se comemora [...]”. Um artifício republicano necessário para a difusão do novo Regime e a formação dos novos cidadãos.

Quanto ao ensino secundário, destacamos o teor profissionalizante que o Normal assumiu naquele dispositivo legal. Considerando que aquele foi um período de intensos debates sobre a escolarização e profissionalização das mulheres, a Escola Normal se configurava como uma importante possibilidade tanto de instrução como de profissionalização das mulheres.

Nessa lei, a tabela salarial<sup>154</sup> que fixava o salário dos diversos trabalhadores da instrução pública representava um passo importante para a profissionalização da docência.

Chama a atenção o art. 69, ao afirmar que “[...] o cargo de professor primário é incompatível com qualquer outra profissão, excepto com o ensino particular [...]”. Se relacionarmos as inúmeras menções dos presidentes de província e do Estado com os baixos salários dos professores e a interseção que fazem entre os salários e o acúmulo de outras atividades profissionais com a qualidade do trabalho exercido pelo magistério, observamos que a Lei trabalhou apostando na profissionalização do magistério: a tabela salarial e as vantagens da profissão são mostras daquela preocupação.

Essa Lei se constituiu em uma forma de controle sobre o trabalho docente. Talvez, o desejo de “segurar” os professores homens no magistério, proibindo o acúmulo de

---

<sup>154</sup> Art. 70 da Lei nº 545, de 16 de novembro de 1908.



cargos, tenha contribuído para maior evasão masculina, uma vez que muitos acumulavam função. Ao mesmo tempo, como as mulheres ainda não ocupavam cargos públicos, o ingresso no magistério pela via da profissionalização ofertada pela Escola Normal abria uma possibilidade bastante atrativa.

Apesar da tabela salarial e das vantagens que as reformas começaram a conceder ao magistério, é possível que o reconhecimento salarial ainda fosse menor do que as oportunidades que se expandiram nas primeiras décadas do século XIX.

O Decreto nº 230, de 2 de fevereiro de 1909, regulamentou a Lei nº 545. Estabeleceu, entre outras determinações, que, nos grupos escolares, a exemplo da Escola Modelo, deveriam funcionar oito classes, quatro para cada sexo. Interessante observar a determinação estabelecida pelo Regulamento quanto aos docentes dessas classes: “Art. 4. Cada classe, que deverá conter no máximo 45 alunos e no mínimo 20, será regida, na secção masculina, por um professor, excepto as classes do 1º anno e do 2º, que serão regidas por professoras” (DECRETO nº 230, de 2 de fevereiro de 1909)

Como dissemos, a própria legislação foi, de certa forma, interferindo na distribuição/atuação dos docentes a partir do sexo. Essa distribuição ganha contornos mais definidos nesse Regulamento, em comparação com os anteriores, com tendência a privilegiar a atuação feminina em relação à masculina. Tanto no âmbito mais geral como no Espírito Santo, crescia o discurso que associava os atributos naturais da mulher à “sagrada missão do magistério”. Não resta dúvida de que o conteúdo desses discursos se fazia presente nas legislações que reformularam a instrução pública.

Era possível perceber, na primeira década do século XX, o crescimento do número de mulheres no magistério primário. Um exemplo merece destaque. A Lei nº 545/1908 concedeu aos professores e professoras algumas prerrogativas condicionadas: desde que, no período de cinco anos, tenham “[...] prestado bons serviços e obtido bons termos de visita e boa classificação, só perderão o direito á cadeira se está for suprimida ou transferida pelo presidente do Estado [...]”. Os docentes que atendessem a esses requisitos deveriam se inscrever para requerer tal benefício. Em 30 de junho de 1909, o jornal Comércio do Espírito Santo publica o resultado da classificação (Fotografia 21):

Fotografia 21— Professores classificados  
por merecimento de acordo com a Lei nº  
545/1908

(Continuação)

NS	NOMES	CLASSIFI- CAÇÃO	LOCALIDADES
1	D. Thereza de F. Galazans.	1.º lugar	Capital
2	D. Arminda Lyrio dos Santos	"	"
3	D. Corina P. Lyrio de Salles	"	"
4	D. Maria L. O. Soares Pinto	"	"
5	D. Olga Azurara Coutinho.	"	"
6	D. Adelina Lyrio Mullulo.	"	"
7	D. Hyerosolina Santos Coelho	"	"
8	D. Candida Marques P. Povoá	"	"
9	D. Maria L. B. da Fonseca.	"	"
10	D. Maria M. de Moraes Neves	"	"
11	D. Osmeida B. da Fonseca.	"	"
12	D. Licinia Mullulo Fortes.	"	"
13	D. Adalgiza A. da F. Silva.	"	"
14	Amancio Pinto Pereira.	"	"
15	Arnulpho Mattos.	"	"
16	José Nunes Ferreira da Silva	"	"
17	Durval Araújo	"	Villa Rubim
18	D. Josenila Lyrio dos Santos	"	"
19	D. Valdivia da Silva Santos	"	Argolas
20	D. Ormy Coutinho	"	Itacibá
21	D. Margarida M. de S. Fraga	"	Caieiras
22	D. Genny da Silva Quintaes	"	Cidade do E. Santo
23	D. Lavinia Velloso.	"	"
24	D. Alzira B. Cunha d'Amorim	"	C. de Itapemirim
25	D. Claudina C. Barbosa.	"	"
26	Francisco Martins de Almeida	"	"
27	Theophilo Paulino da Silveira	"	S. Mathens
28	D. Orminda Escobar Araújo	"	"
29	João Pinto Machado.	"	C, S. Leopoldina
30	D. Maria Camilla Rios Motta	"	"
31	D. Aurora Gonçalves Norbini	"	"
32	Manoel Antonio Franco.	"	"
33	João Loyola Pereira Borges	"	Serra
34	D. Elvira Calmon P. Aguiar	"	"
35	Augusto Raphael de Carvalho	"	Santa Cruz
36	Francisco Alexino de Almeida	"	Guarapary
37	João Pinto Bandeira.	"	Vianna
38	D. Manoela Alves V. Cabral	"	"
39	D. Maria Duarte Soares.	"	Muniz Freire
40	João Faria Bicalho.	"	"
41	D. Maria Ribeiro da Silva.	"	Conc. da Barra
42	Manoel José Nanes Junior.	"	Collatina
43	D. Candida C. V. Calmon.	"	"
44	Washington P. Meirelles.	"	Villa Itapemirim
45	Francisco Pereira dos Santos	"	Pau Gigante
46	João Pereira Filho.	"	Nova Almeida
47	D. Ernestina F. Pessoa.	"	Cariacica
48	Apollonio F. de Miranda.	"	"
49	João de Almeida Coelho.	"	Iconha
50	Alfredo Leinos.	"	Rio Novo
51	D. Fanny Santos Gonçalves	"	"
52	Ernesto Nascimento.	"	Benevente
53	D. Ernestina Miranda	"	"
54	Mario Lopes de Rezende	"	Calçado
55	D. Priama Rios Vieira.	"	Rio Pardo
56	Pedro José de Souza.	"	"
57	D. Lydia Vasconcellos.	"	Ponte Itabapoana
58	Aristides Costa.	"	P. de Itabapoana
59	Maria Alves da Motta e Silva	"	Piuma
60	José Dias da Cunha.	"	Piuma
61	José Giestas.	"	Afonso Claudio
62	Dioscoro Carneiro.	"	Alegre
63	Aristobulo Leão.	"	Santa Thereza
64	Antonio José da Penha.	"	Alfredo Chaves
65	D. Corina Figueira Mendes	"	S. P. Itabapoana
66	Carlos Justiniano de Mattos	"	S. P. Itabapoana
67	Servulo de Souza Paraizo.	"	Barra Itapemirim
68	D. Idalia Pessoa Serrat.	"	Araguaya
69	D. Joanna A. da Cruz Martins	"	Barra de Jucú
70	Tancredo P. A. de Souza.	"	Pitanga
71	D. Amelia Alvim e Silva.	"	Boa Vista
72	Esmerino Gonçalves.	"	C. Santa Isabel
73	Aparicio S. de Alvarenga.	"	Ribeirão
74	D. Adelaide Gonnet.	"	João Neiva

1	Horacio Plinio do Nascimento	2.º lugar	Jucutuquara
2	Olyntho Rodrigues Batalha	"	S. Mathens
3	D. Mariannalia de Lima	"	S. Mathens
4	Joaquim Ignacio da Fonseca	"	C. da Barra
5	João da Cruz Pereira da Fraga	"	Serra
6	D. Jacyntha Escobar	"	Santa Thereza
7	D. Luiza L. Jardim	"	Pau Gigante
8	D. Zenobia H. Leão	"	Nova Almeida
9	D. Branca Navarro Marins	"	Santa Isabel
10	D. Amelia Roseiro	"	Iconha
11	D. Salustia M. Thevenard.	"	V. de Itapemirim
12	D. Christina Gomes Medina	"	Calçado
13	João Augusto de Lemos.	"	Linhares
14	Leovegildo A. do Patrocínio	"	Rodeio
15	Damaso de Aguiar Brandão	"	Rio Fundo
16	D. Petronilha A. Vidigal.	"	Regencia
17	D. Joanna Hitching	"	C. de Santa Isabel
18	D. Angelica Paixão.	"	Imbetiba
19	D. Maria Amelia B. Barcellos	"	Meshype
20	Francisco G. da C. Carneiro	"	Veado
21	Raymundo C. Bodart Junior	"	Baixo Guandú
22	D. Maria Mercedes Nunes.	"	Valle Desengano
23	Agrippino Orestes Gonçalves	"	A. Vasconcellos
24	D. Delphina de A. Ramos.	"	Guimar
25	D. Crenolina Alves da Cruz	"	Jaculy
26	D. Alipia M. dos Reis Fraga	"	Goiabeiras
27	Braulio de Miranda Franco	"	Jequitibá
28	Virginio P. de Jesus Filho	"	Fundão Grande
29	José Joaquim de Siqueira.	"	C. do Castello
30	D. Odila Loreto.	"	Araçatiba
31	Augusto M. de S. Nogueira	"	Biriricas
1	Francisco R. P. Rocha.	3.º lugar	Manguinhos
2	Manoel Pinto da Silva Mello	"	Corrego Fundo
3	D. Bibiana Marques Costa.	"	Santa Cruz
4	D. Alzira Leal.	"	Riacho
5	D. Zulmira Moraes.	"	S. J. A. Chaves
6	Luiz V. Pereira Pinto.	"	Pedra d'Agua
7	D. Anna Monteiro de Paiva	"	Alegre
8	D. Cacilda Loyola Pinheiro	"	S. J. do Muquy
9	D. Jacintha Ferreira de Souza	"	Queimado
10	Tito Vieira Falcão.	"	Pendanga
11	José Pinto da Silva.	"	Ponta da Fructa
12	Cezar Cabral da Silva.	"	Itaunas

Fonte: Comércio do Espírito Santo, 30 de  
junho de 1909, p.3.

Observamos que, dos/as 117 professores/as classificados/as, 63 (53,85%) eram mulheres e 54 (46,15%) homens. Eis mais um indício de que, no início dos Novecentos, era possível perceber maior participação das mulheres no magistério primário capixaba.

Mantém-se a referência ao método intuitivo para o ensino nas escolas primárias no Estado. Se o Regimento de 1892 afirmava que os professores deveriam evitar as abstrações, a nova regulamentação assim se manifestava:

Art.5. As lições sobre qualquer materia serão cingidas ao programma e serão praticas concretas, essencialmente empíricas e com a exclusão completa das regras abstractas.

Parágrafo único. As faculdades da creança serão desenvolvidas gradula e harmoniosamente, por meio dos processos intuitivos, tendo o professor sempre em vista desenvolver a observação (ESPÍRITO SANTO, 1909, p. 6).

A exclusão completa das regras abstratas não deixa dúvida sobre o caráter prático dado ao método. Há de se considerar os outros aspectos necessários para a implementação e fortalecimento do método além dos dispositivos legais. Por exemplo, não se observou um processo de formação dos/as professores/as.

No estudo realizado por Barreto (1999), em que analisa as políticas educacionais do Espírito Santo, no período de 1900 a 1930, a autora afirma que os impactos foram positivos na gestão de Jerônimo Monteiro para o Espírito Santo, à medida que é possível identificar melhorias na infraestrutura do Estado (ampliação de ferrovias, estradas, energia elétrica, transportes etc.) e nos serviços públicos, como saúde e educação. No entanto,

De forma paradoxal, essa liderança fundou-se, no mesmo tempo, na sua figura de modernizador e nas suas práticas políticas coronelistas. Foi baseado nestas velhas práticas políticas dos coronéis que o Partido Republicano Espírito-Santense se impôs. Mesmo que tenha havido outros grupos políticos, eles foram sempre caudatários do movimento maior, capitaneado pelo D. Jerônimo (BARRETO, 1999, p. 48).

Essa conexão política com o coronelismo capixaba talvez justifique o marcante caráter centralizador da Reforma Gomes Cardim. Fica nítida a intenção de padronizar o ensino. O próprio presidente explicitou essa posição: “O governo procura subordinar todas as escolas ao mesmo methodo, à mesma disciplina e ao

mesmo regulamento” (MONTEIRO, 1909, p. 21). Para Simões e Salim (2018), a Reforma “[...] revela muito mais a debilidade e a ambiguidade das políticas para a educação capixaba no início do século XX, do que o ardor reformista expresso em discursos de autoridades locais [...]”. Devemos registrar ainda, como limite da reforma, os obstáculos que ela criou para o acesso ao ensino secundário, considerando que, para cursá-lo, os/as estudantes das escolas isoladas, rurais e reunidas deveriam cursar mais um ano no Grupo Escolar ou na Escola Modelo (SIMÕES; SALIM, 2008).

Quase dez anos depois, o governador Bernadinho de Souza Monteiro avaliou positivamente os impactos da reforma Gomes Cardim na instrução pública. Em suas palavras:

Os efeitos salutareos da reforma do ensino publico, realisada em 1908, continuam a manifestar-se com vantagem para a mocidade espirito-santense. O cuidado, pela instrucção publica tem sido o escopo dos homens de governo do nosso Estado, e de minha parte desvanece-mo a certeza de que tudo envidei para conservar e melhorar esse ramo da administração (MONTEIRO, 1918, p.25).

Mas, como alertava Nagle (1976), quanto ao contexto mais geral, essas reformas ocorreram, de forma significativa, somente a partir do quarto decênio da Primeira República, decorrentes, principalmente, dos chamados entusiasmo pela educação e otimismo pedagógico. No Espírito Santo não foi diferente, mas é possível observar, na virada do século XIX para o século XX, importantes “antecedentes” que demonstram uma modesta infiltração dos princípios do escolanovismo na instrução pública capixaba. Esses antecedentes facilitaram o processo de difusão desse ideário nas décadas seguintes. O autor identifica duas grandes fases da penetração do escolanovismo no Brasil: a primeira corresponde ao período final do Império até o final de 1920 (que para ele representou uma “simples preparação do terreno” para a fase seguinte) e a segunda se estendeu até os anos de 1930. Nas palavras do autor, os primeiros governantes republicanos

[...] mantiveram os pontos-de-vista assentados nos dispositivos constitucionais do Império; na realidade, outra não poderia ser a solução, desde que, com o novo regime, não houvera alteração profunda na estrutura da sociedade brasileira [...] de pouco valeu a passagem do Império para a República [...] permaneceram os mesmos princípios adotados no regime anterior, especialmente o descaso com relação à educação popular [...]. Sob o novo regime

político permaneceram, praticamente, a mesma estrutura de poder, a mesma mentalidade, as mesmas instituições básicas, enfim, os mesmos interesses de grupos, a mesma estrutura de poder [...] (NAGLE, 1976, p. 281- 283).

Referindo-se ao que chama de poder civilizador da escola nas décadas iniciais da República brasileira, Carvalho (1998, p. 44) argumenta que esse projeto [...] propôs a escola como instância de homogeneização cultural por via da inseminação de valores e da formação de atitudes patrióticas. Nele se constituíram as ‘elites’, atribuindo-se um papel diretor de qualquer transformação social [...]”. Nagle (1976, p. 110) compartilha essa posição ao afirmar que o prestígio dado à escolarização estava pautado nas necessidades políticas da época. Dessa forma,

[...] a instrução, o ensino ou a escolarização [...] são pensados em função do seu caráter regenerador, enquanto veículos para a desejada reconstrução nacional, que só pode ser alcançada quando terminar esse traço que envergonha o País – a incultura geral, principalmente a ignorância popular.

Ainda que de forma tímida, observava-se, nos primeiros anos da República, a relação estabelecida entre a ampliação da escola primária e a formação de professores. Era preciso, de alguma maneira, colocar em vigor o princípio da obrigatoriedade escolar e para isso fazia-se necessário ampliar não apenas o número das escolas primárias como também o de matrículas e a frequência dos/as alunos/as nessas escolas (NAGLE, 1976).

No que se refere ao ensino superior, diferente dos preceitos democrático e republicano que mobilizaram a expansão da escola primária na República, “[...] os cursos superiores revestiam-se no período de um otimismo expresso na exaltação do espírito científico – condição que lhes conferia um caráter elitizante [...]” (TRINDADE; PRADO, 2011, p. 248). Apesar das divergências entre os diferentes movimentos que se denominam feministas, o acesso ao ensino superior era, de certa forma, um consenso entre as feministas mais jovens e as mais idosas (HUHNER, 1981). A autora lista uma série de periódicos “femininos”<sup>155</sup> que enfatizavam a necessidade da instrução superior para as mulheres, para a emancipação ou para melhor cumprir o papel delas esperado, o de educar os novos

<sup>155</sup> Alguns deles: O Sexo Feminino; A Família, Echo das Damas; Nosso Jornal; Aurora Brasileira; A mensageira.

filhos da pátria. Esses impressos<sup>156</sup> se mostraram importantes, especialmente para propagar a reivindicação do ensino superior para as mulheres. Da mesma forma, Duarte (2003) comenta sobre a relevante contribuição da imprensa para a expressão das mulheres no entresséculo. Para ela: “[...] movida por uma mesma força e um mesmo idealismo, esta imprensa terminou por criar – concretamente – uma legítima rede de apoio mútuo e de intercâmbio intelectual, e por configurar-se como instrumento indispensável para a conscientização feminina [...]” (p.158), inclusive, esses impressos, faziam questão de registrar seu regozijo a cada mulher graduada.

Em termos de análise histórica, é pertinente refletir sobre como o acesso ao ensino superior também interferiu na visibilidade da presença das mulheres no mundo de trabalho (GARZONI, 2012).

Se não podemos conceber a passagem de um regime político para outro, de uma forma linear e automática de transformação social, também não podemos desconsiderar que o contexto mais geral, por que não dizer, internacional, de reorganização (expansão?) do capital provocaria desdobramentos para o Brasil. O fato de a historiografia consultada ora enfatizar a efervescência e ora as permanências desse período nos indica tanto a necessidade de outras investigações que nos ajudem na compreensão daquele contexto histórico como nos instigue a olhar mais atentamente para as possibilidades de mudanças expressas tanto em uma vertente como na outra.

Nessa operação, é possível observar, novamente, as divergências na historiografia sobre o período analisado. Percebe-se, por exemplo, que o que um/a historiador/a não considera “significante”,<sup>157</sup> outro pode avaliar como aspecto relevante na investigação daquele tempo. Nem janelas nem muros, mas espelhos deformantes (GINZBURG, 2002)<sup>158</sup> que se constituem em possibilidades para outras e novas

<sup>156</sup> Sobre a imprensa feminina e feminista no período, ver: DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, n. 49, p. 151-172, 2003.

<sup>157</sup> Nagle (1976), por exemplo, parece não considerar significativa a instituição da obrigatoriedade da laicidade no ensino público na Primeira Constituição Republicana. É de se estranhar, uma vez que o próprio autor, no mesmo texto, afirma que já existia, mesmo antes da proclamação da República, um movimento que, aliado (ou não) a outros que foram surgindo no seio do novo regime, ia construindo forças que impulsionavam, ainda que lentamente, a reorganização do Estado.

<sup>158</sup> Para Ginzburg (2002, p.44), as fontes “[...] não são nem janelas escancaradas, como acreditavam os positivistas, nem muros que obstruem a visão, como pensam os cépticos: no máximo

interpretações de um determinado contexto histórico.

Como parte desse projeto de ampliação do atendimento educacional, as mulheres foram incluídas no contingente a ser beneficiado com o acesso à escola, de modo a atender, inclusive, à crescente demanda por professoras (ALMEIDA, 2004). Esse processo efetivou-se de forma articulada com as concepções hegemônicas de gênero e de educação da época, ou seja, “[...]. Ainda que o reclamo por educação feminina viesse a representar, sem dúvida, um ganho para as mulheres, sua educação continuava a ser justificada por seu destino de mãe [...]” (LOURO, 2001, p. 447). Dessa forma,

[...] educar o sexo feminino passou a ser uma necessidade que se impunha cada vez mais diante da sociedade urbanizada que ditava novas regras de convivência no espaço citadino. [...] educar mulheres para se tornarem futuras mães para que contribuíssem para a grandeza da pátria (ALMEIDA, 2004, p. 75).

Como observa Louro (1997), a escolarização das mulheres não era consenso entre os republicanos e, por seu turno, a Igreja Católica era a principal base de sustentação contrária à educação e à posterior profissionalização das mulheres. De acordo com Novaes (1984), até meados de século XX, a Igreja Católica permaneceu exercendo forte influência na educação da mulher. É estranho que Nagle (1976) caracterize como um período de calmaria da Igreja Católica as duas primeiras décadas da Primeira República. É possível que as interferências católicas nos processos de escolarização das meninas e profissionalização das professoras não tenham constituído elementos dignos de nota para o autor, considerando, inclusive, o contexto de sua produção. Mas isso é apenas uma hipótese.

Novaes (1999) registra as suas impressões sobre a condição imposta às mulheres capixabas, quando se refere à luta de muitas mulheres pelo direito à educação. Ressalta que algumas delas conseguiram, de alguma forma, burlar o que socialmente se esperava e foram precursoras dos movimentos pelo reconhecimento dos direitos da mulher. A autora aponta a imprensa como elemento importante para a socialização pública das mulheres capixabas a partir da década de 1920. No que se refere à instrução feminina e à sua inserção no mundo do trabalho e, mais especificamente, no magistério, a autora registra que

---

poderíamos compará-las a espelhos deformantes. A análise da distorção específica de qualquer fonte implica já um elemento construtivo”.

[...] foi surgindo no Espírito Santo, o concurso das mulheres, para preencher o abandono de sua educação. A decantada inferioridade mental já se desmentia, compensando o descaso dos administradores. Verifica-se, aliás, desde os tempos da Capitania, a influência anônima da mulher, pela cultura e pela economia, no Espírito Santo, embora tal influência tenha sido sempre, injustamente, atribuída ao homem, como único elemento de prestígio [...] (NOVAES, 1999, p. 26).

Cavalcanti (2007), ao analisar as memórias de ex-alunas do Colégio Sion de São Paulo (1920-1940), ressalta que, para se manter ou implantar as ideologias, as escolas responsáveis pela instrução feminina valiam-se dos aparatos disciplinares para ampliar as habilidades que atendessem ao ideário feminino em disputa, aprofundar a sujeição das mulheres e estabelecer uma relação de obediência. Assim, na educação feminina,

[...] os tempos de disciplinar/docilizar as mentes e os corpos femininos não se restringiam aos momentos de lazer onde os movimentos e ações, aparentemente, estivessem livres. O dia, as horas, os minutos estavam organizados de maneira a manter a ordem e a disciplina. Desse modo, as normas da igreja (que asseguram a formação das 'mulheres católicas' e das 'boas cidadãs') estariam em vigor continuamente (CAVALCANTI, 2007, p. 65-66).

Devemos salientar que, apesar das expectativas (tornar a escola mais um espaço e tempo pensados para reprodução do controle sobre as mulheres), o acesso à educação tornou-se um importante instrumento de emancipação e de luta pela libertação feminina (LOURO, 1986). Para Novaes (1984, p. 23),

[...] até a década de 30 [dos novecentos], a Escola Normal, gerida pelo Estado e por instituições religiosas, mesmo com todas as limitações que continha, desempenhou papel relevante na formação profissional e na elevação da cultura<sup>159</sup> da mulher brasileira. O magistério, entendido como um prolongamento das atividades maternas, passa a ser visto como uma ocupação essencialmente feminina e, por conseguinte, a única profissão aceita na sociedade, para a mulher.

Na mesma linha de pensamento, Huhner (1981, p. 33) assinala que, apesar de reduzidas em quantidade e de terem se mantido de forma insignificante em relação ao número de matrículas e em situação precária até os últimos anos de Império, no final dos Novecentos, “[...] essas poucas escolas profissionais urbanas disponíveis eram geralmente co-educacionais, e não só preparavam moças para o magistério

<sup>159</sup> Diríamos, de forma diferente da autora, para a elevação do grau de instrução e não da cultura.



como também lhes forneciam uma das poucas oportunidades disponíveis para continuarem sua educação”.

Impactados pelas reformas educacionais do período, os dados referentes as duas primeiras décadas da República começam a revelar o crescimento das matrículas no ensino primário, conforme ilustra a Tabela 3.

Tabela 3 – Matrículas nas escolas de primeiras letras do Espírito Santo no período de 1908 a 1912.

ANOS	1908	1909	1910	1911	1912
Escolas existentes.....	125	160	222	247	271
Augmento.....		35	62	25	24
Escolas providas.....	121	148	160	176	173
Augmento.....		27	12	16	
Escolas não providas.....	1	12	62	71	98
Alunos matriculados.....	2.740	4.210	4.907	6.204	7.340
Augmento.....		1.480	687	1.297	1.136

Fonte: Monteiro (1912, p. 60).

Na mesma fonte, Jeronimo Monteiro, apresenta o crescimento geral das matrículas nas escolas públicas do Estado (Tabela 4 e Quadro 11).

Tabela 4 – Crescimento geral das matrículas de 1908 a 1911 – Espírito Santo

ANNO DE :	1908	1909	1910	1911
Escolas existentes. . . . .	125	160	222	259
Augmento . . . . .	—	35	62	37
Escolas providas . . . . .	124	148	160	190
Augmento . . . . .	—	24	12	30
Alunos matriculados. . . . .	2740	4210	4917	6204
Augmento . . . . .	—	1470	707	1297
Frequencia media. . . . .	2100	3310	3773	4826
Augmento . . . . .	—	1210	463	1053

Fonte: Monteiro (1912, p. 23).

Quadro 11– Matrícula geral das escolas isaoladas - 1918

<b>Matricula Geral das Escolas Isoladas</b>	
<b>Em 1915 —</b>	
Sexo masculino . . . . .	4.261
« feminino . . . . .	2.868
	<hr/>
	7.129
<b>Em 1916 —</b>	
Sexo masculino . . . . .	4.975
« feminino . . . . .	3.400
	<hr/>
	8.375
<b>Em 1917 — (1º semestre).</b>	
Sexo masculino . . . . .	3.559
« feminino . . . . .	2.598
	<hr/>
	6.157
<b>Em 1917 — (2º semestre).</b>	
Sexo masculino . . . . .	5.016
« feminino . . . . .	3.581
	<hr/>
	8.597

Fonte: Monteiro (1918, p. 57).

Se compararmos esses dados com os do início do período republicano, veremos que o crescimento do número de meninas, além de aumentar, foi se equiparando ao dos meninos. Essas fontes nos permitem afirmar que, em grande medida, o projeto republicano de expansão da escolarização primária trouxe desdobramentos positivos para a escolarização das mulheres, ao mesmo tempo em que interferiu na feminização do magistério, conforme já apontamos. De forma articulada, o quantitativo de professoras também foi alterado (Tabela 5).

Tabela 5 – Decretos expedidos pelo Poder Executivo no 1º semestre de 1914

Referência	Homens	Mulheres	Total
Nomeação	15	37	52
Aposentadoria	2	0	2
Conversão ou criação de escola mista	0	19	19
Exoneração	2	0	2
Remoção	7	11	18
Disponibilidade avulsa	7	17	24
Conversão para escola masculina	3	0	3
Conversão da escola mista em feminina	0	1	1

Fonte: Relatório Marcondes Alves de Souza (1915).

A tabela demonstra a movimentação docente em 1913. Fica explícita, nesse ano, a superioridade numérica mulheres nomeadas professoras em relação aos homens, de acordo com o movimento das matrículas dos alunos e alunas.

Os estudos de gênero nos levam a problematizar: em que medida as mulheres não foram também “capturadas” por esse projeto e aderiram, de algum modo, a expectativas daquele período? Vasconcelos (2011) afirma que as grandes novidades que despontaram nas últimas décadas do século XIX deram às mulheres da elite uma nova identidade: consumidoras privilegiadas da produção industrial. Esse novo cenário<sup>160</sup> contribuiria, de acordo com a autora, para as transformações que se sucederam, ou seja,

[...] para comprar os produtos anunciados, era preciso que as mulheres soubessem ler, para ler, era preciso ter acesso à educação, portanto a educação e a escola feminina, nesse momento, também acumularam mais um papel: construir um novo arquétipo feminino, de acordo com as imagens demandadas pelas modificações nas estruturas econômicas e sociais, que consolidavam a dominação capitalista europeia sobre os países periféricos (VASCONCELOS, 2011, p. 38-39).

A incorporação desses ideais na política de instrução pública da época impulsionou um processo: a inserção das mulheres no mundo do trabalho, no caso, no magistério, que foi configurando uma nova concepção não somente da profissão docente, mas também da própria mulher na sociedade patriarcal daquele contexto.

<sup>160</sup> Vasconcelos (2011) tem como campo de análise o Brasil oitocentista. No entanto, quando se refere aos jornais que foram utilizados como fontes de pesquisa, explica que estes circulavam somente no Rio de Janeiro. Justifica esse recorte devido ao fato de, no Rio, ter maior tiragem e também porque “[...] os jornais da corte eram tomados como referência para publicação de anúncios oriundos de outras províncias” (VASCONCELOS, 2011, p. 20).

Apesar de, até 1920, o número de escolas femininas não ter crescido tanto em relação às masculinas, ampliou-se consideravelmente a quantidade dessas escolas mistas, o que certamente interferiu na ampliação da oferta da educação primária para as meninas e da feminização do magistério, considerando que as mulheres eram preferidas para atuação nessas classes.<sup>161</sup> Destacamos, por exemplo, a significativa diferença entre a quantidade de homens e mulheres matriculados no curso normal (Quadro 12).

Quadro 12 – Comparativo de matrículas da Instrução Pública – Espírito Santo – 1918 e 1919

Em 1918 :			
	<i>Alunos Masc. Fem.</i>		
Escola Normal . . . . .	110	19	91
Escola Complementar . . . . .	88	34	54
Escola Modelo . . . . .	365	182	183
Escola Isolada Modelo . . . . .	38	—	38
	601	235	366
Em 1919 — (1º semestre) :			
	<i>Alunos Masc. Fem.</i>		
Escola Normal . . . . .	129	21	108
Escola Complementar . . . . .	90	35	55
Escola Modelo . . . . .	407	205	202
Escola Isolada Modelo . . . . .	30	—	30
	656	261	395

Fonte: Monteiro (1918, p.31).

Essa informação é relevante para que se afirme que já era possível, no final da segunda década do século XX, perceber o processo de feminização do magistério capixaba, se considerarmos que o curso responsável pela formação dos/as professores/as era composto majoritariamente por mulheres.

Nas informações do recenseamento brasileiro realizado em setembro de 1920, vimos que os anos iniciais do século XX apresentam um crescimento considerável no número de matrículas na educação primária (Tabela 6).

<sup>161</sup> Parte II - Da organização do ensino, Título II – Do Ensino Normal, Capítulo IV – Das disposições gerais, Artigo 99.

Tabela 6– Matrículas nas escolas de instrução primária no Espírito Santo – 1920

**Matricula de alumnos, em 1920, nas escolas de instrução primaria dos Estados e do Districto Federal em confronto com a população em idade escolar**

ESTADOS E DISTRICTO FEDERAL	POPULAÇÃO ESCOLAR			MATRICULA NAS ESCOLAS PRIMARIAS					
	Do sexo		Total (d)	Numero de alumnos do sexo		Total (g)	EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO		
	masculino (b)	feminina (c)		masculino (e)	feminino (f)		$\frac{e}{b} \times 100$	$\frac{f}{c} \times 100$	$\frac{g}{d} \times 100$
Alagoas.....	(1) 84.592	(2) 107.482	192.074	7.866	8.193	16.059	9,30	7,62	8,36
Amazonas.....	(1) 28.782	(1) 27.644	56.426	4.564	3.685	8.249	15,86	13,33	14,62
Bahia.....	(1) 282.600	(1) 275.395	557.995	35.671	33.111	68.782	12,62	12,02	12,33
Ceará.....	(1) 114.480	(1) 110.767	225.247	16.729	14.942	31.671	14,61	13,49	14,06
Districto Federal....	(3) 86.299	(3) 86.168	172.467	55.810	57.145	112.955	64,67	66,32	65,49
Espirito Santo.....	(1) 38.557	(1) 38.084	76.641	9.503	7.034	16.537	24,65	18,47	21,58
Goyaz.....	(1) 43.560	(1) 40.699	84.259	5.486	4.193	9.679	12,59	10,30	11,49
Maranhão.....	(1) 73.207	(1) 71.193	144.400	11.481	9.562	21.043	15,68	13,43	14,57
Matto Grosso.....	(2) 25.655	(1) 18.802	44.457	5.474	3.487	8.961	21,34	18,55	20,16
Minas Geraes.....	(2) 674.605	(2) 643.760	1.318.365	146.396	108.050	254.446	21,70	16,78	19,30
Pará.....	(4) 123.671	(4) 116.013	239.684	17.205	13.949	31.154	13,91	12,02	13,00
Parahyba do Norte..	(2) 102.717	(2) 101.807	204.524	9.723	10.093	19.816	9,47	9,91	9,69
Paraná.....	(2) 77.574	(1) 56.970	134.544	16.030	11.595	27.625	20,66	20,35	20,53
Pernambuco.....	(1) 171.684	(1) 172.364	344.048	24.469	27.976	52.445	14,25	16,23	15,24
Piauihy.....	(1) 56.613	(1) 54.272	110.875	4.621	3.950	8.571	8,16	7,28	7,73
Rio de Janeiro.....	(1) 126.902	(1) 123.191	250.093	32.941	25.911	58.852	25,96	21,03	23,53
Rio Grande do Norte	(1) 42.968	(1) 42.790	85.758	8.818	7.512	16.330	20,52	17,56	19,04
Rio Grande do Sul	(2) 239.396	(2) 230.727	470.123	76.629	59.970	136.599	32,01	25,99	29,06
Santa Catharina....	(5) 93.292	(5) 89.872	183.164	25.530	21.454	46.984	27,37	23,87	25,65
São Paulo.....	(1) 372.655	(1) 359.426	732.081	156.292	132.999	289.291	41,94	36,81	39,52
Sergipe.....	(1) 38.894	(1) 38.274	77.168	6.791	6.609	13.400	17,46	17,27	17,36
BRAZIL.....	2.898.693	2.805.700	5.704.393	678.029	571.420	1.249.449	23,39	20,37	21,90

Fonte: Brasil (1929, p. VIII).

Em comparação com os dados referentes aos anos finais do século XIX, percebemos o crescimento no número de matrículas de pessoas em idade escolar e também a redução da diferença entre o número de meninos e meninas matriculados/as. Os dados da matrícula primária referentes ao ano de 1864<sup>162</sup> apontam um total de 1.315 matrículas, 1.246 (94,75%) do sexo masculino e 69 (5,25%) do feminino. Vinte e dois anos depois, percebemos um crescimento relativo no volume das matrículas das meninas. Registram-se<sup>163</sup> 2.785 matrículas, 2.160 (77,56%) de meninos e 625 (22,44%) de meninas. Embora reduzida, consideramos essa ampliação como um desdobramento das reformas que ocorreram no período,

<sup>162</sup> Relatório do presidente da província André Augusto de Padua Fleury (1864).

<sup>163</sup> Relatório do presidente da província Antônio Leite Ribeiro de Almeida (1886).

em especial, a fundação do Instituto Feminino Secundário em 1869 e a Reforma Leôncio de Carvalho (1879). Em 1920, o Estado apresenta um significativo crescimento das matrículas. Além disso, vemos que 24,65% dos meninos em idade escolar e 18,47% das meninas na mesma situação estão regularmente matriculados. O Estado aparece com um percentual pouco abaixo da média nacional. Sua taxa de matrícula é a terceira dos Estados da atual Região Sudeste e é maior que a maioria dos Estados Brasileiros.

De 1886 a 1920, a instrução primária passou por inúmeras transformações, com destaque para a Reforma Moniz Freire (1892) e Gomes Cardim (1908) que, dentre outras alterações, estabeleceram a obrigatoriedade da instrução primária para todas crianças em idade escolar independente do sexo. Podemos, assim, inferir que, de modo geral, a ampliação das matrículas se deu, especialmente, pelo ingresso das meninas nas escolas.

Quando relacionamos essas informações com os dados do recenseamento realizado em 1920, estes não nos deixam dúvida de que, nesse período, o magistério capixaba já era exercido majoritariamente por mulheres, conforme vemos na Tabela 7, a seguir:

Tabela 7 – Profissionais do Magistério no Estado do Espírito Santo segundo a nacionalidade e o sexo – 1920<sup>164</sup>

Nacionalidade	Homens		Mulheres		Total
	Nº	%	Nº	%	
Brasileira	197	28,76	488	71,24	685
Estrangeira	24	64,86	13	35,14	37
Total	221	30,61	501	69,39	722

Fonte: Brasil (1920, p. 28-29).

Se novamente nos perguntarmos, a partir do Censo de 1920, em que outras ocupações os homens e as mulheres declaravam profissão, vemos que, a exemplo do que demonstrou o Censo de 1872 (Tabela 2, p. 111), o magistério não era a única profissão exercida pelas mulheres, conforme ilustra a Tabela 8.

<sup>164</sup> Deve-se, no entanto, ressaltar que essas informações se referem a professores da educação primária e secundária do setor público e privado.

Tabela 8 – População do Estado Espírito Santo segundo as profissões e por sexo 1920

Setor	Profissões	Brasileiros e Estrangeiros				
		Homens	%	Mulheres	%	Total
Primário	Agricultura etc.	107.234	81,45%	24.430	18,55%	131.664
	Criação	180	96,26%	7	3,74%	187
	Caça e pesca	749	99,07%	7	0,93%	756
	Pedreiras	519	100,00%	0	0,00%	519
	Minas, salinas etc.	58	100,00%	0	0,00%	58
<b>Subtotal</b>		<b>108.740</b>	<b>81,65%</b>	<b>24.444</b>	<b>18,35%</b>	<b>133.185</b>
Transformação Industrial	Têxteis	55	47,83%	60	52,17%	115
	Couros, peles etc.	10	100,00%	0	0,00%	10
	Madeiras	535	100,00%	0	0,00%	535
	Metalurgia	641	100,00%	0	0,00%	641
	Cerâmica	220	98,21%	4	1,79%	224
	Produtos químicos e análogos	36	97,30%	1	2,70%	37
	Alimentação	417	94,13%	26	5,87%	443
	Vestuários e toucador	937	31,78%	2.011	68,22%	2.948
	Mobiliário	286	100,00%	0	0,00%	286
	Edificação	2.709	100,00%	0	0,00%	2.709
	Aparelhos de transporte	158	100,00%	0	0,00%	158
	Produção e transmissão de forças físicas*	192	100,00%	0	0,00%	192
	Relativo às ciências, letras e artes**	186	77,82%	53	22,18%	239
<b>Subtotal</b>		<b>6.461</b>	<b>74,96%</b>	<b>2.157</b>	<b>25,03%</b>	<b>8.619</b>
Serviços	Transportes marítimos e fluviais	1.521	100,00%	0	0,00%	1.521
	Terrestres e aéreo	1.812	100,00%	0	0,00%	1.812
	Correios, telégrafos e telefones	162	87,10%	24	12,90%	186
	Bancos, câmbio, seguro, comissões etc.	111	100,00%	0	0,00%	111
	Comércio	5.128	95,87%	221	4,13%	5.349
	Outro comércio	234	96,69%	8	3,31%	242
	Exército	703	100,00%	0	0,00%	703
	Armada	77	100,00%	0	0,00%	77
	Polícia	289	100,00%	0	0,00%	289
	Bombeiros	3	100,00%	0	0,00%	3
	Adm. Pública Federal	389	96,29%	15	3,71%	404
	Adm. Pública Estadual	444	94,07%	28	5,93%	472
	Adm. Pública Municipal	138	97,87%	3	2,13%	141
	Administração particular	280	92,11%	24	7,89%	304
	Religiosos	49	79,03%	13	20,97%	62
	Advogados e outros vinculados à Justiça	239	99,17%	2	0,83%	241
	Médicos	307	81,22%	71	18,78%	378
	Magistério	221	30,61%	501	69,39%	722
	Ciências, letras e artes	387	94,39%	23	5,61%	410
	Serviço Doméstico	681	15,52%	3.706	84,48%	4.387
<b>Subtotal</b>		<b>13.175</b>	<b>73,96%</b>	<b>4.639</b>	<b>26,04%</b>	<b>17.815</b>
Outras	Vivem de rendas	288	83,97%	55	16,03%	343
	Mal definidas	2.664	88,30%	353	11,70%	3.017
<b>Subtotal</b>		<b>2.952</b>	<b>87,83%</b>	<b>408</b>	<b>12,14%</b>	<b>3.361</b>
<b>Total com Profissão Declarada</b>		<b>131.328</b>	<b>80,58%</b>	<b>31.648</b>	<b>19,42%</b>	<b>162.979</b>
	Não declarada ou sem profissão	102.869	35,11%	190.128	64,89%	292.997
<b>Total Geral</b>		<b>234.197</b>	<b>51,36%</b>	<b>221.776</b>	<b>48,64%</b>	<b>455.976</b>

Fonte: Brasil (1920, p. 28-29).

É perceptível a significativa diferença entre os dados do Censo de 1872 e os de 1920. Apesar da incipiente e gradual manifestação da produção fabril, percebe-se que o novo momento já traduz os resultados da abolição da escravatura. No que se refere às profissões declaradas quanto aos setores profissionais, vimos que 81,72% da população que indicou alguma profissão se vinculava ao setor primário, 5,29% ao setor secundário e 10,93% ao terciário. Nesse Censo, reduz-se o quantitativo de profissões declaradas exclusivamente por homens. Cresceu a participação das

mulheres em profissões que em 1872 eram exercidas somente por homens. O magistério aparece como a segunda profissão cuja maioria declarada é feminina. A primeira relaciona-se com os serviços domésticos (84,48%).<sup>165</sup> Muito próxima e também com maioria feminina aparece a agora profissão denominada “vestuários e toucador”,<sup>166</sup> com 68,22%, demonstrando uma ampliação considerável na participação masculina.<sup>167</sup> Do mesmo modo, registra-se a acentuada diferença na atividade fabril de tecidos (52,17%). Ressaltamos ainda que, nesse período, as mulheres já declaravam profissões como “relativo às ciências e letras”, “correios, telégrafos e telefone”, bem como uma irrisória, mas, importante participação na administração pública estadual, municipal e particular. Outro destaque digno de nota é o fato de 18,78% de mulheres se declararem médicas. Em relação aos sem profissão, vimos que, em comparação com o censo de 1872, menos homens (35,11%) e mais mulheres (64,89%) se declaram nessa condição.

No que se refere ao magistério, dentre as transformações pelas quais a instrução pública (e com o isso o magistério como profissão) passou nesse período, destacamos a necessidade de formar professores e professoras para atender à crescente demanda de escolarização. Foi naquele contexto que as Escolas Normais foram criadas.

A história da Escola Normal relaciona-se com a institucionalização da instrução pública no mundo moderno. A preocupação com a instrução pública foi uma mola propulsora para a organização das primeiras instituições especializadas em formar professores/as. Villela (1992) destaca que, apesar de a experiência brasileira ter, provavelmente, se inspirado no modelo europeu e este tenha, de alguma forma, influenciado a criação e/ou regulamentação das primeiras escolas normais no país, o caso brasileiro tem um movimento próprio. Esse movimento foi se configurando na correção de forças de grupos diversos e muitas vezes antagônicos na disputa pelo poder.

As duas primeiras décadas do século XX foram marcadas, no campo educacional, dentre outras alterações, pela expansão do Curso Normal e pela formação secundarista de umas centenas de professoras que acabaram por substituir os

---

<sup>165</sup> Ligeira ampliação do número de homens no setor

<sup>166</sup> Supõe-se que essa categoria substitua as costureiras do Censo de 1872.

<sup>167</sup> Essa ampliação deve ser relativizada considerando as alterações de método entre os dois censos.



homens na educação primária. Nesse sentido, torna-se necessário compreender o papel exercido pela Escola Normal na profissionalização dos/as professores/as e a feminização do magistério, o que será tratado no próximo capítulo.

## CAPÍTULO IV

### ESCOLA NORMAL, PROFISSIONALIZAÇÃO E FEMINIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO PRIMÁRIO NO ESPÍRITO SANTO

Eu sei que a gente se acostuma, mas não devia [...] (MARINA COLASANTI).

No capítulo anterior, dialogamos com as principais reformas na instrução pública no lumiar do século XX e seus possíveis desdobramentos relativamente à inserção das mulheres no magistério e na constituição da Escola Normal no Espírito Santo. Compondo esse quadro, neste capítulo, intentamos compreender intersecções produzidas entre a consolidação da Escola Normal, a profissionalização de mulheres professoras e a feminização do magistério capixaba no período investigado.

O capítulo se divide em duas partes. Inicialmente apresentamos, de forma sintética, os principais elementos que compõem o debate em torno das Escolas Normais no Brasil. No segundo momento, interrogamos as fontes sobre o processo de criação, funcionamento e expansão do Curso e da Escola Normal no Espírito Santo. Nesse processo, buscamos, como em toda a extensão da tese, compreender de que modo a Escola Normal contribuiu para o processo de feminização do magistério primário no Estado.

#### 4.1 AS ESCOLAS NORMAIS E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES/AS NO BRASIL: ALGUNS APONTAMENTOS

Ao prefaciар a obra *As Escolas Normais no Brasil: do Império à República* (2008), Dermeval Saviani pontua que a Convenção Nacional Francesa (1792-1795)<sup>168</sup> nomeou as instituições responsáveis pela formação dos/as professores/as primários/as como Escolas Normais. A criação das Escolas Normais nas províncias brasileiras, em meados do século XIX, tornou-se um movimento predominante na formulação de políticas para a educação no cenário nacional, inclusive no Espírito Santo. Esse movimento, por sua vez, foi impulsionado pela crescente necessidade de professores habilitados para ocupar as novas classes, oriundas do processo

<sup>168</sup> Trata-se de uma Assembleia Convencional, eleita por sufrágio universal, na segunda fase (mais radical) da Revolução Francesa: “[...] a Convenção aboliu oficialmente a monarquia e elaborou a Constituição do Ano I (1793), instituindo a Primeira República” (AQUINO et al., 2003, p. 213). Chizzotti e Ponce (2012) afirmam que a Convenção discutiu o projeto de organização de um sistema de escolas francesas.

inicial de democratização da escolarização primária, em especial, a feminina.

Na experiência brasileira, uma das marcas desse processo consistiu na intermitência entre a criação, o fechamento e a reabertura dessas instituições (SAVIANI, 2008). Em *À guisa de um inventário sobre as Escolas Normais no Brasil*, Araújo, Freitas e Lopes (2008) sintetizam características comuns da gênese, implantação e consolidação dessas escolas nas Províncias e Estados brasileiros: a influência de matrizes estrangeiras (em especial a francesa, alemã e norte-americana) nos processos de formação de professores/as; a presença majoritária feminina a partir do final do século XIX; a resistência à coeducação; a criação de cursos normais em Liceus e/ou Ateneus. Por sua vez, Tanuri (2000, p. 65) acrescenta outros elementos característicos das primeiras Escolas Normais brasileiras: a estrutura precária, a baixa frequência, apesar de as províncias vincularem o provimento das cadeiras à certificação no Curso Normal e, ainda,

[...] a organização didática do curso [...] extremamente simples, apresentando, via de regra, um ou dois professores para todas as disciplinas e um curso de dois anos, o que se ampliou ligeiramente até o final do Império. O currículo era bastante rudimentar, não ultrapassando o nível e o conteúdo dos estudos primários, acrescido de rudimentar formação pedagógica, esta limitada a uma única disciplina (Pedagogia ou Métodos de Ensino) e de caráter essencialmente prescritivo.

De acordo com essa autora, a dificuldade de captação de alunos deve ser compreendida não somente pela organização didático-pedagógica das escolas, mas, principalmente, pelo desinteresse da época pela carreira do magistério, devido, sobretudo, aos baixos salários e ao desprestígio inerente à profissão. Por outra parte, deve-se levar em conta que a institucionalização da instrução pública no mundo moderno ocorreu no bojo das ações de secularização e expansão da escolarização para as populações menos favorecidas. Atender a essa demanda pressupunha formar novos/as professores/as (TANURI, 2000).

Quanto à precariedade do funcionamento dessas escolas nos momentos iniciais, Almeida (2004, p. 72) observa:

A Escola Normal foi a princípio uma instituição de caráter precário, com limitações orçamentárias significativas que impediam seu bom funcionamento, e abria ou fechava em função de decisões políticas nem sempre acertadas [...]. Esses estabelecimentos surgiram como uma alternativa possível para a instrução feminina, além de suprir a necessidade de mão-de-obra para o ensino que tinha como meta se expandir e se estender à população, de acordo com os ideais liberais

e democráticos que passavam a disseminar-se entre as mentes iluminadas do país com a proximidade da República.

Para Huhner (1981), a inadequação dos professores/as e das escolas públicas e privadas se constituiu em estímulos fundamentais para a criação de Escolas Normais para habilitar professores primários no Brasil. A singularidade desse processo reside no fato de que, apesar de os ideários positivistas defenderem a educação das meninas, concordavam com a Igreja Católica, firme defensora da educação das meninas por mulheres de moral inquestionável. Nesse sentido, as Escolas Normais atenderam, em grande medida, a uma dupla função: ampliar a formação docente e preparar mulheres para a educação de meninas (VASCONCELOS, 2011).

Gondra e Schueler, por sua vez (2008), apontam que a formação docente no século XIX foi alvo de inúmeros debates, pois estavam em disputa diferentes modelos/projetos de formação. Entre o final do século XIX e o início do XX, a função docente, ainda não especializada e exercida como atividade complementar, foi consideravelmente alterada. Tratava-se de um período de expansão e de adequação da rede de ensino à entrada intensiva de meninas e mulheres, exigindo diversas reformas institucionais na instrução primária e no Curso Normal<sup>169</sup> (FRANCO, 2001).

Nesse contexto, a função docente passou por mudanças significativas com a criação e expansão das Escolas Normais.<sup>170</sup> Villela (2011, p. 119) destaca o papel fundamental que a formação profissional, possibilitada pelo Curso Normal, teve “[...] na luta das mulheres pelo acesso a um trabalho digno e remunerado”.

Nóvoa (1991) argumenta que a institucionalização da formação docente tem relação direta com a ambiguidade e importância da profissão docente: os professores e as professoras são ao mesmo tempo agentes sociais e políticos. Dessa forma, os processos de formação docente que predominaram no século XIX coincidem com a estatização do ensino. Esse movimento tem uma dupla dimensão: por um lado, os docentes, que almejavam ampliar as prerrogativas profissionais pela via da formação e, por outro, o Estado, que se viu nos processos formativos como

---

<sup>169</sup> Expansão impulsionada pelas reformas da instrução pública ocorridas nesse período.

<sup>170</sup> Villela (2011) ressalta que, apesar de a criação das primeiras escolas datarem das décadas de 30 e 40 do século XIX e de terem vivido um período de muitas indefinições nos anos 1850 e 1860, os anos de 1870 foram marcados, no campo educacional, por uma revalorização dessas escolas.

importante instrumento de controle. Nesse sentido, a Escola Normal tinha o potencial de atender aos dois objetivos ao mesmo tempo. Consequentemente,

[...] a expansão dos instrumentos e das técnicas pedagógicas, assim como a necessidade de assegurar a reprodução das normas e valores próprios à profissão docente, vai estar na origem do estabelecimento de uma formação específica, especializada e longa [...]. As Escolas Normais estão na origem de uma profunda mudança, de uma verdadeira mutação sociológica, do pessoal docente primário. Sob sua ação, os mestres miseráveis e pouco instruídos do início do século XIX vão, em algumas décadas, ceder lugar a profissionais formados e preparados para o exercício docente (NÓVOA, 1991, p.124-125).

No Brasil, as primeiras Escolas Normais surgiram com o objetivo de preparar professores para a docência nas escolas primárias, logo preconizavam uma formação específica pautada nas questões pedagógico-didáticas. No entanto, os conteúdos que prevaleceram foram os trabalhados nas escolas de primeiras letras, prejudicando, dessa forma, a formação didático-pedagógica dos professores em formação (SAVIANI, 2009).

As primeiras experiências surgiram em 1835 (Niterói), Bahia (1836), São Paulo (1846)<sup>171</sup> e Rio de Janeiro (1880). Ao se referir especificamente à criação da Escola Normal da Província do Rio de Janeiro, Villela (1992, p. 28) salienta que, “[...] pelo seu potencial organizativo e civilizatório, ela se transformava numa das principais instituições destinadas a consolidar e expandir a supremacia daquele segmento da classe senhorial que se encontrava no poder [...]”.

As primeiras Escolas Normais receberam matrículas de ambos os sexos, apesar de moças e rapazes terem de estudar em classes, turnos e, preferencialmente, em escolas separadas. De modo geral, essas escolas foram criadas para formar homens e mulheres e, gradativamente, o público feminino ampliou-se em detrimento do masculino. Entretanto, o objetivo de formar homens e mulheres que atendessem à demanda escolar da época não foi alcançado exatamente como se imaginava: “[...] pouco a pouco, os relatórios iam indicando que, curiosamente, as Escolas Normais estavam formando mais mulheres que homens” (LOURO, 2001, p. 449). Para a autora, o processo de urbanização e industrialização<sup>172</sup> que ampliava as

<sup>171</sup> Essa escola passou por sucessivos fechamentos e reabriu em definitivo somente em 1880 (NOVAES 1984).

<sup>172</sup> Nagle (1976) sinaliza que, a partir da metade da primeira década do século XX, os processos de industrialização no Brasil vivenciam uma nova fase de desenvolvimento. O autor relaciona esse desenvolvimento com as condições da produção cafeeira.

oportunidades de trabalho para os homens pode ser entendido como uma das principais justificativas para o movimento de abandono das salas de aula pelo sexo masculino.

O processo não se dava, contudo, sem resistências ou críticas. A identificação da mulher com a atividade docente, que hoje parece a muitos tão natural, era alvo de discussões, disputas e polêmicas. Para alguns parecia uma completa insensatez entregar às mulheres, usualmente despreparadas, portadoras de cérebro ‘pouco desenvolvido’ pelo seu ‘desuso’, a educação das crianças (LOURO, 2001, p. 450).

Apesar das resistências, outras vozes argumentavam na direção oposta. Afirmavam que as mulheres tinham por natureza uma inclinação para o trato com as crianças, chamando-as de educadoras naturais, “[...] aos poucos e de forma sutil, o magistério passou também a ser representado como uma atividade de amor, de entrega de doação” (LOURO, 2001, p. 450). Crescia a defesa da importância do papel da mulher na educação e, pouco a pouco, associou-se a educação da mulher à ideia do destino nacional (HAHNER, 2011).

Muitos presidentes de províncias e inspetores da instrução pública não concebiam a Escola Normal como principal agência formadora de professores. Antes, adotaram outras formas de prover professores/as para o exercício do magistério, dentre as quais se destaca o sistema de professores adjuntos<sup>173</sup> (TANURI, 2000). Essa rejeição pode facilmente ser identificada nos relatórios e mensagens dos presidentes da Província e do Estado do Espírito Santo. A prática dos professores adjuntos consistia na atuação de adjuntos como ajudantes dos/as professores/as responsáveis pelas classes, com o objetivo de se aperfeiçoar nas matérias e práticas de ensino. Nessa lógica, tornava-se possível abrir mão da criação e expansão das Escolas Normais. Ocorre que a alternativa não se sustentou e a expansão da Escola Normal tornou-se inevitável (SAVIANI, 2009).

A análise das experiências das Escolas Normais em 22 Estados brasileiros revela que a sua consolidação “[...] resultou de um longo, difícil e oscilante processo que só veio a atingir o seu ponto de maturação nos anos 50 e 60 do século XX [...]” (SAVIANI, 2008, prefácio). A literatura consultada nos indica que, semelhante à questão da instrução feminina, as propostas de formação das professoras também

<sup>173</sup> “[...] Sistema de inspiração austríaca e holandesa que consistia em empregar aprendizes como auxiliares de professores em exercício, de modo a prepará-los para o desempenho da profissão docente, de maneira estritamente prática, sem qualquer base teórica” (TANURI, 2000, p. 65).

“[...] provocaram polêmicas e demonstraram a existência de posições e discursos ambíguos e contraditórios em relação à educação feminina e à sua atuação como docentes [...]” (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 209).

Nesse sentido, a Escola Normal se configurou em um “[...] espaço destinado a transformar meninas/mulheres em professoras” (LOURO, 2001, p. 454). O currículo, os modos de funcionamento, a estrutura física, os professores e as professoras compunham esse espaço. Para a autora, essas escolas constituíam espaços de intenso controle nos quais “[...] uma série de rituais e símbolos, doutrinas e normas foram mobilizados para a produção dessas<sup>174</sup> mulheres professoras” (LOURO, 2001, p. 455). Villela (1992), ao referir-se às condições necessárias para o ingresso na Escola Normal de Niterói, observa que o peso dado à morigeração era maior do que o conferido a saber ler e escrever. Para comprovar a morigeração era necessária a apresentação da declaração de um juiz de paz<sup>175</sup>. Por outro lado, o atestado de domínio da leitura e da escrita era emitido pelo próprio diretor da escola. Essa mesma autora parte do pressuposto de que essas escolas integravam um movimento crescente na época que buscava, principalmente,

[...] substituir o modelo ‘artesanal’ de formação de professores, baseado na tradição e imitação características da cultura pragmática, pelo modelo ‘profissional’, baseado no critério da racionalidade em que conhecimentos teóricos e prática profissional acontecem em lugares distintos e pressupõem um alargamento do conteúdo acadêmico, domínio de métodos específicos e aquisição de um *ethos* condizente com a profissão (VILELLA, 2002, p. 1).

Dessa forma, Vilella acredita que se deva interpretar a instabilidade (criação, fechamento, reformas, reabertura) pela qual as Escolas Normais passaram a partir das contradições entre as representações sustentadas pelos diferentes grupos que defendiam dois modelos de formação de professores. Nessa disputa era comum que elementos “novos” e “antigos” entrassem em confronto e se materializassem nas reformas empreendidas pelos governos. Dessas correlações de força, “[...] pode-se pois dizer que, nos primeiros 50 anos do Império, as poucas Escolas Normais do Brasil, pautadas nos moldes de medíocres escolas primárias, não foram além de ensaios rudimentares e mal sucedidos” (TANURI, 2000, p.65).

<sup>174</sup> Louro (2001) afirma que eram diversas as origens sociais das moças que frequentavam os Cursos Normais oitocentistas, por isso as caracterizações generalizantes desses cursos devem ser evitadas. No Espírito Santo, também foram muitas as transformações pelas quais a Escola Normal passou, desde a sua criação até a virada do século XIX para o XX (FRANCO, 2001).

<sup>175</sup> Nunes (1992) lembra também que, posteriormente, foi incluída a exigência de uma declaração do pároco local.

Esse contexto alterou-se gradualmente a partir da segunda metade do século XIX. Nesse sentido, Nagle (1976) associa o processo de reorganização da instrução primária, com vistas à redemocratização da cultura, às preocupações com a formação de professores. Assim, estabeleceu-se uma relação entre a escola primária e a Escola Normal, que começava a ser considerada “[...] a pedra angular para o êxito na nova escola primária” (p. 218). Na mesma linha de pensamento, “[...] não bastava, contudo, ensinar; era preciso saber ensinar” (CARVALHO, 1989, p. 26). Cumprir essa tarefa exigia um esforço concentrado na formação de professores e professoras, principais responsáveis pelo processo civilizatório republicano. Nesse contexto,

[...] a Escola Normal foi se constituindo como a principal, se não a única instituição capaz de formar professores para essa importante tarefa, afinal [...] a instrução popular – a Escola Normal e a instrução primária – é um centro multiplicador das luzes, que colocam as idéias em marcha, impulsionando a história em direção ao progresso e à liberdade (MONARCHA, 1999, p.172).

Mostra da mudança de perspectiva em relação às Escolas Normais nas décadas finais dos Oitocentos foram os dispositivos legais, pareceres e projetos que enfatizavam a relevância da instrução pública e a formação de professores/as. Dentre eles, destacamos o Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879 (Reforma Leôncio de Carvalho),<sup>176</sup> o Plano Geral de Organização do Ensino de Antônio de Almeida Oliveira (18/9/1882),<sup>177</sup> o Parecer Rui Barbosa (12/9/1882) e o Projeto relativo à instrução pública de nº 290, de 1873, de Cunha Leitão.<sup>178</sup> Assim, “[...] paralelamente à valorização das Escolas Normais, ocorreu também o enriquecimento de seu currículo, ampliação dos requisitos para ingresso e sua abertura ao elemento feminino” (TANURI, 2000, p. 66).

<sup>176</sup> Autorizava o Governo Central a criar ou subsidiar Escolas Normais nas províncias (MORMUL; MACHADO, 2013).

<sup>177</sup> Parecer sobre Ensino Secundário e Superior (MORMUL; MACHADO, 2013).

<sup>178</sup> O projeto “[...] previa a obrigatoriedade do ensino para meninos entre 7 a 14 anos, mas apenas nas cidades e vilas com escolas. Entretanto, criava penas e multas para quem não cumprisse essa determinação legal e conselhos municipais para executar a lei. Seu projeto foi polêmico em relação à dispensa das aulas de religião para os filhos de protestantes, visto ter o país o catolicismo como religião oficial. Apenas com a Proclamação da República, em 1889, separou-se a Igreja do Estado. O Projeto ficou sem receber parecer na Câmara e o autor propôs um novo texto, no mesmo ano, sob o nº 463. Entre as propostas estava a liberdade do ensino, do primário ao superior, contudo, os professores deveriam ter algumas obrigações para com as autoridades municipais. Esse projeto também não foi discutido na Câmara” (MACHADO; SILVA, 2007, p. 200).



Os primeiros anos da República trouxeram novos tempos às Escolas Normais, visto que esse cenário de mudanças se constituiu em um campo fértil para a proliferação e consolidação dessas instituições. Como demonstra Kulesza (1998), os processos formativos dos professores e das professoras primárias, nesse período, estiveram intimamente ligado aos Liceus.<sup>179</sup>

#### 4.2 A ESCOLA NORMAL DO ESPÍRITO SANTO

Intentamos, nesta parte do texto, apresentar um panorama das instituições criadas para formar profissionais do magistério primário no Espírito Santo no período investigado. Inicialmente as inúmeras reformulações legais e denominações pelas quais a Escola Normal passou, entre a segunda metade do século XIX e as três primeiras décadas do século XX, dificultaram o registro dessa memória. Também observamos diferenças entre a criação legal e o início do funcionamento das escolas.

A leitura dos 29 relatórios (período imperial) e 51 mensagens (período republicano) dos presidentes subsidiou a compreensão da Escola Normal como eixo fundamental da constituição da profissão docente no Espírito Santo. Alvo ora de críticas severas, ora de elogios, 37 relatórios e mensagens fazem algum tipo de menção à Escola Normal, ao Curso Normal ou às outras instituições<sup>180</sup> que ofereciam formação para o magistério primário. Considerando que a criação da Escola Normal data de 1873, observamos que anos antes já se acenava para a necessidade de criação de uma instituição para a formação dos professores/as. Via de regra, a Escola Normal é apontada como a solução para o problema identificado na maioria dos relatórios de governo: a falta de preparação dos professores/as.

Existe, como mencionado no texto, uma distância entre o ideário republicano e as condições para a sua realização efetiva em países de passado colonial como o Brasil. Os reflexos desse processo no Espírito Santo parecem se expressar no desejo de reformulação das políticas educacionais, ante a emergente produção industrial e a urbanização, bem como nas dificuldades encontradas pelos

---

<sup>179</sup> Tradicionalmente direcionadas ao público masculino, sofreram influência das Escolas Normais, em especial, devido ao seu duplo caráter, secundário e profissional. Vemos que, no Espírito Santo, essa também foi uma alternativa utilizada.

<sup>180</sup> Escola Nossa Senhora da Penha, Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, Colégio Pedro II, por exemplo.

governantes para colocar os projetos em prática. Isso pode ser observado quando se analisa o contínuo esforço discursivo dos governantes que se revezavam à frente do Governo Estadual, numa mistura de justificativa e de busca de legitimação.

Um exemplo disso parece ser a dificuldade assentada na incapacidade de alterar a seleção de prioridades e financiar um aumento na remuneração do magistério, uma vez que tal situação aparece nos relatórios de quase todos os presidentes de província que se sucederam no período, deixando, inclusive, o seguinte questionamento: em que medida a solução, por trás do discurso da igualdade de oportunidade entre os sexos, não seria o estímulo ao acesso das mulheres ao trabalho no magistério? Em que medida a Escola Normal interferiu no processo de feminização do magistério?

Os relatórios de José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim e Luiz Pereira do Couto Ferraz, ambos de 1848, apontam a falta de professores habilitados para o magistério primário. Antônio Pereira Pinto (1849) reclama da falta de professores para ocupar as classes vagas. Em 1853, Joaquim Marcelino da Silva Lima, o Barão de Itapemirim, ressaltou, em seu relatório, a precariedade da instrução pública e apontou como causa a falta de professores/as habilitados. Para ele, o elevado número de aulas vagas se devia à falta de professores e ao desleixo do país com a instrução pública.

Apesar de termos identificado, desde 1848, críticas e preocupações dos presidentes da província quanto à falta de professores habilitados, somente na segunda metade do século XIX começaram a ser criadas instituições específicas para a formação do magistério público primário. Ainda na primeira metade do século XIX, com a alegação de insuficiência de recursos, uma alternativa implementada, pelo próprio Barão de Itapemirim, foi a vinculação da formação de professores ao Liceu. Data de 1843 a criação do Liceu de Vitória,<sup>181</sup> que somente começou a funcionar em 23 de abril de 1854. Propunha-se que o Liceu, “[...] além de formar alunos para o ingresso nos cursos superiores do Império, também formasse professores de primeiras letras [...]” (SCHNEIDER, 2011, p. 248). Dessa forma,

[...] os pretendentes ao Magistério passariam a frequentar às aulas

<sup>181</sup> Criado pela Lei nº 4, de 24 de julho de 1843. Alterado pelas Leis nº 9, de 24 de julho de 1854, nº 1, de 23 de junho de 1858; nº 24, de 24 de julho de 1858.

para se habilitarem à docência, não como alunos, mas como assistentes, ou seja, adjuntos<sup>182</sup> [...] não existirem matérias a serem cursadas com a finalidade da habilitação ao ensino primário. Nesse modelo de formação, os aspirantes ao Magistério se comportariam como aprendizes, como se fizessem parte de uma corporação de ofícios, em que aprenderiam, pela observação de um mestre mais experiente (SCHNEIDER, 2011, p. 250; 251).

Ao que parece, a exemplo do que ocorreu em outras províncias, a medida, considerada financeiramente viável não conseguiu resolver a questão da formação docente. Poucos anos depois, o presidente da província, Sebastião Machado Nunes (1855, p. 23), alertava:

O ensino publico n'esta província não está no pé, em que era para desejar: os professores de instrucção primaria, salvas poucas e honrosas excepções, estão muito longe de possuírem as habilitações necessárias para o magistério.

O ensino da mocidade exige sacrificios penosos, que não tem uma retribuição correspondente. Daqui vem que ninguém procura adquirir a instrucção precisa para seguir essa carreira, honrosa sim, porém de pouca vantagem.

Existem indícios de que o presidente da província reconhecia as precárias condições de trabalho dos/as professores e a defasagem salarial a que eles eram submetidos:

Para se conseguir algum melhoramento no ensino primário, no estado actual das cousas, convém marcar as habilitações dos professores, e prometer-lhes maiores vantagens. Assim, entendo que nen-um professor de instrucção primaria deve deixar de saber a gramatica latina, e, na falta de uma escola normal, de praticar por um tempo marcado em uma das melhores escolas da provincia, podendo ser disto dispensados somente aquelles, que tiverem estudos superiores (NUNES, 1857, p. 23-24).

Pedro Leão Velloso (1859, p. 51), referindo-se à experiência do Liceu de Vitória, anexo ao qual funcionava a biblioteca municipal, expressa deste modo o seu descontentamento:

[...] como está, não pode, por forma alguma continuar o Lyceu [...] ainda que esse estabelecimento fosse procurado, pelo modo como está organizado, em resultado final, para bem pouco serviria a instrucção ah bebida, não prestando para preparar jovens, que se tenham de dedicar á estudos maiores, nem para dar instrucção, que por ai só possa ser proveitosa aos usos da vida.

Velloso (1859) ressalta a necessidade da formação de professores/as e aponta que

---

<sup>182</sup> Prática comum em outras províncias conforme já assinalamos anteriormente (TANURI, 2000; SAVIANE, 2009).

uma das dificuldades para a manutenção da Escola Normal residia na falta de professores habilitados para assumir a sua direção. Propôs a vinda de um professor externo à província para dirigir a escola. Sugeriu, ainda, que, uma vez garantido o funcionamento da Escola Normal, a comprovação da conclusão do Curso Normal passasse a ser exigência para aprovação em concurso, indicação reforçada mais tarde por Eduardo Pindahiba de Mattos (1864). Entretanto, na leitura dos relatórios e mensagens, somente foi possível identificar o afastamento de professores pelo não cumprimento dessa exigência em 1882, no governo de Herculano Marcos de Souza.

José Fernandes Costa Pereira Jr. (1862), em dois relatórios consecutivos (1861 e 1862), refere-se à falta de formação dos/as professores/as e defende a necessidade da Escola Normal:

As escolas normaes são pois chamadas ao desempenho da dupla missão do ensino o do habito da pedagogia. O homem intelligente e de sentimentos elevados, que frequentá-las, ha de naturalmente conhecer a importancia do ensino primario a grave e humanitaria tarefa que cabe ao magistério; e se por ventura não estiver viciado pelo egoísmo do século, se não recorrer a essa profissão como a um meio de vida, a um simples ganho pão, a de tirar da frequencia e do ensino normal vantagens que se referem não somente as suas faculdades intellectuais como também as moraes, e por conseguinte reflectem, poderosamente sobre o exercício da profissão que abraçou (PEREIRA JUNIOR, 1862, p.30).

O mesmo autor prossegue:

À necessidade de huma eschola normal onde os que se destinassem ao magistério viessem aprender e praticar, era desde muito tempo sentida nesta província, pois que a experiencia facilmente nos demonstra que para o ensino não basta sciencia— convem, como já notei, que o professor saiba transmitti-la a seus discípulos (PEREIRA JUNIOR, 1862, p.46).

Simões, Schwartz e Franco (2008), utilizando-se dessa mesma fonte, apontam que iniciativas pioneiras, no sentido de formar professores/as no Espírito Santo, se configuraram nas escolas de primeiras letras na forma de aulas avulsas. Na ocasião, “[...] a Lei nº 14 de 4 de junho de 1859, autorizava a Presidência da Província a confiar a um professor do Liceu [...] o ensino para aqueles que estivessem atuando como professores ou que pretendessem se dedicar ao magistério primário” (p.180). Os autores afirmam, ainda, que José Ortiz foi o professor escolhido para tal tarefa e, por isso, pode ser considerado o primeiro professor de uma escola cuja função era formar novos professores/as primários no Espírito Santo.

Pereira Jr. (1862, p. 30) chama a atenção para outro importante fator, que se somava à falta de formação dos/as professores/as: os baixos vencimentos a que eram submetidos/as. Ao relacionar a necessidade de formação e os vencimentos docentes, escreveu: “Se porém as escolas normaes exercem influencia [...] sobre a inteligência, como também sobre os sentimentos do professores nem por isso poderão por si só produzir bons professores”. Ainda sobre essa questão questiona:

[...] de que servem as escolas normaes numa província inde nção há para o professor o ordenado que assegure docentes subsistencia e meios de educar a família e ao lado dessa vantagem a da jubilação, quanto chegue a fadiga da idade e do trabalho, quando chegue a fadiga da idade e do trabalho, bem como o benefício de garantias de estabilidade que o livrem dos caprichos do poder? (PEREIRA JUNIOR, 1862, p. 46).

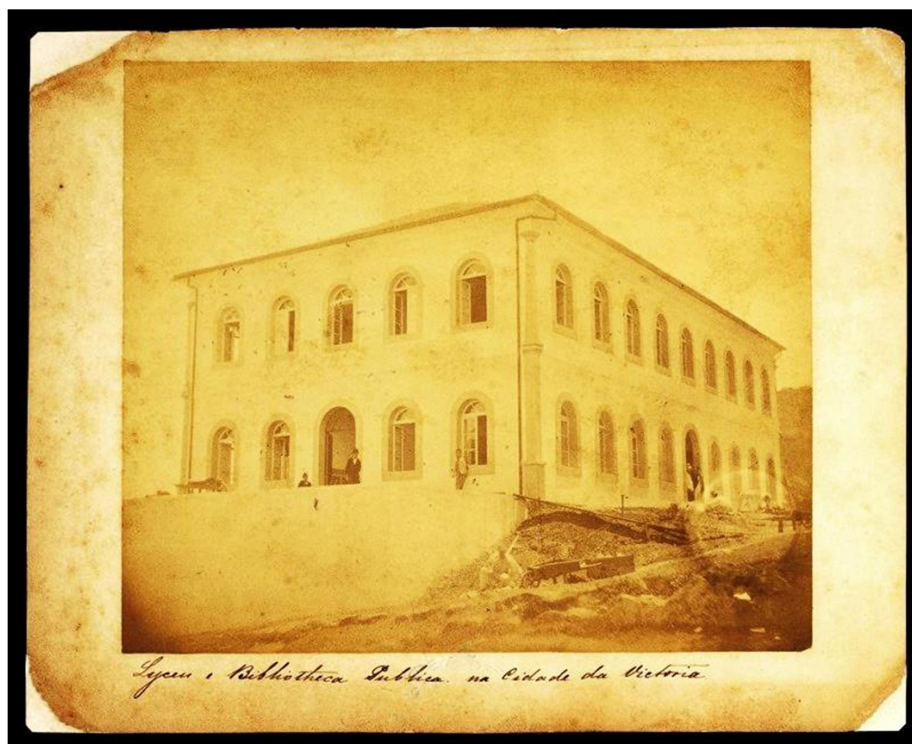
Desse modo, o Liceu de Vitória, criado, dentre outras funções, para ser um celeiro de professores, acabou por não atingir às expectativas (SCHNEIDER, 2011). Talvez, a crítica atribuída ao liceu tenha sido determinante para que seu nome fosse considerado impróprio<sup>183</sup> e a instituição passasse a ser chamada de Collégio do Espírito-Santo.<sup>184</sup> Coutinho (1993) lembra que, nesse mesmo ano, 1867, o Colégio contava com a frequência de 325 meninos. Por oferecer o Curso Normal, era conhecido também como Escola Normal (FRANCO, 2001). Em 1869, passou a ser chamado Colégio Nossa Senhora da Penha.<sup>185</sup> Nesse ano, criou-se o Curso Normal, que iniciou com a matrícula de 38 meninas. A Fotografia 22 ilustra como era o prédio da escola no final do século XIX.

<sup>183</sup> Menção feita por Antônio Joaquim Rodrigues no relatório de 1886 (p. 30).

<sup>184</sup> Lei nº 13, de 16 de julho de 1867 (ANEXO L).

<sup>185</sup> Decreto n 647, de 6 de dezembro de 1869.

Fotografia 22 – Lyceu e Biblioteca pública na cidade de Vitória



Fonte: Foto de Joaquim Ayres, entre 1880 e 1889 – Disponível em: <http://www.morrodomoreno.com.br/materias/o-ensino-e-a-primeira-biblioteca-publica-do-es.html>.

Eduardo Pindaíba de Matos, vice-presidente da província em exercício, fez várias críticas às condições da instrução primária e, insatisfeito com a formação descrita acima, sugeriu<sup>186</sup> que a frequência à Escola Normal fosse exigida para o exercício do magistério e apontou a urgência da criação de uma Escola Normal:

[...] O professor tem por missão instruir e educar; mas como faze-lo, se não for elle instruído e bem educado, e que seja mesmo essa sua instrucção e educação superior a que tem de transmittir á seus discípulos. Mas querendo-o. onde poderá elle aqui habilitar-se, como adquirir esse grau de instrução de que carece? A eschola normal preepeherá esse fim (MATOS, 1865, p. 53).

Entretanto, registravam-se manifestações de alguns setores da sociedade pela criação da Escola Normal. Na imprensa capixaba do século XIX, identificamos posições que acompanhavam a orientação predominante em relação às Escolas Normais. Por exemplo, na matéria a seguir, publicada em 1870 em um periódico local.

<sup>186</sup> Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo na abertura da sessão extraordinária do dia 21 de fevereiro de 1864.

Fotografia 23 – A Escola Normal na imprensa no final do século XIX

Óra, se a escola normal no Brasil partilha, com as demais nações cultas, da utilidade geral, tem ella no nosso paiz uma utilidade peculiar, devendo constituir, longe das nações mais adiantadas neste ramo da administração publica, um estabelecimento central, onde devem ser reunidos os progressos realizados algures, para dahi irradiar-se por todos os lados do Imperio ou das provincias. A França fulgura, sem duvida, entre as nações como um astro luminoso, e posto que por um momento pareça eclipsado aquelle foco de luz e das mais gloriosas recordações, por muito tempo ainda arremessará por todo o orbe o projectil da idéa para derocar sem resistencia as velhas abusões, e esclarecer com o seu relampago as trevas do genero humano. - Pois bem! A França com ingenua modestia confessou em 1867, não haver precedido os povos civilizados, sob o ponto de vista da obra importante da educação popular. Para supprir essa deficiencia, o governo francez creou uma especie de muséu internacional, onde se collecciona tudo o que interessa á instrucção publica de todas as nações.

Fonte: O Espírito-Santense (29 de outubro de 1870, p. 3).

Observamos que, além de referenciar a necessidade da criação da Escola Normal na província, a partir das experiências de outras províncias brasileiras, também cita o exemplo de outros países que investiram nas escolas específicas para a formação do magistério primário como forma de qualificar a instrução pública.

Foi nesse cenário de mudanças e de manifestações públicas em defesa do Curso Normal que o Instituto Feminino Secundário,<sup>187</sup> primeira instituição destinada à formação de mulheres para o magistério no Espírito Santo,<sup>188</sup> foi criado pela Lei n.º 29, de 4 de dezembro de 1869, apresentada a seguir.

---

<sup>187</sup> Schwartz (2004) aponta que o instituto ficava localizado na antiga Rua Primeiro de Março. Diferenciava-se das demais por fazer a ligação entre a parte baixa e alta da Ilha de Vitória.

<sup>188</sup> Criado pela Lei n. 29, de 4 de dezembro de 1869.



Fotografia 24 – Lei n.º 29, de 4 de dezembro de 1869  
Criou o Instituto Feminino Secundário

**PARTE OFFICIAL.**

SECRETARIA DO GOVERNO.

LEI N. 29.

ANTONIO DIAS PAES LEME, BACHAREL FORMADO em sciencias juridicas e sociaes pela faculdade de S. Paulo e presidente da provincia do Espirito-Santo.

Faço saber a todos os seus habitantes, que a assembléa legislativa provincial decretou e eu sancionei a resolução seguinte:

Art. 1.º O presidente da provincia fica autorizado a contractar com alguma senhora de exemplar conducta, e que tenha todas as habilitações necessarias para ser uma boa preceptora afim de estabelecer n'esta capital um collegio de instrução para o sexo feminino.

§ 1.º As habilitações de que trata o presente artigo, consistem em saber grammatica portugueza arithmetica e systema metrico, musica e tocar piano e todos os trabalhos de agulha. Estes conhecimentos serão provados ou por titulo de qualquer das aulas normaes do imperio, ou por exame publico feito n'esta capital.

Art. 2.º Este collegio terá as precisas accommodações para receber alumnas internas e meio pensionistas nas mesmas condições da primeira parte do § 2.º art. 3.º da lei n.º 13 de 12 de Julho de 1867.

Art. 3.º Alem da cadeira de instrução primaria, da de musica e piano, que serão regidas pela directora, o presidente da provincia fica autorizado a crear n'este collegio uma cadeira de francez, e outra de geographia e historia nacional e sagrada, cujos professores nomeados nas condições do art. 4.º da lei n.º 13 de 12 de Julho de 1867 ou professoras approvadas em concurso terão os mesmos vencimentos que tiverem os do collegio do Espirito Santo.

§ 1.º Para a creação destas cadeiras preceberá requisição da directora, que a fará quando cinco alumnas, pelo menos, se propuzerem a frequentar cada uma dellas.

Art. 4.º A instrução primaria comprehendendo os trabalhos de agulha, será dada gratuitamente n'este collegio; para frequentar, porém cada uma das outras trez aulas pagará cada alumna na repartição competente a matricula annual de 20\$000 rs. sendo metade no principio de cada semestre.

Art. 5.º A directora terá o ordenado annual de 1:500\$000 por ser a professora da cadeira de instrução primaria, de musica,

e piano; alem deste ordenado, será pago pela provincia o aluguel da casa em que funcionar o collegio.

§ 1.º Pertencerá a directora as contribuições das alumnas internas e meio pensionistas de que trata o art. 2.º da presente lei.

Art. 6.º A mesma directora será abonada por emprestimo a quantia de 1:200\$000 para compra de um piano e mais utensilios necessarios a este estabelecimento.

§ 1.º A fazenda provincial será indemnizada deste emprestimo a razão de dez por cento annualmente e para este fim começará do segundo anno em diante, a fazer os competentes descontos no ordenado da directora.

§ 2.º No caso de rescisão do contracto com a primeira directora, e sendo elle feito com outra senhora esta se obrigará, nas condições do § antecedente pela parte do referido emprestimo que ainda não tiver sido pago.

Art. 7.º Este contracto durará por cinco annos, que serão contados do dia em que o collegio começar a funcionar; e findo este prazo o presidente da provincia o reformará, fazendo as alterações que julgar convenientes devendo na seguinte sessão desta assembléa solicitar a competente approvação, expondo os motivos que o levarão a fazer as ditas alterações.

Art. 8.º Logo que este collegio se ache funcionando, o presidente da provincia poderá extinguir a cadeira de instrução primaria do sexo feminino ora existente nesta capital, aposentando a respectiva professora com os vencimentos correspondentes ao tempo de serviço que tiver, ou removendo-a para outra qualquer cadeira que se ache vaga.

Art. 9.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Mando por tanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida resolução pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contém. O secretario interino desta provincia a faça imprimir, publicar e correr. Dada no palacio do governo da provincia do Espirito Santo, aos quatro dias do mez de Dezembro de 1869, 48. da independencia e do imperio.

L. S. Antonio Dias Paes Leme.

Sellada e publicada nesta secretaria do governo da provincia do Espirito-Santo, aos quatro dias do mez de Dezembro de 1869.

Servindo de secretario.—O official-maior Manoel Corrêa de Lira.

Sucinta, a Lei autoriza o presidente da província a contratar “[...] alguma senhora de exemplar conduta e que tenha todas as habilidades necessárias para ser uma boa preceptora [...] que deveria estabelecer o Instituto Feminino Secundário”. O próprio documento define quais seriam as habilidades necessárias ao cargo: “Gramática portuguesa, arithemética e sistema métrico, música e piano e todos os trabalhos de agulha”. Por essas exigências, podemos inferir que o instituto teria a função de ensinar os conteúdos necessários à instrução primária da época e também contribuiria para a formação feminina voltada para as tarefas/habilidades comumente atribuídas às boas donas de casa. Apesar de pública, a escola cobraria das alunas as disciplinas do currículo comum enquanto as aulas de prendas domésticas eram gratuitas.

O documento nos deixa ver que a diretora, além de dirigir a escola, ministrava a cadeira de Formação Primária, Música e Piano. Causa estranhamento a forma como foi estabelecida a relação com a diretora quanto à compra do piano necessário às aulas do instrumento. O art.6º fixa que a diretora receberia um empréstimo no valor de 1:200\$000 para a compra de um piano e mais utensílios necessários para o funcionamento da escola. O parágrafo primeiro do mesmo artigo estabelece que, após o segundo ano da compra, seria debitado, a cada ano, o referente a 10% do valor do piano no salário da professora. Caso a diretora deixasse o cargo e outra pessoa assumisse a direção da escola, deveria se responsabilizar, também, pelo pagamento do restante da dívida.

Não fica explícita a propriedade final do piano, se da primeira professora, da segunda ou da escola. É de se questionar que materiais e instrumentos necessários às aulas fossem comprados pela diretora. O episódio parece ilustrar a fragilidade na distinção entre o público e o privado, manifestada, pelo menos naquele caso, nas relações de trabalho das/os professores/os. Compreendido como fonte, o documento não explicita como deveria acontecer a formação pedagógica das alunas do instituto.

Em 1871, o instituto passou a chamar-se Colégio Nossa Senhora da Penha<sup>189</sup> e continuou a atender somente ao público feminino. Seus estatutos foram aprovados

---

<sup>189</sup> Decreto nº 674, de 6 de dezembro de 1869.

pela Resolução de 9 de janeiro de 1871. Sobre essa Resolução, assim se manifestou Antônio Joaquim Rodrigues (1885, p. 53):

O ensino n'este Collegto foi dividido em 3 cursos, primário, secundário e accessorio, comprehendido o 1<sup>a</sup> a leitura, escripta, as primeiras noções de arithmetica, systema métrico, gramatica nacional, doutrina christã e trabalhos de agulha ; o 2 francez, geographia, historia nacional e sagrada e o 3, música vocal e piano.

Sabe-se que nessa escola se formou, em 1878, a primeira turma de normalistas mulheres, que iria atuar no ensino primário das escolas locais (FRANCO, 2001). Em 1872, o Colégio Espírito Santo foi transformado em Ateneu Provincial (SCHWARTZ, 2004).

A primeira Escola Normal capixaba, que funcionava em uma das salas do Atheneu Provincial, foi criada em 16 de junho de 1873, em decorrência do Regulamento da Instrução Pública de 23 de fevereiro do mesmo ano. Partindo das premissas de que espaço não é uma dimensão neutra, lugar é uma dimensão social e território é uma dimensão objetivo-subjetiva, Schwartz (2004, p.44)<sup>190</sup> assinala que “[...] o lugar que a escola Normal ocupou na trama urbana da cidade era de destaque, pois era o território nobre da cidade, próximo dos órgãos que simbolizavam o Poder [...]”. A autora aponta que essa localização também poderia contribuir para a vigilância e o controle sobre a formação de professores. A seguir, apresentamos a parte externa da escola em 1908.

---

<sup>190</sup> As noções de espaço, local e território utilizadas pela autora baseiam-se em FRAGO, Antônio Vinao. Do espaço escolar e da escola como lugar: propostas e questões. In: FRAGO, Antônio Vinao; ESCOLANO, Agustín. **Currículo, espaço e subjetividade**: a arquitetura como programa. Rio de Janeiro: DP&A, 1998. p. 59-139.

Fotografia 25 – Escola Normal do Estado do Espírito Santo – 1905



Fonte: Reproduzida de Simões, Schwartz; Franco (2008, p.181).

O local abrigou inicialmente o Ateneu Provincial (até 1892) e, a partir de 1892, a Escola Normal do Estado.<sup>191</sup> Naquele período, já era possível perceber, na formação de professores e professoras no Espírito Santo, o que Vilella (2002) chama de passagem de um modelo predominantemente artesanal<sup>192</sup> para outro mais profissional. Processo lento, mas, que começa a se configurar com a criação da Escola Normal. Destaca-se, no Regulamento que deu origem à Escola Normal, o estabelecimento de salários diferenciados para os professores e as professoras titulados pela Escola Normal.<sup>193</sup> Certamente esse é um elemento importante a ser considerado no gradual processo de profissionalização docente no Espírito Santo.

No Relatório de Governo referente ao ano de 1874, o vice-presidente Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas informa que no final do ano se encontravam matriculados na Escola Normal oito alunos, quatro homens e quatro mulheres. Mascarenhas também faz alusão às dificuldades de provimento das cadeiras para o Curso de Formação de Professores/as. Nesse mesmo ano, o funcionamento da Escola Normal foi parcialmente<sup>194</sup> suspenso, uma vez que as aulas passaram a funcionar no Ateneu Provincial (para os homens) e no Colégio Nossa Senhora da Penha (para as

<sup>191</sup> Que substituiu o Ateneu e o Colégio Nossa Senhora da Penha (SCHWARTZ, 2004).

<sup>192</sup> A autora aponta, como características desse estado artesanal da profissão, a falta de formação docente, a predominância de indicação política nos processos de seleção docente, as precárias condições de trabalho e os irrisórios salários.

<sup>193</sup> Regulamento da Instrução Pública da Província do Espírito Santo, parte 5ª – Vencimentos, vantagens e monte-pio, art. 111 e seus parágrafos.

<sup>194</sup> Kulesza (1998) aponta que essa foi uma estratégia utilizada em outros Estados do país, por exemplo, Amazonas, Paraná e Santa Catarina.

mulheres). Sabemos, pela mesma fonte, que, naquele ano, o Colégio Nossa Senhora da Penha contava com 16 alunas matriculadas. Assim, somando as matrículas da Escola Normal e do Colégio Nossa Senhora da Penha, temos o quantitativo de 20 alunas e 4 alunos matriculados no Curso Normal.

Sobre a alteração do funcionamento da Escola Normal, a Lei Provincial nº 6, de 1874, determinava:

[...] os professores de lingua e littcratura nacional, de mathematicas elementares, de historia e geographia e da lingua franceza do Áthenêo Provincial, e os de historia e geographia, e da lingua franeeza do Collegio Nossa Senhora da Penha leccionem, cada um em seu instituto, aos indivíduos de ambos os sexos [...] (MARQUES, 1878, p.58).

Dessa forma, em 1874, a escola do sexo masculino passou a funcionar anexa ao Ateneu Provincial e a do feminino (com 4 alunas) anexa ao Colégio de Nossa Senhora da Penha.<sup>195</sup> Curiosamente, observamos, pelos relatórios dos presidentes da província, que, ano a ano, na proporção em que crescia a procura para docentes habilitados para ocupar as classes desprovidas, diminuía o número de alunos e de alunas matriculadas no Curso Normal. Em 1877, a Escola Normal, anexa à Escola Nossa Senhora da Penha, contava com sete alunas.<sup>196</sup> Para Schneider (2011), uma possível explicação para esse fato estaria nas precárias condições do Curso Normal e na instabilidade do seu funcionamento, além dos poucos salários pagos aos professores. Não demoraria muito até que Antônio Joaquim de Miranda Nogueira da Gama a extinguisse por meio da mesma Lei que revogou quase todo o Regulamento, de 20 de fevereiro de 1873.<sup>197</sup> Com isso, a escola permaneceria fechada de 1898 a 1900 (SIMÕES; SALIM, 2008).

Nas décadas de 70 e 80 dos Oitocentos, intensificaram-se as críticas à instrução pública primária. As lamentações dos presidentes da província continuaram. Nos discursos dos administradores públicos, acentuavam-se as preocupações com a escolarização das classes desprovidas. Manoel da Silva Mafra assim expressava a sua insatisfação com a formação para o magistério primário:

<sup>195</sup> Relatório de Governo de Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas (1876).

<sup>196</sup> Relatório de Governo de Antônio Joaquim de Miranda Nogueira da Gama (1877).

<sup>197</sup> Lei Provincial nº 14, de 27 de abril de 1877 (art. 23).



O pessoal do magistério, salvas honrosas excepções, não é bom. O professorado, nas condições, em que se acha não é um apostolado, não é um sacerdócio, é apenas um meio de vida. O mestre em geral, ou não sabe o que ensina, ou não ensina o que sabe, ou não sabe ensinar [...].

Pretende-se que os dois Institutos, que tem esta Capital, poderão preparar mestres e mestras. Engano. As discípulas, que aproveitarem, estarão sem dúvida habilitadas para cultivarem o seu espirito, e serem distintas Senhoras, mas não aprenderão a ser mestras (MAFRA, 1878, p. 51).

A análise dos relatórios dos presidentes nos permite inferir as contradições presentes nesse processo. A forma como reagiram ao contexto revela a posição política em relação à educação pública e aos seus principais agentes, os professores e as professoras. Percebemos que alguns criticam as escolas formadoras, em que pese não investirem na sua qualificação. Outros criticam os/as docentes e personalizam na sua postura as mazelas da educação primária pública. Há ainda os que atribuem a falta de professores aos baixos salários, como é o caso de Antônio Joaquim Rodrigues:

A maior dificuldade que se encontra para melhorar a instrucção publica é a falta de pessoal habilitado para reger um grande numero da escôlas. Com os escassos vencimentos que percebem os professores e sem haver uma escola normal propriamente dita, onde se preparão os candidatos ao professorado, entendo que nenhum proveito poderão trazer qualquer medidas que forem decretadas [...].

As escolas não são providas por falta de normalistas por isso é preciso priorizar as Escolas Normais [...]

Muitos professores não sahem da velha rotina, e nem pôdem sahir, visto que faltão-lhes as necessárias habilitações para o magistério. O remédio seria demiti-los, porém, a dificuldade seria encontrar melhores, não só porque o Curso normal é uma ficção, como porque os vencimentos que percebem os professores, especialmente os de 3ª e 4ª classes, não convidão pessoas de reconhecida aptidão á abraçarem uma carreira tão cheia de responsabilidade e ao mesmo tempo desprotegida e mal recompensada (RODRIGUES, 1886, p. 11-12).

Antônio Joaquim Rodrigues (1885) informa igualmente que a reorganização da Escola Normal, estabelecida no Regulamento de 1882,<sup>198</sup> se tornara extensiva ao Colégio do Nossa Senhora da Penha. Interessa-nos, nesse Regulamento, o subsídio concedido pelo governo provincial para que professores e professoras sem habilitação realizassem estudos na Escola Normal. Podemos conjecturar que essa medida tenha contribuído para o crescimento do número de professoras em relação

<sup>198</sup> O art. 87 permite que a província adiante ao professor uma quantia mensal para auxiliar nos estudos. Essa quantia deveria ser devolvida também mensalmente quando eles retornassem ao trabalho.

aos professores, considerando que estes, por exercerem outras atividades profissionais além do magistério, tinham dificuldade de se deslocar para a referida formação.

A partir de 1892 (Reforma Moniz Freire),<sup>199</sup> a situação da formação dos professores começou a estabilizar-se. O peso atribuído pela reforma ao Curso Normal concedeu um novo estatuto tanto à formação quanto à profissionalização do magistério primário. Mostra dessa perspectiva, que concebia a formação dos professores/as como elemento fundamental para o desenvolvimento da educação, foi a reabertura da Escola Normal, em 1900. Nesse sentido, Simões e Salim (2008, p. 5) apontam:

A partir do ano 1900, a Escola Normal foi reaberta e passou a funcionar de maneira mais estável, ou seja, sem a interrupção das suas atividades. A instituição encontrava-se instalada na cidade alta em prédio próximo à sede do governo e, segundo a avaliação do próprio presidente de Estado, em 1909, não oferecia condições adequadas para o desenvolvimento do trabalho escolar.

Compondo esse quadro, vale lembrar, conforme salientamos no capítulo anterior, os impactos da Reforma Gomes Cardim (1908) para a consolidação e a expansão das Escolas Normais no Espírito Santo, nas primeiras décadas dos Novecentos. Para Saviani (2009), a reforma paulista (1890) pode ser considerada como uma referência para o movimento de reestruturação e expansão das Escolas Normais no Brasil nas primeiras décadas do século XX. Irradiada da Capital paulista, a Reforma logo atingiu as principais cidades do interior daquele Estado, tornando-se referência para outros. Nesse período, realizavam-se expedições de professores para conhecerem as mudanças implantadas na formação de professores em São Paulo, bem como visita dos paulistas a outros Estados com vistas à socialização da experiência vivida em São Paulo.

Referindo-se aos desdobramentos da Reforma Gomes Cardim e à gestão de Jerônimo Monteiro, Coutinho (1993, p.79) salienta que,

[...] em quatro anos (1908-1912), o número de escolas primárias quase dobrou de 125 para 247, e a educação secundária foi remodelada, tendo como exemplo o Ginásio Espírito-Santense, a reestruturação da Escola Normal e o Colégio do Carmo (como internato para meninas do interior).

---

<sup>199</sup> Conforme apresentado no capítulo anterior, a Reforma Moniz Freire (de 1892) produziu alterações na organização das Escolas Normais e na instrução pública primária. Nesta última, a principal intervenção diz respeito à incorporação do método intuitivo.

Em relação ao conteúdo prescrito para a formação dos/as normalistas na Escola Normal do Estado, Simões e Salim (2008) sistematizam como ele foi distribuído e identificam os preceitos legais que foram alterando a matriz curricular do curso, conforme o Quadro 13.

Quadro 13 – Componentes curriculares prescritos para a Escola Normal do Espírito Santo e os respectivos dispositivos legais (1892-1909)

Ano	Conteúdos Prescritos	Legislação
1892	<p><b>Seção masculina</b> Língua Nacional, Língua Francesa, Geografia e História Universal, História Natural, Curso Analítico de Ciências: Matemáticas Fundamentais, Aritmética, Álgebra, e Geometria, Mecânica Geral e Celeste. Curso Analítico de Ciências: Física, Química e Biologia (especialmente Anatomia e Fisiologia Humana), Curso Analítico de Ciências: Contemplação Abstrata da Unidade do ser Humano, distribuído pelas categorias fundamentais: Matemática, Astronomia, Física, Química, Biologia, Sociologia e Moral, Pedagogia e Metodologia</p> <p><b>Seção feminina</b> Língua Portuguesa, Geografia, História Natural, Noções de Cálculo Algébrico, Aritmética e Geometria, Pedagogia</p>	<p><b>Decreto nº. 2, de 4 de junho de 1892 Cap I, art. 51</b></p>
1908	<p>Português, Francês, Aritmética, Geografia, História Natural, Física, Química, História do Brasil, Pedagogia, Desenho, Trabalho de Agulha e Prendas</p>	<p><b>Decreto nº. 97, de 27 de março de 1908. Dá regulamento a Escola Normal Espírito Santense</b> Cap. II, art. 4º. e art. 5º., p.122</p>
1908	<p>Português, Francês, Aritmética e Álgebra, Geografia e Cosmografia, Caligrafia e Desenho, Ginástica, Inglês, Física e Química, Geometria, História do Brasil, Ginástica e Exercícios Militares, Literatura Portuguesa, História Universal, Pedagogia e Educação Cívica, Exercícios de ensino na Escola Modelo, Trabalhos Manuais</p>	<p><b>Decreto nº. 109, de 4 de julho de 1908. Dá regulamento à Escola Normal e à Escola Modelo</b> Cap. I, art. 3º, p. 143</p>
1909	<p>Português, Francês, Aritmética, Geografia e Cosmografia, Caligrafia e Desenho, Ginástica, Inglês, Álgebra, Geometria, História do Brasil, Literatura Portuguesa, Física e Química, História Natural, Pedagogia e Educação Cívica, História Universal, Música, Exercício de Ensino na Escola Modelo, Trabalhos Manuais</p>	<p><b>Lei nº. 545, de 16 de novembro de 1909. Dá nova organização à Instrução Pública Primária e Secundária.</b> Cap. V, art. 43, p. 4-5</p>

Fonte: Reproduzido de Simões e Salim (2008, p.8).

Ainda sobre o currículo, Franco (2001) ressalta que, além da preocupação em aperfeiçoar a formação do magistério primário, o curso feminino enfatizava as atividades manuais, que ganhavam um peso considerável na formação das mulheres normalistas. Argumentava-se que, além de contribuir para a formação prática das mulheres, os trabalhos de agulha e corte e costura poderiam proporcionar uma forma de sustento em caso de necessidade. Somente em 1908 a



Escola Normal unificou os currículos<sup>200</sup> para homens e mulheres.

Outro desdobramento importante da Reforma Gomes Cardim foi a relevância dada à Escola Modelo. Elemento central da reforma, a escola destinou-se “[...] a educar, separadamente, em classes, crianças de ambos os sexos, servindo ao mesmo tempo para o exercício do ensino dos professores normalistas [...]”.<sup>201</sup> Percebemos que a centralidade da Escola Modelo residia, especialmente, no papel que se esperava que ela cumprisse na formação de novos/as professores e professoras. Se considerarmos que era pressuposto dessa reforma a educação profissional, intelectual, moral e prática dos/as candidatos/as à carreira do magistério (conforme já assinalado no capítulo anterior), torna-se compreensível a relevância (e controle) atribuída à Escola Modelo nesse processo.

Vemos, na Fotografia 26, a Escola Modelo de 1908, que deveria funcionar como eixo irradiador de teorias e práticas pedagógicas a serem reproduzidas nos ambientes dos grupos escolares (SIMÕES; BERTO, 2016).

Fotografia 26 – Escola Modelo em Vitória no ano de 1908



Fonte: Reproduzida de Pezzin (2015, p. 48).

<sup>200</sup> Importa destacar a pesquisa realizada por Aline Limeira (2010). A autora apresenta matérias de jornais que datam da segunda metade do século XIX em que pelo menos uma escola particular do Rio de Janeiro já apresenta um currículo destinado às semelhante ao dos meninos. Esse fato parece indicar que, apesar da regulamentação, era possível, em algumas experiências educacionais, burlar a diferença do currículo a partir do sexo, o que reforça a tese apresentada pela autora: a possibilidade de uma cultura escolar heterogênea.

<sup>201</sup> Lei Nº 545, de 16 de novembro de 1908, arts. 47 e 48.

Observamos uma intensa movimentação em torno da escola, tanto de crianças como de adultos. Provavelmente de pais, mães e professores e professoras da instituição. Localizada em local privilegiado na região central e alta da cidade, a escola também se configurava como um ambiente de sociabilidade para crianças e adultos que por ela circulavam.

Recorrendo mais uma vez a Pezzin (2015), obtivemos informações referentes à Escola Modelo. Em 1908 a frequência da Escola, anexa à Escola Normal, era de 176 (45,48%) meninos e 211 (54,52%) meninas. Semelhante às matrículas da Escola Normal (cuja participação era maior das normalistas do que dos normalistas), a maioria das matrículas na Escola Modelo era de meninas.

No que se refere aos docentes da Escola Normal, os dados indicam que os homens eram maioria no exercício do magistério nessa escola, conforme podemos visualizar no Quadro 14:

Quadro 14 – Lentes e professores/as da Escola Normal em 1910

ANNOS DO CURSO	NOMES	DISCIPLINAS
Primeiro, segundo e terceiro	Carlos Mendes.....	Portuguez e litteratura
Primeiro e segundo.....	D. Anna Adelaide de Azevedo Penna.....	Francez
Segundo e terceiro.....	Carlos Mendes.....	Inglez
Primeiro, segundo e terceiro	Dr. Deocleciano Nunes de Oliveira.....	Geographia e historia
Segundo e terceiro.....	Pharmaceutico Ignacio Thomaz Pessoa.....	Historia natural
Terceiro.....	Coronel dr. Joaquim Fernandes de A. e Silva.....	Pedagogia e educação civica
Primeiro e segundo.....	Dr. João Lordello dos Santos Souza.....	Mathematica
Idem, idem.....	Dr. Arthur Corrêa de Mattos Thompson.....	Calligraphia e desenho
Terceiro.....	Antonio Auñon Sierra.....	Musica
Primeiro, segundo e terceiro	D. Emilia Franklina Mullulo.....	Gymnastica
Primeiro e segundo.....	D. Izabel Martins de Alvarenga Santos.....	Trabalhos
Primeiro, segundo e terceiro	Sosthenes Barreto da Silva.....	Gymnastica e exercicios militares
Idem, idem, idem.....	José Calazans Pinto de Azevedo.....	Marcenaria e modelagem

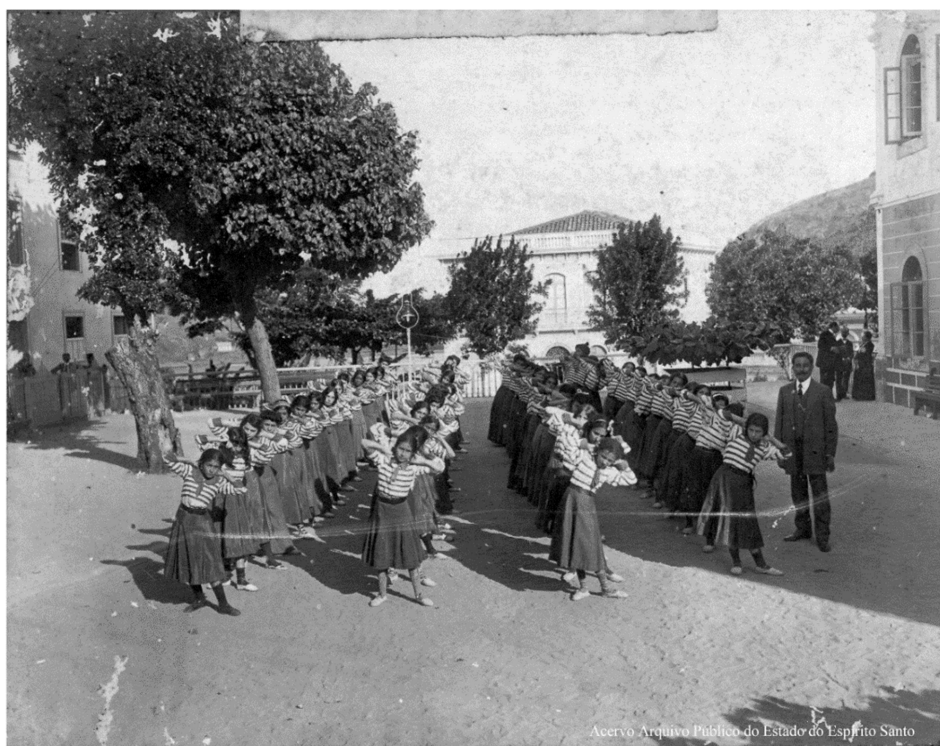
Fonte: Oliveira (1910, p. 24).

Vemos, assim, que o movimento de inserção das mulheres no ensino secundário, também lento e gradual, se abre a partir das disciplinas consideradas mais adequadas ao sexo feminino. Não se conceberia, nessa época, um professor homem ensinando prendas domésticas ou realizando atividades físicas com as alunas, visto que o “cuidado moral” com o corpo era uma constante. No caso do francês, as fontes mostram que muitas mulheres de famílias abastadas eram instruídas nessa língua, considerada fundamental para a formação das moças no período em tela. Podemos supor também que o ingresso das professoras tenha se

dado pela falta de homens habilitados para lecionar as referidas disciplinas.

Em 1911, o presidente Jerônimo Monteiro informava que as aulas nas Escolas Normais, Modelo, de Bellas Artes, do Collegio Nossa Senhora Auxiliadora e do Gymnasio Espirito Santense funcionavam com regularidade, mas “[...] na Escola Normal e no Gymnasio Espirito Santense os trabalhos se fazem com alguma dificuldade, devido à deficiência de espaço nos edifícios [...]” (MONTEIRO, 1911, p. 53). Um pouco depois, o presidente Marcondes Alves de Souza fazia referência aos melhoramentos pelos quais passaram os edifícios da Escola Normal e dos demais prédios escolares da Capital e os considerava “[...] em optimas condições e perfeitamente aparelhados para os fins a que se destinam [...]” (SOUZA, 1913, p. 18). A Fotografia 27 ilustra alunas da escola em atividades físicas.

Fotografia 27 – Alunas da Escola Normal em atividades físicas - 1912



Grupo de alunas da Escola Normal em exercício de ginástica sueca - 1912.

[ JM168 ]

Fonte: Acervo de fotos do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Na Fotografia 27 as alunas aparecem vestidas com saias longas e blusas de manga, dentro do padrão moral aceitável na época em uma aula de Educação Física. É possível perceber, nessa e em outras fotos do período, que, quanto mais adultas eram as mulheres, maior era o tamanho de suas saias. No caso das professoras,

elas eram vistas como guardiãs da moral de suas alunas, por isso, deveriam se vestir e se comportar de forma que atendessem aos padrões morais vigentes (LAUFF; ALVARENGA, 2017). Em relação ao professor que aparece na foto, apesar do clima tropical e da especificidade das aulas de Educação Física, este está vestido de terno e gravata.

Simões e Salim (2008) observam que, mesmo com o crescimento do número de professores habilitados anualmente na Escola Normal, esse quantitativo não se mostrava suficiente para atender à crescente demanda por docentes primários do Estado. A dificuldade em prover as classes persistiu durante toda a Primeira República.

Em 1918, Bernardino de Souza Monteiro elogiava o trabalho desenvolvido na Escola Normal e informava:

A Escola Normal, compreendendo as escolas e Annexas Complementar e Isolada Modelo, continua a funcionar com a devida regularidade, satisfatória disciplina e aproveitamento de alunos, e, se não atende por completo, às exigências do ensino, formando professores capazes de exercer em toda a sua plenitude a elevada missão de ensinar, extinguindo o analfabetismo, serve bem regularmente as necessidades do momento (MONTEIRO, 1918, p. 34).

Provavelmente os investimentos realizados na formação do magistério bem como na sua profissionalização provocaram desdobramentos positivos tanto na percepção corrente da escola como no exercício do magistério. Podemos identificar, como um desses desdobramentos, o crescimento no número de matrículas, como indica a tabela a seguir.

Tabela 9 – Frequência Escola Normal no período de 1916 a 1919

Ano	Matrículas	Frequência	Diplomados
1916	128	110	28
1917	122	111	18
1918	110	103	21
1919	129	111	24

Fonte: Reproduzida de Pezzin (2015, p. 22).

Apesar de essa fonte não nos deixar ver a distribuição das matrículas entre os sexos, as informações contidas relatório de 1919 do Presidente do Estado,

Bernardino de Souza Monteiro, mostram que a Escola Normal já se encontrava em crescente processo de feminização, como podemos perceber no Quadro 15:

Quadro 15 – Comparativo da frequência na Escola Normal, Complementar e Modelo nos anos de 1918 e 1919

Em 1918 :			
	<i>Alumnos Masc. Fem.</i>		
Escola Normal . . . . .	110	19	91
Escola Complementar . . . . .	88	34	54
Escola Modelo . . . . .	365	182	183
Escola Isolada Modelo . . . . .	38	—	38
	601	235	366

Em 1919 — (1º semestre) :			
	<i>Alumnos Masc. Fem.</i>		
Escola Normal . . . . .	129	21	108
Escola Complementar . . . . .	90	35	55
Escola Modelo . . . . .	407	205	202
Escola Isolada Modelo . . . . .	30	—	30
	656	261	395

Ha, portanto, um augmento de 55 alumnos.

Fonte: Monteiro (1919, p. 31).

É possível observar que as mulheres e as meninas aparecem em maior número tanto nas escolas de formação primária como na formação para o magistério. Constatamos, não somente o crescimento da matrícula de mulheres no Curso Normal, mas também a redução da presença masculina. Em 1918, do total de 110 normalistas, somente 19 (17,27%) eram homens enquanto 91 (82,73%) eram mulheres. Em 1919, essa diferença ampliou-se: das 129 matrículas na Escola Normal, 21 (16,28%) eram do sexo masculino e 108 (83,72%) do feminino. Esse dado, quando comparado com a Tabela 6<sup>202</sup>, revela a estreita relação entre a formação da Escola Normal com a ampliação do ingresso das mulheres no magistério primário no Estado do Espírito Santo.

<sup>202</sup> Profissionais do Magistério no Estado do Espírito Santo segundo a nacionalidade e o sexo – 1920, do capítulo anterior.

Quanto aos docentes, Monteiro (1918) mostra-se satisfeito com a queda do número de escolas desprovidas. A Tabela 10 ilustra a questão:

Tabela 10 – Quadro do magistério primário do Espírito Santo - 1918

NORMALISTAS		CONCURSO	
Professores	Professoras	Professores	Professoras
1ª entrada... 8	1ª entrada... 32	1ª entrada... 6	1ª entrada... 2
2ª " ... 9	2ª " ... 22	2ª " ... 12	2ª " ... 16
3ª " ... 0	3ª " ... 50	3ª " ... 33	3ª " ... 65
Total .17	Total .104	Total .51	Total 83

Fonte: Monteiro (1918, p.61).

Não é difícil reconhecer, com base nesse documento, que as mulheres já eram maioria no exercício do magistério primário. A Tabela 10 registra que, em 1918, de 121 normalistas, 17 (14,05%) eram homens e 104 (85,95%) mulheres. Em relação aos professores concursados, do total de 134 docentes, 83 (61,94%) eram mulheres e 51 (38,06%) eram homens. Podemos inferir ainda que a atuação das mulheres tenha sido maior nas escolas de terceira entrada, ou seja, no interior do Estado, uma vez que não aparece nenhum homem entre as 50 (100%) normalistas trabalhando em escolas de 3ª entrada. Quanto aos professores concursados, o documento aponta 33 homens (33,67%) e 65 (66,33%) mulheres, diferença considerável, se comparada com o quantitativo das escolas de 1ª e 2ª entrada. Apesar desse diferencial, o presidente Marcondes Alves de Souza lamentava a carência de professores para atuar no interior do Estado, uma vez que, em geral, as normalistas não queriam se afastar da Capital. Segundo ele, “[...] Justifica-se em parte esta recusa porque sendo a maioria das normalistas solteira e residente nesta capital, luta com dificuldades para deixar sua família [...]” (SOUZA, 1914, p. 32).

Com base na leitura do Relatório de Bernardino de Souza Monteiro (1919, p.26-27), podemos identificar como estava dividido o ensino público no Estado, na percepção do governador:

[...] Curso secundário — fornecido pelo Gymnasio Espirito Santense, equiparado ao Collegio Pedro II; curso profissional, incumbido á Escola Normal official e Collégio N. S. Auxiliadora, áquella

equiparado; curso primário, distribuído em as escolas armadas à Normal, em dois grupos escolares, nesta cidade e em Cachoeiro de Itapemirim, e em escolas isoladas na capital e municípios.

Além desses estabelecimentos, os municípios mantêm escolas primárias, subvencionadas, fiscalizadas, e superintendidas pelo Estado, e numerosos cursos particulares, secundários e primários, se estabeleceram, obedientes ao regulamento da Diretoria do Ensino Público, por todo o território espírito-santense.

A partir dessas informações, Monteiro (1919, p.34) elogia a Reforma Gomes Cardim, cujos efeitos salutaros se refletiam na instrução pública e estende os elogios ao magistério:

Os dois estabelecimentos de ensino normal fornecem o professorado indispensável ao serviço da instrução. Entre os professores, há verdadeiros e abnegados sacerdotes na Capital e no interior, laboriosamente constroem o porvir do Espírito Santo. Sabe-se, na Europa, é considerado o professor a pedra angular da nacionalidade.

Ao que parece, o presidente incorporou o discurso da época que, concebendo a profissão docente como sacerdócio, a elevava como importante instrumento na disseminação e fortalecimento de uma nova ordem – positiva e científica – em curso no Brasil e no Espírito Santo. Esse contexto nos remete aos apontamentos de Louro (1994),<sup>203</sup> quando afirma que, na nascente República brasileira, a educação era concebida como mola mestra para a formação de novos cidadãos trabalhadores.

Importa dar vazão, também, à observação de Coutinho (1993), quando afirma que, seguindo a tendência do contexto nacional, nas primeiras décadas dos Novecentos, ocorre uma expansão no número de escolas da iniciativa privada. No caso do Espírito Santo, especificamente para a formação do magistério, destacam-se o Colégio Pedro Palácios no município de Cachoeiro de Itapemirim, o Ginásio São Vicente de Paula e o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, ambos no Centro na Capital. Nessa linha de pensamento, Simões e Salim (2008, p.9) lembram que “[...] esses novos estabelecimentos estavam equiparados à Escola Normal Pedro II, tendo de seguir obrigatoriamente o seu regimento interno e as suas normas de organização curricular e pedagógica [...]”.

Finalizando o desenho da trajetória da Escola Normal, tema desta parte do texto, vale ressaltar que, em 1925, a instituição passou a ser chamada de Escola Normal

<sup>203</sup> Registramos que, para Louro, não somente a educação escolar cumpriu esse papel. A autora destaca que inúmeros espaços extraescolares também contribuíram para essa construção.

D. Pedro II, em homenagem ao segundo imperador do Brasil, por ocasião do centenário de seu nascimento (BARRETO, 2007). O Ginásio Estadual Maria Ortiz, criado em 1936, funcionou, até 1970, anexo à Escola Normal, quando ela foi transferida para a Praia de Santa Helena, também na Capital do Estado. Em 1971, a Escola Normal Pedro II foi extinta, ao mesmo em tempo que foi criado o Instituto de Educação.<sup>204</sup> O antigo prédio que abrigou a primeira Escola Normal do Espírito Santo foi o mesmo em que, mais tarde, passou a funcionar a Escola Estadual de Ensino Médio Maria Ortiz (COSTA, 2014). Obras, como a de Schwartz (2004), Rangel (2011), Pezzin (2015) e Costa (2014), oferecem excelentes contribuições para as investigações sobre a formação das/os normalistas para além de 1920, que ultrapassa o marco temporal desta tese.

#### 4.3 COLÉGIO NOSSA SENHORA AUXILIADORA (O CARMO)

A historiografia capixaba registra que o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, desde a sua criação, muito contribuiu para a formação das normalistas nas primeiras décadas dos Novecentos, no Espírito Santo, em especial após ter sido equiparado à Escola Normal pública em 1907. Nesse sentido, consideramos oportuno também caracterizar, em linhas gerais, as influências dessa nova instituição relativamente ao nosso objeto de estudo.

Como demonstrou Franco (2001), o prédio<sup>205</sup> que abrigou o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora (inicialmente um convento) teve origem em um movimento da Igreja Católica, que objetivava combater a laicização do ensino, por entender que a formação feminina, sem os princípios da religião, poderia influenciar o papel atribuído às mulheres. Assim, “[...] por serem contrários à ideia da emancipação feminina, apoiaram um projeto educacional que tinha por proposta dar ao gênero feminino ensinamentos que formassem mulheres prenyadas e boas donas-de-casa [...]” (p. 237).

Antes de se tornar uma escola feminina, o prédio do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora sediou as seguintes instituições: Convento, Ateneu Diocesano, Quartel e Hospital Militar. Sua história é marcada por uma série de disputas jurídicas e

<sup>204</sup> Criado pela *Lei nº 2.561, de 1º de fevereiro de 1971*, pelo Decreto nº. 311-E, de 9 de março de 1971, passa a chamar-se “Instituto de Educação Fernando Duarte Rabelo” (COSTA, 2014).

<sup>205</sup> Atualmente o edifício pertence à Mitra Arquidiocesana de Vitória. A Prefeitura de Vitória aluga parte da estrutura que abriga a Escola Municipal de Ensino Fundamental São Vicente de Paula.



políticas entre o Estado e a Igreja Católica. Ficou conhecido como Colégio do Carmo devido à ordem religiosa a que estava vinculado, as carmelitas (OLIVEIRA, 1934; NOVAES, 1950).<sup>206</sup>

Fundado em 1897, o Colégio seria fechado em 1889 devido às dificuldades financeiras. Reaberto em 1900, o Carmo contou inicialmente com nove alunas internas, 63 externas e 23 meninos. Para Novaes (1950, p. 241), “[...] o ano de 1902 foi o marco na vida do Carmo. Naquele ano, iniciou-se o episcopado de D. Fernando de Souza Monteiro, que ‘elegeu o Carmo a pérola de sua diocese’ [...]”. Por sua vez, Franco (2001) destaca, como marcos na história do Carmo, o reconhecimento oficial dos exames realizados pelo colégio e a equiparação desse estabelecimento à Escola Normal em 1907. Na ocasião, a escola passa a ficar sujeita ao regulamento da instrução em vigor (Fotografia 28).

Fotografia 28 – Interior do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora - 1907



Fonte: Acervo do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

<sup>206</sup> Para maiores informações, ver: FRANCO, Sebastião Pimentel. **Do privado ao público: o papel da escolarização na ampliação de espaços sociais para a mulher na Primeira República**. 2001. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001; NOVAES, Maria Estela de. **O Carmo: Colégio Nossa senhora Auxiliadora (1650-1900-1950)**. Composto e impresso na oficina da Escolá Técnica de Vitória. Vitória, 1950; MARQUES, Cezar Augusto. **Dicionário histórico, geográfico e estatístico da Província do Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878; OLIVEIRA, Adolfo Fernandes. **Nossas antiguidades**. **Revista do Instituto Historico e Geographico do Espirito Santo**, n. 7, p. 67-73, mar. 1934.

No que se refere à administração pública, o relatório de Monteiro (1919) deixa explícita a parceria com o colégio católico e o Estado elogia a dedicação com que o ensino era desenvolvido na instituição. Para o presidente, os serviços prestados pelo Colégio do Carmo facilitaram o acesso à formação das filhas das famílias do interior do Estado. Na mesma fonte, o presidente assim identifica as matrículas da escola: em 1918 foram 435 alunos e em 1919 foram 433. Monteiro aponta que naquele ano o Carmo recebeu um número de matrículas superior ao da Escola Normal pública, o que, segundo ele, se explicava pela oferta da modalidade de internato pela instituição católica.

Rangel (2011, p. 54-55),<sup>207</sup> referindo-se a influência do Carmo na sociabilidade feminina nas primeiras décadas do século XX, afirma:

Nesse período, duas estruturas de sociabilidade concentraram a nata da intelectualidade feminina, no Espírito Santo, o Colégio do Carmo e a revista *Vida Capixaba*. O primeiro, de certa forma, serviu ao segundo, no sentido de que esse foi o berço de formação da maioria das mulheres intelectuais que, na juventude e na fase adulta, imprimiram a sua colaboração no ambiente literário e cultural promovido pela revista. Como *locus* privilegiado do despertar intelectual e político de uma parcela significativa das mulheres capixabas, esses dois sítios de agrupamento e fermentação das ideias femininas, ajudaram a fundar uma categoria que, até a década de 1920, se encontrava dispersa. E, como qualquer outro grupo reunido voluntária ou espontaneamente, nesse período de agitação política e renovação dos paradigmas modernos, o pequeno mundo da intelectualidade feminina, no Espírito Santo, também possuía suas referências ideológicas, que funcionavam ora como valores fluidos, ora como modelos permanentes, ainda que oscilantes, de se pensar o mundo.

As fotografias a seguir mostram o Colégio do Carmo em 1916.

---

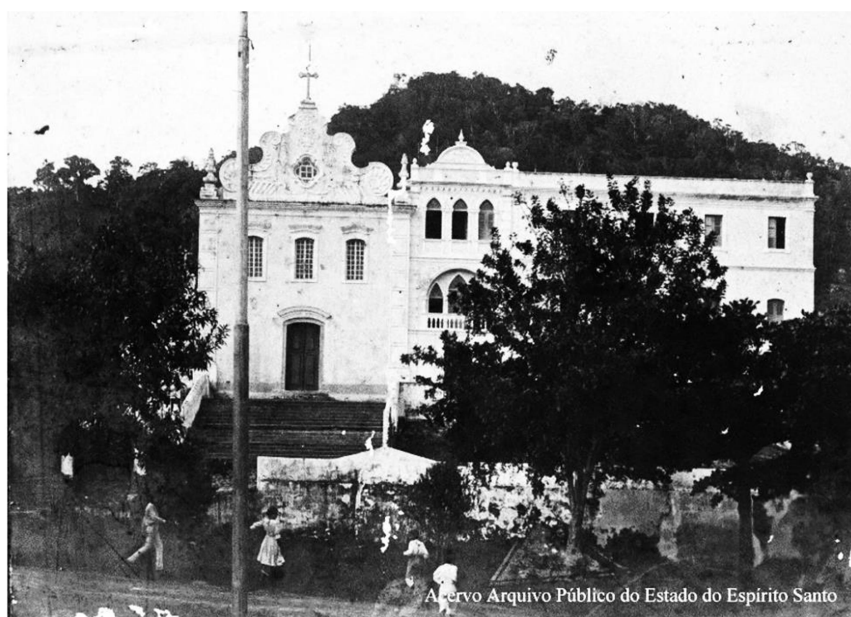
<sup>207</sup> Tese sustentada por Barreto (2007, p. 12): “As mulheres que participaram de movimentos políticos e literários eram, em sua maioria, formadas pela Escola Normal, uma vez que não era oferecida, naquela época, outra oportunidade de formação escolar”.

Fotografia 29 – Colégio do Carmo 1916



Fonte: Acervo de fotos do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Fotografia 30 – Colégio do Carmo 1916



Fonte: Acervo de fotos do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Em *Biografia de uma ilha*, Derenzi (1965) relaciona a equiparação do educandário à Escola Normal com o aumento do contingente de professores demandado pela abertura de escolas no período. Para ele, a parceria com o Colégio do Carmo fazia parte de um esforço dos governantes da época em ampliar a escolarização primária. Afirma o autor: “Foi, sem dúvida, a mais bela cruzada, galhardamente vencida pelo

Governo: a difusão do ensino primário [...]. Em resumo, houve verdadeiro movimento educacional no sentido dinâmico do termo [...]” (DERENZI, 1965, p. 12) e a Escola Normal foi fundamental para esse movimento.

#### 4.4 O CURSO NORMAL, A PROFISSIONALIZAÇÃO DAS MULHERES PROFESSORAS E A FEMINIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

Conforme exposto, a consolidação e expansão do Curso Normal foi muito importante para a constituição do magistério primário capixaba nas primeiras décadas do século XX. Além de ter sido pioneiro na profissionalização das mulheres em espaços públicos, também impulsionou a ampliação da sua participação no magistério e, posteriormente, a feminização da profissão docente. Assim:

A criação de escolas femininas de nível secundário possibilitou que, nessa época, as mulheres começassem a se candidatar a vagas de professoras nas diferentes escolas espalhadas por toda a província. Começaram então a surgir os primeiros concursos para preenchimento de vagas (FRANCO, 2001, p.178).

O recrutamento de mulheres causou reações negativas na sociedade que, via de regra, concebia as normalistas como pessoas de moral duvidosa, provavelmente devido ao fato de a Escola Normal, nos seus primórdios, ter sido frequentada por meninas/mulheres pobres. Mas, mesmo com o currículo diferenciado dos Liceus e dos Colégios Secundários, essa escola, com o tempo, constituiu-se em uma das poucas possibilidades de continuidade dos estudos, fato que atraiu as moças de famílias abastadas em busca de elevação do grau de instrução (NOVAES, 1984). Com isso, as Escolas Normais passaram a ser frequentadas preferencialmente por meninas/mulheres com melhores condições financeiras, possivelmente por se constituir em uma das poucas oportunidades de essas moças darem continuidade aos estudos (FRANCO, 2001). Para Costa (2014, p. 48):

A centralidade do papel desempenhado pela Escola Normal como *locus* privilegiado para a preparação de docentes no Espírito Santo era acompanhada do prestígio social desfrutado pela tradicional instituição. Esse prestígio traduzia-se, por exemplo, em notas publicadas na revista Vida Capixaba, nas décadas de 1920 e 1930, sobre os bailes de formatura, desfiles cívicos e esportivos, exposições de trabalhos, concursos e outros eventos promovidos pela escola.

A análise de Nóvoa (1991, p.125), embora dirigida à experiência de Portugal, ajuda-

nos a pensar sobre o papel das Escolas Normais, ao afirmar que

A evolução do estatuto dos docentes primários está indissociavelmente ligada ao desenvolvimento das Escolas Normais . No século XIX,<sup>208</sup> elas se constituem o lugar central de produção e de reprodução do corpo de saberes do sistema de normas próprias à profissão docente, e têm uma ação fundamental na elaboração dos conhecimentos pedagógicos e de uma ideologia comum ao conjunto dos docentes: suas épocas e glória (e de decadência) conduzem a um aumento (e uma diminuição) do prestígio da condição docente.

[...]

Elas estão na origem histórica contemporânea da profissão docente: substituem definitivamente o ‘velho’ mestre-escola pelo ‘novo’ professor do ensino primário. Numa perspectiva sociológica, esta mudança supõe rupturas, mas também continuidades, sob muitos pontos de vista, as Escolas Normais funcionam como verdadeiros ‘seminários leigos’.

Em um movimento paralelo à contingência da instrução feminina, alguns republicanos começaram a fomentar na sociedade uma representação da mulher como o esteio da família, a legítima responsável pela educação dos filhos. Com a constante associação entre o trabalho feminino e o magistério, essa atividade vai paulatinamente sendo considerada como uma expansão das funções socialmente atribuídas às mulheres, na virada do século, ou seja, a de mãe, cuidadora, prendada e, por conseguinte, como a única ocupação a ser aceita para a mulher.

Como ocorreu em outras partes do país,<sup>209</sup> também no Espírito Santo o movimento de institucionalização da formação docente continuou a expandir-se durante toda a Primeira República, tendo como principais referências os cursos de formação docente, sobretudo, a Escola Normal. Observamos, porém, que foram as mulheres pobres que inicialmente aderiram às Escolas Normais. Somente mais adiante, as moças de famílias mais abastadas aceitaram a possibilidade de que, além da garantia da profissionalização, o Curso Normal também almejava prepará-las para o casamento.

Apesar da crítica à formação feminina que predominava nas Escolas Normais nos anos iniciais do século XX, acredita-se que o espaço e tempo da Escola Normal também contribuíram para a mudança em torno das concepções sobre as mulheres

<sup>208</sup> No caso do Brasil, podemos afirmar que esse fenômeno ocorreu no século XX.

<sup>209</sup> Tanuri (2000, p. 79) afirma: “Por volta do final dos anos 20, as escolas normais já haviam ampliado bastante a duração e o nível de seus estudos, possibilitando, via de regra, articulação com o curso secundário e alargando a formação profissional propriamente dita [...]”.

e seu papel social, predominante na época. Apesar do tipo de mulheres e professoras que se desejava formar, submissas, meigas e donas de casa, os cotidianos escolares estavam permeados de confronto entre o que era prescrito e as ações, considerando-se que, na relação estabelecida na escola, muito do que era ensinado e aprendido não estava previsto e, muitas vezes, escapava ao planejado oficialmente (LOURO, 1986). Dito de outra maneira,

Numa escola de formação para as mulheres, a atuação das professoras pode ter sido uma determinação significativa. Sendo mediadoras entre as alunas e os conteúdos, as alunas e a organização escolar, sua fala progressista ou conservadora, ou mesmo sua aparente neutralidade. Carrega em todos os momentos uma mensagem, representa posição e influencia (LOURO, 1986, p. 35).

Como afirmávamos em outra ocasião, no caso do Espírito Santo, a formação dos/as professores/as da escola primária se deu de forma muito semelhante ao que ocorreu em outras regiões do Brasil, incluindo-se o subsídio à formação de professores em outras províncias. Como indicam as fontes consultadas, os primórdios da formação para o magistério mostraram-se frágeis e intermitentes. No começo do século XX, a Escola Normal, que passara anteriormente por momentos de debilidade, inicia um processo de estabilização e revigoração, ocupando posição de destaque na formação de professores para a reformulação do ensino local. Dessa forma, podemos afirmar que a criação, a expansão e as inúmeras reformulações do Curso Normal articularam-se aos processos de profissionalização do magistério capixaba nas décadas iniciais do século XX. Tratava-se de um contexto geral, em que a atuação da Escola Normal revelou-se fundamental para constituição do magistério primário no Brasil bem como para a inserção das mulheres na profissão docente (ALVARENGA; SIMÕES, 2017).

Esse processo foi de fundamental importância para a escolarização das mulheres em um duplo sentido, tanto para a ampliação da oferta da instrução primária para meninas, como para a expansão da educação possibilitada às mulheres adultas. Inicialmente palco privilegiado das meninas e moças de famílias pobres que, de alguma forma, viam no magistério uma possibilidade de inserção do mundo do trabalho e de contribuição para o sustento de suas famílias, as Escolas Normais foram se constituindo em uma singular possibilidade para a emancipação das

mulheres em meio aos contraditórios ideais republicanos (ALVARENGA, LUCENA; FRANÇA, 2016).

É comum os/as estudiosos/as da feminização do trabalho no Brasil (SAFFIOTI, 2013; NOGUEIRA, 2004; HIRATA, 1999, por exemplo) apontar que esse é um movimento em contradição. Essa contradição residiria no fato de, por um lado, ser inegável que essa inserção representou um avanço na luta pela emancipação feminina, mas, por outro, de que o ingresso das mulheres no mundo produtivo, sob a égide do capital, tem sido, via de regra, marcado pela precarização. Para Nogueira (2004, p. 88):

[...] as metamorfoses do mundo do trabalho (dentre as quais supomos que a principal delas talvez seja a sua feminização) acabam sendo positivas, uma vez que permitem construir e avançar o difícil processo de emancipação feminina, e desse modo minimizar as formas de dominação patriarcal no espaço doméstico. São também negativas, pois essas transformações vêm agravando significativamente a precarização da mulher trabalhadora.

Na dissertação de mestrado defendida em 2004, publicada com adaptações em 2007,<sup>210</sup> uma das conclusões a que chegamos foi que, no Brasil, a feminização do magistério aconteceu em um contexto de expansão do campo educacional em termos quantitativos, especialmente nos anos iniciais de escolarização. Na ocasião, tivemos com principal referência os estudos de Almeida (1998), segundo os quais a “mão-de-obra” feminina na educação se fez necessária, entre outros motivos, pelo conservadorismo católico da época, que não aceitava que os professores educassem as meninas. A autora acrescenta também que,

[...] com a possibilidade das mulheres poderem ensinar, produziu-se uma demanda pela profissão de professora. Aliando-se a essa demanda, o discurso ideológico construiu uma série de argumentações que alocavam às mulheres um melhor desempenho profissional na educação, derivado do fato de a docência estar ligada à idéia de domesticidade e maternidade. Essa ideologia teve o poder de reforçar os estereótipos e a segregação sexual a que as mulheres estiveram submetidas socialmente ao longo de décadas, por entender-se que cuidar de crianças e educar era missão feminina e o magistério revelar-se seu lugar por excelência (ALMEIDA, 1998, p. 64).

<sup>210</sup> Estudo de caso do tipo etnográfico, realizado no ano letivo de 2002, em uma escola pública estadual localizada no município de Vitória, capital do Espírito Santo. A pesquisa contou com a amostra de 13 professores, 93 e alunos/as e 11 funcionários/as da escola e com observação diária do/no cotidiano escolar.

Destaca ainda Almeida (1998) que o processo de feminização do magistério não foi tranquilo, uma vez que, para os homens, significava a perda de um espaço profissional. Posteriormente, com os ideais republicanos que preconizavam um povo instruído, a crença no poder da educação para o crescimento do país repercutiu diretamente na política educacional e na criação de mais escolas. Para a autora, a ocupação do magistério pelas mulheres deu-se efetivamente devido ao aumento do número de vagas nas escolas e, posteriormente, pelo abandono da profissão pelos homens em busca de melhores salários, conforme produzamos ilustrar com a experiência do Espírito Santo nos capítulos anteriores. A retirada dos homens à procura de uma atividade remunerada melhor teria permitido que seus lugares fossem ocupados pelas mulheres (ALMEIDA, 1998).

Alguns/algumas historiadores/as contemplam também a possibilidade de o exercício do magistério ser considerado desonroso para os homens naquela época. Garzoni (2012), em pesquisa realizada sobre gênero e direito na imprensa do Rio de Janeiro no início do século XX, ilustra a questão citando o caso do professor primário Carlos de Laet. Ao que parece, o professor se sentia ofendido por ser chamado de professor primário. Reforça que o suposto ofensor também parece ter a intenção de atingir Laet ao chamá-lo de professor primário. A autora menciona debates que repercutiam na época sobre o ingresso das mulheres no magistério primário e que relacionam gênero e trabalho. Nessa linha, cita o texto de autoria de Medeiros e Albuquerque<sup>211</sup> intitulado *Uma profissão feminina* que, em meio a esse debate em curso, alude ao magistério como a profissão ideal para as mulheres e se mostra favorável à proibição da frequência masculina ao Curso Normal. Na perspectiva desse autor, lê-se:

Por ora, entre nós sobretudo, a profissão quasi única, que se abre a mulher da burguesia, à moça de certa inteligência – é o magistério e principalmente o primário. Por isso, a influência para ele é actualmente enorme [...] Os poderes municipais tiveram aqui a boa iniciativa de torná-lo uma profissão exclusivamente feminina [...] Essa, é pois, actualmente a grande profissão feminina entre nós. Há pouco, entretanto, falou-se num projeto restabelecendo a admissão de professores nas nossas escolas. Seria um erro e uma injustiça [...] injustiça – porque o homem tem diante de si todas as profissões – o que não ocorre à mulher. Erro, porque salvos os casos raros de raríssimas vocações, não se compreende bem um rapaz de merecimento, com capacidade para estudar, se subordine a um curso como o da Escola Normal a fim de ter unicamente os magros vencimentos do nosso magistério primário [...] o melhor diante de tal constatação, é ficarmos

<sup>211</sup> Correio da Manhã, 8-11-1901, Edição 00147, p. 1.



no que estamos: guarde-se ao menos para as mulheres essa profissão quasi única, que ellas sabem desempenhar superiormente (ALBUQUERQUE, 1901, p.1).

Concordamos com Garzoni (2012), quando comenta que o texto, à primeira vista, parece contraditório, pois o autor, embora defenda a igualdade de direitos reserva às mulheres uma profissão mal remunerada e que, em sua opinião, não exigia muito esforço intelectual. Mas, se olharmos atentamente, veremos que o texto de Medeiros e Albuquerque condiz com o imaginário da época que havia incorporado o discurso veiculado da supremacia feminina na profissão docente. Além disso, “[...] a associação entre magistério primário e baixo nível de exigência intelectual também era um dos fatores mobilizados para justificar a exclusividade feminina nesse campo [...]” (GARZONI, 2012, p.63).<sup>212</sup>

Almeida (1998) enfatiza, porém, que as causas da feminização do magistério não se limitam ao aumento quantitativo das vagas e à resistência da Igreja em relação à educação masculina das meninas. A feminização do magistério foi também influenciada pelas transformações nas relações patriarcais que vinham estruturando a sociedade nas primeiras décadas do século XIX. Nesse sentido, deve-se considerar a relação classe/gênero/etnia para a definição dos espaços ocupados pelas mulheres no magistério.

Da mesma forma, a composição majoritária das alunas não significava a maioria feminina na docência e assinalam que, com o processo gradual de feminização dos cursos de formação para o exercício do magistério, a própria atividade docente reestruturou-se (ALMEIDA, 2004; LOURO, 2001; FRANCO, 2001). Nessa direção, é possível pensar que o movimento de inserção das mulheres no magistério primário no Brasil seguiu a tendência apontada por Novaes (1984), ou seja, quando os profissionais vislumbram outras opções de ocupações, em profissões de maior prestígio social (e, por que não dizer, de valorização profissional?), resta aos que ficam no exercício dessa profissão “[...] tomar o barco, mesmo que ele esteja naufragando [...]. Essa é a característica da mulher, não só no magistério: ascender profissionalmente ocupando os postos já desinteressantes para os homens [...]” (NOVAES, 1984, p.89). E a autora continua:

<sup>212</sup> A autora analisa uma série de artigos publicados, naquele mesmo período, no *Correio da Manhã*, em que era possível observar referências explícitas a essa abordagem.

A incorporação da mulher na função docente foi justificada como uma extensão das atividades femininas além dos limites domésticos. Cuidar de crianças, educá-las continuava a ser tarefa de mãe, portanto, nada melhor do que a mulher, mesmo solteira, para executá-la.

Apesar de contraditório, é compreensível que as próprias mulheres passam a gostar da idéia e a defendê-la [...]. É que as mulheres, ainda que de forma incipiente, percebem que o trabalho constitui-se no veículo de sua libertação (NOVAES, 1984, p.103).

Podemos apontar como um desdobramento da feminização do trabalho docente o que Lelis (2011) chama de “caráter asséptico” presente nas trajetórias de vida das professoras. Ele está intimamente relacionado com o controle estatal, mas também social que está presente na constituição da profissão docente. As fontes consultadas nos possibilitaram perceber movimento semelhante no processo de inserção das mulheres no magistério primário no Espírito Santo.

Questionamos, assim, em que medida as primeiras professoras capixabas, em busca de trabalho e de emancipação (ou talvez os dois) chegaram ao magistério por “imposição” conjuntural e não pela identificação com a profissão docente. Entretanto, podemos inferir que, ao mesmo tempo em que foram sendo “moldadas”, as mulheres professoras também ajudaram a “moldar” a profissão, na medida em que incorporaram, no exercício do magistério, normas e valores próprios da época em viviam, incluindo, obviamente, os oriundos das relações sociais entre os sexos. Dessa forma, podemos dizer que o ingresso das mulheres no magistério agregou novas regras, práticas e valores ao trabalho docente.

Partindo da premissa de Jennifer Nias (1991, apud NÓVOA, 1995, p.15),<sup>213</sup> “[...] o professor é a pessoa: e uma parte importante da pessoa é o professor [...]” Nóvoa (1995, p. 15) chama a atenção para a centralidade do processo identitário da profissão docente, lembrando que, “[...] mesmo nos tempos áureos da racionalização e da uniformização, cada um continuou a produzir no mais íntimo da sua maneira de ser professor [...] é impossível [portanto] separar o eu profissional do eu pessoal” (p.17).

Não é difícil verificar como, no caso do Espírito Santo, a inserção das mulheres no magistério primário interferiu radicalmente na sua vida pessoal. No confronto dessa

<sup>213</sup> NIAS, Jennifer (1991). “Changing Times, Changing Identities: Greiving for a Kist Self”. **Educational Research and Evolution** [R. Burgess, ed.]. London: The Falmer Press, 1991.

afirmação com os livros de matrículas das professoras primárias<sup>214</sup> na rede estadual, na segunda metade do século XIX, observamos uma variedade de afastamentos temporários dessas professoras de suas funções por diversos motivos. As licenças para tratamento de doença são as principais razões desses afastamentos, seguidas das licenças para estudar e prestar exames de habilitação. Também identificamos uma considerável movimentação docente pela via da remoção de uma escola para outra.

Destacamos, por exemplo, os casos das professoras Maria Pereira da Conceição Loureiro e Justina Maria da Conceição. Elas passaram por processos de remoção sete vezes em um curto período de oito anos. Ressaltamos que as remoções, via de regra, deslocavam as professoras não apenas entre escolas na mesma região, mas também de um município para o outro bem distante. A professora Justina Maria da Conceição passou pelos municípios de Cariacica, Serra, Conceição da Barra, Itapemirim, Aracruz, Conceição da Barra e novamente Aracruz. Essas informações nos fazem refletir sobre como essas pioneiras<sup>215</sup> da educação primária foram afetadas pelo/no exercício profissional do magistério. Existem indícios de que as remoções prejudicavam o andamento das classes do interior e também não eram bem-vistas por alguns governantes, como no caso de Marcondes Alves de Souza (1915, p. 132):

Far-se-ia também necessária uma lei que melhor garantisse os professores primários assegurando lhes a permanência nas suas cadeiras por espaço de 4 anos pelo menos, no decurso dos quaes só pudessem ser removidos por promoção ou por conveniência do serviço. Ha grande prejuízo para o ensino nas remoções continuas, umas a pedido dos próprios professores, outras por solicitações dos dirigentes da política local.

Do mesmo modo, alguns anos antes, o inspetor da instrução pública, Joaquim Maria Nascentes de Azambuja (1885), relacionava a contínua movimentação dos professores/ professoras com as dificuldades que administração enfrentava para suprir as classes desprovidas.

Ao relacionarmos o Curso Normal com a feminização do magistério primário no Espírito Santo, vemos que, apesar das inúmeras dificuldades que marcaram a sua

<sup>214</sup> Localizamos 121 professoras, todas no século XIX.

<sup>215</sup> Termo utilizado por Helena Costa Araújo na obra de sua autoria: ARAÚJO, Helena Costa. **Pioneiras na educação**: as professoras primárias na viragem do século: contextos, percursos e experiências (1870-1930). Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 2000.

institucionalização e expansão no final do século XIX, a partir do início dos Novecentos, o Normal se expandiu consideravelmente, inclusive chegando ao interior do Estado. Essa expansão, no entanto, não atingiu de igual modo homens e mulheres. Vemos, paralelamente ao crescimento do número de matrículas e de concluintes, a expressiva ampliação do quantitativo de mulheres normalistas, conforme expresso da Tabela 11.

Tabela 11 – Evolução das matrículas na Escola Normal e no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora no período de 1874 a 1920.

Ano	Escola Normal		N. S. Auxiliadora	
	Alunos	Alunas	Alunos	Alunas
1874	4	4	0	0
1908	6	73	0	0
1909	16	80	0	0
1910	10	67	0	0
1916	18	91	0	109
1917	18	89	0	162
1919	19	111	0	174
1920	20	95	0	0

Fontes: Mascarenhas (1874, p. 15), Lima (1908, p. 10); Oliveira (1910, p.14), Diário da Manhã, de 1-10-1916, Diário da Manhã, de 29-06-1917, Diário da Manhã, de 30-07-1919, Diário da Manhã, de 25-10-1921.

As informações indicam que, à medida que se adentrava no século XX, mais mulheres se matriculavam no Curso Normal ao mesmo tempo em que decrescia, gradativamente, a presença dos homens nesse curso. Esse contexto interferiu diretamente na oferta de profissionais para o ensino primário, uma vez que a habilitação no Normal era condição para o exercício da docência. Como anualmente mais mulheres se habilitavam, o mesmo movimento ocorreu na ocupação das classes desprovidas ou criadas nesse período.

Das experiências das primeiras professoras capixabas até os dias atuais, muito se avançou tanto no que se refere à formação e profissionalização do magistério quando aos estudos que se preocupam em pesquisar as relações entre os estudos de gênero, a história das mulheres e o campo específico da História da Educação. Em *Os movimentos das professoras da educação básica do Espírito Santo em face às políticas públicas de gênero para a educação*, na tese de doutorado

recentemente defendida,<sup>216</sup> Silva (2017) afirma que, apesar das inúmeras contradições e desafios presentes no trabalho docente,<sup>217</sup> a investigação apontou que existe um movimento pedagógico nas escolas que se relacionava com o movimento feminista e de mulheres, no campo social e acadêmico, logo, um movimento no campo das relações sociais de gênero.

Nesse sentido, concordamos com Almeida (1984), quando afirma que as mulheres souberam, em meio a resistências de ordem familiar, religiosa e política, aproveitar oportunidades do momento e construir, paulatinamente, com o que lhes era possível à época, uma profissão feminizada e, porque não dizer, feminilizada.

---

<sup>216</sup> A autora realiza sua pesquisa a partir de um *survey* respondido por 126 professores/as e de 15 grupos focais realizados em 15 municípios.

<sup>217</sup> A autora cita, por exemplo, a precarização do trabalho docente, a fragmentação na organização do trabalho, a cultura patriarcal, a emergência de ações sociais conservadoras etc.

## **À GUIA DE CONCLUSÃO: PALAVRAS SEM FIM**

Impulsionada pelo objetivo de historiografar o processo da inserção das mulheres no magistério primário público e seus desdobramentos para o trabalho docente no Estado do Espírito Santo, esta tese investigou elementos que permearam a passagem de uma profissão inicialmente exercida exclusivamente por homens, para uma atividade profissional feminizada, no período estudado (1845-1920).

Dentre esses elementos indissociáveis, destacamos: a expansão da escolarização primária, a ampliação da presença de meninas nas escolas capixabas, o aumento quantitativo de mulheres professoras e a Escola Normal como eixo formador de mulheres professoras no Espírito Santo.

Desse modo, na operação historiográfica realizada, interrogamos as fontes encontradas sobre o tema a partir das seguintes questões: quando e como se processou a inserção das mulheres no magistério capixaba? Que fatores contribuíram para a configuração da presença das mulheres no magistério local? Como se deu a atuação da Escola Normal nesse processo? Assim, objetivamos compreender questões e ambiguidades que permearam o ingresso de mulheres no magistério público primário capixaba; identificar como a Escola e o Curso Normal contribuíram para o ingresso das mulheres no magistério e analisar os elementos que possibilitaram a passagem de uma profissão majoritariamente exercida por homens para uma profissão feminizada.

A escolha do tema investigado associa-se, especialmente, à minha trajetória profissional, acadêmica e de militância feminista, que inclui a investigação realizada no mestrado sobre as relações de gênero e os cotidianos escolares, a experiência na gestão do Sindicato dos Trabalhadores em Educação pública do Espírito Santo (Sindiupes), a docência no ensino superior e a coordenação de tutoria do Curso Gênero e Diversidade na Escola. No curso de doutorado, a partir da minha inserção no Nucaphe, trabalhei na intercessão dos estudos de gênero com a História da Educação, mais especificamente com a história das mulheres professoras.

Nesse percurso, ao acompanhar atentamente as produções acadêmicas dos últimos anos, percebemos o crescimento do número de investigações que associam as relações de gênero e à escolarização (SILVA, 2017). Entretanto, observamos que,

apesar do número significativo de pesquisas históricas sobre o magistério primário, há ainda muito a ser escrito sobre o processo de inserção das mulheres nessa área da profissão docente. Constatamos que também são escassas as pesquisas que se detêm na história das mulheres professoras. Mais reduzidos ainda são os estudos que, ao investigarem a história das mulheres e das professoras, utilizam os pressupostos de gênero como categoria analítica, limitação apontada por estudiosos/as da área (LOURO, 1995; SCOTT, 1995; DEL PRIORE, 2001; HANHER 2013). Assim, quando focalizamos o *locus* do levantamento para o Espírito Santo, deparamo-nos com muitos espaços em branco sobre a temática.

O contato inicial com a literatura especializada e as primeiras incursões pelas fontes nos possibilitaram a demarcação temporal do estudo para o período entre 1845 e 1920. Esse trabalho inicial com as fontes pertimiu-nos identificar a ampliação da escolarização das meninas no Espírito Santo como elemento essencial à compreensão do processo de inserção das mulheres no magistério primário público, na medida em que, a partir dessa crescente presença feminina nas escolas, desencadearam-se necessidades no campo da formação para o magistério no âmbito do Curso Normal e da Escola Normal. Dessa maneira, a Escola Normal (cuja frequência, em pouco tempo, passou a ser predominantemente feminina) constitui um eixo central para a compreensão tanto da formação das primeiras professoras primárias capixabas como do processo de feminização do magistério capixaba. Em nossas análises, consideramos também que a precarização do trabalho no magistério e os baixos salários representaram fatores que provocaram o afastamento dos homens dessa atividade docente, ao mesmo tempo em que muitas mulheres ocuparam os postos de trabalho que não interessavam mais à população masculina.

Nossas “palavras sem fim” sugerem que as conclusões aqui apresentadas, apesar de terem demandado a movimentação de uma variedade de fontes, constituem uma interpretação possível de um dado momento histórico, devendo, por isso, serem consideradas relevantes para a percepção de um fragmento da realidade estudada. Fragmento importante para abrir outras e novas possibilidades de pesquisas sobre as mulheres professoras no Espírito Santo e sobre a constituição do trabalho docente nesse contexto. Estas pesquisas podem contribuir para a compreensão da

constituição histórica do magistério, incluindo a presença e participação das mulheres professoras nesse processo.

As fontes evidenciaram que o ingresso das mulheres no magistério primário capixaba ocorreu a partir de 1845, quando a professora Maria Carolina Ibrence foi contratada para assumir a primeira cadeira de instrução primária feminina em Vitória. Naquele momento, o presidente da província, Joaquim Marcelino da Silva Lima, justificou a contratação de uma professora vinda de Minas Gerais, alegando não ter encontrado no Espírito Santo uma mulher habilitada para assumir a primeira cadeira feminina de Vitória. Esse cargo foi criado dez anos antes, ou seja, em 1835, fato aludido pelos seus antecessores desde então.

É importante considerar que a primeira professora contratada, em 1845, recebia um salário maior do que o dos professores primários da época. Essa medida foi utilizada como estratégia para atraí-la para o cargo. Vimos que a sua substituta já não recebia tal gratificação e o seu salário igualava-se à remuneração dos professores homens das demais cadeiras da Capital. Nossas buscas por informações<sup>218</sup> sobre a professora Ibrence não foram muito frutíferas. Sabemos, pelo relatório de Evaristo Ladislau e Silva, que ela pediu demissão e, na opinião do presidente “[...] pretendeu persistir na prática que recusei, recalcitrou sobre as ordens dadas” (SILVA, 1853, p. 26). Não conseguimos, por exemplo, identificar quais seriam essas ordens e nem os motivos alegados pela própria professora para o seu pedido de demissão.

De 1845 até a instituição da coeducação, a presença das mulheres no magistério era ínfima. Somente no final dos Oitocentos, observamos um crescimento significativo no número de mulheres na docência, impulsionado pela ampliação da quantidade de escolas femininas e pela criação das salas mistas (após a Reforma Leôncio de Carvalho em 1879). Vale ressaltar que as reformas ocorridas na virada do século XIX para o século XX e a instituição dos ideários republicanos também compunham o quadro que possibilitou a inserção e a consolidação das mulheres no magistério primário. Ao relacionar esses dados com os da escolarização das meninas, vemos que, além de ter sido tardia em relação a dos meninos, foi também

---

<sup>218</sup> Além dos acervos disponíveis no Arquivo Público do Espírito Santo, também procuramos na Hemeroteca da Biblioteca Nacional e no Arquivo Público Mineiro. Neste último, solicitamos algumas informações que ainda não nos foram disponibilizadas pelo arquivo. Diante da contingência de tempo, não foi possível inserir as informações neste texto.



lenta e gradual em termos da oferta de vagas escolares destinadas a pessoas do sexo feminino. Entretanto, não é difícil perceber que, à medida que se ampliou o número de classes mistas, as mulheres tiveram preferência para a ocupação dessas cadeiras. Assim, tecemos a nossa tese com base na hipótese de que a ampliação do acesso das meninas à escolarização abriu a porta para a presença crescente das mulheres no magistério capixaba.

Como se sabe, não havia consenso quanto à docência feminina entre os republicanos. Existem indícios de inúmeras resistências, em especial por setores da Igreja Católica, que não mediram esforços para impedir o ingresso das mulheres no magistério. Do outro lado do palco das disputas políticas, estavam os que viam no ingresso das mulheres uma oportunidade para resolver a situação das classes desprovidas e, também, uma forma de economia para os cofres da província, no caso das classes mistas. Essa correlação de forças foi fundamental para o estabelecimento das bases do magistério capixaba, uma vez que, tendo as mulheres conquistado o direito de estudar (e de serem professoras), o que estava em disputa era o tipo de educação que a elas deveria ser dispensado.

Provavelmente, o que a maioria dos/as defensores/as da instrução feminina esperava seria que a educação das mulheres contribuisse para sustentar os papéis socialmente construídos para homens e mulheres em voga no período. Mas, contraditoriamente, a escola se constituiu como uma ampliação de espaços e tempos de socialização das mulheres. O mesmo serve para a docência feminina. O crescimento do número de professoras no quadro de docentes no Estado ocorreu em paralelo ao aumento do controle do Estado sobre a educação primária (institucionalização do ensino). Esse controle foi estendido para a função docente. Basta analisar os requisitos necessários para o exercício da docência e o controle, inclusive moral, sobre o magistério, especialmente, sobre as professoras. Outra dificuldade que limitou a participação das mulheres no magistério na primeira metade do século XIX foi a escassez de professoras para exercerem a docência nas classes femininas.

Alguns elementos importantes que contribuíram para a consolidação da docência feminina referem-se às precárias condições de trabalho, ao desprestígio do magistério primário e aos salários irrisórios pagos aos professores. Até mesmo os

presidentes de província, e depois do Estado, principais responsáveis pelo pagamento dos professores e professoras, admitiam a necessidade de remunerar melhor os docentes. Do mesmo modo, a abertura de novas oportunidades de trabalho, com melhor remuneração e condições infraestruturais mais salubres, motivou o abandono da profissão por parte dos homens. Já na primeira década dos Novecentos, ser professor homem já era considerado motivo de demérito.

No entanto, no entresséculo, esse cenário começa a se alterar de forma mais significativa. Fato marcante daquele período, a mudança do regime monárquico para o republicano, resultou em impactos especiais sobre a instrução pública, concebida como um instrumento necessário para a formação do povo, pressuposto para o progresso na nação. Nesses termos, na Primeira República, as concepções em torno da formação de professores também foram afetadas e acabaram sendo, cada vez mais, relacionadas com a missão civilizadora apregoada aos professores. As reformas do ensino então instituídas ressignificaram não somente a presença das mulheres no magistério, mas também a própria reformulação e constituição da profissão docente. A Escola Normal – considerada a porta de entrada para a docência primária – teve seu período áureo.

Naquele contexto, implantaram-se inúmeras reformas educacionais em todo o país. No caso do Espírito Santo, foram considerados os impactos da Reforma Moniz Freire e Gomes Cardim.

A Reforma Moniz Freire teve o mérito de organizar as Escolas Normais e implantar o método intuitivo na instrução primária. À medida que regulamentava a instrução primária, também ajudou a conferir outra roupagem ao magistério. Podemos afirmar que a reforma, ao criar o piso salarial específico para os/as normalistas, contribuiu para a profissionalização do magistério.

A Reforma Gomes Cardim, realizada em 1908, no governo Jerônimo Monteiro (1908-1912), teve como principais objetivos modernizar a educação capixaba, a exemplo do que ocorria em outros Estados brasileiros, bem como implantar uma política centralizadora para a instrução pública. Uma marca desta reforma foi o aprimoramento de dispositivos de controle sobre o exercício do magistério, tendo como principal referência a criação do Departamento de Ensino. No que se refere à

escolarização das mulheres, é fruto dessa reforma a ampliação da obrigatoriedade do ensino para todas as crianças de sete a quatorze anos. A ampliação da oferta também aumentou a demanda por professoras.

A incorporação dos ideais republicanos contribuiu para que se configurassem novas concepções sobre o papel das mulheres na sociedade brasileira. Da mesma forma, a instrução pública foi envolvida naquele contexto de urbanização e início da produção industrial com grandes rebatimentos na profissão docente. Ressaltamos, por exemplo, que se procurou incluir as meninas nos processos de escolarização primária. Paradoxalmente, portanto, os ideais conservadores acabaram por forçar a docência feminina para ensino das meninas. Esse foi, sem dúvida, um significativo impulso à alteração do magistério primário, até então exercido exclusivamente por homens. O ingresso e a consolidação da presença das mulheres no magistério, portanto, resulta da combinação de movimentos liberais e conservadores que marcaram a virada do século XIX para o século XX.

O Curso Normal foi fundamental para a formação das professoras primárias capixabas. A criação do Instituto Feminino Secundário (1869) e da Escola Normal (1873) representam iniciativas no sentido de atender à crescente demanda de formação dos/as professores primários/as no Espírito Santo. A Escola Normal apresentava um currículo que atendia, de forma geral, ao ideário de mulher, mãe, professora que se esperava na transição do Império para a República, no entanto, foi se constituindo em um relevante espaço de socialização de mulheres, além de ter se tornado exigência para a docência nas escolas primárias. Interessante notar que, da mesma forma que a escolarização das meninas foi a porta de entrada para as mulheres na docência primária, a Escola Normal foi a porta de entrada para as professoras na instrução secundária.

Como ocorreu em outras regiões do país, a Escola Normal capixaba teve uma história de inúmeras reformas e interrupções em seu funcionamento, o que não a impediu de exercer um papel extremamente relevante na constituição da carreira docente dos/as professores/as primárias. Observamos também que a Escola Normal contribuiu para a feminização do magistério em terras capixabas. A análise das fontes relacionadas com as matrículas dos cursos normais da Capital do Espírito Santo (1874 a 1920) aponta o crescimento do número de mulheres matriculadas ao

mesmo tempo em que decrescia o interesse masculino pelo curso. Em 1920 já era possível perceber a feminização do magistério e do Curso Normal.

O percurso das professoras primárias pioneiras no Estado do Espírito Santo foi marcado pela precariedade nas estruturas das escolas e pelos baixos salários. Condições que os professores homens também vivenciavam antes e depois do ingresso das mulheres. As fontes indicam uma grande rotatividade das novas profissionais do magistério entre as escolas. Além do desempenho de atividades relacionadas com o ensino, esperava-se que os/as professores/as acompanhassem os seus alunos em comemorações cívicas e religiosas realizadas em feriados e finais de semana. No entanto, temos professoras que exerceram o magistério por toda a vida e lograram a aposentadoria.

No que refere à relação entre feminização e valorização profissional, no caso do Espírito Santo, não foi o ingresso das mulheres que rebaixou o salário do magistério, que já era muito baixo quando da entrada das mulheres na profissão docente. Como observa Vilella, (1992, p. 34), “[...] ao contrário do que se pensa comumente, essa profissão, desde a sua origem (e não só no Brasil), era mal remunerada e desprestigiada socialmente”. No Espírito Santo, uma gratificação fez-se necessária com vistas a encontrar uma professora, de outra província, que aceitasse assumir a primeira cadeira feminina, devido à escassez de mulheres habilitadas. Suprimida a gratificação, as professoras passaram a receber salários iguais aos dos homens que exerciam a docência.

Do acesso das primeiras meninas à escola assim como das primeiras professoras ao magistério público primário até os dias atuais, muitas foram as metamorfoses vivenciadas pelos professores e professoras que, como sujeitos históricos diante de uma sociedade em transformação, souberam aproveitar as brechas do sistema, ocuparam uma profissão e fizeram dela o caminho para galgar outros caminhos até então impensáveis. Efetuaram uma dupla tarefa: educar as novas gerações de meninas, ao mesmo tempo em que forjavam a constituição de uma profissão, no mesmo processo em que também eram forjadas pela docência no magistério primário. Para Nóvoa (1999, p. 3),

[...] Esta profissão precisa de se dizer e de se contar: é uma maneira

de a compreender em toda a sua complexidade humana e científica. É que ser professor abriga a opções constantes, que cruzam a nossa maneira de ser com a nossa maneira de ensinar, e que desvendam na nossa maneira de ensinar, a nossa maneira de ser.

Nesse sentido, há de se questionar em que medida mulheres e homens têm, a despeito dos desafios que a profissão apresenta, construído dia a dia novas formas de se colocar no mundo e de afetar as pessoas que passam pela escola. Buscamos, com esta tese, contar um pouco sobre os primórdios da docência feminina no Estado, mas temos ciência de que a história registrada aqui é um pequeno fragmento de um processo incrivelmente complexo, mas que, ao mesmo tempo, fala um pouco de cada um e cada uma que se dedica ao magistério.

## REFERÊNCIAS

ALGRANTI, Leila Mezan. **Honradas e devotas**: mulheres da colônia: estudo sobre a condição feminina através dos conventos e recolhimentos do Sudeste – 1750-1822). 1992. 368 f. Tese (Doutorado em Educação) - (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992).

ALGRANTI, Leila Mezan. **Livros de devoção, atos de censura**: ensaios de história do livro e da leitura América Portuguesa (1750-1821). São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2004.

ALMEIDA, Jane Soares. O sistema educativo nas escolas protestantes em São Paulo (Séc. IXI/XX). In: FRANCO, Sebastião P.; SÁ, Nicanor P. (Org.). **Gênero, etnia e movimentos sociais na história da educação**. Vitória: Edufes, 2011. p. 67-83.

ALMEIDA, Jane Soares. Mulheres na educação: missão, vocação ou destino? A feminização do magistério ao longo do século XX. In: SAVIANI, Dermeval *et al.* **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. p. 59-107. (Coleção Educação Contemporânea)

ALMEIDA, Jane Soares. **Mulher e educação**: a paixão pelo possível. São Paulo: Editora Unesp, 1998. (Prismas).

ALVARENGA, Elda. **Relações de gênero nos cotidianos escolares**: a escolarização na manutenção/transformação da opressão sexista. Contagem: Santa Clara, 2007.

ALVARENGA, Elda; LUCENA, Wellington Macedo; FRANÇA, João Paulo Scardua. A escola normal e a formação das professoras no Estado do Espírito Santo (1870-1920). In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO (COLUBHE), 11., 2016, Porto/PT. **Anais...** Porto/PT, 2016. Disponível em: < web3.letras.up.pt/colubhe>. Acesso em: 1. dez. 2017.

ALVARENGA, Elda; SIMÕES, Regina Helena S. A escola normal no Espírito Santo: a formação e a profissionalização dos/as professores. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DE EDUCAÇÃO, 9., 2017, João Pessoa/PB. **Anais...**

João Pessoa/PB, 2017. Disponível em: < <http://www.ixcbhe.com/capaanais.php> >. Acesso em: 1. dez. 2017.

ALVES, Claudia Maria C. Estado conservador e educação no Brasil: o caso do Liceu Provincial de Niterói (1847-1851). In: NUNES, Clarice (Org.). **O passado sempre presente**. São Paulo: Cortez, 1992. p. 42-68.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Anchieta**. Disponível em < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/anchieta/historico> >. Acesso em: 10 jan. 2018.

AQUINO, Rubim Santos L. et al. **História das sociedades atuais**. 42. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2003.

BARRETO, Sônia Maria da Costa. **Políticas educacionais no Estado do Espírito Santo (1900-1930)**: um olhar histórico. Vitória: Edufes, 1999.

BARRETO, Sônia Maria da Costa. A Escola Normal D. Pedro II e a normalista capixaba nos anos 1920. **Revista Agora**, Vitória, n. 6, p.116, 2007.

BENCOSTTA, Marcus Levy. Memória e Cultura Escolar: a imagem fotográfica no estudo da escola primária de Curitiba. **História**, São Paulo, v. 30, n.1, p. 397-411, jan./jun. 2011.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008. (Obras Escolhidas; v. 1).

BITTENCOURT, Gabriel. **A formação econômica do Espírito Santo**: o roteiro da industrialização: do engenho às grandes indústrias. Rio de Janeiro: Livraria Editora Cátedra/Departamento Estadual de Cultura do Estado do Espírito Santo, 1987.

BLOCH, Marc. **Apologia à história, ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

BOURGUIGNON, Leonardo Nascimento. Em terras capixabas: a interiorização do Estado Imperial na Província do Espírito Santo. **Rev. Hist.**, UEG, Goiânia, v.1, n. 2, p.153-175, jul./dez. 2012.

BRAZIL, Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio - Directoria Geral de Estatística Recenseamento do Brazil. **População do Brazil, por Estados e municípios, segundo o sexo, a nacionalidade, a idade e as profissões**. Rio de Janeiro, 1920 (t. I).

BRAZIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Recenseamento do Brazil – 1872. Rio de Janeiro, Typ. G. Leuzinger, Ano: [1874?]. Disponível em <: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477\\_v1\\_br.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v1_br.pdf). Acesso em: 10. out. 2017.

CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira. **A formação da centralidade de Colatina**. Vitória: IHGES, 2004.

CARDOSO, Elizângela Barbosa. Amor e gênero em quadrinhos. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 83-108, 2007.

CARVALHO, Marília P. Vozes masculinas numa profissão feminina: o que têm a dizer os professores. **Latin American Studies Association**, Chicago, v. 24, p. 2-21, set.1998.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

\_\_\_\_\_. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Reformas da instrução pública. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 225-253.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Molde nacional e fôrma cívica**: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação. Bragança Paulista, SP: Edusf, 1998.

\_\_\_\_\_. **A escola e a República**. São Paulo: Brasiliense, 1989. (Coleção Tudo é História).



CASTANHA, André Paulo. O Ato Adicional de 1834 na história da educação brasileira. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 11, p. 170-195, jan./jun. 2006.

CATANI, Denice Barbara et al. Pesquisa educacional e na formação. In: CATANI, Denice *et al.* **Docência, memória e gênero**: estudos sobre formação. São Paulo: Escrituras, 2000. p. 13-47.

CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro. Memórias femininas: tempos de viver, tempos de lembrar. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 59-82, 2007.

CHIZZOTTI, Antônio; PONCE, Branca Jurema. O currículo e os sistemas de ensino no Brasil. **Currículo sem Fronteiras**, v. 12, n. 3, p.25-36, set./dez. 2012.

COSTA, Rita de Cássia O. P. **A constituição do Instituto de Educação de Vitória/ES e a formação de professores primários no Espírito Santo (1971-2000)**. 2014.137 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

COSTA, Sueli Gomes. Sociabilidades políticas e relações de gênero: ritos domésticos e religiosos no Rio de Janeiro do século XIX. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 39-57, 2007.

CUNHA, Washington D. dos Santos; SILVA, Rosemaria J. Vieira. A educação feminina do século XIX: entre a escola e a literatura. **Gênero**, Niterói, v. 11, n. 1, p. 97-106, 2. sem. 2010.

DEL PRIORE, Mary. Apresentação. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). BASSANEZI, Carla (Coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

DERENZI, Luiz Serafim. **Biografia de uma ilha**. Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 1965.

DIAS, Maria Odila L. da S. Novas subjetividades nas pesquisas históricas feministas: uma hermenêutica das diferenças. **Estudos Feministas**, Vitória, n. 2, p. 373-382, 1994.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura no Brasil. **Estudos avançados**, São Paulo, n. 17, v.49, p. 151-172, 2003.

DURÃES, Sarah J. Alves. **Escolarização das diferenças**: qualificação do trabalho docente e gênero em Minas Gerais (1860-1906). 2002. 268 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.

EAGLETON, Terry. **Teoria da literatura**: uma introdução. Tradução de Waltensir Dutra. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

ESPÍRITO SANTO. ARQUIVO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO. Revista “Vida Capichaba” traz primeiras publicações das mulheres na imprensa do Espírito Santo. C.2016. Disponível em <<https://ape.es.gov.br/Not%C3%ADcia/revista-vida-capichaba-traz-primeiras-publicacoes-das-mulheres-na-imprensa-do-espirito-santo>>. Acesso em: 20 nov.2017. Acesso em: 12 nov. 2017.

ESPÍRITO SANTO. **Decreto nº 230**, de 2 de fevereiro de 1909.

FARIA FILHO, Luciano M. **Instrução elementar no século XIX**. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p.125-150.

FARIA FILHO, Luciano M. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.1, p. 139-159, jan./abr. 2004.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**: História do Brasil cobre um período de mais de quinhentos anos, desde as raízes da colonização portuguesa até nossos dias. São Paulo: Edusp, 1996.

FERREIRA, Dirce N. de Andrade; SCHWARTZ, Cleonara Maria. Religião católica na história da educação capixaba do século XIX: uma análise do Regimento das Escolas de Primeiras Letras de 1871. **Revista Ágora**, Vitória, n. 18, p. 21-39, 2013.

\_\_\_\_\_. Política, poder e instrução: a educação feminina no método lancasteriano: uma análise da lei 15 de outubro de 1827, à luz do ensino mútuo. **Rev. Bras. Hist. Educ.**, Maringá-PR, v. 14, n. 1, p. 49-71, jan./abr. 2014.

FONSECA, Thais Nívea L. Educação na América Portuguesa: sujeitos, dinâmicas, sociabilidades. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 60, p. 15-38, jan./jun. 2014. Editora UFPR.

FRANCO, Sebastião Pimentel. **Do privado ao público**: o papel da escolarização na ampliação de espaços sociais para a mulher na Primeira República. 2001. 300 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

GARZONI, Lericé de C. **Arena de combate**: gênero e direito na imprensa diária (Rio de Janeiro, início do século XX). 2012. 291 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas na Universidade Estadual de Campinas, Campinas- São Paulo, 2012.

GAUDIO, Eduardo Vianna; NASCIMENTO, Debora Souza do; SANTOS, Raiara Campos dos. As escolas de primeiras letras na província do Espírito Santo na primeira metade do século XIX: contexto, legislação, regimento e práticas educacionais. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DO SÉCULO XIX, 1. 2017, Juiz de Fora/MG. **Anais...** Juiz de Fora/MG, 2017. Disponível em: < [www.seo.org.br/images/Anais/](http://www.seo.org.br/images/Anais/)>. Acesso em: 10 nov. 2017.

GINZBURG, Carlo. Controlando a evidência: o juiz e o historiador. In: NOVAES, Fernando A.; SILVA, Rogério F. (Org.). **Nova história em perspectiva**: propostas e desdobramentos. São Paulo: Cosac Naify, 2011. v.1.

GINZBURG, Carlo. Sou obcecado pela prova. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2010, 28 de novembro de 2010. Entrevista concedida a Bernardo Carvalho.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso e fictício. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2007.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. Tradução de Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GINZBURG, Carlo. **Relações de força**: história, retórica, prova. Tradução de Jônatas Batista Neto. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2002.

GINZBURG, Carlo. **Olhos de madeira**: nove reflexões sobre a distância. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2001.

GINZBURG, Carlo. História e cultura: conversa com Carlo Ginzburg. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. 254 -263, 1990.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais**: morfologia e história. Tradução de: Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo; CASTELNUEVO, Enrico; PONI, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Tradução de António Marino. São Paulo: Difel, 1991. (Coleção Memória e Sociedade).

GRASSI, Tânia Mara. **As faces da mulher que se forma professora na Curitiba do final do século XIX às décadas iniciais do século XX**. 201 f. 2003. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2003.

GHIO, Eloi Angelos. **Luiza Grimaldi**. c 2017. Iniciativa: Geni A MyHeritage Company. Disponível em: <<https://www.geni.com/people/Luiza-Grimaldi/4741008834280020973>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

GONDRA, José G.; SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no Império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

HAHNER, June E. Honra e distinção das famílias. In: PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana M<sup>a</sup>. **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 44-64.

HAHNER, June E. Escolas mistas, escolas normais: a coeducação e a feminização do magistério no século XIX. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 2, n. 19, p. 467-474, maio/ago./2011.

HAHNER, June E. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas**: 1850-1937. São Paulo:00000000000000 B0rasiliense, 1981.

KULESZA, Wojciech Andrzej. A institucionalização da Escola Normal no Brasil (1870-1910). **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 79, n. 193, p. 63-71, set./dez. 1998.

LAUFF, Rafaelle; ALVARENGA, Elda. Imagens das mulheres professoras na *Revista de Educação* do Espírito Santo - Brasil (1934-1937): usos e significados. In: COLOQUIO DE LA SOCIEDAD ESPAÑOLA DE HISTORIA DE LA EDUCACIÓN, 19., 2017, El Escorial/Madri. **Anais...** El Escorial/Madri, 2017, p.119-122.

LEAL, João Eurípides F. (Org.). **Catálogo de documentos manuscritos avulsos da Capitania do Espírito Santo (1585-1822)**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2000. (Coleção Canaã)

LELIS, Isabel Alice O. M. Magistério primário: tempos e espaços de formação. In: CANDAU, Vera Maria (Org). **Magistério: construção cotidiana**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011, p. 125-148.

LIMA, Marta Maria L. **Ingresso das mulheres no magistério da Bahia: o resgate de uma história**. 2006. 181 f Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia – Faculdade de Educação, Salvador, 2006.

LIMEIRA, Aline Moraes. **O comércio da instrução no século XIX: colégios particulares, propagandas e subvenções públicas**. 2010. 282 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

LOURO. Guacira L. **Prendas e antiprendas: uma história da educação no Rio Grande do Sul**, 1986. 273 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Campinas, Campinas, 1986.

\_\_\_\_\_. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). BASSANEZI, Carla (Coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 443-481.

\_\_\_\_\_. Gênero, história e educação: construção e desconstrução. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 2, n. 20, p.101-132, jul./dez. 1995.

LÖWY, Ilana. Carlo Ginzburg: o gênero escondido na micro-historia. In: CHABAUD-RYCHTER (Org.) *et al.* **O gênero nas ciências sociais**: releituras de Max Webera Bruno Latour. Tradução de Lineimar Pereira Martins. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2014.

\_\_\_\_\_. Gênero nas ciências biomédicas: entrevista com Ilana Löwy. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 23, n. 2, mai./ago. 2015. Entrevista concedida a Caterina Rea e Luzinete Simões Minella.

LÖWY, Michael. “A contrapelo”: a concepção dialética da cultura nas teses de Walter Benjamin (1940). **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 25/26, p. 20-28, 2º sem. 2010 e 1º sem. 2011.

\_\_\_\_\_. A filosofia da história de Walter Benjamin. **Estudos Avançados**, v.16, n. 45, p.199-206, 2002.

MACHADO, Maria C. Gomes. O Decreto de Leôncio de Carvalho e os Pareceres de Rui Barbosa em debate: a criação da escola para o povo no Brasil do século XIX. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena C. **Histórias e memórias da educação no Brasil: Século XIX**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012. v.II.

MACHADO, Maria C. Gomes; SILVA, Josie A. Parrilha. Os projetos de reforma da escola pública propostos no Brasil entre 1870 e 1880. **Revista HISTEDBR**. on-line, Campinas, n. 25, p. 200-205, mar. 2007.

MARQUES, Cezar Augusto. **Dicionário histórico, geográfico e estatístico da Província do Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878.

MONARCHA, Carlos. **Escola Normal da praça**: o lado noturno das luzes. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

MOTA, Vladimir de Oliva. As bases da religião natural em Voltaire. **Revista Trágica**, estudos de filosofia da imanência, v. 7, n. 1, p. 95-108, 2014.

MONTALVÃO, Sérgio. Educação na ordem constitucional brasileira: da Monarquia à República. **Revista Contemporânea de Educação**, n.11, p. 217-230, jan./jul. 2011.

MORMUL, Najla Mehanna; MACHADO, Maria Cristina Gomes. Rui Barbosa e a educação brasileira: os Pareceres de 1882. **Cadernos de História da Educação**, v. 12, n. 1, p.277-294, jan./jun. 2013.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1976.

NASCIMENTO, Cecília Vieira. **Caminhos da docência**: trajetórias de mulheres professoras em Sabará – Minas Gerais (1830-1880). 2011. 230 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. **A feminização no mundo do trabalho**: entre a emancipação e a precarização. Campinas/SP: Autores Associados, 2004.

NOVAES, Isabel Cristina. A educação nos primeiros momentos da República no Estado do Espírito Santo: o projeto de uma geração. In: SIMÕES, Regina H. S.; FRANCO, Sebastião P.; SALIM, Maria A. A. (Org.). **História da educação no Espírito Santo**: vestígios de uma construção. Vitória, ES: Edufes, 2009. p. 219-265.

NOVAES, Maria Eliana. **Professora primária**: mestra ou tia. São Paulo: Cortez, 1984.

NOVAES, Maria Estela de. **A história da mulher no Espírito Santo**: história e folclore. Vitória: Edufes, 1999. (Coleção José Costa, v.4).

NOVAES, Maria Estela de. **O Carmo**: Colégio Nossa senhora Auxiliadora (1650-1900-1950). Composto e impresso na oficina da Escolá Técnica de Vitória. Vitória, 1950.

NÓVOA, António. Para o estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente. **Teoria e Educação**, Porto Alegre, n. 4, p.109-119, 1991.

\_\_\_\_\_. O passado e o presente dos professores. In: NÓVOA, António (Org.). **Profissão professor**. Porto: Porto Editora, 1999. p. 15-35.

\_\_\_\_\_. Os professores e a sua história de vida. In: NÓVOA, António (Org.). **Vida de professores**. Porto: Porto Editora, 1995. p. 11-30.

OLIVEIRA, Adolfo Fernandes. Nossas antiguidades. **Revista do Instituto Histórico e Geographico do Espírito Santo**, n. 7, p. 67-73, mar. 1934.

OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Espírito Santo**. Vitória: Arquivo Público Estadual do Espírito Santo, 2008 (Coleção Canaã, v. 8).

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. Carlo Ginzburg. In: \_\_\_\_\_. **As muitas faces da história**: nove entrevistas. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

PASCHE, Aline de Moraes L. **Entre o trono e o altar**: sujeitos, saberes e instituições escolares na capital do Império brasileiro (1860 a 1880). 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru, SP: Edusc, 2005. (Coleção História).

PEZZIN, Ana Cláudia. **A educação pública primária espírito-santense**: vestígios da matemática na formação de professores no período de 1892 a 1960. 2015. 156 f. Dissertação (Mestrado em Ensino) – Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica da Universidade Federal do Espírito Santo, São Mateus, 2015.

RANGEL, Livia de Azevedo S. **“Feminismo Ideal e Sadio”**: os discursos feministas nas vozes das mulheres intelectuais capixabas – Vitória/ES (1924 a 1934). 2011. 268 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.

REVEL, Jacques. Prefácio. In: LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escala**: a experiência da microanálise. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.



RIBEIRO, Arilda I. M. Mulheres educadas na colônia. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 79-94.

RIBEIRO, Diones Augusto. **Busca à “primeira grandeza”**: o Espírito Santo e o governo Moniz Freire (1892 a 1896). 2008. 177 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

ROCHA, Levi. **Viagem de Pedro II ao Espírito Santo**. 3. ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008. (Coleção Canaã, volume 7).

ROSEMBERG, Fúlvia. Mulheres educadas e a educação das mulheres. In: PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana M<sup>a</sup>. **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 333-359.

SALIM, Maria A. Alcantara. A política educacional no Espírito Santo na Primeira República: algumas reflexões sobre as reformas Moniz Freire (1892), Gomes Cardim (1909) e Atílio Vivacqua (1928). In: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DE EDUCAÇÃO, 8., 2011, Vitória/ES. **Anais...** Vitória/ES, 2011. Disponível em: <[www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/anais\\_vi\\_cbhe/conteudo/file/470.doc](http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/anais_vi_cbhe/conteudo/file/470.doc)>. Acesso em: 25.nov. 2017.

SALIM, Maria Alayde Alcântara; MANSO, Márcia Helena Siervi. O cenário da política educacional no Espírito Santo. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v. 25, n. 1, p. 22-42, jan./jun. 2016.

SAVIANI, Dermeval. Prefácio. In: ARAUJO, José Carlos; FREITAS, Anamaria Gonçalves de; LOPES, Antônio de Pádua C. (Org.). **As escolas normais no Brasil: do Império à república**. Campinas, SP: Editora Aliena, 2008.

\_\_\_\_\_. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14. n. 40, p.143-155, jan./abr. 2009.

SCHNEIDER, Omar. Educação e instrução na Província do Espírito Santo. In: GONDRA, José G.; SCHNEIDER, Omar (Org.). **Educação e instrução nas**

**províncias e na Corte Imperial:** Brasil, 1822-1889. Vitória: Edufes, 2011. p.239-270.

SCHWARTZ, Cleonara M. Da casa à escola: o ensino da leitura e da escrita no Espírito Santo (de 1800 a 1910). In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2006, Uberlândia/MG. **Anais...** Uberlândia/MG, 2006. Disponível em: <<http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/357CleonaraSchwartz.pdf>>.

Acesso em: 20 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. O início da escolarização formal da mulher capixaba (1845-1850). REUNIÃO ANUAL, 24., 2001, Caxambu/MG. **Anais...** Caxambu/MG, 2001. Disponível em: <[www.anped.org.br/.../o-inicio-da-escolarizacao-formal-da-mulher-capixaba-1845-18...](http://www.anped.org.br/.../o-inicio-da-escolarizacao-formal-da-mulher-capixaba-1845-18...)>. Acesso em: 11.nov. 2017.

\_\_\_\_\_. “Tradicional instituição” e “ensino de qualidade”: representação e imagem da Escola Normal D. Pedro II nos anos de 1950 – Vitória/ES. 2004. 293 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SCHWARCZ, Lília M.; STARLING, Heloisa M. **Brasil:** uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCOTT, Ana S. O caleidoscópio dos arranjos familiares. In: PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana M<sup>a</sup>. **Nova história das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2013. p. 15-42.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 9-17, jul./dez. 1995.

\_\_\_\_\_. História das mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história:** novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa. **Tempo** [on-line], v.13, n. 26, p. 32-55, 2009. ISSN 1413-7704. Disponível em:<<http://dx.doi.org/10.1590/S14137042009000100003>>. Acesso em: 12.jul. 2015.

SICILIANO, Tatiana O. **O Rio de Janeiro de Artur de Azevedo**: cenas de um teatro urbano. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2014.

SILVA, Erineusa Maria. **As relações de gênero no magistério**: a imagem da feminilização. Vitória: Edufes, 2002.

SIMÕES, Regina H.; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. História e historiografia no pensamento de Carlo Ginzburg: tecendo diálogos com a pesquisa histórica em educação. In: LOPES, Eliane M. T.; FARIA FILHO, Luciano M. **Pensadores sociais e história da educação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012. p. 25-38.

SIMÕES; Regina Helena; SCHWARTZ, Cleonara Maria; FRANCO, Sebastião Pimentel. A gênese, a implantação e a consolidação da Escola Normal no Espírito Santo. In: ARAUJO, José Carlos; FREITAS, Anamaria Gonçalves de; LOPES, Antônio de Pádua C. (Org.). **As escolas normais no Brasil**: do Império à República. Campinas, SP: Editora Aliena, 2008.

SIMÕES; Regina Helena Silva; BERTO, Rosianny Campos. Modelização do ensino e formação docente no Estado do Espírito Santo no início do século XX. **Notandum Feusp / IJI-Univ. do Porto**, p. 161-178, dez. 2016.

SIMÕES, Regina Helena Silva; SALIM, Maria Alayde A. Conteúdos ensinados na escola normal do Espírito Santo no início do século XX: entre a formação geral e a formação pedagógica. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DE EDUCAÇÃO, 5., 2008, Aracaju/SE. **Anais...** Aracaju/SE, 2008. Disponível em:< [www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe\\_2008/trabalho\\_completo.php?id=619](http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe_2008/trabalho_completo.php?id=619)>. Acesso em: 6.dez. 2017.

SOIHET, Raquel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa histórica das mulheres e das relações de gênero. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 281-300, 2007.

SOIHET, Raquel. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997. p. 297-328.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p. 61-88, maio/jun./jul./ago. 2000.

TEDESCHI, Losandro Antônio. **Alguns apontamentos sobre história oral: gênero e história das mulheres**. Dourados, MS: UFGD, 2014.

TEDESCHI, Losandro Antônio. **As mulheres e a história: uma introdução teórico metodológica**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2012.

TRINDADE, Etelvina M. de C.; PRADO, Eliane Mimesse. O ensino profissional feminino na cidade de Curitiba no despoitar do século XX. **História Social**, n. 21, p. 237-251, 2º sem. 2011.

TSCHUDI. Johann Jakob V. **Viagem à Província do Espírito Santo: imigração e colonização Suíça (1860)**. Relatório do Enviado Extraordinário ao Brasil, Sr. de Tschudi, sobre as Colônias de Santa Isabel, Santa Leopoldina e Rio Novo Traduzido do francês. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2004. (Coleção Canaã, volume 5).

VARIKAS, Eleni. Gênero, experiência e subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott. **Cadernos Pagu**, n. 3, p. 63-84, 1994.

VASCONCELOS, Maria Celi C. Mulheres preceptoras no Brasil oitocentista: gênero, sistema social e educação feminina. In: FRANCO, Sebastião P.; SÁ, Nicanor P. (Org.). **Gênero, etnia e movimentos sociais na história da educação**. Vitória: Edufes, 2011. p.19-42.

VASCONCELLOS, Ignácio Accioli de. **Memória estatística da Província do Espírito Santo – 1828**. (Transcrição do manuscrito original por Fernando Achiamé). Vitória: Arquivo Público Estadual, 1978.

VILLELA, Heloisa de Oliveira. O mestre-escola e a professora. In: LOPES, Eliana Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynttia Greive (Org.).

**500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 95-134.

\_\_\_\_\_. A primeira escola normal do Brasil. In: NUNES, Clarice (Org.). **O passado sempre presente**. São Paulo: Cortez, 1992.

VILLELA, Heloisa de O. S. Do artesanato à profissão: saberes de normalistas no Brasil do século XIX. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DE EDUCAÇÃO, 2., 2002, Natal/RN. **Anais...** Natal/RN, 2002. Disponível em: <[www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema7/7116.pdf](http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema7/7116.pdf)>. Acesso em: 30.out. 2017.

YANNOULAS, Silvia Cristina (Coord.). **Trabalhadoras**: análise da feminização das profissões e ocupações. Brasília: Editorial Abaré, 2013.

## FONTES

### ARTIGOS DE PERIÓDICOS

COMÉRCIO DO ESPÍRITO SANTO, 30 de junho de 1909. Disponível em: <Disponível em: <<https://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 18 jan. 2016

CORREIO DA VICTÓRIA, 25 de dezembro de 1869. Disponível em: <Disponível em: <<https://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 18 jan. 2016.

COMMERCIO DO ESPIRITO SANTO, 27 de novembro de 1908. <Disponível em: <<https://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

COMMERCIO DO ESPIRITO SANTO, 10 de fevereiro de 1910. <Disponível em: <<https://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

CORREIO DA VITÓRIA, 30 de outubro de 1867. <Disponível em: <<https://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

DIÁRIO DA MANHÃ, 10 de fevereiro 1910. <Disponível em: <<https://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

DIÁRIO DA MANHÃ, 17 de fevereiro 1910. <Disponível em: <<https://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

DIÁRIO DA MANHÃ, 10 de fevereiro 1912. <Disponível em: <<https://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

DIÁRIO DA MANHÃ, 11 de fevereiro 1912. <Disponível em: <<https://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

DIÁRIO DA MANHÃ, 1 de outubro de 1916. <Disponível em: <<https://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

DIÁRIO DA MANHÃ, 29 de junho de 1917. < Disponível em: <<https://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

DIÁRIO DA MANHÃ, 30 de julho de 1919. < Disponível em: <<https://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

DIÁRIO DA MANHÃ, 25 outubro de 1921. < Disponível em: <<https://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

INSTRUÇÃO PÚBLICA. O Norte do Espírito Santo, 20 de setembro de 1892. < Disponível em: <<https://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 12 maio. 2016.

JORNAL DA VICTÓRIA, 26 dez. 1886. < Disponível em: <<https://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 22 jan. 2016.

O ESPÍRITO-SANTENSE, 29 de outubro de 1870. Disponível em: < Disponível em: <<https://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 22 jan. 2016.

O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 8 de junho de 1892. Disponível em: < Disponível em: <<https://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 18 jan. 2016.

O ESPÍRITO-SANTENSE, 1870. Disponível em: < Disponível em: <<https://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 22 jan. 2016.

O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 27 de novembro de 1908. < Disponível em: <<https://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

PROFESSORAS ADJUNTAS, O Comércio do Espírito Santo, 17 de agosto 1892. < Disponível em: <<https://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 10. fev. 2016.

MULHERES JULGADAS PELAS BOAS LÍNGUAS – A Província do Espírito Santo, 23 de março de 1882. < Disponível em: <<https://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 22 jan. 2016.

SAUDAÇÃO. Jornal da Victória, Victória, 26 de dezembro de 1886. < Disponível em: <<https://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 22 jan. 2016.

#### DISPOSITIVOS LEGAIS (LEIS, DECRETOS, REGULAMENTOS)

BRASIL. **Lei, de 15 de novembro de 1827.** Disponível em: <[http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei\\_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html)>. Acesso em: 10.fev. 2017.

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Decreto nº 647 de 6 de dezembro de 1869. Disponível em: <<https://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 15 mar. 2016

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **LEI nº 1, 08 de junho de 1892**. Disponível em: <<https://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 15 mar. 2016

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Decreto nº 2 de 4 de junho de 1892**. Vitória: Papelaria e Typographia Nelson Costa, 1907.

#### DISCURSOS, FALAS E MENSAGENS DOS PRESIDENTES E VICE-PRESIDENTE DO ESPÍRITO SANTO

DISCURSO pronunciado na sessão de 12 de janeiro de 1891 por José de Mello C. Muniz Freire. O Estado do Espírito Santo, Vitória, 6 fev. 1891. Disponível em: <<https://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

FALLA que Sua Magestade o Imperador pronunciou na Camara dos Senadores na Abertura da Assembléa Nacional Constituinte em 6 de maio de 1826. Actos do Poder Executivo, 1826. Coleção das Leis do Império (1808-1889). Câmara dos Deputados. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao2.html>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

FALLA que o ex.mo presidente da Provincia do Espirito Santo José Manuel de Lima dirigio á Assembléa Legislativa Provincial no dia 1.o de abril de 1840. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1840. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – Biblioteca Digital. Disponível em: <<https://ape.es.gov.br/relatorios-e-mensagens-2>>, acesso em 28 de dezembro de 2016.

FALLA com que o exm. vice-presidente da provincia do Espirito Santo, Joaquim Marcellino da Silva Lima, abrio a Assembléa Legislativa Provincial no dia 27 de maio de 1845. Rio de Janeiro, Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1845. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – Biblioteca Digital. Disponível em: <<https://ape.es.gov.br/relatorios-e-mensagens-2>>, acesso em 28 de dezembro de 2016.

FALLA com que o ex.mo presidente da Provincia do Espirito Santo, José Joaquim Machado d'Oliveira, abrio a Assembléa Legislativa Provincial no dia 1.o de abril de 1841. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1841. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – Biblioteca Digital. Disponível em: <<https://ape.es.gov.br/relatorios-e-mensagens-2>>, acesso em 28 de dezembro de 2016.

FALLA com que o exmo. presidente da Provincia do Espirito Santa, João Lopes da Silva Couto dirigiu à Assembleia Legislativa Provincial no dia 28 de agosto de 1842. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – Biblioteca Digital. Disponível em: <<https://ape.es.gov.br/relatorios-e-mensagens-2>>, acesso em 28 de dezembro de 2016.

FALLA com que o exm. presidente da Provincia do Espirito Santo, Wenceslau de Oliveira Bello, abriu a Assembléa Legislativa Provincial no dia 25 de maio de 1843. Rio de Janeiro, Typ. Americana de I.P. da Costa, 1843. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – Biblioteca Digital. Disponível em: <<https://ape.es.gov.br/relatorios-e-mensagens-2>>, acesso em 28 de dezembro de 2016.

FALLA com que o exm. presidente da Provincia do Espirito Santo, Wenceslau de Oliveira Bello, dirigio á Assembléa Legislativa Provincial no dia 28 de agosto de 1842. Nictheroy, Typ. Nictheroyense de Rego, 1843. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – Biblioteca Digital. Disponível em: <<https://ape.es.gov.br/relatorios-e-mensagens-2>>, acesso em 28 de dezembro de 2016.

FALLA com que o exm. presidente da Provincia do Espirito Santo dirigio á Assembléa Legislativa Provincial no dia 28 de agosto de 1842. Nictheroy, Typ. Nictheroyense de Rego, 1843. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – Biblioteca Digital. Disponível em: <<https://ape.es.gov.br/relatorios-e-mensagens-2>>, acesso em 28 de dezembro de 2016.

FALLA com que o exm. vice-presidente da Provincia do Espirito Santo, Joaquim Marcellino da Silva Lima, abriu a Assembléa Legislativa Provincial no dia 27 de maio de 1845. Rio de Janeiro, Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1845. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – Biblioteca Digital. Disponível em: <<https://ape.es.gov.br/relatorios-e-mensagens-2>>, acesso em 28 de dezembro de 2016.

FALLA com que o exm. vice-presidente da Provincia do Espirito Santo, José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, abriu a Assembléa Legislativa Provincial no dia 23 de maio de 1844. Rio de Janeiro, Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1845. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – Biblioteca Digital. Disponível em: <<https://ape.es.gov.br/relatorios-e-mensagens-2>>, acesso em 28 de dezembro de 2016.

FALLA dirigida á Assembléa Legislativa da Provincia do Espirito Santo na abertura da sessão ordinaria do anno de 1846 pelo exm. vice-presidente da mesma provincia, Joaquim Marcellino da Silva Lima. Rio de Janeiro, Typ. Brasiliense de F.M. Ferreira, 1846. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – Biblioteca Digital. Disponível em: <<https://ape.es.gov.br/relatorios-e-mensagens-2>>, acesso em 28 de dezembro de 2016.

FALLA dirigida à Assembleia Legislativa da Provincia do Espírito Santo na abertura da sessão ordinária do ano de 1846 pelo exmo. vice-presidente da mesma província, Joaquim Marcelino da Silva Lima, em 23 de maio de 1846. FALLA com que o Exm. Sr. Dr. Domingos Monteiro Peixoto instalou a Assembléa Provincial do Espírito Santo na sessão do dia 18 de setembro de 1875.

MENSAGEM dirigida ao Congresso do Espírito Santo no dia 23 de setembro de 1910, pelo presidente, Jeronymo de Souza Monteiro. Victoria, Imprensa Estadual, 1910. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – Biblioteca Digital. Disponível



em: <<https://ape.es.gov.br/relatorios-e-mensagens-2>>, acesso em 28 de dezembro de 2016.

MENSAGEM dirigida ao Congresso do Espírito Santo no dia 3 de outubro de 1911, pelo presidente, Jeronymo de Souza Monteiro. Victoria, Imprensa Estadual, 1911. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – Biblioteca Digital. Disponível em: <<https://ape.es.gov.br/relatorios-e-mensagens-2>>, acesso em 28 de dezembro de 2016.

MENSAGEM dirigida ao Congresso do Espírito Santo no dia 15 de outubro de 1914, pelo presidente, Marcondes Alves de Souza. Victoria, Imprensa Estadual, 1914. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – Biblioteca Digital. Disponível em: <<https://ape.es.gov.br/relatorios-e-mensagens-2>>, acesso em 28 de dezembro de 2016.

MENSAGEM dirigida ao Congresso do Espírito Santo no dia 8 de setembro de 1915, pelo presidente, Marcondes Alves de Souza. Victoria, Imprensa Estadual, 1915. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – Biblioteca Digital. Disponível em: <<https://ape.es.gov.br/relatorios-e-mensagens-2>>, acesso em 28 de dezembro de 2016.

MENSAGEM dirigida ao Congresso do Espírito Santo no dia 13 de setembro de 1917, pelo presidente, Bernardinho de Souza Monteiro. Victoria, Imprensa Estadual, 1917. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – Biblioteca Digital. Disponível em: <<https://ape.es.gov.br/relatorios-e-mensagens-2>>, acesso em 28 de dezembro de 2016.

MENSAGEM dirigida ao Congresso do Espírito Santo no dia 16 de outubro de 1918, pelo presidente, Bernardinho de Souza Monteiro. Victoria, Imprensa Estadual, 1917. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – Biblioteca Digital. Disponível em: <<https://ape.es.gov.br/relatorios-e-mensagens-2>>, acesso em 28 de dezembro de 2016.

MENSAGEM dirigida ao Congresso do Espírito Santo no dia 12 de outubro de 1919, pelo presidente, Bernardinho de Souza Monteiro. Victoria, Imprensa Estadual, 1919. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – Biblioteca Digital. Disponível em: <<https://ape.es.gov.br/relatorios-e-mensagens-2>>, acesso em 28 de dezembro de 2016.

## RELATÓRIO DOS PRESIDENTES E VICE-PRESIDENTE DO ESPÍRITO SANTO

RELATÓRIO com que o Exmo Sr. Luiz Pedreira do Couto Ferraz, Presidente da Província do Espírito Santo, dirigiu à Assembléia Legislativa, no dia 30 de novembro de 1848. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – Biblioteca Digital. Disponível em: <<https://ape.es.gov.br/relatorios-e-mensagens-2>>. Acesso em: 28 dez. 2016.

RELATÓRIO com que o Ex.mo. Sr. José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, Presidente da Província do Espírito Santo, dirigiu à Assembléia

Legislativa, 1848. APPENSO ...K. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – Biblioteca Digital. Disponível em: <<https://ape.es.gov.br/relatorios-e-mensagens-2>>, acesso em 28 de dezembro de 2016.

RELATÓRIO com que o Ex.mo. Sr. Antônio Pereira Pinto, Presidente da Província do Espírito Santo, dirigiu à Assembléia Legislativa, no de 1849. APPENSO ...K. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – Biblioteca Digital. Disponível em: <<https://ape.es.gov.br/relatorios-e-mensagens-2>>, acesso em 28 de dezembro de 2016.

RELATÓRIO que o Exmo. Sr. Presidente da Província do Espírito Santo, o dr. Evaristo Ladislau e Silva, dirigiu à Assembléia Legislativa da mesma província na sessão ordinária de 23 de maio de 1853. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – Biblioteca Digital. Disponível em: <<https://ape.es.gov.br/relatorios-e-mensagens-2>>, acesso em 28 de dezembro de 2016.

RELATÓRIO com que o Ex.mo. Sr. Barão de Itapemirim, Presidente da Província do Espírito Santo, dirigiu à Assembléia Legislativa, no dia de 1853. APPENSO ...K. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – Biblioteca Digital. Disponível em: <<https://ape.es.gov.br/relatorios-e-mensagens-2>>, acesso em 28 de dezembro de 2016.

RELATÓRIO com que o exm. sr. dr. Sebastião Machado Nunes, presidente da provincia do Espirito Santo abriu a sessão ordinaria da respectiva Assembléa Legislativa no dia vinte e cinco de maio do corrente anno. Victoria, Typ. Capitaniense de P.A. d'Azeredo, 1855. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – Biblioteca Digital. Disponível em: <<https://ape.es.gov.br/relatorios-e-mensagens-2>>, acesso em 28 de dezembro de 2016.

RELATÓRIO com que o Exmo. Sr. Barão de Itapemirim (Joaquim Marcelino da Silva Lima), Primeiro Vice-Presidente da Província do Espírito Santo, apresentou na abertura da Assembléia Legislativa Provincial, no dia 25 de maio de 1857. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – Biblioteca Digital. Disponível em: <<https://ape.es.gov.br/relatorios-e-mensagens-2>>, acesso em 28 de dezembro de 2016.

RELATÓRIO com que o exm. sr. Barão de Itapemirim Joaquim Marcelino da Silva Lima, primeiro vice-presidente da provincia do Espirito Santo, apresentou na abertura da Assembléa Legislativa Provincial, no dia 23 de maio de 1857. Victoria, Typ. Capitaniense de P.A. d'Azeredo, 1857. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – Biblioteca Digital. Disponível em: <<https://ape.es.gov.br/relatorios-e-mensagens-2>>, acesso em 28 de dezembro de 2016.

RELATÓRIO com que o Ex.mo. Sr. Sebastião Machado Nunes, Presidente da Província do Espírito Santo, dirigiu à Assembléia Legislativa, 1857. APPENSO ...K. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – Biblioteca Digital. Disponível em: <<https://ape.es.gov.br/relatorios-e-mensagens-2>>, acesso em 29 de dezembro de 2016.

RELATÓRIO com que o exm. sr. commendador José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, segundo vice-presidente da província do Espírito Santo, apresentou na abertura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 23 de maio de 1858. Victoria, Typ. Capitaniense de P.A. d'Azeredo, 1858. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – Biblioteca Digital. Disponível em: <<https://ape.es.gov.br/relatorios-e-mensagens-2>>, acesso em 28 de dezembro de 2016.

RELATÓRIO com que o Ex.mo. Sr. Pedro Leão Velloso, Presidente da Província do Espírito Santo, dirigiu à Assembléa Legislativa, 1859. APPENSO ...K. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – Biblioteca Digital. Disponível em: <<https://ape.es.gov.br/relatorios-e-mensagens-2>>, acesso em 29 de dezembro de 2016.

RELATÓRIO com que o Exmo Sr. Pedro Leao Velloso, Presidente da Província do Espírito Santo, dirigiu à Assembléa Legislativa, no 25 e cinco de maio de 1859. APPENSO... K. Arquivo Público do estado do Espírito Santo – Biblioteca Digital. Disponível em: <<https://ape.es.gov.br/relatorios-e-mensagens-2>>. Acesso em: 28 dez. 2016.

RELATÓRIO com que o exmo. sr. comendador José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, 2º vice-presidente da província do Espírito Santo, passou a administração da mesma ao exmo. sr. dr. Pedro João Velloso no dia 4 de fevereiro de 1859. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – Biblioteca Digital. Disponível em: <<https://ape.es.gov.br/relatorios-e-mensagens-2>>, acesso em 28 de dezembro de 2016.

RELATÓRIO com que o exmo. sr. comendador José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, segundo vice-presidente da província do Espírito Santo, apresentou na abertura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 24 de maio de 1860; acompanhado do ofício com que o mesmo exmo. sr. passou a administração da província ao exmo. sr. dr. Antônio Alves de Sousa Carvalho.

RELATÓRIO com que o exmo. sr. comendador José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, 2º vice-presidente da província do Espírito Santo, passou a administração da mesma ao exmo. sr. dr. Antônio Alves de Sousa Carvalho, em 25 de maio de 1860. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – Biblioteca Digital. Disponível em: <<https://ape.es.gov.br/relatorios-e-mensagens-2>>, acesso em 28 de dezembro de 2016.

RELATÓRIO apresentado à Assembléa Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia da abertura da sessão ordinária de 1861 pelo Presidente, José Fernandes da Costa Pereira Junior. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – Biblioteca Digital. Disponível em: <<https://ape.es.gov.br/relatorios-e-mensagens-2>>. Acesso em: 28 dez. 2016.

RELATÓRIO com que o Ex.mo. Sr. José Fernandes Costa Pereira Jr., Presidente da Província do Espírito Santo, dirigiu à Assembléa Legislativa, 1861. APPENSO ...K. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – Biblioteca Digital. Disponível em:

<<https://ape.es.gov.br/relatorios-e-mensagens-2>>, acesso em 29 de dezembro de 2016.

RELATÓRIO do presidente da província do Espírito Santo, o bacharel André Augusto de Pádua Fleury, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, no dia 20 de outubro de 1863. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – Biblioteca Digital. Disponível em: <<https://ape.es.gov.br/relatorios-e-mensagens-2>>, acesso em 28 de dezembro de 2016.

RELATÓRIO com que o Ex.mo. Sr. Eduardo Pindahiba de Mattos, Presidente da Província do Espírito Santo, dirigiu à Assembléia Legislativa 1864. APPENSO ...K. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – Biblioteca Digital. Disponível em: <<https://ape.es.gov.br/relatorios-e-mensagens-2>>, acesso em 29 de dezembro de 2016.

RELATÓRIO apresentado à Assembléia Legislativa Provincial do Espírito Santo na abertura da sessão ordinária, no dia 26 de maio de 1865 pelo presidente, Dr. José Joaquim do Carmo. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – Biblioteca Digital. Disponível em: <<https://ape.es.gov.br/relatorios-e-mensagens-2>>. Acesso em: 28 dez. 2016.

RELATÓRIO apresentado à Assembléia Legislativa Provincial no dia da abertura da sessão ordinaria de 1866, pelo presidente, dr. Allexandre Rodrigues da Silva Chaves. Victoria, Typ. do Jornal da Victoria, 1866. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – Biblioteca Digital. Disponível em: <<https://ape.es.gov.br/relatorios-e-mensagens-2>>, acesso em 30 de dezembro de 2016.

RELATÓRIO com que foi aberta a sessão extraordinaria da Assembléia Legislativa Provincial pelo exm. sr. dr. Francisco Leite Bittencourt Sampaio, presidente da provincia, no anno de 1868. Victoria, Typ. do Jornal da Victoria, 1868.

RELATÓRIO lido no paço d'Assembléia Legislativa da Província do Espírito Santo pelo Presidente o Exm. Snr. Doutor Francisco Ferreira Correa na sessão ordinária no dia 09 de outubro de 1871. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – Biblioteca Digital. Disponível em: <<https://ape.es.gov.br/relatorios-e-mensagens-2>>. Acesso em: 28 dez. 2016.

RELATÓRIO apresentado à Assembléia Legislativa Provincial do Espírito Santo pelo Exm<sup>o</sup>. Sr. 1<sup>o</sup> Vice-Presidente, Coronel Manoel Ribeiro Coitinho Mascarenhas na sessão da 21<sup>a</sup> Legislatura, no dia 01 de setembro de 1874. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – Biblioteca Digital. Disponível em: <<https://ape.es.gov.br/relatorios-e-mensagens-2>>. Acesso em: 28 dez. 2016.

Relatório apresentado ao S. Ex. o Sr. Dr. Domingos Monteiro Peixoto pelo Exm<sup>o</sup> Sr. Coronel Manoel Ribeiro Coitinho Mascarenhas por ocasião de passar a administração da província do Espírito Santo no dia 4 de maio de 1876. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – Biblioteca Digital. Disponível em: <<https://ape.es.gov.br/relatorios-e-mensagens-2>>. Acesso em: 28 dez. 2016.

RELATÓRIO com que o Ex.mo. Sr. ... Mafra, Presidente da Província do Espírito Santo, dirigiu à Assembléa Legislativa, 1878. APPENSO ...K. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – Biblioteca Digital. Disponível em: <<https://ape.es.gov.br/relatorios-e-mensagens-2>>, acesso em 29 de dezembro de 2016.

RELATÓRIO apresentado pelo Exm. Sr. Dr. Manoel da Silva Mafra a Assembléa Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia 22 de outubro de 1878. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – Biblioteca Digital. Disponível em: <<https://ape.es.gov.br/relatorios-e-mensagens-2>>. Acesso em: 28 dez. 2016.

RELATÓRIO apresentado à Assembléa Legislativa Provincial do Espírito Santo pelo Presidente da Província o Exm. Sr. Dr. Antonio Gabriel de Paula Fonseca no dia 2 de outubro de 1872. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – Biblioteca Digital. Disponível em: <<https://ape.es.gov.br/relatorios-e-mensagens-2>>, acesso em 28 de dezembro de 2016.

RELATÓRIO apresentado à Assembléa Legislativa da Província do Espírito Santo em sua sessão ordinária de 8 de março de 1881 pelo Presidente da Província, Exm. Sr. Dr. Marcellino de Assis Tostes. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – Biblioteca Digital. Disponível em: <<https://ape.es.gov.br/relatorios-e-mensagens-2>>, acesso em 30 de dezembro de 2016.

RELATÓRIO apresentado á Assembléa Legislativa da provincia do Espirito-Santo pelo 1o vice-presidente, o exm. sr. tenente coronel Alpheo Adelpho Monjardim de Andrade e Almeida, em 21 de março de 1882. Victoria, Typ. do Horizonte, 1882. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – Biblioteca Digital. Disponível em: <<https://ape.es.gov.br/relatorios-e-mensagens-2>>, acesso em 28 de dezembro de 2016.

RELATÓRIO com que o Ex.mo. Sr. Herculano Marcos I. de Souza, Presidente da Província do Espírito Santo, dirigiu à Assembléa Legislativa, 1882. APPENSO ...K. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – Biblioteca Digital. Disponível em: <<https://ape.es.gov.br/relatorios-e-mensagens-2>>, acesso em 30 de dezembro de 2016.

RELATÓRIO apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Espirito-Santo pelo presidente da provincia, desembargador Antonio Joaquim Rodrigues, em 5 de outubro de 1886. Victoria, Typ. do Espirito-Santense, 1886. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/280/index.html> >, acesso em 30 de novembro de 2017.

RELATORIO sobre a instrução publica primaria e secundaria apresentado pelo director geral Conselheiro Joaquim Maria Nascentes d Azambuja a presidência da provincia do Espírito Santo em 26 de junho de 1888. Vitória : Typ Espírito Santense. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – Biblioteca Digital. Disponível em: <<https://ape.es.gov.br/relatorios-e-mensagens-2>>, acesso em 30 de dezembro de 2016.

RELATÓRIO apresentado à Assembléa Legislativa Provincial do Espírito Santo na abertura da primeira sessão da 28ª Legislatura em 9 de julho de 1888 pelo Dr.

Antonio Leite Ribeiro de Almeida, Presidente da Província. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – Biblioteca Digital. Disponível em: <<https://ape.es.gov.br/relatorios-e-mensagens-2>>, acesso em 30 de dezembro de 2016.

RELATÓRIO com que o Ex.mo. Sr. Jeronymo Monteiro, Presidente da Província do Espírito Santo, dirigiu à Assembléia Legislativa, 1908. APPENSO ...K. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – Biblioteca Digital. Disponível em: <<https://ape.es.gov.br/relatorios-e-mensagens-2>>, acesso em 30 de dezembro de 2016.

RELATÓRIO com que o Ex.mo. Sr. Marcondes Alves de Souza, Presidente da Província do Espírito Santo, dirigiu à Assembléia Legislativa, 1913. APPENSO ...K. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – Biblioteca Digital. Disponível em: <<https://ape.es.gov.br/relatorios-e-mensagens-2>>, acesso em 10 de janeiro de 2016.

RELATÓRIO com que o Ex.mo. Sr. Florentino Avidos, Presidente da Província do Espírito Santo, dirigiu à Assembléia Legislativa, 1928. APPENSO ...K. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – Biblioteca Digital. Disponível em: <<https://ape.es.gov.br/relatorios-e-mensagens-2>>, acesso em 10 de janeiro de 2016.

### RELATÓRIO DE INSPEÇÃO ESCOLAR

RELATÓRIO apresentado ao Exmo Snr Dr Jeronymo Monteiro pelo diretor de instrução Dr Henrique A. Cerqueira Lima, em 13 de agosto de 1908. Victória: Typ Modelo, 1908. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – Biblioteca Digital. Disponível em: <<https://ape.es.gov.br/relatorios-e-mensagens-2>>, acesso em 28 de dezembro de 2016.

RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Jeronymo de Souza Monteiro pelo inspetor geral de ensino, Deocleciano Nunes de Oliveira. 1910. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – Biblioteca Digital. Disponível em: <<https://ape.es.gov.br/relatorios-e-mensagens-2>>, acesso em 28 de dezembro de 2016.

## APÊNDICES

## APÊNDICE A – SISTEMATIZAÇÃO DAS FONTES CONSULTADOS NAS CAIXAS DO FUNDO EDUCAÇÃO

CAIXA	PERÍODO	CONTEÚDO DOS DOCUMENTOS
3	1910 - 1912-1913/1917	Portarias nomeando e licenciando funcionários, expedidas pelo Inspetor Geral do Ensino do Estado do Espírito Santo
6 A	1867/1873 - 1875	Ofícios recebidos pelo Inspetor Geral de Instrução Pública
6 B	1875 - 1877	Ofícios recebidos pelo Inspetor Geral da Instrução Pública
7	1880 - 1889	Ofícios recebidos pelo Inspetor Geral da Instrução Pública
8	1890 - 1899	Ofícios recebidos pelo Diretor da Instrução Pública
9	1901 - 1913	Ofícios recebidos pelo Diretor da Instrução Pública e pelo Inspetor Geral do Ensino
10	1914 - 1930	Ofícios recebidos pelo Diretor do Ensino Público, Secretário da Instrução
24	1886 - 1896	Requerimentos recebidos pelo Diretor das Escolas Normais, Diretor do Atheneu Providencial
25	1900 - 1904	Requerimentos recebidos pelo Diretor das Escolas Normais, Diretor da Instrução Pública.
26	1905 - 1907	Requerimentos recebidos pelo Diretor das Escolas Normais. Diretor da Instrução Pública
27	1908	Requerimentos recebidos pelo Diretor da Instrução Pública, Diretor das Escolas Normais.
28	1909	Requerimento recebidos pelo Inspetor Geral do Ensino; Delegado Literário, Presidente do Estado, Diretor das Escolas Normal e Modelo do Espírito Santo
29	1910	Requerimentos recebidos pelo Direto da Instrução Pública, Inspetor Geral do Ensino, Diretor do Ensino
30 A	1910 - 1911 / 1914	Requerimentos recebidos pelo Presidente do Estado, Diretor da Instrução Pública do Estado do Espírito Santo, Delegado literário, Inspetor Geral do Ensino, Diretor das Escolas Normais e Anexas
30 B	1912 - 1913	Requerimentos recebidos pelo Presidente do Estado, Diretor da Instrução Pública do Estado do Espírito Santo, Delegado Literário, Inspetor Geral do Ensino, Diretor das Escolas Normais e Anexas
31	1914 - 1915	Requerimentos recebidos pelo Presidente do Estado, Diretor Geral do Ensino Público, Diretor da Escola Normal
32	1916 - 1917	Requerimentos recebidos pelo: Presidente do Estado, Diretor do Ensino, Delegado Literário, Inspetor Geral do Ensino
33	1918	Requerimentos recebidos pelo: Presidente do Estado, Diretor do Ensino Público
141	1917-1941	Termos de visitas de Inspetores de Ensino: Alfredo Lemos; Alonso F. Oliveira; Archimino Gonsalves; Esmerino Gonsalves; João Ribas de Costa; José de Oliveira Mattos; Placidino Passos
142	1917-1939	Termos de visitas de Inspetores de Ensino: Luiz Edmundo Malzek; José Celso Cláudio; Sylvio Rocio; Ulysses Ramallete; Theotonio Souto Machado; Zumiro Gomes



## APÊNDICE A – SISTEMATIZAÇÃO DAS FONTES CONSULTADOS NAS CAIXAS DO FUNDO EDUCAÇÃO (CONCLUSÃO)

CAIXA	PERÍODO	CONTEÚDO DOS DOCUMENTOS
143	1913 - 1935	Termos de visitas de Inspetores: Adhemar Barros; Adhemar Távoa; Álvaro Rodrigues Motto; Ananias dos S.Netto; Bricio de Mesquita; Bodart Junior; Everaldino Silva;Guemercino Barcelos; Genaro Pinheiro; José Elias de Queiroz; José Lameiro; José Queiroz.
145	1909-1937	Inquéritos Administrativos de Inspetores e Diretores Escolares.
146	1911/1929 - 1932/1933	Procurações passadas por funcionários da Secretaria da Instrução para tomar posse, receber vencimentos e assinar termo de compromisso.
151	1910 - 1918	Certificados de 3º e 4º anos primários de diversas Escolas: Esc. Modelo - Jerônimo Monteiro; Grupo Esc. Gomes Cardim; Esc. Complementar anexo a Escola Normal; Escola Pública de Povoação de Passessunça; Escola Pública de Vila Rubim; Escola Pública de Santo Antonio.

Fonte: Caixas do Fundo Educação – Arquivo Público Estadual – Quadro elaborado pela autora.

## APÊNDICE B – LIVROS CONSULTADOS NO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

LIVROS	PERÍODO	TOTAL	CONTEÚDO DOS DOCUMENTOS
17 68 157 160 161 162 163 164	1878 1890 1879-1892 1897 1898 1904-1906 1900-1902 1873 – 1890	8	Registro de matrícula das professoras: remoções, licenças; nomeações, aposentadorias, assentamentos; situação funcional; localização
155	1908 -1909	1	Registro de ponto dos/as professores/as da Escola Normal
84	1892 - 1893	1	Termos de exames da aula Presidencial da capital
86	1893 - 1896	1	Termos da Escola Normal Masculina
138	1908- 1909	1	Termo de posse dos professores
143	1917	1	Termos de exames dos candidatos ao curso das Escolas Normais do Estado
165 166	1916 – 1920 1920-1921	2	Registro de diploma de professores/as normalistas
145 94	1868 1874-1889	2	Correspondências recebidas pelo Secretaria de Instrução/educação
89	1859-1867	1	Registro das Portarias Espedidas pela Secretaria concedendo licenças à funcionários
52, 56 91 124	1882-1886 1870- 1877 1917-1920	4	Registro de correspondência oficial da Secretaria
53	1874–1876	1	Termos de exames dos alunos da Vila de Viana
73	1873–1882	1	Matrícula de alunos/as do Instituto Normal Ateneu
78	1868-1872	1	Termos de exames do Colégio Espírito Santo
82 83	1887–1892 1894-1888	2	Termos de exame dos alunos da 2ª e 3ª cadeira
119	1896 – 1897	1	Registro das Aposentadorias dos/as Professores/as
128	1887 – 1889	1	Registro de atas de exames de candidatos/as ao magistério público
140	1881-1887	1	Atas e inscrição de concurso do Colégio Nossa senhora da Penha
147	1880-1881	1	Ponto dos/as professores/as do Colégio Nossa Senhora da Penha.
57	1878	1	Registro de correspondência da Escola Normal Atheneu Provincial
34	1909 -1920	1	Termos de exame de habilitação ao magistério
38	1874-1877	1	Registro de títulos de funcionários/as da Secretaria de Instrução Pública
87	1910-1911	1	Atas da congregação da Escola Normal.

Fonte: Livros do Fundo Educação – Arquivo Público Estadual – Quadro elaborado pela autora.

# **APÊNDICE C – PROFESSORAS PRIMÁRIAS CONTRATADAS NO ESPÍRITO SANTO – 1853 A 1897 (Continua)**

Nome	Interinidade			Efetividade			
	Nomeação	Local	Demissão	Nomeação	Local	Demissão	Aposent
Maria da Conceição Barata				08/02/1853	Vitória	22/02/1859	
Victoria Antunes da Penha	19/03/1855	São Mateus		21/02/1859	Vitória		23/04/1881
Maria Romana Ferreira				24/04/1863	São Mateus		29/04/1887
... Martins de...				03/07/1865	Serra Sede	09/08/1867	
Adelaide Antunes de Siqueira	24/12/1865	Santa Cruz		01/07/1867	Santa Cruz - Arac		07/12/1878
Maria da Penha Pereira de Jesus e Silva	08/11/1866	Vianna		28/05/1867	Viana		Faleceu 26/12/77
Jerônimo Pereira Guimarães	16/04/1867	Conceição da Barra	26/11/1872				
Rita Carolina da Silva Marins	09/08/1867	Serra Sede		24/10/1867	Serra Sede	14/11/1872	
Rosalina Maria da Conceição	23/09/1867	Linhares	11/11/1867				
Anna Maria da Conceição Rodrigues				06/07/1869	Nova Almeida		15/07/1872
Philomena Gomes da Silva Manso	03/08/1869	Vila do Itapemirim		10/06/1891	Cach de Itapemirim		
Clotilde Adelia Teixeira	30/04/1870	Cach de Itapemirim	27/05/1870	10/01/1877	Cach de Itapemirim		
Eliza Elzira Araripe				19/10/1871	Itapemirim	14/04/1875	
Bernardina Emilia Vieira Falcão	07/08/1872	Nova Almeida	17/10/1877	13/03/1878	Nova Almeida		
Severiana Nunes Ribeiro				20/12/1872	Santa Cruz - Arac		
Luiza Amelia de Magalhães Farias	13/09/1873	Itaunas		27/06/1885	Conceição da Barra	*22/01/86, reinteg. 18/07/89	
Maria Pereria Rodrigues				06/06/1874	Serra Sede		
Maria Pinto da Conceição				23/09/1875	Cariacica Sede	05/05/1877	
Ambrozina Coulares Barroso				17/11/1875	Santa Leopoldina	24/01/1877	
Firmiana Corrêa de Souza				18/07/1877	Santa Leopoldina	16/03/1878	
Epamina Messias d'Almeida Cossa	25/07/1887	Alegre	18/06/1888				
Carolina Maria do Sacramento	21/07/1877	Cariacica Sede	01/04/1878	23/05/1879	Cariacica Sede	25/03/1895	
Justina Maria da Conceição				08/08/1877	Cariacica Sede	08/11/1879	07/11/1896
Gliceria Maria de Souza Magalhães				11/09/1877	Carapina		
Eulália Júlia da Silva Moreira	28/09/1877	Cach de Itapemirim		16/11/1877	Carapina		
Anna Pinto de Calasans	12/11/1877	Nova Almeida	13/03/1878				
... Teixeira de Vasconcelos				03/01/1878	Cach de Itapemirim		
Rosa Maria Pinto da Victoria				18/01/1878	Carapina - Serra		
Eliza Elzira Araripe Paiva				28/01/1878	Vitória		
Leonor Eugenia (?)				01/04/1878	Cariacica Sede		
Anna de Toledo ...	06/09/1878	Cach de Itapemirim	24/01/1881				
Maria ... da Silva Pessanha	11/10/1878	Cariacica Sede	15/07/1879				
Maria Dias Goulart	22/10/1878	Linhares	13/05/1881				
Clemencia Maria Pinto de Azevedo				14/06/1879	Santa Leopoldina	Avulsa 1882	
Rosa Maria de Oliveira Cavalcanti	21/07/1879	Itaunas - C. da Barra					
Anna Maria...				08/08/1879	Viana		

### APENDICE C – PROFESSORAS PRIMÁRIAS CONTRATADAS NO ESPÍRITO SANTO – 1853 A 1897 (continuação)

Nome	Interinidade			Efetividade			
	Nomeação	Local	Demissão	Nomeação	Local	Demissão	Aposent
Anna Maria de Lyrio Lopes				30/08/1879	Viana		
Cercilia Lauriano do Bomfim Sessa	17/12/1879	Queimados - Serra	23/10/1882	18/04/1888	Magarahy		
Rosa Marques da Rocha	29/05/1880	S. J. do Calçado Sede	23/10/1882	*Readmitida Interina em 22/08/88			
Maria Luiza da Conceição Rangel				17/08/1880	Carapina - Serra	19/01/1881	
Izabel da Silva Costa	26/08/1881	S. P. de Itabapoana	26/08/1881				
Henriqueta Maria da Conceição Fonseca				11/11/1881	Itaunas	29/05/1882	
Cândida Tertuliana de Oliveira Marques				27/02/1882	Vitória		
Anna de Abreu Peixoto da Silva				15/03/1882	Cariacica Sede	Sem efeito 22/08/	-
Aurea de Abreu Peixoto da Silva				22/08/1882	Santa Leopoldina	Avulsa 17/09/1886	
Candida Clementina de Vasconcellos Calmon				22/08/1882	Linhares		
Anna dos Anjos de Aguiar	13/09/1882	Cariacica Sede	03/12/1889	07/01/1890	Cariacica Sede		
Adelina Lirio de Castro	15/09/1882	Vitória		23/10/1882	Vitória		
Georgina Carolina ...				01/05/1883	São José do Calçado	18/06/1888	
Maria Apolinaria Vieira	26/05/1883	Ibatiba	10/02/1886	27/07/1889	Piuma		
Celestina Mercies				24/05/1884	Nova Almeida	15/05/1886	
Manoela dos Passos Motta Faria	13/12/1884	Riacho - Aracruz		27/06/1885	Riacho - Aracruz	Abandonou 12/1893	
Carolina Adelaide Garcez	16/01/1885	Santa Leopoldina	Sem efeito	01/04/1885	Santa Cruz		
Maria de Paula Moraes	16/01/1885	Santa Izabel - DM		15/06/1888	Santa Izabel - DM		Avulsa 01/06/1897
Donaria de Carvalho Brandão do Valle				08/05/1885	Alegre	25/07/1887	
Adriana Cordovil Trindade				19/05/1885	Rio Pardo - Iuna		
Hyseclides Teixeira	22/02/1886	S. P. de Itabapoana	23/06/1887				
Leonilda Lopes Pereira Rocio	13/03/1886	Conceição da Barra					
Thereza de Aguiar Freitas	28/06/1886	Serra Sede		25/02/1888	Serra Sede		
Maria Rosa de Oliveira	23/10/1886	Santa Leopoldina		23/1/1888	Santa Leopoldina		
Maria Rosa Fernandes	03/02/1887	Guarapari		27/4/1888	Guarapari Sede		
Gertudes Pereira Soares				25/04/1887	Cach de Itapemirim		
Maria Pererira da Conceição Loureiro	22/06/1887	Serra		10/03/1888	Serra		
Izabel Lopes de Siqueira	23/06/1887	S. P. de Itabapoana	18/06/1888	14/01/1889	S. P. de Itabapoana		
Maria Alberto da Silva Carvalho	01/07/1887	Linhares	03/12/1889				
Maria Izabel Escomar Ramos	02/06/1888	Benevente - Anchieta					
Lydia das Neves Fraga	19/09/1888	Queimados - Serra		29/05/1889	Queimados - Serra		
Comelia Gomes Paiva Lima	10/11/1888	Itaunas					
Clementina Machado de Oliveira Xavier	17/12/1888	Cach de Itapemirim	Faleceu 08/03/1889				
Octavia Bastos Mullulo	29/08/1889	Vitória		11/09/1889	Vitória		
Maria Carolina de Andrade Feitoza	09/10/1889	São José do Calçado	19/10/1890	25/07/1890	Alegre		
Jacintha Ferreira de Souza	09/10/1889	Santa Izabel - DM	03/12/1889	30/11/1892	Jacarandá - DM		



# **APENDICE C – PROFESSORAS PRIMÁRIAS CONTRATADAS NO ESPÍRITO SANTO – 1853 A 1897 (continuação)**

Nome	Interinidade			Efetividade			
	Nomeação	Local	Demissão	Nomeação	Local	Demissão	Aposent
Lenor Alves Rebello	06/11/1889	Rio Pardo - Iuna					
Emilia Matins de Azevedo Pocca				15/11/1889	Cach de Itapemirim		09/01/1890
Joanna de Azevedo Hitchings				19/04/1890	Anchieta		
Amelia Augusta de Faria Alvim				28/04/1890	São José do Calçado		
Alzira Brasilina Cunha de Amorim				28/04/1890	Cach de Itap - Norte		
Ambrozina Barbosa de Assumpção				29/04/1890	Riacho - Aracruz		
Maria Luisa Otten Soares Pinto				13/06/1890	Pedreiras - Vitória		
Lozima de Carvalho Prado				25/07/1890	Rio Novo do Sul	Abandono 12/10/1893	
Carlota Roiz Pessoa				26/07/1890	Nova Almeida		
Eliza dos Santos Pereira				09/08/1890	Itapemirim		
Sophia Penna Forte				25/09/1890	Rio Novo do Sul		
Senhorinha Maria da Conceição Salles				14/02/1891	Nova Almeida		
Anna Carolina de Castro	02/08/1889	Arraial da Boa Família		14/02/1891	Baixo Guandu		
Maria Pereira da Silva				14/04/1891	Itaúnas - C. Da Barra		
Aldina Adélia da Costa Lirio				27/04/1891	???		
Doria Pinto				27/04/1891	???		
Libania do Nascimento Bodaht				09/05/1891	Rio Novo do Sul		
Maria Adelaide Jardim				04/04/1892	Cariacica Sede		
Elisa Calmon Pereira de Aguiar				18/05/1892	Serra Sede		
Maria Rodrigues da Conceição Amaral				29/08/1892	Serra Sede		
Amelia Carlos Loureiro				30/08/1892	Riacho - Aracruz		
Claudina Constantina Barbosa				24/11/1892	Viana		
Defina de Amorim Ramos				01/12/1892	Rio Novo do Sul	13/02/1897	
Honorina Mathilde Pinto	10/12/1892	Conceição da Barra	Avulsa 1896	10/06/1897	Santa Izabel - DM		
Maria Leopoldina d'Oliveira				10/12/1892	São Mateus		
Candida Jovita d'Assumpção				24/01/1893	Vila Velha		
Maria Izilda de Miranda				30/11/1893	Serra Sede		
Thereza Queiroz				08/05/1894	Benevente - Anch.		
Perminia Hornizda dos Santos Mullulo				20/05/1894	Benevente - Anch.	20/11/1896	
Philomena Barbosa dos Reis Netto				25/06/1895	Alfredo Chaves		
Zenóbia Hortência Leão				13/04/1896	Poça d'Anta - Serra		
Margarida Moreira de Souza Fraga				09/04/1896	Vila Rubim - Vitória		
Mariana(?) Ichilfes(?) d'Oliveira				31/07/1896	São Mateus		
Livinia Bastos Mullulo				08/08/1896	Vitória		
Felinta de Almeida Ferreira	13/11/1896	Piuma					
Joaquina Marques da Cunha				16/11/1896	Itapemirim		

**APENDICE C – PROFESSORAS PRIMÁRIAS CONTRATADAS NO ESPÍRITO SANTO – 1853 A 1897 (conclusão)**

Nome	Interinidade			Efetividade			
	Nomeação	Local	Demissão	Nomeação	Local	Demissão	Aposent
Maria dos Passos Motta Faria				03/12/1896	Riacho - Aracruz		
Maria Ribeiro da Silva				14/05/1897	C. da Barra Sede		
Lydia de Vasconcellos Azevedo				17/06/1897			
Cristina S. Madeira	23/06/1897	S Pedro Itabapoana					
Iphigenia de Abreu e Silva				28/06/1897	Afonso Claudio (?)		
Ritta Santos (... )Vargas				?/08/1897			
Cacilda Loyola Pinheiro				?/08/1897			
Christina Gomes Medina				23/10/1897			
Dicioília Maria de Nazareth				23/10/1897			
Maria Rodrigues Pereira Nunes							25/06/1890
Bernardina Maria da Penha		Queimados - Serra					
Josepha de Vasconcellos Ramos					Cach de Itapemirim		

Fonte: Livros 17, 157 e 160 do Fundo Educação do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

## **ANEXOS**

**ANEXO A – LEI Nº 9, DE 4 DE DEZEMBRO DE 1869**



# CORREIO DA VICTORIA.

ANNO XXI

SABBADO 25 DE DESEMBRO DE 1869

N. 101

ASSIGNATURAS.

CAPITAL.

Por anno. . . . 10\$000

Por semestre. . 5\$000

EDITOR. — APRIGIO GUILHERMÃO DE JESUS.

Publica-se duas vezes por semana. Folha avulsa 300 rs. Publicações por convenções. Pagamentos adiantados.

ASSIGNATURAS.

INTERIOR E PROVINCIAS.

Por anno. . . . 12\$000

Por semestre. . 6\$000

## PARTE OFFICIAL.

### SECRETARIA DO GOVERNO.

#### LEI N. 29.

ANTONIO DIAS PAES LEME, BACHAREL FORMADO em sciencias juridicas e sociaes pela faculdade de S. Paulo e presidente da provincia do Espirito-Santo.

Faço saber a todos os seus habitantes, que a assembléa legislativa provincial decretou e eu sancionei a resolução seguinte:

Art. 1.º O presidente da provincia fica autorisado a contractar com alguma senhora de exemplar conducta, e que tenha todas as habilitações necessarias para ser uma boa preceptora afim de estabelecer n'esta capital um collegio de instrucção para o sexo feminino.

§ 1.º As habilitações de que trata o presente artigo, consistem em saber grammatica portugueza arithmetica e systema metrico, musica e tocar piano e todos os trabalhos de agulha. Estes conhecimentos serão provados ou por titulo de qualquer das aulas normaes do imperio, ou por exame publico feito n'esta capital.

Art. 2.º Este collegio terá as precisas accommodações para receber alumnas internas e meio pensionistas nas mesmas condições da primeira parte do § 2.º art. 3.º da lei n.º 13 de 12 de Julho de 1867.

Art. 3.º Alem da cadeira de instrucção primaria, da de musica e piano, que serão regidas pela directora, o presidente da provincia fica autorisado a crear n'este collegio uma cadeira de francez, e outra de geographia e historia nacional e sagrada, cujos professores nomeados nas condições do art. 4.º da lei n.º 13 de 12 de Julho de 1867 ou professoras approvadas em concurso terão os mesmos vencimentos que tiverem os do collegio do Espirito Santo.

§ 1.º Para a creação destas cadeiras preceberá requisição da directora, que a fará quando cinco alumnas, pelo menos, se propuzerem a frequentar cada uma dellas.

Art. 4.º A instrucção primaria comprehendendo os trabalhos de agulha, será dada gratuitamente n'este collegio; para frequentar, porem cada uma das outras trez aulas pagará cada alumna na repartição competente a matricula annual de 20\$000 rs. sendo metade no principio de cada semestre.

Art. 5.º A directora terá o ordenado annual de 1:500\$000 por ser a professora da cadeira de instrucção primaria, de musica,

e piano; alem deste ordenado, será pago pela provincia o aluguel da casa em que funcionar o collegio.

§ 1.º Pertencerá a directora as contribuições das alumnas internas e meio pensionistas de que trata o art. 2.º da presente lei.

Art. 6.º A mesma directora será abonada por emprestimo a quantia de 1:200\$000 para compra de um piano e mais utensilios necessarios a este estabelecimento.

§ 1.º A fazenda provincial será indenizada deste emprestimo a razão de dez por cento annualmente e para este fim começará do segundo anno em diante, a fazer os competentes descontos no ordenado da directora.

§ 2.º No caso de rescisão do contracto com a primeira directora, e sendo elle feito com outra senhora esta se obrigará, nas condições do § antecedente pela parte do referido emprestimo que ainda não tiver sido pago.

Art. 7.º Este contracto durará por cinco annos, que serão contados do dia em que o collegio começar a funcionar; e findo este prazo o presidente da provincia o reformará, fazendo as alterações que julgar convenientes devendo na seguinte sessão desta assembléa solicitar a competente approvação, expondo os motivos que o levarão a fazer as ditas alterações.

Art. 8.º Logo que este collegio se ache funcionando, o presidente da provincia poderá extinguir a cadeira de instrucção primaria do sexo feminino ora existente nesta capital, aposentando a respectiva professora com os vencimentos correspondentes ao tempo de serviço que tiver, ou removendo-a para outra qualquer cadeira que se ache vaga.

Art. 9.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Mando por tanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida resolução pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contem. O secretario interino desta provincia a faça imprimir, publicar e correr. Dada no palacio do governo da provincia do Espirito Santo, aos quatro dias do mez de Dezembro de 1869, 48.º da independencia e do imperio.

L. S. Antonio Dias Paes Leme.

Sellada e publicada nesta secretaria do governo da provincia do Espirito-Santo, aos quatro dias do mez de Dezembro de 1869.

Servindo de secretario.—O official-maior Manoel Corrêa de Lirio.

Registrada a fl. 194 do livro de leis e resoluções provinciais. Secretaria de governo da provincia do Espirito-Santo, em 15 de Dezembro de 1869.—O praticante.—Francisco Antonio de Atoyde.

#### LEI N.º 30.

ANTONIO DIAS PAES LEME, BACHAREL FORMADO em sciencias juridicas e sociaes pela faculdade de São Paulo e presidente da provincia do Espirito Santo.

Faço saber a todos os seus habitantes que a assembléa legislativa provincial decretou e eu sancionei a resolução seguinte:

Art. 1.º Fica o presidente da provincia autorisado para conceder aposentadoria a José Soares Leite dos Passos no lugar que occupa de professor de instrucção primaria da villa da Noxa Almeida, com o vencimento que lhe competir, pelo tempo de serviço que lhe for contado.

Art. 9.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Mando por tanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida resolução pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contem. O secretario interino da provincia, a faça imprimir, publicar e correr. Dada no palacio do governo da provincia do Espirito Santo aos 4 dias do mez de Dezembro de 1869, 48.º da independencia e do Imperio.

L. S. Antonio Dias Paes Leme.

Sellada e publicada nesta secretaria do governo da provincia do Espirito Santo, aos 4 dias do mez de Dezembro de 1869.

Servindo de secretario.—O official-maior Manoel Corrêa de Lirio.

Registrada a fl. 196 do livro de leis e resoluções provinciais.—Secretaria do governo da provincia do Espirito Santo, em 15 de Dezembro de 1869.—O praticante.—Francisco Antonio de Atoyde.

### EXPEDIENTE DO MEZ DE DESEMBRO

Dia 10.

Ao inspector da thesouraria de fazenda, communicando haver o ajudante contador do correio desta capital, José Joaquim dos Santos Couto, em data de 7 deste mez, assumido as funções de administrador do mesmo correio, por ter no dia anterior, fal-

lecido Antonio Ferreira Maia, que o exercia.

—Ao mesmo, communicando haver o agrimensor Joaquim Alvares dos Santos Souza, em data de 12 do mez proximo passado, dado principio aos trabalhos a seu cargo, como participou o engenheiro Emilio Gengembre, chefe da commissão de medição de prazos na colonia de Santa Leopoldina.

—Ao mesmo, declarando em resposta ao seu officio datado de 7 deste mez, que o pagamento dos concertos feitos na fortaleza de S. João, pelo carpinteiro Francisco Antonio Leal, deve correr por conta da verba eventuales do ministerio da guerra.

—Ao Dr. chefe de policia, declarando que pelo seu officio de 6 do corrente ficou a presidencia inteirada, de ter sido assassinado na freguezia do Queimado, no dia 2 do corrente, as 10 horas da noite, com um tiro de espingarda, Victorino José Corrêa de Amorim, bem como das providencias tomadas pelo respectivo subdelegado de policia, para descobrimento do autor ou autores de semelhante attentado.

—Ao vice-consul de Portugal nesta provincia.—Accuzo o recebimento do officio de V. S. de 7 do corrente, renovando a questão de direito ha dias havida entre o vice-consulado portuguez e o juiz de orphãos da capital, sendo que o caso actual é sobre o inventario do subdito portuguez Manoel Botelho de Almeida, que deixara mulher e filhos menores.

Em resposta á V. S. direi que a pezar da especie não ser a mesma, com tudo, os principios de direito e as disposições do accordo que os regem, são os mesmos.

V. S. me permittirá q' lhe observe, q' em sua argumentação sempre parte de um principio erroneo, e vem a ser que os filhos menores nascidos no Brasil de paes portuguezes são portuguezes. Não; elles são brasileiros, como quer a nossa constituição politica no art. 6.º. A lei de 10 de setembro de 1860 reconhecendo aos menores estrangeiros a condição civil de seus paes, respeito ao principio de nacionalidade do pacto fundamental.

Portanto sendo elles brasileiros, estão bem certo que V. S. não contestará ao juiz a competencia, que tem em praticar todos aquellos actos propriamente de inventario, cabendo a V. S. nos termos do n.º 2 do § 2.º do accordo de 1867, por V. S. invocado a administração da herança conjunctamente com a viúva e o representante legal dos menores.

Julgo, portanto, que dentro de suas at-

**ANEXO B – REGULAMENTO DAS ESCOLAS DE PRIMEIRAS LETRAS – 1848**

REGULAMENTO

da Lei n.<sup>o</sup> 6 de 4/5/848

## REGULAMENTO

DAS ESCOLAS DE PRIMEIRAS LETRAS DA PROVINCIA DO ESPIRITO SANTO  
PROMULGADO EM 20 DE FEVEREIRO DE 1848, E APROVADO PROVISORIAMENTE  
PELA LEI N.º DE 4 DE MAIO DO MESMO ANNO.

(Inedito.)

### TITULO 1.º

Das escolas publicas de instrucção primaria, e do seu objecto.

Art. 1.º As escolas publicas de instrucção primaria na provincia do Espirito Santo dividem-se em escolas de primeira, e de segunda classe.

Art. 2.º Nas de primeira classe ensinar-se-há a leitura, a escripta, os rudimentos da grammatica da lingua nacional, a theoria e pratica da arthmetica até proporções inclusive, as noções mais geraes da geometria pratica, a moral christã, e a doutrina da religião do estado.

Art. 3.º Nas de segunda classe o ensino abrangerá as mesmas materias do artigo antecedente, excluindo-se a geometria, e limitada a arithmetica á theoria, e pratica das quatro operações de numeros inteiros.

Art. 4.º As primeiras serão estabelecidas em todas as cidades, villas e freguezias mais notaveis por sua população. As segundas serão creadas pelo presidente da provincia nas outras freguezias, e nas povoações em que houver mais de vinte meninos em estado de aprender. (1)

Art. 5.º A instrucção primaria para o sexo feminino comprehende o mesmo objecto do ensino mencionaod no artigo 3.º; e mais a costura, bordados e outras prendas que servem á economia domestica.

As respectivas escolas, alem da que já existe na capital, deverão ser fundadas logo que for possivel nas cidades e villas, que forem cabeças de comarca.

### TITULO 2.º

Do provimento e habilitações dos professores

Art. 6.º As escolas de primeira classe serão providas por exame publico, feito perante o presidente da provincia, por uma commissão de tres membros por ele nomeada, devendo ser annuciado por editaes sessenta dias antes na capital, e em todos os municipios.

Art. 7.º O exame versará sobre as materias consignadas do exame, as materias em que os candidatos hão de ser perguntados, e os livros sobre que terá logar a leitura, e analyse grammatical, podendo qualquer dos examinadores, além d'isto, fazer as perguntas que julgar conveniente.

Art. 9.º Quando houver mais de um pretendente, serão todos, a ser possivel, examinados no mesmo dia, segundo a ordem das datas da apresentação de seus requerimentos na secretaria do governo; durando cada exame hora e meia.

Art. 10. A commissão votaráno fim dos exames por escrutinio secreto, de cujo resultado o official maior da secretaria lavrará um termo, que será assignado pelo presidente da provincia, e pelos examinadores, ficando salvo a aquelle, no caso de approvação, prover o candidato, ou determinar outro exame, nomeando novos examinadores.

Art. 11. Sendo approvados, nemine discrepante, dous ou mais candidatos a uma sô cadeira vaga, findos os exames terá logar uma votação de preferencia pelos examinadores, e o candidato que a obtiver unanimemente será o escolhido, salva a disposição final do artigo antecedente.

Si os votos se dividirem, fica ao prudente arbitrio do presidente da provincia o direito de nomear o que lhe parecer mais idoneo.

Art. 12. Os professores de segunda classe poderão ser providos pelo governo, independente de exame publico, com tanto que tenham os requisitos do artigo seguinte.

Art. 13. Para qualquer ser admittido a exame, ou nomeado professor requer-se que seja cidadão brasileiro de idade de vinte e um annos, e de reconhecida morigeracao; e só quando não haja concurrentes nacionaes poderão, terminado o praso marcado no artigo 6.º, inscrever-se os estrangeiros, com tanto que professem e religião do

(1) A attribuição de crear escolas de 2.ª classe passou a competir á assemblea provincial pelo art. 6.º da lei n.º 1 de 1838.

estado, e pronunciem correctamente a lingua nacional,devendo soffrer mais rigoroso exame de grammatica, e das materias exigidas na presente lei.

Art. 14. Não serão admittidos a exame,nem nomeados professorse, apesar de quaesquer habilitações, os que tiverem soffrido condemnação por homicidio,furto ou roubo, juramento falso ou falsidade, ou já tiverem sido demittidos por maos costumes ou incorrigiveis no desempenho de suas funções.

Art. 15. O emprego de professora de instrucção primaria será provido em senhoras, que se mostrem habilitads no ensino respectivo pela fórma marcada no artigo 6.<sup>o</sup> e com os requisitos exigidos no art. 13 (1) devendo o exame de costura, bordados, e outras prendas ser feito por uma ou duas senhoras para isso designadas.

### TITULO 3.<sup>o</sup>

Dos vencimentos dos professores, publicos.

Art. 16. Os professores das escolas de primeira classe terão o ordenado de 300\$000rs., (2) salvas as gratificações concedidas por lei a algum dos professores existentes, e as que a assemblea provincial houver de marcar, sob proposta do presidente da provincia nos seus relatorios, á aquelles, que mais se distinguirem no magisterio, e tiverem um numero superior ao de cincoenta alumnos de effectiva frequencia.

Os professores de segunda classe perceberão a gratificação, que em attenção ás localidades, e numero de discipulos, lhe for arbitrada pelo governo, não excedendo a cento e cincoenta mil reis por anno. (1)

Art. 17. Da disposição do artigo antecedente ficão exceptuadas as escolas do Aldeamento Imperial Affonsino, e da colonia de Santa Izabel, a respeito de cujos vencimentos, e cathegoria, continua em vigor a resolução n.<sup>o</sup> 6 de 26 de julho de 1847. (2)

### TITULO 4.<sup>o</sup>

Da suspensão, demissão, e remoção dos professors publicos.

Art. 18. Os professores publicos,em quanto não completarem dez annos de serviço, podem ser suspensos com metade do ordenado, ou sem elle, e demittidos pelo presidente da provincia,quando este entender que não cumprem as obrigações a seu cargo.

Art. 19. Findo esse praso, só poderão ser suspensos,os que forem providos por exame:

1.<sup>o</sup> No caso de pronuncia em termo inafiançavel.

2.<sup>o</sup> Quando o governo lhes mande instaurar processo por cime de responsabilidade.

A suspensão em qualquer dos casos priva o professor de todo, ou de parte do ordenado durante o tempo d'ella, como determinar o governo.

Sõ podem ser demittidos:

1.<sup>o</sup> Quando o requeirão, perdendo então o direito á jubilação.

2.<sup>o</sup> Quando rasões fundadas de moralidade publica assim o exijão, á requerimento de qualquer chefe de familia,ouvidos o professor inculpado, a camara municipal, ou authoridade local, que o presidente da provincia julgar necessario, e o director geral das escolas.

3.<sup>o</sup> Quando forem condemnados por homicidio, furto ou roubo, juramento falso ou falsidade, estupro, rapto, ou algum outro da classe daquelles, que offendem a moral publica, ou a religião do Estado.

4.<sup>o</sup> Em virtude de sentença por crime de responsabilidade, alem de outros casos, por se mostrarem incorrigiveis depois de multados por tres vezes, por desobedece-rem formalmente ás ordens do governo, por serem por culpa sua as escolas frequen- tadas por menos de dez alumnos effectivos.

5.<sup>o</sup> Por abandonarem o emprego por mais de tres mezes successivos sem licença.

(1) A idade de 18 annos hé sufficiente para as pretendentes ao logar de professoras serem admitidas a concurso. ART. 2 da lei n.<sup>o</sup> 9 de 30 de julho de 1853.

(2) Foi elevado a 400\$rs. pela lei n.<sup>o</sup> 5 de 1857.

(1) Foi elevada a 250\$rs. pela lei n.<sup>o</sup> 5 de 1857.

(2) A excepção feita neste artigo comprehende as escolas da capital. Art. 2.<sup>o</sup> da lei n.<sup>o</sup> 6 de 4 de maio de 1848.

Art.20. Os professores publicos pôdem ser removidos em qualquer tempo pelo presidente da provincia:

- 1.º De umas para outras escolas da mesma classe, quando assim o exigir o serviço da instrução primaria, ou a utilidade publica. (1)
- 2.º Para escolas de igual, ou de menor vencimento, a requerimento seu, não havendo prejuizo de terceiro, ou outro inconveniente.
- 3.º Para escolas de maior vencimento por meio de acesso, ouvido o director geral, quando se tornarem distinctos pelo exacto cumprimento de seus deveres, e pelo numero e aproveitamento dos alumnos.

## TITULO 5.º

Da inspecção das escolas, e exame dos alumnos.

Art. 21. Haverá na capital da provincia um director das escolas, ao qual compete:

- 1.º Inspeccional-as por si, e por intermedio dos inspectores locais.
- 2.º Resolver sobre as infracções de leis e regulamentos, e em geral sobre todo o genero de abusos que se commettão no ensino publico ou particular, propondo ao governo as providencias, que para sua repressão julgar adequadas.
- 3.º Promover a uniformidade do systema de ensino, que se deve adptar nas escolas, tendo em viata o artigo 32.
- 4.º Regular o regimen interno das mesmas, estabelecendo as horas de ensino, e designando os compendios, e livros, que n'ellas devem ser adoptados, accommodando-os, a conveniencia da instrução, a economia e necessidade das localidades.
- 5.º Entregar todos os annos ao presidente da provincia, um mez antes da reunião ordinaria da assembléia provincial, um relatorio circunstanciado do estado da instrução á seu cargo, acompanhado-o um mappa estatístico.
- 6.º Servir de centro de toda a correspondencia entr o governo, e os inspectores das escolas, e professores publicos.

Art. 22. O presidente da provincia nomeará em cada freguezia um inspector da escola, ou escolas nella existentes; o qual terá as seguintes attribuições: (1)

- 1.º Visitar ao menos uma vez por mez, e sempre inesperadamente, a escola ou escolas debaixo de sua inspecção.
- 2.º Verificar, á vista da matricula, o numero de alumnos que as frequentão - effectivamente.
- 3.º Examinar a salubridade do local para ellas escolhido, e se os professores cumprem tudo quanto for determinado nos regulamentos, e instrucções.
- 4.º Enviar trimensalmente ao governo uma informação circunstanciada do estado das escolas, do progresso dos discipulos, das causas da falta de concurrencia, quando se realise, e de todas as necessidades que occorrerem.
- 5.º Dar attestados aos professores para cobrarem seus vencimentos.
- 6.º Advertir-os sobre omissões leves no cumprimento de seus deveres, participando ao director das escolas quando se mostrem incorrigiveis, e communicando as faltas que encontrarem.
- 7.º Exigir trimensalmente no fim de cada anno dos professores, tanto publicos como particulares um mappa dos alumnos que frequentão as escolas a seu cargo, e os esclarecimentos, que forem necessarios para bazear suas informações.

Art. 23. Quando os professores abandonarem o exercicio do emprego, e estiverem impedidos, havendo probabilidade de durar o impedimento por mais de um mez, o inspector, salva a disposição do artigo 31, poderá contractar quem reja a escola provisoriamente, mediante uma gratificação, que não exceda de metade do ordenado daquelle, pre-

(1) A disposição deste § só terá logar em virtude de representação da camara municipal, ou inspector respectivo, e depois de ouvido o director geral das escolas. Lei n.º 5 de 26 de agosto de ....

(1) Esta nomeação de inspectores he feita para cada municipio, precedendo proposta do director. Art. 3.º da lei n.º 1 de 1858. Os inspectores devem ter delegados de sua confiança nos respectivos districtos, approvados pelo director. Art. 6.º.



ferindo sempre, quando o houver, professores de escolas particulares.

Art. 24. Haverá anualmente, pelo menos, nos logares em que possa effectuar-se um exame publico dos alumnos, que será feito na capital por uma commissão nomeada pelo director, e por este presidida, e nos outros logares pelo inspector a quem competir.

Art. 25. O director das escolas poderá, para o expediente a seu cargo, requisitar algum dos amanuenses da secretaria do governo, que o secretario designar, ou algum dos empregados da assembléa provincial no intervallo das sessões. (1)

O papel, pennas, tinta e outros objectos do mesmo expediente ser-lhe-hão fornecidos pela secretaria. (1)

Art. 26. Logo que as circumstancias do cofre provincial permitão, poder-se-há marcar ao director das escolas uma gratificação que não excederá de seis centos mil réis annualmente, ficando então obrigado a visitar em cada anno todas as escolas pela forma e maneira, que lhe for marcado pelo presidente da provincia. (2)

## TITULO 6.º

### Das escolas particulares.

Art. 27. Ninguém poderá abrir escola, nem ensinar em escolas particulares quer de um, quer de outro sexo, seja qual for a denominação d'ellas, sem licença do presidente da provincia.

Art. 28. Para a concessão d'essas licenças cumpre ao candidato, apresentar:

1.º Folha corrida pelo termo em que residir, e por aquelles, em que houver residido nos dous ultimos annos.

2.º Attestações de moralidade passadas pelo parochio, juiz de paz, e outra authoridade policial de cada um dos ditos termos.

3.º Certidão de idade, ou, na sua falta, documento ou justificação com que mostre ser maior de vinte e um annos.

Art. 29. Si o pretendente for acusado pela opinião publica de haver perpetrado algum dos crimes especificados no § 3.º do artigo 19, não poderá obter licença sem apresentar justificação em contrario.

Art. 30. As senhoras, alem dos documentos exigidos no artigo 28, deverão exhibir mais a certidão do casamento, se forem casadas, e a de obito de seus maridos, se forem viúvas. No caso de não viverem em companhia de seus maridos, serão obrigadas a apresentar uma copia da sentença, que houver decretado a separação.

Art. 31. Os professores de escolas particulares, que não forem catholicos romanos, só poderão obter licença para abril-as, tendo comsigo um professor da religião do Estado.

## TITULO 7.º

### Disposições geraes.

Art. 32. O methodo do ensino da instrucção primaria nas escolas publicas, é em geral o simultaneo, mas poder-se-hão adoptar outros, que forem mais adequados, conforme os logares, suas necessidades e recursos.

Art. 33. Não serão admittidos a frequentar as escolas publicas, os que padecerem molestias contagiosas, e os escravos.

Art. 34. Os professores publicos, só poderão obter licença com vencimento por mais de um mez, deixando substitutos pagos a sua custa, e approvados pelo respectivo inspector, salvo o caso justificado pelo respectivo inspector, salvo o caso justificado de molestia grave, que por algum tempo os impossibilite de todo o exercicio e applicação.

Art. 35. Os professores publicos, que faltarem por mais de dous dias successivos em um mez, ou sahirem do municipio durante o tempo lectivo, no primeiro caso sem participar ao inspector, e no segundo sem previa authorisação do governo, serão multados pelo mesmo inspector, e quando este assim o não faça, pelo director das escolas, no tresdobro do vencimento que deverião ter por todo o tempo que faltarem, além das penas do codigo criminal, em que por esse facto incorrerem.

Art. 36. Os professores de escolas particulares de ambos os sexos, serão obrigados a dar aos inspectores locaes as informações por estes exigidas, e mappas trimensaes e

(1) O official da secretaria d'assembléa pode ser empregado no expediente da directoria, Art. 5.º da Lei n.º 2 de 1885.

(1) A lei n.º 26 de 1858 marcou 60\$ para expediente.

(2) Foi marcado ao director o ordenado annual de 800\$rs. pelo art. 1.º da lei provincial n.º 1 de 1858, ficando-lhe incumbida a inspecção do Lyceo com a gratificação de 200\$rs. / 2.º da mesma lei.

annuaes dos alumnos, pela forma que for detrmínada; sob pena de multa de doze mil réis pela primeira vez, pela segunda de vinte e quatro mil réis, e pela terceira de trinta e seis mil réis.

Art. 37. Serão multados em cincoenta mil réis, alem das multas e penas criminaes em que incorrerem:

1.<sup>o</sup> Os que sem licença abrirem escôlas, ou n'ellas ensinarem.

2.<sup>o</sup> Os que contravierem ás disposições do artigo 31 quaesquer outras, que em regulamentos ou instrucções especiaes do governo lhes forem prescriptas.

3.<sup>o</sup> Os que ensinarem doutrinas dondemnadas pela moral publica, e contraria ao systema do governo jurado.

4.<sup>o</sup> Os que se recusarem á inspecção do director, e a do inspector das escôlas da respectiva parochia.

Art. 38. No caso de reincidencia, a multa do artigo antecedente será elevada a cem mil réis, e pela terceira vez a cento e cincoenta mil réis.

Art. 39. As multas poderão ser impostas pelo director geral, ou pelos inspectores das escôlas respectivas, com recurso para o presidente da provincia, que ouvira sempre o director, quando a multa tiver sido determinada por algum dos inspectores.

Art. 40. Os recursos deverão ser interpostos dentro em cinco dias, a contar da data em que a imposição for communicada ao multado.

Art. 41. Confirmada a multa pelo presidente da provincia, ou no caso de não haver o multado recorrido em tempo determinado pelo director geral, ou por algum dos inspectores, no primeiro caso uma portaria, no segundo uma deliberação, contendo o nome do multado, os motivos, e a quantia da multa, será sufficiente para a cobrança, a que se procederá executivamente pela agencia, ou mesa de rendas do municipio, ou freguezia, a que pertencer a escola.

Art. 42. O producto das multas será applicado em proveito das escôlas, pela maneira que for determinada pelo presidente da provincia.

Art. 43. Será cassada a licença dos professores das escôlas particulares, que incorrerem na disposição do artigo 19 § 3.<sup>o</sup>.

Art. 44. O presidente da provincia deverá ter em muita consideração os serviços prestados pelo director geral, já para preferil-os em egualdade de circumstancias, quando aspirem a algum emprego publico da provincia, já para recommendal-os ao governo imperial como cidadãos dignos de remmunerações honorificas.

Art. 45. Garante-se aos professores publicos providos por exames o direito á jubilação, findos os annos de serviço, que forem marcados, pela forma e maneira da lei, que houver de regular esta materia, quando se decidir a quem compete legislar a aposentadoria dos empregados provinciaes.

Ficão revogadas todas as leis e disposições em contrario.

Palácio do governo da provincia do Espirito Santo na ciadde de Victoria em 20 de fevereiro de 1848.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.



## **ANEXO C – REGULAMENTO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DE 1862**

REGULAMENTO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA

1862

# REGULAMENTO DA INSTRUÇÃO PUBLICA

## TITULO 1.º

### CAPITULO 1.º

#### Da inspecção.

Art. 1.º A inspecção do ensino, quer primario quer secundario, nos estabelecimentos publicos assim como nos particulares será exercida n'esta provincia:

- 1.º Pelo presidente da provincia.
- 2.º Pelos inspectores de districtos.
- 3.º Pelos inspectores parochiaes.

### CAPITULO 2.º

#### Dos inspectores de districto.

Art. 2.º A cada um dos inspectores de districto, (que serão escolhidos de entre pessoas graduadas com diplomas scientificos ou de intelligencia cultivada, e nomeados e demittidos livremente pelo presidente) compete inspecionar, por si e pelos inspectores parochiaes todas as aulas e collegios de ensino primario e secundario, quer publicos quer particulares, e existentes no respectivo districto, e dar aos professores e mais empregados da instrucção publica que n'elle funcionarem, as instrucções e esclarecimentos necessarios para o bom andamento do serviço.

Art. 3.º Para exercerem a inspecção por si mesmos deverão visitar todas as escolas do districto o maior numero de vezes que lhes for possivel, nunca menos de duas por anno, com intervallo de 3 mezes pelo menos entre as visitas, e sempre que lhes for ordenado pelo presidente da provincia.

N'este caso a presidencia lhes marcará ajuda de custo, proporcionada á distancia e na razão de 2\$ rs. por legua.

Art. 4.º Nas visitas deverão examinar.

§ 1.º Se os professores cumprem as obrigações, não sómente pelo que respeita ao ensino, como também á educação dos alumnos.

§ 2.º Se as escolas e collegios publicos estão convenientemente collocados em referencia a seo destino e se estes assim como os particulares, se achão em edificios e lugares salubres.

§ 3.º Se ha frequencia de alumnos e qual o termo medio da frequencia em relação á população da parochia, curato, districto policial ou povoação onde exista a escola; o grau de adiantamento, methodo do ensino, meios disciplinares empregados e resultados que d'elles se tenham obtido.

§ 4.º O auxilio que o clero e especialmente os parochos prestem á educação religiosa e os pais e tutores á frequencia do ensino.

§ 5.º O estado dos moveis e utensilios fornecidos pela provincia e em geral tudo quanto possa esclarecer a presidencia a respeito da maneira porque os mestres procedem, e do proveito que se tira do ensino, não se omitindo qual o grau de instrucção e capacidade dos professores.

Art. 5.º Além disso devem os inspectores: - Apresentar ao presidente, depois de cada um d'essas visitas, hum relatorio circunstanciado onde consignem o que tiverem observado, segundo o que é determinado pelos §§ antecedentes; emitindo o seo juizo a respeito da maneira por que se faz o serviço; indicando as medidas que lhes parecerem mais convenientes para melhora-lo, propondo a criação ou supressão de escolas, etc. Ao relatorio deverá acompanhar um mappa com declaração dos alumnos que frequentarem as aulas.

Art. 6.º Apresentar, um mez antes da abertura da assembléa provincial, hum relatorio circunstanciado sobre o mesmo assumpto.

Art. 7.º Admoestar e reprehender, verbalmente, ou por escripto, multar e suspender os professores na conformidade dos artigos 41 e 42 do presente regulamento.

Art. 8.º Attestar sobre a assiduidade, zelo e moralidade dos professores no cumprimento de seos deveres.

Art. 9.º Transmitir, devidamente informados, as petições e memoriaes que os professores dirigirem á presidencia sobre negocios que digão respeito aos direitos ou obrigações d'estes, bem como receber e levar ao conhecimento do presidente os officios e reclamações que se tenham de fazer a bem do serviço, informando sobre a procedencia do pedido ou reclamação: Exceptuão-se as queixas contra os inspectores as quaes poderão ser remetidas directamente.

Art. 10. Apprehender e remeter á presidencia os livros prohibidos que encontrem nas aulas.

Art. 11. Exigir dos professores, de trez em trez mezes, hum mappa do movimento da escola para remettel-o á presidencia, com as observações que julgarem convenientes.

Art. 12. Velar para que não abirão escolas, collegios ou quaesquer estabelecimentos de educação e instrucção sem previa authorisação da presidencia.

Art. 13. Conceder licença até 5 dias aos professores não excedendo trez vezes no anno e por motivo relevante.

Art. 14. Apresentar ao presidente, um mez antes da abertura da assembléa provincial, o orçamento da despeza com as aulas e estabelecimentos de instrucção primaria e secundaria do districto.

Art. 15. Prestar as informações e esclarecimentos que forem exigidos e cumprir no seo districto as ordens da presidencia.

Art. 16. Requisitar das authoridades policiaes as providencias necessarias para que se fação effectivas as disposições as leis, regulamentos e ordens da presidencia sobre o ensino, no seo districto.

Art. 17. Attestar a frequencia dos professores.

Art. 18. Compete além d'estas attribuições ao inspector do districto da capital as constantes do artigo 32 do presente regulamento.

### CAPITULO 3.º

#### Dos Inspectores Parochiaes.

Art. 19. Em cada parochia haverá um inspector, de livre nomeação e demissão do presidente, a quem incumbe:

§ 1.º Inspeccionar as escolas publicas e particulares da parochia, visanto-as todas as semanas ou mensalmente ou pelo menos de 2 em mezes; verificando qual o procedimento dos professores, e adiantamento dos alumnos; advertindo e reprehendendo os professores que não cumprirem seos deveres e, no caso de faltas que exijão maior penalidade, participando-as ao inspector do districto ou á presidencia, segundo no cazo couber.

§ 2.º Dar ao presidente e ao inspector do districto as informações e esclarecimentos que lhe forem requisitados a respeito do serviço da instrucção publica na parochia.

§ 3.º Dar posse aos professores, por termo que ambos assignarão e sera afixado em edital, e attestar-lhes a frequencia.

§ 4.º Receber dos professores, para transmitti-lo ao inspector do districto e este á presidencia, o mappa trimensal de que trata o § 3.º do artigo 27; podendo ajuntar as observações que julgar convenientes:

§ 5.º Fazer inventariar, todos os annos, e sempre que houver vaga ou mudança de professores, os moveis e utensilios existentes em cada escola fornecidos a custa do cofre provincial, doados, etc.; com declaração do estado em que se acharem e epocha em tenhão sido recebidos, remettendo copia d'este inventario ao inspector do districto para o transmita a presidencia.

Art. 6.º Dar immediatamente parte ao inspector do districto da vaga que houver em alguma aula por abandono, fallecimento ou outro qualquer motivo; bem como da interrupção que haja no serviço, abertura de aula ou collegio sem a devida authorisação e de tudo o mais que exija providencias quer d'aquelle empregado quer da presidencia.

§ 7.º Assistir aos exames que se fizerem annualmente nas diversas aulas e collegios publicos.

§ 8.º Abrir, rubricar e encerrar os livros de matricula, o do ponto ou outros que crearem nas aulas.

§ 9.º Remetter ao inspector do districto para que este o transmitta a presidencia o orçamento das despesas de que trata o artigo 14 bem como authenticar os documentos das despesas que se fizerem.

§ 10.º Authenticar as certidões que forem extrahidas dos livros de matricula.

§ 11.º Escolher as casas para o ensino e contratal-as participando-o ao inspector do districto.

Art. 20. Os inspectores parochiaes, comquanto não sejam subordinados aos dos districtos, todavia deverão prestar-lhes todos os esclarecimentos que estes lhes exigirem a bem do serviço e nos actos em que concorrão caberá a precedencia aos dos districtos.

de 1860  
muito

TITULO 2.<sup>o</sup>  
CAPITULO 1.<sup>o</sup>

Das Escolas Publicas

Art. 21. As escolas publicas do ensino primario se dividirão em escolas de primeira e de segunda classe.

Art. 22. Nas escolas de primeira classe se ensinará leitura, escripta, rudimentos de grammatica da lingua nacional, theoria e pratica de arithmetica até proporções, moral e doutrina Christã.

Art. 23. Nas de 2.<sup>a</sup> classe se ensinarão as mesmas materias do artigo antecedente, limitada a arithmetica á theoria e pratica das quatro operações de numeros inteiros.

Art. 24. Nas escolas estabelecidas em cidades se ensinará alem d'aquellas materias noções Historia e Geographia do Brazil e especialmente Geographia da provincia.

Art. 25. As escolas de primeira classe serão estabelecidas em cidades, villas ou pontos notaveis pela sua população, as de segunda nos outros lugarse.

Art. 26. A instrucção primaria para o sexo feminino comprehende as materias do artigo 23 e alem disso trabalhos de agulha.

CAPITULO 2.<sup>o</sup>  
Dos Professores Publicos.

Art. 27. O professor publico alem das outras obrigações que lhe incumbe deve:

§ 1.<sup>o</sup> Manter a ordem e a disciplina na escola e velar por que os alumnos não offendão os preceitos da moral e da civilidade para o que lhes dará exemplo com o seu procedimento.

§ 2.<sup>o</sup> Organisar o orçamento da despeza com a sua aula e remettel-o aos inspector parochial e na falta d'este ao do districto, dous mezes antes da abertura da assemblea provincial.

§ 3.<sup>o</sup> Dar hum mappa trimensal com os nomes dos alumnos, data das matriculas, notas do ponto, informação sobre o aproveitamento e capacidade de cada hum e no fim do anno um mappa geral dos exames.

§ 4.<sup>o</sup> Conduzir os alumnos á Missa, nos Domingos e dia Santos, sempre que seja possível.

§ 5.<sup>o</sup> Fazer a matricula dos alumnos em livro aberto, encerrado e rubricado pelo inspector parochial.

§ 6.<sup>o</sup> Dar todas as informações que lhe forem requisitadas pelo presidente ou pelos inspectores a quem estejam subordinados.

Art. 28. Os professores não poderão:

§ 1.<sup>o</sup> Occupar-se durante as horas da aula em serviço alheio ao do magisterio, nem empregar os alumnos em misteres estranhos ao ensino.

§ 2.<sup>o</sup> Ausentar-se da aula nos dias lectivos sem licença ou justo impedimento, considerando-se como tal: enfermidade que obste inteiramente ao ensino, exercicio eleitoral ou outro qualquer, obrigatorio.

§ 3.<sup>o</sup> Exercer qualquer emprego sem authorisação previa do presidente, salvo os de eleição popular que não tenham sido julgados incompativeis, com o magisterio.

CAPITULO 3.<sup>o</sup>  
Condições para o Magisterio.

Art. 29. Só poderão exercer o magisterio publico os cidadãos brasileiros maiores de 21 annos, de reconhecida moralidade, para o que o candidato apresentará folha corrida e attestados das autoridades; sem enfermidades incompativeis com o cargo, e com capacidade profissional que será provada por titulo de habilitação da escola normal ou exames feitos na conformidade do presente regulamento.

Art. 30. São excluidos do magisterio os que tiverem soffrido a pena de galés ou condemnação passada em julgado, por homicidio, furto, roubo, estelionato, perjurio, falsidade, bancarrota fraudulenta, rapto, adulterio, ou qualquer crime offensivo da moral publica e da religião, bem como os individuos que tiverem reconhecidamente habitos viciosos.

Art. 31. O ensino primario ao sexo feminino será dado por senhoras, que, além dos requisitos do artigo 29 deverão exhibir certidão do seu casamento, ou de obito dos maridos, se forem desquitadas judicialmente, publica forma da sentença que julgou a separação para se conhecer o motivo que a determinou.

As Senhoras maiores de 18 annos poderão ser admitidas ao magisterio se forem casadas.

das ou residirem em companhia de seus pais, reconhecendo-se que são estes de incontestável moralidade.

#### CAPITULO 4.º

Nomeação, demissão dos professores, penas disciplinares, remoção e jubilação.

Art. 32. Apenas vague ou se crie alguma escola, cujo preenchimento a presidencia julgue necessario desde logo, será annunciada por editaes na folha official a vaga ou criação, marcando-se o praso de 30 dias para que d'entro d'elle se inscrevão os candidatos. Findo este praso, que a presidencia poderá prorogar por trinta dias, será marcado dia e hora para exame dos candidatos.

Art. 33. Os exames terão lugar na secretaria do Lyceo ou em outro lugar que o presidente designe, servindo-se de examinadores 2 pessoas, por elle nomeadas, sob presidencia do inspector do districto da capital, e versarão sobre todas as materias do ensino que os candidatos se pretendem dedicar, sendo estes examinados, segundo a data dos seus requerimentos, e durante cada exame pelo menos uma hora.

Art. 34. O presidente do acto e os examinadores votarão por escrutinio secreto de cujo resultado se lavrará termo que será assignado por elles.

Art. 35. O inspector do districto, presidente do acto, apresentará á presidencia de entre os candidatos os que forem approvados, reunindo a essa relação as provas escriptas e todos os pareceres dos examinadores a respeito do merecimento d'elles, o que terá lugar dentro dos tres dias do Lyceo e na falta deste um amanuense da secretaria do governo que será requisitado para tal fim.

Art. 36. O candidato que for approvado plenamente, mas que não obtiver preferencia para a nomeação, poderá, dentro de 2 annos, ser provido, independentemente de novo exame, em outra escola de igual cathegoria que esteja vaga ou que vagar, salvo se a esta escola apparecerem concurrentes, cujo merecimento, provado na conformidade do artigo antecedente, for julgado pela presidencia superior, ou se a recusa tiver nascido da incapacidade moral do candidato.

Art. 37. Se, decorrido o 1.º ou 2.º praso para inscripção dos candidatos, não apparecerem concurrentes, o presidente nomeará quem interinamente preencha a cadeira, mediante exame pelo inspector do districto da capital ou do em que seja situada a escola; informando-o examinador a respeito da capacidade moral e intellectual do examinando e reunindo á sua informação as provas escriptas, na conformidade do artigo 34 o que igualmente poderá ter lugar a respeito do preenchimento das aulas de primeira classe.

Art. 38. Os professores nomeados em virtude do artigo 32 serão considerados vitalicios depois de cinco annos de effectivo exercicio em que tenham procedido com zelo e moralidade.

Art. 39. Os que tiverem nomeação interina, em virtude do artigo 36, só poderão considerar-se vitalicios depois de dez annos de serviço em que tenham dado provas de intelligencia, zelo, moralidade e acquisição de luzes, o que se reconhecerá ou por novo exame ou pelo testemunho constante do inspector ou inspectores do districto ou parochias em que funcionem e tenham funcionado, não se estendendo esta disposição aos providos interinamente em cadeiras de primeira classe, para os quaes o praso será de doze annos.

Art. 40. Os professores vitalicios só poderão ser demittidos:

§ 1.º Quando o requeirão perdendo então o direito a jubilação.

§ 2.º Mediante processo disciplinar nos cazos de immoralidade, vicios, mau exemplo aos alumnos ou de terem soffrido mais de tres suspensões judiciais ou disciplinares, sendo o processo organizado pelo inspector do districto onde exista a aula e dando-se ao professor meios de defesa para o que se lhe enviará a accusação.

§ 3.º Quando forem condemnados por homicidio, furto ou roubo, perjurio, falsidade, estellionato, bancarrota fraudulenta, estupro, rapto, ou qualquer delicto da classe dos que offendem a moral publica.

§ 4.º Por desobediencia formal as ordens do governo.

§ 5.º Quando sejam condemnados por sentença a perda do emprego.

§ 6.º Por abandono do emprego durante mais de tres mezes successivas sem licença, não se considerando como abandono a auzenia por se acharem presos ou suspensos, salvo o caso de suspensão ou prisão pelos crimes especificados nos §§ anteriores.

Art. 41. Provados pelos professores effectivos os requisitos dos artigos 37 e 38, obterão da presidencia titulo de vitaliciedade.

Art. 42. Todos os professores, vitalicios ou não, que por negligencia, descuido, frouxidão ou ma vontade não cumprirem exactamente as suas obrigações exercendo a disciplina sem criterio; deixarem de dar aula por mais de tres dias durante o mez sem motivo justificado, ou infringirem quaesquer disposições dos regulamentos, ou instrucções, relativas as funções, ficam sujeitos as seguintes penas:

§ 2.º Repreensão.

§ 3.º Multa de 5\$ até 20\$.

§ 4.º Suspensão até 15 dias com perda dos vencimentos ou sem ella.

§ 5.º Suspensão de 15 dias a 2 mezes com perda dos vencimentos.

Art. 43. As penas de admoestação e repressão poderão ser impostas pelos inspectores parochiaes e pelos dos districtos; e a de multa e suspensão até 15 dias pelos inspectores do districto, havendo recurso para a presidencia excepto da pena de admoestação e da de repressão.

Os recursos serão interpostos no termo improrogavel de 10 dias.

Art. 44. As penas de admoestação, repressão e multa serão impostas segundo a maior ou menor gravidade do caso e a de suspensão nos casos de:

§ 1.º Reincidência de actos pelos quaes o professor tenha sido multado.

§ 2.º Quando o professor der maos exemplos pelo seo procedimento quer na aula quer fora della e ensinar principios inconvenientes, não havendo contudo gravidade para demissão.

§ 3.º Quando, verbalmente ou por escripto, faltar ao respeito aos inspectores a quem estiver subordinado.

Art. 43. A pena de suspensão só poderá ser definitiva quando approvada pelo presidente a quem o inspector do districto dará parte dos motivos que o levarão a impol-a.

Art. 46. A suspensão por 15 dias a 2 mezes terá lugar na reincidência das faltas indicadas nos diversos §§ do artigo 44.

Art. 47. Se alem das penas indicadas nos artigos antecedentes couberem aos culpados outras pela legislação penal, serão enviados pela presidencia á autoridade competente os documentos comprobatorios da culpa para que se proceda como for de direito.

Art. 48. As penas que tiverem de ser impostas em virtude deste regulamento não o serão sem que o presidente ou o inspector oução o accusado para o que se lhe marcará um prazo não excedente de 15 dias.

Art. 49. As multas impostas na conformidade do presente regulamento serão cobradas executivamente pela agencia ou meza de rendas do municipio ou freguesia que pertencer a escola e applicadas ao melhoramento do serviço da instrucção publica como o presidente entender.

Art. 50. Os professores publicos de qualquer cathegoria serão de livre remoção da presidencia não sendo porem para escola de classe inferior a em que servirem, senão a requerimento.

No caso de remoção para escolas de igual cathegoria lhesserá marcado ajuda de custo conforme as distancias, não excedendo o valor do ordenado durante tres mezes.

Art. 51. Os professores effectivos de 2.<sup>a</sup> classe que tiverem servido durante dez annos com intelligencia, zelo e honestidade serão preferidos a outros quaesquer para o preenchimento das cadeiras de 1.<sup>a</sup> classe que vagarem, ficando ao juizo da presidencia a escolha de entre os que se acharem nestas circumstancias e os que concorrão a mesma cadeira na conformidade do artigo 32.

Art. 52. Os professores que contarem mais de dez annos de serviço poderão ser jubilados se provarem, com inspecção medica, que estão inhabilitados para continuar no magisterio, devendo perceber o ordenado por inteiro se tiverem 25 annos de serviço e proporconal se contarem menos desse tempo.

Art. 53. Aos professores que contarem mais de 25 annos de bons serviços e quizerem continuar no magisterio poderá o governo conceder uma gratificação adicional que não exceda á 5.<sup>a</sup> parte do ordenado que perceberem. Esta gratificação poderá ser suspensa se o professor desmerecer della.

Art. 54. Para se contar antiguidade aos professores se attenderá unicamente ao tempo de effectivo exercicio dedusidas as interrupções provenientes de:

1.º - licença por mais de seis mezes durante o periodo de 3 annos, 2.º - tempo em que estiverem em disponibilidade, 3.º - o em que durar a suspensão administrativa ou judicial, 4.º - o em que estiverem em commissões alheias ao magisterio.

Art. 55. Será considerado em disponibilidade o professor que tendo sido nomeado legalmente removido não entrar em exercicio no praso de trez mezes e em tal circumstancia não perceberá vencimentos nem contará antiguidade salvo se tiver obtido licença por enfermidade comprovada, sua ou de pessoa de sua familia.

## CAPITULO 5.º

### Regimento das escolas.

Art. 56. Em todas as escolas haverá para a matricula dos alumnos um livro especial aberto numerado e rubricado pelo respectivo inspector parochial e alem desse outro para o ponto no qual serão notadas a frequencia e falta dos alumnos, e o adiantamento d'este em cada mez.

Art. 57. A matricula será gratuita e deverá indicar o nome, idade, naturalidade e filiação do alumno.

Art. 58. Não serão admitidos á matricula nem frequentarão as escolas.

§ 1.º Os meninos que soffrerem molestias contagiosas.

§ 2.º Os escravos.

§ 3.º Os menores de 5 annos e maiores de 15.

Art. 59. Os paes dos meninos que forem recusados na conformidade do artigo antecedente poderão recorrer ao inspector do districto e d'este para o presidente da provincia.

Art. 60. Os professores poderão applicar aos alumnos as seguintes penas:

§ 1.º Admoestação particular.

§ 2.º Reprehensão em presença dos outros alumnos.

§ 3.º Trabalhos alem das horas do serviço.

§ 4.º Castigos que produzão vexame e excitam a emulação.

§ 5.º Expulsão da escola. Esta pena será applicada unicamente aos alumnos que se mostrarem incorrigiveis e que pelo exemplo possam prejudicar aos outros, depois de esgotados todos os recursos do professor e dos pais e obtido autorização por escripto do inspector do districto.

Art. 61. Os pais e tutores dos alumnos expelidos poderão recorrer para a presidencia e o mesmo caberá aos professores quando o inspector negar o consentimento para a imposição da pena.

Art. 62. O methodo do ensino será em geral o simultaneo podendo-se adoptar outro por ordem da presidencia sob informação do inspector de districto o qual igualmente informará acerca dos livros que devão ser admitidos nas aulas, sendo a tal respeito ouvido os demais inspectores de sorte que a presidencia possa escolher as obras mais idoneas para o ensino em toda a provincia.

## TITULO 3.º

### CAPITULO 1.º

#### Do ensino publico secundario.

Art. 63. O ensino publico secundario será dado.

§ 1.º No lyceu da capital.

§ 2.º Em aulas reunidas ou avulsas que a assemblêa provincial crear.

Art. 64. O lyceu da capital fica sob a immediata inspecção do presidente da provincia e a direcção de um de seus lentes para isso nomeados por elle. A presidencia poderá, se assim o julgar conveniente, mandar inspecção as diversas aulas do estabelecimento por uma comissão.

Art. 65. Os outros collegios ou aulas publicas do ensino secundario estão sugitos á inspecção immediata do inspector do respectivo districto.

Art. 66. As cadeiras do ensino secundario quer as do lyceu quer as avulsas ou dos outros collegios que se criem na provincia serão providas effectivamente por meio de exame e concurso observando-se os seguintes preceitos.

§ 1.º Logo que vagar a cadeira e o presidente o entender conveniente, mandará que o director publique editaes abrindo concurso, durante 30 dias, podendo este praso ser prorrogado na conformidade do artigo 23.

§ 2.º Os concurrentes serão examinados por uma commissão nomeada e presidida pelo presidente da provincia, consistindo os exames em prova oral e escripta e votando os examinadores por escrutinio secreto.

§ 3.º Depois da prova oral e da escripta, os concurrentes se arguirão sobre o ponto designado pela presidencia, sendo concedido para a arguição vinte minutos a cada concorrente.



§ 4.º Terminado o concurso e classificados os concurrentes será feita a nomeação pela presidência, que tem o direito de mandar proceder a novo concurso se assim o julgar conveniente.

§ 5.º Se não apparecerem concurrentes, a presidência poderá nomear, interinamente e independente de exame, cidadãos que tenham a carta de bacharel por qualquer faculdade ou academia do imperio ou do estrangeiro onde se ensine ou seja exigido como preparatorio a materia de que se tratar.

Se não apparecerem concurrentes, nem quem exhiba este titulo, a nomeação interina só terá lugar depois de exame em presença do presidente por pessoas que elle nomeie.

Art. 67. Os nomeados por meio de concurso serão considerados vitalicios no fim de 5 annos de bons serviços.

Os interinos sô adquirirão o titulo de vitalicios depois de 10 annos de exercicio não interrompido na conformidade do artigo 54.

Art. 68. Os professores de instrucção secundaria estão sujeitos a todas as disposições contidas neste regulamento a respeito da demissão e suspensão dos de instrucção primaria contagem do tempo de serviço, aposentadoria e tudo quanto se refere ao serviço do magisterio e possa ser applicado ao ensino secundario.

Art. 69. Ao director do lyceu cabe unicamente o direito de representar ao presidente sobre o mau procedimento dos outros lentes indicando os factos que os sujeitam a diversas penas do artigo 24 e de impor a pena de multa com recurso para o presidente da provincia.

Art. 70. Os inspectores do districto não poderão impor aos professores de instrucção secundaria, senão a pena de admoestação e de reprehensão e multa de 5\$ até 20\$ rs. com declaração dos motivos, e quando outras se tornem precisas officiarão a presidencia para quem cabe recurso da pena de multa.

#### TITULO 4.º

##### Do ensino particular.

Art. 71. Ninguém poderá abrir estabelecimentos particulares de ensino primario ou secundario, nem exercer n'elles o magisterio sem previa autorisação da presidencia que ouvirá a tal respeito o inspector do respectivo districto.

Art. 72. O pretendente ao magisterio justificará previamente, na forma do artigo 29 sua moralidade e capacidade profissional, devendo declarar sua naturalidade, religião e o cargo ou profissão que tenham exercido até alli.

Art. 73. As provas de capacidade poderão ser dispensadas pela presidencia ouvido o inspector do respectivo districto segundo as materias que se tenham de leccionar: 1.º - aos individuos com diplomas scientificos que importem titulo de habilitação em referencia a materia ou materias que pretendão leccionar, contando-se entre estes os que forem ou tiverem sido professores publicos conceituados e sempre com informações favoraveis, 2.º - aos notoriamente habilitados.

Art. 74. O director de escholas, collegios ou outros quaesquer estabelecimentos de ensino primario ou secundario deverá apresentar.

§ 1.º Prova de ser maior de 25 annos.

§ 2.º Programa dos estatutos, os livros adoptados para o ensino, methodo que pretenda seguir e regimento interno do collegio.

§ 3.º Indicação da localidade e commodo da casa em que deva funcionar o estabelecimento.

§ 4.º Os nomes e habilitações dos professores que contractar ou que pretenda contractar.

Art. 75. Se o director não quizer exercer as funções de professor e sim, unicamente, encarregar-se da direcção do estabelecimento, deverá previamente habilitar-se justificando sua idoneidade, quer pelo que respeita a idade, naturalidade, estado, religião e profissão que anteriormente exercia na conformidade do artigo 72, quer a capacidade intellectual precisa para dirigir o estabelecimento.

Art. 76. Os professores e os directores dos estabelecimentos particulares de instrucção devem.

§ 1.º Remeter ao inspector do respectivo districto um mappa trimensal do numero dos alumnos do estabelecimento especificando as materias que aprendão e o grão de adiantamento de cada um.

§ 2.º Participar ao inspector qualquer mudança de residencia.

§ 3.º Franquear-lhe o estabelecimento sempre que o queirão visitar e dar informações que por elle ou pela presidencia forem requisitadas a respeito do serviço da instrucção em referencia ao mesmo estabelecimento.

§ 4.º Pedir autorisação a presidencia sempre que tenham de mudar o caracter do estabelecimento ampliando o programma, e dar parte quando hajão de fecha-lo.

Art. 77. E' prohibido aos directores dos estabelecimentos particulares de instrucção e de educação.

§ 1.º Receber em seo collegio, com permanencia outras pessoas que não sejam, as de sua familia, e os mestres, alumnos e empregados necessarios para o serviço, salvo individuos maiores de 60 annos e de reconhecida moralidade.

§ 2.º Obrigar ou persuadir os alumnos a se instruirem em outra religião que não a do Estado ou aquella que seos pais professarem e os filhos naturalmente abraçarem.

Art. 79. As directoras dos collegios e cazas de instrucção e educação ficão sujeitas as obrigações impostas aos directores de iguaes estabelecimentos para o sexo masculino.

Art. 80. Nos collegios de educação e instrucção para meninas não poderão morar individuos do sexo masculino maiores de 10 annos excepto o marido e os ascendentes da rectora e nem nas aulas serão admitidos meninos.

Art. 81. São applicaveis á matricula e admissão dos alumnos em todas as aulas estabelecimentos particulares de instrucção o que se acha disposto no presente regulamento para os estabelecimentos publicos.

## TITULO 5.º

### Disposições Geraes.

Art. 82. Na falta de cidadãos para regencia de alguma cadeira do ensino publico o governo poderá contractar professores estrangeiros que sirvão pelo tempo do contracto.

Art. 83. Quando succeda que, em algum lugar onde se estabeleça uma aula, haja grande numero de meninos pobres em distancia de mais de duas leguas da escola publica, a visinha, poderá a presidencia contractar com o professor particular o ensino daquelles meninos, mediante uma gratificação que em todo o cazo não excederá a metade dos vencimentos que caibão aos professores de 2.ª classe do ensino publico.

Art. 84. Não serão admitidos nas aulas, quer publicas quer particulares de instrucção primaria e secundaria, compendios e livros que não sejam previamente approvados pela presidencia.

Art. 85. O presente regulamento será logo posto em execução excepto nos pontos em que dependa de approvação da assemblea provincial.

Palacio da Presidencia da Provincia do Espirito Santo em 1.º de Setembro de 1861.

José Fernandes da Costa Pereira Junior.

## **ANEXO D – REGULAMENTO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DE 1873**

RESOLUÇÃO DO EXM. SR.

PRESIDENTE DA PROVINCIA

DR. JOÃO THOMÉ DA SILVA

*Reformando a Instrucção Publica*

*do*

*Espírito Santo*

VICTORIA

*Typ. Espírito-Santense - Ladeira de Palacio nº 3 e 5*

1 8 7 3

## RESOLUÇÃO

O Presidente da Provincia, á vista do atrazo, e depreciamiento sobremodo deploravel da instrucção publica primaria e secundaria da Provincia:

Attendendo á necessidade q'urge de reformat-a, extirpando-se, desde já, os vícios, defeitos e anomalias do actual systema de ensino, e imprimindo melhor direcção á este importante ramo do serviço publico: Compenetrado de que o Regulamento de 20 de Fevereiro de 1848, que, com ligeiras alterações, ainda vigora, é uma impossibilidade ao progresso moral da Provincia:

Resolve, usando das attribuições que lhe confere o art. 24 § 4 do Acto Additional, e, especialmente, das autorisações outhorgadas pelas Leis Provinciaes de 30 de Julho de 1853, 1.º de Dezembro de 1864 e 12 de Julho de 1867, que, em relação ao ensino publico e particular da Provincia, se observe o seguinte Regulamento:

### Direcção e inspecção da instrucção

#### CAPITULO 1.º

##### Parte - 1.ª

Art. 1.º - A direcção e inspecção do ensino primario e secundario é exercida pelo Presidente da Provincia, tendo por agentes immediatos:

Um Inspector Geral da Instrucção.

Um Conselho Central de Instrucção.

Art. 2.º - O Inspector Geral e Conselho Central terão por auxiliares:

Delegados litterarios.

Conselhos Parochiaes de Instrucção.

Art. 3.º - para o fim da fiscalisação do ensino, a Provincia sera devidida em districtos litterarios, tantos quantas forem as Parochias.

Art. 4.º - Em cada districto a inspecção será immediatamente exercida pelos delegados litterarios e Conselhos Parochiaes.

Art. 5.º - O Inspector Geral, e Conselho Central, são de nomeação do Presidente da Provincia.

Art. 6.º - Os Delegados e Conselhos litterarios - parochiaes - são de nomeação do Inspector Geral.

Art. 7.º - O Conselho Central será composto:

Do Inspector Geral.

Do Director do Atheneu.

De tres Professores designados d'entre os do Atheneu, Escola Normal, e Collegio de N. S. da Penha.

De dous Professores publicos ou particulares de instrucção primaria ou secundaria, que se tenham destinguido no exercidio do Magisterio.

De dous cidadãos, de intelligencia e probidade, domiciliados na Provincia.

Art. 8.º - Os Conselhos litterarios serão compostos:

Do Delegado Litterario.

Do Parocho, ou seu coadjutor.

De tres cidadãos, pais de familia, na localidade, que se re-  
commendem por sua intelligencia, probidade, e devotamento á causa pu-  
blica.

## Parte 2.<sup>a</sup>

### Inspector Geral

Art. 9.º - O Inspector Geral é o Chefe da Repartição da Ins-  
trução Publica. - Deverá ser pessoa de reconhecida probidade, e de  
preferencia graduada com diploma scientifico, por qualquer dos Insti-  
tutos de Instrução Superior do Imperio.

Para o expediente á seu cargo, terá um Secretario.

Art. 10. - Incumbe ao Inspector Geral, além de outras atribui-  
ções, - que lhe possam ser especialmente conferidas - :

§ 1.º Dirigir e inspecionar os trabalhos da Repartição da  
Instrução Publica.

§ 2.º Dar expediente ao que fôr concernente á Instrução cor-  
respondendo-se directamente com o Presidente da Provincia, e mais Au-  
thoridades, sempre que o julgar necessario.

§ 3.º Abrir, rubricar, e encerrar os livros da Repartição da  
Instrução, e os das escolas publicas primarias.

§ 4.º Inspecionar por si, pelos membros do Conselho Central,  
Delegados Litterarios e Conselhos Parochiaes, os institutos provin-  
ciaes de educação, e de instrução primaria e secundaria.

§ 5.º Presidir os exames de habilitação ou capacidade profis-  
sional; os concursos para o Magisterio, e conferir aos examinandos  
titulos de approvação.

§ 6.º Deferir juramento aos Professores Publicos e Empregados  
da Repartição da Instrução.

§ 7.º Convocar o Conselho Central; presidir as suas sessões, e  
habilita-lo á exercer, com acêrto, suas funções, mandando proceder  
aos exames, e informações, que se tornarem necessarias.

§ 8.º Revêr e corrigir por si, ou por seus agentes, os compen-  
dios adoptados nas Escolas Publicas, e substitui-los, ouvindo o Conse-  
lho Central.

§ 9.º Appresentar ao Presidente da Provincia, um mez antes da  
abertura da Assemblêa Provincial, um Relatorio circumstanciado sobre  
o estado da Instrução, com esclarecimento, que habilitem á conhe-  
cer-se de seu atrazo, ou adiantamento, indicando, ao mesmo tempo, os  
deffeitos á corrigir, e os meios attinentes ao desenvolvimento e pro-  
gresso n'este ramo do serviço.

A' este Relatorio acompanhará o quadro estatistico das Escolas,  
ou institutos provinciaes de instrução, assim como, o orçamento da  
despeza provavel, durante o anno, com o pessoal e material da Ins-  
trução, especificando cada uma de suas respectivas verbas.

§ 10. Organisar os regimentos internos das Escolas Primarias,  
e estabelecimentos de instrução secundaria, sob sua direcção.

§ 11. Expedir Instruções:

1.º Para os exames de habilitação, e concursos.

2.º Para o desempenho das respectivas funções, directamente,  
aos Delegados Litterarios, e por intermedio d'estes, aos Professores  
do ensino publico primario, bem como aos Professores do Atheneu Pro-  
vincial, Escola Normal, e Collegio de N. S. da Penha, por intermedio  
dos respectivos Directores.

§ 3.º Em geral, para tudo quanto fôr concernente á boa exe-  
cução do presente Regulamento.

§ 12. Transmitir, devidamente informadas, as petições, memoriaes, officios, ou reclamações, que, á Presidencia, dirigirem os Professores publicos, e agentes da inspecção da Instrução, sobre assumpto concernente não só ao ensino, como ao exercicio de suas respectivas funcções.

§ 13. Prohibir, ouvindo o Conselho Central, a continuação de Escolas, ou estabelecimentos particulares de Instrução, em que se ensine doutrinas offensivas da Religião do Estado, e fôrma de Governo do Paiz, ou se pratique immoralidades.

§ 14. Conhecer e julgar das infracções ou faltas, a que fôrem comminadas penas de admoestação, reprehensão, multa, e suspensão até oito dias, guardadas as disposições deste Regulamento.

§ 15. Conhecer das multas impostas pelos Delegados litterarios, podendo modificall-as ou revogall-as, com recurso para o Presidente da Provincia.

§ 16. Contractar, depois de prévia authorisação da Presidencia, casas, em que convenientemente funccionem as escolas publicas, tendo, sobretudo, em vista a posição em que se achem em relação á população da localidade.

§ 17. Propôr ao Presidente da Provincia:

1 Gratificações extraordinarias, premios, e augmento de vencimentos, á que tenham direito os Professores publicos.

2 As pessoas devidamente habilitadas ao exercicio do Magisterio, guardadas as disposições do presente Regulamento.

3 A remoção, suspensão, demissão e jubilação dos Professores.

4 A criação ou supressão de escolas primarias, ou cadeiras de instrucção secundaria nos respectivos estabelecimentos.

5 As reformas ou alterações, que julgar conveniente fazer-se no presente Regulamento.

Art. 11 - O Inspector Geral, além dos cazos especialmente determinados, ouvirá o Consêlho Central, em geral, sobre quaesquer assumptos, que interessem á instrucção, fazendo acompanhar do parecer do Consêlho, as propostas, que tiver de fazer ao Presidente da Provincia.

Art. 12 - O Inspector Geral, em seus impedimentos, será substituido por quem O Presidente da Provincia designar.

#### SECRETARIO

Art. 13 - O Secretario da Instrucção publica é de nomeação do Presidente da Provincia, sob proposta do Inspector Geral.

Poderá ser um Professor Publico, que se tenha distinguido por sua intelligencia, moralidade, e amor ao trabalho.

No serviço do expediente á seu cargo será auxiliado por um amanuense de sua confiança.

Art. 14 - Incumbe ao Secretario:

§ 1.º - Escrever, registrar, e expedir os titulos ou quaesquer outros papeis, que corraão pela Directoria.

§ 2.º - Escripturnar, em livros proprios, e segundo as Instrucções, que lhe forem dadas as ordens relativas á despêzas.

§ 3.º - Conferir as contas de objectos fornecidos para as escolas publicas, antes de appresentall-as ao Inspector Geral para este requisitar o respectivo pagamento.

§ 4.º Requisitar, por intermedio do Inspector Geral, e receber as quotas designadas para o serviço ordinario do expediente.

§ 5.º Assistir às reuniões do Conselho Central, e lavrar as respectivas actas e deliberações.

§ 6.º Fornecer ao Inspetor Geral as informações, o esclarecimentos que devem servir de base ao seo relatorio.

§ 7.º Informar, sempre que fôr ouvido, sobre papeis, ou assumptos, que pendão de decisão do Inspector Geral.

§ 8.º Passar certidões, em cumprimento de despacho do Inspector geral.

Art. 15 - Para o expediente da secretaria haverá os seguintes livros:

1. De registro da correspondencia com o Presidente da Provincia.

2. De registro da correspondencia geral.

3. De registro do quadro annual da Estatistica da instrucção publica e particular.

4. De têrmos de juramento, e posse dos Professores, e mais empregados na instrucção publica.

5. De actas dos exames de habilitação, ou capacidade profissional.

6. De actas dos concursos ao Magisterio primario, e secundario.

7. Das actas e deliberações do Conselho Central.

8. De inventarios da Inspectoria da Instrucção.

Art. 16 - Em seus impedimentos, o Secretario será substituido por quem o Inspector Geral designar.

### CONSELHO CENTRAL

Art. 17. O Conselho Central se reunirá em sessão ordinaria, uma vez por mez, sob a Presidencia do Inspector Geral, que o poderá convocar extraordinariamente, sempre que o entender conveniente.

As suas sessões assistirá o Secretario da Instrucção publica, a quem incumbe lavrar as respectivas actas e deliberações.

Art. 18 - O Conselho Central, além das attribuições, que lhe são conferidas e determinadas n'este Regulamento, terá, especialmente a seu cuidado:

§ 1.º O exame dos melhores methods e systema pratico de ensino.

§ 2.º A revizão e adopção de compendios e livros para uzo das aulas.

§ 3.º A criação de escolas.

§ 4.º O systema e materia dos exames.

Art. 19 - E' da attribuição do Conselho Central o julgamento das infracções commettidas pelos Professores Publicos, a que fôr comminada pena maior, que as de admoestação, reprehensão, multa, e suspensão por oito dias.

Art. 20 - O Conselho Central será, em geral, ouvido sobre quaesquer assumptos, que interessem a instrucção primaria e secundaria, cujo desenvolvimento e progresso deverá promover, auxiliando, assim, ao Inspector Geral.



Art. 21 - O Presidente da Provincia, poderá assistir e presidir as sessões do Conselho Central.

### DELEGADOS LITTERARIOS

Art. 22 - Os Delegados litterarios deverão sêr pessoas de intelligencia, e probidade.

Para o expediente á seu cargo, o Inspector Geral fornecerá o material necessario.

Art. 23 - Aos Delegados litterarios incumbe:

§ 1.º Inspeccionar as escolas publicas e subvencionadas dos respectivos districtos, observando se as mêsmas funcção com regularidade, e conforme ás Instrucções e ordens superiores.

§ 2.º Visitar os estabelecimentos particulares de ensino, observando se n'elles são guardados os preceitos da Moral, as regras hygienicas, e o respeito á Constituição, Religião, e Leis do Estado.

§ 3.º Recebêr e transmitir ao Inspector Geral, com informação, as petições e reclamações dos Professôres.

§ 4.º Enviar ao Inspector Geral no fim de cada trimestre um mappa dos alumnos das escolas publicas e particulares de seus districtos, accompanhando-o das informações, e observações que entenderem convenientes.

§ 5.º Preparar, sob proposta dos Professôres, o orçamento annual das despesas das escolas respectivas, e envia-lo ao Inspector Geral; assim como, remetter-lhe, depois de verificadas, as contas das mesmas despesas, que deverão ser assignadas pelos Professôres.

§ 6.º Inventariar a mobilia, e utencilios das escolas, em livro especial.

Art. 24 - Os delegados litterarios nas vizitas que fizerem ás escolas publicas, ou subvencionadas pela Provincia, deverão declarar no livro da matricula não só o numero de alumnos, que encontrarão, como o estado da mesma escola, dando de tudo parte ao Inspector geral.

§ Unico - No exercicio de suas funcções, os Delegados litterarios deverão cingir-se sempre ás Instrucções do Inspector Geral.

Art. 25 - Incumbe, ainda, aos Delegados litterarios:

§ 1.º Dar posse aos Professores Publicos, averbando-a no verso do respectivo titulo.

§ 2.º Propôr, por intermedio do Inspector Geral, pessoas habilitadas para a regencia interina das escolas de seus districtos.

§ 3.º Passar attestado de exercicio dos Professôres publicos para o fim de poderem recebêr seus vencimentos, e aos particulares das escolas subvencionadas, com declaração do numero, e frequencia de alumnos matriculados por conta da Provincia.

§ 4.º Dar guia de matricula aos alumnos pobres, que pretenderem ouvir as aulas subvencionadas.

§ 5.º Communicar ao Inspector Geral qualquer impedimento dos Professôres publicos de seu districto, nomeando, logo, quem os substitua.

§ 6.º Presidir os exames dos alumnos nas escolas publicas primarias, e subvencionadas, e nomear os respectivos examinadores.

§ 7.º Advertir os Professôres publicos e particulares de aulas subvencionadas, por faltas no exercicio de suas funcções, e impor-lhes multas, nos têrmos do presente Regulamento.

Art. 27 - Incumbe aos Conselhos Parochiaes, especialmente, auxiliar ao Inspector Geral e ao Conselho Central, na inspecção e direcção da instrucção, exercendo, para isso, no que lhes fôr applicavel as funcções do Conselho Central.

Art. 28 - Em acto especial, o Inspector Geral regulará os trabalhos das Sessões dos Conselhos Central e Parochiaes, o exercicio de suas respectivas funcções, e a natureza de suas relações com o mesmo Inspector, á quem são subordinados.

## CAPITULO 2.º

### Parte Unica

#### ENSINO PARTICULAR PRIMARIO E SECUNDARIO

Art. 29 - E' livre o ensino particular, primario ou secundario.

Nacionaes ou estrangeiros podem exercê-lo, sem dependencia de previa licença, ou prova de capacidade profissional, sujeitando-se, apenas, á inspecção official, no que fôr relativo á ordem publica, á moral, e á hygiene das escolas.

Devem, portanto, os que abrirem estabelecimentos particulares de instrucção:

§ 1.º Comunicar, dentro de trinta dias, ao Inspector Geral, na Capital, e aos Delegados litterarios, nas localidades do interior, a denominação e local do estabelecimento; o programma de estudos, o pessoal incumbido do ensino, e os livros ou compendios adoptados.

§ 2.º Remetter aos mesmos Agentes fiscaes, para a organização da Estatística da instrucção, uma relação semestral dos alumnos do estabelecimento, com declaração das respectivas naturalidade, filiação, idade, e aproveitamento.

§ 3.º Prestar as informações, que, sobre o estabelecimento, lhe forem pedidas pelo Inspector Geral, e seos Delegados.

§ 4.º Franquear ao Inspector Geral, e seus Delegados as aulas, e mais dependencias do estabelecimento, sempre que o queirão.

Art. 30 - O ensino professado no domicilio do menor é isempto de inspecção official.

Art. 31 - A infração de qualquer das obrigações constantes do art. 29 será punida com a multa de cincoenta á cem mil reis, imposta administrativamente pelos referidos Agentes fiscaes, com recurso para o Presidente da Provincia.

No cazo de reincidencia, fechar-se-há o estabelecimento.

Art. 32 - Esta multa será cobrada executivamente.

Art. 33 - As escolas, que fôrem subvencionadas pela Provincia estarão sob a inspecção e mais encargos das escolas publicas.

## CAPITULO 3.º

### ENSINO PUBLICO PRIMARIO

#### Parte 1.ª

#### Classificação das escolas

Art. 34 - As escolas publicas primarias serão divididas em duas classes:

1.ª Escolas de instrucção primaria elementar, sob a denominação de - Escolas de Primeiro grão -.

3.<sup>a</sup> ~~Escolas de instrução primaria superior, sob a denominação de - Escolas de segundo grão -.~~

Art. 35 - O ensino das escolas de primeiro grão comprehende:

- 1.<sup>a</sup> Leitura e escripta.
- 2.<sup>a</sup> Gramatica Portugueza.
- 3.<sup>a</sup> Exercicios de correspondencia epistolar.
- 4.<sup>a</sup> Instrucção moral e religiosa.
- 5.<sup>a</sup> Principios elementares de Arithmetica, e suas operações fundamentaes em numeros inteiros.

6.<sup>a</sup> Systema legal de pezos e medidas.

Art. 36 - O ensino das escolas de segundo grão comprehende:

- 1.<sup>a</sup> Desenvolvimento da Arithmetica, em suas applicações practicas, quer em quebrados e decimaes, quer em complexos, e proporções.
- 2.<sup>a</sup> Principios de philosophia racional e moral.
- 3.<sup>a</sup> Elemento de Historia e Geographia, principalmente do Brazil.
- 4.<sup>a</sup> Noções de Historia Sagrada.
- 5.<sup>a</sup> Principios das sciencias phisicas, applicaveis aos uzos da vida.
- 6.<sup>a</sup> Grammatica elementar e Agrimensura.
- 7.<sup>a</sup> Desenho linear, noções de musica.

## Parte 2.<sup>a</sup>

### Cathegoria das Escolas

Art. 37 - As escolas de instrução primaria elementar serão classificadas em tres cathegorias:

- Escolas de 1.<sup>a</sup> ~~entrancia.~~
- Escolas de 2.<sup>a</sup> ~~entrancia.~~
- Escolas de 3.<sup>a</sup> ~~entrancia.~~

*Localização*

Art. 38 - Esta classificação fica commettida ao Conselho Central, e será regulada pela importancia da localidade da escola, quer em relação á divisão civil e judiciaria, quer em relação á população, commercio e industria.

Art. 39 - O Presidente da Provincia, á cuja approvação será esta classificação submettida, pode altera-la no que entender conveniente.

## Parte 3.<sup>a</sup>

Art. 40 - ~~A instrução primaria elementar, é obrigatoria para todos os individuos livres, maiores de seis annos, e menores de quinze.~~

*facultativa* [A primaria superior, por óra é facultativa.

Art. 41 - Os paes, tutores e curadores que, sem escuza legitima, não derem o ensino elementar á seus filhos, tutelados, ou curatellados, incorrerão na multa de trinta á cem mil reis, conforme as suas circunstancias.

Esta multa será imposta pelo Inspector geral, ou seus Delegados, com recurso, para o Presidente da Provincia, e será cobrada executivamente.

No cazo de reincidência, será dobrada.

Art. 42 - São justos motivos de escusa:

§ 1.º Inhabilitação phisica ou moral do menor.

§ 2.º Frequencia de escola particular.

§ 3.º Ensino no domicilio do menor.

§ 4.º Residencia fóra do perimetro, que, por acto especial do Inspector Geral será assignado á cada escola publica.

§ 5.º Indigencia.

Art. 43 - Aos indigentes o Inspector Geral, sob informação dos Conselhos Parochiaes, ou Delegados litterarios, fornecera, por conta dos Cofres Provinciaes, vestuario simples e decente, fazendo, assim cessar este motivo de escusa.

Art. 44 - Haverá em cada Parochia, pelo menos, uma escola de instrucção primaria elementar para cada um dos sexos.

A séde da Parochia será, de preferencia, a localidade da escola.

Art. 45 - As escolas de instrucção primaria superior serão fundadas, tendo-se, principalmente, em vista a importancia da localidade, em relação á sua população, commercio e industria.

§ Unico - Em qualquer d'estas escolas, os Professôres podem, com licença do Inspector Geral, receber alumnos internos, cujos paes ou tutores consintão que elles se utilizem de seus serviços, applicando-os, nas horas vagas, á trabalhos de industria, ou agricultura, compatíveis com sua idade e forças.

Art. 46 - As escolas publicas que tiverem menos de dez alumnos poderão sêr supprimidas, se houver na localidade, ou á pequena distancia alguma particular, bem conceituada, que se presta á admitir os alumnos existentes, mediante a subvenção mensal de dous mil réis por cada um, ou, na falta, se fôr possível incumbir o ensino ao Parochio ou Coadjutor da Freguezia, mediante a mesma subvenção.

§ Unico - Igual subvenção dar-se-ha á escola particular, que funcçãoará á distancia de mais de meia legua da escola publica, e se prestar á admittir até dês alumnos pobres.

Art. 47 - Na impossibilidade de realizar-se a hypothese do artigo antecedente, por falta de escola particular, e inconveniencia do sêr o ensino incumbido ao Parochio, ou Coadjutor, continuará a funcionar a escola publica, perdendo o Professor a respectiva gratificação, e percebendo apenas, se fôr vitalicio, o ordenado por inteiro, e se simplesmente effectivo, duas terças partes do mesmo ordenado.

§ Unico - A respeito dos actuaes Professores, que contão vencimentos sem distincção de gratificação, deduzir-se-ha uma terça parte do respectivo ordenado.

Art. 48 - Dada a supressão da escola, e reconhecendo-se que a falta de alumnos não era devida á culpa do respectivo Professor, se este fôr vitalicio, continuará a receber seu ordenado por inteiro, se simplesmente effectivo terá somente a metade.

O Professor, n'estas condições, será, de preferencia nomeado para outra cadeira de igual cathegoria, devendo, entretanto, até que obtenha esta nomeação servir como addido á alguma escola, que o Inspector Geral designar.

Estas nomeações dispensão novo titulo.

Art. 49 - As escolas funcionarão em edificios proprios, especialmente construidos para que fim.

Na falta, alugar-se-ha, provisoriamente, cazas particulares, que tenham as precisas accomodações.

§ Unico - As Professoras publicas terão residencia na mesma caza em que funcionar a escola.

Art. 50 - Os professores que forem cazados podem, com licença do Inspector Geral, não havendo na localidade escola publica do sexo feminino, receber em suas cazas alumnas pobres mediante a subvenção mensal de dois mil reis, por cada uma, que tiverem de frequencia regular, incumbindo-se suas mulheres do ensino de costuras e outros trabalhos de agulha.

Art. 51 - A condição de pobreza para admissão de alumnos, nos termos dos art. 46 e antecedente, deverá ser justificada perante o Delegado litterario, afim de que tenha logar a guia para a matricula.

Art. 52 - Haverá na Capital, e cidades da Provincia escolas nocturnas de ensino primario para os adultos.

Estas escholas serão regidas pelos respectivos professores, ou pelos que o Inspector Geral designar, mediante uma gratificação arbitrada, sob proposta do mesmo Inspector, pelo Presidente da Provincia.

Ter-se-ha muito em vista, para o augmento, ou deminuição d'esta gratificação o numero e aproveitamento dos alumnos.

Art. 53 - Nas escolas não serão admittidos livros, ou compendios, que não tenham sido competentemente authorizados.

Art. 54 - Haverá em cada escola os seguintes livros:

- 1.º De matricula dos laumnos.
- 2.º De actas dos exames.
- 3.º Do registro da correspondencia official do Professôr.

Estes livros serão rubricados, na Capital, pelo Inspector Geral, e nas localidades do interior pelos Delegados litterarios.

Deverão sêr escripturados segundo as Instrucções do Inspector Geral.

Art. 55 - O livro da matricula servirá somente por um anno, e n'elle notará o Professôr: as faltas dos alumnos, seu aproveitamento em cada mez, comportamento, e motivo de sahida da escola.

Art. 56 - A matricula será gratuita, e deverá ser aberta pelo Professôr á vista de guia do Delegado litterario, que será passada com declaração do nome, idade, naturalidade e filiação do matriculando.

Art. 57 - Não serão admittidos á matricula:

- § 1.º Os menores de seis annos, e maiores de quinze.
- § 2.º Os que soffrêrem molestia contagioza.
- § 3.º Os que, por mais de uma vêz, tiverem sido expulsos de escola publica.
- § 4.º Os escravos.

Os que, depois de matriculados, forem accommettidos de molestia contagiosa serão despedidos.

Art. 58 - O methodo do ensino será, em geral, o mixto.

O Inspector Geral, pode, entretanto, ouvindo o Conselho Central, mandar adoptar outro em alguma ou algumas escolas, conforme o exigirem as conveniencias do ensino.

Art. 59- O material para o expediente das escolas, bem como os moveis que lhes fôrem necessarios serão fornecidos pelo Inspector Geral, á custa dos Cofres Provinciaes.

Em Instrucções especiaes, o Inspector Geral regulará o meio pratico d'este fornecimento.

Art. 60 - Haverá, annualmente, exames nas escolas publicas.

No regimento interno das escolas, regular-se-ha a forma e a epocha d'estes exames.

Art. 61 - Serão feriados nas escolas:

§ 1.º Os domingos e dias de guarda.

§ 2.º Os de festividade Nacional declarados por lei.

§ 3.º Os de luto publico, declarado pelo Govêrno.

§ 4.º Os do Carnaval, á contar de segunda á quarta-feira de Sinza.

§ 5.º Os da Semana Santa e de Paschoa.

§ 6.º O dia 2 de Novembro.

§ 7.º O dia de N. S. da Penha.

§ 8.º Os que decorrerem de 20 de Dezembro á 6 de Janeiro.

Art. 62 - Haverá um Regimento interno das escolas, organizado pelo Inspector Geral, em que serão regulados os exercicios escolares, emprêgo dos meios disciplinares, forma e epocha dos exames, hora das lições, e outros objectos d'esta ordem, que não tiverem sido previstos no presente Regulamento.

### Parte 3.<sup>a</sup>

#### Provimento effectivo, suas condições

Art. 63 - Os professores publicos são nomeados por Provizão do Presidente da Provincia.

Art. 64 - O provimento em qualquer cadeira será, desde logo, vitalicio para os Professores titulados pela Escola Normal, ou Atheneu Provincial.

Para outros só depois de três annos de effectivo exercicio.

§ Unico - A respeito dos actuaes Professores, ficão garantidos os seus direitos, guardada, entretanto, a disposição do art. 18, do Regulamento de 20 de Fevereiro de 1848, que continua em vigor.

Art. 65 - São condições essenciaes para o exercicio do Magisterio:

§ 1.º Ser cidadão Brasileiro.

§ 2.º Maioridade legal.

§ 3.º Professar a Religião do Estado.

§ 4.º Não ter soffrido condemnação por crimes infamantes.

§ 5.º Capacidade professional, moral e phisica.

Art. 66 - Estas condições deverão ser provadas perante o Inspector Geral, exhibindo o candidato:

§ 1.º Certidão, ou justificação de idade, quanto á maioridade.

§ 2.º Attestado do Parocho, e folha corrida quanto á Religião e moralidade.

§ 3.º Titulos scientificos, litterarios, ou exames, nos termos do presente Regulamento, quanto á capacidade profissional.

§ 4.º Attestado medico, quanto á capacidade phisica.

§ 5.º Certidões negativas quanto á condemnação por crimes infamantes.

Art. 67 - As mulheres, que se propuzerem ao professorato deverão exhibir, se forem solteiras, authorisação paterna; se cazadas, certidão de casamento, e authorisação dos maridos, se viúvas, certidão de obitos dos mesmos; se divorciadas, declaração prova dos motivos da separação.

Art. 68 - O exame para prova de capacidade profissional será oral, e por escripto.

Farse-ha perante dous examinadores sob a Presidencia do Inspector Geral, nomeados pelo Presidente da Provincia dentre os Professores da Escola Normal, ou, na falta, dentre os do Athenêu Provincial.

Art. 69 - Versará este exame não só sobre as materias do respectivo ensino, como tambem sobre o systema e methodo do mesmo ensino, guardando-se á respeito as Instrucções dadas pelo Inspector Geral.

O termo de approvação servirá para o candidato de titulo de capacidade profissional.

Art. 70 - O provimento das cadeiras de instrucção primaria superior, ou de segundo grão, far-se-ha por ora, mediante concurso.

O das cadeiras de instrucção elementar, ou do primeiro grão, far-se-ha mediante concurso, as de primeira entrancia, e mediante accesso, as de segunda e terceira.

O accesso verificar-se-há entre os professores da entrancia immediatamente superior, que tenham, pelo menos, dous annos de exercicio effectivo.

Art. 71 - Ao concurso, que deverá sêr annuciado pelo Inspector Geral, logo que vague, ou se tenha creado alguma cadeira de instrucção primaria superior, ou elementar de primeira entrancia, só poderão increver-se, depois de decorridos tres annos da abertura da Escola Normal:

§ 1.º Os titullados com diploma de capacidade profissional pela Escola Normal.

§ 2.º Os titullados com certificado em humanidades pela Atheneu Provincial.

§ 3.º Os titullados com grãos scientificos ou litterarios pelas Faculdades do Imperio, e Collegio de Pedro 2.º.

[ § 4.º Os clerigos de ordens sacras.

Art. 72 - Antes de expirado o prazo de que falla o artigo antecedente serão, igualmente, admittidos á inscripção: os que, por exame, obtiverem titulo de capacidade profissional.

§ Unico - Logo que tenha de havêr concurso, será pelo Inspector Geral assignado um prazo razoavel para a inscripção e processo de habilitação dos candidatos.

Art. 73 - No concurso, as provas serão igualmente oraes, e escriptas; o assumpto da prova escripta será o mesmo para todos os candidatos, e a oral, se fará, arguindo-se estes reciprocamente.

Se appresentar-se um só candidato será arguido pelos examinadores.

§ Unico - O Inspector Geral, nas suas Instrucções sobre os exames de habilitação, regulará a forma á seguir-se nos concursos.

Art. 74 - Nos concursos para provimento de cadeiras do sexo feminino officiará uma Professora ou qualquer outra Senhora, por nomeação do Presidente da Provincia, para emittir Juízo sobre trabalhos de agulha.

Art. 75 - E' permittido ás mulheres habilitar-se e inscrever-se aos concursos para provimento de cadeiras de instrucção primaria elementar do sexo masculino, sem outra distincção, para a nomeação, que não o merito e respectivas habilitações, entre os candidatos.

Art. 76 - O Presidente da Provincia poderá assistir e presidir os concursos.

Art. 77 - O Inspector Geral fará ao Presidente da Provincia, dentre so candidatos approvados, proposta d'aquelles, que lhe parecem preferiveis, accompanhando-a do processo de habilitações de cada concorrente, e provas escriptas prestadas no concurso.

Art. 78 - Em igualdade de circumstancias serão preferidos:

§ 1.º Os professores de escolas de primeiro grão para as de segundo.

§ 2.º Os empregados provinciaes, que exhibirem boas notas de seu comportamento, moralidade e intelligencia.

§ 3.º Os candidatos, graduados com diplomas scientificos ou litterarios.

§ 4.º Os cazados, ou viuvos com filhos.

Art. 79 - Se o Presidente da Provincia entender que os candidatos não estão em condições de bem exercêr o Magisterio, mandará, de novo, a cadeira á concurso.

Art. 80 - O candidato reprovado no concursso, só poderá apresentar-se á novo exame, seis mezes depois; e segunda vez reprovado, só depois de dous annos.

Art. 81 - Vagando alguma cadeira de segunda entrancia, o Inspector Geral enviará ao Presidente da Provincia uma lista dos quatro Professores effectivos mais antigos da primeira entrancia, classificando-a, em ordem de merecimento, com declaração da antiguidade de cada um, frequencia das escolas, que derigirem, e serviços, que tenham prestado.

Dentre estes, o Presidente da Provincia nomeará o que lhe parecer mais digno do accessso.

Art. 82 - Se estiverem vagas duas ou mais cadeiras, a lista conterá além dos quatro mais antigos, mais tantos quantas forem as cadeiras á provêr-se.

Art. 83 - No provimento das cadeiras de terceira entrancia, proceder-se-ha do mesmo modo, devendo, porem, a lista ou proposta compor-se dos cinco Professores effectivos, mais antigos da segunda entrancia.

Art. 84 - Quando aconteça que, por falta de pessoal habilitado nas respectivas entrancias, isto é; de Professores com mais de dous annos de effectivo exercicio, não se possa formar as listas, nos termos dos artigos antecedentes, serão em todo caso, feitas com o pessoal existente, uma vêz, que seja devidamente habilitado.

Art. 85 - O Inspector Geral, antes de enviar á Presidencia estas propostas, deverá submete-las ao conhecimento do Conselho Central, e as fará accompanhar da acta da sessão.



N'essa occasião o Conselho, ou qualquer de seus membros, poderá oppôr o que parecer de justiça, ou conveniencia.

Art. 86 - Os actuaes Professores interinos, que contarem mais de cinco annos de bom e effectivo exercicio, cursando as aulas da Escola Normal, e obtendo o respectivo diploma, serão, independentemente de concurso, providos definitivamente em qualquer das cadeiras de primeira entrada, e terão, ainda as seguintes vantagens:

§ 1.º Contarão para jubilação o tempo de exercicio interino.

§ 2.º Terão os vencimentos e vantagens dos Professores titullados pela Escola Normal.

§ 3.º Terão, no primeiro anno, á titulo de indemnisação, uma gratificação extraordinaria de quatro centos mil reis, realisavel em duas prestações semestrais.

Art. 87 - Aquelles, que não estiverem n'estas condições, ou não queirão preparar-se para o Magisterio, devem dentro do prazo improrogavel de dous mezes, sob pena de demissão, dar provas de suas habilitações perante o Conselho Central e por exame, nos termos do artigo 91.

Art. 88 - Os Professores effectivos poderão, igualmente, com licença do Inspector Geral, cursar as aulas da Escola Normal, e obtendo o diploma de approvação no curso, voltarão ás suas cadeiras sem dependencia de novo titulo.

Terão, ainda, as seguintes vantagens:

§ 1.º Contarão para a jubilação não só o tempo que tiverem de effectivo exercicio como tambem os dous annos do curso.

§ 2.º Durante o curso perceberão metade de seus ordenados, exhibindo informação ou attestado da Congregação da Escola, em que se prove: bom comportamento, assiduidade, e aproveitamento.

§ 3.º Passarão á ter os vencimentos e vantagens dos Professores titullados pela Escola.

Art. 89 - Aquelles, que na conformidade, do artigo antecedente cursarem as aulas da Escola, perderão suas cadeiras, se forem duas vèzes reprovados nos respectivos exames.

Se, entretanto, contarem mais de dez annos de effectivo exercicio no Magisterio, poderão ser jubilados, com vencimentos correspondentes ao tempo de exercicio.

Art. 90 - Verificada a hypothese do artigo 83, serão as cadeiras provisoriamente occupadas, mediante a gratificação e parte do ordenado, que deixa de perceber o cathedratico.

N'este substituição provisoria guardar-se-há as regras dadas para as nomeações de Professores interinos.

#### Provimento Interino; suas condições.

Art. 91 - Não se poderá exercer interinamente o Magisterio, sem que, previamente, se preste exame de habilitações perante um Jury especial, formado, sob a Presidencia do Inspector Geral, por trez membros do Conselho Central, designados pelo Presidente da Provincia.

Art. 92 - São dispensados d'este exame de habilitação:

§ 1.º Os titullados com diploma do Atheneu Provincial, ou Escola Normal.

§ 2.º Os que tiverem sido professores particulares por mais de quatro annos, exhibindo attestados de boa conducta, e habilitações, passados pelos Juizes de Direito, e Parochos de suas respectivas Comarcas e Parochias.

§ 3.º Os Clerigos de Ordens Sacras.

§ 4.º Os titullados pelas Faculdades do Imperio, e Collegio de Pedro 2.º.

Art. 93 - O exame de habilitação às cadeiras de instrucção primaria elementar, deverá versar sobre:

§ 1.º Leitura e escripta.

§ 2.º Systema legal de pesos e medidas.

§ 3.º Arithmetica.

§ 4.º Systema pratico, e methodos do ensino.

§ 5.º Doutrina Christã.

§ 7.º Para as cadeiras de instrucção primaria superior, versará sobre estas materias, e sobre qualquer das que constituem o respectivo ensino.

Art. 94 - Findo o acto do exame, será redusido á termo, em livro especial, pelo Secretario da Instrucção Publica, e assignado pelos membros do Jury.

§ Unico - Por acto especial do Inspector Geral será regulada a forma d'este exame.

Art. 95 - Achando-se o candidato fóra da Capital, com residencia á distancia de mais de dez leguas, poderá, com permissão da Presidencia, allegando justa causa, prestar o exame perante o Conselho, que, para isto fôr designado pelo Delegado litterario.

Art. 96 - As propostas para a regencia interina de qualquer cadeira serão, na capital, do Inspector Geral, e nas outras localidades, dos respectivos Delegados litterarios.

Art. 97 - As propostas dos Delegados litterarios serão remettidas por intermedio do Inspector Geral, que, logo, as informará.

Na falta, ou demora das mesmas, o Inspector Geral as fará, por si mesmo.

Art. 98 - Em caso algum o nomeado poderá tirar titulo, e assumir a regencia da cadeira, sem que exhiba perante a Presidencia, certificado de approvação no exame de habilitação.

Art. 99 - Na falta de pessoal habilitado para reger interinamente as cadeiras vagas, serão incumbidas da regencia das mesmas, até que sejam deffinitivamente providas, os respectivos Parochos, seus coadjutores, ou algum outro sacerdote do logar, que á isto se prestar, mediante os vencimentos da cadeira.

§ Unico - Se não exceder, porem, á quinze o numero de alumnos, e houver na localidade escola particular conceituada, que se presta á admittil-os, mediante a gratificação de dous mil reis por cada alumno, o tempo que tiverem servido.

Art. 101 - Os prfoessores interinos, que dentro de um anno da data de sua nomeação, não forem á concurso, serão demittidos.

§ Unico - A'quelles que, no exame especial de habilitação, tiverem obtido approvação plena, e tenham exercido, com vantagem, o Magisterio, poderá o Presidente da Provincia dispensar o exame da capacidade profissional, de que tracta o art. 72.

## Parte 4.<sup>a</sup>

### Professôres publicos

Art. 102 - Cumpre ao Professôr publico, além de outros deveres, que lhe impõe o prezente Regulamento:

§ 1.º Appresentar-se nas aulas às horas regulares, e decentemente vestido.

§ 2.º Manter a ordem e disciplina nas escolas, dando aos alumnos exemplos de civilidade, e educação.

§ 3.º Abster-se nas horas do estudo, ou exercicios escolares, de assumptos extranhos ao ensino.

§ 4.º Escripturar com acêio os livros de matricula, e registro de sua correspondencia.

§ 5.º Organisar o orçamento das despesas de sua aula, e remettê-lo, por intermedio do Delegado litterario, ao Inspector Geral, dous mezes antes da abertura da Assemblêa Provincial.

§ 6.º Remettêr, do mesmo modo, ao Inspector Geral mappas tri-mensaes com os nomes de seus alumnos, data das matriculas, numero de fatas, e informação sobre o aproveitamento e capacidade de cada um, e, no fim do anno lectivo, um mappa geral dos exames.

§ 7.º Requisitar, em tempo, ao Inspector Geral, os objectos necessarios ao expediente da escola.

§ 8.º Dar as informações, que lhe fôrem requisitadas pelo Presidente da Provincia, Agentes Fiscaes, e Auxiliares da inspecção da instrucção.

Art. 103 - Os Professôres Publicos não poderão ausentar-se d'aula nos disa lectivos, sem licença, ou justo impedimento, considerando-se como tal:

§ 1.º Molestia.

§ 2.º Exercicio de cargo eleitoral, ou qualquer outro obrigatorio.

Art. 104 - E' absolutamente prohibido aos Professôres publicos exercêr profissão habitual de commercio, ou qualquer outra industria, incompativel com o Magisterio.

Art. 105 - Os Professôres Publicos empregarão, para estimular os alumnos no cumprimento de seus devêres os seguintes meios disciplinares:

§ 1.º Elogio.

§ 2.º Cartão de boas notas.

§ 3.º Bilhetes de satisfação.

§ 4.º Logar de distincção.

§ 5.º Premos.

Art. 105 - Como correctivo, ou punição às faltas empregarão:

§ 1.º Reprehensão.

§ 2.º Perda das boas notas e bilhêtes de satisfação.

§ 3.º Estudo em pé, por espaço de cinco à vinte minutos.

§ 4.º Braços cruzados, por dèz à trinta minutos.

§ 5.º Perda dos premios.

§ 6.º Avizo aos Pães, ou tutores, para maior castigo.

§ 7.º Expulsão da escola.

*castigo*

Art. 106 - A pena de expulsão será applicada aos incorrigíveis, e depois de prévia authorisação do Delegado litterario, ouvido o Consêlho Parochial.

Art. 107 - Os Professôres Publicos de instrucção primaria e-  
lementar, que sem causa legitima, deixarem de tomar posse, e assumir a regencia da cadeira, no prâzo de dous mezes, perderão a nomeação, se a cadeira fôr de primeira entrancia, e o accesso, se fôr de se-  
gunda ou terceira.

Os de instrucção primaria superior, perderão a nomeação.

### Parte 5.<sup>a</sup>

#### Vencimentos, vantagens; monte-pio.

Art. 108 - Os actuaes Professôres, qualquer que seja a cathe-  
goria de suas cadeiras, continuão com os vencimentos, que ora perce-  
bem.

Art. 109 - Os que d'ora em diante fôrem nomeados para as ca-  
deirsa de instrucção de primeiro grão terão de vencimento annual:

Os de primeira entrancia seis centos mil reis; sendo 400\$ de  
ordenado, e 200\$ de gratificação.

Os de segunda, oito centos mil reis; sendo 600\$ de ordenado,  
e 200\$ de gratificação.

Os de terceira, um conto de reis; sendo 800\$ de ordenado, e  
200\$ de gratificação.

Art. 110 - Os das cadeiras de instrucção de segundo grão, te-  
rão de vencimento annual um conto de reis; sendo 800\$ de ordenado, e  
200\$ de gratificação.

Art. 111 - Os que, porém, forem titullados pela Escola Nor-  
mal, ou tiverem certificado em humanidades, conferido pelo Atheneu  
Provincial, terão de ordenado, nas cadeiras de instrucção elementar:

- Os de 1. <sup>a</sup> entrancia .....	700\$000
- Os de 2. <sup>a</sup> .....	900\$000
- Os de 3. <sup>a</sup> .....	1:200\$000

Além d'este ordenado, terão direito á uma gratificação na se-  
guinte proporção:

#### -1.<sup>a</sup> entrancia -

- Até vinte alumnos de frequencia regular.....	100\$
- Até trinta e cinco.....	200\$
- Até cincoenta, ou mais .....	300\$

#### -2.<sup>a</sup> entrancia -

- Até trinta e cinco alumnos.....	150\$
- Até cincoenta.....	200\$
- Até setenta ou mais.....	300\$

#### - 3.<sup>a</sup> entrancia -

- Até cincoenta.....	100\$
- Até setenta.....	200\$
- Até noventa ou mais.....	400\$

§ 1.º Nas cadeiras de instrução primaria superior terão vencimentos certos de um conto e duzentos mil reis; sendo 800\$ de ordenado, e 400\$ de gratificação.

§ 2.º Por acto especial do Inspector Geral, e approved pelo Presidente da Provincia, será devidamente regulada a prova de frequência dos alumnos, para o fim de fazer-se effectiva a respectiva gratificação.

Art. 112 - A' respeito dos Professores interinos, tittulados ou não pela Escola Normal e Atheneu, e qualquer que seja a ordem, a cathegoria das cadeiras, que rejão, seus vencimentos consistirão em uma gratificação mensal, á razão de dous mil reis por cada alumno, que tiver a aula de frequência regular, não podendo esta gratificação exceder aos vencimentos da cadeira.

§ 1.º Nas Instrucções, de que trata o § 2.º do artigo antecedente, o Inspector Geral regulará igualmente a prova d'esta frequência, para o fim de fazer-se effectiva a gratificação, que fôr devida.

§ 2.º Não se comprehendem n'este artigo as substituições por impedimento temporario do cathedratico; cumprindo, em taes cazos, observar-se o que se acha estatuido.

Art. 113 - os Professores receberão seus vencimentos, mensalmente, mediante attestados de frequência, passados, na capital, pelo Inspector Geral, e fóra da capital, pelos respectivos Delegados litterarios.

§ Unico - Os das escolas situadas fóra do Municipio da Capital poderão recebê-los nas respectivas Collectorias Provinciaes, expedindo-se para isto as necessarias instrucções á Repartição Fiscal.

Art. 114 - O Inspector Geral terá de vencimento annual um conto e oito centos mil reis; sendo 1:000\$ de ordenado, e 800\$ de gratificação.

Sêr-lhe-há pago mensalmente, a vista de attestado de exercicio, passado pelo Secretario da Instrução publica.

Art. 115 - O Secretario da Instrução Publica perceberá o vencimento annual de um cento de reis; sendo 600\$ de ordenado, e 400\$ de gratificação.

§ Unico - Se occupar este lugar algum Professor Publico, perceberá somente seis centos mil reis, á titulo de gratificação.

Art. 116 - O Amanuense terá de vencimentos seis centos mil reis; sendo 400\$ de ordenado, e 200\$ de gratificação.

Art. 117 - Os vencimentos do Secretario, e Amanuense serão pagos mensalmente, á vista de attestado de exercicio, passado pelo Inspector Geral.

Art. 118 - Aos Professores Publicos poderá sêr adiantada, para as despesas de primeito estabelecimento, metade de seo ordenado, que irá sendo, mensalmente, descontada na razão da quinta parte do mesmo ordenado.

Art. 119 - Os Professores, de mais de quinze annos de Magisterio, que se distinguirem, por sua dedicação ao ensino, moralidade, e aproveitamento de seus discipulos, terão sobre seus vencimentos, uma gratificação annual, arbitrada pelo Presidente da Provincia, sob proposta do Inspector Geral, com audiencia do Conselho Central.

Esta gratificação não poderá exceder á quinta parte dos vencimentos da cadeira, e deverá cessar desde que o Professor a desmereça, por seo procedimento ulterior.

Art. 120 - Os Professores, que compuzerem compendios ou obras de instrucção primaria, sendo approvadas pelo Conselho Central, ou adoptadas nas escolas da Provincia, terão direito á uma gratificação, que será do mesmo modo, arbitrada pelo Presidente da Provincia, conforme a qualidade e merito do trabalho.

Art. 121 - Um anno depois da approvação do presente Regulamento pela Assemblêa Provincial, passar-se-ha a deduzir dos vencimentos dos Professores effectivos e vitalícios uma porcentagem, que será destinada á formação de um Monte-pio para suas familias.

Art. 122 - Esta dedução far-se-há mensalmente, sendo no primeiro anno, á razão de dez por cento sobre o total dos vencimentos; no segundo, á razão de oito por cento, e nos demais annos, á razão de seis por cento.

As importancias assim deduzidas constituirão o fundo do Monte-pio.

Art. 123 - As pensões serão arbitradas, conforme o tempo de exercicio do Professor; guardadas as disposições seguintes:

§ 1.º De cinco á dez annos de exercicio, contados da data da primeira dedução, a pensão será equivalente á uma terça parte do respectivo ordenado.

§ 2.º De dez á quinze annos, será equivalente á metade.

§ 3.º De quinze á vinte, será equivalente á duas terças partes.

§ 4.º De vinte por diante, será equivalente no respectivo ordenado.

§ 5.º No computo do tempo de exercicio, observar-se-ha o que fôr estatuido em relação ás jubilações.

Art. 124 - Não aproveita o monte-pio:

§ 1.º Aos Professores que, com menos de cinco annos de exercicio no Magisterio, falecerem, ou, por qualquer motivo, deixarem ou perderem suas cadeiras.

§ 2.º Aos que, contando mais de cinco annos de exercicio, abandonarem ou perderem suas cadeiras, salvo causa legitima, considerando-se como tal molestia.

§ 3.º Aos que, sendo jubilados com menos de quinze annos de serviço, exercêrem depois qualquer outro emprêgo provincial, ou geral, que seja remunerado.

§ 4.º Aos que fôrem jubilados na conformidade do art. 89.

§ 5.º Aos filhos ou irmãos menores do Professor, que por incorrigiveis abandonarem suas mães, ou tutores, e não se dêem á alguma occupação util na sociedade.

Art. 125 - As pensões serão regulads do modo seguinte:

§ 1.º Fallecido, o Professor, terá a viuva a pensão annual, que lhe competir, enquanto se conservar, honestamente, no estado de viuvez.

§ 2.º Se passar á segundas nupcias, ou, por outro, perdêr o direito á pensão, será esta repartida, igualmente, pelos filhos legitimos, menores, ou filhas solteiras, em quanto honestas.

Na falta, reverterá metade da pensão para os Cofres da Provincia, abonando-se a outra metade, por partes iguaes, aos filhos legitimos, maiores ou cazados, se fôrem pobres, e procederem bem.

§ 3.º Perdendo qualquer dos filhos a sua respectiva parte, reverterá ella em favor dos Cofres da Provincia.

§ 4.º Na falta de viuva e filhos do Professor, abonar-se-ha duas terças partes da pensão á mãe, se viver honestamente, revertendo em favor dos Cofres Provinciaes a outra parte.

Na falta, serão estas duas terças partse divididas igualmente e abonadas aos irmãos menores, ou irmãs solteiras do Professor, se fôrem pobres, e viverem com honestidade; observando-se quanto á perda de direito por parte de cada um, o disposto no § 3.º.

§ 5.º Na falta de uns e outros reverterá toda pensão em bem da Provincia.

Art. 126 - As condições de que trata o artigo antecedente deverão ser cumpridamente provadas, perante a Thesouraria Provincial, que d'ellas julgará com recurso para o Presidente da Provincia.

Art. 127 - O Presidente da Provincia, em Estatutos especiaes, que serão submittidos á approvação da Assemblêa, regulará devidamente a instituição do Monte-pio.

#### Parte 6.ª

#### Jubilação

Art. 128 - Os Professores, que contarem vinte e cinco annos de serviço ativo no Magisterio terão direito á jubilação com ordenado por inteiro, e quinta parte da gratificação.

Se preferirem continuar no Magisterio, e forem conservados, terão direito ao augmento da quarta parte dos respectivos vencimentos.

Art. 129 - Os que tiverem mais de dez annos de bons serviços, e ficarem impossibilitados de continuar na regencia de duas cadeiras, poderão obter sua jubilação, com ordenado proporcional ao tempo que tiverem de exercicio.

Os que, n'estas circumstancias, fôrem jubilados, perdem a jubilação, se forem nomeados e exercêrem qualquer outro emprego provincial que seja remunerado.

Art. 130 - Não se contará, para jubilação, o tempo:

§ 1.º De cumprimento de penas.

§ 2.º De exercicio de qualquer emprego, não obrigatorio, fora do Magisterio.

Art. 131 - Para o tempo de effectivo serviço serão abonadas:

§ 1.º As faltas por motivo de molestia, ou de serviço publico, não excedendo de dez em cada anno, ou de trinta em um triennio; salvo se a molestia tiver sido adquerida em serviço.

§ 2.º As que procedêrem de suspensão judicial ou administrativa, quando, afinal, o Professor suspensão seja declarado livre de culpa.

Art. 132 - Os Professores, que fizerem parte do Conselho Central, e se distinguirem por sua assiduidade as respectivas reuniões, dedicação, e serviços á instrucção, addicionarão, para jubilação, ao tempo de exercicio de Magisterio, um terço do que tiverem funcionado como membros do Conselho.

Art. 133 - A jubilação poderá ser dada pelo Presidente da Provincia, sob proposta do Inspector Geral, ouvido o Conselho Central.

Quando requerida pelo Professor, deverá acompanhar ao requerimento a justificação das respectivas condições.

## Parte 7.<sup>a</sup>

### Penas; processo disciplinar; recursos.

Art. 134 - Os Professores publicos são sujeitos ás seguintes-penas:

- § 1.º Admoestação.
- § 2.º Reprehensão.
- § 3.º Multa.
- § 4.º Suspensão de exercício e vencimentos.
- § 5.º Remoção.
- § 6.º Demissão ou perda de cadeira.

Art. 135 - A pena de admoestação será imposta quando o Professor, por negligencia, faltar ao cumprimento de seus deveres; infringir qualquer disposição deste Regulamento, e não appresentar-se nas aulas decentemente vestidos.

Art. 136 - A pena de reprehensão será applicada quando não fôr sufficiente a de admoestação.

Art. 137 - A pena de multa regular-se-há do modo seguinte:

§ 1.º Quando os Professores uzarem de compendios ou livros não authorizados competentemente, incorrerão na multa de dez á vinte mil reis.

§ 2.º Quando deixarem de remetter os mappas de que tracta este Regulamento, serão multados em quinze á trinta mil reis.

§ 3.º Quando exercerem qualquer emprego ou profissão incompativel com o Magisterio, serão multados em vinte á cincoenta mil reis.

§ 4.º Quando, sem licença, ou causa legitima, abandonarem as suas cadeiras, serão multados no dobro dos vencimentos correspondentes ao tempo do abandono.

§ 5.º Serão multados em vinte á cincoenta mil reis, quando, tendo sido reprehendidos, reincidirem na falta.

Art. 138 - A pena de suspensão poderá ser até tres mezes, e verificar-se-ha:

§ 1.º Quando o Professor se mostrar incorrigivel, tendo sofrido, por trez vezes, a de multa.

§ 2.º Quando, por atos ou palavras, der mãos exemplos, ou inculcar mãos principios aos alumnos.

§ 3.º Quando, em acto de serviço, faltar á seus superiores com o respeito devido, ou menosprezar suas ordens.

Art. 139 - Ficão sujeitos á pena de remoção:

§ 1.º Os que, por faltas no exercício de suas funcções, incorrêrem em admoestação, depois de multados duas vezes.

§ 2.º Os que se envolverem em questões, e intrigas na localidade, em que exercerem o Magisterio.

§ 3.º Os que forem culpados pela falta de frequencia de alumnos em suas escolas.

Art. 140 - Incorrem na pena de demissão:

§ 1.º Os Professores, que commetterem faltas, depois de suspensos, ou multados por trez vezes.



§ 2.º Os que, formal e caprichosamente, resistirem às ordens legais de seus superiores.

§ 3.º Os que tiverem mão procedimento moral ou plantarem a immoralidade entre seus discipulos.

§ 4.º Os que fôrem condemnados por crimes infamantes, ou cumprirem pena de galês.

§ 5.º Os que, maliciosamente, derem informações inexactas sobre o estado de sua escola.

§ 6.º Os que continuarem a exercer cargos ou profissão incompativel com o Professorato, depois de ter-lhes sido imposta a pena de multa.

§ 7.º Os que abandonarem a escola ou aula, por mais de um mez, sem licença ou causa justificada.

Art. 141 - Aos Professôres subvencionados, que infringirem o prezente Regulamento, na parte que lhes toca, além de outras penas em que possão incorrêr, retirar-se-hã a subvenção.

Art. 142 - As pênas disciplinares, de que tractão os artigos antecedentes, não isemptão os Professôres de outras, em que se acharem incursos, segundo as Leis criminaes.

Art. 143 - A imposição das pênas disciplinares compete, guardadas as disposições do prezente Regulamento, ao Presidente da Provincia, e Agentes fiscães da inspecção do ensino.

Art. 144 - Os Professôres vitalicios soffrerão a pena de remoção, mediante processo disciplinar.

Sô perderão, igualmente, suas cadeiras, por sentença em processo disciplinar, que os sujeite à esta pena, ou por incapacidade phisica ou moral, judicialmente provada, salvo os cazos:

§ 1.º De condemnação por crimes infamantes, ou cumprimento de pênas de galês.

§ 2.º De condemnação judicial à perda do emprego.

Art. 145 - O Presidente da Provincia, poderá, attendendo as conveniencias do ensino, impôr, sob proposta do Inspector Geral, e sem embargo do disposto no art. 19, qualquêr das penas disciplinares, com a unica restricção do artigo antecedente em relação à remoção, e demissão dos Professôres vitalicios.

Art. 146 - Hã direito à interposição de recurso para o Presidente da Provincia:

§ 1.º Da imposição de pena de multa, por parte do Inspector Geral, e mais Agentes da Inspecção.

§ 2.º Do acto do Inspector Geral, prohibindo a continuação de estabelecimentos particulares de instrucção, nos termos do art. 10, § 13.

§ 3.º Das decisões proferidas pelo Conselho Central, nos termos do art. 19.

Este recurso deverá ser interpôsto pelo interessado no prazo improrogavel de dêz dias, contados da data da notificação da imposição das penas, ou acto.

Art. 147 - O Conselho Central observará com relação ao julgamento das infracções as seguintes disposições:

§ 1.º Logo que fôr convocado, e tiver participação official da falta, a julgará conforme lhe parecer, à face do prezente Regulamento, em termos, ou não, de ser considerada, e devidamente processado o infractor.

§ 2.º Julgando-a em termos de sêr considerada, fará remettêr ao infractor copia authentica dos papeis, marcando-lhe, segundo a distancia, um prazo para responder, por escripto, sobre a arguição feita, e confôrme a resposta, julgará ou não procedente a accusação.

§ 3.º Julgada procedente, fará intimar ao processando para que, em dia, que lhe será assignado, compareça afim de sêr interrogado, e produzir sua defêza.

§ 4.º Depois do Interrogatorio, inquirição de testemunhas, se houverem, ou outras diligencias, á que procedêrem, resolver-se-há sobre a naturêza do delicto, e pena á impôr-se.

§ 5.º Se o processando não comparecêr ás intimações, será julgado á revelia.

Art. 148 - Julgada procedente a accusação, nos termos do § 2.º do artigo antecedente, e tractando-se de falta, á que esteja imposta pena de demissão, será o Professôr suspenso do exercicio de suas funções e vencimentos, se antes não lhe tiver sido imposta esta pena pelo Presidente da Provincia.

### Parte 8.<sup>a</sup>

#### Permuta, remoção, licenças.

Art. 149 - Os Professôres publicos, effectivos ou vitalicios, poderão permutar, entre si, as suas cadeiras, sendo estas de igual cathegoria ou entrancia.

A permuta será authorizada pelo Presidente da Provincia, com informação do Inspector Geral.

Art. 150 - Poderão, igualmente, sêr removidos, á requerimento sêo, de uma para outra escola de igual ou inferior cathegoria, precedendo informação do Inspector Geral.

Art. 151 - A concessão dos artigos antecedentes poderá estender-se aos Professôres interinos, que fôrem titullados pela Escola Normal, ou Athêneu Provincial.

Quanto aos outros, poderão sêr removidos, segundo a conveniencia do ensino.

Art. 152 - Os Professôres poderão obter licença:

§ 1.º Até três mezes, com ordenado por inteiro.

§ 2.º Até seis mezes, com metade do ordenado.

§ 3.º Até um anno, sem vencimentos.

Art. 153 - As licenças com ordenado por inteiro serão concedidas em caso de molestia, adquirida em serviço, e mediante attestado de Facultativo.

As outras, por qualquer motivo concedidas, serão com vencimentos ou sem elles, confôrme pareça de equidade ao Presidente da Provincia, tendo, sobretudo, em attenção: os precedentes e circumstancias do Professôr.

§ Unico - Dentro de um anno não se poderá conceder licença por mais de seis mêzes com vencimentos, e por mais de três, com ordenado por inteiro.

Art. 154 - Os Professôres, que obtiverem licença com vencimentos, por mais de um mêz, sendo esta concedida por qualquer motivo, que não-molestia -, são obrigados a deixar á sua custa, substitutos habilitados, e approvados pelo Presidente da Provincia.

Art. 155 - Será reputado abandono do logár, o excêssos de licença por mais de um mêz, salvo motivo justo.

Art. 156 - As licenças começarão a correr trinta dias, depois da data do - cumpra-se - do Inspector Geral, e ficará sem efeito a respectiva Portaria, se não fôr apresentada, para isto, ao mesmo Inspector, vinte dias, depois da data de sua concessão.

### TITULO 3.º

#### PARTE UNICA

#### Escola Normal

Art. 157 - Haverá na capital uma Escola Normal, destinada a formar o pessoal dos Professores de instrução primaria, por meio de ensino methodico, e educação exemplar.

Art. 158 - Os estudos da Escola Normal são destribuidos em um curso de dous annos, por quatro cadeiras.

§ 1.º O primeiro anno comprehenderá duas cadeiras, em que se lecionem as seguintes disciplinas:

#### - Primeira cadeira -

- Leitura de prosa e verso.
- Calligraphia.
- Principios elementares de Grammatica geral; conhecimento racional e pratico da lingua Portugueza; redacção.

#### - Segunda cadeira -

- Principios elementares de arithmetica, e suas operações fundamentais sobre numeros inteiros.
- Sistema legal de pesos e medidas.

§ 2.º O segundo anno comprehenderá o ensino das seguintes materias, devidido, igualmente, em duas cadeiras:

#### - Primeira cadeira -

- Noções summarias de geographia, especialmente do Brazil.
- Noções de Historia Universal; Historia patria.
- Doutrina Christã; noções de Historia Sagrada.

#### - Segunda cadeira -

- Pedagogia; conhecimento da legislação e administração do ensino.
- Desenho linear; geometria plana e agrimensura.
- Noções de philosophia, comprehendendo as idéias fundamentaes da Moral e do Direito Natural.

Art. 159 - O Presidente da Provincia pode, sob proposta da Congregação da Escôla, e ouvido o Inspector Geral da Instrucção Publica, transferir de um para outro anno, ou cadeira, as disciplinas mencionadas, conforme melhor convenha ao ensino e aperfeiçoamento da Escôla.

Art. 160 - Para sêr-se admittido como alumno na Escôla, é necessario provar-se perante o Director da Escôla:

§ 1.º Sabêr lêr, escrevêr e contar.

§ 2.º Sêr maior de 16 annos.

§ 3.º Sêr de bons costumes, e estar isempto de crimes.

deve poder  
fazer

§ 4.º Não soffrêr molestia repugnante ou contagiosa.

Art. 161 - A matricula será gratuita, e abrir-se-há a vista de requerimento, instruido com os seguintes documentos:

§ 1.º Certidão ou justificação de idade.

§ 2.º Attestado de bôa conducta, passado pelo Parocho da Freguezia.

§ 3.º Attestado medico, pelo qual se prove não soffrêr molestia contagiosa, ou outra qualquer, que impossibilite de exercer, activamente as funcções do Magisterio.

§ 4.º Attestado do Director ou Professor da escola, que tiver frequentado, sobre sua conducta e aproveitamento.

Art. 162 - O curso normal será frequentado por homens e mulheres, sendo as respectivas licções dadas alternadamente, á umas e outros.

Art. 163 - As lições ás alumnas-mestras serão dadas no Collegio de N. S. da Penha, podendo ser admittidas á ouvi-las as educandas, que, achando-se promptas nas materias do ensino primario do 1.º grau, tiverem vocação para o Magisterio.

Art. 164 - Para ser-se admittida como alumna mestra, á necessario provar-se perante a Directora do Collegio de N.S. da Penha, por meio de documentos, nos têrmos do art. 161:

§ 1.º Sabêr lêr, escrevêr, e contar.

§ 2.º Sêr maior de 12 annos.

§ 3.º Sêr de bons costumes.

§ 4.º Não soffrer molestia repugnante ou contagiosa.

Art. 165 - O Curso Normal, para os homens, funcionará no Atheneu Provincial, observando-se em relação aos educandos d'este Instituto o que se acha disposto no art. 163 á respeito das educandas do Collegio de N.S. da Penha.

Art. 166 - Haverá duas escolas primarias, annexas ao curso normal, com a denominação de Escolas praticas, em cada uma das quaes os alumnos-mestres e alumnas-mestras, logo que passarem para o 2º anno do curso, farão exercicios praticos de ensino.

§ 1.º A escola pratica do sexo masculino funcçionará no Atheneu Provincial, e a do sexo feminino no Collegio de N.S. da Penha.

§ 2.º Logo que fôrem estabelecidas estas escôlas, terão por alumnos os respectivos educandos.

§ 3.º Os exercicios praticos dos alumnos mestres serão feitos sob as vistas e instrucções dos Professôres das aulas primarias de ambos estes Institutos.

Art. 167 - Para facilidade, ainda, do ensino, a Escola Normal terá:

§ 1.º Uma pequena livraria, compostas das melhores obras sobre a direcção e o ensino elementar, e sobre o organismo e direcção das escolas primarias, e normaes.

§ 2.º Uma colleção dos instrumentos indispensaveis ao ensino do desenho linear, da geometria pratica, e suas applicações á agri-mensura.

§ 3.º Uma colleção de mappas geographicos.

Art. 168 - Três annos depois de aberta a Escola Normal, só poderá opôr-se ás cadeiras de instrucção primaria quem exhibir titulo de approvação nas materias do curso.

Por excepção, serão admittidos á inscripção:

§ 1.º Os que exhibirem diploma, ou certificado em humanidades, conferido pelo Atheneu Provincial.

§ 2.º Os titulados com grãos scientificos e litterarios pelas Faculdades do Imperio e Imperial Collegio de Pedro 2.º.

§ 3.º Os Clerigos de ordens sacras.

Art. 169 - Aquelles que obtiverem titulo de approvação nas materias do curso, e se distinguirem por sua intelligencia e comportamento, quando não queirão dedicar-se ao Magisterio, serão preferidos para quaesquer outros empregos, á que se proponhão na Provincia.

Art. 170 - Aos alumnos que, completarem o curso, se expedirá um Diploma, assignado pelo Directôr da Escola, e Professôres do ultimo anno, declarando-se a sua capacidade moral e intellectual, e aptidão para o Magisterio.

§ Unico - Este Diploma servirá de titulo de habilitação para os concursos, e igualmente para podêrem sêr providos temporaria, ou provisoriamente em quaesquer escolas.

Art. 171 - O pessoal da Escola Normal compõe-se do Director, quatro Professôres, um Secretario, Porteiro, e Continuo que tambem servirá de Bedél.

Art. 172 - O Director e Secretaria da Escola Normal serão os do Atheneu Provincial, mediante os mesmos vencimentos e gratificação.

§ Unico - As suas attribuições, e devêres, bem como dos demais funcionarios serão prescriptas, e determinados no Regulamento, segundo o qual deve sêr regida a Escola.

Art. 173 - Tambem servirão de Porteiro e Continuo os mesmos do Athenêu; sem maiores vencimentos.

Art. 174 - Os Professôres ou Mestres-normaes terão de vencimento-annual um conto e duzentos mil reis, sendo 800\$ de ordenado, e 400\$ de gratificação.

§ Unico - Os Professôres, que segundo o plano do curso, não tiverem de leccionar, dêsde ja, só perceberão vencimentos, quando entrarem em exercicio.

Art. 175 - As primeiras nomeações de Mestres Normaes serão feitas pelo Presidente da Provincia, e podem recahir em alguns dos actuaes Professôres de instrucção primaria ou secundaria que, por sua intelligencia, dedicação e pratica no ensino publico, forem julgados dignos da nomeação.

Vagando, depois, qualquer cadeira, ou creando-se outras, o provimento será por meio de concurso.

§ Unico - Em Regulamento especial, serão prescriptas as habilitações moraes e litterarias dos candidatos, a maneira-dos exames, e provas praticas, á que devem submeter-se.

Art. 176 - Os Professôres, que, na conformidade do artigo antecedente, fôrem aproveitados para a Escola Normal, terão sobre os vencimentos, que já percebem, uma gratificação annual, apenas, na importancia de oito centos mil reis.

Art. 177 - Os Mestres Normaes serão cosniderados - vitalicios - depois de quatro annos de bom e effectivo exercicio.

Art. 178 - São applicaveis aos Mestres Normaes as disposições da Parte 6.ª d'este Regulamento, relativas á jubilação.

Art. 179 - O Director da Escola, e Mestres Normaes formarão Conselho ou Congregação da Escola.

Art. 180 - Ao Conselho incumbe:

§ 1.º Designar os livros e compendios, que devem ser admittidos no curso.

§ 2.º Representar ao Presidente da Provincia, por intermedio do Inspector Geral da Instrucção Publica, sobre a necessidade de quaesquer alterações ou reforma no curso normal, e regimen das escolas publicas primarias.

§ 3.º Representar, do mesmo modo, sobre o que parecer conveniente ao estabelecimento, quer em relação á seu melhoramento material, quer á boa ordem, e unidade do ensino.

§ 4.º Conhecer das faltas dadas pelos alumnos, e applicar-lhes as respectivas penas.

§ 5.º Conferir menção honrosa aos alumnos, que se distinguirem por sua intelligencia, applicação e aproveitamento.

Art. 181 - O Conselho da Escola funcionará, em sessão ordinaria, uma vez por mez; pode, entretanto, sêr convocado, extraordinariamente, pelo Director, sempre que o julgar conveniente.

Art. 182 - Logo que a Escola Normal funcionar, serão os seus Professores os nomeados para os exames e concursos, nos provimentos de cadeiras de instrucção primaria.

Art. 183 - A administração da Escola nas suas diversas relações, será prescripta por um Regulamento, organizado pelo Inspector Geral da Instrucção Publica, e approvedo pelo Presidente da Provincia.

Art. 184 - N'este Regulamento serão determinados:

§ 1.º As attribuições, e deveres dos funcionarios da Escola.

§ 2.º A distribuição dos objectos do ensino, entre os Professores; designação do numero e duração das lições; exercicios diarios, e semanas dos alumnos; forma de exames; penas, e recompensas aos alumnos.

§ 3.º A escolha dos methodos de ensino, compendios, e livros elementares.

§ 4.º A economia, policia e disciplina da Escola.

§ 5.º A Estatistica do estabelecimento.

Art. 185 - Findo o anno lectivo, a Congregação incumbirá á um de seus membros de confeccionar e appresentar no primeiro dia util do anno seguinte uma Memoria Historica sobre os trabalhos da Escola, durante o anno, seu estado, grão de prosperidade, e acontecimentos notaveis, que se tiverem dado.

Art. 186 - Approvada pela Congregação a Memoria na parte historica, será impressa, por ordem do Director, e distribuida pelos Agentes Fiscaes da Instrucção, e Professores Publicos da Provincia.

#### TITULO 4.º

##### Ensino publico e secundario.

##### Parte 1.<sup>a</sup>

Art. 187 - O ensino publico secundario será dado, por ora, no Athenêu Provincial, e Collegio de N.S. da Penha.

Art. 188 - Podem, entretanto, por iniciativa das Camaras Municipaes, ser, desde já, creadas, nos pontos mais importantes do interior, cadeiras de instrucção secundaria, correndo a metade das respectivas despesas, por conta de seus Cofres.

Parte 2.<sup>a</sup>

## Athenêu Provincial

Art. 189 - Sob o titulo de Athenêu Provincial da Victoria, continua o Lycêo d'esta Cidade a formar um intervalo de educação publica, e instrucção primaria e secundaria.

Art. 190 - A educação tenderá a formar o coração dos alumnos, inspirando-lhes o amor da Religião, e dos bons costumes.

Art. 191 - A instrucção offerecerá um systema de estudos elementares das letras, sciencias e artes, em que se comprehenderão as seguintes disciplinas:

§ 1.º Lingua e litteraria nacional.

§ 2.º Eloquencia e poetica.

§ 3.º Philosophia racional e moral.

§ 4.º Mathematicas elementares, comprehendendo arithmetica, algebra até equações de 2.º grão; geometria, trigonometria rectilinea.

§ 5.º Historia e Geographia.

§ 6.º Desenho.

§ 7.º Lingua Francêza.

§ 8.º Lingua Latina.

§ 9.º Lingua Inglêza.

Art. 192 - Alem d'estas disciplinas, ensinar-se-há as artes de musica, danza, e gymnastica, sob a direcção de mestres especiaes, mediante o ordenado, por que se ajustarem, não podendo, porem, o mesmo exceder á seis centos mil reis annualmente.

§ Unico - Em Regulamento especial, organizado pelo Inspector Geral da Instrucção Publica, de accordo com o Director do Athenêu, e approvedo pela Presidencia, se determinará a parte do ensino, que, deve competir á cada cadeira, a ordem dos estudos, systema das licções, methodo dos exames, premios e penas dos alumnos, e o mais que fôr relativo ao movimento do instituto.

Art. 193 - O estadio litterario scientifico do Athenêo será de seis annos.

Art. 194 - Os laumnos que percorrerem este estadio, finalizando-o sem nota, receberão um certificado em forma de diploma, assignado pelo Presidente da Provincia, Inspector Geral da Instrucção Publica, e pelo Director do Athenêu.

Art. 195 - Este certificado servirá aos alumnos de titulo de habilitação aos concursos para provimento de cadeiras de instrucção primaria, ou secundaria, dando-lhes ao mesmo tempo direito á nomeação para quesquer outros empregos na Provincia, indepedente de curso.

Art. 196 - Serão admittidos aos estudos do Athenêu alumnos pensionistas, meio pensionistas e externos; devendo, porem, estes ter assentos ou logares separados quer nas aulas, quer nos outros actos da commuidade.

Art. 197 - Os alumnos externos ou quaesquer pessoas, que não estudado, fóra do Athenêu, podem ser admittidas á matricula em qualquer dos annos, uma vez, que prestem os exames, e sejam approvadas nas materias do anno ou annos anteriôres.

§ Unico - Esta disposição refere-se, somente, á aquelles, que se propuzerem á seguir a ordem regular dos estudos necessarios para obter o certificado em humanidade, e não aos que, apenas, desêjem es-

tudar ou aperfeiçoar-se em alguma das disciplinas do curso.

Art. 198 - Será igualmente, permitido a qualquer pessoa passar pelos exames das materias do curso, afim de obter o diploma, de que tracta o artigo 194.

Art. 199 - Não serão admittidos como alumnos pensionistas senão pessoas livres, e menores de 12 annos.

Art. 200 - Tambem não serão admittidos ao internato, nem poderão frequentar as aulas do Instituto.

§ 1.º Os que padecerem de molestia contagiosa.

§ 2.º Os escravos.

Art. 201 - O Presidente da Provincia pode mandar admittir ao Instituto, á custa dos Cofres Provinciaes, quatro meninos pobres, como alumnos pensionistas, seis, como meio-pensionistas, e dez como externos, uma vez que sejam de reconhecida intelligencia, e de familia honesta, dando, em todo caso, preferencia aos filhos de empregados publicos da Provincia, que se tenham distinguido pelo bom desempenho de seu cargo.

Art. 202 - Os alumnos pensionistas e meio pensionistas contribuirão com uma mensalidade; aquelles, á razão de deseseis mil reis, e estes, á razão de dez mil reis, paga por trimestres adiantados.

Os externos pagarão na Repartição competente a quantia de 10\$, por matricula, em duas prestações, sendo uma no principio, e outra no fim do anno lectivo.

§ Unico - Não se comprehendem n'esta ultima parte os alumnos de instrucção primaria, para os quaes a matricula será gratuita.

Art. 203 - O Director do Athenêu, haverá para o costeo do instituto as mensalidades dos alumnos internos e meio pensionistas, correndo, ainda, por sua conta as mais despesas do estabelecimento; excepto:

§ 1.º O aluguel do predio.

§ 2.º Os vencimentos do Censôr, Professores, e mais funcionarios, que serão pagos pelo Thesouro Provincial.

Art. 204 - Continua em vigor o art. 6 da Lei Provincial de 12 de Julho de 1867.

Art. 205 - A direcção, policia e disicplina do Athenêu será confiada ao Director, que o exercerá por si, e por intermedio de um Censôr, que deverá sêr pessoa de sua inteira confiança, podendo recahir a nomeação em algum Professor Publico.

§ Unico - Em caso algum poderá occupar o cargo de Director quem fôr Professor Publico.

Art. 206 - O Director e Censôr deverão sêr pessoas de reconhecida probidade, intelligencia e com habilitações para dirigir o ensino e educação da mocidade.

§ Unico - As attribuições e deveres do Director, Censôr, e mais funcionarios do Instituto serão determinados em Regulamento especial, organizado pelo Inspector Geral da Instrucção Publica, e approvedo pela Presidencia.

Art. 207 - O Director, e os Professores formarão a Congregação do Athenêu, cujas principaes attribuições são:

§ 1.º Escolher e designar os livros e,compendios, que devem ser admittidos no estabelecimento.



§ 2.º Representar ao Presidente da Provincia, por intermedio do Inspector Geral da Instrucção Publica, sobre a necessidade de quaesquer medidas, alterações ou reforma, que pareçam conveniente ao estabelecimento.

§ 3.º Informar sempre, que fôr ouvido, sobre assumptos litterarios, que interessem á Instrucção Publica.

§ 4.º Conferir premios e mensão honrosa aos alumnos que, por seu comportamento, intelligencia, e aproveitamento o merecerem, vem como, julgar de suas faltas mais graves, e applicar-lhes as respectivas penas.

Art. 208 - A Congregação terá uma sessão ordinaria cada mez, podendo ser convocado, extraordinariamente pelo Director, sempre que o julgar necessario.

Art. 209 - Findo o anno lectivo, a Congregação designará um dos Professores para confeccionar a Memoria Historica do Athenêu, guardadas a respeito as disposições dos arts. 185 e 186 d'este Regulamento.

Art. 210 - O expediente da Secretaria do Athenêu estará á cargo de um dos Professores d'este Instituto, ou da Escola Normal, designado, annualmente pelo Presidente da Provincia.

Art. 211 - O serviço das aulas, e o interno do estabelecimento serão feitos por um Continuo, que servirá de Bedel, um Porteiro e um servente.

Art. 212 - O Director do Athenêu terá de vencimento um conto e seis centos mil reis, sendo: 1:000\$, de ordenado, e 600\$ de gratificação.

Art. 213 - O Censôr vencerá uma gratificação annual de oito centos mil reis.

Art. 214 - O Secretario terá, sobre os vencimentos, que lhe competirem como Professor, uma gratificação de trescentos mil reis annualmente.

Art. 215 - O Continuo, e Porteiro vencerão o ordenado annual de seis centos mil reis, sendo 400\$ de ordenado, e 220\$ de gratificação.

Art. 216 - O servente será ajustado pelo Director do Estabelecimento, não podendo exceder o seu salário á mil reis diarios.

Art. 217 - Quanto aos Professores, continuão os vencimentos, que ora percebem.

Art. 218 - São de nomeação do Presidente da Provincia os lugares de Director, Censôr, Continuo, e Porteiro, devendo quanto á estes proceder proposta do Director do estabelecimento.

Art. 219 - As primeiras nomeações de Professores para as cadeiras que, em attenção ao systema de estudos do instituto, forem creadas, serão feitas pelo Presidente da Provincia.

Depois só, por meio de concurso, serão providas.

§ unico - Os Professores nomeados para estas cadeiras só perceberão vencimentos, depois que as respectivas aulas funcionarem regularmente.

Art. 220 - Os logares de Director, e Censôr são amoviveis.

Art. 221 - São extensivas aos Professores as disposições dos arts. 177 e 178, relativas á vitaliciedade, e jubilação dos Mes-tres-normaes.

Art. 222 - O Censôr, e o Porteiro são obrigados á residir dentro do Estabelecimento.

### Parte 3.<sup>a</sup>

#### Collegio de N.S. da Penha.

Art. 223 - Continuação em vigor as disposições regulamentares do Collegio de N. S. da Penha, salvo as alterações expressamente estabelecidas no presente Regulamento.

Art. 224 - É extensiva á este Instituto a disposição do art. 201, para que, na conformidade do mesmo, possam sêr, igualmente, admittidas alumnas pobres ao respectivo ensino.

Art. 225 - São, igualmente, extensivas aos seus Professores as disposições dos arts. 177 e 178, sobre a vitaliciedade do cargo, e direito á jubilação.

#### Disposições Geraes

Art. 226 - São extensivas ás Professôras, e escolas do sexo feminino, no que lhes fôrem applicaveis, as disposições do presente Regulamento; salvo as restricções expressamente feitas.

Art. 227 - As disposições do presente Regulamento serão, desde já, observadas, menos no que, para sua execução, dependêrem de approvação da Assemblêa Provincial.

Art. 228 - São revogadas as disposições em contrario.

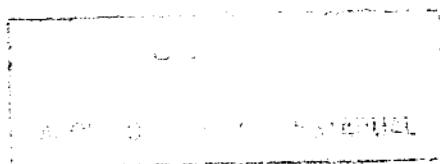
Palacio do Governo da Provincia do Espirito Santo, em 20 de Fevereiro de 1873.

Dr. João Thomé da Silva.

FIM

## **ANEXO E – REGULAMENTO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DE 1877**

REGULAMENTO  
DA  
INSTRUÇÃO PUBLICA  
DA  
PROVINCIA DO ESPIRITO-SANTO



VICTORIA.  
TYPOGRAPHIA DO ESPIRITO-SANTENSE.  
3 - RUA DE S.DIOGO. - 3.

1877.

# REGULAMENTO DA INSTRUÇÃO PUBLICA.

## DIRECÇÃO E INSPECÇÃO DA INSTRUÇÃO.

### CAPITULO I.

#### Parte Primeira.

#### Da Inspecção e Direcção da Instrucção Publica.

Art. 1.<sup>o</sup> - A Direcção e Inspecção do ensino é exercida pelo Presidente da provincia, ficando sujeita á immediata fiscalisação do Inspector Geral e Conselho Central da Instrucção Publica.

Art. 2.<sup>o</sup> - O Inspector Geral e Conselho Central terão por auxiliares: os Delegados Litterarios.

Art. 3.<sup>o</sup> - Para o fim da fiscalisação do ensino a provincia será dividida em tantos districtos litterarios quantos fõrem as parochias, exceptuada a da capital.

Art. 4.<sup>o</sup> - O Inspector Geral e os membros do Conselho Central são da nomeação do Presidente da provincia.

Art. 5.<sup>o</sup> - Os Delegados Litterarios serão de nomeação do Presidente da provincia, sob proposta do Inspector Geral.

Art. 6.<sup>o</sup> - O Conselho Central da Instrucção Publica compôr-se-ha de trez membros, nenhum dos quaes poderá ser Professor effectivo ou interino do ensino primario ou secundario (Art. 20 da Lei n.<sup>o</sup> 14 de 1877.)

### CAPITULO II.

#### Do Inspector Geral e suas attribuições.

Art. 7.<sup>o</sup> - O Inspector Geral é o Chefe da Repartição da Instrucção Publica, tendo para o expediente a seu cargo um Secretario, na fôrma do Art. 3.<sup>o</sup> da Lei n.<sup>o</sup> 14 de 1877.

Art. 8.<sup>o</sup> - Incumbe ao Inspector Geral, além de outras attribuições que lhe possão ser especialmente conferidas:

§ 1.<sup>o</sup> - Dirigir e inspecionar os trabalhos da Repartição da Instrucção Publica.

§ 2.<sup>o</sup> - Dar expediente do que fôr concernente á instrucção, correspondendo-se directamente com o Presidente da provincia e mais authoridades, sempre que o julgar necessario.

§ 3.<sup>o</sup> - Abrir, rubricar, numerar e encerrar os livros da Repartição da Instrucção Publica, e os dos Collegios e Aulas primarias, podendo, quanto aos livros d'estas, dar commissão ao respectivo Secretario para o fazer.

§ 4.<sup>o</sup> - Inspecionar por si e pelos Delegados Litterarios os Institutos provinciaes de educação e de instrucção primaria e secundaria.

§ 5.<sup>o</sup> - Presidir os exames ou concursos para o magisterio, que poderão ter lugar em presença do Presidente da provincia.

§ 6.<sup>o</sup> - Deferir juramento aos professores publicos e empregados da Instrucção Publica.

§ 7.º - Propôr á Presidencia da provincia, em caso de vaga, ou impedimento de algum professor de ensino primario de escolas de qualquer classe, pessoa idonea para servir de substituto.

§ 8.º - Contractar, depois de prévia authorisação da Presidencia, casas, em que convenientemente funcçionem as escolas publicas, tendo sobretudo em vista a posição em que se acharem com relação á população da localidade.

§ 9.º - Convocar o Conselho, presidir as suas sessões, expôr as materias e mandar proceder aos exames e informações que o mesmo Conselho julgar necessarias; sem voto, porém, nas deliberações do Conselho.

§ 10. - Pôr o seu - visto, - em todas as contas de despesas, depois de conferidas, afim de serem enviadas á Presidencia.

§ 11. - Apresentar ao Presidente da provincia um mez antes da abertura d' Assembléa Provincial, um Relatorio circunstanciado sobre o estado da instrucção com esclarecimentos, que habilitem a conhecer-se do seu atrazo ou adiantamento, indicando ao mesmo tempo os defeitos a corrigir e os meios attinentes ao desenvolvimento e progresso n'este ramo do serviço.

A este Relatorio acompanhará o quadro estatistico das escolas ou institutos provinciaes de instrucção, assim como o orçamento da despesa provavel, durante o anno, com o pessoal e material da Instrucção, especificando cada uma de suas respectivas verbas.

§ 12. - Propôr ao Conselho Central para que este discuta e delibere, regulamentos internos das escolas primarias e estabelecimentos de instrucção secundaria, os quaes serão posteriormente submittidos ao Presidente da provincia.

§ 13. - Organisar e submeter á approvação do Presidente da provincia, Instrucções para os exames e concursos dos Professores de ensino primario e para os exames annuaes para o alumnos das aulas primarias e secundarias.

§ 14. - Transmitir devidamente informadas as petições, memoriaes, officios ou reclamações que á Presidencia dirigirem os Professores publicos, e Agentes da Inspecção da Instrucção, sobre assumptos relativos não só ao ensino, como ao exercicio de suas respectivas funcções.

§ 15. - Prohibir, ouvindo o Conselho Central, a continuação de escolas ou estabelecimentos particulares de instrucção, em que se ensinem idéas subversivas ao systema do governo, á moral e bons costumes.

§ 16. - Conhecer, com o Conselho Central, e julgar das infracções ou faltas a que fôrem comminadas penas de admoestação, reprehensão, multa e suspensão.

§ 17. - Conhecer da mesma sorte das multas impostas pelos Delegados Literarios, podendo modifical-as ou revogal-as.

Art. 9.º - O Inspector Geral além dos casos especialmente determinados, ouvirá o Conselho Central, em geral, sobre quaesquer assumptos que interessem á instrucção, fazendo acompanhar do parecer do mesmo Conselho as propostas que tiver de fazer ao Presidente da provincia.

Art. 10. - O Inspector Geral em seus impedimentos será substituido de preferencia por qualquer dos membros do Conselho Central designado pela Presidencia.

### CAPITULO III.

#### Do Secretario da Instrucção.

Art. 11. - Servirá de Secretario da Instrucção Publica o Escriptuario d' Assembléa Provincial, de conformidade com o Art. 3.º da Lei n.º 14 de 1877, sendo em seus impedimentos substituido na fôrma do § unico do mesmo artigo.

Art. 12. - Incumbe ao Secretario:

§ 1.º - Escrever, registrar e expedir os titulos ou quaesquer outros papeis que corraõ pela Inspectoria.

§ 2.º - Escripturnar em livros proprios e segundo as Instrucções que lhe fõrem dadas as ordens relativas às despesas.

§ 3.º - Conferir as contas de objectos fornecidos para as escolas publicas, antes de apresental-as ao Inspector Geral, para este requisitar o respectivo pagamento.

§ 4.º - Representar ao Inspector Geral e receber as quotas designadas para o serviço ordinario do expediente.

§ 5.º - Assistir às reuniões do Conselho Central, e lavrar as respectivas actas e deliberações.

§ 6.º - Fornecer ao Inspector Geral informações e esclarecimentos que devem servir de base ao seu Relatorio.

§ 7.º - Informar, sempre que fõr ouvido, sobre papeis, ou assumptos, que pendão da decisão do Inspector Geral.

§ 8.º - Passar certidões em cumprimento de despacho do Inspector Geral, do que não fõr reservado.

Art. 13. - Para o expediente da Secretaria, haverá, pelo menos, os seguintes livros:

Um do registro do quadro annual da estatistica da Instrucção Publica e particular.

De termos de juramento, posse dos Professores e mais empregados da Instrucção Publica.

De actas de concurso para o magisterio.

De actas das deliberações do Conselho Central.

De inventario da Repartição da Instrucção Publica.

De inventario do Atheneu Provincial.

De inventario do Collegio Nossa Senhora da Penha.

De matricula dos Delegados Litterarios.

Idem, idem, dos Professores publicos do curso secundario.

Idem, idem, dos Professores publicos primarios.

De termos de visitas feitas pelo Inspector Geral às aulas do Atheneu Provincial, do Collegio Nossa Senhora da Penha, e escolas primarias da capital.

As minutas e officios recebidos serão emmassados e encadernados.

Art. 14. - Os termos de visitas serão lavrados na capital, pelo Secretario da Instrucção Publica, e serão assignados pelo Inspector Geral, Professor e Secretario, e nas localidades pelos respectivos Professores, assignados por estes e o Delegado Litterario.

§ Unico. Quando fõra da capital fõr visitada pelo Inspector Geral qualquer escola, lavrar-se-ha o competente termo no livro destinado para as visitas do Delegado Litterario.

#### CAPITULO IV.

##### Do Conselho Central.

Art. 15. - O Conselho Central se reunirá em sessão ordinaria, no dia 15 de cada mez, às dez horas da manhã, ou no seguinte dia util quando aquelle fõr impedido, sob a Presidencia do Inspector Geral, que o poderá convocar extraordinariamente, sempre que entender conveniente.

Art. 16. - O Conselho Central, além das attribuições, que lhe são confe-

ridas, e determinadas neste Regulamento, terá especialmente a seu cuidado:

1.<sup>o</sup> - O exame dos melhores methodos e systema pratico de ensino.

2.<sup>o</sup> - A revisão e adopção de compendios e livros adoptados para o uzo das aulas.

3.<sup>o</sup> - Dar parecer sobre a suspensão de escolas, no caso do Art. 14 da Lei n.<sup>o</sup> 33 de 1876 e Art. 14 da de n.<sup>o</sup> 14 de 1877.

4.<sup>o</sup> - Opinar sobre a remoção, suspensão, accesso, e demissão dos Professores.

Art. 17. - E' da attribuição do Conselho Central o julgamento das infracções commettidas pelos Professores publicos, que estiverem sujeitos ás penas disciplinares do presente Regulamento.

Art. 18. - O Conselho Central será ouvido em geral, sobre quaesquer assumptos, que interessem a instrução primaria e secundaria, cujo desenvolvimento e progresso deverá promover, auxiliando assim o Inspector Geral.

Art. 19. - O Conselho Central compôr-se-ha de trez membros, nenhum dos quaes poderá ser Professor publico, primario ou secundario, e do Inspector Geral que o presidirá.

Quando se der a falta de comparecimento de qualquer membro do Conselho Central a duas sessões successivas, será substituído por designação do Presidente da provincia, mediante participação do Inspector Geral.

O Conselho Central não poderá funcionar sem estarem reunidos, pelo menos, trez de seus membros, inclusive o Inspector Geral.

Art. 20. - Quando não comparecer o Inspector Geral a qualquer sessão do Conselho Central, os membros d'este communicarão ao Presidente da provincia para providenciar.

## CAPITULO V.

### Dos Delegados Litterarios.

Art. 21. - Aos Delegados Litterarios incumbe:

§ 1.<sup>o</sup> - Inspeccionar as escolas publicas dos respectivos districtos, observando se as mesmas funcionarão com regularidade e conforme as Instrucções e ordens superiores.

§ 2.<sup>o</sup> - Visitar os estabelecimentos particulares de ensino, observando se n'elles são guardados os preceitos da moral, as regras hygienicas e o respeito á Constituição e leis do Estado.

§ 3.<sup>o</sup> - Receber e transmitir ao Inspector Geral, com informação, as petições, reclamações e outros quaesquer papeis dos Professores.

§ 4.<sup>o</sup> - Enviar ao Inspector Geral no fim de cada trimestre um mappa dos alumnos das escolas publicas e particulares de seus districtos, acmpanhando-o as informações e observações que elles entenderem convenientes.

§ 5.<sup>o</sup> - Preparar sob proposta dos Professores o orçamento annual das despesas das escolas respectivas e envial-o ao Inspector Geral; assim como re-metter-lhe, depois de verificadas, as contas das mesmas despesas, que deverão ser assignadas pelos Professores.

§ 6.<sup>o</sup> - Inventariar a mobilia e utencilios das escolas em livro especial, todas as vezes que houver mudança de Professores.

Art. 22. - Os Delegados Litterarios, nas visitas que fizerem ás escolas publicas deverão declarar no livro de visitas, não só o numero de alumnos que encontrarão, como o estado da mesma escola, dando de tudo parte ao Inspector Geral.

Art. 23. - Incumbe ainda aos Delegados Litterarios:



§ 1.º - Propôr ao Inspector Geral pessoas habilitadas para a regencia interina das escolas de seu districto.

§ 2.º - Passar attestado de exercicio dos Professores publicos, para o fim de poderem receber seus vencimentos.

§ 3.º - Presidir os exames dos alumnos nas escolas primarias, propondo ao Inspector Geral, com antecedencia, para que este submetta á approvação do Presidente da Republica da provincia, pessoas idoneas e residentes no seu districto, que possam ser nomeados para examinadores no fim do anno lectivo.

§ 4.º - Advertir os Professores publicos por faltas no exercicio de suas funcções, e na reincidencia impôr-lhes-ha as penas previstas por este Regulamento.

§ 5.º - Tornando-se definitiva a imposição da multa, e não sendo esta paga na Recebedoria ou Agencia da localidade oito dias depois da communicação, o Inspector Geral ou o Delegado Litterario pelos canaes competentes enviará por copia o respectivo termo, afim de ser remettido ao Thesouro Provincial para mandar abrir assentamento no livro de divida e promover a cobrança executiva.

§ 6.º - Nos impedimentos imprevistos dos Delegados Litterarios substituirão a estes os Juizes de Paz em exercicio, e na sua falta o Subdelegado de Policia: o que será logo communicado pelo Delegado Litterario ao Inspector Geral.

Art. 24. - Os Delegados Litterarios poderão conceder aos Professores publicos licença até trez dias, com participação ao Inspector Geral.

Art. 25. - Das visitas que os Delegados Litterarios fizerem nas escolas publicas primarias, que terão lugar, pelo menos, uma vez por mez, se lavrará um termo em livro especial, que será rubricado, e numerado pelo Inspector Geral.

## CAPITULO VI.

### Do ensino particular, primario e secundario.

Art. 26. - E' livre o ensino particular primario ou secundario. Nacionaes ou estrangeiros pôdem exercel-o sem dependencia de prévia licença, ou prova de capacidade profissional, sujeitando-se apenas á inspecção official no que fôr relativo á ordem publica, á moral, e á hygiene das escolas.

Devem, portanto, os que abrirem estabelecimentos particulares de instrucção:

1.º - Communicar dentro de trinta dias ao Inspector Geral na capital, e aos Delegados Litterarios nas localidades do interior, a denominação e local do estabelecimento, o programma de estudos, o pessoal incumbido do ensino, e dos livros e compendios adoptados.

2.º - Remetter aos mesmos Agentes fiscaes, para a organização da estatistica da instrucção, uma relação trimensal dos alumnos do estabelecimento, com declaração da respectiva naturalidade, filiação, idade e aproveitamento.

3.º - Prestar as informações que sobre o estabelecimento lhe fôrem pedidas pelo Inspector Geral e seus Delegados.

4.º - Franquear ao Inspector Geral e seus Delegados as aulas do estabelecimento sempre que o queirão. (Art. 23 da Lei n.º 14 de 1877.)

## CAPITULO VII.

### Do ensino publico primario. Das materias do ensino.

Art. 27. - O ensino das escolas publicas primarias comprehende:

- 1.º - Leitura e calligraphia.
- 2.º - Elementos de Grammatica Portugueza.
- 3.º - Exercicio de correspondencia epistolar.
- 4.º - Doutrina Christã, e elementos da Historia Sagrada.

- 5.<sup>o</sup> - Elementos de Historia e Geographia patria, principalmente da provincia.
- 6.<sup>o</sup> - Elementos de Arithmetica em suas applicações em numeros inteiros, decimaes, quebrados e complexos.
- 7.<sup>o</sup> - Systema legal de pezos e medidas.
- 8.<sup>o</sup> - Costuras e trabalhos de agulha, mais necessarios nas escolas para o sexo feminino.

#### CAPITULO VIII.

##### Classificação das escolas publicas.

Art. 28. - As escolas de primeiras letras para os dois sexos são classificadas do seguinte modo:

- 1.<sup>a</sup> - Entrancia - as das freguesias e districtos.
- 2.<sup>a</sup> - Entrancia - as das sedes das villas.
- 3.<sup>a</sup> - Entrancia - as das cidades. (Art. 4.<sup>o</sup> da Lei n.<sup>o</sup> 12 de 9 de Agosto de 1877 e Art. 3.<sup>o</sup> da de n.<sup>o</sup> 37 de 1874.)

#### CAPITULO IX.

##### Da instrucção primaria obrigatoria.

Art. 29. - A instrucção primaria e elementar é obrigatoria para todos os individuos livres, maiores de 7 annos e menores de 14, residentes dentro do circulo traçado pelo raio de um kilometro medido da sede da escola publica.

Art. 30. - Os pais, tutores ou curadores, que, sem escusa legitima, não derem o ensino elementar a seus filhos, tutelados e curatellados, incorrerão na multa de dez a cincoenta mil réis, a qual será sempre dobrada na reincidencia verificada de trez em trez mezes. A multa será convertida em prisão de um a oito dias, se os que nellas estiverem incursos não quizerem ou não puderem pagar.

Esta multa será imposta pelo Inspector Geral ou Delegados Litterarios, ouvido previamente aquelle a quem ella fôr comminada, com recurso necessario para o Presidente da provincia.

Art. 31. - São justos motivos de escuza:

§ 1.<sup>o</sup> - Inhabilitação physica ou moral do menor, provada por attestado medico ou da authoridade local.

§ 2.<sup>o</sup> - Frequencia da escola particular provada por attestação do respectivo Professor.

§ 3.<sup>o</sup> - Ensino no domicilio do menor, provado com attestado de qualquer authorityade.

§ 4.<sup>o</sup> - Indigencia.

Art. 32. - Serão fechadas temporariamente as escolas de ambos os sexos, que não tiverem, pelo menos, 10 alumnos por espaço de trez mezes, que as frequentem diariamente, até que, em virtude de communicação do Inspector Geral tenha o Presidente da provincia sciencia de haver numero legal de alumnos, em presença da relação nominal que lhe deve ser remettida. (Art. 14 da Lei n.<sup>o</sup> 15 de 1877.)

Art. 33. - Suspensa a escola publica, no caso do artigo antecedente, considera-se dimittido o respectivo Professor, se fôr interino; se, porém, fôr effetivo, ficará avulso até que seja removido para a primeira escola que vagar da mesma classe a que pertencia o Professor, salvo se fôr de 1.<sup>a</sup> classe e quizer acceitar, até que seja removido, alguma nomeação interina para escola de classe superior.

Art. 34. - As escolas devem funcionar em edificios proprios, especialmente construidos para esse fim.

Na falta alugar-se-ha provisoriamente casas particulares, que tenham as precisas accommodações.

Art. 35. - Nas escolas não serão admittidos livros ou compendios que não tenham sido competentemente authorisados pelo Conselho Central.

Art. 36. - Haverá em cada escola os seguintes livros:

- § 1.<sup>o</sup> - De matricula dos alumnos.
- § 2.<sup>o</sup> - De actas de exames e visitar.
- § 3.<sup>o</sup> - Do registro da correspondencia do Professor.
- § 4.<sup>o</sup> - Do inventario do material da escola.

Estes livros deverão ser rubricados pelo Inspector Geral na capital e pelos Delegados Litterarios nas localidades, e escripturados segundo as instrucções do Inspector Geral.

Art. 37. - A matricula será gratuita e deverá ser aberta pelo Professor, á vista da guia do Inspector Geral ou Delegado Litterario, que será passada com declaração do nome, idade, naturalidade e filiação do matriculando.

Art. 38. - Não serão admittidos á matricula:

- 1.<sup>o</sup> - Os menores de seis annos e maiores de quinze.
- 2.<sup>o</sup> - Os que soffrerem molestias contagiosas, e que não tiverem sido vaccinados.
- 3.<sup>o</sup> - Os que tiverem sido expulsos de outra escola.
- 4.<sup>o</sup> - Os escravos ou escravas.
- 5.<sup>o</sup> - Os que depois de matriculados, fõrem accomettidos de molestias contagiosas, serão despedidos.

Art. 39. - O methodo do ensino será, em geral, o misto ou simultaneo: poderá todavia o Inspector Geral, ouvindo o Conselho Director, e precedendo informações dos Delegados, determinar, quando julgar conveniente, que se adopte outro em quaesquer escolas, conforme os recursos e necessidades.

Art. 40. - Haverá annualmente exames nas escolas publicas.

Somente depois do dia 1.<sup>o</sup> de Dezembro começarão os exames nas aulas primarias.

Art. 41. - Serão feriado nas aulas publicas primarias, além dos domingos e dias santos os seguintes:

- 1.<sup>o</sup> - Os dias 25 de Março, 7 de Setembro e 2 de Dezembro.
- 2.<sup>o</sup> - Os dias de luto publicado delcarados pelo governo.
- 3.<sup>o</sup> - Os dias de carnaval até Quarta-feira de cinzas inclusive.
- 4.<sup>o</sup> - Os dias de Semana Santa desde Quarta-feira de trevas até Terça-feira depois do Domingos de Paschoa inclusive.
- 5.<sup>o</sup> - O dia de Nossa Senhora da Penha.
- 6.<sup>o</sup> - O dia 2 de Novembro.
- 7.<sup>o</sup> - Desde o dia em que se findarem os exames, até o dia 7 de Janeiro seguinte, em que se abrirão as aulas primarias.

Art. 42. - Haverá um Regimento interno das escolas.

Esse regimento será proposto pelo Inspector Geral ao Conselho Central, depois de cuja revisão será submettido á approvação do Presidente da provincia.

## PARTE SEGUNDA.

### Provimento primario effectivo.

Art. 43. - O provimento de qualquer cadeira será sempre effectivo, independente de concurso para os Professores titulados com - Diploma Normal - e pessoas que tiverem grãos scientificos por qualquer dos Institutos de instrucção superior do Imperio.

Art. 44. - Para os que não estiverem no caso do artigo antecedente, o provimento em qualquer cadeira terá lugar por concurso ou exame, que será sempre definitivo para ambos os sexos.

Os concursos poderão ter lugar em presença do Presidente da provincia.

Art. 45. - São condições essenciaes para o exercicio do magisterio publico:

- 1.º - Ser cidadão brasileiro.
- 2.º - Maior de 18 annos.
- 3.º - Professar a religião do Estado.
- 4.º - Capacidade profissional e physica.

Art. 46. - A prova de maioridade provar-se-ha perante o Inspector Geral, apresentando o candidato certidão ou justificação de idade, pelo juizo ecclesiastico, com a qual prove ter a idade exigida.

Art. 47. - A prova de moralidade será dada perante o Inspector Geral, apresentando o candidato:

- 1.º - Fôlha corrida.
- 2.º - Attestados dos respectivos parochos ou authoridades.

Não poderá ser nomeado Professor publico o individuo que tiver soffrido pena de galê, ou condemnação judicial, por crime de furto, roubo, estillionato, bancarôta, rapto, estupro, incesto, adulterio, juramento falso ou falsidade, ou já tiver sido demittido por máus costumes, ou fôr incorrigivel no desempenho de suas funcções.

Art. 48. - A capacidade profissional prova-se com titulos scientificos, litterarios, ou exames nos termos do presente Regulamento.

A capacidade physica prova-se com attestados de medicos.

Art. 49. - As mulheres que se propozerem ao professorado deverão exhibir, se fôrem solteiras, authorisação paterna, salvo em sua maior idade; se casadas, certidão de casamento e authorisação dos maridos; se viverem separadas deste, justificação provando não ter sido ella a causa da separação; se viúvas, certidão de óbito dos maridos.

Art. 50. - O concurso ou exame para prova de capacidade profissional será oral e por escripto.

Poder-se-ha fazer em presença do Presidente da provincia e sob a presidencia do Inspector Geral e perante dois examinadores, escolhidos d'entre os Professores da capital de ensino publico primario e secundario, designados pelo Presidente da provincia.

Se apresentar-se um só concorrente este será arguido pelo respectivos examinadores.

Se, porém, concorrer mais de um pretendente, o assumpto da prova escripta será o mesmo para todos, e na oral se arguirão reciprocamente.

Art. 51. - Versará este concurso ou exame não só sobre as materias de que trata o Art. 27, como tambem sobre o systema e methodo do ensino, guardando-se a respeito as instrucções que fôrem dadas pelo Presidente da provincia, sob proposta do Inspector Geral.

O termo de approvação servirá para o candidato de titulo de habilitação profissional.

Art. 52. - Os concursos deverão ser annunciados pelo Inspector Geral, logo que, por qualquer fôrma, vague ou se tenha creado qualquer cadeira de instrucção primaria de 1.ª entrancia.

Art. 53. - O provimento para as cadeiras de 2.ª e 3.ª entrancia far-se-ha por accesso precessivo dos da entrancia immediata.

Art. 54. - Vagando qualquer cadeira de 2.ª ou 3.ª classe o Inspector Geral enviará ao Presidente da provincia duas listas, sendo uma de trez Professores mais antigos com informação ácerca do merecimento de cada um d'elles, e outra dos trez Professores que lhe parecerem mais no caso previsto no Art. 15 § unico, n.º 1, da Lei n.º 14 de 1877.

D'estes o Presidente nomeará o que julgar nas condições de ser preferido.

Art. 55. - Se estiverem vagas duas ou mais cadeiras, as listas conterão cada uma d'ellas mais tantos nomes quantas fôrem as cadeiras vagas além de uma.

Art. 56. - Não será provida por accesso, na fôrma do artigo antecedente, a cadeira de 3.<sup>a</sup> entrancia, quando a ella se proponha a alguem titulado com - Diploma Normal - ou gráu scientifico. (Art. 16 da Lei n.<sup>o</sup> 14 de 1877.)

Art. 57. - Nos concursos para provimento de cadeiras do sexo feminino, officiará igualmente uma Professôra, ou qualquer outra senhora habilitada por nomeação do Presidente da provincia, para emittir juizo sobre trabalhos de agulha e mais prendas domesticas.

Art. 58. - E, permittido ás Professôras publicas leccionar alumnos do sexo masculino de idade de 6 a 9 annos inclusive.

Art. 59. - O Inspector Geral officiará ao Presidente da provincia, enviando o nome ou nomes dos candidatos approvados, com seu juizo ácerca de cada um d'elles, afim de que o mesmo Presidente resolve sobre a nomeação.

Art. 60. - O candidato reprovado no concurso ou exame, só poderá apresentar-se a novo exame seis mezes depois; e segunda vez reprovada só depois de dois annos, não podendo mais concorrer se ainda fôr reprovado.

Art. 61. - As propostas para preenchimento das escôlas primarias, por accesso dos respectivos Professôres, serão submettidas ao Conselho Central pelo Inspector Geral, que ao depois as transmittirá ao Presidente da provincia com copia da acta do mesmo Conselho e as observações que julgar convenientes.

## CAPITULO X.

### Da vitaliciedade dos Professôres.

Art. 62. - O provimento definitivo em qualquer cadeira, guardadas as regras precedentes, será considerado vitalicio provando o Professôr perante o Conselho Central, para ser submettido á Presidencia da provincia:

§ 1.<sup>o</sup> - Que tem cinco annos de exercicio effectivo no magisterio, contados da data do titulo de sua effectividade, e que tem exercido o magisterio, durante este tempo, com assiduidade e proveito dos alumnos.

§ 2.<sup>o</sup> - Que tem dado provas de moralidade e gosado conceito.

§ 3.<sup>o</sup> - Que não tem sido distrahido de seus deveres escolares para nenhuma commissão, profissão, genero de vida, ou negocio incompativel com o magisterio.

§ 4.<sup>o</sup> - Que não soffreu condemnação por alguns dos crimes especificados na ultima parte do artigo 47.

O que tiver incorrido em algumas das penas regularmentares maior que a de admoestação, só poderá obter titulo de vitaliciedade trez annos depois do seu cumprimento.

§ 5.<sup>o</sup> - Que fôrem titulados com Diploma Normal.

Art. 63. - No caso de suppressão de uma escôla publica onde funcionar o Professôr vitalicio, este continuará a perceber o ordenado por inteiro, averiguando-se que a suppressão não teve lugar por sua culpa, até que seja provido em outra cadera.

Art. 64. - O Presidente da provincia poderá remover os Professôres vitalicios para outras cadeiras de igual gráu, se o determinarem motivos de conveniencia publica, depois de ouvir o Conselho Central.

§ Unico - Quando o Presidente da provincia determinar a remoção de qualquer Professôr vitalicio, mandará abonar-lhe uma ajuda de custo, igual á que percebem os demais empregados publicos provinciaes.

Art. 65. - Os Professôres vitalicios só poderão ser demittidos por sentença judiciaria, na fôrma e pelo modo porque perdem os cargos todos os mais empregados publicos.

## CAPITULO XI.

## Provimento interino e suas condições.

Art. 66. - No caso de impedimento por qualquer motivo dos Professores das escolas primarias, o Inspector Geral na capital e os Delegados Litterarios por districtos observarão o disposto no artigo 23 § 1.º deste Regulamento.

§ Unico - Havendo, porém, vaga de alguma cadeira, observar-se-ha o que acima ficou disposto, sem prejuizo do concurso que deve ser logo annuciado para provimento da escola, e só quando não apparecerem concorrentes terá lugar o disposto no artigo 14 da Lei n.º 33 de 1876, modificado pelo Art. 14 da de n.º 14 de 1877.

Art. 67. - Os Professores nomeados para interinamente preencher alguma vaga, serão obrigados a prestar concurso no prazo de seis mezes, sob pena de serem logo demittidos; ficando assim vaga a cadeira, quando não seja ella supprimida pelo poder competente.

Art. 68. - Se, antes de findar o praso previsto no artigo antecedente, apresentar-se alguém que se proponha a reger effectivamente alguma cadeira que esteja provida interinamente, será esta posta a concurso, ao qual poderá concorrer o Professor que a estiver regendo interinamente.

No caso que este se recuse ao concurso perderá o direito á cadeira, logo que o concorrente consiga o titulo de habilitação.

Art. 69. - Na falta de pessoal habilitado para reger interinamente as cadeiras vagas, serão incumbidos da regencia das mesmas, até que sejam effectivamente providas, os respectivos parochos, seus coadjuctores ou algum outro sacerdote do lugar que a isto se prestar, mediante os vencimentos da cadeira.

Art. 70. - Os Professores interinos, que, com vantagem exercerem o magisterio, passando depois a effectivos, contarão para antiguidade o tempo que tiverem servido como interino.

## CAPITULO XII.

## Dos Professores publicos primarios.

Art. 71. - Cumpre aos Professores publicos, além de outros deveres que lhe impõe o presente Regulamento:

1.º - Apresentar-se na aula ás horas marcadas no Regimento interno e decentemente vestido.

2.º - Abster-se nas horas de estudo ou exercicio escolares, de qualquer assumpto estranho ao ensino.

3.º - Escripturnar com asseio os livros da matricula e outros a seu cargo.

4.º - Organisar semestralmente o orçamento da despeza de sua aula e remettel-o na capital, directamente, ao Inspector Geral, e nas localidades por intermedio dos Delegados Litterarios, que lhe porão o - visto.

5.º - Remetter, do mesmo modo, ao Inspector Geral mappas trimensaes com os nomes de seus alumnos, data das matriculas, numero de faltas e informações sobre o aproveitamento e capacidade de cada um, e no fim do anno lectivo um mappa geral dos exames.

6.º - Requisitar, em tempo, ao Inspector Geral os objectos necessarios ao expediente da escola.

7.º - Dar as informações que lhe fõem requisitadas.

8.º - Inventariar, guardar e zelar os utensilios e objectos pertencentes á escola.

9.º - Apresentar no principio de cada mez ao Inspector Geral na capital, e fóra d'ella aos Delegados, um mappa dos alumnos que frequentarão a escola.

Art. 72. - Os Professores publicos não poderão ausentar-se da aula nos dias lectivos sem licença, ou justo impedimento, considerando-se como tal:

1.<sup>o</sup> - Molestia.

2.<sup>o</sup> - Exercício de cargo eleitoral, ou qualquer outro obrigatorio por lei, sem remuneração dos cofres publicos.

Art. 73. - E' absolutamente prohibido ao Professor publico primario, exercer profissão de commercio ou outra industria incompativel com o magisterio.

§ Unico - Pôde todavia o Professor ter parte em qualquer associação commercial, com tanto que não intervenha na sua gerencia ou administração.

Art. 74. - Os Professores publicos empregarão para estimular os alumnos no cumprimento de seus deveres os seguintes meios disciplinares:

1.<sup>o</sup> - Elogio.

2.<sup>o</sup> - Cartão de boas notas.

3.<sup>o</sup> - Bilhetes de satisfação.

4.<sup>o</sup> - Lugar de distincção.

5.<sup>o</sup> - Premios.

Art. 75. - Como correctivo ou punição às faltas, empregarão:

1.<sup>o</sup> - Advertencias.

2.<sup>o</sup> - Reprehensão particular ou publica.

3.<sup>o</sup> - Perda de boas notas e bilhêtes de satisfação.

4.<sup>o</sup> - Castigo moral que excite o vexame.

5.<sup>o</sup> - Perda de premios conferidos.

6.<sup>o</sup> - Aviso aos pais e aos encarregados dos alumnos.

7.<sup>o</sup> - Expulsão da escola.

Art. 76. - A pena de expulsão será applicada aos incorregiveis, depois de esgotados todos os meios; e della haverá recurso para o Inspector Geral.

Art. 77. - O cidadão que fôr nomeado Professor effectivo de escola primaria, que sessenta dias depois da communicação de sua nomeação não assumir o magisterio, perderá a mesma nomeação.

§ Unico - O Professor, porém, que por accesso for mudado de uma cadeira para outra, poderá todavia ser conservado na cadeira em que antes se achava, se dentro do praso referido declarar que resigna o accesso.

Art. 78. - Os Professores de ensino primario podem ser removidos, a seu pedido, para escola da mesma classe, ou permutar as respectivas cadeiras se fôrem da mesma cathegoria, assim como se o exigir o serviço da Instrucção Publica, precedendo informação ou representação do Delegado Litterario respectivo, ou do Inspector Geral e deliberação do Presidente da provincia.

Art. 79. - Nenhum Professor publico poderá deixar a sede de suas cadeiras, sob pretexto algum, sem licença escripta do Delegado Litterario respectivo, ou do Inspector Geral, a qual não deverá exceder de trez dias.

### CAPITULO XIII.

#### Vencimentos dos Professores primarios.

Art. 80. - Os Professores receberão seus vencimentos mediante attestado de frequencia, na capital do Inspector Geral, e nas localidades dos Delegados Litterarios ou substitutos.

N'estes attestados serão mencionadas as faltas commettidas pelo Professor, que não fôrm devidamente justificadas; afim de soffrerem o competente desconto em seus vencimentos.

3.º - Quando exercerem qualquer emprego ou profissão incompatível com o magisterio serão multados em 20\$000 a 50\$000.

4.º - Quando sem licença ou causa legítima abandonarem as suas cadeiras, serão multados no dôbro dos vencimentos correspondentes ao tempo do abandono.

5.º - Serão multados em 20\$000 a 50\$000, quando tendo sido reprehendidos reprehendidos reincidirem na falta.

Art. 90. - A pena de suspensão poderá ser até 3 mezes e verificar-se-ha:

1.º - Quando o Professor se mostrar incorrigível, tendo soffrido por trez vezes a de multa.

2.º - Quando por actos ou palavras, der máus exemplos ou inculcar máus principios aos alumnos.

3.º - Quando em acto de serviço faltar aos seus superiores com o respeito devido, ou menosprezar suas ordens.

Art. 91. - Ficão sujeitos á pena de remoção:

1.º - Os que por falta no cumprimento de suas funcções, incorrerem em admoestação e depois de multados duas vezes.

Art. 92. - Incorrerão na pena de demissão:

1.º - Os Professores que commetterem novas faltas depois de suspensos, removidos, ou multados por trez vezes.

2.º - Os que fôrem definitivamente condemnados em mais de trez mezes de prisão, ou em suspensão do emprego por mais de seis mezes.

3.º - Os que maliciosamente derem informações inexactas sobre o estado de sua escola.

4.º - Os que continuarem a exercer cargos ou profissão incompatíveis com o professorado, depois de ter lhes sido imposta a pena de multa.

Art. 93. - Ha direito á interposição de recurso para o Presidente da provincia.

1.º - Da imposição da pena de multa, por parte do Inspector Geral e mais Agentes da inspecção.

2.º - Do acto do Inspector Geral prohibindo a continuação de estabelecimentos particulares de instrucção, nos termos do Art. 8.º § 15.

3.º - Das decisões proferidas pelo mesmo Conselho Central, nos termos do Art. 17.

Este recurso deverá ser interposto pelo interessado, no praso improrogavel de 30 dias, contados da data da notificação da imposição das penas.

Art. 94. - O Conselho Central, logo que fôr convocado para tomar conhecimento de alguma participação official de infracção, sujeita a sua alçada, nos termos deste Regulamento, depois de examinar mandará extrahir copias de todas as peças accusatorias e enviar, por intermedio do Inspector Geral, ao accusado, para que produza sua defesa, dentro do praso de 30 dias, improrogaveis, contados d'aquelleem que lhe fôrem entregues as referidas copias, o que será communicado ao Inspector Geral pelo proprio accusado ou pelo Delegado Litterario respectivo.

Na Capital serão aquellas copias enviadas pelo Inspector Geral por intermedio de seu Secretario, que igualmente certificará a data da entrega.

Art. 95. - O officio ou certidão da entrega das referidas copias será junto aos originaes da accusação; e decorrido o praso acima designado o Inspector Geral convocará o Conselho Central, que então com a resposta do accusado, ou sem ella, deliberará sobre o caso nos termos deste Regulamento.

Art. 96. - Se, todavia, o Conselho Central julgar ainda necessario alguma informação para melhor firmar o seu juiso, por intermedio do Inspector Geral, a requisitará, sendo adiado o julgamento até que seja ministrada a dita informação.



§ Unico - Igualmente poderá o Conselho Central adiar para sessão seguinte, que logo designará, a decisão do assumpto, se por ventura não tiver tempo sufficiente para examinal-o.

Art. 97. - Julgada precedente a accusação nos termos dos artigos antecedentes, e tratando-se de faltas a que esteja imposta pena de demissão será o Professor suspenso do exercicio de suas funções, se antes não o tiver sido preventivamente. Para este fim o Inspector Geral fará extrahir copia da acta da sessão do Conselho, que enderecerá ao Presidente da provincia.

Similhantermente o Inspector Geral fará extrahir copia da sentença do Conselho Central, que remetterá ao accusado, observadas as disposições do Art. 94.

Art. 98. - Findo o praso do recurso, que se deve contar da data em que fôr entregue a referida sentença, sem que o accusado tenha recorrido, o Inspector Geral communicará ao Presidente da provincia, enviando a este, copia do officio ou certidão da entrega da mesma sentença ao accusado.

Art. 99. - Se o accusado dentro do prazo legal recorrer do Cosenlho Central para o Presidente da provincia, será o recurso, com todsa as peças que o accusado julgar dever instruil-o, apresentado ao do processo, fará de tudo remessa ao Presidente da provincia para decidir.

O Presidente, se lhe parecer necessario, fará baixar o processo antes da sua decisão, que será então decisiva e irrevogavel.

#### CAPITULO XVI.

Permuta, remoção e licenças aos Professores primarios,.

Art. 100. - Os Professores publicos effectivos, poderão permutar entre si as suas cadeiras, quando serjão ellas da mesma entrancia.

A permuta será authorisada pelo Presidente da provincia, com informação do Inspector Geral. (Art. 149 do Regulamento de 1873, mandado vigorar plo Art. 23 da Lei n.º 14 de 1877.)

Art. 101. - Poderão igualmente ser removidos, a requerimento seu, de uma para outra escola vaga, de igual ou inferior entrancia, precedendo informação do Inspector Geral. (Art. 150 do Regulamento de 1873 mandado observar pela Lei citada.)

Art. 102. - Por conveniencia el ensino poderão ser removidos os Professores interinos pelo Presidente da provincia e sob proposta do Inspector Geral.

Art. 103. - Os Professores vitalicios e effectivos poderão obter licença:

1.º - Até 3 mezes com ordenado por inteiro.

2.º - Até 6 mezes com metade do ordenado. (Art. 152 do Regulamento de 1873. mandado observar pela mesma Lei.)

Art. 104. - As licenças com ordenado por inteiro serão concedidas por motivo de molestias, adquiridas em serviço e mediante attestado de facultativo.

As outras, por qualquer motivo concedidas, serão com vencimentos ou sem elles, conforme pareça de equidade ao Presidente da provincia, tendo sobretudo, em attenção, os precedentes e circunstancias do Professor.

§ Unico - Dentro de um anno não se poderá conceder licença por mais de 6 mezes com vencimentos, e por mais de 3, com ordenado por inteiro. (Art. 153 do Regulamento de 1873.)

Art. 105. - Será reputado abandono de lugar e excesso de licença por mais de um mez, salvo motivo justificado. (Art. 155 do Regulamento de 1873.)

Art. 106. - As licenças começarão a correr 30 dias depois da data do -cumpra-se - do Inspector Geral, e ficará sem effeito a respectiva portaria, senão for apresentada para este effeito ao mesmo Inspector, 20 dias depois da data de sua concessão. (Art. 156 do Regulamento de 1873.)

## PARTE TERCEIRA

## CAPITULO I

## Do ensino publico secundario.

Art. 107. - O ensino publico secundario continua ser dado nos Collegios - Atheneu Provincial - para o sexo masculino, e - Nossa Senhora da Penha - para o sexo feminino, constituindo dois Institutos Normaes, em que se admittirão alumnos internos e externos.

§ Unico - No Collegio - Atheneu Provincial - deixará de funcionar a aula de instrucção primaria que alli havia, conforme o disposto no Art. 4.º da Lei n.º 29 de 1869, com as modificações posteriores e em vigor.

Art. 108. - Os Institutos Normaes estarão sob a inspecção do Inspector Geral da Instrucção Publica, e terá cada um seu Director, a cujo cargo é immediatamente commettida a direcção e disciplina dos respectivos estabelecimentos.

Art. 109. - A instrucção offerecerá um systema de estudos elementares das letras e sciencias, em que se leccionarão:

## No Atheneu Provincial.

- 1.º - Lingua, Literatura Nacional e Desenho linear.
- 2.º - Lingua Latina.
- 3.º - Lingua Franceza.
- 4.º - Lingua Ingleza.
- 5.º - Geographia.
- 6.º - Historia Universal.
- 7.º - Arithmetica e Algebra até equações de 2.º grãos.
- 8.º - Geometria e Trignometria rectelinea.
- 9.º - Thetorica e Poetica.
- 10.º - Philosophia.

## No Collegio Nossa Senhora da Penha.

- 1.º - Ensino primario, na fôrma do Art. 27, comprehendendo todos os trabalhos de agulha, musica e piano. (art. 1.º § 1.º da Lei n.º 29 de 1869.)
- 2.º - Lingua, litteratura nacional e desenho linear.
- 3.º - Lingua franceza.
- 4.º - Geographia, Historia Sagrada e a do Brasil.
- 5.º - Arithmetica até proporções.
- 6.º - Musica, piano e canto.

Art. 110. - O Professor que leccionar no Atheneu Provincial Arithmetica e Algebra, tambem leccionará em dias alternados Arithmetica no Collegio Nossa Senhora da Penha, sem perceber por isso maiores vencimetnos.

Art. 111. - Ficão separadas as cadeiras de Lingua, Litteratura Nacional e Desenho linear do Atheneu e Collegio Nossa Senhora da Penha.

Art. 112. - Em Regulamentos especiaes organizados pelo Inspector Geral e revistos pelo Conselho Central, approvados pelo Presidente da provincia, se determinará a parte do ensino que deve competir a cada cadeira, a ordem dos estudos, systema das lições, methodo dos exames, premios, penas dos alumnos e o mais que fôr relativo ao movimento dos Institutos.

Art. 113. - A escola de ensino primario do Collegio Nossa Senhora da Penha, gicará em todo caso sujeita ao Regulamento das escolas primarias, salvo naquillo em que por ventura se opponha a Lei n.º 29 de 1869.

Art. 114. - Os alumnos de ambos os sexos, que houverem cursado e sido

aprovados em todas as materias leccionadas em cada um dos referidos Collegios, receberão um Diploma, que será gratuito, de - Alumno Normal - assignado pelo Presidente da provincia, Inspector Geral, Director ou Directora do Collegio e Secretario da Instrucção Publica.

Art. 115. - Este diploma habilitará o alumno ao provimento effectivo das cadeirsa de instrução primaria, independente de novo exame, salvo se houver mais de um pretendente em identicas circunstancias, caso em que terá lugar o concurso.

Art. 116. - Aquelles que se mostrarem habilitados com diploma, na fôrma do Art. 114, serão preferidos para qualquer emprego provincial, satisfazendo mais alguma exigencia legal para a nomeação, conforme o ramo de serviço a que se propozerem.

Art. 117. - Serão admittidos aos estudos em ambos os Collegios, alumnos pensionistas, meio pensionistas e externos.

Art. 118. - O Presidente da provincia pôde mandar admitir em cada um dos Institutos, á custa dos cofres provinciaes, quatro meninos pobres como alumnos pensionistas, seis como meio pensionistas e dez como externos, uma vez que sejam de reconhecida intelligencia e de bôa conducta, dando em todo o caso preferencia aos filhos de empregados publicos provinciaes, que tenham se distinguido pelo bom desempenho de seu cargo. Art. 201 e 224 do Regulamento de 20 de Fevereiro de 1873, em vigor pelo art. 23 da Lei n.º 14 de 1877.

Art. 119. - Os alumnos pensionistas, incluzive os da provincia, contribuirão com a mensalidade de 25\$000, e os meio pensionistas com a de 15\$000. (Art. 17 da Lei n.º 33 de 1876.)

Art. 120. - Estas mensalidades deverão ser pagas aos respectivos Directores que darão aos alumnos a alimentação necessaria, e farão as mais despesas com o costeiro dos estabelecimentos, exceptuando o aluguel dos predios e os vencimentos dos funcionarios.

Art. 121. - Não serão admittidos como pensionistas, senão pessoas livres, sendo maiores de oito annos para o Atheneu Provincial e de seis a quinze annos para o Collegio Nossa Senhora da Penha.

Art. 122. - Tambem não poderão ser matriculados, nem frequentar as aulas dos Institutos, pessoas que soffrerem molestias contagiosas, e que não tenham sido vaccinadas.

Art. 123. - Nos Institutos Normaes não serão admittidos, em nenhuma das aulas secundarias, os que se não mostrarem habilitados por exame nas materias do ensino primario.

Art. 124. - Aquelles que não tiverem cursado em qualquer dos Institutos todas as aulas respectivas poderão obter o diploma, de que trata o Art. 114, prestando nos mesmos Institutos exames das materias que n'elle não tenham estudado, contanto que paguem a respectiva matricula.

## CAPITULO II.

### Dos Directores dos Collegios de Instrucção Secundaria.

Art. 125. - O Director do Atheneu deverá ser homem casado de moralidade reocnhecida e residirá no mesmo estabelecimento com sua familia. (Art. 2.º § unico da Lei n.º 33 de 1876.)

A Directora do Collegio Nossa Senhora da Penha será uma senhora de exemplar conducta, que tenha as habilitações necessarias para ser uma bôa preceptora, e residirá tambem no estabelecimento. (Art. 1.º da Lei n.º 29 de 1869.)

Art. 126. - As attribuições e deveres dos Directores e mais funcionarios dos Institutos, serão determinadas nos Regulamentos especiaes que fôrem organisados pelo Inspector Geral, ouvindo o Conselho Central e aprovados pelo Presidente da provincia.

Art. 127. - As principaes attribuições e obrigações dos Directores são:

§ 1.<sup>o</sup> - Representar ao Presidente da provincia, por intermedio do Inspector Geral, sobre a necessidade de quaesquer medidas, alterações ou refôrmas que pareçam convenientes aos estabelecimentos.

§ 2.<sup>o</sup> - Informarem sempre que fôrem ouvidos sobre assumptos litterarios, ou outros tendentes ao estabelecimento a seu cargo.

§ 3.<sup>o</sup> - Conferir premios e menções honrosas aos alumnos que por seu comportamento o merecerem, bem como julgar de suas faltas e applicar-lhes as respectivas penas.

§ 4.<sup>o</sup> - Fornecer o tratamento e alimento dos alumnos internos, pensionistas, e meio pensionistas.

Art. 128. - Os vencimentos dos Professores e mais empregados dos Institutos serão pagos pelo Thesouro Provincial, á vista de uma Folha mensal, que organizará o Director de cada estabelecimento e na qual lançará o Inspector Geral, o competente Visto.

§ Unico - N'esta - Fôlha - o Director mencionará as faltas dos Professores e empregados, e a natureza dellas.

Art. 129. - O serviço das aulas do Atheneu será feito por um Continuo que servirá de Bedel e por um Porteiro, os quaes serão nomeados pela Presidencia da provincia, sob proposta do Director e informações do Inspector Geral.

Art. 130. - O Collegio Nossa Senhora da Penha terá um Porteiro a seu serviço.

Art. 131. - O expediente e mais escripturação dos Institutos Normaes ficará a cargo e sob a responsabilidade directa de seus Directores, devendo os livros necessarios ser numerados e rubricados pelo Inspector Geral, que os fornecerá, bem assim, os mais objectos precisos para o expediente e serviço das aulas.

Art. 132. - A Directora do Collegio Nossa Senhora da Penha leccionará musica, piano e canto, e perceberá para isso a gratificação que se acha decretada por lei.

### CAPITULO III.

#### Dos Professores de Instrucção Secundaria.

Art. 133. - Ninguém poderá exercer effectivamente o magisterio publico secundario, em qualquer dos Institutos, a não ser por direito de concurso; á excepção, porém, das pessoas tituladas com gráu scientifico pelas Faculdades do Imperio, Imperial Collegio de Pedro II, e dos Clerigos de Ordens Sacras, que só farão concurso se houver mais de um pretendente á cadeira vaga. (Art. 5.<sup>o</sup> da Lei n.<sup>o</sup> 14 de 1877.)

Art. 134. - O concurso terá lugar em presença do Presidente da provincia, presidido pelo Inspector Geral que estabelecerá a formula, em instrucções especiaes, que revistas pelo Conselho Central, serão approvadas pela mesma Presidencia.

Art. 135. - Logo que vagar qualquer cadeira nos dois Collegios, o Inspector Geral abrirá concurso e fal-o-ha annunciar por editaes no Jornal Official, marcando o praso de sessenta dias para a inscripção dos candidatos.

Art. 136. - Terminado o praso, o Inspector Geral enviará ao Presidente da provincia a lista dos concorrentes e pedirá a nomeação de dois examinadores.

Art. 137. - Nomeados estes, será logo designado dia pelo Inspector Geral, que fará publicar esta designação, afim de ter lugar o concurso ou exame, na fôrma do Art. 50, em sua segunda parte.

Art. 138. - Não se apresentando candidato ou concorrente algum, continuará então a cadeira provida interinamente, por nomeação do Presidente da provincia até que appareça quem requeira concurso.

Art. 139. - São applicaveis aos Professores das aulas secundarias de ambos os sexos, os Arts. 86 a 90, 92, excluido o § 4.<sup>o</sup>, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 103, 104 e 105 d'este Regulamento.

Art. 140. - Para a cadeira de Litteratura e Lingua Nacional, poderá ser nomeado um Professor do ensino primario de 3.<sup>o</sup> entrancia, d'entre os mais idoneos e habilitados. (Art. 6.<sup>o</sup> da Lei n.<sup>o</sup> 14 de 1877.)

Art. 141. - As cadeiras do curso secundario serão leccionadas diariamente; salvo os dias santificados e feriados. (Art. 7.<sup>o</sup> da Lei n.<sup>o</sup> 14 de 1877.)

Art. 142. - As aulas secundarias durarão uma hora, pelo menos, á excepção da de Latim, que funcçãoará nunca menos de trez horas (Art. 9.<sup>o</sup> da Lei n.<sup>o</sup> 14 de 1877.)

Art. 143. - Serão feriados nas aulas secundarias os dias mencionados no Art. 41 até o § 6.<sup>o</sup> inclusive, e d'esde o dia em que se findarem os exames do anno lectivo até o dia 3 de Fevereiro seguinte. (Art. 8.<sup>o</sup> da Lei n.<sup>o</sup> 14 de 1877.)

Art. 144. - Os Professores de ensino secundario, em cada um dos Institutos se substituirão reciprocamente, percebendo na cadeira que substituirem a respectiva gratificação, quando o proprietario por qualquer motivo estiver impedido, e no caso de vaga perceberá o substituto o ordenado que competir ao Professor da cadeira, que interinamente leccionar. (Art. 8.<sup>o</sup> da Lei n.<sup>o</sup> 33 de 1876.)

Art. 145. - No caso de impedimento por serviço publico obrigatorio, não remunerado, continuará o substituido a ter todos os seus vencimentos. (art. 8.<sup>o</sup> § Unico da Lei n.<sup>o</sup> 33 de 1876.)

Art. 146. - Nenhum Professor do curso secundario poderá substituir mais de uma cadeira além da que leccionar, assim como o que não fôr Professor desse ensino, não poderá, como substituto leccionar conjunctamente mais de duas cadeiras, devendo porém estes substitutos ter as habilitações exigidas. (Art. 12 da Lei n.<sup>o</sup> 14 de 1877.)

Art. 147. - As substituições de que tratão os artigos antecedentse, serão feitas pelo Inspector Geral e approvadas pelo Presidente da provincia.

Art. 148. - O Directôr do Atheneu, no caso de necessidade, poderá substituir uma sô cadeira. (Art. 12 da Lei n.<sup>o</sup> 14 de 1877.)

Art. 149. - Serão fechadas, temporariamente, as aulas de ensino secundario de ambos os sexos, que não fôrem frequentadas diariamente pelo menos por cinco alumnos ou alumnas. (Art. 1.<sup>o</sup> da Lei n.<sup>o</sup> 37 de 1874, e Art. 13 da de n.<sup>o</sup> 14 de 1877.)

#### CAPITULO IV.

##### Da matricula e exames.

Art. 150. - A matricula para pensionistas e meio pensionistas do Atheneu Provincial e Collegio Nossa Senhora da Penha terá lugar durante todo o mez de Janeiro de cada anno.

Art. 151. - O Inspector Geral fará annunciar com antecedencia, pelos periodicos, que se acha aberta a matricula; e só poderão ser admittidos a ella, até noventa dias depois de encerrada, os alumnos que perante o mesmo Inspector Geral provarem o impedimento por molestia ou outro qualquer motivo justificativo.

Art. 152. - As aulas secundarias destes Institutos abrir-se-hão no dia 3 de Fevereiro, e encerrar-se-hão a 10 de Novembro de cada anno.

Art. 153. - Para ser admittido á matricula alumnos internos em qualquer dos Collegios, o pai, tutor ou encarregado do alumno, deverá requerer ao Inspector Geral, juntando os seguintes documentos:

1.<sup>o</sup> - Certidão de idade que prove ser maior de oito annos, para o Atheneu Provincial; e ser de oito a quinze annos, para o Collegio Nossa Senhora da Penha.

2.<sup>o</sup> - Attestado medico provando não soffrer de molestia alguma contagiosa, e já ter sido vaccinado ou soffrido de variola.

3.<sup>o</sup> - Conhecimento de haver pago metade ou toda a taxa da matricula na Recebedoria de Rendas Provinciaes.

4.º - Documento que prove ser livre, se a condição fôr duvidosa.

Art. 154. - Os alumnos pensionistas e externos de ambos os Insitutos, para serem admittidos á matricula em annos posteriores, quando tenham anteriormente frequentado qualquer d'estes estabelecimentos, apresentarão sómente o conhecimento de que trata o n.º 3.º do artigo antecedente.

Art. 155. - A' vista do despacho do Inspector Geral o Director do estabelecimento fará a matricula no livro especial.

Art. 156. - Os alumnos externos de um e outro Instituto pagarão na respectiva repartição fiscal, em uma só prestação, ou em duas até o fim de Janeiro e Outubro a taxa de 10\$000, por matricula em cada anno, á vista da guia que lhes dará o Director do estabelecimento.

Art. 157. - Os pensionistas e meio pensionistas estão sujeitos ao pagamento da taxa de que trata o artigo anterior, sendo, porém, da mesma taxa isentos os alumnos de que trata o Art. 118 deste Regulamento.

Art. 158. - Em vista do despacho do Inspector Geral, o Director abrirá a competente matricula no livro respectivo, cuja escripturação ficará a seu cargo.

§ Unico - Cada termo conterà o nome, idade, filiação, naturalidade, anno a que pertence, se é externo, pensionista, meio pensionista, ou mandado admittir pelo Presidente da provincia.

Art. 159. - Os exames das disciplinas começarão a 15 de Novembro, devendo ser examinados em primeiro lugar os alumnos do Atheneu Provincial, e em seguida as alumnas do Collegio Nossa Senhora da Penha. (Art. 11 da Lei n.º 14 de 1877.)

Art. 160. - Com antecedencia o Inspector Geral fará publicar no Jornal Official a relação dos alumnos de ambos os Institutos, com declaração das materias em que tem de ser examinados.

§ Unico - Esta relação será fornecida ao Inspector Geral pelos Directores dos Collegios, até 31 de Outubro, e mencionará o numero de faltas de cada um dos alumnos, sua conducta e gráu de aproveitamento em cada materia.

Art. 161. - As bancas de exames serão compostas de trez Examinadores, dos quaes um será o Presidente, propostos pelo Inspector Geral e nomeados pelo Presidente da provincia.

Art. 162. - Os exames serão presididos pelo Inspector Geral, da Instrucção Publica.

Art. 163. - Os Directores assistirão os exames e prestarão as informações que lhes forem exigidas.

Art. 164. - Para o exame de prendas e outros trabalhos de agulha, o Inspector Geral proporá a nomeação ao Presidente da provincia, de duas Professoras de 3.ª entrancia, e na falta, duas senhoras de reconhecida habilitação.

§ Unico - A este exame presidirá a banca a Directora do Collegio.

Art. 165. - As bancas se comporão diariamente de 12 alumnas, devendo os trabalhos começar as 9 horas da manhã, e terminar nunca antes de 3 horas da tarde.

Art. 166. - Terão voto no julgamento o Presidente da banca e os dois examinadores, que constituem a commissão de exame.

Art. 167. - Do acto de julgamento, que será feito por escrutínio secreto em presença do Inspector Geral e do Director do Collegio, o Secretario da Instrucção publica lavrará em livro especial, que ficará a seu cargo, um terno diariamente, que assignarão o Inspector Geral, Director do Instituto e os trez Examinadores.

Art. 168. - O Inspector Geral organisará o numero de pontos nunca menor de 24, para cada uma das materias scientificas e o sujeitará á revizão do Conselho Central e approvação do Presidente da provincia, que, na vespera do dia designado para começo dos exames em cada um dos Institutos, enviará ao Inspector Geral os pontos relativos ás materias leccionadas em cada um, a fim de que no primeiro dia de exame, sejam lançadas em uma urna as cédulas rubricadas pelo mesmo Inspector Geral e Director do Collegio.

§ Unico - Os respectivos Examinadores, antes do exame conferirão as cedulas com a relação enviada pela Presidência; depois do que contando-as, as porão de novo na urna para que tenha lugar o sorteio pelos alumnos.

Art. 169. - O primeiro alumno da turma, cuja lista será organizada alfabeticamente, tirará por sorte um ponto para prova escripta, o qual será comum para toda turma. al-com-

Art. 170. - Os examinandos terão uma hora para o trabalho da prova escripta, que será feita em papel rubricado pelo Inspector Geral e Presidente da banca de exames. es-da

Art. 171. - Terminada a prova escripta, os alumnos, pela ordem da relação, irão sendo arguidos nas materias do anno, no ponto que cada um tirar por sorte. rela-por

Art. 172. - Na prova oral, será concedido a cada examinando em qualquer materia dez minutos para reflectir, sobre os pontos.

Art. 173. - Os exames de linguas se farão em obras classicas previamente propostas pelo Inspector Geral e approvadas pelo Presidente da provincia, que poderá ouvir o Conselho Central. Estes exames consistirão em leitura, traducção, analyse logica grammatical e syntaxe do ponto que o Presidente da commissão de exame abrir por sorte.

Art. 174. - Em qualquer das materias cada membro da commissão das bancas arguirá cinco minutos a cada um dos examinandos.

## CAPITULO V.

### Disposições Geraes.

Art. 175. - As multas impostas n'este Regulamento serão cobradas pelo modo estabelecido no Art. 23 § 5.<sup>o</sup> e a sua comminação está sujeita às regras já estabelecidas quanto às alçadas.

Art. 176. - Os Professores ou Directores de ensino particular primario e secundario, ficarão sujeitos á multa de 10\$000 a 30\$000 por qualquer infracção do disposto ao Art. 26 d'este Regulamento, e bem assim as respectivas aulas ou estabelecimentos, serão fechados, se, uma vez almoestados continuarem a n'elles ensinar doutrinas contrarias ao systema do governo, á moral e bons costumes.

Na imposição d'estas penas, guardar-se-ha o que prescreve este Regulamento a respeito das authoridades para isso competentes.

Art. 177. - Os funcionarios da Instrucção Publica, quer sejam ou não estipendiados, não poderão entrar em exercicio de seu emprego ou cargo, sem que, tirado o respectivo titulo, tenham prestado o devido juramento, sob pena de ser-lhes cassada a nomeação. de

Este juramento será deferido pela authoridade que fizer a nomeação.

Art. 178. - Os titulos de nomeação, apostillas, portarias de licença, etc., serão somente averbados na Secretaria da instrucção no livro da matricula de seus funcionarios, dispensado o registro.

Art. 179. - Não poderá funcionario algum entrar no gozo de licença sem que tenha sollicitado a respectiva portaria, e averbado na Secretaria da Instrucção Publica, apresentando-a tambem ao visto de Delegado Litterario respectivo, se fôr empregado fôra da capital.

Art. 180. - As petições e documentos a ellas annexos, que servirem de base para a matricula de alumnos nas escolas publicas primarias, serão, até um mez depois, pelos Delegados Litterarios fôra da capital, enviadas ao Inspector Geral para que se verifique se a lei fôr observada, conferindo-as com os mappas das mesmas escolas, e afinal fazendo-as archivar na Secretaria.

Art. 181. - O Inspector Geral da Instrucção Publica receberá seus vencimentos mediante attestado do Secretario do Governo da provincia.

O Secretario da Instrucção Publica para o mesmo fim exhibirá attestado do Inspector Geral.

Art. 183. - Os membros do Conselho Central são de livre nomeação e demissão do Presidente da provincia, assim como os Delegados Litterarios serão nomeados ou demittidos por proposta do Inspector Geral.

Art. 184. - O Director do Atheneu Provincial está sômente sujeito á admoestação do Inspector Geral, e á reprehensão do Presidente da provincia, em virtude da representação do mesmo Inspector, ou á demissão pelas faltas que commetter nas funcções de seu cargo.

Art. 185. - A Directôra do Collegio Nossa Senhora da Penha, está obrigada ás clausulas do seu contracto, em vista da Lei n.º 29 de 1869, e ás disposições deste Regulamento, n'aquillo que se não oppozerem á mesma lei.

Art. 186. - Findo o contracto celebrado com a actual Directôra do Collegio Nossa Senhora da Penha, ou rescindido por qualquer motivo justo, será a Directôra d'aquelle estabelecimento nomeada pelo Presidente da provincia, que attenderá ás habilitações exigidas na lei citada no artigo antecedente.

Art. 187. - As petições, reclamações e toda correspondencia relativa á Instrucção Publica, não poderão ter lugar senão observabdo-se a cathegoria dos empregados, por cujas mãos tenham de passar, isto é, de menor a maior até o Presidente da provincia, conforme o caso e a competencia, e vice-versa.

Art. 188. - Todavia, é permittido aos Directores dos Institutos e aos Professôres primarios da capital, directamente representar ao Presidente da provincia contra o Inspector Geral, tendo justo motivo, bem como aos Professores dos Institutos, directamente representar ao mesmo Inspector contra os respectivos Directores.

Por identico motivo poderão os Professôres primarios de fôra da capital, dirigir-se ao Inspector Geral.

Art. 189. - Este Regulamento vigorará do 1.º de Janeiro de 1878 em diante, embora fique dependendo da approvação da Assemblêia Provincial. (Art. 22 § unico da Lei n.º 14 de 1877.)

Art. 190. - Todas as disposições d'este Regulamento, que fôrem contrarias ás disposições existentes, só terão vigôr depois de approvadas pela Assemblêa Provincial.

Art. 191. - A escola primaria continuará a funcionar no Atheneu, até que se encontre um edificio bem adaptado na rua do General Ozorio.

Art. 192. - Os cazos omissos n'este Regulamento serão decididos, mediante consulta do Inspector Geral e audiencia do Conselho Central, pelo Presidente da provncia.

Palacio do Governo da provincia do Espirito-Santo, 17 de Dezembro de 1877.

Affonso Peixoto de Abreu Lima.



**ANEXO F – DECRETO ESTADUAL Nº 2, DE 4 DE JUNHO DE 1892**

# O ESTADO DO ESPIRITO SANTO

ORGÃO DO PARTIDO REPUBLICANO CONSTRUCTOR

ANNO XI

PRO PATRIA

VICTORIA, Sabbado, 18 de Junho de 1892

ORDEN e PROGRESSO

N. 2766

FUNDADO EM 15 DE MARÇO DE 1881 POR

NORIS FREIRE E CLETO NUNES

## ASSIGNATURAS

CAPITAL	LOCALIDADES
Anno... 125.000 Anno... 158.000	Semestre... 62.500 Semestre... 79.000
Trimestre... 32.000 Trimestre... 39.500	

As assignaturas estão fechadas, na secretaria da semana santa, dia de ano bom, natal e dia da festa de N. S. da Penha.

## TELEGRAMMAS

SERVICO ESPECIAL DO "ESTADO"  
Rio, 23 (4:3 e 10 p. m.).

A União Typographica Pernambucana vem pedir ao Congresso isenção de serviço militar para os cidadãos de sua classe.

— O dr. Ubaldino de Amaral foi eleito senador pelo Paraná, na vaga ocasionada por sua própria renúncia.

— Realizaram-se hoje em eleições municipais no Estado do Rio.

Na Campos venceram os candidatos representados pelo deputado Nilo Peçanha e Hilarção. Na Niterói, os candidatos representados pelo deputado Prates da Cruz. Na Buzios, os da chapa União Republicana (Portellista). Na Queilândia os da chapa Parcialista. Em Rio Bonito os da chapa dissidente.

— Foi eleito Governador do Piauí o capitão Coriolano de Carvalho.

— O visconde de Pelotas, Governador do Rio Grande do Sul, teve demissão de cargo de assessor de guerra de Porto Alegre sabida a arma para os Castilhos.

## Exploração infame

Consta-nos que indivíduos sem critério e capazes de todas as mizerias andam pelo centro com um pedaço de mensagem do dr. Presidente do Estado, fazendo propaganda contra o mesmo, entre os cidadãos que não são filhos d'este Estado.

Não se pôde imaginar intriga mais baixa, infamíssima completa.

A notável mensagem do illustre Presidente do Estado está publicada em mais de um jornal e brevemente será distribuída em folhetos.

Leia-a quem quizer com atenção, e verá que ella diz justamente o contrario do que procuram fazer crer miseráveis intrigantes.

## Congresso Legislativo

Funcionou ontem o Congresso com 14 senhores deputados.

N'a segunda parte da ordem do dia votou-se em 2ª discussão o projecto n. 7 e o final do projecto de organização judiciaria.

O cidadão Otto Kiepenheuer a sumiu no dia 16 do corrente com o exercicio pleno do cargo de delegado de policia do termo d'esta capital, na qualidade de 2º supplente.

## As novas comarcas

### PARECER N. 10

O art. 28 da Constituição, dispondo que as comarcas sejam e tantas quantas forem necessárias para o commod das populações e para a prompta e efficacia das providencias e remedios legais da autoridade judicial e procura scilicet regular as mais causas; pela demora d'essas providencias e pela sua effecividade tornu-se urgente pelo disposto no art. 71 da mesma Constituição. Por estas razões, todas muito ponderosas, ficou o Presidente do Estado autorizado, pelo art. 10 das disposições transitorias da nossa Constituição, a crear immediatamente novas comarcas, e como o decreto n. 31 de mais ultimo, anexo ao exame da comissão de constituição, obedece a todos os seus preceitos constitucionales, somos de parecer que seja aprovado o acto presidencial creando as novas comarcas, para o que apresentamos a consideração do Congresso o seguinte projecto:

### PROJECTO N. 8

O Congresso o Legislativo do Estado do Espirito-Santo

#### Decreta:

Art. 1º Fica approvada a criação das seguintes comarcas:

1ª A da Barra de S. Mathews, desanexada da de S. Mathews, comprehendendo todo o territorio da municipalidade da Barra e tendo por sede a cidade da Barra;

2ª A do Guandu, desanexada da do Cachoeiro de Santa Leopoldina, comprehendendo o municipio de Af. Baso Claudio e tendo por sede a villa do Guandu;

3ª A do Alegre, desanexada da do Cachoeiro de Itapemirim, comprehendendo o municipio do Alegre, tendo por sede a villa do Alegre;

4ª A do Calçado, desanexada da de S. Pedro da Itabapoana, comprehendendo o municipio do Calçado e tendo por sede a villa do Calçado;

5ª A do Alfredo Chaves, desanexada da de B. Ventura, comprehendendo o municipio do Alfredo Chaves e tendo por sede a villa do mesmo nome;

Art. 2º Fica desanexada da vara de direito da capital a competencia criminal, da proveloria e dos casamentos, que ficará sendo materia da competencia de uma segunda vara.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrario.

Sala das commissões, 16 de junho de 1892.

Dr. Torquato R. Moreira — relator.

José Furtado de Mendonça.

Aureliano P. Medina.

## Companhia Locataria

Escreve-nos pessoa conciliada:

« Liquira o Estado como defensor dos interesses publicos, por que o liquidante da malfadada Locataria, o sr. José Fundão, não termina a commissão de que eacarrege-o a ultima assembléa geral dos socios.

« Não será já tempo de annunciar e pagar o ultimo rateio? Ou não julga liquidante completo o grande prejuizo que tiveram os pobres accionistas?

## Guarda Nacional

Acham-se nas secretaria geral do Estado os patentes dos cidadãos Jacintho Marques Ramalho, Joaquim Francisco Pinto Ribeiro, João Duka Rodrigues Braga, Joaquim Pereira d'Almeida Rodrigues e João Antonio dos Santos.

## Professor Ilustre

O illustre ministro das relações exteriores, Sr. Dr. Szevalle Correa, accion o honroso convite que lhe fora dirigido pela congregação da faculdade livre de direito da Capital Federal para leccionar a cadeira de economia politica; e, prestando homenagem aos principios democraticos, inaugurou no dia 9 do corrente a 3 horas da tarde, o respectivo curso na escola normal.

O Sr. marechal Floriano Peixoto assistiu ao acto.

E' caso para felicitar a faculdade livre de direito pela acquisição de tão notavel professor.

## Alistamento Federal

### REQUERIMENTOS DESPACHADOS

#### Dia 14

Felinto Dias Gomes Netto. — Como requer.

Francisco Erico Della Colla. — Idem.

Olinda Pinto Ribeiro. — Pro ve cidade legal.

Urciano Pinto de Siqueira. — Como requer.

Antonio Guimarães Pinto de Siqueira. — Idem.

Cezare Lambert. — Idem.

Dr. Henrique Alves de Cerqueira Lima. — Idem.

Laurindo Pereira Nunes. — Idem.

Coronel João Francisco Gonçalves. — Idem.

Francisco Cosme de Brito. — Idem.

#### Dia 15

Felcissimo Gonçalves Coelho. — Como requer.

João Mario Salomé. — Idem.

Miguel Antunes do Nascimento. — Idem.

Joaquim Corrêa de Jesus. — Idem.

Jacinto Antunes de Carvalho. — Idem.

Bricio Bernardino de Souza. — Idem.

João Faria Simões. — Idem.

Manoel Faria das Oliveiras. — Idem.

Arthur Gabrielli. — Idem.

Dr. Delphino Augusto Ferreira da Paula. — Idem.

Demetrio Caldonazzi. — Idem.

João Brubabé de Lima. — Idem.

Mariano Ferreira de Souza. — Idem.

## Entre n's

Acha-se n'esta capital o nosso amigo sr. Horacio Gomes de Oliveira.

## PARTE OFFICIAL

### DECRETO N. 2

(Continuação)

### TITULO II

Do ensino normal

### CAPITULO I

#### ORGANIZAÇÃO DAS ESCOLAS NORMAIS

Art. 49: Para a educação scientifica e tecnica do professorado primario são criados no Estado duas escolas normaes, cuja frequencia será livre a todos os cidadãos e aos candidatos as diversas carreiras scientificas ou industriais.

Art. 50: Logo que permittirem-nas as finanzas do Estado, e o cultivo feminino desenvolvido por esta reforma, o programma da escola normal masculina será extinto e a do outro sexo, e ambos se completarão como curso inicial das artes estheticas;

Art. 51: A instrucção ministrada pela escola normal do sexo masculino se dividirá pelas seguintes cadeiras: 1ª Língua nacional. Estudo pratico e theorico do seu genio e da sua grammatica. Estudo dos prefixos e suffixos, da formação e das affinidades etymologicas da lingua. Exercicios de composição, de boa dicção,

de exposição, da analyse e recitação decorada de bons trechos. Estudo da evolução da lingua;

2ª Língua franceza. Exercicios de conversação, de leitura e de verificação;

3ª (Estudo descriptivo) geographia e historia universal;

4ª (Estudo descriptivo) historia natural;

5ª (Curso analytico da sciencia) mathematicas fundamentais, arithmetica, algebra e geometria, noções geraes de mecanica terrestre e celeste;

6ª (Curso analytico da sciencia) physica, chimica e biologia. Estudo descriptivo de cada uma d'essas sciencias, especialmente da anatomia e physiologia humana;

7ª (Curso synthetico da sciencia). Contemplação abstracta da unidade do saber humano, de tribuido pelas sete categorias fundamentais: mathematicas, astronomia, physica, chimica, biologia, sociologia e moral.

8ª Pedagogia e methodologia. Curso theorico e pratico para a explanação dos processos logicos do entendimento, e para os exercicios de applicação do programma geral do ensino normal ao seu destino didactico, e condonando no programma das escolas primarias.

Art. 52: Anexo á escola normal haverá um gabinete experimental como subsidiario do ensino da 4ª, 5ª e 6ª cadeira.

Art. 53: O curso será feito em cinco annos, pelas seguintes cadeiras: 1º anno.—Primeira, segunda e terceira cadeiras (geographia).

2º anno.—Primeira, segunda e quarta cadeiras (arithmetica e algebra).

3º anno.—Terceira, quarta e quinta cadeiras (historia, geometria e mechanica).

4º anno.—Sexta e oitava cadeiras (physica e chimica).

5º anno.—Sexta, setima e oitava cadeiras (biologia).

Art. 54: A escola normal do sexo feminino comprehenderá as seguintes cadeiras:

1ª Língua portugueza—com o programma já especificado, comprehendendo ao professor desenvolver mais a parte esthetica do mesmo programma;

2ª Língua franceza (com o mesmo programma).

3ª Geographia;

4ª Historia natural. No curso feminino essa cadeira comprehenderá mais — noções de todas as sciencias positivas.

5ª Arithmetica e geometria (noções de calculo algebrico).

6ª Pedagogia.

Art. 55: O curso será feito em quatro annos, sendo no primeiro as linguas portugueza e franceza, no segundo as mesmas cadeiras e a de geographia, no terceiro arithmetica e historia natural, no quarto geometria e pedagogia.

Art. 56: Cada uma das escolas normaes terá lentes privativos, preferindo-se para as da escola feminina senhores normalistas; logo que as houver. O professor de pedagogia leccionará porém em ambas os cursos.

Art. 57: As cadeiras proprias das mais de um anno serão leccionadas em hora distincta para cada anno.

Art. 58: Annexa a escola normal do sexo feminino haverá uma cadeira de musica, piano e canto, e outra de desenho.

Art. 59: Os dois estabelecimentos ficarão sob a inspecção immediata de um funcionario de nomeação do Presidente do Estado, com a designação do director das escolas normaes, ao qual cumpre voltar pelo desempenho dos programas, acompanhar assiduamente todos os cursos, advertir nos professores, representar contra elles e introduzir nos methodos de ensino os melhoramentos que a experiencia indicar, submettendo os prèviameneto á congregação dos lentes de cada curso.

Art. 60: Um dos lentes do curso masculino servirá de secretario ao director, a cujas ordens ficam tambem

para os officios internos do estabelecimento, os empregados e colaboradores da directoria da faculdade, que funcione em nome do proprio de uma e outra.

Art. 61: O director das escolas normaes poderá ser professor de alguma das cadeiras do curso.

Art. 62: A escola normal feminina será immediatamente assignada por uma regente, a quem incumbido:

§ 1º Manter a ordem e disciplina do estabelecimento, zelando a conduta das alumnas, que não andem quer fôr d'ellas, observando as instrucções do director.

§ 2º Ter a cargo e responsabilidade os livros e movéis do estabelecimento.

§ 3º Tomar o ponto aos professores e alumnas.

§ 4º Servir de secretario ao director da escola normal feminina.

Art. 63: A regente accumulará as funcções de mestra dos trabalhos de agulha, corte, moldas e bordado, e em os quais entrará as alumnas nos intervallos das aulas, podendo reservar hora distincta para ellas.

Art. 64: Na escola normal feminina haverá um empregado accumulando as funcções de porteiro, cozinheiro e bodei.

Art. 65: Em cada um dos estabelecimentos normaes reunirão-se, sempre que forem convocados, os lentes dos respectivos cursos, sob a presidência do director, para resolver sobre os assumptos da sua comprehensão.

Art. 66: Aos professores em congregação compete:

§ 1º Examinar e julgar os candidatos á regencia effectiva de qualquer cadeira do curso, arguindo todos os profs. srs., cada um nas materias de sua cadeira, antes de se realizar a arguição reciproca dos candidatos;

§ 2º Organizar os programas para os cursos;

§ 3º Organizar os horarios das aulas e resolver sobre os pontos e methodos para os exames;

§ 4º Organizar e alterar com approvação do governo os programas de ensino, de accordo com os progressos da sciencia e da experiencia;

§ 5º Impôr as regras regulamentares;

§ 6º Representar ao Presidente do Estado sobre as necessidades do ensino publico;

§ 7º Todas as demais attribuições, embora não comprehendidas neste regulamento, que forem consagradas a natural da missão de que são incumbidos;

Art. 67: A congregação se reunirá: 1º no ultimo dia útil do mes de fevereiro para escolher os competidores, approvar os programas de ensino de cada professor e fixar o horario das aulas.

2º na primeira quinta-feira de cada mez para julgar e annotar as folhas dos alumnos no mez anterior.

3º No dia 1º de dezembro para deliberar sobre os exames, organizar os pontos e qualificar os alumnos habilitados.

4º Sempre que for convocada pelo director para tratar dos assumptos inherentes ás suas funcções.

Art. 68: Os professores são obrigados a comparecer ás congregações e a não o fazendo pagarão a multa de dez mil reis, que será decaída dos vencimentos. A pena será imposta pelo director ao terminar a sessão, daverá com tir da acta respectiva, e será declarada na folha do pagamento para o mto no the ouro.

Art. 69: A Congregação só poderá deliberar quando se achar reunida a maioria absoluta de seus membros.

Art. 70: As actas da congregação serão lavradas em livro especial a cargo do secretario e rubricadas pelo director.

Art. 71: Os professores que não discussões deixarem de manter a decencia urbana serão chamados a ordem pelo director, e a primeira advertência será a retirada da sala, e em ultimo caso suspenderá a sessão.





**ANEXO G – DISCURSO PRONUNCIADO POR MONIZ FREIRE NA SESSÃO DE 12  
DE JANEIRO DE 1891**



Fundado em 15 de março de 1888  
sob a redacção de Moniz Freire  
e Cleto Nunes.

## CONGRESSO CONSTITUINTE

Discurso pronunciado na sessão de 12 de janeiro de 1891

**O Sr. Moniz Freire** — Sr. presidente, ninguém ter-se-á sentido, ao subir a esta tribuna, menos autorizada do que eu me sinto; e certo não me animaria a afrontar a sollemnidade da comunicação oral com assembleia tão illustre, si, a par da sua benevolencia, com que conto para defender a incompetencia de minha voz, eu não tivesse o dever de justificar, pela intervenção no debate, os intuitos do concurso que hei dado, sob a forma de emendas, á revisão do projecto constitucional.

Obadiante ás prescripções da mesa, e fiel ás normas que ainda ha pouco, pelo órgão de seu chefe, ella traçou á esta discussão, pedindo a nossa collaboração para o cumprimento das disposições regimentaes que nos obrigam a cingirmo-nos á materia do debate, resistirei ao natural atractivo que não levaria a discorrer sobre assumptos vencidos, acerca dos quaes não foi possível manifestar-me, apesar de ter estado varias vezes inscripto.

Limitando-me ao objecto immediato da discussão, serei synthetico nas minhas considerações, começando por notar e extranhar á ordem da collocação d'essa materia, postposta ás diversas partes da Constituição que se occupam da organização federal e da local.

Parece-me que o aspecto geral e os principios cardaes da organização de uma sociedade; e que o conecimento da sua vida fundamental, espelho fiel do seu estado de civilização; e que a synthese das normas politicas a cujo regimen devem estar submettidas as multiphas forças sociais em seu funcionamento elementar; deveriam ser o primeiro objecto de codificação em um pacto constitucional, que se dirige essencialmente á regulamentação d'essas forças.

Antes de se decidir do modo por que o poder publico deve reger o exercicio das liberdades, é mister conhecer, definir e situar cada uma d'ellas: não é logico instituir e traçar as funções da autoridade que deve fazer a synergia das actividades parciales e limitar aacção individual ou collectiva dos membros de uma agremiação, sem curar primeiramente das existencias cujo concurso se tem em vista realizar.

Não é, como póde parecer, uma coisa vã, um simples jogo de palavras, essa questão de classificação. Aqui mesmo, durante o debate, mais de uma vez tivemos occasião de reconhecer o inconveniente d'essa disposição de materias, pelas reclamações que suscitaram-se pelos adiamentos que se tornaram imprescindiveis, pelas duvidas que nos assaltaram, acerca de mais de uma disposição de artigos já discutidos, onde se feriam assumptos cujos destinos eram ignorados porque vieram ter assento retardatario e deslocado quasi no fim do projecto.

Lembro-me de momento das que stões e emendas que se offereceram a

liberdade bancaria e da liberdade religiosa. Uma e outra foram aqui taxadas de inoportunas; uma e outra sofreram o expediente, aliás bem justificavel do adiamento dos principios que consignavam; e o facto é que, a não ser este recurso, o congresso teria prejudicado em assumpto tão grave annos de poder collocar-o no seu verdadeiro terreno.

A este agora abordamos com a discussão do titulo 4.º. E' tempo de accentuar dentro d'elle o modo geral por que devem ser encitadas essas e outras questões, que se resolvem no duplo problema, que tem a honra de enunciar em começo, e comprehende tanto o modo de acção e a somma de garantias concedidas ás diversas forças sociais, como a interferencia da disciplina que lhes deve dar a auctoridade publica.

Senhores, o projecto constitucional parece-me ter partido, n'esse assumpto, de uma base: pu' am nte empirica e evidentemente falsa, ou antes, por ter partido d'essa base, ch'egou fatalmente a normas insufficientes e resultados algumas vezes contradictorios. A missão exclusiva dos governos, que lhes indica a politica fundada sobre a d'ellas, quer se trate da força intellectual ou moral, quer se trate: simplesmente da força material.

O papel do governo deve limitar-se á obtenção ou á assiguração do seu concurso, e a estabelecer esse consensus universal, de que elle é o resumo como o órgão supremo de todas ellas.

Em relação a esse concurso, a sua posição deve ser neutral, quanto possível, para que ellas se desdobrem regularmente, não levando a sua intervenção systematica além dos estimulos passagieiros que a propria natureza das funções suscita.

Essa é em suas linhas geraes, aliás imperfeitamente assignaladas, a concepção positiva do governo social.

Pergunto, sr. presidente: o projecto constitucional partiu d'essa noção fundamental para sobre ella estabelecer as relações entre a auctoridade governamental e as forças sociais que devem entrar em jogo no nosso organismo, isto é, assentou essas relações no sentimento exacto da verdadeira função do governo?

Certamente que não. A consagração das diversas liberdades publicas comprehendidas no titulo 4.º que se discute não teve essa sancção; foi uma simples transacção com o espirito revolucionario, com as aspirações vagas que disputam essas liberdades não como uma condição de equilibrio e de ordem, mas como um favor que os governos concedem cedendo terreno, em peso e medida que, dia a dia, podem ser alargados.

**O Sr. Espirito Santo** — Em que se baseia v. ex. para dizer isso?

**O Sr. Moniz Freire** — O nobre representante vae ouvir. Sr. presidente, si o projecto houvesse partido d'esse principio, si fundasse a sancção das liberdades publicas na propria sancção da função governativa, não teria incorrido nas justas censuras que lhe têm sido feitas, nem houvera ca-

to revolucionario do paiz. Mas desejo que seja bastante claro.

**O Sr. Moniz Freire** — O nobre representante tenha a paciencia de deixar-me continuar nas minhas observações. Verá que procurarei ser claro.

Assim é, sr. presidente, que o projecto constitucional, apesar de ter declarado a liberdade de todas as crenças, que dividem o paiz, desviou-se d'este principio, sacrificou-o inteiramente, collocando-se entre o espirito revolucionario e as religiões que ainda professam a maioria de nossa população não como interprete legitimo do consensus unanime, que aconselhava a posição de juiz imparcial na contenda, mas inspirando-se directamente n'aquelle espirito e creando restricções ao principio em relação á religião catholica e a todas as outras.

**O Sr. Badaró** — Apoiado. Muito bem.

**O Sr. Moniz Freire** — E' assim que o projecto, depois de haver estabelecido a ineligibilidade e a incapacidade eleitoral dos religiosos, veio aggravar o seu erro em diversas disposições do art. 72, todas em de accordo com o seu proprio principio.

**O Sr. Espirito Santo** — V. ex. por ora não especificou qual é o pensamento do governo revolucionario. **O Sr. Moniz Freire** — Ora, sr. presidente, si o projecto consigna o dogma da inteira liberdade de crenças e de opiniões, si reconhece o dever para o Estado de ser alheia ás disputas entre as doutrinas e entre as religiões, o que significam disposições como a do § 4 do art. 72, que prescreve a obrigatoriedade da precedencia do casamento civil ao religioso?

**O Sr. Badaró** — Apoiado.

**O Sr. Moniz Freire** — Não conheço uma só consideração de ordem publica que pudessem ter determinado semelhante exigencia: nem sei, em um regimen sincero de liberdade de convicções, como traduzir essa imposição ao crente, catholico, protestante ou o quer que seja, de ir receber a sancção legal do seu enlace antes da sancção religiosa.

**O Sr. Badaró** — Apoiado.

**O Sr. Moniz Freire** — Não é isso uma preocupação anti-religiosa, incompativel com o mesmo principio que determina a necessidade da sancção civil, e alienatorio dos destinos do poder temporal do Estado?

Qual a razão de conveniencia geral pela qual o crente ha de se ver constrangido a receber a sancção da auctoridade publica, que não lhe fala a alma, antes d'aquella em que o seu coração é tocado e em que elle sente a intima consagração de sua união?

Senhores, o Estado deve collocar-se inabalvel no seu ponto de vista; desde que elle seja incoravel em decretar que só reconhece o casamento civil, e que só este produz effeitos civis, não ha nem um inconveniente em que a vontade das partes determine a ordem da precedencia.

**O Sr. Moraes Barros** — Mas, si os casoes dispensarem depois o casamento civil?

**O Sr. Moniz Freire** — Si o fizermos, não teriam os laços da familia sagrados pelo Estado. ( *Apoiados e apartes.* )

bem estou certo de que apenas se gerasse funda a convicção no animo das familias de que os laços religiosos não eram recebidos como base de sua organização, todas as repugnancias cederiam a essa necessidade de ordem e de organização.

E depois, senhores, esse argumento prova demais, ou aliás, prova contra producentemente: pois, si estivessemos em tal estado de civilização que fosse mister a sancção legal para o exito de uma instituição d'essa natureza, então verdade fora que ella teve consagração prematura nos codigos, ou, para concluir logicamente, que devia ter sido decretada com a clausula facultativa.

**O Sr. Badaró** — O verdadeiro catholico só reconhece o casamento que é feito de conformidade com as disposições do Concilio Tridentino.

**O Sr. Espirito Santo** — Dá licença para uma parte!

**O Sr. Moniz Freire** — Sim, senhor. **O Sr. Espirito Santo** — Pedi a v. ex. que declarasse qual era o pensamento do poder revolucionario, e v. ex. não o fez; n'este caso, affirmo a v. ex. que não tem base seu argumento.

**O Sr. Moniz Freire** — O meu nobre collega parece não ter comprehendido a minha argumentação, e, por isso, está a desviar-me d'ella. Eu disse em começo que o projecto tinha partido de uma base: empirica quando consagrou no seu art. 72 as diversas liberdades publicas: que não o fez pelo respeito ao sentimento da verdadeira posição da questão, mas como simples transacção com o espirito revolucionario, isto é, com esse espirito que não advoga os principios como condição de ordem e de reconstrução social, e sim como elementos de demolição e de desmonta; que dali, d'esse golpe de vista insufficiente e retrogrado, provinhão, como consequencias fataes, as contradicções em que o projecto incorrerá, quando, depois de haver consagrado a plena liberdade de cultos e de opiniões, collocou-se em antinomia com esse principio, despojan-do o Estado do papel de juiz imparcial em materia doutrinaria, para convertel-o em in-sidiosoadversario das crenças religiosas e dos seus ministros, que ficam em posição inferior ás outras classes sociais.

Eu estava em detalhe de provas d'essa argumentação e vou proseguir.

Senhores, desde que o Estado é neutro em assumptos religiosos, sua situação real é esta: todo o individuo, seja ministro de uma religião ou não seja leigo, padre, catholico, protestante ou musulmano, é para o Estado um cidadão, e como tal, sujeito aos mesmos deveres para gozar das mesmas regalias: desde que o projecto enunciou o principio, deveria ser coherente e ir até ás suas ultimas consequências: ( *Apoiados, muito bem.* )

Não param as contradicções no que diz respeito ao constrangimento das familias religiosas, que se vêem collocadas na situação de anteciparem o laço publico da constituição da familia ao elemento moral que mais consolida os seus corações; estão consignadas no projecto outras disposições do mesmo juiz, e vou ter a honra de declinar uma a uma se referir o collega



O Sr. MEIRA DE VASCONCELOS. — N'este sentido mandei uma emenda.

O Sr. MONIZ FREIRE. — A não adopção d'essa faculdade é outra tradição do projecto com o seu proprio principio. Onde está a liberdade de culto, si não se admite que as familias religiosas vão levar os despojos dos seus aos cemiterios sagrados pelas suas creanças? (*Apoiados.*)

As mesmas ou analogas observações poderia fazer em relação ao disposto no § 8º, que determina: (*le*) « Continúa excluída do paiz a companhia dos jesuitas e prohibida a fundação de novos conventos ou ordens monasticas. » Mas, não preciso adduzir argumentos, pois a condemnacão d'essa disposição e a consciencia de seu absurdo pairam no animo de todos nós.

O Sr. BADARÓ — Apoioado.

O Sr. MEIRA DE VASCONCELOS. — Essa disposição não pode permanecer na Constituição.

O Sr. MONIZ FREIRE. — Sr. presidente, á esta hora tioadeantada, quando o espirito do congresso já se acha fatigado e não se dispõe de talento para enleiar os ouvintes, nem ao menos os talentos de expressão, de que poderia utilisar-me habilmente n'essa occasião, si os possuísse, para prender as atenções de meus illustres colegas...

O Sr. BADARÓ — V. ex. é muito digno e muito illustrado, nos merece toda a attenção.

O Sr. MONIZ FREIRE — ... comprehendendo a situação difficil em que me encontro na tribuna, a depender mais da delicadesa do que do interesse do meu auditorio, e sinto-me verdadeiramente embaraçado para expor com amplitude que desejára, e o facta si tivesse o tempo e a precisa calma.

O Sr. MEIRA DE VASCONCELOS. — Não ha razão para deixar de tel-a. V. ex. será ouvido com prazer por todo o congresso.

O Sr. MONIZ FREIRE... — o que penso ácerca das diversas disposições do titulo que se discute.

Parce-me, sr. presidente, que assim como a liberdade espiritual está assente no projecto constitucional sobre bases contradictorias, pois ao lado do principio se creou o embaraço ao seu exercicio, tambem, em relação á liberdade industrial, o projecto é immensamente falho.

Não encontro no art. 72 disposição alguma que consagre a plena liberdade de profissão, a plena liberdade industrial; não sei por que razão as actividades praticas empregadas nas industrias, que são o grande elemento temporal das sociedades modernas, não devam ficar resguardadas pelas garantias constitucionaes.

Não sinto as vantagens d'essa omisção, nem sei que inconveniente ou que mal social resultaria da consagração do seu livre exercicio, que é tão actível, quanto o das forcas intellectuaes.

Quando me refiro ás industrias, sr. presidente, comprehendo na minha expressão as profissões de toda a natureza; e n'este ponto, para ser inteiramente logico, inteiramente franco, devo dizer que aceito o principio até as suas extremas consequências, devendo sair d'esta casa consignada na lei organica do paiz a proscricção do proprio privilegio academico, que actua sobre o espirito publico como o preconcepto fundamente arraigado.

O Sr. FRÓES DA CRUZ — V. ex. vá primeiro fazer a experiencia no Espirito-Santo.

O Sr. MONIZ FREIRE — Espero que fal-a-hemos com grande exito. Mas o silencio do projecto ácerca da liberdade industrial explica-se sobretudo por

no.

Um Sr. REPRESENTANTE — E' o modo de manter o credito nacional.

O Sr. MONIZ FREIRE — A meu ver, sr. presidente, e sinto não ter competencia pratica para discutir a materia (*não apoiados*), limitando-me a traços geraes, parece-me que a primeira das condições para o restabelecimento da vida normal nas relações do mercado do dinheiro, devesa ser a abstenção completa das emissões por parte do Estado, e a retirada de todas as emissões feitas.

A emissão do papel-moeda afasta o Estado da situação elementar compativel com a sua função, que consiste em receber o imposto e applicar, supprindo as necessidades extraordinarias, pelo recurs, tambem extraordinario, do emprestimo.

Desde que o Estado lança papel moeda, entra no mercado do dinheiro como industrial, augmentando a massa dos valores com a estimativa do seu proprio credito; e essa operação ha-de perturbar fatalmente as relações economicas e financeiras da vida industrial, pois que as trocas não terão mais por base o seu instrumento natural, nem titulos que o representem immediatamente.

O Sr. PRESIDENTE — Peço ao nobre representante que cinja-se á materia em discussão.

O Sr. MONIZ FREIRE — Estamos discutindo o titulo da declaração de ditos reitos, e a liberdade bancaria eu considero um direito inalienavel.

Sou francamente partidario dessa liberdade, que comprehende implicitamente a de emissão, porque a emissão é uma função congenita e elementar da instituição bancaria, desde que não se afaste da obrigação fundamental da convertibilidade, que é a garantia do publico e o freio contra o abuso do credito.

Em relação á materia da secção primeira, sr. presidente, tenho tambem algumas observações a fazer sobre importantes assumptos, que ahí prendem a attenção.

Lastimo a disposição do art. 70 § 4º que coarcta o direito de voto aos religiosos, e n'esse particular não preciso juntar razões ás que adduzi em comento; lastimo tambem que, com a recusa do voto aos analfabetos, continuemos a fazer criterio politico da circumstancia de o individuo saber ler e escrever. (*Apoiados*).

Desde que todos os cidadãos são obrigados a prestar serviços á sua patria independentemente d'essa condição, e concorrem igualmente para o bem publico sem diferenciação de grau por tal motivo, acho que se deveria estender tambem a todos o uso do voto.

Mas, não devo concluir, sr. presidente, sem occupar-me no desenvolvimento d'esta materia, com a idéa manifestada por illustres membros do congresso, de estender o voto até ás mulheres.

Com o maior respeito, que devo aos auctores de semelhante idéa e aquelles que adoptam, devo declarar, sr. presidente, que essa aspiração si me affigura immoral e anarchica (*não apoiados*), porque, no dia em que a convertessemos em lei pelo voto do congresso, teriamos decretado a dissolução da familia brasileira. (*Não apoiados*).

Senhores, a sociedade humana não está assim constituída por acaso, nem por convenções que possam ser arbitrariamente modificadas.

N'esse cyclo immenso de gerações, que formam a continuidade da vida da humanidade, a mulher teve sempre, e cada vez mais, a função que

formam em torno da vida publico domestica da mulher, e corromper a fonte preciosa de moralidade e de sociabilidade que ella mais directamente representa, demandando como condição de pureza a sua abstenção completa da vida pratica.

O Sr. FRÓES DA CRUZ — Porque motivo?

O Sr. MONIZ FREIRE — Creio, sr. presidente, que o espirito esclarecido do congresso não deixará vingar essa tentativa anarchica.

O Sr. FRÓES DA CRUZ — Como considera o voto — função ou direito? Si é um direito, é facto da vida social.

O Sr. MONIZ FREIRE — Mera questão de palavras, de assento metaphysico. Desde a familia até o mais elevado grau de sociabilidade, todos temos funções a realizar.

O homem é, pela sua superioridade de caracter, votado principalmente ás labutações da vida activa; a mulher, pela sua superioridade de affectos, tem na vida domestica o seu destino a realizar.

Confundir esses principios seria desorganizar a familia e a sociedade, por que é exactamente pela sua condição domestica, ao abrigo da necessidade de exercer activamente as qualidades praticas de caracter, que a natureza moral da mulher pôde desenvolver-se através de todas as civilizações; e, si se imaginasse um instante na vida da humanidade e n que essa base organica da vida social se interrompesse, nós degradariamos passo a passo para as especies animaes inferiores, a começar pela dissolução da familia, que assenta essencialmente sobre esse bellissimo fundamento — a influencia moral exercida pelo sexo feminino.

O Sr. ESPRITO SANTO — Si o meu collega deduzir a noção scientifica do direito, não tirará essas conclusões em relação á mulher. O voto compete tanto ás mulheres como aos homens. Estas razões que v. ex. está dando para as mulheres servem para os padres.

O Sr. MONIZ FREIRE — Nada temos com os padres, para o Estado todos são cidadãos...

Não devemos emprestar ás mulheres aptidões que ellas não têm; a mulher revolve-se sempre bnda de qualidades praticas, ao passo que brilha sempre pelos attributos moraes. Querer dar-lhe funções, das quaes pela sua natureza ella esteve sempre afastada, é pretender corrigir a obra da natureza humana.

Sr. presidente, vou ceder a tribuna a quem melhor do que eu (*não apoiados*) possa vir occupar-a com vantagem para o congresso.

Não fui d'aquelles que trabalharam para a grande acção revolucionaria de 15 de novembro...

O Sr. SÁ ANDRADE — Mas foi um elemento moral.

O Sr. MONIZ FREIRE — ... mas trabalhei sempre e d'isso me orgulho, na modestia de minha vida de provincia no ignorado e obscuro, no recanto de minha querida terra natal, por todas as aspirações incondicionaes do espirito liberal do paiz; e tive a honra de ser um dos fracos combatentes das duas causas mais gloriosas em que tem se empenhado no Brazil esse espirito liberal, de todos os matizes — a abolição e a federação.

Não fui tambem, e d'isso ainda me orgulho, dos que correram ao encontro do triumpho revolucionario para balhar-lhe as palmas. A minha vinda a este congresso não significa transacção nem humilhação. Aceitei o voto dos meus concidadãos, quando estes exigiram, por um movimento espontaneo da opinião, que eu voltasse a tomar parte activa na vida politica do

sempre politica e sem transigimento, onde levaria essa conquista; sabiamos que trabalhavamos tambem pelas ideaes da Republica, quando procuravamos lançar, dentro dos moldes monarchicos, idéas e principios que chegariam fatalmente a sitiar a monarchia, sem commoções revolucionarias, pelas proprias instituições que a cercassem.

(*Ha um aparte*).  
Penso que não. Cada cidadão deve ser um servidor de sua patria, pois só a ella devemos lealdade e devota-

mento.  
Pois bem, sr. presidente, a revolução de 15 de novembro veio proclamar esses principios que desde o regimen monarchico constituíram aspirações definidas da nação; cumpre á Republica consagral-os e corporifical-os, afim de que esta patria realize os vastos destinos que lhe almejam, e se avance até pelas suas grandes conquistas sociales, ás outras nações do planeta.

Esse será o caminho dos altos destinos de que nos supponho capazes; e a esse respeito permita o congresso que eu applique fabula que li algures em obra de illustre litterato allemão:

Perguntar-lhe um dia á guisa por que razão creava os seus filhos desde muito tenros na immensidade dos espacos; e ella respondeu: poderiam elles, depois de crescidos, chegar perto do sol si eu os creasse aqui na terra?

Si desejamos para o nosso paiz a gloria de altos destinos, e a gloria da precedencia nos grandes exemplos que devem ser seguidos e imitados, devemos desde já ir aquecendo as nossas instituições ao calor dos principios regeneradores do nosso seculo. (*Muito bem; muito bem. O orador é felicitado*).

## NOTAS POLITICAS

### A O «FEDERALISTA»

Engana-se o contemporaneo no modo por que encara a viagem que o sul do Estado fez o digno chefe de policia, dr. José Horyacio.

O honrado funcionario, podemos garantir, teve necessidade de emprender aquella viagem para servir á causa da justiça — e não com o fim de fazer cabala eleitoral, como affirmava o *Federalista*, que tem no seio de sua redacção quem de perto conheça o criterio e circumspecção do cidadão que dirige a policia do Estado.

O contemporaneo deve saber que ha diligencias policiaes que precisam ser feitas com o maior sigillo, no interesse de advir resultado proveitoso á justiça publica. Acreditamos que a de que se trata esteja n'este numero; quando não, desde o dia em que aquelle funcionario teve de deixar esta capital — o contemporaneo, bem como toda a população, teriam tido conhecimento exacto da causa de semelhante diligencia.

Finalmente, o *Federalista* está do minado do máu resultado que para os lados do sul obtiveram os chefes da União — os quaes ali foram na faina de conseguir adeptos, e eis portanto a razão que enxerga (permitta-nos dizer-lhe — por maldade) cabala eleitoral na excursão, que, no interesse do publico serviço, teve de effectuar

**ANEXO H – DECRETO Nº 109, DE 4 DE JULHO DE 1908**



ELEIÇÃO SENATORIAL

Tendo de se proceder, no dia 14 de Julho próximo, a eleição de um Senador por este Estado, o Sr. João Luiz Alves, filiado ao Partido Republicano Construtor e representante dos diversos municípios do Estado, tem a honra de apresentar aos seus concidadãos, filiados ao Partido Republicano Construtor, a seguinte proposta: O Sr. João Luiz Alves, que neste momento representa na Câmara dos Deputados Federaes o glorioso Estado de Minas Geraes.

Eleito Deputado para a 5ª legislatura da Republica, o Dr. João Luiz Alves chegou á Câmara dos Deputados Federaes, precedido de uma reputação invejável que para logo lhe trouxe uma expectativa sympathica e favorável a elle tem a honra de corresponder admiravelmente.

Eleito e reeleito, o Dr. João Luiz Alves não tem perdido as occasiões que lhe offerecem para pôr em destaque o seu peregrino talento e a sua excepcional operosidade.

A todos os grandes problemas que se tem agitado na Câmara Inter-estadual, o Sr. João Luiz Alves tem dado a precisa contribuição de suas exccelias qualidades de intelligencia e de acção.

Foi assim que o nome do Dr. João Luiz Alves transpoz as fronteiras de Minas e torouse vantajosamente conhecido em todo o paiz e particularmente neste Estado, ao qual S. Ex.ª tem mostrado dedicar grande parte dos seus affectos.

De longa data, o povo mineiro e o espirito-santense se sentem ligados por laços de profunda affeição e de profunda sympathia, e de tal sorte que é com vivo enthusiasmo que o povo espirito-santense assiste aos triumphos e glórias dos estadistas mineiros.

E' com abundancia de alma que o povo espirito-santense tem retribuido o carino e a fidelidade com que tem sido recebido, na capital mineira, al- guns de seus chefes.

Ainda recentemente teve a mais grata reparação neste Estado o seu acolhimento feito, em Belo Horizonte, ao nosso illustre Chefe Exmo. Sr. Dr. Jeronymo Monteiro.

O Dr. João Luiz Alves tem sabido honrar essas tradições de affecto que ligam os dois povos.

Canções de lutas affectivas e nobres do Estado, os partidos politicos do Espirito Santo entraram em bôa hora em período de tregua, sob o influxo da patriótica e sã orientação de S. Ex.ª o Sr. Dr. Jeronymo Monteiro, digno chefe do Estado e do Partido Republicano Construtor.

E' assim que, graças ao desprendimento revelado pelos nossos correligionarios mais carregados de servicos e merecimentos, podemos apresentar ao electorado espirito-santense um nome que, a julgar pelas manifestações já feitas pelos orgaos mais autorizados da opinião deste Estado, reunirá a unanimidade dos suffragios.

Podemos pois aos nossos correligionarios que corram das urnas e suffraguem

PARA SENADOR

Dr. João Luiz Alves

Attoado

Victoria, 30 de Junho de 1908.

Augusto Calmon, Presidente do Congresso Legislativ

Galdino Loreto, Deputado.

Virgílio Silva, Deputado e Presidente do Governo Municipal de Piuma.

Paulo de Melo, Deputado e Presidente do Governo Municipal de Santa Leopoldina.

Bello Amorim, Deputado, Pio Ramos, idem.

Alexandre Honorio, idem. Arthur Contino, idem.

João Guimarães, idem. Theodoro Velloso, idem.

Cyrillo Tovar, idem. Nacido Amaral, idem.

Dr. João Luiz Alves

Attoado

Victoria, 30 de Junho de 1908.

Augusto Calmon, Presidente do Congresso Legislativ

Galdino Loreto, Deputado.

Virgílio Silva, Deputado e Presidente do Governo Municipal de Piuma.

Paulo de Melo, Deputado e Presidente do Governo Municipal de Santa Leopoldina.

Bello Amorim, Deputado, Pio Ramos, idem.

Alexandre Honorio, idem. Arthur Contino, idem.

João Guimarães, idem. Theodoro Velloso, idem.

Cyrillo Tovar, idem. Nacido Amaral, idem.

Dr. João Luiz Alves

Attoado

Victoria, 30 de Junho de 1908.

Augusto Calmon, Presidente do Congresso Legislativ

Galdino Loreto, Deputado.

Actos Officiaes

Presidencia do Exmo. Sr. Dr. Jeronymo de Souza Monteiro

Decreto n. 108

O Presidente do Estado, usando de attribuição Constitucional.

Decreto:

Art. 1º Fica creada a Escola Modelo annexa á Escola Normal d'este Estado.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrario.

O Secretario Geral do Estado faga publicar, o imprimir e correr.

Palacio do Governo do Estado do Espirito Santo, em 4 de Julho de 1908.

JERONYMO DE SOUZA MONTEIRO.

Sellado e publicado nesta Secretaria Geral do Estado do Espirito Santo, em 4 de Julho de 1908.—União

Kamillelê Maia, Secretario Geral.

Decreto n. 109

Dá regulamento ás Escolas Normaes e Modelo annexas do Estado do Espirito Santo.

O Presidente do Estado, usando de attribuição Constitucional e tendo em vista regulamento da Escola Normal e a Escola Modelo annexa, DECRETA:

CAPITULO I

DO ENSINO NORMAL

Art. 1º A Escola Normal da Capital é um estabelecimento de ensino profissional e tem por fim dar aos candidatos a carreira do magisterio a educação intellectual, moral e pratica necessaria ao bom desempenho dos deversos profissões.

Art. 2º As materias de ensino do curso da Escola Normal serão das seguintes: 1º Portuguez e Literatura portugueza; 2º Francês theorico e pratico; 3º Logica theorico e pratico; 4º Mathematicas abrangendo Arithmetica, Algebra e Geometria; 5º Geographia e Historia; 6º Physica, Chimica e Historia Natural.

Art. 3º A Escola Normal, professora contratados encaregados das seguintes aulas: 1º Gymnastica e exercicios militares; 2º Musica; 3º Trabalhos manuaes para o sexo masculino; 4º Trabalhos manuaes para o sexo feminino; 5º Desenho e Caligraphia.

Art. 4º O curso secundario, cujo ensino será facultado a ambos os sexos, será de tres annos, como em seguida se menciona:

SEÇÃO MASCULINA

PRIMEIRO ANNO

Portuguez e Literatura portugueza; 2º Francês e Algebra; 3º Arithmetica e Geometria; 4º Geographia e Cosmographia; 5º Caligraphia e Desenho; 6º Trabalhos Manuaes; 7º Gymnastica.

SEGUNDO ANNO

Portuguez e Literatura portugueza; 2º Francês e Geometria; 3º Algebra e Geometria; 4º Historia do Brasil; 5º Physica e Chimica; 6º Caligraphia e Desenho; 7º Trabalhos Manuaes; 8º Gymnastica e Exercicios Militares.

TERCEIRO ANNO

Litteratura Portugueza; 2º Historia Natural; 3º Historia Universal; 4º Exercicio de ensino na Escola Modelo; 5º Gymnastica e Exercicios Militares.

SEÇÃO FEMININA

PRIMEIRO ANNO

Portuguez e Literatura portugueza; 2º Francês e Algebra; 3º Arithmetica e Geometria; 4º Geographia e Cosmographia; 5º Caligraphia e Desenho; 6º Trabalhos Manuaes; 7º Gymnastica.

SEGUNDO ANNO

Portuguez e Literatura portugueza; 2º Francês e Geometria; 3º Algebra e Geometria; 4º Historia do Brasil; 5º Physica e Chimica; 6º Caligraphia e Desenho; 7º Trabalhos Manuaes; 8º Gymnastica e Exercicios Militares.

TERCEIRO ANNO

Litteratura Portugueza; 2º Historia Natural; 3º Historia Universal; 4º Exercicio de ensino na Escola Modelo; 5º Gymnastica e Exercicios Militares.

SEÇÃO MASCULINA

PRIMEIRO ANNO

Portuguez e Literatura portugueza; 2º Francês e Algebra; 3º Arithmetica e Geometria; 4º Geographia e Cosmographia; 5º Caligraphia e Desenho; 6º Trabalhos Manuaes; 7º Gymnastica.

SEGUNDO ANNO

Portuguez e Literatura portugueza; 2º Francês e Geometria; 3º Algebra e Geometria; 4º Historia do Brasil; 5º Physica e Chimica; 6º Caligraphia e Desenho; 7º Trabalhos Manuaes; 8º Gymnastica e Exercicios Militares.

TERCEIRO ANNO

Litteratura Portugueza; 2º Historia Natural; 3º Historia Universal; 4º Exercicio de ensino na Escola Modelo; 5º Gymnastica e Exercicios Militares.

SEÇÃO FEMININA

PRIMEIRO ANNO

Portuguez e Literatura portugueza; 2º Francês e Algebra; 3º Arithmetica e Geometria; 4º Geographia e Cosmographia; 5º Caligraphia e Desenho; 6º Trabalhos Manuaes; 7º Gymnastica.

SEÇÃO FEMININA

PRIMEIRO ANNO

Portuguez e Literatura portugueza; 2º Francês e Algebra; 3º Arithmetica e Geometria; 4º Geographia e Cosmographia; 5º Caligraphia e Desenho; 6º Trabalhos Manuaes; 7º Gymnastica.

SEGUNDO ANNO

Portuguez e Literatura portugueza; 2º Francês e Geometria; 3º Algebra e Geometria; 4º Historia do Brasil; 5º Physica e Chimica; 6º Caligraphia e Desenho; 7º Trabalhos Manuaes; 8º Gymnastica e Exercicios Militares.

TERCEIRO ANNO

Litteratura Portugueza; 2º Historia Natural; 3º Historia Universal; 4º Exercicio de ensino na Escola Modelo; 5º Gymnastica e Exercicios Militares.

SEÇÃO MASCULINA

PRIMEIRO ANNO

Portuguez e Literatura portugueza; 2º Francês e Algebra; 3º Arithmetica e Geometria; 4º Geographia e Cosmographia; 5º Caligraphia e Desenho; 6º Trabalhos Manuaes; 7º Gymnastica.

SEGUNDO ANNO

Portuguez e Literatura portugueza; 2º Francês e Geometria; 3º Algebra e Geometria; 4º Historia do Brasil; 5º Physica e Chimica; 6º Caligraphia e Desenho; 7º Trabalhos Manuaes; 8º Gymnastica e Exercicios Militares.

TERCEIRO ANNO

Litteratura Portugueza; 2º Historia Natural; 3º Historia Universal; 4º Exercicio de ensino na Escola Modelo; 5º Gymnastica e Exercicios Militares.

SEÇÃO MASCULINA

PRIMEIRO ANNO

Portuguez e Literatura portugueza; 2º Francês e Algebra; 3º Arithmetica e Geometria; 4º Geographia e Cosmographia; 5º Caligraphia e Desenho; 6º Trabalhos Manuaes; 7º Gymnastica.

SEGUNDO ANNO

Portuguez e Literatura portugueza; 2º Francês e Geometria; 3º Algebra e Geometria; 4º Historia do Brasil; 5º Physica e Chimica; 6º Caligraphia e Desenho; 7º Trabalhos Manuaes; 8º Gymnastica e Exercicios Militares.

TERCEIRO ANNO

Litteratura Portugueza; 2º Historia Natural; 3º Historia Universal; 4º Exercicio de ensino na Escola Modelo; 5º Gymnastica e Exercicios Militares.

SEÇÃO MASCULINA

PRIMEIRO ANNO

Portuguez e Literatura portugueza; 2º Francês e Algebra; 3º Arithmetica e Geometria; 4º Geographia e Cosmographia; 5º Caligraphia e Desenho; 6º Trabalhos Manuaes; 7º Gymnastica.

SEGUNDO ANNO

Portuguez e Literatura portugueza; 2º Francês e Geometria; 3º Algebra e Geometria; 4º Historia do Brasil; 5º Physica e Chimica; 6º Caligraphia e Desenho; 7º Trabalhos Manuaes; 8º Gymnastica e Exercicios Militares.

TERCEIRO ANNO

Litteratura Portugueza; 2º Historia Natural; 3º Historia Universal; 4º Exercicio de ensino na Escola Modelo; 5º Gymnastica e Exercicios Militares.

SEÇÃO MASCULINA

PRIMEIRO ANNO

Portuguez e Literatura portugueza; 2º Francês e Algebra; 3º Arithmetica e Geometria; 4º Geographia e Cosmographia; 5º Caligraphia e Desenho; 6º Trabalhos Manuaes; 7º Gymnastica.

SEGUNDO ANNO

Portuguez e Literatura portugueza; 2º Francês e Geometria; 3º Algebra e Geometria; 4º Historia do Brasil; 5º Physica e Chimica; 6º Caligraphia e Desenho; 7º Trabalhos Manuaes; 8º Gymnastica e Exercicios Militares.

TERCEIRO ANNO

Litteratura Portugueza; 2º Historia Natural; 3º Historia Universal; 4º Exercicio de ensino na Escola Modelo; 5º Gymnastica e Exercicios Militares.

SEÇÃO MASCULINA

PRIMEIRO ANNO

Portuguez e Literatura portugueza; 2º Francês e Algebra; 3º Arithmetica e Geometria; 4º Geographia e Cosmographia; 5º Caligraphia e Desenho; 6º Trabalhos Manuaes; 7º Gymnastica.

SEGUNDO ANNO

Portuguez e Literatura portugueza; 2º Francês e Geometria; 3º Algebra e Geometria; 4º Historia do Brasil; 5º Physica e Chimica; 6º Caligraphia e Desenho; 7º Trabalhos Manuaes; 8º Gymnastica e Exercicios Militares.

TERCEIRO ANNO

Litteratura Portugueza; 2º Historia Natural; 3º Historia Universal; 4º Exercicio de ensino na Escola Modelo; 5º Gymnastica e Exercicios Militares.

SEÇÃO MASCULINA

PRIMEIRO ANNO

Portuguez e Literatura portugueza; 2º Francês e Algebra; 3º Arithmetica e Geometria; 4º Geographia e Cosmographia; 5º Caligraphia e Desenho; 6º Trabalhos Manuaes; 7º Gymnastica.

Art. 11º O alumno que tiver 40 faltas justificadas em 10 não justifica a sua permanencia no curso.

Art. 12º As faltas deverão ser devidamente justificadas perante os lentes e professores em cujas aulas se derem, e por elles julgadas, justificadas ou não, conforme a relevancia do motivo allegado.

Art. 13º Serão feridos os dias de faltas, quando o lente ou professor não julgar acentuado o motivo allegado ou quando tiver duvida sobre sua relevancia, determinará a sua exclusão do curso.

Art. 14º O portei e demais empenhos subalternos advertirão, com infamia, aos alumnos que praticarem actos contrarios á boa ordem e ao decoro da Escola.

Art. 15º Os alumnos faltarão ao ensino do Edificio, levando os factos ao conhecimento do Director quando forem desatendidos.

Art. 16º Os alumnos faltarão ao ensino do Edificio, levando os factos ao conhecimento do Director quando forem desatendidos.

Art. 17º Os alumnos faltarão ao ensino do Edificio, levando os factos ao conhecimento do Director quando forem desatendidos.

Art. 18º Os alumnos faltarão ao ensino do Edificio, levando os factos ao conhecimento do Director quando forem desatendidos.

Art. 19º Os alumnos faltarão ao ensino do Edificio, levando os factos ao conhecimento do Director quando forem desatendidos.

Art. 20º Os alumnos faltarão ao ensino do Edificio, levando os factos ao conhecimento do Director quando forem desatendidos.

Art. 21º Os alumnos faltarão ao ensino do Edificio, levando os factos ao conhecimento do Director quando forem desatendidos.

Art. 22º Os alumnos faltarão ao ensino do Edificio, levando os factos ao conhecimento do Director quando forem desatendidos.

Art. 23º Os alumnos faltarão ao ensino do Edificio, levando os factos ao conhecimento do Director quando forem desatendidos.

Art. 24º Os alumnos faltarão ao ensino do Edificio, levando os factos ao conhecimento do Director quando forem desatendidos.

Art. 25º Os alumnos faltarão ao ensino do Edificio, levando os factos ao conhecimento do Director quando forem desatendidos.

Art. 26º Os alumnos faltarão ao ensino do Edificio, levando os factos ao conhecimento do Director quando forem desatendidos.

Art. 27º Os alumnos faltarão ao ensino do Edificio, levando os factos ao conhecimento do Director quando forem desatendidos.

Art. 28º Os alumnos faltarão ao ensino do Edificio, levando os factos ao conhecimento do Director quando forem desatendidos.

Art. 29º Os alumnos faltarão ao ensino do Edificio, levando os factos ao conhecimento do Director quando forem desatendidos.

Art. 30º Os alumnos faltarão ao ensino do Edificio, levando os factos ao conhecimento do Director quando forem desatendidos.

Art. 31º Os alumnos faltarão ao ensino do Edificio, levando os factos ao conhecimento do Director quando forem desatendidos.

Art. 32º Os alumnos faltarão ao ensino do Edificio, levando os factos ao conhecimento do Director quando forem desatendidos.

Art. 33º Os alumnos faltarão ao ensino do Edificio, levando os factos ao conhecimento do Director quando forem desatendidos.

Art. 34º Os alumnos faltarão ao ensino do Edificio, levando os factos ao conhecimento do Director quando forem desatendidos.

Art. 35º Os alumnos faltarão ao ensino do Edificio, levando os factos ao conhecimento do Director quando forem desatendidos.

Art. 36º Os alumnos faltarão ao ensino do Edificio, levando os factos ao conhecimento do Director quando forem desatendidos.

Art. 37º Os alumnos faltarão ao ensino do Edificio, levando os factos ao conhecimento do Director quando forem desatendidos.

Art. 38º Os alumnos faltarão ao ensino do Edificio, levando os factos ao conhecimento do Director quando forem desatendidos.

Art. 39º Os alumnos faltarão ao ensino do Edificio, levando os factos ao conhecimento do Director quando forem desatendidos.

Art. 40º Os alumnos faltarão ao ensino do Edificio, levando os factos ao conhecimento do Director quando forem desatendidos.

Art. 41º Os alumnos faltarão ao ensino do Edificio, levando os factos ao conhecimento do Director quando forem desatendidos.

Art. 42º Os alumnos faltarão ao ensino do Edificio, levando os factos ao conhecimento do Director quando forem desatendidos.

Art. 43º Os alumnos faltarão ao ensino do Edificio, levando os factos ao conhecimento do Director quando forem desatendidos.

Art. 44º Os alumnos faltarão ao ensino do Edificio, levando os factos ao conhecimento do Director quando forem desatendidos.

Art. 45º Os alumnos faltarão ao ensino do Edificio, levando os factos ao conhecimento do Director quando forem desatendidos.

Art. 46º Os alumnos faltarão ao ensino do Edificio, levando os factos ao conhecimento do Director quando forem desatendidos.

Art. 47º Os alumnos faltarão ao ensino do Edificio, levando os factos ao conhecimento do Director quando forem desatendidos.

Art. 48º Os alumnos faltarão ao ensino do Edificio, levando os factos ao conhecimento do Director quando forem desatendidos.

Art. 49º Os alumnos faltarão ao ensino do Edificio, levando os factos ao conhecimento do Director quando forem desatendidos.

Art. 50º Os alumnos faltarão ao ensino do Edificio, levando os factos ao conhecimento do Director quando forem desatendidos.

Art. 51º Os alumnos faltarão ao ensino do Edificio, levando os factos ao conhecimento do Director quando forem desatendidos.

Art. 52º Os alumnos faltarão ao ensino do Edificio, levando os factos ao conhecimento do Director quando forem desatendidos.

Art. 53º Os alumnos faltarão ao ensino do Edificio, levando os factos ao conhecimento do Director quando forem desatendidos.

Art. 54º Os alumnos faltarão ao ensino do Edificio, levando os factos ao conhecimento do Director quando forem desatendidos.

Art. 55º Os alumnos faltarão ao ensino do Edificio, levando os factos ao conhecimento do Director quando forem desatendidos.







'Tendo de se proceder, no dia 14

Victoria, 30 de Junho de 1908.  
Augusto Cúmon, Presidente do  
Congresso Legislativo.  
Galdino Lorto, Deputado.  
Virgílio Silva, Deputado e Presi-  
dente do Governo Municipal de  
Buenos Aires.  
Paulo de Mello, Deputado e Presi-  
dente do Governo Mi-  
nistrado.  
Bello Amorim, Deputado.  
Pio Ramos, idem.  
Antonio Honorio, idem.  
Arthur Coutinho, idem.  
Joaquim Galvão, idem.  
Theres Valverde, idem.  
Cyrllo Toyar, idem.  
Nuccio Araújo, idem.

Art. 69.º No primeiro dia útil após a publicação desta Lei, o Conselho de Administração da Caixa Econômica Federal procederá à leitura das provas e a escolha dos respectivos autores, que será feita pelos membros do Conselho de Administração, em voz alta, na presença dos membros do Conselho Fiscal e dos membros do Conselho de Administração da Caixa Econômica Federal.

Art. 85°. Cada ponto para exame deve constar de uma parte theorica e de uma parte pratica correlativa.

Art. 98.º As aulas serão abertas a 16 de Fevereiro e encerradas a 30 de Novembro de cada anno e

g) Exclusão do quadro de honra ;  
h) Retirada da Escola por incorrigível, precedendo a suspensão da frequência até 5 dias

b) Ao Director do Thezouro do Es-





**ANEXO I – DECRETO Nº 114, DE 11 DE JULHO DE 1908**



ANNO I | NUM. 286

VICTORIA, Estado do E. Santo

Sexta-feira, 10 de Julho de 1908

ELEIÇÃO

SENATORIAL

Tendo de se proceder, no dia 14 de Julho próximo, a eleição de um Senador por este Estado, nos seus abastados, filiados ao Partido Republicano Construtor e representantes dos diversos municípios do Estado temos a honra de apresentar aos sufrágios do eleitorado espírito-santense o nome laureado do Dr. João Luiz Alves, que neste momento se apresenta na Câmara dos Deputados do glorioso Estado de Minas Geraes.

Eleito Deputado para a 5ª legislatura da Republica, o Dr. João Luiz Alves chegou à Câmara dos Deputados do Estado, precedido de uma reputação invejável que para logo lhe granjeou uma expectativa sympathica e favoravel a que elle tem sabido corresponder admiravelmente.

De longa data o povo mineiro e o espirito-santense se sentem presos por laços de profunda affeição constrahida pelos honras mais eminentes dos dois Estados, de tal sorte que o espirito-santense assiste aos triumphos e glórias dos estadistas mineiros, e com abundancia de alma que o povo espirito-santense tem contribuido ao carinho e a fadiga com que têm sido recebidos, na capital mineira, alguns de seus chefes.

Ainda recentemente teve a mais grata representação neste Estado o genitor do nosso illustre Chefe Excmo. Sr. Dr. Jeronymo Monteiro.

O Sr. João Luiz Alves tem sabido honrar seus tradições de affecto que ligam os dois povos.

Cuidados de lutas estereis e nocivas ao Estado, os partidos politicos do Espirito Santo entraram em bôa hora n'um periodo de tregua, sob o influxo da patriótica e sã orientação de S. Excmo. o Sr. Dr. Jeronymo Monteiro, digno chefe do Estado e do Partido Republicano Construtor.

PARA SENADOR Advogado

Victoria, 20 de Junho de 1908. Augusto Calmon, Presidente do Congresso Legislativo. Galdino Loreto, Deputado. Virgilio Silva, Deputado e Presidente do Governo Municipal de Piuma. Paulo de Mello, Deputado e Presidente do Governo Municipal de Santa Leopoldina. Bello Amorim, Deputado. Pio Ramos, idem. Antonio Honorio, idem. Arthur Contino, idem. Joaquim Guimarães, idem. Cyrillo Tovar, idem. Narciso Amato, idem.

veu apoiar e propagar sua patriótica candidatura, que representa uma esperança para o Espirito Santo e trará o operariado brasileiro. O mesmo Centro destruiu boletins convidando os operários a votarem no illustre brasileiro.

Colégio Americano da Victoria — Reabrem-se as aulas no dia 13 do corrente.

RUA DO COMMERCIO—70



Actos Officiaes

Presidencia do Excmo. Sr. Dr. Jeronymo de Souza Montalvo

TELEGRAMMA RECEBIDO ALFREDO CHAVES, 9.—Excmo. Sr. Dr. Pro. idem do Estado, Victoria. —Estado variavel villa e arredores optimo. Caso sanitario occorrido centro municipio, isolado. Por enquanto desnecessarias outras providencias. Somente vacinas, não alarmar população sem necessidade. Providenciarei e avisarei caso contrario. —Guido Von Dwellinger.

DECRETO N. 413 Substitue por outra a tabela annexa ao Decreto n. 95, de 9 de Janeiro do corrente anno.

TELEGRAMMAS Serviço especial de «Jornal da Manhã»

DECRETO: Art. 1º A tabela que acompanhava o Decreto n. 95, de 9 de Janeiro do corrente anno, fica substituida pela tabela annexa ao presente Decreto.

DECRETO N. 113 desta data

CATEGORIAS	VENCIAMENTOS		TOTAL	BRACAGEM
	ORDENADO	GRAT		
Director	5.333\$3334	2.666\$6666	8.000\$0000	3 réis por metro.
Agremiadores	3.200\$0000	1.600\$0000	4.800\$0000	
Escripturario	1.600\$0000	800\$0000	2.400\$0000	
	10.133\$3334	5.066\$6666	15.200\$0000	

Palacio do Governo do Estado do Espirito Santo, em 4 de Julho de 1908. —Jeronymo de Souza Montalvo.

DECRETO N. 114 Approva o "gramma das causas de sua irregularidade, origem e divisão do alphabeto. Notações e precisos orthographicos. 6º Taxonomia. Classificação das palavras pelo sentido, pelas funções naturaes e pela forma.

DECRETO:

Art. 1º Fica approvado o programma de ensino para a Escola Normal e Escola Modelo annexa, que com este intuito, 2º Revogam-se as disposições em contrario.

PROGRAMMA a que se refere o Decreto n. 114 de 3 de Julho

CURSO SECUNDARIO DISTRIBUIÇÃO DAS MATÉRIAS DE ENSINO

PRIMEIRO ANNO

Portuguez Francês Arithmetica e Algebra Geographia e Cosmographia Calligraphia e Desenho Trabalhos manuaes Gymnastica.

SEGUNDO ANNO

Portuguez Francês Geometria Historia do Brasil Physica e Chimica Calligraphia e Desenho Trabalhos manuaes Gymnastica e exercicios militares.

TERCEIRO ANNO

Litteratura Portugueza Ingles Historia Natural Historia Universal Pedagogia e Educação civica Musica Exercicios de ensino na Escola Modelo

SEGUNDO ANNO

Portuguez Francês Ingles Geometria Historia do Brasil Physica e Chimica Calligraphia e Desenho Trabalhos manuaes Gymnastica.

SEGUNDO ANNO

Portuguez Francês Ingles Geometria Historia do Brasil Physica e Chimica Calligraphia e Desenho Trabalhos manuaes Gymnastica.

PRIMEIRO ANNO

Litteratura Portugueza Ingles Historia Natural Historia Universal Pedagogia e Educação civica Musica Exercicios de ensino na Escola Modelo

PRIMEIRO ANNO

Litteratura Portugueza Ingles Historia Natural Historia Universal Pedagogia e Educação civica Musica Exercicios de ensino na Escola Modelo

PRIMEIRO ANNO

Litteratura Portugueza Ingles Historia Natural Historia Universal Pedagogia e Educação civica Musica Exercicios de ensino na Escola Modelo

PRIMEIRO ANNO

Litteratura Portugueza Ingles Historia Natural Historia Universal Pedagogia e Educação civica Musica Exercicios de ensino na Escola Modelo

PRIMEIRO ANNO

Parte theorica: 1º Classificação e enumerção dos sons. Neophonemas fricativos. 2º Syllabas. Acento e quantidade. Posição do acento tonico nas palavras fricasas.

3º Deficiência do alphabeto. Condições de letras. Notações laticas. Difficuldades orthographicas: suas causas. 4º Flexões nominas. Género, numero e grau dos substantivos e dos qualificativos: formas genericas e numericas dos determinativos em geral: casos rectos e obliquos dos pronomes pessoais.

5º Flexões verbas. Conjugação dos auxiliares *ser* e *aver*: terminação dos tempos simples nas quatro conjugações: formação dos tempos compostos: paradigmas dos verbos regulares: conjugação negativa e irregular: verbos pronominaes, impersonaes e irregulares. 6º Palavras invariaveis e locuções correspondentes.

7º Estrutura: raiz e affixos: thematic e desinencia dos vocabulos. 8º Formação de palavras por composição e por derivação. Estudo dos prefixos e sufixos. 9º Formação do substitutivo, do adjetivo e do verbo.

10º Formação das palavras invariaveis. 11º Familias de palavras: etymologia phonetica e ideologica. 12º Principaes regras de syntaxe de concordancia.

Parte pratica: Exercicio de leitura com explicação dos signaes orthographicos e observações sobre a accentuação tonica das palavras. Dictado de pequenas phrases. Analyse phonologica. Exercicios de versão exemplificando as lições theoricas. Lettura e traducção explicada: synthese oral do trecho lido: sentença de palavras isoladas.

Analyse morphologica

SEGUNDO ANNO

Parte theorica: 13º Syntaxe do substitutivo, género e numero de certos nomes communs e dos proprios: plural dos compostos. Collocação do substitutivo sujeito do verbo. 14º Syntaxe do adjetivo. Collocação e concordancia dos qualificativos: emprego dos numeraes, possessivos e indefinitos.

15º Syntaxe do Artigo. Emprego, repetição e ellipse do artigo. 16º Syntaxe do pronome em geral. Collocação e repetição dos pronomes pessoais. 17º Syntaxe do verbo. Concordancia verbal. Emprego dos verbos auxiliares. Os modos e os tempos.

18º Syntaxe do particípio. Concordancia do particípio passado dos verbos transitivos, intransitivos, pronominaes e unipersonaes. Observações sobre os particípios *facti*, *subi*, *caus*, etc. 19º Syntaxe do adverbio. Emprego de certos adverbios. Casos em que se supprimem *per* *propter*. No das negativas nas clausulas subordinadas.

20º Syntaxe da preposição. Emprego de certas preposições e locuções prepositivas, traducção das preposições portuguezas em *de*, *com*, *entre*, *per*, *para*, etc. 21º Syntaxe da conjunção. Particularidades de certas conjunções.

22º Construção. Estado comparativo entre o portuguez e o francez. Gallicismos lexicos e syntacticos. Parte pratica: Exercicio de versão, exemplificando, uma a uma, todas as lições theoricas.—Letura graduado de precursores e poetas francizes.—Interpretação do trecho lido. Analyse lexologica e syntactica.

Ingles

O ensino nesta Cadeira deve ser exclusivamente em Ingles. Parte theorica: 1º Alphabeto, vogaes e consoantes. 2º Diphthongos e digraphos. 3º Acentos; divisão das palavras em syllabas. 4º Formas simples dos verbos. Verbos auxiliares.

5º Numero d. s. substitutivos. 6º Género dos substantivos. 7º Caso dos substantivos. 8º Flexão dos adjectivos. 9º Adjectos. 10º Adjectivos demonstrativos.

O ensino nesta Cadeira deve ser ministrado exclusivamente em Francez.



## EXPEDIENTE

## Redacção e Officinas

## 3- Travessa da Alameda-3

## Assignaturas

## NA CAPITAL

Anno: 185000

Semestre: 98000

## FORA DA CAPITAL

Anno: 185000

Semestre: 105000

## FOLHA AVULSA 100 RÊIS

Os pedidos de assignaturas,

não só os da Capital, como de

fora do Estado, só serão atten-

diçados quando venham compa-

nhados da respectiva importan-

cia.

Todo o preço de publicações

será previamente ajustado e os

pagamentos feitos adiantada-

mente.

11. Adjectivos conjunctivos.

12. Adjectivos interrogativos.

13. Adjectivos distributivos e inde-

finidos.

14. Adjectivos numericos.

15. Pronomes pessoais.

16. Pronomes reflexos.

17. Pronomes demonstrativos.

18. Pronomes conjunctivos.

19. Pronomes interrogativos.

20. Pronomes distributivos e in-

definidos.

21. Palavras invariaveis.

Parte pratica.

Conversação, leitura e traducção.

Exercícios tendentes a fixar as regras

grammaticaes.

TINCEIRO ANNO

Morphologia

22. Derivação das palavras:

a) Derivação.

b) Composição.

23. Syntaxe do substantivo. Gen-

tivo.

24. Syntaxe do adjectivo.

25. Syntaxe do pronome.

26. Syntaxe do verbo.

a) Concordancia.

b) Freguez dos modos e tempos.

c) Formar nominas do verbo.

27. Negações.

28. Interjeções.

29. Exclamações.

30. Syntaxe do adverbio.

31. Syntaxe da proposição.

32. Syntaxe da composição.

33. Metrificação.

Parte pratica.

Conversação, leitura e traducção.

Exercícios tendentes a fixar as regras

grammaticaes.

TINCEIRO ANNO

Morphologia

22. Derivação das palavras:

a) Derivação.

b) Composição.

23. Syntaxe do substantivo. Gen-

tivo.

24. Syntaxe do adjectivo.

9. Theoria da eliminção. Diversos

metodos de eliminção.

10. Equações simultaneas do pri-

meiro grau.

11. Principios em que se funda a re-

solução das equações simultaneas.

12. Equações e problemas do 1º grau

a) Lineares e mal conhecidas.

13. Soluções positivas, negativas, in-

finitas e indeterminadas.

14. Theoria das quantidades nega-

tivas.

15. Problema dos correios.

16. Radicaes do 2º grau.

17. Quadrado e raíz quadrada.

18. Cálculo dos radicaes do 2º grau.

19. Equações do 2º grau a uma in-

cognita.

20. Equações simultaneas do 2º grau.

21. Systema de equações do 2º grau.

22. Propriedades genes das equa-

ções do 2º grau. Maxima e minima.

Geometria

1. Objecto da geometria; sua posi-

ção encyclopedica; methodo geom-

etrico. Determinação da area do recan-

gulo, do triangulo, dos parallelogra-

mms e polygonos. Theorema de Va-

rignon.

2. Angulos, sua classificação. Tri-

angulos—propriedades, casos de igual-

dade.

3. Construção dos triangulos.

4. Dependencias e parallelas. An-

gulos de lados parallelas ou perpe-

diculares. Triangulos rectangulos.

4. Circunferencia. Propriedades

das linhas na circunferencia.

5. Medida dos angulos (central,

inscripto, excentrico).

6. Similitude dos triangulos e po-

lygonos.

7. Linhas proporcionaes em geral

e a circunferencia.

8. Relação numerica das linhas

nos triangulos.—Os mesmos theo-

mas geometricamente considerados.

9. Inscriptão de polygonos na cir-

cunferencia.

10. Avaliação dos lados do qua-

drado, do octogono do exagono e do

decagono.

11. Avaliação da circunferencia

(cálculo de p).

12. Avaliação de areas circulares

(circulos, sector, segmento, trapézio

e corda).

13. Avaliação do volume do pa-

rallelepipedo rectangulo; de um pa-

rallelepipedo qualquer.

14. Volume dos prismas.

15. Decomposição do cubo em 6

pyramides eguaes. Volumes da pyra-

mide.

16. Decomposição do prisma trian-

gular em 3 pyramides. Pyramide

cubica. Area lateral.

17. Estudo das rectas e planos per-

pendiculares e dos planos parallelos.

18. Angulos diedros e triédros. Plu-

Distincção dos corpos inorganicos

e dos seres vivos ou organizados. Ca-

racteres distinctivos dos vegetes e

animaes.

Geologia

1. Definição, utilidade e divisão da

Geologia.

2. Exposição summaria da consi-

deração do Globo.

3. Elementos das rochas.

4. Rochas ligas e sedimentares.

5. Phenomenos geologicos actuaes

de origem exterior.

6. Phenomenos geologicos actuaes

de origem interna.

7. Generalidades sobre as eras pri-

maria, actualidade, terciaria e quater-

naria.

8. Periodo actual.

9. Geologia do Estado do Espirito

Santo.

Botanica

1. Definição, utilidade e divisão da

botânica.

2. Célula vegetal e productos cel-

lulares.

3. Tecidos e orgãos vegetaes.

4. Raiz, morphologia e physiologia.

5. Folha, idem. idem.

6. Folha, idem. idem.

7. Seiva, causas de seu movimento.

8. Organos da reprodução; auto-

gama e gineceio.

9. Fecundação e desenvolvimento

do embryo. Aplicações.

10. Fructos e sua classificação.

11. Semente e sua disseminação.

12. Germinação; phenomenos mor-

phologicos, physiologicos e chimicos.

13. Phenomenos graves dos vegetaes.

14. Classificação do reino vegetal.

15. Systema de Linnæo e methodo natu-

ral de Jussieu.

16. Famílias — oegmels, gramí-

neas e leguminosas.

17. Vegetaes fermentes; seu papel

nas fermentações e nas moléstias.

18. Noções sobre pathologia vegetal.

19. Noções sobre pathologia vegetal.

20. Noções sobre pathologia vegetal.

21. Noções sobre pathologia vegetal.

22. Noções sobre pathologia vegetal.

23. Noções sobre pathologia vegetal.

24. Noções sobre pathologia vegetal.

25. Noções sobre pathologia vegetal.

26. Noções sobre pathologia vegetal.

27. Noções sobre pathologia vegetal.

28. Noções sobre pathologia vegetal.

29. Noções sobre pathologia vegetal.

30. Noções sobre pathologia vegetal.

31. Noções sobre pathologia vegetal.

32. Noções sobre pathologia vegetal.

33. Noções sobre pathologia vegetal.

34. Noções sobre pathologia vegetal.

35. Noções sobre pathologia vegetal.

36. Noções sobre pathologia vegetal.

37. Noções sobre pathologia vegetal.

38. Noções sobre pathologia vegetal.

39. Noções sobre pathologia vegetal.

40. Noções sobre pathologia vegetal.



ANNO I | NUM. 237

Victoria, Estado do E. Santo

Sabado, 11 de Julho de 1908

ELEIÇÃO

SENATORIAL

Tendo de se proceder, no dia 14 de Julho proximo, a eleição de um Senador por este Estado, nós, os abaixo assignados, filiados ao Partido Republicano Constructor e representantes dos diversos municipios do Estado tomamos a honra de apresentar aos senhores do electorado espíto-santense o nome laureado do Dr. João Luiz Alves, que neste momento representa na Camara dos Deputados Federaes o glorioso Estado de Minas Geraes.

Elleito Deputado para a 5ª legislatura da Republica, o Dr. João Luiz Alves chegou á Camara dos Deputados Federaes, procedido de tina reputação invejavel que para logo lhe trouxe uma expectativa sympathica e favoravel a que elle tem sabido corresponder admiravelmente.

Elleito e reelecto o Dr. João Luiz Alves tem perdido as occasoões que lhe offerecem para por em destaque o seu peregrino talento e a sua excepcional operosidade.

A todos os grandes problemas que se tem agitado na Camara interessando vivamente o paiz, o Dr. João Luiz tem dado a precisa contribuição de suas exccelias qualidades de intelligencia e de accção.

Foi assim que o nome do Dr. João Luiz transpoz as fronteiras de Minas e tornou-se vantajosamente conhecido em todo o paiz e particularmente neste Estado, ao qual S. Exa. tem mostrado dedicar grande parte dos seus affectos.

De longa data o povo mineiro e o espíto-santense se sentem presos por laços de profunda affeição constituidos pelos honras mais eminentes dos dois Estados, de tal sorte que é com vivo entusiasmo que o povo espíto-santense assiste aos triumphos e glórias dos estadistas mineiros.

E' com abundancia de alma que o povo espíto-santense tem recebido o carinho e a fidelidade com que tem sido recebido, na capital mineira, alguns de seus chefes.

Ainda recentemente teve a mais grata repercussão neste Estado o gentili acolhimento feito em Belo Horizonte ao nosso illustre Chefe Exmo. Sr. Dr. Jeronymo Monteiro.

O Dr. João Luiz Alves tem sabido honrar essas tradições de affecto que ligam os dois povos.

Cangados de lutas estereis e nocivas ao Estado, os partidos políticos do Espíto Santo entraram em bôa hora em período de tregua sob o influxo da patriótica e sã orientação de S. Exa. o Sr. Dr. Jeronymo Monteiro, digno chefe do Estado e do Partido Republicano Constructor.

E' assim que, graças ao depreendimento revelado pelos nossos oregionarios mais carregados de sentimentos, podemos apresentar ao electorado espíto-santense um nome que, a julgar pelas manifestações já feitas pelos orgãos mais coroados da opinião deste Estado, reunirá a unanimidade dos sufragios.

Pedimos pois aos nossos correligionarios que corram das urnas e sufraguem

PARA SENADOR

Dr. João Luiz Alves

Advogado

Victoria, 30 de Junho de 1908.

Augusto Calmon, Presidente do Congresso Legislativo.

Galdino Loreto, Deputado.

Virgilio Silva, Deputado e Presidente do Governo Municipal de Piuma.

Paulo de Mello, Deputado e Presidente do Governo Municipal de Leopoldina.

Bello Amorim, Deputado.

Pio Ramos, Deputado.

Arturo Honório, idem.

Arthur Coutinho, idem.

Joaquim Guimarães, idem.

Thiers Yellows, idem.

Narcizo Foyar, idem.

Cyrillo Araújo, idem.

Estado.

Estado.

Estado.

Estado.

Estado.

Estado.

Colégio Americano da Vigéria — Reabrem-se as aulas no dia 13 do corrente.

RUA DO COMMERCIO—70



Actos Officiaes

Presidência do Exmo. Sr. Dr. Jeronymo de Souza Monteiro

TELEGRAMMA RECEBIDO

Rio, 9—Exmo. Sr. Dr. Presidente do Estado, Victoria.—Tenho a honra de comunicar a V. Exa. que, por Decreto de hoje, o Sr. Dr. Presidente da Republica adon a abertura da Exposição para 11 do mez de Agosto, devem lo ser encerrada a 15 de Novembro. Rogo a V. Exa. fazer manifestar da publicidade desso para conhecimento dos interessados. Cordiaes saudações.—Antonio Olybio.

DOUETO N. 114

Approva o programma das matérias do curso secundário da Escola Normal do Estado.

Continuação

Programa a que se refere o Decreto n. 114 de 1 de Maio

1. Definição — utilidade e divisão da zoologia.

2. Classificação do reino animal.

3. Classe dos mamíferos: seus caracteres genes e sua divisão em ordens. Estado particular das especies uteis e curiosas.

4. Classes das aves: seus caracteres genes e sua divisão em ordens. Estado particular das especies uteis e curiosas.

5. Classe dos reptis: seus caracteres genes e sua divisão em ordens. Estado particular das especies uteis e curiosas.

6. Classe dos batráchios: seus caracteres genes e sua divisão em ordens. Estado particular das especies uteis e curiosas.

7. Classe dos peixes: seus caracteres genes e sua divisão em ordens. Estado particular das especies uteis e curiosas.

8. Classe dos insectos: seus caracteres genes e sua divisão em ordens. Estado particular das especies uteis e curiosas.

9. Classe dos moluscos: sua divisão em grupos e em classes. Caracteres principais de cada classe. Espécies uteis e nocivas.

10. Espécies uteis e nocivas. Applicações agrícolas da entomologia.

11. Classe dos lemniscos: seus caracteres genes e suas espécies nocivas. Applicações agrícolas da entomologia.

12. Noções sobre o transformismo.

13. Distribuição geographica dos animais.

14. Noções sobre a cosmographia.

15. Preliminares: Ar: composição, pressão, temperatura e movimentos.

16. Agra: formação das fontes, rios, mares, trabalho das águas.

17. Movimentos do mar: Terra: forma, movimentos, linhas e zona. Longitude e latitude.

18. Ebbos da carta da America do Sul: estudo detalhado de cada um dos paizes, excepto do Brasil.

19. Ebbos da carta da America do Norte: estudo detalhado de cada paiz.

20. Idem da Asia.

21. Idem da Africa.

22. Idem da Oceania.

23. Preliminares: — Escala, aviação de distancia entre diversos pontos.

24. Ebbos da carta da America do Sul: localisacão de cabos, portos, ilhas, rios, montanhas, planaltos do Brasil e limites com outros paizes.

25. Limites de cada um dos Estados e localisacão de suas cidades importantes.

TELEGRAMMAS

Serviço especial do «Diário da Manhã»

Rio, 10.

O Governo Federal resolveu transferir para o dia 11 do proximo mez de Agosto a abertura da Exposição Nacional, que deverá se encerrar a 15 de Novembro vindouro.

Rio, 10.

Na Camara dos Deputados foi hoje apresentado um projecto dando direito á dissolução do casamento uma vez que um dos conjugues seja doente.

Requeria, e garantindo a liberdade de novas nuycias logo que sejam decorridos dous annos da sentença do divórcio.

O projecto acha-se assignado por grande numero de Deputados.

Rio, 10.

O Coronel Henrique Coutinho foi recebido hoje no Palacio Presidencial, tendo lancia e importante conferencia com o Dr. Affonso Penna.

Rio, 10.

Falleceu o distincto official da Marinha Capitão de Fragata Rodolpho Cruz.

S. Paulo, 10.

O normalista Fabio Oliveira tentou assassinar hoje o professor Raulpho Pereira, a tiros de revolver procurando suicidar-se em seguida.

E' bastante grave o estado dos feridos

8- A Inglaterra: revoluções do século XVII.—O regimen parlamentar no século XVIII.

9- O regimen colonial no século XVIII: colonias portuguezas, holandezas, francezas e inglesas.

10- A revolução de 15 de Novembro de 1889: proclamação e estabelecimento da Republica e governo provisório.

11- A presidência do Marechal M. Deodoro da Fonseca.

12- A presidência do Marechal Floriano Peixoto.

13- A presidência do Dr. Prudente de Moraes Barros.

14- Historia do Brasil—João Ribeiro.

15- Pedagogia, Direcção de escolas e Educação Civica.

16- Noções de divisão e especies de educação.

17- Processos e métodos pedagogicos.

18- Lei fundamental da educação e leis geraes.

19- A lei fundamental da educação e leis geraes.

20- As applicações físicas e fins da Educação Civica.

21- O meio physico—Hygiene escolar.

22- Processos de educação physica.

23- Da educação intellectual.

24- Applicações intellectuaes, fins da educação intellectual.

25- Especies da educação intellectual e da educação technica.

26- A educação scientifica.

27- O meio intellectual.

28- Processos da educação intellectual.

29- A educação moral.

30- A educação moral.

31- A educação moral.

32- A educação moral.

33- A educação moral.

34- A educação moral.

35- A educação moral.

36- A educação moral.

37- A educação moral.

38- A educação moral.

39- A educação moral.

40- A educação moral.

41- A educação moral.

42- A educação moral.

43- A educação moral.

44- A educação moral.

45- A educação moral.

46- A educação moral.

47- A educação moral.

48- A educação moral.

49- A educação moral.

50- A educação moral.

51- A educação moral.

52- A educação moral.

53- A educação moral.

54- A educação moral.

55- A educação moral.

56- A educação moral.

57- A educação moral.

58- A educação moral.

59- A educação moral.

60- A educação moral.

61- A educação moral.

62- A educação moral.

63- A educação moral.

64- A educação moral.

65- A educação moral.

66- A educação moral.

67- A educação moral.

68- A educação moral.

69- A educação moral.

70- A educação moral.

71- A educação moral.

72- A educação moral.

73- A educação moral.

74- A educação moral.

75- A educação moral.

76- A educação moral.

77- A educação moral.

78- A educação moral.

79- A educação moral.

80- A educação moral.

81- A educação moral.

82- A educação moral.

83- A educação moral.

84- A educação moral.

85- A educação moral.

86- A educação moral.

87- A educação moral.

88- A educação moral.

89- A educação moral.

90- A educação moral.

91- A educação moral.

92- A educação moral.

93- A educação moral.

94- A educação moral.

95- A educação moral.

96- A educação moral.

97- A educação moral.

98- A educação moral.

8- A Inglaterra: revoluções do século XVII.—O regimen parlamentar no século XVIII.

9- O regimen colonial no século XVIII: colonias portuguezas, holandezas, francezas e inglesas.

10- A revolução de 15 de Novembro de 1889: proclamação e estabelecimento da Republica e governo provisório.

11- A presidência do Marechal M. Deodoro da Fonseca.

12- A presidência do Marechal Floriano Peixoto.

13- A presidência do Dr. Prudente de Moraes Barros.

14- Historia do Brasil—João Ribeiro.

15- Pedagogia, Direcção de escolas e Educação Civica.

16- Noções de divisão e especies de educação.

17- Processos e métodos pedagogicos.

18- Lei fundamental da educação e leis geraes.

19- A lei fundamental da educação e leis geraes.

20- As applicações físicas e fins da Educação Civica.

21- O meio physico—Hygiene escolar.

22- Processos de educação physica.

23- Da educação intellectual.

24- Applicações intellectuaes, fins da educação intellectual.

25- Especies da educação intellectual e da educação technica.

26- A educação scientifica.

27- O meio intellectual.

28- Processos da educação intellectual.

29- A educação moral.

30- A educação moral.

31- A educação moral.

32- A educação moral.

33- A educação moral.

34- A educação moral.

35- A educação moral.

36- A educação moral.

37- A educação moral.

38- A educação moral.

39- A educação moral.

40- A educação moral.

41- A educação moral.

42- A educação moral.

43- A educação moral.

44- A educação moral.

45- A educação moral.

46- A educação moral.

47- A educação moral.

48- A educação moral.

49- A educação moral.

50- A educação moral.

51- A educação moral.

52- A educação moral.

53- A educação moral.

54- A educação moral.

55- A educação moral.

56- A educação moral.

57- A educação moral.

58- A educação moral.

59- A educação moral.

60- A educação moral.

61- A educação moral.

62- A educação moral.

63- A educação moral.

64- A educação moral.

65- A educação moral.

66- A educação moral.

67- A educação moral.

68- A educação moral.

69- A educação moral.

70- A educação moral.

71- A educação moral.

72- A educação moral.

73- A educação moral.

74- A educação moral.

75- A educação moral.

76- A educação moral.

77- A educação moral.

78- A educação moral.

79- A educação moral.

80- A educação moral.

81- A educação moral.

82- A educação moral.

83- A educação moral.

84- A educação moral.

85- A educação moral.

86- A educação moral.

87- A educação moral.

88- A educação moral.

89- A educação moral.

90- A educação moral.

91- A educação moral.

92- A educação moral.

93- A educação moral.

94- A educação moral.

95- A educação moral.

96- A educação moral.

97- A educação moral.

98- A educação moral.

8- A Inglaterra: revoluções do século XVII.—O regimen parlamentar no século XVIII.

9- O regimen colonial no século XVIII: colonias portuguezas, holandezas, francezas e inglesas.

10- A revolução de 15 de Novembro de 1889: proclamação e estabelecimento da Republica e governo provisório.

11- A presidência do Marechal M. Deodoro da Fonseca.

12- A presidência do Marechal Floriano Peixoto.













**ANEXO J – LEI N° 545, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1908**

## Actos Officiaes

Presidência do Sr. Dr. Joaquim de Souza Moutinho

## COMISSÃO EXAMINADORA

Thomaz de Faria e Silva  
João de Faria e Silva  
Joaquim de Faria e Silva

## COMISSÃO EXAMINADORA

Victor de Faria e Silva  
Joaquim de Faria e Silva  
Joaquim de Faria e Silva

## COMISSÃO EXAMINADORA

Victor de Faria e Silva  
Joaquim de Faria e Silva  
Joaquim de Faria e Silva

## COMISSÃO EXAMINADORA

Victor de Faria e Silva  
Joaquim de Faria e Silva  
Joaquim de Faria e Silva

## COMISSÃO EXAMINADORA

Victor de Faria e Silva  
Joaquim de Faria e Silva  
Joaquim de Faria e Silva

## COMISSÃO EXAMINADORA

Victor de Faria e Silva  
Joaquim de Faria e Silva  
Joaquim de Faria e Silva

## COMISSÃO EXAMINADORA

Victor de Faria e Silva  
Joaquim de Faria e Silva  
Joaquim de Faria e Silva

## COMISSÃO EXAMINADORA

Victor de Faria e Silva  
Joaquim de Faria e Silva  
Joaquim de Faria e Silva

## COMISSÃO EXAMINADORA

Victor de Faria e Silva  
Joaquim de Faria e Silva  
Joaquim de Faria e Silva

## COMISSÃO EXAMINADORA

Victor de Faria e Silva  
Joaquim de Faria e Silva  
Joaquim de Faria e Silva

## COMISSÃO EXAMINADORA

Victor de Faria e Silva  
Joaquim de Faria e Silva  
Joaquim de Faria e Silva

## COMISSÃO EXAMINADORA

Victor de Faria e Silva  
Joaquim de Faria e Silva  
Joaquim de Faria e Silva

## COMISSÃO EXAMINADORA

Victor de Faria e Silva  
Joaquim de Faria e Silva  
Joaquim de Faria e Silva

## COMISSÃO EXAMINADORA

Victor de Faria e Silva  
Joaquim de Faria e Silva  
Joaquim de Faria e Silva

## COMISSÃO EXAMINADORA

Victor de Faria e Silva  
Joaquim de Faria e Silva  
Joaquim de Faria e Silva

## COMISSÃO EXAMINADORA

Victor de Faria e Silva  
Joaquim de Faria e Silva  
Joaquim de Faria e Silva

colar accesor, pelo menos, a cadete

de cada turma, alunos e cadetes

tões, será creada uma escola isolada

Art. 14. Nas localidades, em que a

densidade da população o exigir,

serão creadas tantas escolas isoladas,

para cada sexo, quantos forem os

grupos de quartas e cinco alumnos,

de cada escola; ali existindo para

cada uma d'ellas.

Art. 15. Sempre que haja em uma

localidade mais de quarenta alunos

analfabetos, maiores de cinco annos,

será creada uma escola nocturna.

Art. 16. As escolas nocturnas pre-

dem ser isoladas ou reunidas.

Art. 17. As escolas de um mesmo

levar poderão funcionar somente

um predio, com a denominação de

escolas reunidas ou com a de "gru-

po escolar".

Art. 18. Serão denominadas escolas

reunidas e funcionando no mesmo

predio, quando o numero de escolas

isoladas de cada sexo for inferior a

quatro.

Art. 19. Serão, por contraria, em

"grupo escolar", quando o numero de

escolas isoladas de cada sexo for su-

perior a tres.

Art. 20. O curso de estudos das es-

colas isoladas, e das escolas reunidas

ser de tres annos, e o dos grupos

escolares, de quatro annos.

Art. 21. Nas escolas reunidas ou

nos grupos escolares, o professor

ficará com a regencia de uma classe,

ou leccionará todas as disciplinas

do curso.

Art. 22. Para a execução do curso

de cada escola, o professor devesse

ser habilitado em todas as disciplinas

do curso, e, quando não o for, de-

verá ser substituido por outro pro-

fessor habilitado em todas as disci-

plinas do curso.

Art. 23. A execução do curso de

cada escola, o professor devesse

ser habilitado em todas as disciplinas

do curso, e, quando não o for, de-

verá ser substituido por outro pro-

fessor habilitado em todas as disci-

plinas do curso.

Art. 24. O ensino das escolas pri-

marias comprehenderá as materias

seguintes: Lettura, grammatica, or-

thographia, historia, geographia

e cosmographia, historia do

Brasil, noções de sciencias natu-

raes, musica, desenho, gymnas-

tica, e jogos militares e recreativos.

Art. 25. O ensino das escolas pri-

marias comprehenderá as materias

seguintes: Lettura, grammatica, or-

thographia, historia, geographia

e cosmographia, historia do

Brasil, noções de sciencias natu-

raes, musica, desenho, gymnas-

tica, e jogos militares e recreativos.

Art. 26. O ensino das escolas pri-

marias comprehenderá as materias

seguintes: Lettura, grammatica, or-

thographia, historia, geographia

e cosmographia, historia do

Brasil, noções de sciencias natu-

raes, musica, desenho, gymnas-

tica, e jogos militares e recreativos.

Art. 27. O ensino das escolas pri-

marias comprehenderá as materias

seguintes: Lettura, grammatica, or-

thographia, historia, geographia

e cosmographia, historia do

Brasil, noções de sciencias natu-

raes, musica, desenho, gymnas-

tica, e jogos militares e recreativos.

Art. 28. O ensino das escolas pri-

marias comprehenderá as materias

seguintes: Lettura, grammatica, or-

thographia, historia, geographia

um, de 15 a 30 de janho e outro de 1

de febreiro a 15 de febreiro.

Art. 29. A escola Modelo acompanhará

a festa da escola Normal que se reali-

zará de 15 de febreiro a 15 de março.

Art. 30. Além de tempo de férias

os professores das escolas isoladas,

e das escolas reunidas, terão de

férias de 15 dias, em cada anno, e

em que o forem nas repartições pu-

blicas.

Art. 31. Nas vespurgas dos dias de

festa nacional ou estadual, o profes-

sor fará fôrças para ir ao trabalho.

Art. 32. Os professores das escolas

civicas, salvas as classes communa-

es, terão de fôrças para ir ao trabalho

em todas as disciplinas.

Art. 33. Durante o anno letivo ha-

verá exames bimestraes, que devem

ser feitos em março, maio, julho, se-

ntembro e novembro.

Art. 34. Os exames bimestraes se-

rão scriptos e em numero de tres

vezes, e sempre se darão

para prova as disciplinas: Arithme-

tica e linguagem, ficando a teoria

matematica ao critério do professor ou

director.

Art. 35. No livro de chamadas men-

sualmente serão dadas notas de appli-

cação e de comportamento.

Art. 36. Di da nota das notas de ap-

plicação e de comportamento, o pro-

fessor fará a media arithmetica.

Art. 37. O aluno será considerado

habilitado em todas as disciplinas

do curso, quando a media arithmetica

for superior a 70 por cento.

Art. 38. O aluno será considerado

habilitado em todas as disciplinas

do curso, quando a media arithmetica

for superior a 70 por cento.

Art. 39. O aluno será considerado

habilitado em todas as disciplinas

do curso, quando a media arithmetica

for superior a 70 por cento.

Art. 40. O aluno será considerado

habilitado em todas as disciplinas

do curso, quando a media arithmetica

for superior a 70 por cento.

Art. 41. O aluno será considerado

habilitado em todas as disciplinas

do curso, quando a media arithmetica

for superior a 70 por cento.

Art. 42. O aluno será considerado

habilitado em todas as disciplinas

do curso, quando a media arithmetica

for superior a 70 por cento.

Art. 43. O aluno será considerado

habilitado em todas as disciplinas

do curso, quando a media arithmetica

for superior a 70 por cento.

Art. 44. O aluno será considerado

habilitado em todas as disciplinas

do curso, quando a media arithmetica

for superior a 70 por cento.

Art. 45. O aluno será considerado

habilitado em todas as disciplinas

do curso, quando a media arithmetica

for superior a 70 por cento.

Art. 46. O aluno será considerado

habilitado em todas as disciplinas

do curso, quando a media arithmetica

for superior a 70 por cento.

Art. 47. O aluno será considerado

habilitado em todas as disciplinas

do curso, quando a media arithmetica

for superior a 70 por cento.

Art. 48. O aluno será considerado

habilitado em todas as disciplinas

do curso, quando a media arithmetica

for superior a 70 por cento.

Art. 49. O aluno será considerado

habilitado em todas as disciplinas

do curso, quando a media arithmetica

for superior a 70 por cento.

Art. 50. O aluno será considerado

habilitado em todas as disciplinas

PRIMEIRO ANNO

Portuguez 3 aulas por semana

Litteratura 3 " " " "

Arithmetica 3 " " " "

Geometria 3 " " " "

Linguagem 3 " " " "

Teoria matematica 2 " " " "

Musica 2 " " " "

Gymnastica 2 " " " "

Desenho 2 " " " "

Cosmographia 2 " " " "

Geographia 2 " " " "

Historia 2 " " " "

Litteratura 2 " " " "

Portuguez 2 aulas por semana

Litteratura 2 " " " "

Arithmetica 2 " " " "

Geometria 2 " " " "

Linguagem 2 " " " "

Teoria matematica 2 " " " "

Musica 2 " " " "

Gymnastica 2 " " " "

Desenho 2 " " " "

Cosmographia 2 " " " "

Geographia 2 " " " "

Historia 2 " " " "

Litteratura 2 " " " "

Portuguez 2 aulas por semana

Litteratura 2 " " " "

Arithmetica 2 " " " "

Geometria 2 " " " "

Linguagem 2 " " " "

Teoria matematica 2 " " " "

Musica 2 " " " "

Gymnastica 2 " " " "

Desenho 2 " " " "

Cosmographia 2 " " " "

Geographia 2 " " " "

Historia 2 " " " "

Litteratura 2 " " " "

Portuguez 2 aulas por semana

Litteratura 2 " " " "

Arithmetica 2 " " " "

Geometria 2 " " " "

Linguagem 2 " " " "

Teoria matematica 2 " " " "

Musica 2 " " " "

Gymnastica 2 " " " "

Desenho 2 " " " "

Cosmographia 2 " " " "

Geographia 2 " " " "

Historia 2 " " " "

Litteratura 2 " " " "

Portuguez 2 aulas por semana

Litteratura 2 " " " "

Arithmetica 2 " " " "

Geometria 2 " " " "

Linguagem 2 " " " "

Teoria matematica 2 " " " "

Musica 2 " " " "

Gymnastica 2 " " " "

Desenho 2 " " " "

Cosmographia 2 " " " "

Geographia 2 " " " "

Historia 2 " " " "

Litteratura 2 " " " "

Portuguez 2 aulas por semana

Litteratura 2 " " " "

Arithmetica 2 " " " "

Geometria 2 " " " "

Linguagem 2 " " " "

Teoria matematica 2 " " " "

Musica 2 " " " "

Gymnastica 2 " " " "

Desenho 2 " " " "

Cosmographia 2 " " " "

Geographia 2 " " " "

Historia 2 " " " "

Litteratura 2 " " " "

Portuguez 2 aulas por semana

Litteratura 2 " " " "

Arithmetica 2 " " " "

Geometria 2 " " " "

Linguagem 2 " " " "

Teoria matematica 2 " " " "

Musica 2 " " " "

Gymnastica 2 " " " "

Desenho 2 " " " "

Cosmographia 2 " " " "

a) das lentas e professores effectivos

da escola Normal e do gymnasio

de estudos superiores, e de profes-

sores effectivos;

b) dos professores primarios forma-

dos pela escola Normal, e de profes-

sores primarios que, em virtude de

commissão examinadora, composta de



disto mineiro.

A polícia deu busca na casa em que elle residia, encontrando em suas malas photog.aphias offensivas á moral e alguns mappas de costas francezas, com assignações á lapis de cor.

Entre os decretos com que o governo provisório da República iniciou a organização do novo regime proclamado em 1889, o que, sob n.º 4, foi ha 19 annos lavrado, é de molde a produzir, recordando-o, as mais entusiasticas vibrações na alma brasileira.

III

*Conferencia civica* — sobre a bandeira nacional, pelo sr. Eurico Saldaña.

*Hymno da proclamação da República* — cantado pelas alumnas do terceiro e quarto annos da escola Mc-

lançava-se propagar até Mathilde constituiram o principal factor da resolução que vêm de tomar os operários, entregues novamente á população e proporcionando á população daquelle cidade a paz de espirito e o

Foi hontem depositada na caixa economica a quantia de 1.953\$ 00),

Foi hontem depositada na caixa economica a quantia de 1:953\$ 00,

nomica, firmada pelo estadista mineiro

RIO, 18.  
Osr. dr. Miguel Calmon,  
ministro da industria está

a produzir, recordando-o, as mais entusiasticas vibrações na alma brasileira.

*Hymno da proclamação da República*—cantado pelas alumnas do terceiro e quarto annos da escola Mo-  
danha.

rios, entregues rovemente a seus affazeres e proporcionando á população daquelle cidade a paz de espirito e o

lencia!.

---

Foi hontem depositada na caixa economica a quantia de 1 :953\$ 00,